

VI As sociedades contemporâneas

Capítulo 64

A Revolução Francesa

A Revolução Inglesa do século XVII marca o início da Era das Revoluções Burguesas, na medida em que cria condições para o desenvolvimento acelerado do capitalismo. À Revolução Francesa, cabe definir o perfil ideológico desses movimentos, por seu caráter liberal e democrático.

Para muitos historiadores, a Revolução Francesa faz parte de um movimento revolucionário global, atlântico ou ocidental, que começa nos Estados Unidos em 1776, atinge Inglaterra, Irlanda, Holanda, Bélgica, Itália, Alemanha, Suíça e, em 1789, culmina na França com violência maior. O movimento passa a repercutir em outros países europeus e volta à França em 1830 e 1848. Há traços comuns em todos esses movimentos, mas a Revolução Francesa tem identidade própria, manifestada na tomada do poder pela burguesia, na participação de camponeses e artesãos, na superação das instituições feudais do Antigo Regime e na preparação da França para caminhar rumo ao capitalismo industrial.

1. A pré-revolução

A França era ainda um país agrário em fins do século XVIII. Novas técnicas de cultivo e novos produtos melhoraram a alimentação, e a população aumentou. O início de industrialização já permitia a redução de preços de alguns produtos, estimulando o consumo.

A burguesia se fortaleceu e passou a pretender o poder político e a discutir os privilégios da

nobreza. Os camponeses possuidores de terras queriam libertar-se das obrigações feudais devidas aos senhores. Dos 25 milhões de franceses, 20 milhões viviam no campo. A população formava uma sociedade de *estamentos* (formas de estar), resquício da Idade Média. Mas já se percebia uma divisão de classes. O *clero*, com 120 000 religiosos, dividia-se em alto clero (bispos e abades com nível de nobreza) e baixo clero (padres e vigários de baixa condição); era o primeiro estado. A *nobreza* constituía o segundo estado, com 350 000 membros; os palacianos viviam de pensões reais e usufruíam de cargos públicos; os provinciais viviam no campo, na penúria. A *nobreza de toga*, constituída de gente oriunda da burguesia, comprava seus cargos. O terceiro estado compreendia 98% da população: *alta burguesia*, composta por banqueiros, financistas e grandes empresários; *média burguesia*, formada pelos profissionais liberais, os médicos, dentistas, professores, advogados e outros; *pequena burguesia*, os artesãos, lojistas; e o *povo*, camada social heterogênea de artesãos, aprendizes e proletários. As classes populares rurais completavam o terceiro estado; destacavam-se os *servos* ainda em condição feudal (uns 4 milhões); mas havia *camponeses* livres e semilivres.

O terceiro estado arcava com o peso de impostos e contribuições para o rei, o clero e a nobreza. Os privilegiados tinham isenção tributária. A principal reivindicação do terceiro estado era a abolição dos privilégios e a instauração da igualdade civil.

No plano político, a revolução resultou do absolutismo monárquico e suas injustiças. O rei monopolizava a administração; concedia privilégios; esbanjava luxo; controlava tribunais; e condenava à prisão na odiada fortaleza da

Bastilha, sem julgamento. Incapaz de bem dirigir a economia, era um entrave ao desenvolvimento do capitalismo.

O Estado não tinha uma máquina capaz de captar os impostos, cobrados por arrecadadores particulares, que espoliavam o terceiro estado. O déficit do orçamento se avolumava. Na época da revolução, a dívida externa chegava a 5 bilhões de libras, enquanto o meio circulante não passava da metade. Os filósofos iluministas denunciaram a situação. Formavam-se clubes para ler seus livros. A burguesia tomava pé dos problemas e buscava conscientizar a massa, para obter o apoio.

As condições estavam postas; faltava uma conjuntura favorável para precipitar a revolução.

2. A revolta aristocrática

A indústria sofreu séria crise a partir de 1786. Um tratado permitiu que produtos agrícolas franceses tivessem plena liberdade na Inglaterra em troca da penetração de produtos ingleses na França. A principiante indústria francesa não agüentou a concorrência.

A seca de 1788 diminuiu a produção de alimentos. Os preços subiram e os camponeses passavam fome. Havia miséria nas cidades. A situação do tesouro piorou depois que a França apoiou a Independência dos Estados Unidos, aventura que lhe custou 2 bilhões de libras. O descontentamento era geral. Urgiam medidas para sanear o caos. Luís XVI encarregou o ministro Turgot de realizar reformas tributárias, mas os nobres reagiram e ele se demitiu. O rei então indicou Calonne, que convocou a *Assembléia dos Notáveis*, de nobres e clérigos (1787). O ministro propôs que esses dois estados abdicassem dos privilégios tributários e pagassem impostos, para tirar o Estado da falência. Os nobres não só recusaram como provocaram revoltas nas províncias onde eram mais fortes.

O novo ministro, Necker, convenceu o rei a convocar a *Assembléia dos Estados Gerais*, que não se reunia desde 1614. O objetivo era fazer o terceiro estado pagar os impostos. As eleições, em abril de 1789, coincidiram com as revoltas geradas pela péssima colheita desse ano. Em Paris, os panfletos dos candidatos atacavam os erros do Antigo Regime e agitavam os *sans-*

culottes, isto é, os sem-calções, em alusão à peça de roupa dos nobres, que os homens do povo não usavam. Os nobres eram cerca de 200 000 numa Paris com 600 000 habitantes.

Em maio de 1789, os Estados Gerais se reuniram no Palácio de Versalhes pela primeira vez. O terceiro estado foi informado de que os projetos seriam votados em separado, por estado. Isto daria vitória à nobreza e ao clero, sempre por 2 a 1. O terceiro estado rejeitou a condição. Queria votação individual, pois contava com 578 deputados, contra 270 da nobreza e 291 do clero, ou seja, tinha maioria absoluta. E ainda contava com os votos de 90 deputados da nobreza esclarecida e 200 do baixo clero.

3. A revolução burguesa

Reunindo-se em separado em 17 de junho de 1789, o terceiro estado se considerou *Assembléia Nacional*. Luís XVI, pretextando uma reforma na sala, dissolveu a reunião. Os deputados do terceiro estado foram então para a sala de Jogo da Péla, onde receberam adesão de parte do clero e de nobres influenciados pelo Iluminismo. O rei não teve alternativa senão aceitar a *Assembléia Nacional*.

Os fatos se desenrolaram com rapidez, como se algumas décadas fossem comprimidas em algumas semanas.

9 de julho – Proclamou-se a *Assembléia Nacional Constituinte*. Os deputados juraram só se dispersar depois de dar uma Constituição à França. Luís XVI procurava ganhar tempo, enquanto reunia tropas.

12 de julho – Necker se demite. Aumenta a tensão.

13 de julho – Forma-se a *milícia de Paris*, organização militar-popular. O povo armazena armas e prepara barricadas.

14 de julho – O povo toma a Bastilha. A explosão revolucionária alastra-se por todo o país. No campo, a violência é maior. Procurando destruir o jugo feudal, camponeses saqueiam as posses da nobreza, invadem cartórios e queimam títulos de propriedade. Correm

boatos de que bandidos aliciados pelos senhores vão atacar os camponeses, gerando o *grande medo*.

4 de agosto – A Assembléia Constituinte inicia reunião em que, para conter o movimento, os deputados aprovam a abolição dos direitos feudais: as obrigações devidas pelos camponeses ao rei e à Igreja são suprimidas; as obrigações devidas aos nobres devem ser pagas em dinheiro.

26 de agosto – É aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. De inspiração iluminista, o documento defende o direito à liberdade, à igualdade perante a lei, à inviolabilidade da propriedade e o direito de resistir à opressão. Na sessão que votou o direito de veto (poder concedido ao rei de vetar decisões da Assembléia), os aristocratas sentam-se à direita do presidente; os democratas, à esquerda. Tal fato deu origem à separação que chega aos dias de hoje, entre direita e esquerda na política.

O rei se recusou a aprovar a Declaração e a massa parisiense revoltou-se novamente. Foram as *jornadas de outubro*: o Palácio de Versalhes foi invadido e o rei obrigado a morar no Palácio das Tulherias, em Paris.

Em 1790, foi aprovada a *Constituição Civil do Clero*. Estabelecia que os bens eclesiásticos seriam confiscados para servir de lastro à emissão dos *assignats* (bônus do Estado) e os padres passariam a ser funcionários do Estado. Muitos aceitaram e juraram fidelidade à Revolução, desobedecendo ao papa, que já se manifestara contra. Outros, os *refratários*, emigraram e deram início às agitações contra-revolucionárias nas províncias.

A *Constituição* ficou pronta em 1791. O poder executivo caberia ao rei, e o legislativo, à Assembléia. O trono continuava hereditário e os deputados teriam mandato de dois anos. Só seria eleitor quem tivesse um mínimo de riqueza. Foi abolida a feudalismo. Foram suprimidos os privilégios e as antigas ordens sociais, com a proclamação da igualdade civil. Reorganizou-se e descentralizou-se a administração. Foram confirmadas a nacionalização dos bens eclesiásticos e a *Constituição Civil do Clero*. Foi mantida a escravidão nas colônias.

Luís XVI, em contato com outros soberanos absolutos, julgou o momento oportuno para escapar e, com apoio estrangeiro e dos emigrados, iniciar a contra-revolução. Fugiu em julho de 1791, mas foi preso em Varennes, recambiado ao Palácio e mantido sob vigilância.

O êxito da Revolução estimulou movimentos na Holanda, Bélgica e Suíça. Na Itália, Inglaterra, Irlanda, Alemanha e Áustria, simpatizantes organizaram demonstrações de apoio. Os déspotas esclarecidos sustaram as reformas e se reaproximaram da aristocracia. Escritores reacionários defendiam a idéia de uma contra-revolução. As potências européias, de início indiferentes, uniram-se. A ameaça de invasão da França aumentou, o que tornou inevitável a radicalização interna da Revolução.

A unidade inicial entre *patriotas* contra os *aristocratas* desapareceu, dando origem a complexa composição político-partidária. Os *girondinos*, representantes da alta burguesia, defendiam as posições conquistadas e evitavam a ascensão da massa de *sans-culottes*; os *jacobinos*, representando a pequena e média burguesia, constituíam o partido mais radical, ainda mais sob a liderança de Robespierre, que buscava o apoio dos *sans-culottes*; os *cordeliers*, independentes liderados por La Fayette, procuravam ficar no centro e oscilavam entre os *feuillants*, à direita, e os jacobinos, à esquerda.

Os girondinos tinham a maioria e o apoio do rei, que neles confiava para conter o avanço revolucionário. Graças a isto, o rei conseguiu vetar o projeto que deportava os refratários e convocava o exército para enfrentar os inimigos da Revolução, cada vez mais ativos fora da França.

Os inimigos, representados pelo exército austro-prussiano e pelo exército de emigrados, comandados pelo duque prussiano Brunswick e apoiados secretamente por Luís XVI, invadiram a França. Radicalizou-se a posição contra os nobres, considerados traidores. A massa parisiense, mais forte politicamente, apoiando os jacobinos e liderada por Danton e Marat, atacou os aristocratas nas prisões: foi o *massacre de setembro*.

O exército nacional foi convocado, com apresentação obrigatória de todos os homens válidos. Em 20 de setembro de 1792, os austro-prussianos foram batidos em Valmy. À noite, em Paris, foi proclamada a *República*. O rei, suspeito de traição, aguardaria julgamento.

4. A revolução popular

Uma nova assembléia foi formada, a *Convenção*, que deveria preparar nova Constituição. Os girondinos perderam a maioria para os jacobinos, reforçados pelos *montanheses*, grupo mais radical. Robespierre e Saint-Just lideravam os jacobinos.

O julgamento de Luís XVI abalou a opinião pública européia. Os girondinos trataram de defendê-lo. Saint-Just e Robespierre pediam a condenação. O rei acabou guilhotinado em 21 de janeiro de 1793.

O primeiro ano da República, 1793, foi chamado Ano I, no novo calendário. Uma nova representação tomou posse, eleita por sufrágio universal masculino, o que acentuou seu caráter popular; saíram vitoriosos os jacobinos e a Montanha. Pela nova Constituição, os 750 deputados eleitos escolheriam a mesa dirigente, com funções executivas.

Europa afora, coligavam-se forças absolutistas: Inglaterra, Holanda e Santo Império. A Convenção se defendeu, organizando uma série de instituições: Comitê de Salvação Pública, encarregado de controlar o exército; Comitê de Segurança Nacional, para garantir a segurança interna; Tribunal Revolucionário, encarregado de julgar os contra-revolucionários. Os jacobinos controlavam a Convenção e os principais Comitês.

Começa então o expurgo de adversários. Os girondinos são acusados de partidários do rei e vários vão para a guilhotina. A jovem Charlotte Corday se vinga assassinando o jacobino Marat. Também é guilhotinada. Entramos no período do *Terror*, que se estenderia de junho de 1793 a julho de 1794.

A *Montanha* de Robespierre dirigia essa política. As perseguições se espalharam. Os *indulgents* de Danton temiam que a onda os envolvesse. Protestavam e pediam o fim das perseguições. No extremo oposto, os *hebertistas*, seguidores de Hébert, pregavam mais violência.

Robespierre tentava manter-se entre os extremistas da esquerda. Como a pressão popular era grande, fazia concessões: os preços foram tabelados; os exploradores, perseguidos; os impostos sobre os ricos, aumentados; pobres, velhos e desamparados, protegidos por leis especiais; a instrução tornou-se obrigatória; bens de nobres e emigrados foram vendidos para cobrir as despesas do Estado.

As leis sociais provocaram ondas contra-revolucionárias. Sobrevieram medidas drásticas. O Tribunal Revolucionário prendeu mais de 300 000 pessoas e condenou à morte 17 000. Muitos morreram nas prisões esperando julgamento.

O Terror chegou ao auge e atingiu a própria Convenção. Para se manter no poder, Robespierre precisava eliminar toda oposição. Condenou Danton à morte. O radicalismo dos hebertistas igualmente criava problemas, levando-os também à guilhotina.

O sucesso militar diminuiu a tensão interna, e a população passou a desejar o afrouxamento da repressão. Os girondinos, que tinham se isolado durante o Terror para salvar suas cabeças, voltaram à carga. Robespierre não tinha mais a massa parisiense para apoiá-lo, pois havia liquidado seus líderes. Em julho de 1794, ou 9 *Termidor* pelo novo calendário, Robespierre e Saint-Just foram presos e guilhotinados em seguida. A alta burguesia voltava ao poder através dos girondinos.

5. Contra-revolução burguesa

O poder da Convenção caiu nas mãos do *Pântano*, movimento formado por elementos da alta burguesia, de duvidosa moralidade pública e grande oportunismo político. Ligados aos girondinos, instalaram a *Reação Termidoriana*. Os clubes jacobinos foram fechados. Preparou-se nova Constituição, a do ano III (1795), que estabelecia um executivo com cinco diretores eleitos pelo legislativo, o *Diretório*. Os deputados comporiam duas câmaras: o *Conselho dos 500* e o *Conselho dos Anciãos*.

A configuração política da Assembléia mudou: no centro, os girondinos, que tinham deposto Robespierre; à direita, os realistas, que pregavam a volta dos Bourbon ao poder; à esquerda, jacobinos e socialistas utópicos, que reclamavam medidas de caráter social.

Os *diretores* equilibravam-se em meio a golpes, da esquerda e da direita. Em 1795, os realistas tentaram dar um golpe, abafado por um jovem oficial, Napoleão Bonaparte, presente em Paris por acaso. Como recompensa, ele recebeu dos diretores o comando do exército na Itália.

Em 1796, estourou a conspiração jacobina do Clube de Atenas. No ano seguinte, foi a vez dos realistas, derrotados novamente, pelo general

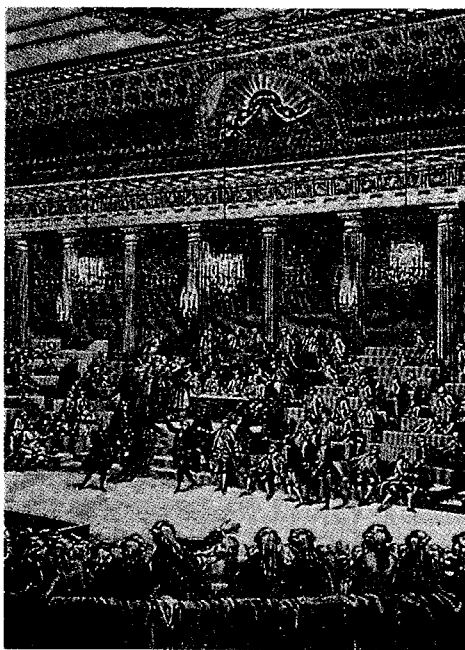
Augereau, enviado por Napoleão, que acabava de assinar uma paz vantajosa com a Áustria. Em 1798, os jacobinos venceram as eleições. A burguesia queria paz. Queria um governo forte que conduzisse a França à normalidade. Alguns diretores, como Sieyès e Ducos, prepararam o golpe que levaria Napoleão ao poder, em 9 de novembro de 1799 — ou *18 Brumário*. Napoleão evitaria as tentativas jacobinas de tomar o poder, consolidando o poder da burguesia no contexto da Revolução. Uma revolução cujos ideais não tardariam a repercutir em longínquas terras, inclusive no Brasil.

Questões propostas

1. Por que a Revolução Francesa foi um marco na Era das Revoluções Burguesas? Compare-a à Revolução Inglesa, no século anterior.
2. Resuma a situação da sociedade francesa pré-revolucionária.
3. O que fez o rei para barrar o descontentamen-
- to e a reivindicação do terceiro estado pelo fim dos privilégios? Qual era seu verdadeiro objetivo?
4. Diante da intransigência dos estados dominantes, o que fizeram os representantes eleitos pelo terceiro estado para a Assembléia?
5. Resuma a escalada de fatos que vai de 13 de julho a 26 de agosto de 1789.
6. O que foram as jornadas de outubro?
7. O que de mais importante aconteceu em 1790? E em 1791?
8. O que fizeram os inimigos da Revolução, estrangeiros e franceses emigrados, para tentar esmagá-la? O que aconteceu com eles? E com o rei?
9. O que foi a Convenção? Como se compunha? Que foi o Terror?
10. O que significa a Reação Termidoriana? Como começa e termina esta fase?



Mulheres de Paris marcham sobre Versalhes em outubro de 1789.



Reunião da nobreza na primeira etapa da Revolução Francesa.

Capítulo 65

Brasil: grandeza e miséria do ouro (1700-1789)

Os colonizadores do Brasil sonhavam com o dia em que encontrariam metais preciosos desde o Descobrimento. Na tentativa de realizar o sonho, organizaram inúmeras expedições e muitos perderam a vida. É compreensível a agitação que tomou conta da colônia quando, nos últimos anos do século XVII, se espalhou a notícia de que haviam descoberto ouro na região das minas. Todo o resto foi relegado a segundo plano, inclusive o já decadente açúcar.

1. Corrida às minas

O ouro tornou-se senhor absoluto durante o período em que reinou, relativamente curto, de pouco mais de meio século. As demais atividades mantinham-se apenas quando orientadas para a região das minas, para atender às necessidades de seus habitantes.

Houve uma verdadeira corrida às minas, brigas e até guerras. A principal dessas lutas foi a *Guerra dos Emboabas* (1708-1709). Os paulistas, descobridores das minas, consideravam a região como sua. Mas a notícia da descoberta de ouro levou muita gente a disputar com eles a exploração das minas. Os paulistas, com zombaria, chamavam aos forasteiros de *emboabas*, palavra de origem tupi que designava as aves que tinham penas até os pés; isto porque os forasteiros costumavam usar polainas ou botas, enquanto os paulistas dispensavam tal proteção. Os emboabas, com mais recursos, dominaram a região e provocaram a guerra civil. Derrotados, os paulistas foram expulsos. A Coroa portuguesa interveio e estabeleceu iguais direitos entre os dois grupos, ampliando seu controle sobre a região.

A exploração das jazidas

Qualquer pessoa podia encontrar uma mina ou

jazida de ouro. Mas não podia explorar à vontade. Toda descoberta devia ser imediatamente comunicada à autoridade da região, o superintendente. Ele enviava funcionários para estudar o terreno e dividir a mina em *datas*, nome que recebiam as propriedades mineradoras. A vantagem do descobridor era escolher a data que queria explorar. A Fazenda Real escolhia outra, que depois vendia. As restantes iam a leilão, em dia e horário marcados.

Numa mina grande, a exploração se chamava *lavra*. Dava-se de forma organizada: numerosos trabalhadores, geralmente escravos africanos, eram reunidos sob uma única direção. Empregavam-se mais recursos, instrumentos especializados, e contava-se com a presença de mineradores profissionais.

Minas pequenas ou quase esgotadas eram exploradas individualmente pelos *fiscadores*. Eles eram trabalhadores nômades, garimpeiros que iam de mina em mina procurando locais onde houvesse pouca concorrência. Escravos também se dedicavam a essa atividade e deviam entregar uma quantidade fixa de ouro ao seu senhor. Se encontrassem um bom filão, podiam até comprar a liberdade.

A parte do rei

A data com que a Fazenda Real ficava proporcionava ao rei considerável rendimento. Mas a voracidade real não se satisfazia. De todo o ouro encontrado nas minas, o rei passou a querer a quinta parte, o *quinto*. Mas não era fácil cobrar. Os mineradores, que de forma alguma apreciavam o confisco real, encontravam muitas maneiras de esconder o ouro e vendê-lo sem entregar a parte do rei.

Criaram-se, então, as *Casas de Fundição*, nas quais deveria ser entregue todo ouro encontrado. O metal era ali fundido, transformado em barras marcadas com o selo real e devolvido ao dono, sem o quinto. Quem fosse apanhado com ouro sem o selo real podia perder todos os bens ou acabar seus dias numa colônia portuguesa da África.

Apesar de toda a fiscalização, as autoridades ainda desconfiavam que havia desvio de ouro. Tomaram, por isso, outra medida para garantir a parte do rei: o quinto deveria atingir sempre o mínimo de 100 arrobas (1 500 quilos). Caso con-

trário, seria decretada a *derrama*; a população seria então obrigada a completar as 100 arrobas, com contribuições pessoais, impostos cobrados sobre o comércio, escravos etc. Durante a derrama, às vezes vários meses, desaparecia qualquer garantia pessoal; eram freqüentes os abusos policiais, com invasão de residências, prisões, confiscos, sem o menor escrúpulo.

Se considerarmos que, após 1762, o quinto nunca mais atingiu 100 arrobas, podemos imaginar a tensão em que vivia a região das minas. A insatisfação popular desembocaria numa revolta, a *Inconfidência Mineira*, assunto do próximo capítulo.

A decadência mineira

O ouro brasileiro é, em sua maior parte, de aluvião, isto é, foi depositado, ao longo dos milênios, nos leitos dos rios e nas margens próximas, pelas águas que atacaram rochas matrizes. Daí a pequena concentração e o rápido esgotamento das jazidas, a mais importante causa da decadência da mineração. Raras e pobres, as rochas matrizes não puderam ser exploradas no século XVII pela simples razão de que eram deficientes os recursos e os conhecimentos técnicos dos mineradores.

A segunda causa da decadência da economia aurífera estaria no baixo nível técnico da colônia, dada a inexistência de um bom sistema educacional. O naturalista francês Saint-Hilaire notou que os mineiros, sem conhecimento escolar algum, entulhavam os vales com a terra das montanhas, cobriam com os resíduos da lavagem do ouro terrenos ainda não explorados; obstruíam o leito dos rios com areia e pedras e comprometiam a vida dos escravos. Saint-Hilaire resumiu: "*A arte de explorar minas não é entre eles mais que uma rotina imperfeita e cega*".

Em terceiro lugar, pode-se dizer que o próprio sistema administrativo acelerou a decadência:

- a única preocupação era o quinto;
- para a queda da produção, as autoridades só tinham uma explicação: a fraude;
- não havia preocupação alguma em melhorar as técnicas de exploração;
- os funcionários responsáveis entendiam de regulamentos e tributos e nada de mineração;
- o poder público se comunicava com os mineradores de uma única maneira: através de castigos e punições para qualquer crítica;

● a imprevidência e a ganância impediram a poupança para futuras eventualidades: a parte do rei foi transformada em ostentação na Corte.

A extração de diamantes seguiu pelo mesmo caminho, somado à crescente perda de valor das pedras preciosas pelo aumento da oferta. Também no caso falou mais alto a ineficiência da administração. Sua incapacidade de promover uma extração mais racional e menos custosa foi responsável pela insignificância econômica da mineração de diamantes, já a partir do fim do século XVIII.

2. Mudanças administrativas

O deslocamento do centro econômico colonial das capitanias do Nordeste para a região das minas trouxe importantes mudanças na administração do Brasil.

A mineração sempre sofreu fiscalização mais severa que a exercida sobre outras atividades. Na capitania em que se descobrisse ouro, era logo criada a *Intendência das Minas*, para administrar a mineração, prestando conta diretamente a Lisboa e mantendo total independência em relação às autoridades locais.

Procedimento singular foi adotado quando se encontraram diamantes, a partir de 1729. Primeiro, tentou-se cobrar o quinto, em vão, dada a diversidade de tamanho e qualidade das pedras. Então, a Coroa passou a isolar do exterior o território onde se encontrasse diamante, chamado *Distrito Diamantino*. A exploração foi entregue a particulares, que passaram a pagar uma quantia fixa pelo privilégio.

O sistema só mudou em 1771, quando se criou a *Junta da Administração Geral dos Diamantes*, através da qual a Fazenda Real passou a explorá-los diretamente. A Junta tinha plenos poderes sobre o Distrito Diamantino e prestava contas diretamente a Lisboa. O chefe da Junta, o intendente, exercia poderes absolutos sobre a população. Podia confiscar bens, autorizar ou não a entrada e saída de pessoas, cassar direitos etc.

As modificações se refletiram sobre a administração geral da colônia. Dada a importância das capitanias do sul com a exploração do ouro, e em consequência da Guerra dos Emboabas, a Coroa criou a capitania de São Paulo e das Minas de Ouro (1709); e elevou a vila de São Paulo à

categoria de cidade (1711). Mais tarde, esta seria desmembrada: criaram-se as capitanias de Minas Gerais (1720), Goiás (1744) e Mato Grosso (1748).

Importantes mudanças ocorreram durante a administração do marquês de Pombal como primeiro-ministro de Portugal (1750-1777), a fim de controlar de forma mais eficiente a colônia:

- na região Norte, o Estado do Maranhão recebeu a denominação de Estado do Grão-Pará e Maranhão, passando a capital de São Luís para Belém (1751); foi criada a capitania de São José do Rio Negro, com capital em São José do Rio Negro, atual Manaus (1755);

- extinguiu-se o sistema de capitanias hereditárias (1759);

- o Estado do Brasil foi elevado à categoria de vice-reinado, governado por um vice-rei, subordinado ao Conselho Ultramarino (1762);

- a capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro (1763).

A chegada do primeiro vice-rei ao Rio de Janeiro em 1763 dá início a nova fase na administração da colônia. Portugal passou a reconhecer a crescente importância das capitanias do Sul, que a mineração ajudou a desenvolver, paralelamente ao enfraquecimento da economia nordestina.

A mudança de capital refletiu a mudança do eixo político-econômico do Nordeste para o Sul, expressa inclusive no crescimento populacional: em 1751, o Rio já contava 50 000 habitantes, contra 46 000 da Bahia em 1757.

Os vice-reis se preocuparam em dar ao Rio de Janeiro condições compatíveis com a nova posição de capital: abriram praças e ruas, construíram o cais do porto e edificaram a Casa dos Pássaros, futuro Museu Nacional.

Em 1772, ainda sob a administração de Pombal, o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em duas partes:

- uma parte foi unida à capitania de São José do Rio Negro, formando o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, capital Belém;

- a outra parte se juntou a terras do atual Estado do Piauí, formando o Estado do Maranhão e Piauí, capital São Luís.

3. A pecuária no Sul

Nas minas, mineração era atividade quase

exclusiva. Alimentos vinham de fora. O sul de Minas desenvolveu uma economia agrária. Do Nordeste e, mais tarde, do Sul do país chegavam produtos de origem animal, transportados pelas tropas de mulas.

Apenas na segunda metade do século XVIII, o atual Rio Grande do Sul se incorporou ao Brasil. O território vinha sendo disputado por espanhóis e portugueses; havia freqüentes lutas armadas. Passou a ter importância para a colônia também nessa época, com sua dedicação à pecuária, favorecida pelo relevo plano, com suaves colinas; clima ameno; rios e riachos em quantidade; vegetação rasteira de gramíneas e leguminosas, rica forragem natural para o gado; capões de mato e florestas à beira-rio para abastecer de lenha e madeira os fazendeiros.

O principal negócio inicial foi o *couro*, exportado em quantidade. Às vezes até se abandonava a carne, pois era reduzido o mercado consumidor. Aos poucos, com a decadência da pecuária nordestina, desenvolveu-se poderosa indústria de carne-seca, o *charque*. De 13 000 arrobas exportadas pela capitania em 1793, saltou-se para quase 600 000 arrobas no início do século XIX. Um salto só comparável ao do ouro.

Nas estâncias sulinas, como nas fazendas nordestinas, não havia necessidade de muito pessoal. Eram poucos os serviços regulares: queimada anual dos pastos, para eliminar pragas e prevenir o alastramento das pastagens, e vigilância dos campos. Um capataz dirigia o trabalho, ajudado pelos peões, que podiam ser assalariados brancos, índios, mestiços ou escravos negros. Os negros compunham 40% da população no início do século XIX.

4. Novas fronteiras

O Brasil é hoje cerca de três vezes maior do que na época do Tratado de Tordesilhas, vigente no Descobrimento. Bandeirantes, missionários, militares, pecuaristas e colonos foram importantes no processo de ocupação territorial e de estabelecimento das fronteiras. Vários tratados foram confirmando a ocupação das terras:

Tratado de Utrecht, Holanda, 1713 – a França renuncia a terras situadas à margem esquerda do Rio Amazonas e aceita o Rio Oiapoque como limite entre Brasil e Guiana Francesa.

Tratado de Utrecht, Holanda, 1715 – a Espanha reconhece a posse de Portugal sobre a Colônia do Sacramento. Os espanhóis de Buenos Aires, inconformados, fundam Montevideu em 1724. Os portugueses fundam o Forte do Rio Grande em 1737 e, através dele, começam a ocupar o Rio Grande do Sul.

Tratado de Madri, Espanha, 1750 – anula o Tratado de Tordesilhas. A posse das terras caberia a quem estivesse ocupando-as no momento. Estabeleceu então as fronteiras entre terras espanholas e regiões da Amazônia e do Mato Grosso. Portugal renunciou à Colônia do Sacramento em troca de Sete Povos das Missões, antigas reduções dos jesuítas no atual Rio Grande do Sul.

Tratado de Santo Ildefonso, Espanha, 1777 – devido à revolta dos índios de Sete Povos, que preferiam o domínio espanhol, o Tratado de Madri havia sido anulado em 1761. Mas como continuassem os conflitos, com tropas espanholas invadindo a Ilha de Santa Catarina e regiões do Rio Grande do Sul, foi assinado o novo tratado: Portugal ficou com a Ilha de Santa Catarina e quase todo o Rio Grande; a Espanha, com a Colônia do Sacramento e Sete Povos.

Tratado de Badajós, Espanha, 1801 – apesar de Santo Ildefonso, Portugal ficou em Sete Povos das Missões. Pelo novo tratado, a Espanha renunciou ao território.

O Rio Grande do Sul viveu em guerra na segunda metade do século XVIII, por causa desta cláusula do Tratado de Madri:

“Das povoações ou aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem oriental do Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis, e efeitos, levando consigo os índios para aldear em outras terras da Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as armas, pólvora e munições que tiverem; em cuja forma se entregarão as povoações à Coroa de Portugal, com todas

suas casas, igrejas, e edifícios e a propriedade e posse de terreno...”

O cumprimento da cláusula, de fato, era uma insensatez. Em troca da Colônia do Sacramento, Portugal receberia ricas terras, com prósperos aldeamentos, templos, estâncias, lavouras. E como se faria para mudar para o outro lado do Rio Uruguai mais de trinta mil índios com seus bens e mais de 700 000 cabeças de gado?

Contra a exigência do tratado, se levantaram os Sete Povos das Missões, enfrentando exércitos de Portugal e Espanha. Nas lutas, imortalizou-se Sepé Tiaraju, cacique guarani, cuja bravura sobrevive até nossos dias em lendas, histórias, mitos e canções.

Questões propostas

1. Qual foi a principal luta provocada pela descoberta de ouro na região das minas? Em que consistiu?
2. Como eram exploradas as minas?
3. Qual era a parte do rei e como era controlada?
4. O que era a derrama?
5. Como Saint-Hilaire descreveu as técnicas coloniais para explorar as jazidas de ouro?
6. Por que o sistema administrativo acelerou a decadência das minas?
7. Quais as principais mudanças introduzidas durante o governo do marquês de Pombal?
8. Como são os campos do Rio Grande do Sul? Que tipo de economia favoreceram e como ela se desenvolveu?
9. Quais os principais tratados que definiram as fronteiras brasileiras no século XVIII?
10. Quem foi Sepé Tiaraju?

Capítulo 66

Brasil: a crise da colonização (1789-1808)

Podemos entender o período entre 1789 e 1808 como uma fase crítica do regime colonial, por causa das contestações que sofreu e dos reajustes econômicos e administrativos. Foram dois os fatores principais a indicar a necessidade desses reajustes:

- o receio de Portugal de que o Brasil levasse adiante seus anseios de independência, identificados em rebeliões como a Inconfidência Mineira, em 1789, e a Conjuração Baiana, em 1798;

- novo direcionamento das atividades econômicas, com a crise da mineração e o breve retorno da prosperidade agrícola.

1. Primeiras rebeliões

Além da Guerra de Palmares (1630-1695) e da Guerra dos Emboabas (1708-1709), outras rebeliões coloniais antecederam a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana. Estas puseram em xeque todo o sistema colonial, caracterizando a crise do Antigo Regime. As rebeliões que as antecederam, episódios mais localizados, contestaram alguns aspectos da colonização.

Revolta de Beckman (Maranhão, 1684) — A economia voltada para a exportação e a consequente falta de alimentos tornava a vida difícil. As dificuldades ficaram insuportáveis no Maranhão em fins do século XVII. Os colonos queriam ver pelas costas ou de preferência mortos, dois inimigos: os jesuítas, que se opunham à escravização dos índios; e a Companhia de Comércio, que monopolizava a compra e venda de mercadorias. Como se não bastasse isso, a Companhia só comprava produtos que lhe dessem muito lucro e vendia artigos caros e ruins. Estava difícil conter a revolta.

No dia 24 de fevereiro, sexta-feira de Passos, o povo aproveitou a festa para dar vazão ao descontentamento. Na ausência do governador, os rebeldes prenderam seu substituto e foram acertar contas com os jesuítas: derruba-

ram o portão de seu colégio, invadiram dormitórios, ofenderam os padres e profanaram o oratório. Faltava a Companhia Geral do Comércio do Maranhão. Os populares saquearam-lhe os armazéns e destruíram tudo o que encontraram pela frente.

Nesse levante, assumiram posição de liderança os irmãos Beckman, Manuel e Tomás, grandes proprietários rurais. Já fazia quinze anos que Manuel manifestava oposição ao governo, à Companhia e aos jesuítas. Por isso, os rebeldes o puseram à frente da *Junta Revolucionária*.

A metrópole reagiu um ano depois, com violência. Enforcou os chefes do movimento e assumiu o controle absoluto da capitania.

Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1710) — Olinda e Recife eram famosas pela rivalidade. Na primeira, moravam ricos fazendeiros; na segunda, os comerciantes, chamados pejorativamente de mascates pelos aristocratas. Olinda era vila, tinha Câmara Municipal e pelourinho, o poste na praça que servia para torturar escravos e criminosos. Recife tinha de pagar impostos a Olinda.

Com o crescimento do comércio, Recife se desenvolveu mais que Olinda e a metrópole atendeu sua reivindicação de tornar-se vila. Os fazendeiros de Olinda não gostaram. Invadiram Recife, destituíram o governador e derrubaram o pelourinho. A luta durou quase um ano e acabou com a intervenção da metrópole, quando os fazendeiros de Olinda começaram a falar em rompimento com Portugal e proclamação de um governo republicano. Daí em diante, Recife consolidou posição de destaque em relação a Olinda.

Rebelião de Filipe dos Santos (Vila Rica, 1720) — Estava a ponto de explodir a insatisfação com o rígido controle sobre a exploração das minas, quando Portugal ainda apertou o cerco, instalando as Casas de Fundição. Uma multidão furiosa, chefiada por Filipe dos Santos, foi à casa do governador manifestar sua revolta.

A repressão se mostrou de novo violenta. Preso, Filipe foi enforcado e esquartejado, tendo braços e pernas amarrados em quatro cavalos que partiram em diferentes direções.

2. A crise do Antigo Regime

O auge da crise da colonização brasileira se ligava à crise geral do sistema colonial. Os sinais mais importantes foram três fatos ocorridos na segunda metade do século XVIII: *Revolução Industrial, Revolução Americana e Revolução Francesa*. Elas marcaram a transição da Idade Moderna para a Idade Contemporânea.

3. A Inconfidência Mineira (1789)

Dentre as rebeliões ocorridas nos séculos XVII e XVIII, a que mais repercutiu foi a Inconfidência Mineira, tanto pela amplitude, pois envolveu numerosos setores da população, quanto pelo caráter de contestação do próprio sistema colonial. Na época, as minas já se esgotavam e o governo insistia em medidas antipáticas e prejudiciais à população e aos mineradores:

- queria todos trabalhando nas minas, ambientando por mais ouro;
- proibia engenhos na região, para não deslocar escravos da extração do metal;
- mantinha o monopólio do sal nas mãos de alguns comerciantes;
- fechou fábricas de tecidos: os brasileiros tinham de comprar tecidos de Portugal;
- proibia o uso de estradas para o litoral, temendo o contrabando de ouro;
- cobrava quintos atrasados, mesmo diante da queda da produção.

Tais medidas fortaleciam o sentimento de liberdade, independência, cada vez mais forte. Contribuíam para alimentar tal sentimento as idéias vindas do norte, das colônias inglesas recém-libertadas da Inglaterra (Estados Unidos, 1776), e da Europa, trazidas por estudantes brasileiros que de lá voltavam.

O descontentamento se generalizava mas faltava a organização do movimento. Para isso, uniram-se poetas, escritores, mineradores, militares, padres e populares. Joaquim José da Silva Xavier, o *Tiradentes*, era um militante destacado: vivia viajando pela região, para conquistar adeptos.

O que pretendiam os conspiradores? Os planos estabeleciam que o movimento armado eclodiria no dia em que começasse a cobrança de impostos atrasados. Vitoriosos, os conspiradores proclamariam a República, criariam uma univer-

sidade em Vila Rica e fundariam fábricas por todo o país. Um traidor infiltrado avisou o governador, que suspendeu a derrama e mandou prender os principais líderes.

Após intensos interrogatórios, veio a sentença: morte para Tiradentes e expulsão dos outros para a África. Apesar de seu importante papel no movimento, Tiradentes parece ter sido escolhido como bode expiatório. Era preciso salvar a honra de intelectuais e homens ricos, mas também era preciso castigar alguém como exemplo.

Tiradentes foi enforcado e o corpo, esquartejado: a cabeça ficou em Vila Rica; os membros foram colocados em postes na estrada entre Minas e Rio. Destruíram sua casa e jogaram sal sobre a terra, para que ali nem plantas crescessem. Mas não apagaram a chama da liberdade.

4. Conjuração Baiana (1798)

Na Bahia também crescia a insatisfação com a carestia, a falta de produtos, os baixos soldos etc. E também corriam de boca em boca as idéias de liberdade, igualdade e fraternidade, que ecoavam da recente Revolução Francesa (1789). Para discutir e divulgar essas idéias, a burguesia baiana fundou a loja maçônica Cavaleiros da Luz.

Em 12 de agosto de 1798, Salvador amanheceu com papéis afixados nas casas, exortando o povo à revolução. Os panfletos falavam em República, liberdade, igualdade, melhores soldos para os soldados, promoção de oficiais, comércio com todos os povos etc. Um traidor denunciou ao governo dia, hora e local da reunião que daria início ao movimento. Alguns conspiradores conseguiram fugir, mas 49 foram presos, entre eles nove escravos e três mulheres.

Nenhum dos Cavaleiros da Luz estava entre os presos. Os advogados de defesa mostraram que a linguagem dos panfletos estava acima das possibilidades intelectuais dos acusados, homens simples. Mas quatro foram condenados à morte: Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas de Amorim Torres, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos. Os outros foram expulsos do Brasil.

Para o historiador Affonso Ruy, a conspiração de 1798 foi a primeira revolução social brasileira, por não se tratar de simples motim de quartel, inquietação de descontentes ou levante

de escravos, mas sim de “trabalho lento, persistente, de massas doutrinadas”, que pleiteava um governo “onde todas as classes colaborassem”, prometendo extinguir “privilégios e restrições à propriedade dos produtos comerciáveis com escocadouro franco nos portos, abertos a todas as nações, além da independência espiritual, com a fundação da igreja brasileira Amerina, desligada da Cúria romana”.

A Conjuração também ficou conhecida como Revolta dos Alfaiates, pelo grande número desses profissionais envolvidos. Ao lado de homens letrados e padres, também participaram homens simples, como mulatos, negros libertos e mesmo escravos.

5. Retomada da agricultura

A primeira metade do século XVIII tinha sido um período negro para a agricultura brasileira, pela concorrência de outros produtores de gêneros tropicais e pela concentração de esforços na mineração. Mas no final do século, com a decadência da mineração, ressurgiu a agricultura, reforçando o poder econômico dos plantadores e transformando alguns deles em firmas partidários da liberdade comercial, primeira etapa da independência plena. Podemos perceber por que ocorreu a politização, quando examinamos outros fatos que, junto com o declínio das minas, contribuíram para estimular a agricultura:

- aumento da população européia, com a ampliação dos mercados consumidores de gêneros tropicais;

- a Revolução Industrial, que provocou o crescimento do consumo de matérias-primas, estimulando sua produção;

- a substituição dos tradicionais linho e lã pelo algodão, nativo da América;

- as lutas pela independência que envolveram as colônias inglesas da América do Norte e as francesas das Antilhas, diminuindo o potencial dos concorrentes do Brasil na produção agrícola.

Os três primeiros fatores reforçaram a necessidade do comércio entre o Brasil e todos os países em condições de liberdade, o que contrariava frontalmente os interesses da metrópole.

O que estimulou a produção de *algodão* e outros bens agrícolas no Brasil foi a exportação, praticada regularmente no último quartel

do século XVIII. O algodão se desenvolveu mais no Maranhão, estimulado pelos créditos, escravos e ferramentas fornecidos pela Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que deteve o monopólio da compra e venda de 1756 a 1777.

A nova cultura se difundiu para o Pará e chegou até os atuais Paraná e Goiás. No fim do século XVIII, o Brasil tornou-se um dos grandes produtores mundiais de algodão, situação que perdurou até o início do século XIX. Então, o aumento da produção norte-americana trouxe uma queda nos preços e limitou a produção brasileira.

O açúcar também experimentou uma retomada no fim do século XVIII. As antigas regiões produtoras, Bahia e Pernambuco, voltaram ao primeiro plano, mas já despontava nova área produtora, que se tornaria a mais importante do país, a capitania de São Vicente, já com o nome de São Paulo.

Outros produtos tiveram destaque, embora passageiro, no comércio exportador da época: o *arroz* do Maranhão; e o *anil*, que prosperou no Rio de Janeiro, mas logo foi ofuscado pela concorrência da Índia, com produto de melhor qualidade.

Com o renascimento da agricultura, as áreas litorâneas voltaram a ter projeção econômica. Nelas, se desenvolveram os movimentos pela independência. Com o declínio da mineração, a pecuária desenvolveu-se nas capitanias centrais; Minas tornou-se um dos principais centros de criação de gado e produção de laticínios.

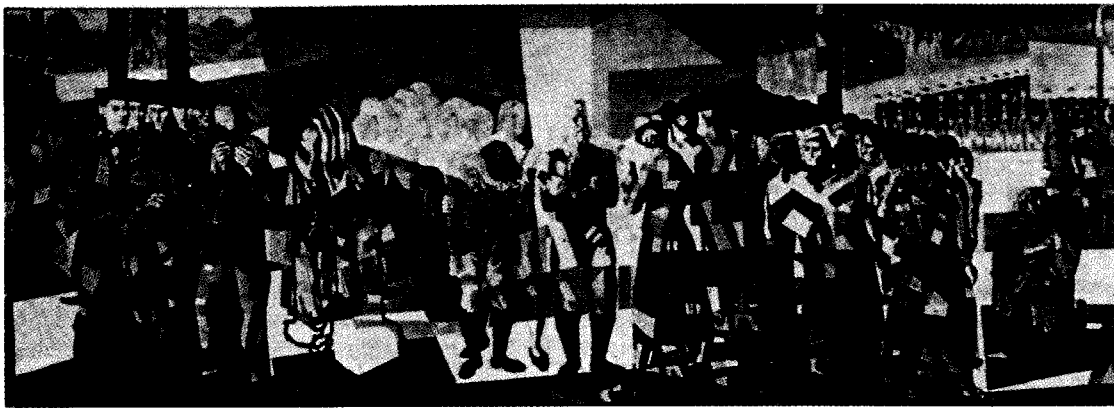
Um fator que determinou a curta duração da retomada agrícola no fim do século XVIII foi a falta de progressos técnicos no setor. Por muito tempo continuou-se usando métodos rudimentares e destrutivos, como:

- queimada;
- abandono do solo esgotado, em vez da recuperação dele;
- monocultura;
- separação entre pecuária e agricultura, com desperdício do esterco animal para adubação;
- ignorância e desinteresse em selecionar as melhores variedades de cada produto.

Tudo isso trouxe a devastação desnecessária de florestas e a criação de áreas desérticas e improdutivas. A situação contribuiu para tornar difícil a vida no Nordeste e em outras regiões brasileiras.

Questões propostas

1. Por que do final do século XVIII ao início do XIX caracteriza-se uma fase crítica do período colonial?
2. Que fatores levaram à Revolta dos Beckman?
3. Quais os motivos da Guerra dos Mascates?
4. Que motivos levaram à Revolta de Filipe dos Santos? O que aconteceu com ele?
5. Que medidas prejudiciais ao povo antecederam a Inconfidência Mineira de 1789?
6. O que pretendiam os conspiradores de 1789?
7. Que fim teve a Inconfidência Mineira?
8. Como foi a Conjuração Baiana, de 1798, e por que a consideram a primeira revolução social brasileira?
9. Que fatores contribuíram para a retomada agrícola do fim do século XVIII e quais os seus principais produtos?
10. Por que durou pouco a retomada agrícola no fim do século XVIII?



Tiradentes, em grande painel de Portinari.

Capítulo 67

A crise do Antigo Regime: o Império Napoleônico

Enquanto no Brasil germinavam as sementes da Independência, na França florescia um novo Império. Coube a Napoleão a tarefa de consolidar internamente e difundir externamente os ideais da Revolução. Ela havia atingido o auge durante o Terror. A reação veio em 1795 com a implantação do Diretório. Este teve dificuldades para governar, atacado pelos partidários da realeza, que queriam a volta do Antigo Regime, e pressionado pelas camadas populares, que queriam a volta do Terror.

Alguns diretores resolveram fortalecer o poder do Diretório, conspirando com um líder militar popular, que se havia destacado em guerras da França contra a Itália (1796-1797) e no Egito (1798-1799): Napoleão. Foi ele o escolhido para chefiar o golpe que depôs o Diretório, dissolveu a Assembléia e implantou o regime do *Consulado* (1799-1802).

Não passava de uma ditadura disfarçada. Em 1804, foi criado o Império, espécie de monarquia vitalícia. Apesar de haver Constituição, Napoleão governou despoticamente. Por algum tempo, a prosperidade resultante das reformas internas e o êxito das guerras permitiram a continuidade do regime. Com os primeiros fracassos militares, seus fundamentos seriam abalados, até a queda em 1814.

1. O Consulado vira monarquia

Em 1799, a França apresentava aspecto desolador: indústria e comércio arruinados; caminhos e portos destruídos; serviço público desorganizado; emigrados fugiam da desordem e da ameaça de confisco de bens; clérigos que se haviam recusado a acatar a nova Constituição eram perseguidos. A guerra civil parecia iminente.

Napoleão procurou fazer uma política de reconciliação. A Constituição, aprovada em plebiscito por mais de 3 milhões de votos, lhe deu poderes ilimitados, sob aparência de regime republicano: o Consulado. O voto era universal. Fazia-se uma lista de candidatos mais votados e entre

eles o governo escolhia os encarregados das funções públicas.

O fraco Poder Legislativo se compunha de quatro assembleias: *Conselho de Estado*, que preparava as leis; o *Tribunal* as discutia; o *Corpo Legislativo* votava; e o *Senado* velava pela execução. O Poder Executivo, confiado a três consules nomeados pelo Senado por dez anos, era o mais forte. Quem detinha o poder mesmo era o primeiro-consul; ele propunha e mandava publicar as leis, nomeava ministros, oficiais, funcionários e juizes.

Em 1802, Napoleão assinou a *Paz de Amiens*, pondo fim ao conflito europeu que durava desde 1792.

Seu governo reorganizou e centralizou a administração. Tomou medidas financeiras importantes, como a criação de um corpo de funcionários para arrecadar impostos e a fundação do Banco da França, com direito de emitir papel-moeda. A situação econômica melhorou. O ensino secundário se organizou com o objetivo de instruir funcionários para o Estado. A maior obra de Napoleão foi o *Código Civil*, inspirado no Direito Romano, nas Ordenações Reais e no Direito Revolucionário; completado em 1804, continua na essência vigorando em nossos dias.

A paz com a Igreja veio em 1801. O papa aceitou o confisco de bens, e o Estado ficou proibido de interferir no culto. Os bispos, indicados pelo governo e investidos nas funções pelo papa, prestariam juramento de fidelidade ao governo. As bulas papais só entrariam em vigor depois de aprovadas por Napoleão.

Vitório interno e externamente, Napoleão pôde estabelecer a hereditariedade do Consulado em 1802: recebeu do Senado o direito de indicar seu sucessor. Tratava-se da implantação da *monarquia hereditária*.

2. O despotismo de Napoleão

Aproveitando o perigo trazido pelo reinício das guerras, Napoleão se fez proclamar imperador. Em 1804, nova Constituição legalizava o Império e convocava um plebiscito para confirmar sua instituição. O papa sagrou Napoleão em Paris. Seu poder era absoluto.

Ao Código Civil, seguiram-se o Comercial e o Penal. A economia se aqueceu. Os camponeses passaram a produzir mais e a apoiar o regime. A

indústria foi estimulada. O governo concluiu numerosos trabalhos iniciados no Consulado: canais, portos, estradas, embelezamento de cidades.

Napoleão tornou-se mais despótico que os antigos reis. Suprimiu as assembléias; o Tribunal e os Corpos Legislativos perderam suas funções; não havia respeito pelas liberdades individuais e políticas; a imprensa ficou sob censura. O imperador interveio na educação. Alterou o programa de disciplinas perigosas para o regime, como História e Filosofia. Serviu-se até da religião: o catecismo ensinava os deveres para com Deus e para com o imperador; quando o papa se recusou a integrar-se na política internacional de Napoleão, ele lhe tomou os Estados e confinou-o em Savona (1809); os bispos que tomaram o partido do papa foram perseguidos.

3. Política externa

Em 1803, a Inglaterra se uniu à Rússia e à Áustria para lutar contra a França. Os ingleses venceram no mar, em Trafalgar, na Espanha; mas os franceses bateram os austro-russos em terra, em Austerlitz, Boêmia. No fim da guerra, a Áustria foi separada da Alemanha e da Itália, e esta submetida à França. Na Alemanha criou-se a Confederação do Reno, sob tutela francesa, para substituir o Sacro Império.

Outra aliança se formou em 1806 contra Napoleão: a Prússia e a Rússia, ambas vencidas. Pela Paz de Tilsit (Prússia), a Prússia foi desmembrada e a Rússia se aliou à França.

Para enfraquecer a Inglaterra, Napoleão decretou o Bloqueio Continental: todos os europeus eram obrigados a fechar seus portos ao comércio inglês.

O desejo de conquistas na Península Ibérica abriu à França novos campos de conflito. Os austríacos aproveitaram e retomaram as armas em 1809, mas foram batidos e também sofreram desmembramento.

O poder napoleônico chegava ao auge. Seu organizado exército parecia imbatível. A Europa ocidental estava submetida a seu poder. Mas as intervenções francesas provocaram revoltas nacionais, principalmente na Prússia.

Em 1812 terminou a aliança com os russos, quando eles romperam o bloqueio contra os ingleses. Napoleão invadiu a Rússia. Venceu a Batalha de Moscou, mas encontrou tanta resistência que

foi obrigado a uma retirada desastrosa. Na Espanha as tropas sofriam com os guerrilheiros. A família real portuguesa fugiu para o Brasil: mais uma brecha no Bloqueio Continental.

Prússia e Áustria então se aliaram à Rússia e venceram Napoleão em Leipzig (Confederação do Reno), destruindo-lhe o poder na Europa (1813). Ele nem sequer conseguiu impedir a invasão da França. Os aliados tomaram Paris, restabeleceram a monarquia deposta em 1792 e obrigaram Luís XVIII a aceitar o *Tratado de Paris*.

Preso na ilha mediterrânea de Elba, Napoleão fugiu em março de 1815 e retomou o poder (*Governo dos Cem Dias*). Mas foi detido pela última coligação européia contra a França. Os ingleses o derrotaram em Waterloo, na Bélgica. Preso na ilha de Santa Helena, costa africana, morreu em 1821.

Luís XVIII retomou o poder. Em 1814-1815, o *Congresso de Viena* restabeleceu o equilíbrio entre as grandes potências (Inglaterra, Prússia, Rússia e Áustria); Alemanha e Itália permaneceram divididas; a Inglaterra adquiriu a supremacia marítima e colonial. Para preservar a paz e evitar perturbações sociais como a Revolução Francesa e as guerras de Napoleão, as potências criaram a *Santa Aliança*.

Questões propostas

1. Descreva as condições que permitiram a Napoleão chegar ao poder. Que tipo de regime ele implantou?
2. Que política adotou Napoleão? O que fez na prática? Qual foi sua maior obra?
3. No plano externo, qual foi a primeira vitória de Napoleão?
4. Obtendo êxito interno e externo, que passos tomou Napoleão?
5. Por que o descontentamento passou a tomar conta dos franceses?
6. Que foi o Bloqueio Continental? O que tem a ver com a Rússia e com o Brasil?
7. Qual o auge e o fim de Napoleão? Explique: ilha de Elba e ilha de Santa Helena.

Capítulo 68

A crise do Antigo Regime: a Santa Aliança e a independência das colônias

Assim que o Império Napoleônico ruuiu, as grandes potências se reuniram no *Congresso de Viena* para reorganizar o mapa político da Europa. Surgiu a *Santa Aliança*, organização que tinha por objetivo conter a difusão da revolução liberal (burguesa), semeada por Napoleão.

Espanha e Portugal faziam parte do acordo, por isso a Santa Aliança tinha o direito de intervir nas colônias desses países caso elas tentassem libertar-se. Na própria Europa, os exércitos internacionais da organização contiveram numerosas rebeliões.

1. Principais decisões

Antes mesmo da reunião, as potências aliadas vencedoras assinaram importantes tratados, como os dois tratados de Paris, impostos a Luís XVIII, e os tratados coloniais entre Inglaterra e Holanda.

O Congresso de Viena se reuniu de setembro de 1814, depois da primeira abdicação de Napoleão, a junho de 1815. O ambiente era de satisfação pela vitória sobre as forças revolucionárias. As grandes potências (Rússia, Áustria, Inglaterra e Prússia) tomaram as decisões representadas por seus chefes ou por ministros plenipotenciários. A figura mais importante ali era Metternich, da Áustria.

As discórdias decorrentes dos interesses em jogo facilitaram o trabalho do ministro francês Talleyrand. Dentre os princípios gerais propostos, impôs-se o de *legitimidade*, sugerido por ele e defendido pelos ingleses e austríacos: cada país deveria voltar a ter os limites de antes de 1789. Essa busca do *equilíbrio* entre as principais potências orientou as decisões, o que favoreceu a França.

O mapa da Europa e das colônias mudou bastante. A Inglaterra garantiu sua supremacia nos mares, graças à anexação de pontos estraté-

gicos no Mediterrâneo, no caminho das Índias e nas Antilhas. A Bélgica, dominada pela França, foi ligada à Holanda para evitar uma ação francesa sobre o porto belga de Antuérpia. A Rússia recebeu parte da Polônia, a Finlândia e a Bessarábia. À Prússia coube grande parte da região do Reno, na Alemanha. A Áustria recebeu a Lombardia e Veneza, além da supremacia política sobre a Itália.

O Tratado de Paris impôs à França o pagamento de uma indenização de guerra e a ocupação de seu território por um exército de aliados pago por ela. Suas fronteiras permaneceram, de modo geral, as mesmas do Antigo Regime.

2. Origem e finalidade

A proposta da Santa Aliança partiu do czar (ou tzar: imperador) da Rússia, Alexandre I. Ele, o imperador da Áustria e o rei da Prússia assinaram esse tratado em 26 de setembro de 1815, “em nome da Santíssima Trindade”; e, “segundo as regras da caridade cristã”, prometeram ajuda mútua. A França aderiu. Mas foi o príncipe austríaco Metternich quem deu as diretrizes da Santa Aliança — em última análise, um instrumento da reação européia para manter a França sob vigilância, reprimir movimentos revolucionários e liberais na Europa e abafar todo movimento separatista (de independência) ou nacional.

Em 1818, o primeiro Congresso da Santa Aliança decidiu retirar as tropas de ocupação da França. Não era sinal de afrouxamento. Pouco depois, quando uma associação de estudantes alemães provocou distúrbios durante as comemorações do terceiro centenário da Reforma, a repressão se abateu com violência. As universidades foram vigiadas, as sociedades nacionalistas combatidas e os jornais censurados.

Em 1820, posições liberais de militares contrários ao absolutismo na Espanha e no Reino das Duas Sicílias insuflaram uma revolta, que culminou com a imposição de uma Constituição aos dois reis. Fernando VII, da Espanha, e seu primo Fernando I, das Duas Sicílias, fingiram aceitar mas recorreram à Santa Aliança. Uma expedição militar, em 1823, pôs fim à revolta constitucionalista e restituiu Fernando VII como monarca absoluto.

Este foi o último êxito da Santa Aliança, pois

por volta de 1820 seu poder já se esfumava. Não conseguiu abafar a rebelião dos gregos contra os turcos (1821-1827) nem a independência das colônias da América do Sul (1810-1824). Ficou desmoralizada.

3. As colônias se separam

A independência das colônias latino-americanas deve ser entendida como parte da crise do Antigo Regime e, sobretudo, da crise do sistema colonial, que havia sofrido o primeiro abalo com a Independência dos Estados Unidos. Três elementos fundamentais se conjugaram para precipitar o processo: a *Revolução Industrial* inglesa, que impunha a busca de mercados consumidores e, portanto, a destruição dos monopólios, peças essenciais do sistema colonial; a *ruptura do equilíbrio político* europeu resultante das guerras da Revolução Francesa e do Império Napoleônico, que levaram a Inglaterra a apoiar os movimentos de independência como forma de golpear os franceses; e o *desenvolvimento das colônias*, que passou a entrar em choque com os entraves da política mercantilista e do sistema colonial.

Portugal e Espanha, baseados no mercantilismo, buscavam desenvolver as metrópoles à custa da matéria-prima das colônias; tal política só permitia a produção colonial que não concorresse com a européia; e, pelo *Pacto Colonial*, o comércio com cada colônia era monopólio de sua metrópole.

Apesar da tirania das metrópoles, as colônias progrediam. O contrabando prosperava, pois os barcos ingleses vendiam mais barato que portugueses e espanhóis. Ao criar universidades e liberar o comércio nas colônias, Carlos III (rei da Espanha de 1759 a 1788) estimulou o desenvolvimento delas e o anseio de libertação. Situação semelhante ocorreria mais tarde no Brasil, com a presença do rei português João VI na capital da colônia.

As primeiras manifestações nem sempre tinham caráter separatista. Expressavam o descontentamento dos colonos com os abusos da metrópole, sua oposição à política mercantilista e sua busca de liberdade econômica.

O exemplo norte-americano, a influência dos iluministas e a brusca mudança na situação polí-

tica internacional trazida por Napoleão propiciaram a separação das outras colônias. Quando ele rompeu o equilíbrio europeu e invadiu a Península Ibérica, a família real portuguesa mudou-se para o Brasil, em 1808; e o rei Fernando VII foi substituído por um irmão de Napoleão.

As reformas administrativas, políticas e econômicas empreendidas por D. João VI acentuaram o desenvolvimento do país e tornaram possível sua independência por meios pacíficos em 1822. A presença de João VI também manteve a unidade territorial da imensa colônia, evitando que movimentos diversos a dividissem em várias nações.

Nas colônias espanholas, a situação foi diferente. No século XIX, os colonos iniciaram uma rebelião, mas contra a invasão napoleônica na Espanha; os revoltosos achavam que a metrópole não teria condições de dominar a sublevação. Enganaram-se. A metrópole reagiu e começaram as guerras de independência.

No Vice-Reino de Nova Espanha (México), surgiram as primeiras tentativas. Em 1811, o padre Hidalgo tentou proclamar a independência mas falhou. Nova tentativa em 1813 custou-lhe a vida: foi executado. Em 1820, o general Itúrbide teve sucesso e proclamou-se imperador, como Agostinho I; em 1823 abdicou e foi fuzilado. O México então se tornou uma república federal.

Outras regiões latino-americanas logo seguiram o exemplo. Do Vice-Reino de Nova Granada surgiram Venezuela, Colômbia e Equador. Francisco Miranda proclamou a Independência da Venezuela, mas foi derrotado a seguir. Foi Simon Bolívar quem libertou o país em 1813; e, em 1819, venceu os espanhóis na Colômbia. Com o general Sucre, Bolívar libertou o Equador em 1822.

Do Vice-Reino do Peru surgiram mais três países: Peru, Chile e Bolívia. No Chile, O'Higgins iniciou o movimento separatista em 1808. Ele e San Martín, da Argentina, prepararam o Exército dos Andes. Em 1817, o Chile foi libertado e O'Higgins feito presidente. San Martín libertou o Peru em 1821, com ajuda do mercenário inglês Lorde Cochrane, que venceu os espanhóis no mar. A Bolívia desmembrou-se do Peru, com Sucre, em 1825.

A Independência do Vice-Reino do Prata deu origem a mais três países: Argentina, Uruguai e Paraguai. Na Argentina, deposto o vice-rei, uma

junta provisória se constituiu e seguiram-se lutas entre republicanos e monarquistas. Em 1816, o Congresso de Tucumã proclamou a República das Províncias Unidas do Rio da Prata. O Paraguai libertou-se sem guerras em 1811, num movimento liderado por Yegros e José Francia. O Uruguai, invadido pelo Brasil em 1816, só se tornou independente em 1828.

O rei espanhol Fernando VII chegou a pedir ajuda à Santa Aliança. Mas Estados Unidos e Inglaterra se opuseram à intervenção e reconheceram a independência das colônias — os Estados Unidos, por causa da Doutrina Monroe (*"A América para os americanos"*); a Inglaterra, porque os novos países representavam mercado seguro para seus produtos.

Sem ajuda da Santa Aliança, o domínio da Espanha na América chegou ao fim. O mesmo destino foi reservado a Portugal, como vamos ver a seguir.

Questões propostas

1. O que provocou o Congresso de Viena? Resuma.
2. O que o Tratado de Paris impôs à França?
3. Que fim teve a Santa Aliança?
4. Que caráter tinham as primeiras manifestações nas colônias da América?
5. Estabeleça a diferença entre o caminho para a independência no Brasil e nas colônias espanholas.
6. Por que a Santa Aliança não pôde intervir contra os revoltosos que pediam independência na América?



Proclamação da independência da Venezuela em julho de 1811, com Francisco de Miranda à frente da nova república.

Capítulo 69

A crise do Antigo Regime: o processo de Independência do Brasil (1808-1822)

Em 1808, com a vinda da família real ao Brasil, o Rio de Janeiro tornou-se centro de decisões do Império português. A liberdade comercial então concedida marca o fim do *Pacto Colonial* e pode ser considerada fato decisivo no processo de independência.

Desde a segunda metade do século anterior, junto com a Revolução Industrial, operava-se a substituição do capitalismo comercial pelo capitalismo industrial. Para este, não interessava o monopólio comercial, mas o comércio livre, para haver compra de matéria-prima de quem se quisesse e venda de produtos onde se lucrasse mais. Ao *mercantilismo* opunha-se o *liberalismo*, contrário à intervenção do Estado na economia e favorável à livre iniciativa.

Portugal, tal como a Espanha, resistiu ao fim do monopólio comercial com seu mundo colonial, pois vivia bem como simples intermediário: levava produtos para os mercados consumidores e trazia as mercadorias necessárias à população colonial. A manutenção do monopólio só era possível mediante a imposição de restrições a atividades econômicas na colônia, o que a impedia de se desenvolver. Era preciso cortar as amarras que obrigavam o Brasil a produzir segundo os interesses da metrópole, em vez de atender a suas próprias necessidades.

1. Brasil, sede do Império

No início do século XIX, além do desenvolvimento do capitalismo industrial em prejuízo do comercial, uma circunstância política internacional ajudou a acelerar a decadência dos impérios ibéricos: a política de Napoleão, que tinha a Europa a seus pés. Ao entrar triunfalmente em Berlim em 1806, ele havia decretado o *Bloqueio Continental*. A França exigiu de Portugal que:

- decretasse guerra à Inglaterra;
- fechasse seus portos aos navios ingleses;
- incorporasse seus navios à esquadra francesa;
- confiscasse os bens de ingleses que vivessem em Portugal.

Portugal ficou em situação difícil. Se atendesse à França, perderia o Brasil, que seria invadido pela Inglaterra; se não atendesse e continuasse aliado da Inglaterra, seria invadido pela França e submetido à força. Na chefia do governo português, estava o príncipe regente D. João, em lugar de sua mãe Maria I, doente mental. Ele tentou ganhar tempo. Propôs à Inglaterra que fingiria atender à França, ou seja, declararia guerra, fecharia os portos e expulsaria os ingleses apenas aparentemente; à França, propôs o casamento de seu filho D. Pedro, de nove anos, com uma sobrinha de Napoleão.

Ingleses e franceses recusaram as propostas. A solução de urgência parecia a transferência da Corte para o Brasil. Interessava à Coroa, pois manteria o domínio sobre a rica colônia; e à Inglaterra, que queria impedir a esquadra portuguesa de cair nas mãos de Napoleão e restringir o proveito que a França pudesse tirar das colônias portuguesas. E o Brasil estaria sob influência dos ingleses, o que lhes facilitaria a penetração na América do Sul.

Foi assim que, em outubro de 1807, enquanto em Fontainebleau Napoleão acertava secretamente com a Espanha a divisão de Portugal, também em segredo a Inglaterra se comprometia a proteger a transferência da família real portuguesa para o Brasil.

Embarcaram junto a nobreza, o alto funcionalismo, oficiais superiores com suas famílias: mais de 10 000 pessoas, em apenas catorze navios, com suas riquezas, documentos, bibliotecas, coleções de arte e todos os bens que pudessem carregar. Quando as forças francesas chegaram a Lisboa, tudo o que puderam avistar foram vultos no horizonte. Restava-lhes um reino pobre e abandonado.

A viagem não foi fácil. Além da falta de acomodações e de alimentos, uma tempestade dispersou os navios. Alguns chegaram ao Rio de Janeiro, mas outros, entre os quais aquele que levava o príncipe regente, aportaram na Bahia, em fins de janeiro de 1808. Só no começo de março, D. João e comitiva se transferiram para o Rio, onde os receberam com festas.

Alojar tanta gente da noite para o dia foi um problema de fácil solução para quem detinha o

poder sobre tudo e sobre todos. D. João requisitou as principais residências e despejou os moradores, mandando afixar em cada casa as letras *P.R.*, correspondentes a *Príncipe Regente*, que o povo lia como “*Ponha-se na Rua*” ou “*Prédio Roubado*”.

2. Consequências econômicas

Ainda na Bahia, D. João tomou medida de largo alcance econômico: a *abertura dos portos* da colônia às nações amigas, liberando o comércio do jugo do monopólio e, portanto, acabando com o domínio colonial. A medida era necessária para que o Brasil não ficasse isolado do mundo, pois a metrópole tinha sido tomada pelos franceses.

A abertura dos portos favoreceu a Inglaterra, já que dispunha de melhores condições de comerciar com o Brasil e era a maior interessada no comércio livre, que lhe possibilitava compensar o que havia perdido na Europa. Ela tratou de tirar o maior proveito da situação. O soberano português detinha títulos, mas havia cedido independência e liberdade de ação, pois:

- no Rio de Janeiro, uma divisão naval inglesa guardava a família real;
- na Europa, os ingleses dirigiram a luta contra os franceses e, expulsos os invasores, um general inglês foi nomeado comandante supremo do exército português e governador do reino.

A cobrança inglesa não parou aí. Bastaria dizer que praticamente deixou de existir o comércio português no Brasil. No decreto de abertura dos portos havia sido fixada uma taxa de 24% sobre o valor de todas as mercadorias importadas, com exceção das portuguesas, taxadas em 16%. Pois bem, num tratado assinado em 1810, a Inglaterra passou a pagar a taxa de 15%, menos que a taxa das próprias mercadorias portuguesas. As taxas seriam igualadas apenas seis anos depois.

A fixação da Corte no Rio de Janeiro dinamizou todas as atividades da colônia. Nobres investiram seus capitais e foram se apegando ao Brasil, terra mais ampla e mais rica em recursos que a metrópole, arruinada pela guerra. A necessidade de melhoramentos resultou em medidas que trouxeram progresso:

- revogação da lei que proibia diversas indústrias;
- construção de estradas;
- melhoria dos portos;

● introdução de novas espécies vegetais, como o chá;

● promoção da vinda de colonos europeus; e outras.

Apesar das medidas liberalizantes, a indústria não se desenvolveu, pois não tinha condições de competir com a inglesa. Em consequência das importações, desde essa época o comércio exterior brasileiro começou a ser deficitário, situação que só mudaria temporariamente na segunda metade do século XIX, com o crescimento da exportação do café. Chegaram tantas manufaturas inglesas, logo após a vinda da família real, que subiram os aluguéis das casas para armazená-las. Navios congestionavam a baía, e a alfândega transbordou com o volume de mercadorias. Ferragens, peixe salgado, queijos, chapéus, vidros, cerâmica, cordoalha, cerveja, tintas, gomas, resinas, tudo ficou exposto ao sol, chuva e depredação geral.

3. Consequências administrativas

D. João reorganizou toda a administração:

- criou três Ministérios: Guerra e Estrangeiros; Marinha; Fazenda e Interior;
- fundou o Banco do Brasil;
- instalou a Junta Geral do Comércio;
- instalou a Casa da Suplicação (Supremo Tribunal).

Em 1815, foram extintos os Estados do Brasil; do Grão-Pará e Rio Negro; e do Maranhão e Piauí. O Brasil foi elevado à categoria de reino e todas as terras portuguesas passaram a chamar-se *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*. Dona Maria I morreu em 1816 e o príncipe regente foi aclamado e coroado rei, como Dom João VI, em 1818.

A partir de 1821, as capitanias passaram a ser chamadas *províncias*. Foram criadas mais quatro: Rio Grande do Norte, Alagoas, Santa Catarina e Sergipe. A divisão territorial ficou semelhante à atual. A administração estava centralizada nas mãos do rei e dos governadores das províncias, subordinados a ele.

4. Revolução em Pernambuco

Vários fatores levaram à Revolução Pernambucana de 1817:

econômicos – crise na produção de açúcar e algodão, luta dos senhores rurais e homens livres contra o domínio comercial dos portugueses e os altos preços pelos quais estes vendiam gêneros de primeira necessidade;

políticos – desejo de substituir a monarquia absoluta de direito divino por uma forma mais liberal de governo, como a República, já adotada nos Estados Unidos;

sociais – as grandes desigualdades sociais e raciais.

Idéias de liberdade espalhavam-se por sociedades secretas, quartéis, clero e população. O próprio governador ateou fogo ao estopim da revolta ao mandar prender os líderes do movimento: os comerciantes Domingos José Martins e Antônio Gonçalves da Cruz; o padre João Ribeiro; o cirurgião Vicente Guimarães Peixoto; os tenentes Manuel de Sousa Teixeira e José Mariano Cavalcanti; e os capitães Domingos Teotônio Jorge e José de Barros Lima. O capitão Lima matou o oficial que lhe deu voz de prisão. E a revolução começou.

Os revolucionários bateram as forças do governador e organizaram um governo provisório com cinco membros, representando comércio, exército, clero, agricultura e justiça. Enviaram emissários para capitânicas do Nordeste e exterior (Estados Unidos, Argentina e Inglaterra). Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas aderiram. Os emissários enviados ao Ceará foram presos; o que foi à Bahia, fuzilado.

Forças militares enviadas da Bahia e do Rio venceram os revolucionários e tropas leais aos portugueses ocuparam Recife, praticando desordens e assassinatos. Os líderes principais, uma dúzia deles, foram executados. No início de 1818, o príncipe regente anistiou outros 72 condenados à morte.

A Revolução Pernambucana de 1817 conseguiu congregar, em torno do ideal de emancipação política e republicanismo, populares, intelectuais, militares e religiosos (havia mais de 60 padres envolvidos).

5. O Sete de Setembro

Uma revolução explodiu na cidade do *Porto*

em 1820, dominou Portugal, adotou uma Constituição provisória baseada na espanhola e impôs sérias exigências a D. João VI: aceitar a Constituição a ser promulgada pelas Cortes de Lisboa; nomear para os cargos públicos mais importantes doze pessoas indicadas pelos revolucionários.

Temendo perder o trono, D. João VI concordou. Os revolucionários impunham que as Cortes funcionassem em Lisboa; o rei não teve alternativa, a não ser rumar para Portugal, em abril de 1821. Aqui, deixou o filho Pedro como príncipe regente; e a situação política e econômica do Brasil se agravou. Os cofres haviam sido esvaziados e o ouro levado para Lisboa. Nas províncias, cresciam a agitação e a hostilidade entre brasileiros e portugueses.

D. Pedro começou agindo com moderação: restringiu as despesas, baixou os impostos e equiparou os militares brasileiros aos portugueses. As Cortes de Lisboa não gostaram de sua política. Queriam recolonizar o Brasil e tomaram medidas contrárias aos interesses brasileiros: desligaram os governos provinciais do governo do Rio de Janeiro; suprimiram os tribunais instituídos por D. João VI; ordenaram a D. Pedro que entregasse o governo a uma junta submissa a Lisboa e voltasse a Portugal imediatamente.

Portugal não queria perder o Brasil, mas se a separação fosse inevitável, parecia-lhe necessário que a Independência se desse com portugueses no poder. Os grupos que exerciam influência nos destinos do Brasil estavam orientados em três direções bem distintas:

- levar o país de volta à situação de colônia, como queriam as Cortes;
- apoiar D. Pedro e chegar a uma Independência pacífica, com a instalação de uma monarquia;
- proclamar a República, com apoio nos movimentos populares.

Venceu o grupo ligado a D. Pedro, que já estava no poder e se beneficiaria com a Independência, da forma como se deu: sem o povo. Diante de novos decretos das Cortes, anulando decisões suas, impondo-lhe ministros e mandando instaurar processos contra quem contrariasse as ordens de Lisboa, D. Pedro declarou a separação entre Brasil e Portugal em 7 de setembro de 1822. Enquanto ele iniciava o período conhecido como Primeiro Reinado (1822-1831) e o Brasil engatinhava como nação soberana, na Europa se desenvolviam intensos movimentos sociais, com o ressurgimento de

uma onda revolucionária que introduziria novo elemento em cena: o proletariado industrial.

Questões propostas

1. Além do desenvolvimento do capitalismo industrial em prejuízo do mercantilista, que circunstância política internacional contribuiu para o fim das colônias ibéricas no início do século XIX? Comente o caso particular do Brasil em relação a tal circunstância.
2. Para a população do Rio de Janeiro, que consequências imediatas trouxe no seu dia-a-dia a chegada da família real, acompanhada de mais de 10 000 pessoas?
3. Qual a primeira medida de alcance econômico tomada por D. João e como ela beneficiou a Inglaterra?
4. O que estabeleceu e que consequência trouxe o tratado de 1810 entre Portugal e Inglaterra?
5. Durante a estada da família real no Rio de Janeiro, a Coroa tomou medidas que estimularam a economia do país. Que medidas foram essas?
6. Por que a indústria brasileira não se desenvolveu?
7. Que fatores levaram à Revolução Pernambucana de 1817? Que classe de pessoas participou do movimento e o que queriam?
8. Por que Dom João VI se viu obrigado a voltar a Portugal?
9. O que pretendiam as Cortes em relação ao Brasil e por que sua ação precipitou a Independência? Resuma o desfecho desse processo.



Julgamento dos revolucionários de 1817. Seus principais líderes foram executados.

Capítulo 70

Movimentos sociais e nacionalidades: as revoluções liberais e o socialismo

O processo das revoluções liberais iniciado com a Revolução Americana de 1776 havia atingido o ponto máximo com a Revolução Francesa de 1789, seguido do Congresso de Berlim e da Santa Aliança, com seu movimento contra-revolucionário e conservador, conduzido pelas principais potências monarquistas européias: Áustria, Prússia e Rússia.

A onda revolucionária ressurgiu em 1830 na França e se difundiu pela Europa. Em 1848, o movimento também teria caráter liberal e burguês, mas traria novo elemento: a participação do proletariado industrial, com tendências socialistas. O socialismo deixaria de ser a proposta de uma sociedade utópica e igualitária; teria aspectos científicos, pois o socialismo democrático procuraria destruir as raízes da desigualdade entre os homens e buscaria a criação de uma nova sociedade.

1. França, 1830

Após a queda de Napoleão e a restauração dos Bourbon em 1815, na pessoa de Luís XVIII, monarquistas ultra-realistas passaram a conduzir a política interna da França. Eles instauraram o *Terror Branco*, perseguindo bonapartistas e revolucionários.

A *Carta Constitucional* outorgada por Luís XVIII tentava conciliar os princípios do Antigo Regime com as conquistas essenciais da Revolução. Garantia liberdade de pensamento, culto e imprensa; igualdade perante a lei; e inviolabilidade dos bens nacionais. Respeitava a separação entre poderes, reservando ao rei o Executivo. Consagrava o regime eleitoral censitário, isto é, o eleitor devia ser contribuinte e pagar impostos delimitados por idade (30 anos, 300 francos; 40 anos, 1 000 francos), de forma que o eleitorado se compunha de apenas 90 000 franceses.

Havia três tendências dominantes entre os partidos: os *ultra-realistas*, em sua maioria emigrados que haviam deixado o país em 1789 e buscavam recuperar os privilégios perdidos, liderados pelo irmão do rei, Conde de Artois; os *liberais* ou independentes, coligação heterogênea, com republicanos e bonapartistas, que queriam preservar as conquistas revolucionárias, liderados por La Fayette; e os *constitucionalistas*, de centro, que pretendiam a aplicação estrita da Carta, liderados por Guizot.

Morto Luís XVIII em 1824, seu irmão subiu ao trono como Carlos X. Os ultra-realistas dominaram seu governo. Uma lei previa a indenização dos nobres confiscados; outra punia com a morte a profanação das igrejas. No plano externo, iniciou-se em 1830 a conquista da Argélia, a fim de fortalecer o prestígio do rei.

As eleições de 1830 deram maioria à oposição liberal na Câmara e Carlos X mostrou vocação absolutista com um ato de força. Baixou as *quatro ordenações*: suprimiu a liberdade de imprensa, aumentou o censo eleitoral, dissolveu a Câmara e convocou novas eleições. A resistência dos jornalistas deu início à revolução que se desenrolou nos *três dias gloriosos*:

27 de julho — Os jornais desrespeitam a interdição e barricadas aparecem no centro de Paris.

28 de julho — Tropas reais tentam a ofensiva e são repelidas.

29 de julho — Os revoltosos tomam a capital, as Tulherias e obrigam Carlos X a fugir.

Os republicanos não tinham número para mudar o regime, apesar do apoio popular em Paris. A burguesia preferia uma monarquia constitucional à república democrática. Os realistas liberais Thiers e Lafitte, aconselhados por Talleyrand, deram a coroa ao Duque de Orléans, Luís Filipe. Começava a *monarquia de julho*.

A Revolução de 1830 repercutiu por toda a Europa. A Bélgica, apoiada pela Inglaterra, libertou-se da Holanda, à qual estava submetida desde o Congresso de Viena. Na Polônia, os russos tiveram de abafar uma revolta nacionalista. Na Itália, a sociedade secreta Carbonária promoveu agitações liberais que resultaram numa Constituição imposta ao rei das Duas Sicílias. Agitações semelhantes

ocorreram em Portugal e Espanha. Na Alemanha, houve movimentos liberais constitucionistas.

Um pouco antes, em 1829, a Grécia havia se libertado da dominação turca. E lembremos que, até 1825, tinham sido vitoriosos todos os movimentos de independência na América Latina.

2. Condições que levam a 1848

De modo geral, as revoluções de 1848 se devem a três fatores:

- o *liberalismo*, contrário às limitações impostas pela monarquia absoluta;
- o *nacionalismo*, que procurou unir politicamente os povos de mesma origem e cultura;
- o *socialismo*, força nova, surgida nos movimentos de 1830, que pregava a igualdade social e econômica mediante reformas radicais.

Fatores mais imediatos podem ser mencionados. Entre 1846 e 1848, a Europa teve péssimas colheitas. A situação da pobreza piorou. A indústria entrou em crise e chegou à superprodução. O empobrecimento dos camponeses provocou a queda no consumo de tecidos. As fábricas pararam e dispensaram operários. Salários foram reduzidos enquanto os preços dos alimentos dispararam. Os Estados precisaram empregar recursos na compra de trigo; as atividades das grandes indústrias e a construção de estradas de ferro ficaram paralisadas. Estagnação geral.

A crise variava: na Itália e Irlanda, agrária; na Inglaterra, França e Alemanha, industrial.

Camponeses e proletários reclamavam maior igualdade de recursos. Faziam reivindicações, no fundo, socialistas. Mas não havia um partido que pudessem seguir. A oposição ao governo coube aos liberais e nacionalistas (burgueses esclarecidos). Sem orientação própria, a massa apoiou estes homens.

3. França: as barricadas

O regime instituído por Luís Filipe na monarquia de julho apoiava-se na burguesia. O governo tratou de ampliar o direito de voto, retomar a política de liberdade de imprensa e dar mais força à Guarda Nacional, organização paramilitar que dava sustentáculo à burguesia. Os *oposicionistas* eram:

- os legitimistas, partidários do deposto Carlos X;

- os bonapartistas, que estavam próximos de Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão;

- os republicanos, radicais, contrários ao regime monárquico.

Os situacionistas, também chamados *orleanistas*, dividiam-se em duas tendências:

- partido do movimento, que pretendia tornar o regime mais liberal;

- partido da resistência, conservador, onde se destacava Guizot.

Até 1836, houve numerosas manifestações de instabilidade do regime: agitações republicanas, legitimistas, bonapartistas e, acima de tudo, agitações sociais. Em 1834, os operários de Lyon se rebelaram e as tendências republicanas ganharam ainda mais adeptos.

Em 1848, a oposição ficou forte, ajudada pela crise econômica. O partido socialista propunha reformas radicais e expunha suas idéias em banquetes. No dia 22 de fevereiro, eclodiu a revolta, quando o ministro Guizot proibiu um banquete em Paris. No dia seguinte, manifestantes enfrentaram as tropas; a multidão carregou pelas ruas os 16 mortos resultantes durante toda a noite. No dia 24, Paris estava coberta de barricadas e o rei, abandonado pela Guarda Nacional, abdicou. O governo provisório de burgueses liberais e socialistas proclamou a *II República da França*.

Em 23 de abril, realizou-se a primeira eleição na Europa com voto universal e masculino, direto e secreto.

A crise havia se agravado. Para dar trabalho aos desempregados, o governo criou as Oficinas Nacionais, empresas dirigidas e sustentadas pelo Estado; e elevou os impostos para pagar os salários. A crise aumentou. As Oficinas fecharam.

De novo na rua, o proletariado tentou fazer uma *revolução dentro da revolução*. A Assembleia deu então poderes excepcionais ao general Cavaignac, que agiu com violência. Morreram 16 000 revoltosos e foram expulsos do país outros 4 000. A burguesia resolveu a questão operária de acordo com seus interesses. Nova Constituição ficou pronta em novembro. O presidente seria eleito por quatro anos. O primeiro presidente eleito, Luís Napoleão, deu um golpe em 1851 e implantou o *II Império*, tomando o título de Napoleão III em dezembro de 1852.

4. Itália: fracasso

Em 1848, a Itália estava dividida em vários Estados de governo absoluto. Sociedades secretas, como a Carbonária, criticavam o regime; queriam reformas liberais e a unificação dos Estados. Para isto, era preciso expulsar os austríacos, que controlavam a Itália desde o Congresso de Viena.

Em janeiro, o Reino das Duas Sicílias revoltou-se e impôs uma Constituição a Fernando II. Revoltas semelhantes ocorreram na Toscana e no Estado papal. Na Lombardia iniciou-se séria oposição aos austríacos, contra quem o rei de Piemonte, Carlos Alberto, acabou declarando guerra.

O exército austríaco forçou Carlos Alberto a abdicar em favor do filho, Vitor Emanuel II. E sufocou a revolta com violência por toda parte. A tentativa de revolução liberal-nacionalista dos italianos fracassou.

5. Alemanha: divisão e derrota

Depois do Congresso de Viena, os Estados alemães passaram a constituir uma confederação, cujos membros mais importantes eram Prússia e Áustria. Uma assembléia que se reunia em Frankfurt coordenava a política externa. Para maior integração dos Estados, criou-se o *Zollverein*, liga aduaneira que estimulou o desenvolvimento industrial. O nacionalismo germânico desabrochou; e se expressou no desejo de independência e união política.

Em março de 1848, tropas reprimiram grande manifestação popular diante do palácio de Frederico Guilherme, da Prússia. Mas o movimento se alastrou. Vários Estados juntaram-se aos revoltosos. O rei teve de prometer uma Constituição ao povo. Um Parlamento se reuniu em Frankfurt para preparar os trabalhos, a serem iniciados em maio. Os príncipes alemães se aproveitaram da divisão entre os revoltosos e retomaram o poder. Em novembro, o exército ocupou Berlim e dissolveu a Constituinte. Assim, o movimento liberal foi abafado.

A Assembléia de Frankfurt elegeu imperador o rei da Prússia, mas Frederico Guilherme recusou o título por considerar-se rei por vontade de Deus. Mesmo assim, propôs aos príncipes alemães a criação de um império. Em 1850, a Áustria

obrigou a Prússia a desistir deste projeto, como de qualquer mudança na ordem existente.

6. Áustria: perseguições

O Império Austríaco dos Habsburgo era formado por povos bem diferentes: alemães, húngaros, tchecos, eslovacos, poloneses, romenos, rutenos, sérvios, croatas, eslovenos e italianos. Conscientes de sua individualidade eram os húngaros, que gozavam de certa autonomia, e os tchecos.

Os alemães se mostravam descontentes. Burgueses, estudantes e trabalhadores se uniram para forçar a queda de Metternich e a convocação de uma assembléia constituinte. Os eslavos seguiram o exemplo. Convocaram para Praga uma reunião de eslavos, dissolvida militarmente.

A capital do Império, Viena, foi bombardeada e tomada por um governo absoluto, que implantou um regime de perseguições políticas.

7. O movimento socialista

A burguesia seguia apegada às doutrinas liberais, hostil a qualquer intervenção do Estado na economia, como ensinava Adam Smith. Mas o espetáculo das crises e da miséria dos trabalhadores estimulava pensadores a buscar remédio para tantos males e a procurar nova organização para a sociedade. Tentavam descobrir as causas das injustiças sociais e meios para solucioná-las. Dessas reflexões nasceram as doutrinas socialistas.

Antes mesmo da Revolução Industrial do século XVIII, pensadores já haviam imaginado sociedades nas quais todos vivessem de seu trabalho, sem ricos nem pobres, privilegiados nem injustiçados. O inglês Thomas Morus, autor de *Utopia* (1516), escreveu que a causa da injustiça social era a existência da propriedade individual. O título de sua obra passou a designar toda teoria que pregasse a igualdade social sem apontar o caminho para se chegar lá.

Na Revolução Inglesa do século XVII, os *escavadores* tentaram certa socialização, na medida em que procuraram tornar igual o acesso à propriedade.

No século XVIII, Robert Owen, rico proprietário e industrial inglês, criou uma *comunidade socialista* na Escócia e outra nos Estados Unidos.

Não havia dinheiro; as pessoas recebiam vales correspondentes ao número de horas trabalhadas e trocavam por produtos produzidos por elas mesmas.

Na Revolução Francesa, Graco Babeuf pregou a formação de uma república que desse a todos os mesmos direitos.

As revoluções do século XIX favoreceram o surgimento dos *socialistas utópicos* ou *românticos*: Fourier, Saint-Simon, Louis Blanc e Proudhon, todos franceses. Blanc, autor de *A Organização do Trabalho*, participou da Revolução de 1848 na França. Para ele, a igualdade social só seria possível se o Estado se apropriasse de todo o sistema econômico. O radical Proudhon escreveu *O que é a propriedade?*, e respondia, secamente: é um roubo.

A forma de atingir o socialismo variava: pela *assistência do Estado* (Saint-Simon); pelas *associações dos trabalhadores* (Owen, Fourier e Louis Blanc); pela *ação revolucionária* (Blanki e mais tarde Bakunin); pela *anarquia* (Proudhon).

O mais célebre teórico do socialismo e um dos maiores pensadores já produzidos pela humanidade foi o alemão Karl Marx (1818-1883). Esteve na França e fixou-se na Inglaterra, onde testemunhou as transformações sociais decorrentes da Revolução Industrial. Em cooperação com o amigo Friedrich Engels, às vésperas da Revolução de 1848 na França, publicou o *Manifesto Comunista*. Nele e na obra *O Capital*, fixou os princípios de uma doutrina fundamentada na análise histórica das sociedades humanas.

Para Marx, as bases econômicas e a luta de classes são o motor da História. O triunfo do proletariado e o surgimento de uma sociedade sem classes seriam inevitáveis; e estes objetivos seriam alcançados pela união do proletariado. Com tais formulações, criou o *socialismo científico*, que se sobrepôs ao socialismo utópico.

Os socialistas tomaram parte nos movimentos de 1848 e, com a vitória da burguesia, dividiram-se em: *socialistas reformistas*, que acreditavam na obtenção da igualdade social sem necessidade de uma revolução; e *anarquistas*, que pregavam a destruição completa do Estado.

O primeiro partido socialista da História surgiu em 1860, na Alemanha. Em 1864, a fim de conjugar esforços de todos os partidos socialistas e organizar a tomada do poder pelo proletariado

de todo o mundo, realizou-se em Paris a *Primeira Internacional dos Trabalhadores*. A consciência proletária tomou corpo e os trabalhadores dos países mais adiantados da Europa passaram a lutar pelo poder por meios reformistas, anárquicos ou revolucionários.

A Igreja Católica não ficou à margem do movimento social. O abade francês Robert de Lamennais defendeu uma Igreja mais liberal, separada do Estado. Atraiu muitos adeptos, especialmente da burguesia, amedrontada com o avanço dos socialistas. A doutrina social da Igreja avançou; com isso, pretendia atingir a justiça social através da solidariedade cristã. A encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, foi a mais alta expressão da preocupação com as questões sociais. Na mesma linha destacaram-se: Pio XI, com *Quadragesimo Anno* (1931); João XXIII, com *Mater et Magistra* (1961) e Paulo VI, com *Populorum Progressio* (1965).

Questões propostas

1. Depois da queda de Napoleão e da restauração dos Bourbon, que tipo de Carta Constitucional Luís XVIII produziu?
2. Quais eram as três tendências políticas dominantes?
3. Resuma os acontecimentos que se seguiram da morte de Luís XVIII à chamada monarquia de julho.
4. Quais os três fatores principais e os dois circunstanciais que contribuíram para as revoluções de 1848? Quem liderou as massas?
5. Resuma a revolução na: a) França; b) Itália; c) Alemanha; d) Áustria.
6. Explique a diferença entre socialismo utópico e socialismo científico. Resuma a doutrina de Marx e Engels.
7. Como reagiu a Igreja Católica ao movimento social dos séculos XVIII e XIX?

Capítulo 71

Movimentos sociais e nacionalidades: a unificação italiana e a alemã

As unificações italiana e alemã alteraram profundamente o quadro político da Europa no século XIX, rearticulando um equilíbrio de forças que resultaria na I Guerra Mundial (1914-1918). Na base desses processos estavam os movimentos liberais, acentuadamente nacionalistas nestes países.

1. As condições na Itália

Com as transformações econômicas e sociais que atingiram a Europa no século XIX, o norte da Península Itálica se desenvolveu. A industrialização impulsionou o comércio e as cidades explodiram. Criou-se uma infra-estrutura ferroviária.

A alta burguesia queria a unificação, que garantiria o progresso e lhe daria possibilidades de concorrer no mercado externo. Para ela, a unificação tinha significado apenas liberal; o nacionalismo não passou de instrumento. Seus objetivos se resumiam no movimento chamado *Risorgimento*.

A média burguesia, aliada ao proletariado urbano, desejava um Estado que adotasse medidas econômicas e sociais de tendência democrática. Preferia uma unificação em termos republicanos, enquanto a alta burguesia queria unificar o mais fácil e rápido possível, em torno do reino mais forte da Itália: Piemonte-Sardenha.

A luta contra a Áustria

Após o Congresso de Viena, a Itália ficou sob tutela do Império Austríaco, dividida em sete Estados: ao norte, Reino do Piemonte-Sardenha; Parma; Módena e Toscana; Reino Lombardo-Veneziano; ao centro, o Estado Pontifício, sob domínio do papa; e ao sul, Reino das Duas Sicílias.

Em 1848, o rei Carlos Alberto do Piemonte-Sardenha tentou a unificação e declarou guerra à Áustria. O movimento *Jovem Itália* estimulava o nacionalismo, completado pelo Risorgimento; a finalidade era reviver o espírito da Renascença e do Império Romano. Vencido, o rei deixou o trono para seu filho Vítor Emanuel II. Outras rebeliões foram sufocadas, mas o ideal de unificação continuou mais forte que nunca.

Em 1852, o ministro Cavour, do Piemonte, tomou a seu cargo a unificação; queria fazê-la por intermédio da casa de Savóia, mas precisava de aliado forte para expulsar os austríacos. Por isso, enviou tropas italianas à Guerra da Criméia, que opunha Rússia contra França e Inglaterra (1854-1856); ganhou o direito de tomar parte no Congresso de Paris, onde se discutiu o problema da unificação italiana.

Em 1859, Cavour e Napoleão III se encontraram secretamente e fizeram um acordo: Napoleão apoiaria o Piemonte contra a Áustria e receberia os condados da Savóia e de Nice; o Piemonte receberia a Lombardia-Veneza, pertencente à Áustria. A guerra começou. Franceses e sardo-piemonteses tiveram vitórias na Lombardia, mas a mobilização da Prússia e a reação dos católicos franceses ameaçaram Napoleão, que assinou a paz com a Áustria. O Piemonte recebeu a Lombardia, mas a Áustria conservou Veneza. Nesse tratado ficou combinada a formação de uma confederação dos Estados italianos sob a presidência do papa, o que contrariava os objetivos de Cavour.

As campanhas militares de 1859 repercutiram em toda a Itália. Toscana, Parma, Módena e Romagna, Estados pertencentes ao papa, se revoltaram, querendo unir-se ao Piemonte. Napoleão III concordou, desde que a França recebesse Savóia e Nice. Os dois condados, em plebiscito em 1860, aprovaram a passagem para a França quase por unanimidade. Com a conivência de Cavour, Garibaldi e alguns voluntários se apossaram da Sicília e, na volta, passaram por Nápoles e puseram em fuga o rei Francisco II. As tropas do Piemonte invadiram os Estados papais, únicos do centro da Itália ainda não integrados.

Garibaldi, republicano, opunha-se à casa de Savóia, pois daria ao país um regime monárquico. Para não atrapalhar a unificação, afastou-se da vida pública temporariamente. Quando Cavour morreu em 1861, o Piemonte já dominava quase toda a Itália. Vítor Emanuel II declarou-se rei e

transferiu a capital para Florença. Para completar a unificação, faltava só a adesão dos restantes Estados papais e de Veneza.

A conquista de Veneza foi possível graças à guerra entre Áustria e Prússia, à qual os italianos se aliaram. Vencida, a Áustria pediu o arbitramento de Napoleão III. Veneza passou à Itália após um plebiscito. A Áustria ainda conservaria Trento e Trieste até a I Guerra Mundial.

O problema com os Estados papais era mais difícil. Roma sempre havia sido capital da Itália. Mas o papa se recusava a entregar a cidade, garantia da independência da Igreja, e também a reconhecer a autoridade de Vítor Emanuel II. Garibaldi tentou tomar Roma, mas Napoleão III enviou uma guarnição para proteger o papa: tomar Roma pela força equivaleria a declarar guerra à França. Mas em 1870, os prussianos invadiram e venceram a França; os italianos então tomaram Roma e ocuparam o resto dos Estados pontifícios. Em 1871, Vítor Emanuel ofereceu ao papa as leis de garantia, mas Pio IX considerou-se prisioneiro no Vaticano e recusou qualquer conciliação. A questão romana só se resolveu em 1929 pelo *Tratado de Latrão*, entre Mussolini e Pio XI, que criou o Estado do Vaticano, com quase cinco quilômetros quadrados de superfície.

2. As condições na Alemanha

O principal fator da unificação alemã foi o desenvolvimento econômico e social dos Estados germânicos, especialmente da Prússia. A Áustria, que havia impedido a unificação tentada pela Prússia em 1850, não conseguiu impedir o progresso de seus Estados, alcançado graças ao *Zollverein*, a liga aduaneira adotada em 1834. De 1860 a 1870, distritos industriais e centros urbanos surgiram em várias regiões; as estradas de ferro passaram de 2 000 para 11 000 quilômetros; as minas de carvão e ferro permitiram o crescimento das indústrias siderúrgicas, metalúrgicas e mecânicas. Formava-se o complexo industrial alemão. Percebendo a ameaça a seu poder, a Áustria tentou em vão fazer parte do *Zollverein*.

Na Prússia, a burguesia tentou controlar as despesas reais, criando um conflito político que durou até 1861, quando o rei Guilherme I convidou Bismarck para ministro. Ele era antiliberal, pró-monarquia e contra o poder da burguesia, mas devotado à causa da unificação.

Bismarck achava que a unidade alemã deveria ser obtida pela força, através de uma luta contra a Áustria. Por isso, organizou militarmente o Reino da Prússia. Os burgueses se negaram a aprovar o aumento do tempo de serviço militar obrigatório e a elevação dos impostos, para financiar mais contingentes militares. Com aprovação apenas da Câmara dos Nobres, Bismarck passou a governar despoticamente e transformou o exército em instrumento da unificação alemã. Explorando os desacertos internacionais, venceu por etapas a Dinamarca, a Áustria e, finalmente, a França.

Guerras contra Dinamarca e Áustria

Schleswig e Holstein, de população germânica predominante, viviam sob domínio da Dinamarca. Os príncipes dos dois ducados quiseram tornar-se independentes quando o rei dinamarquês Cristiano IX morreu, em 1863. A Prússia, aliada à Áustria, apoiou os príncipes e venceu a Dinamarca. Mas Bismarck adiou a entrega de um dos ducados à Áustria. Queria com isso provocá-la. Já tinha garantido a neutralidade da França e o apoio da Itália. Venceu os austríacos facilmente na batalha de Sadowa, pois eles tiveram de sustentar duas frentes de combate, uma na Itália e outra na própria Áustria. Os austríacos assinaram a paz e aceitaram a dissolução da Confederação Germânica e a passagem de Schleswig e Holstein para a Prússia e de Veneza para a Itália.

O caminho para a centralização do norte alemão estava aberto. A Prússia anexou outros territórios, e novos Estados germânicos se uniram a ela, formando a *Confederação Germânica do Norte* (1867).

Guerra contra a França

No começo da guerra entre Áustria e Prússia, Napoleão III manteve-se conivente com Bismarck, achando que a luta se arrastaria e lhe traria vantagens. A vitória prussiana foi desagradável: a unificação da Alemanha constituía ameaça direta à hegemonia da França na Europa. Seu exército tinha sido desorganizado por uma expedição ao México (1862-1867). Tentando resguardar um pouco de autoridade, Napoleão exigiu da Prússia que os Estados germânicos do sul, de grande influência francesa, não se unissem aos do norte.

Bismarck usou a exigência para pôr os alemães contra os franceses, que ele considerava inimigos tradicionais. Napoleão irritaria ainda mais os alemães ao exigir a posse de Luxemburgo e os territórios bávaros a oeste do Reno. Além disso, pedia apoio prussiano para dominar a Bélgica, sob influência inglesa.

As cartas estavam postas na mesa: Bismarck queria declarar guerra à França, pois isso ajudaria a unificação alemã, já que o inimigo estava isolado e mal armado; a Inglaterra soube do interesse francês na Bélgica; a Áustria, vencida, estava com problemas internos; a Itália agora se voltava contra a França, que depois de ajudá-la havia apoiado o papa e impedido a tomada de Roma. Só faltava um incidente para começar a guerra.

O pretexto surgiu em 1870. Uma revolução deixou vago o trono espanhol. A sucessão foi oferecida a Leopoldo Hohenzollern, príncipe parente do rei da Prússia. Napoleão exigiu a retirada de tal candidatura e a promessa de Guilherme I de que nenhum outro príncipe germânico ocuparia o trono da Espanha. O rei passou a Bismarck um telegrama a ser encaminhado a Napoleão III. Bismarck mudou o texto de modo a parecer insultuoso ao povo francês. Os jornais alemães o publicaram. E a França declarou guerra à Prússia. Para a família imperial francesa, a guerra significava prestígio que facilitaria a condução dos assuntos internos.

O exército alemão era mais numeroso, mais bem comandado e instruído. A superioridade se materializava no domínio da artilharia, com canhões Krupp. A excelente rede ferroviária facilitava o deslocamento das tropas.

A vitória prussiana foi fulminante. Seu exército cercou o francês, comandado pelo general Bazaine, em Metz. Napoleão e o general MacMahon partiram em socorro e foram cercados em Sedan. O imperador foi preso e capitulou em 1º de setembro de 1870.

Enquanto isso, em Paris, os republicanos punham fim ao Império, em 4 de setembro. Proclamaram a República e organizaram um governo de defesa nacional, para iniciar a resistência, confiada a Léon Gambetta. Em 20 de setembro, os alemães cercaram Paris. Gambetta deixou a cidade num balão, para organizar três exércitos nas

províncias. Sem forças, sob bombardeios constantes, o governo francês assinou o armistício em 28 de janeiro de 1871.

Pelo *Tratado de Frankfurt*, a França cedia a Alsácia (menos Belfort, onde a resistência havia sido heróica) e o norte da Lorena, com a cidade de Metz, e ainda se comprometia a pagar indenização de 5 bilhões de francos. Os franceses não puderam evitar a humilhação de ver o Império Alemão ser proclamado na Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes, quando Guilherme I recebeu o título de imperador pela aclamação dos príncipes alemães.

A unificação da Alemanha se completava mas, ao tripudiar sobre os vencidos, os vencedores de então iriam alimentar no sentimento nacional francês um forte espírito de revanche.

Questões propostas

1. Por que a alta burguesia queria a unificação italiana?
2. Em que diferiam os interesses da alta e os da média burguesia e do proletariado urbano quanto à unificação italiana?
3. Resuma a primeira tentativa de unificação italiana. Qual era então a condição da Itália do ponto de vista da política européia?
4. Relate a ação unificadora de Cavour, o ministro do Piemonte.
5. Que papel exerceu Garibaldi no processo de unificação? Qual era a situação quando Cavour morreu, em 1861? Quando se completou a unificação?
6. Qual o principal fator da unificação alemã?
7. Resuma o papel de Bismarck na unificação alemã.
8. Que consequências trouxe a vitória alemã para a França de Napoleão III?

Capítulo 72

Movimentos sociais e nacionalidades: a Guerra de Secessão nos Estados Unidos

Do outro lado do Atlântico, durante o processo de unificação de Itália e Alemanha, os Estados Unidos cresciam. A população aumentava, estimulada pelas vagas de imigrantes; o território também, com a integração de novas terras, compradas ou conquistadas. As contradições entre norte e sul se acirraram, culminando em grande conflito, a Guerra de Secessão.

Na base da disputa estava a questão dos escravos. Tratava-se de um choque de civilizações entre o norte industrializado, protecionista e estimulado por um vivo espírito religioso, e o sul rural, dominado por uma aristocracia de ricos plantadores. Foi a maior guerra antes do conflito mundial de 1914-1918.

1. Isolamento político

Depois do reconhecimento de sua Independência em 1783 e da promulgação de sua Constituição em 1787, os Estados Unidos traçaram sua política exterior isolacionista. George Washington adotou o comportamento de não se intrometer em assuntos europeus. Em 1822, a *Doutrina Monroe* confirmou a tendência e reservou esta parte do mundo para o próprio imperialismo americano. Dez anos antes, o país havia guerreado novamente contra a Inglaterra, por causa das pretensões americanas sobre o Canadá e do bloqueio inglês ao comércio de seus antigos colonos com a França; foi a Segunda Guerra de Independência. A *Paz Eterna de Gand* pôs fim ao conflito.

O crescimento mudou a política interna dos Estados Unidos. O domínio do partido dos *whigs*, dos grandes proprietários e comerciantes ricos do leste, foi abalado com a participação política dos pequenos proprietários, que deram origem ao *Partido Democrata*. Andrew Jackson, unindo pequenos agricultores e artesãos contra os gran-

des capitalistas, elegeu-se para os mandatos de 1829-1837. Começava uma fase de supremacia democrata; Jackson iniciou o *spoil system*, política de expurgar os membros do partido vencido dos postos administrativos.

Isolacionismo na política externa, expansionismo na interna. Migrantes internos e imigrantes europeus aceleraram a ocupação do território. A população quase dobrou entre 1790 e 1810, quando passou dos 7 milhões de habitantes. Em 1870, alcançava os 40 milhões. A marcha do crescimento territorial:

1803 — Os Estados Unidos compram a Louisiana de Napoleão Bonaparte por 15 milhões de dólares.

1819 — Por 5 milhões, compram a Flórida da Espanha.

1845 — Declarando-se independente do México, o Texas une-se aos Estados Unidos.

1846 — Findo litígio com a Inglaterra, anexam o Oregon.

1848 — Depois de guerra por fronteiras contra o México, anexam Nevada, Califórnia, Utah, Arizona e Novo México.

O país ficou com 7 800 000 km² de superfície. De 23 Estados em 1820, passou a ter 33 em 1860; nesse período a população passou de 9 600 000 para 31 300 000 habitantes, graças à imigração. Só entre 1830 e 1860, entraram no país 4 600 000 imigrantes, 16% deles ingleses, 39% irlandeses e 30% alemães. Nova York ficou com 1 milhão de habitantes.

A pressão populacional incentivou a marcha para o Oeste. Em 1848 e 1849 deu-se a *corrida do ouro* na Califórnia. O *Homestead Act* de 1862 autorizou a distribuição de terras aos estrangeiros, acelerando a ocupação rumo ao Pacífico. Os índios perderam terras a que tinham direito, em geral de forma violenta.

A falta de mão-de-obra favoreceu o desenvolvimento da indústria de máquinas agrícolas. A indústria têxtil de lã e algodão concentrou-se na Nova Inglaterra; a extração de carvão e a siderurgia, na Pensilvânia. Em 1860, enquanto a industrialização avançava na Europa e o café salvava a

balança comercial do Brasil, os Estados Unidos já possuíam 50 000 quilômetros de ferrovias e se preparavam para construir as primeiras transcontinentais, ligando o Atlântico ao Pacífico.

A industrialização européia expandiu os mercados para o algodão, que os Estados sulinos produziam em grande escala.

2. Progresso e escravidão

O início da arrancada econômica dos nortistas, firmes na política de industrialização, se dá em 1860. O sul vendia algodão para a Europa. O valor das exportações representava 22% da produção nacional em 1810 e 57% em 1860. A produção praticamente duplicava a cada dez anos:

ANO	FARDOS
1810	178 000
1820	335 000
1830	732 000
1840	1 348 000
1850	2 136 000
1860	3 841 000

O sul se convenceu de que deveria dirigir a União e que seus interesses deveriam prevalecer. Surgiram conflitos na política tarifária entre 1828 e 1832: o sul queria tarifas de importação e exportação baixas; o norte queria proteção tarifária para se proteger da concorrência estrangeira. O norte queria a formação de um mercado interno: compraria algodão no sul, industrializaria e produziria as manufaturas necessárias ao país.

O escravo era o motor da produção agrícola. Portanto, precisava ser defendido. Embora proibido desde 1815, o tráfico de escravos persistiu, sob forma de contrabando, até 1860. Apesar disso e de sua criação sistemática nas fazendas, os escravos tinham o preço aumentado continuamente. Para os sulistas, a solução era expandir as áreas de trabalho escravo. Os nortistas combatiam tal idéia e defendiam a ocupação de novos territórios pelo trabalho livre de pioneiros e imigrantes.

Creava-se a campanha pela abolição da escravidão, conduzida por homens influenciados pelas idéias iluministas e por religiosos que se baseavam na Bíblia para condená-la. William Garrison fundou *O Libertador*, logo transformado em porta-voz dos abolicionistas. O *Acordo do Mississípi*,

de 1820, autorizava a escravidão apenas abaixo do paralelo 36°40'; os abolicionistas ajudavam os negros a fugir para as regiões livres.

A questão agitava a opinião pública. Em 1847, foi fundado na África o Estado da Libéria, para receber escravos libertos que quisessem voltar a sua terra. Em 1852, Harriet Beecher Stowe publicou *A Cabana do Pai Tomás*, romance abolicionista que vendeu 300 000 exemplares no primeiro ano de edição. Poetas e pensadores, como Longfellow, Emerson e Melville, apoiaram a causa. Antes de 1850, havia 200 000 abolicionistas organizados e mais de 2 000 associações.

Recém-chegada, a Califórnia pediu sua integração como Estado não-escravista, apesar de estar abaixo do paralelo-limite, o que foi aprovado. Em 1850, o Compromisso Clay delegou aos habitantes de cada Estado o direito de decidir sobre a escravidão, reforçando o Acordo do Mississípi. Em 1854, o recém-criado *Partido Republicano* também abraçou a causa.

As posições se radicalizaram. Abolicionistas e escravistas passaram a confrontar-se militarmente, enquanto o governo apaziguava, fazendo concessões aos sulistas. O negro Dred Scott pediu sua liberdade em 1857, por ter morado duas vezes em território livre, conforme lhe assegurava a lei. O tribunal negou, por não considerar os negros como cidadãos. A corrente abolicionista ficou abalada. Em 1859, John Brown tentou sublevar os escravos da Virgínia, tomando um arsenal do Exército. Preso e enforcado, transformou-se em mártir do abolicionismo.

A divisão diante da escravidão tomou um sentido geográfico, separando o norte do sul.

Em 1860, surge como candidato presidencial do Partido Republicano um político de atitudes moderadas em relação à escravidão e determinado, acima de tudo, a manter a União: Abraham Lincoln. O Partido Democrata, mais forte, estava dividido entre norte e sul e Lincoln venceu. Deveria assumir em março de 1861, mas antes disso explodiu a rebelião sulista.

3. Devastação e 600 000 mortos

Em dezembro de 1860, no mês seguinte às eleições, a Carolina do Sul se desligou da União. Mais seis Estados seguiram o exemplo. Em fevereiro, em Montgomery, Alabama, os sete realiza-

ram um congresso em que decidiram formar uma nova União: os *Estados Confederados da América*, com capital em Richmond, Virgínia. Jefferson Davis foi nomeado presidente provisório e Alexander Stephens, vice. Mais quatro Estados se uniram a eles.

O gesto dos sulistas deve ser entendido a partir de seus interesses econômicos e da exaltação da campanha abolicionista. Eles sabiam que, dentro da União, sua sociedade escravista não resistiria à concorrência do norte industrial.

Os sulistas esperavam que os nortistas aceitassem a separação como fato consumado, mas estavam dispostos à guerra para defender os Estados Confederados. A correlação de forças era desfavorável ao sul. Dos 31 milhões de americanos, mais de 20 milhões viviam no norte. Dos pouco mais de 10 milhões de sulistas, 3 500 000 eram escravos. O sul só tinha uma fábrica de armamentos pesados; o norte já dispunha de bem montado parque industrial, rede ferroviária e poderosa esquadra.

Mesmo assim, os sulistas iniciaram a ofensiva. Tomaram o forte Sumter, em 12 de abril de 1861. Estava deflagrada a guerra. O avanço técnico mudou a feição da guerra. O fuzil de repetição deu origem à trincheira e praticamente eliminou o sabre, pois o corpo-a-corpo tornou-se difícil. O mosquete foi excluído. A cavalaria passou a plano secundário e, assim, tornaram-se impossíveis as vitórias rápidas. Os barcos coraçados revolucionaram as técnicas da guerra naval; graças a eles, o norte impôs ao sul um bloqueio invulnerável, que impedia o recebimento de material bélico da Europa. As ferrovias facilitavam o rápido deslocamento de tropas. Outra vantagem nortista estava no telégrafo: o comandante Ulisses Grant sabia a qualquer momento o que se passava em todas as frentes.

No plano estratégico, foi uma *guerra total*: contra o exército inimigo e contra a população. O general nortista Sherman, ao passar pela Geórgia, destruiu tudo num raio de 80 quilômetros.

Grant foi o grande tático. Foi quem determinou a ofensiva através do Mississípi, dividindo o sul em dois, fato importante para a vitória nortista. O comandante sulista, general Robert Lee, jogou a maior cartada atacando o coração industrial do norte, a Pensilvânia. Foi a *Campanha de Gettysburg*. Obrigado a recuar, sofreu pesadas baixas.

Em 22 de setembro de 1862, o governo aboliu a escravidão nos Estados rebeldes, para desorganizar a economia sulista e instigar os escravos à

rebelião. Ao mesmo tempo, tentava conquistar simpatias na Europa, o que deu certo: depois da decisão, cessou toda a ajuda anglo-francesa aos confederados. A abolição efetiva viria em 31 de janeiro de 1865, sem programa algum de adaptação ou ajuda, o que perpetuou a desigualdade contra o negro, à semelhança do que ocorreria mais tarde no Brasil.

Em 9 de abril, Lee pediu a Grant os termos de rendição. No dia 14, o jovem ator John Booth, escravagista fanático, assassinou Lincoln. Com isso, desapareceu a atitude moderada entre vencedores e vencidos: as disputas políticas abriram caminho para aventureiros políticos do norte que disputavam cargos no sul com apoio dos negros, agora com direito a voto. Os brancos reacionários fundaram associações radicais, como a racista *Klux-klan*, nascida em Nashville em 1867. Somente com a retirada das tropas de ocupação do sul em 1877, conseguiu-se normalizar a vida política da nação. A guerra civil havia deixado um saldo de 600 000 mortos, o sul devastado, a economia desorganizada e uma legião de negros marginalizados. Uma provação pela qual o Brasil pós-Independência não passaria com tal intensidade, apesar das guerras internas, como veremos a seguir.

Questões propostas

1. Resuma a rápida expansão econômica, populacional e territorial dos Estados Unidos pós-Independência. O que foi a marcha para o Oeste?
2. Explique o declínio dos *whigs* e a ascensão dos democratas.
3. Estabeleça as diferenças entre sul e norte e exponha as condições que levaram à Guerra de Secessão americana.
4. Quais foram os comandantes do sul e do norte e quais seus maiores feitos durante a guerra?
5. Que medida tomou o norte para desorganizar a economia sulista e atrair simpatias européias?
6. Qual foi o desfecho da guerra e que saldo deixou?

Capítulo 73

O Brasil monárquico: o Primeiro Reinado (1822-1831)

O período da história brasileira situado entre o Brasil colonial (1500-1822) e o Brasil republicano (a partir de 1889) tem recebido várias denominações: Reino, Império e Monarquia. O Brasil foi elevado à categoria de reino em 1815. Com a Independência, continuou a denominação, apesar de D. Pedro I ter sido sagrado *imperador*, em 1º de dezembro de 1822.

Por que se atribuiu tal título a D. Pedro I? Podemos apontar três fatores mais importantes: a grande extensão territorial, que dava idéia de um império semelhante aos da Antiguidade; o ideal de unidade, mais fácil de manter sob a autoridade de um imperador; o sonho de grandeza alimentado pelos portugueses. Como *monarquia* é o poder hereditário, exercido por uma só pessoa, talvez seja esta a denominação mais correta para o período entre o Brasil colonial e o republicano. Mas uma denominação não exclui outra.

1. A difícil consolidação

O período monárquico divide-se em três subperíodos básicos:

Primeiro Reinado (1822-1831) — Governo de D. Pedro I;

Regências (1831-1840) — Governos regenciais;

Segundo Reinado (1840-1889) — Governo de Dom Pedro II.

Não foi fácil vencer a distância entre a Independência e a consolidação do Império. Dom Pedro I enfrentou sérias dificuldades para: consolidar sua autoridade, diante da contestação em muitas províncias; obter o reconhecimento internacional; e superar as divergências para a elaboração da primeira Constituição. Consolidação mesmo só viria no Segundo Reinado.

Uma das medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa para enfraquecer a autoridade do então príncipe regente e forçá-lo a voltar a Portugal tinha sido o desligamento das Juntas de Governo Provincial do governo do Rio de Janeiro. Assim, o governo e as forças militares de algumas províncias ficaram contra a Independência e a favor das autoridades portuguesas. Não se submetiam à autoridade de D. Pedro. As reações mais fortes vinham da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Província Cisplatina, antiga Colônia do Sacramento. Esta havia sido incorporada em 1821, depois de batalhas iniciadas em 1816 com a Independência da Argentina.

Para lutar contra os portugueses, a Coroa brasileira contratou oficiais e marujos estrangeiros, entre eles o almirante escocês Lorde Cochrane, que já havia combatido pela independência do Chile. Ele comandou os brasileiros que conquistaram Bahia, Piauí e Pará, entre junho e agosto de 1823.

Vencidos os portugueses da Cisplatina em outubro, consolidou-se o domínio militar do imperador sobre todo o território nacional. Mas esta província jamais aceitaria ser brasileira, sobretudo por causa da origem espanhola de seus habitantes. Em 1825, um movimento revolucionário declarou a anexação da Cisplatina à Argentina. O resultado: Brasil e Argentina entraram em guerra, com muitas mortes e prejuízos materiais para os dois lados. Em 1828, os dois países renunciaram à posse da Cisplatina e lhe concederam a Independência, com o nome de *República Oriental do Uruguai*.

A inútil e custosa guerra aumentou a oposição popular à política de D. Pedro I, considerada contrária aos interesses brasileiros. Um autor anônimo deixou estes versos críticos, que parafraseiam a letra do Hino da Independência:

*A Corte vai deitar luto;
A cidade se ilumina:
Acabam nossas desgraças
Lá se foi a Cisplatina.
Brava gente brasileira;
Longe vá-se amor servil;
Deixemos os estrangeiros
E cuidemos do Brasil.*

Ao mesmo tempo que lutava para se impor internamente, D. Pedro I preocupava-se em conseguir *apoio externo* para a separação de Portugal.

A Inglaterra era a principal intermediária entre Brasil e países europeus e via neste fato a grande oportunidade para continuar extraindo grandes lucros de seus privilégios comerciais com o Brasil. Também não lhe interessava romper com o velho aliado, Portugal.

Os ingleses assumiram posição conciliatória, de que resultou o *Tratado de Paz e Amizade* entre Brasil e Portugal, assinado em 29 de agosto de 1825. O Brasil, em troca do reconhecimento de Portugal, comprometia-se a pagar-lhe 2 milhões de libras esterlinas e conferia a D. João VI o direito de usar o título de Imperador do Brasil. O detalhe interessava ao rei de Portugal: tendo conseguido impor autoridade sobre as Cortes e restabelecer a monarquia absoluta, alimentava a esperança de voltar a reunir os dois países.

Os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecer a Independência do Brasil, em 26 de maio de 1824. Seguiu-se o México, em março de 1825, antes ainda de Portugal, portanto. França, Áustria e outros países europeus só reconheceram o novo país depois do Tratado de Paz e Amizade, para não melindrar a Coroa portuguesa. Desta forma, em 1826 o Brasil despontava no cenário internacional como única monarquia do Novo Mundo.

2. A Constituinte de 1823

A primeira *Assembléia Constituinte* do Brasil foi convocada por D. Pedro antes da Independência, em junho de 1822. Mas só tomou posse em maio de 1823. Cerca de oitenta deputados representavam catorze províncias. Eram as pessoas mais representativas da sociedade da época: bacharéis, padres, magistrados, grandes proprietários rurais e funcionários públicos, a maioria com grande participação na luta pela Independência e na defesa dos ideais liberais.

Logo se criou um clima de desconfiança entre o Imperador e a maioria dos constituintes. Na instalação, D. Pedro pediu uma Constituição digna dele e do Brasil. Muitos deputados estranharam o pedido, interpretado como interferência do imperador em assunto de exclusiva competência da Assembléia.

Duas questões, principalmente, puseram em campos opostos, de um lado, o imperador e os conservadores; e de outro, os liberais, que dominavam a Assembléia:

- a própria Monarquia e a autoridade do imperador em relação à Assembléia;
- a questão da cidadania dos portugueses, que despertava o sentimento nativista de muitos deputados.

Em relação à primeira questão, os liberais achavam que o imperador deveria acatar previamente a Constituição a ser aprovada. Aqui se vê que estão presentes duas idéias: primeiro, a de que a convocação da Assembléia pelo imperador já implicaria sua aceitação às decisões da Constituinte; e segundo, a influência dos revolucionários do Porto que, como vimos em capítulo anterior, fizeram a mesma exigência a D. João VI, ou seja, jurar previamente à Constituição a ser elaborada pelas Cortes de Lisboa.

Os liberais garantiam que tal posição não enfraquecia o imperador, já que defendiam um Executivo forte. Apenas queriam que sua autoridade se enquadrasse em princípios legais aprovados pela Constituinte.

Já os conservadores defendiam que o imperador deveria estar acima de tudo e de todos; cabia-lhe portanto a última palavra sobre a futura Constituição.

A questão dos *portugueses residentes no Brasil* atingiu contornos explosivos, como mostram alguns fatos.

Os Andradas, por exemplo, apoiaram o projeto de um pernambucano que queria expulsar do país todo português que não aderisse claramente à causa da Independência. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada explicou-se assim: “Senhor Presidente, falemos claro. É quase impossível, em regra, que um português possa amar de coração uma ordem de coisas que implica a ruína de sua pátria e nodoa a sua dignidade. Por mim o digo, se eu fosse português detestaria a separação e a Independência do Brasil”.

Claro que D. Pedro, nascido em Portugal, não apreciou tais palavras.

Outro grave acontecimento teve origem quando os jornais liberais *Tamoio* e *Sentinela* publicaram artigos exaltados contra oficiais portugueses. Estes espancaram erroneamente aquele que supunham ser o autor dos artigos. Outros portugueses influentes exigiram providências do imperador.

No dia 11 de novembro de 1823, D. Pedro enviou mensagem à Assembléia, exigindo satisfações à tropa e aos oficiais portugueses. A Assembléia declarou-se em sessão permanente, na

Noite da Agonia, opinando que o caso caberia ao Judiciário. No dia seguinte, D. Pedro enviou à Assembléia ato que dissolvia a Constituinte. Imediatamente, numerosos deputados foram presos e alguns, deportados. O decreto:

“Havendo eu convocado, como tinha direito de convocar, a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, por decreto de 3 de junho do ano passado a fim de salvar o Brasil dos perigos que lhe estavam iminentes; e havendo esta Assembléia perjurado ao tão solene juramento, que prestou à nação de defender a integridade do Império, sua independência e a minha dinastia: Hei por bem, como Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, dissolver a mesma Assembléia e convocar já uma outra na forma das instruções feitas para convocação desta, que agora acaba, a qual deverá trabalhar sobre o projeto de Constituição que eu lhe hei de em breve apresentar que será mais duplicadamente liberal do que o que a extinta Assembléia acabou de fazer. Os meus ministros e secretários de Estado de todas as diferentes repartições o tenham assim entendido, e façam executar a bem da salvação do Império. Paço, doze de novembro de mil oitocentos e vinte e três, segundo da Independência e do Império.”

Observemos que D. Pedro acusa a Assembléia de não estar defendendo a integridade e a independência do Império, o que os deputados liberais diziam estar fazendo; e que o imperador procura identificar-se com os ideais liberais.

3. A Constituinte de 1824

Na verdade, D. Pedro não convocou nova Constituinte. Nomeou um *Conselho de Estado* com dez membros, presidido por ele mesmo, que no mês seguinte já havia concluído seus trabalhos. O imperador outorgou a primeira Constituição brasileira em 25 de março de 1824, ou melhor, ele a impôs, sem aprovação de uma Assembléia Constituinte.

Apesar de liberal para a época, a Constituição de D. Pedro I concentrava praticamente todos os poderes nas mãos do imperador. Eram estes os órgãos de poder:

Poder Legislativo — Exercido pela Assembléia Geral, composta por Senado vitalício e Câmara dos Deputados, com membros eleitos para quatro anos de mandato.

Poder Judiciário — Exercido pelos juízes e tribunais. Os membros do Supremo Tribunal eram escolhidos pelo imperador.

Poder Executivo — Exercido pelo imperador, auxiliado pelos ministros.

Poder Moderador — Permitia ao imperador centralizar toda a estrutura política do país. Ele o exercia ajudado por um Conselho de Estado, com conselheiros vitalícios por ele nomeados. A função do Poder Moderador era zelar por independência, equilíbrio e harmonia entre os outros poderes.

Um presidente e um Conselho Geral governavam cada província. O imperador nomeava o presidente, que nomeava os conselheiros.

Essa organização possibilitava ao imperador controle absoluto de todas as decisões, pois ele preenchia os cargos mais importantes e exercia o papel de juiz em caso de conflito entre poderes. Como Poder Executivo, ele era parte interessada em todo conflito; como Poder Moderador, era o juiz. Situação singular, que fazia com que todos os conflitos fossem julgados sempre a favor do Poder Executivo.

4. A Confederação do Equador

No Nordeste, apesar da Independência, continuava a haver problemas econômicos e sociais, contra os quais tinham lutado os revoltosos da Revolução Pernambucana de 1817.

No terreno político, a situação estava até mais grave. Por todo o país havia grande descontentamento com a concentração de poderes nas mãos do imperador e mais ainda com o direito que ele mesmo se atribuía de nomear os presidentes das províncias. A oposição era maior no Norte e Nordeste.

Havia especial resistência em Pernambuco, com tradição de defesa dos ideais liberais e republicanos. Os sobreviventes de 1817 continuavam a lutar contra a ordem vigente. Algumas questões os dividiam. Os proprietários rurais opunham-se ao fim do tráfico de escravos e a posições ainda mais radicais defendidas pelas classes populares e por setores urbanos, como os de advogados, jornalistas, professores e padres.

Os trabalhadores já se encontravam organizados em *brigadas populares* desde 1821. Negros, mulatos e militares de baixa patente contestavam não só o poder central mas também a aristocracia rural. Havia constantes revoltas. Em 1823, sob chefia do mestiço Pedro Pedroso, participante do movimento de 1817, as brigadas derrubaram o governo e assumiram o poder. Apresentavam acentuado radicalismo negro, como se pode perceber por uma das quadras cantadas pelos rebeldes:

*Marinheiros e Caiados,
Todos devem se acabar.
Porque só pardos e pretos
O país hão de habitar.*

O governo de Pedro Pedroso sofreu forte reação; ele foi preso e enviado para o Rio. O governo deposto voltou ao poder. Mas freqüentes revoltas o fizeram renunciar em dezembro de 1823. A população elegeu novo governo, chefiado pelo intendente da Marinha Manuel de Carvalho Pais de Andrade, revolucionário de 1817, que tinha escapado à morte fugindo para os Estados Unidos.

O imperador responde em fevereiro de 1824, nomeando presidente o ex-chefe da junta que havia renunciado no ano anterior. Pais de Andrade se nega a entregar o governo. Em 2 de junho, proclama a *Confederação do Equador*: em lugar de monarquia, uma república nos moldes da norte-americana. Um trecho da proclamação de Manuel de Carvalho Pais de Andrade:

“Brasileiros! Salta aos olhos a negra perfídia, são patentes os reiterados perjúrios do Imperador, e está conhecida nossa ilusão ou engano em adotarmos um sistema de governo defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes. As constituições, as leis e todas as instituições humanas são feitas para os povos e não os povos para elas. Eia, pois, brasileiros, tratemos de constituir-nos de um modo análogo às luzes do século em que vivemos; o sistema americano deve ser idêntico; desprezemos instituições oligárquicas, só cabidas na encanecida Europa (...)

“Brasileiros! Pequenas considerações só devem estorvar pequenas almas; o momento é este, salvemos a honra, a pátria e a liberdade, soltando o grito festivo — Viva a Confederação do Equador!”

Apesar do apoio nordestino, a Confederação durou pouco. O governo imperial reagiu rápido e violento. D. Pedro contratou esquadras e merce-

nários ingleses, pagos por um empréstimo de milhões de libras. Proprietários rurais contrários ao movimento organizaram milícias. Com supremacia naval, as forças imperiais usaram a tática de combater as províncias separadamente, evitando que se unissem.

Pais de Andrade conseguiu fugir novamente, agora para a Inglaterra. Mas muitos outros foram presos e mais de uma dezena deles condenados à morte. Joaquim do Amor Divino Rabelo, o *Frei Caneca*, estava entre estes. Republicano devotado, tinha prestígio popular. Teve de ser fuzilado, pois o carrasco se recusou a enforcá-lo.

Da mesma forma que na colônia, apesar da Independência, prevalecia a administração centralizada. O poder absoluto não admitia contestação.

5. Fim do Primeiro Reinado

Um fato contribuiu para agravar a impopularidade de D. Pedro I. Com a morte do rei português D. João VI, D. Pedro foi proclamado sucessor, mas renunciou em favor da filha menor de idade; esta devia casar com um tio, D. Miguel, irmão de D. Pedro, que exerceria o poder como regente até a maioridade da princesa.

A forma que D. Pedro encontrou para manter o poder fracassou, lá como aqui. D. Miguel fez-se proclamar rei de Portugal em 1828, mandou a sobrinha de volta ao Brasil e implantou um governo despótico. O imperador brasileiro rumava a destino inglório. Para obter apoio popular, viajou a Minas em fins de 1830; foi recebido sem entusiasmo. A insatisfação provocou em março de 1831 as *Noites das Garrafadas*, conflitos de rua que sacudiram o Rio de Janeiro, entre partidários e opositores do imperador.

Em 20 de março, D. Pedro fez a última tentativa de reconciliação. Nomeou um Ministério só de brasileiros natos. Quinze dias depois, inesperadamente, substituiu-o por outro, composto de nobres estreitamente ligados a ele: o *Ministério dos Marqueses*. Mais de 2 000 manifestantes fizeram passeata, exigindo a volta do Ministério de 20 de março. O monarca preferiu renunciar em favor do filho Pedro de Alcântara, com 5 anos de idade, e viajou para a Europa, na madrugada de 7 de abril de 1831.

Estava encerrada a primeira e tumultuada etapa da monarquia brasileira.

Questões propostas

1. Que fatores levaram D. Pedro a sagrar-se Imperador?
2. Quais os três períodos em que se divide a história imperial?
3. Quais os três maiores problemas enfrentados por D. Pedro I?
4. Como se resolveram os problemas criados pela reação contra a Independência?
5. Como foi o processo que redundou no reconhecimento do Brasil como única monarquia do Novo Mundo?
6. Na Constituinte de 1823, que questões opuseram o imperador e os conservadores aos liberais?
7. Como D. Pedro I justificou a dissolução da Assembléia Constituinte? No decreto de dissolução, o que prometia também?
8. Por que a Constituição de 1824 permitia ao imperador o controle de todas as decisões?
9. Qual era a situação do Nordeste pós-Independência? Quem foi Pedro Pedroso? Resuma o que foi a Confederação do Equador.
10. Como terminou o Primeiro Reinado?



Frei Caneca e Pais de Andrade, dois líderes da Confederação do Equador que se ergueram contra a Constituição imposta por D. Pedro I. “Brasileiros! Salta aos olhos a negra perfídia, são patentes os reiterados perjúrios do Imperador, e está conhecida nossa ilusão ou engano em adotarmos um sistema de governo defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes.” (Proclamação de Pais de Andrade)

Capítulo 74

O Brasil monárquico: o Período Regencial (1831-1840)

A fase da história brasileira iniciada em 1831 caracterizou-se por dois aspectos principais: intensa agitação social em todas as províncias, pon- do muitas vezes em risco a própria unidade nacional; e grande efervescência política, primeiros ensaios da organização partidária que prevalece- ria durante o Segundo Reinado.

D. Pedro de Alcântara, príncipe herdeiro aos 5 anos, só poderia assumir o governo ao completar 18 anos, como mandava a lei. Até lá, exerceria o poder um conselho de três regentes, eleitos pela Assembléia Legislativa.

1. Evolução político-administrativa

D. Pedro I rumava para Portugal. O Parlamen- to estava de férias. Até que voltasse a reunir-se e escolhesse os membros da *Regência Trina Per- manente*, assumiu o poder um conselho provisó- rio, que tomou algumas medidas para satisfazer os descontentes e acalmar o país:

- expulsou os estrangeiros do Exército;
- anistiou os acusados de crimes políticos;
- reintegrou o Ministério de 20 de março, cuja demissão havia provocado a queda de D. Pedro I.

Antes de escolher os novos regentes, o Parla- mento tomou decisões sobre sua ação: não pode- riam exercer o Poder Moderador, nem dissolver a Câmara ou conceder títulos e condecorações.

Para aplacar a revolta nas províncias, dando- lhe mais autonomia, os liberais moderados defen- diam reformas na Constituição de 1824. O *Ato Adicional*, de 12 de agosto de 1834, estabeleceu mudanças:

- criou as *Assembléias Legislativas* provin- ciais, com competência para legislar sobre assun- tos de interesse de províncias e municípios;
- transformou a capital do país em *Município Neutro*, ou Município da Corte, independente da província do Rio de Janeiro, cuja sede passou a ser Niterói;

- estabeleceu a *Regência Una*: o regente se- ria eleito por voto popular para quatro anos de mandato;

- eliminou o Conselho de Estado.

Três grupos passaram a dominar a cena po- lítica:

- *restauradores* ou *caramurus*, comerciantes portugueses e militares que queriam a volta de D. Pedro I ao poder;

- *moderados* ou *chimangos*, contrários à descentralização e às reformas, que queriam a ordem, a continuação da monarquia e do voto censitário (baseado nos recursos econômicos), boas relações econômicas com a Inglaterra e a manutenção do Brasil como país agrícola e ex- portador;

- *exaltados*, *farroupilhas* ou *jurujubas*, favo- ráveis a reformas para melhorar a situação dos mais pobres, que reivindicavam: direito total de manifestação, regime republicano, voto para to- dos independentemente de suas posses, indepen- dência da Inglaterra, industrialização e autonomia das províncias.

Com a morte de D. Pedro I em 1834, os restauradores perderam sua bandeira de luta. Resta- ram moderados e exaltados, que lutavam feroz- mente entre si, chegando à violência e à morte. Apoiados por grandes fazendeiros, os moderados levaram a melhor. Restauradores e exaltados pa- garam caro pela oposição às regras estabelecidas. Prisão, exílio e perseguição eram coisas normais.

Os moderados se dividiram em dois grupos: *progressistas* e *regressistas*. Estavam de acordo no principal: manter a ordem a qualquer preço, esquecendo as reformas. Mas os progressistas eram favoráveis a concessões aos exaltados, como maior autonomia das províncias, o que aconteceu com o Ato Adicional de 1834.

Findo o período regencial, os progressistas formariam o *Partido Liberal* e os regressistas, o *Partido Conservador*. Eles se revezariam no po- der até a República, mas defendendo os mesmos interesses, os dos grandes proprietários: eram, na expressão popular, “farinha do mesmo saco”.

A Lei Interpretativa do Ato Adicional, que entrou em vigor em 12 de maio de 1840, no gover- no conservador de Araújo Lima, marca o início da reação centralizadora. Ela restringia os poderes das Assembléias Legislativas, pondo a Polícia Judiciá- ria sob o controle do Poder Executivo central.

Os liberais dariam o troco em hábil manobra,

o golpe da *Maioridade*: anteciparam a maioridade de D. Pedro II de 18 para 15 anos. Os conservadores não tinham alternativa, a não ser apoiar. O país atravessava turbulências, com revoltas separatistas em várias províncias, que o governo não conseguia controlar. Liberais e conservadores viam no futuro imperador a única figura capaz de restabelecer a paz e manter a unidade nacional.

Antecipada a maioridade, em julho de 1840 os liberais substituíram os conservadores, que deveriam governar até 1842, e formaram o primeiro Ministério do Segundo Reinado.

Resumindo, foram estes os governos do período regencial:

- *Regência Trina Provisória* – abril-junho de 1831;
- *Regência Trina Permanente* – junho de 1831 a outubro de 1835;
- *Regência Una (Diogo Antônio Feijó)* – outubro de 1835 a setembro de 1837;
- *Regência Una (Pedro de Araújo Lima)* – setembro de 1837 a julho de 1840.

2. Um período conturbado

A renúncia de D. Pedro I havia representado a vitória dos liberais sobre os conservadores. Mas em vez de ordem e calma, trouxe mais divisões entre os grupos políticos. Rebeliões e revoltas sacudiram quase metade das províncias. Só a partir de 1845 se conseguiria consolidar a unidade nacional, com uma monarquia centralizada e conservadora.

As lutas entre liberais e conservadores nas classes dominantes constituíam permanente estímulo para as revoltas sociais, que chegaram a ameaçar a ordem escravista. Assim, as classes populares (trabalhadores livres e escravos) integravam-se na luta pelo poder, comandada pelos partidos políticos, e também lutavam contra os privilégios da aristocracia rural, exigindo melhores condições de vida.

Alguns movimentos pretendiam a volta de D. Pedro I ao trono (Ceará, Minas Gerais, Pernambuco); outros se insurgiam contra autoridades favoráveis ao ex-imperador (Pernambuco, Pará, Maranhão); e outros queriam separar-se do governo

central (Bahia, Rio Grande do Sul). Os mais importantes ocorreram no Pará (*Cabanagem*), Bahia (*Sabinada*), Maranhão (*Balaçada*) e Rio Grande do Sul (*Guerra dos Farrapos*).

Cabanagem (1835-1840)

Calcula-se que a mais violenta rebelião da Regência matou 30 000 pessoas no Pará (a província tinha 80 000 habitantes em 1819). Dois fatos associaram-se para dar início aos cinco anos de lutas sangrentas: o inconformismo de fazendeiros e comerciantes contra o presidente nomeado pelo poder central e a miséria da população. A maioria vivia em cabanas perto dos rios, daí o nome de *cabanos* dado aos revoltosos. Eles aderiram em massa à revolta. Na verdade, foram além do que pretendiam os líderes, pois transformaram a rebelião das elites contra o poder central numa luta sem tréguas contra suas precárias condições de vida.

Em 1835, os cabanos ocuparam Belém. Três presidentes rebeldes se sucederiam. O primeiro foi o fazendeiro-comerciante Félix Malcher, que se proclamou presidente cabano. Acusado de traição e de jurar fidelidade ao imperador, foi morto pelo chefe militar dos cabanos, Pedro Vinagre, que assumiu o poder, mas abandonou o posto ante os ataques das forças do governo central, apoiadas pelo mercenário inglês John Taylor. Eduardo Angelim, jovem de 20 anos, tornou-se o terceiro presidente rebelde. Os cabanos, pouco mais de um ano depois de tomar Belém, tiveram de retirar-se para o interior. Os últimos rebeldes, mais de 1 000, só se entregaram no início de 1840, o ano da *Maioridade*.

Essa guerra civil, que liquidou mais de 30% da população paraense, proporcionou incriveis atrocidades. Arthur Reis, citado por Sérgio Buarque de Holanda em *História Geral da Civilização Brasileira*, relata que mesmo os suspeitos de rebeldia eram caçados como animais ferozes e sofriam suplícios bárbaros, que às vezes levavam à morte; também havia quem considerasse uma glória “trazer rosários de orelhas secas de cabanos”.

Sabinada (1834-1837)

A Sabinada foi o momento culminante de vários movimentos rebeldes baianos contra as autoridades impostas pela Regência. O nome deri-

va do líder, o médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Não incluía a defesa de interesses mais populares: não pretendia libertar escravos, nem melhorar a situação da classe média descontente com o comércio português, tampouco concretizar idéias de intelectuais que pretendiam desenvolver as manufaturas. Nada disso.

Na Sabinada, juntaram-se fazendeiros e militares descontentes com baixos soldos e com a possibilidade de serem deslocados para o sul, a fim de lutar na Guerra dos Farrapos. A separação do governo central, proclamada com a formação da República Bahiense, só duraria até subir ao trono D. Pedro de Alcântara.

A repressão das forças do governo central se abateu com requintes de crueldade inimagináveis. Chegavam a incendiar as casas e lançar prisioneiros vivos ao fogo. Houve cerca de 600 mortos entre os legalistas e pouco mais de 1 000 entre os rebeldes.

Balaíada (1838-1841)

No início do século XIX, quase metade dos 200 000 maranhenses eram escravos. Grande parte do restante compunha-se de sertanejos miseráveis. Proprietários rurais e comerciantes controlavam o poder. O movimento revoltoso, que passou a exigir a demissão dos portugueses incrustados no Exército e na administração, recebeu o nome de Balaíada porque um de seus líderes se chamava Manuel Balaio. Viviam de fazer balaies, como milhares de artesãos que o seguiram.

Aos balaies, juntaram-se vaqueiros, comandados por Raimundo Gomes, o Cara Preta, e cerca de 3 000 escravos fugidos, chefiados pelo negro Cosme. Balaies, vaqueiros e escravos receberam o apoio dos liberais, pessoas ricas e de prestígio social. Estes acusavam o presidente do Maranhão de capacho do governo central e usavam a liderança popular para atingir seus objetivos, a conquista do poder.

Numa importante vitória, os balaies tomaram a vila de Caxias em 1839. Os rebeldes só foram dominados depois que, em 1840, o governo central nomeou presidente da província o coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias.

A anistia decretada em agosto de 1840 provocou a rendição imediata de cerca de 2 500 balaies. Quem resistiu foi derrotado a seguir. Raimundo

Gomes, o Cara Preta, entregou-se e, exilado para São Paulo, morreu no caminho. Cosme, chefe de um quilombo, não se entregou. Caçado, foi preso e enforcado.

A Balaíada foi um movimento de gente pobre e trabalhadora, como atestam os nomes-de-guerra dos revoltosos: Caninana, Corisco, Raio, Relâmpago, Ruivo, Tigre.

Guerra dos Farrapos (1835-1845)

Causas econômicas e políticas levaram os gaúchos a pegar em armas para tentar separar-se do Brasil, naquela que ficou conhecida como Guerra dos Farrapos por causa dos precários trajes dos rebeldes.

Pesados impostos oneravam os produtos gaúchos vendidos em outras províncias: charque, couro, muars. Os impostos diminuíam a capacidade de concorrência com mercadorias uruguaias, argentinas e paraguaias; e ainda eram cobrados muitas vezes no lugar de venda, ou seja, beneficiavam outras províncias.

Entre as causas políticas, estavam as lutas entre os *farroupilhas*, que queriam mudanças e mais autonomia, e os *chimangos*, favoráveis à situação. Havia também influência das idéias republicanas; os gaúchos eram bem vizinhos das jovens repúblicas do Prata: Uruguai, Argentina e Paraguai.

A revolta começou quando Bento Gonçalves, chefe farroupilha, exigiu a renúncia do presidente da província. Ocupou Porto Alegre e obrigou a Assembléia a nomear outro presidente. Em 1836, os revoltosos proclamaram a *República Rio-Grandense*, com sede em Piratini. Em 1839, conquistaram Laguna, em Santa Catarina, onde proclamaram a *República Juliana* (era mês de julho). Para liderar a conquista de Santa Catarina, os gaúchos convidaram o italiano Giuseppe Garibaldi, um lutador da unificação da Itália. Por terra, sobre carretas, ele conduziu dois navios de Porto Alegre a Laguna e pegou as forças imperiais de surpresa.

Somente em 1845, já no reinado de D. Pedro II, a paz voltou a reinar, por obra de Luís Alves de Lima e Silva, que havia pacificado o Maranhão. O futuro Duque de Caxias fez ofertas irrecusáveis aos farroupilhas: anistia para todos, incorporação dos oficiais revoltosos ao Exército imperial no mesmo posto, devolução de toda propriedade

ocupada ou confiscada durante a guerra, libertação de todo escravo que houvesse lutado ao lado dos farrapos.

A Guerra dos Farrapos foi a mais longa guerra civil brasileira. As lutas, violentas, duraram dez anos e provocaram muitas atrocidades e mortes dos dois lados.

3. Economia deficitária

O início do Primeiro Reinado coincide com o início do período, que se prolongou até 1860, em que o comércio exterior brasileiro foi quase o tempo todo deficitário. Isto é, importávamos mais do que exportávamos: estávamos sempre devendo.

Para pagar as dívidas, o país fazia empréstimos externos, solução que ia transferindo o problema para o futuro. Novos pagamentos eram acrescidos a título de juros e amortizações. O resultado era o contínuo aumento do desequilíbrio em nossas contas com o exterior.

Em nossas exportações, destacavam-se:

- *açúcar*, principal produto durante o Primeiro Reinado, era vendido a preços baixos, por causa da concorrência das Antilhas e do açúcar de beterraba; o *café* transformou-se em principal produto de exportação;

- *algodão*, que enfrentava a concorrência americana;

- *fumo*, *cacau*, *arroz* e *couro* não tinham tanta expressão e enfrentavam a concorrência americana (arroz) e platina (couro).

As importações incluíam *manufaturados* da Inglaterra, beneficiada ainda pelas tarifas privilegiadas de 1810; *trigo* dos Estados Unidos e da Europa; *produtos alimentícios* da Europa; *escravos* da África.

O Brasil enfrentava também escassez de dinheiro, resultante dos seguintes fatores: esvaziamento dos cofres pela família real, quando voltou a Portugal em 1821; indenização paga a Portugal para que reconhecesse nossa Independência; gastos com a guerra da Cisplatina e revoltas internas.

Por falta de recursos e máquinas, as indústrias não puderam desenvolver-se. A Inglaterra tinha substituído Portugal tanto no comércio como na criação de dificuldades para o desenvolvimento da indústria brasileira. O caso da indústria têxtil foi um exemplo típico. A Inglaterra, favorecida pelas baixas taxas alfandegárias, sufocou-a colo-

cando aqui seus tecidos em melhores condições que os nossos e criando dificuldades para a importação de máquinas por brasileiros. Em 1840, mais da metade de nossos gastos com importação de manufaturados referia-se ao pagamento de produtos de vestuário.

A indústria de mineração só alcançou alguns progressos, no entanto, com ajuda de capitais ingleses.

Nas exportações, o café, que tomou a dianteira na Regência, lideraria por muito tempo, seguido de longe por outros produtos tropicais, como açúcar, algodão, couro e pele, tabaco, cacau, mate e borracha.

As dificuldades econômicas durante o Primeiro Reinado e a Regência atingiram mais as cidades que as grandes propriedades rurais, pois estas eram quase auto-suficientes. As crises se deviam aos empréstimos, à má administração e aos excessivos privilégios concedidos à Inglaterra, a potência capitalista da época. As dificuldades e a dependência aos ingleses não cessariam durante o Segundo Reinado. Pelo contrário, cresceriam.

Questões propostas

1. Quais foram os governos do período regencial e quais as suas principais características?
2. O que estabeleceu o Ato Adicional de 1834?
3. Quais eram as principais correntes políticas da Regência e quais suas idéias?
4. Que foi a Maioridade?
5. Resuma: Cabanagem; Sabinada; Balaiada; Guerra dos Farrapos.
6. O que caracteriza o comércio exterior, desde o Primeiro Reinado?
7. Que novidade surge na Regência entre os produtos de exportação?
8. Por que o Brasil tinha pouco dinheiro?
9. O que dificultou o desenvolvimento industrial?

Capítulo 75

O Brasil monárquico: o Segundo Reinado (1840-1889)

A declaração de maioridade de D. Pedro de Alcântara três anos antes do previsto fora um golpe bem dado pelos liberais, opositores da Regência Una de Araújo Lima. O novo imperador negaria, mas sabe-se que deu apoio tácito à campanha liberal, diante da qual o governo regencial não teve como reagir, desgastado pelos movimentos revolucionários em desenvolvimento no Brasil afora.

Proclamada a maioridade em 23 de julho de 1840, no mesmo dia D. Pedro prestou juramento.

Durante quase meio século, o Segundo Reinado enfrentou dificuldades econômicas, configuradas especialmente na crescente dependência da Inglaterra. Passou por três fases:

1840-1850 — Lutas civis e pacificação interna.

1850-1870 — Lutas externas que envolveram países do Prata: Uruguai, Argentina e Paraguai.

1870-1889 — Campanhas pela libertação dos escravos e proclamação da República.

1. Organização político-administrativa

A administração do Segundo Reinado organizou-se segundo os moldes do Primeiro, com a volta do Poder Moderador e do Conselho de Estado.

Claro que o imperador nomeou Ministério dominado pelos liberais, a quem devia maioridade antecipada. Durou só oito meses. Por duas razões: não conseguiu pacificar as províncias e foi responsável por grandes escândalos, como as *eleições do cacete*, assim chamadas porque os liberais organizaram grupos de marginais para dissolver a cacetada das reuniões dos conservadores, que aliás agiam da mesma forma.

O novo Ministério, conservador, conseguiu do

imperador a dissolução da Câmara dos Deputados, de maioria liberal, eleita graças à fraude e à violência. Para começar, o governo havia substituído todo o pessoal encarregado de fiscalizar e presidir as eleições, removendo e suspendendo juizes de Direito, chefes de polícia, oficiais da Guarda Nacional, juizes de paz, e até renomeando novos presidentes das províncias, tudo nas vésperas da votação. Depois, baixou a violência. Com a cumplicidade da polícia, ou sob a direção dela, latagões assaltaram as mesas eleitorais. Identificavam-se pelo laço amarelo ao pescoço: eram os *papos-amarelos*. Por toda parte, houve espancamentos e assassinatos. Para completar, a fraude escancarada: votos de crianças, escravos e pessoas inexistentes; gente impedida de votar, urnas trocadas, atas falsificadas etc. As alegações contra a legitimidade das eleições de 1840 abalaram o Gabinete e precipitaram sua dissolução.

A partir de 1844, sucederam-se vários governos liberais até 1848, quando os conservadores voltaram ao poder, através de Ministério chefiado por Araújo Lima, o último regente uno.

Durante praticamente todo o Segundo Reinado, predominou o *regime parlamentarista* de modelo britânico. Sua norma básica estabelece que qualquer gabinete só fica no poder enquanto merece a confiança da Câmara dos Deputados. Isto não estava previsto na Constituição de 1824 e o imperador não era obrigado a submeter a escolha dos ministros à Assembléia Legislativa. A presidência do Conselho de Ministros só foi estabelecida em lei em 1847, mas desde 1843 existia a figura do ministro principal.

De 1847 até o fim do Império, sempre que era necessário reorganizar o Gabinete, o imperador nomeava o presidente do Conselho; ele escolhia os outros ministros e respondia pelos atos perante a Câmara e o imperador. Em caso de conflito entre os poderes Legislativo e Executivo, cabia ao imperador — orientado pelo Conselho de Estado, composto por políticos dos dois partidos — substituir o Ministério ou dissolver a Câmara; neste caso, marcava novas eleições.

Quase não havia diferença entre os partidos dominantes, Liberal e Conservador. Era corrente o dito popular de que não havia nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder. As eleições não representavam a vontade de todo o povo, mas a dos grandes proprietários rurais. Eles dominavam as províncias; controla-

vam o número de eleitores; fraudavam as eleições; exerciam, enfim, o poder diretamente ou através de apadrinhados.

Essa identidade de interesses ajuda a entender o chamado *Ministério da Conciliação*, de 1853, com a participação dos dois partidos. Também ajuda a explicar como foi que a abolição da escravidão, resultado de ampla campanha liberal, transformou-se em lei graças a um Gabinete conservador.

2. A Praia

Os pernambucanos já tinham tradição na defesa de idéias republicanas, manifestadas em 1817 (Revolução Pernambucana) e 1824 (Confederação do Equador). Agora, andavam descontentes com a família Cavalcanti, dona de quase todas as terras cultiváveis e da máquina administrativa da província. Em 1848, a revolta explodiu quando o governo conservador nomeou para Pernambuco um presidente que desgostou os liberais.

O nome do movimento deriva da Rua da Praia, em que funcionava o jornal liberal *Diário do Povo*. Os praieiros defendiam programa avançado: voto livre e universal, liberdade de imprensa, garantia de trabalho, nacionalização do comércio, que estava nas mãos de portugueses, abolição do trabalho escravo, regime republicano e reformas econômicas e sociais.

Iniciado em Olinda, o movimento marchou para o Recife, mas os rebeldes não conseguiram tomar a cidade e, em menos de um ano, muitos tiveram de fugir para o interior, derrotados, principalmente depois que alguns chefes praieiros mudaram de lado. Um dos líderes, Pedro Ivo Veloso, resistiu no mato por três anos, até acabar traído pelo próprio pai.

A anistia concedida pelo governo central, em novembro de 1851, pôs fim ao movimento.

3. A vez do café

Segundo Caio Prado Júnior, durante o Segundo Império realizou-se uma verdadeira revolução no âmbito das atividades produtivas. Coisa que não mudou o papel do Brasil de fornecedor de produtos tropicais às potências industrializadas e detentoras do capital.

Caio Prado relaciona dois fatos a constituir tal revolução: o primeiro, de natureza geográfica, é o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do Norte para o Centro-sul; outro é a decadência das lavouras tradicionais (cana, algodão, tabaco), paralelamente ao desenvolvimento de uma que até então tinha pouca importância: o *café*.

As lavouras tradicionais sofreram condições internacionais desfavoráveis: o *açúcar* enfrentou a concorrência do açúcar de beterraba e as pesadas taxas estabelecidas pelos governos sobre sua importação; o *algodão* perdeu para o americano e o oriental; o *tabaco* ficou prejudicado pela diminuição do tráfico de escravos, pelos quais era trocado.

O fim do tráfico de escravos em 1850 também atingiu a economia agrícola tradicional. O mesmo não aconteceu no Sul, que importou escravos do norte empobrecido e depois recorreu à imigração européia.

Introduzido no Brasil em 1727, o café só ganhou importância um século depois, com a decadência do ouro, centro das atenções durante quase todo o século XVIII. A Independência dos Estados Unidos, em 1776, contribuiu para a expansão do café. Grandes consumidores, os norte-americanos se voltaram para o produto brasileiro por duas grandes razões: livrar-se da importação da Inglaterra e suas colônias; o Brasil ficava mais perto. Os Estados Unidos chegaram a absorver mais de 50% das nossas exportações de café. No século XIX, a exportação cresceu sem parar:

DÉCADA	QUANTIDADE (sacas de 60 kg)
1821-30	3 178 000
1831-40	10 430 000
1841-50	18 367 000
1851-60	27 339 000
1861-70	29 103 000
1871-80	32 509 000
1881-90	51 631 000

Fonte: *História Econômica do Brasil*, Caio Prado Júnior

O café, planta mais delicada que a cana, é sensível a geadas ou a calor excessivo. Exige chuvas bem distribuídas e solo especial. Leva de quatro a cinco anos para produzir, o que pressupõe grande capital a empatar nesse tempo todo. Essas

condições existiam no Sul e Sudeste do país. Até o fim do século XIX, o café avançou em duas etapas:

- O *Vale do Paraíba*, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, foi o primeiro grande centro produtor, até 1870. Exportava pelo porto do Rio.

- A erosão e a exploração sem cuidados esgotaram as terras do Vale, e o café, partindo de Campinas, rumou para o *oeste paulista*. Em fins do século, em torno de Ribeirão Preto, formou-se o núcleo produtor do melhor café brasileiro, famoso em todo o mundo. Ali havia a especial *terra roxa* (deriva de *rossa*, vermelha em italiano). A exportação se fazia pelo porto de Santos.

Mais tarde, o café alcançaria o extremo oeste de São Paulo, sudeste de Minas e, já na metade do século XX, o norte do Paraná.

A balança está salva

Durante o Segundo Reinado, o café manteve a posição alcançada na Regência, de mais importante produto de exportação. Na receita das exportações brasileiras, entre 1840 e 1890, enquanto caía a participação do açúcar (26,7% para 9,9%) e do algodão (7,5% para 4,2%), a do café subia de 41,4% para 61,5%.

Em consequência, a partir de 1860, os tradicionais déficits na balança comercial deram lugar a superávits. Em certas classes sociais e regiões, melhorou o padrão de vida e surgiu algum progresso técnico (meios de transporte e comunicação, fábricas), apesar da dependência do exterior.

Mas no fundo, a extraordinária importância do café constituiria a riqueza e a miséria de nossa economia: *riqueza* porque trouxe divisas, embora elas se concentrassem nas mãos de poucas pessoas; e *miséria* porque a economia passou a depender quase exclusivamente da monocultura cafeeira. Assim, qualquer crise internacional na produção ou no comércio do café arrastaria junto a economia do país, como aconteceu durante o século XX.

A expansão do café reforçou a estrutura da economia agrícola brasileira, baseada na *grande propriedade*, na *monocultura de exportação* e na *exploração da mão-de-obra*. O concurso de capitais ingleses contribuiu para a manutenção da tradicional estrutura. Tirando os inconvenientes que acarretaram, os capitais ingleses possibilitaram:

- a construção de ferrovias e indústrias;
- o aparelhamento dos portos;

- o equilíbrio das finanças externas, sem que fossem sacrificadas as importações.

Observe-se que a construção de estradas de ferro e outras melhorias só ocorreram enquanto interessavam ao capital internacional, pois facilitavam o escoamento da produção e a manutenção da economia baseada na monocultura destinada à exportação.

O capital internacional, especialmente o inglês, tinha duplo interesse em emprestar dinheiro ao Brasil: primeiro, que os empréstimos garantissem o fornecimento de produtos primários a baixo custo; segundo, que as ferrovias e outras melhorias para facilitar o escoamento dos produtos eram feitas à custa dos próprios brasileiros, que pagavam os empréstimos acrescidos de juros — não havia risco algum para os banqueiros.

De 1852 até o fim do Império, o Brasil levantou na Inglaterra onze empréstimos públicos, no valor global de 60 milhões de libras, grande parte usada para pagar dívidas antigas.

Mais dois fatos contribuíram para equilibrar econômica e financeiramente o país:

- a mudança da política alfandegária, em 1844, com a fixação de taxa única de importação, de 30%; deixou de vigorar a taxa de 15% para produtos ingleses, o que acarretou aumento das rendas públicas;

- a abolição do tráfico de escravos, em 1850, que diminuiu os gastos com importações.

4. O extermínio de um povo

Durou pouco o equilíbrio econômico e financeiro. A Guerra do Paraguai (1865-1870) trouxe grandes despesas, financiadas principalmente pelos ingleses. Brasil, Argentina e Uruguai uniram-se na *Tríplice Aliança* para lutar contra o Paraguai, no mais sério conflito externo de nossa história.

O Paraguai, sob o governo de Solano López, havia se transformado no único país latino-americano que podia ser considerado livre de qualquer colonialismo. Diversificou sua agricultura, instalou uma fábrica de armas e pólvora, organizou uma flotilha de barcos para neutralizar o domínio brasileiro no Rio Paraná e transformou latifúndios improdutivos em fazendas estatais. A independência econômica paraguaia representava um desafio para os ingleses, necessitados de mais e mais mercados consumidores. Brasil e Argentina

tinham interesse em terras do Paraguai. Só faltava o pretexto para a guerra, fornecido pelo próprio Solano em 24 de novembro de 1864: ele rompeu relações com o Brasil, apressou o navio *Marquês de Olinda* e invadiu o Mato Grosso, tentando estabelecer soberania sobre a região do Rio Paraguai.

O Tratado da Tríplice Aliança já estava pronto um ano antes de ser assinado e, antes da guerra portanto, já estipulava a destruição e partilha do Paraguai. Recebeu por isso os protestos dos Estados Unidos e países da América Latina. A guerra deixou o Paraguai arrasado: aniquilou 96% dos homens e 55% das mulheres. De seus 800 000 habitantes, restaram apenas 194 000. Suas terras foram vendidas a estrangeiros, que passaram a cobrar taxas para que os antigos donos pudessem trabalhar nelas.

Bom negócio para a Inglaterra, que manteve o domínio econômico sobre a região sem se envolver na luta. Brasil e Argentina conseguiram as terras pretendidas — 140 000 km²; mas aumentaram sua dependência da Inglaterra. Os empréstimos brasileiros subiram gradativamente, passando de 3 milhões de libras em 1871 para quase 20 milhões em 1889.

5. A indústria toma fôlego

A abertura dos portos em 1808 havia atrapalhado a principiante indústria colonial, sem condições de concorrer com os importados, que gozavam de facilidades alfandegárias. Mas outros fatores contribuíam para dificultar o desenvolvimento industrial do país:

- a deficiência de energia, pela qualidade inferior de nosso carvão e pelas condições precárias de sua exploração;
- a insuficiência da siderurgia, dadas as dificuldades de exploração das reservas de ferro;
- a deficiência dos mercados consumidores: a população era escassa e dispersa, com baixo padrão de vida e de poder aquisitivo.

Mas havia fatores favoráveis à industrialização:

- a dificuldade de pagar a importação de manufaturados estimulava a produção interna;
- a elevação das tarifas alfandegárias oferecia mais possibilidades de concorrer com os importados;
- a produção de algodão estimulava o estabelecimento da indústria têxtil;

- a mão-de-obra abundante barateava os custos de produção.

O primeiro impulso considerável na industrialização ocorreu na última década do Império. O número de estabelecimentos saltou de 200 em 1881 para mais de 600 em 1889. De cada cinco investimentos, três se orientavam para a indústria *têxtil*; vinham em seguida os setores da *alimentação* e de produtos *químicos*, além de outros menos importantes. Nada, porém, que chegasse aos pés da pujança que, século XIX afora, se havia irradiado da Inglaterra, a *oficina do mundo*, para o resto da Europa, Ásia e Estados Unidos, como veremos no próximo capítulo.

6. O fim da escravidão

A partir da Independência, cresceu a consciência antiescravista. Compreendia-se que não seria possível construir uma nação livre conservando a população dividida em castas opostas.

A Inglaterra, maior traficante até fins do século XVIII, aboliu a escravidão nas colônias em 1833 e transformou-se em maior defensora do fim do comércio escravista. Suas razões, além daquelas ditadas pelo processo civilizatório, tinham fundo predominantemente econômico. Depois da Revolução Industrial, o capitalismo se consolidou e lhe interessava mercados consumidores sempre mais amplos. Era necessário que os trabalhadores fossem assalariados — escravo nada compra. Além disso, o dinheiro empregado em escravos poderia passar a comprar produtos ingleses.

A pressão inglesa se abateu sobre o Brasil, maior comprador de escravos da época. Em 1831, ano da abdicação de D. Pedro I, surgiu a primeira lei antiescravista: ela proibiu o *tráfico negreiro*. Os proprietários rurais não acataram a lei, que permaneceu como letra morta: apenas serviu para satisfazer compromissos internacionais. A Inglaterra sentiu-se amparada para abordar navios traficantes em alto-mar. Estes, quando abordados, lançavam os escravos ao mar, para eliminar a prova do crime.

Em 1845, o Parlamento inglês aprovou a lei conhecida como *Bill Aberdeen*. Permitia à esquadra inglesa prender navios escravos e julgar os tripulantes como piratas. O Brasil protestou energeticamente, pois se tratava de ato unilateral, e cresceram os conflitos entre os dois países. Mas

em 1850, o Brasil cedeu: a *Lei Eusébio de Queirós* reafirmou a lei de 1831 e autorizou a expulsão dos traficantes do país. O tráfico despencou. Em 1849, tinham entrado 54 000 escravos no país; o número desceu a menos da metade no ano seguinte e, em 1852, não passou de 700.

Os 50 000 escravos anuais representavam o maior negócio brasileiro da época, metade de todas as importações. Agora, as pessoas e o dinheiro envolvidos no tráfico negreiro se encaminharam para outras atividades.

A abolição da escravatura ainda demoraria 38 anos, dada a resistência dos proprietários rurais. A pressão aumentou a partir de 1860, com campanhas e debates na imprensa. Em 1865, com a abolição nos Estados Unidos, só restavam dois países ocidentais a manter a escravidão: Cuba e Brasil. Depois da Guerra do Paraguai, a abolição virou questão de honra nacional. Organizados em associações, os abolicionistas passaram a ajudar os escravos a fugir, quebrando a disciplina nas senzalas. A situação repercutiu no governo: de 1880 a 1885, sete Ministérios se revezaram. Os escravocratas passaram a compreender a inutilidade de sua resistência e a temer a revolta dos 800 000 escravos existentes.

Duas leis que reconheciam o direito dos negros à liberdade se sucederam, antes da penada final que pôs fim à escravidão: a *Lei do Ventre Livre*, de 1871, declarando livres os filhos de escravas nascidos a partir daquela data; e a *Lei dos Sexagenários*, de 1885, concedendo liberdade aos escravos maiores de 60 anos — esta considerada brincadeira de mau gosto, pois a vida útil do escravo era em média de dez anos e, portanto, haveria muito poucos com mais de 60 anos.

No auge das campanhas, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a *Lei Áurea*. Comportando apenas dois artigos:

Art. 1º — É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

A abolição resultou da conjugação de vários fatores:

- a *rebelião negra*, manifesta desde o início da escravidão, através das fugas ou de movimentos organizados, como a Guerra dos Palmares (1635-1695);
- a *escassez* de escravos após a extinção do tráfico, que fez subir o preço deles a tal ponto que

só começavam a dar lucro depois de dez anos de trabalhos prestados;

- as *campanhas abolicionistas*, com duas correntes: a moderada, à qual pertenciam Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, favorável a uma campanha sem muita participação popular, à base de debates e legislação “emancipadora”; e a radical, do ex-escravo Luís Gama, Silva Jardim e Raul Pompéia, ala que chegou a pregar a insurreição do escravo contra o senhor.

7. Chegam os imigrantes

A abolição pôs em xeque a estrutura do sistema colonial, que em parte se recompôs no sul cafeeiro, com o uso da mão-de-obra assalariada dos imigrantes europeus.

O pioneiro foi o senador Nicolau de Campos Vergueiro. Entre 1847 e 1857, ele recebeu 177 famílias alemãs, suíças, portuguesas e belgas em sua fazenda de Ibicaba, São Paulo. E até o fim do século, chegariam mais de 100 000 imigrantes por ano, a maioria italianos e portugueses; metade deles fixou-se no Estado de São Paulo.

8. O fim do Império

A chegada dos imigrantes, o desenvolvimento das cidades e o surto industrial estimularam o surgimento de uma classe média constituída de trabalhadores da indústria e comércio, além de funcionários públicos. A influência dos militares havia crescido após a campanha do Paraguai. Os novos grupos sociais influíram no movimento pela mudança do regime político.

As idéias republicanas sempre tinham sido bem recebidas no Brasil. Elas animaram a Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1710), ganharam vigor na Inconfidência Mineira (1789) e na Conjuração Baiana (1798); e explodiram na Revolução Pernambucana (1817) e na Confederação do Equador (Pernambuco e outras províncias nordestinas, 1824). Intensificaram-se de novo no período regencial com a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845). Mas foi na fase final do Segundo Império que a tese de um governo republicano passou a ser defendida de forma sistemática, com a fundação do *Partido Republicano*, em 1870.

Depois da Guerra do Paraguai, vários fatos

reforçaram o ideal republicano e levaram à queda do Império:

- o contato com as repúblicas do Prata;
- os conflitos Igreja X Governo;
- os conflitos Militares X Governo;
- a abolição da escravidão e a expansão cafeeira.

O conflito com a Igreja acentuou-se em 1872, quando os bispos de Olinda e Belém resolveram cumprir determinações do Vaticano, mesmo sem aprovação do imperador, o que era necessário em virtude da união entre Igreja e Estado; e suspenderam as irmandades que não haviam excluído os maçons de seus quadros. O imperador ordenou o cancelamento da suspensão mas os bispos se recusaram a cumprir a ordem: foram presos e condenados a trabalhos forçados. Apesar da anistia decretada em 1875, as relações Igreja-Império se deterioraram, e o clero passou a apoiar a causa da República.

Entre os militares, o ideal republicano penetrou graças a Benjamin Constant, seguidor do filósofo francês Auguste Comte, fundador do positivismo, sistema segundo o qual o conhecimento verdadeiro resulta da observação e experiência. Muitos oficiais também passaram a acusar o governo de pouco se importar com os militares.

Em 1883, o tenente-coronel Sena Madureira atacou em artigo de jornal um projeto de lei de interesse do Exército. O governo proibiu os militares de manifestar-se pela imprensa sem ordem do ministro da Guerra e puniu os infratores. Protestos gerais. Deodoro da Fonseca, comandante no Rio Grande do Sul, foi ao Rio de Janeiro. Diante da recusa do governo em cancelar as punições, assinou violento manifesto em defesa do Exército, escrito por Rui Barbosa.

O governo teve de ceder e mostrar sua fraqueza: cancelou as punições. Os republicanos saíram fortalecidos. O regime vinha se apoiando nos donos de escravos. Com a abolição, a monarquia perdeu a base de sustentação e cavou a própria sepultura. A campanha abolicionista havia agitado o país de norte a sul e, interligando-se com a campanha republicana, desmoralizou as autoridades imperiais: seu poder desmoronava como castelo de cartas.

Ao lado da industrialização, a expansão do café produziu também novos grupos sociais desejosos de participação política. A monarquia retardava e atrapalhava a modernização exigida pelos barões

do café e empresários urbanos, setores sociais que influenciaram bastante para a queda do Império.

Após a fundação do Partido Republicano (Rio, 1870), a campanha cresceu rapidamente a partir da Convenção de Itu (São Paulo, 1873); ganhou força irresistível depois de 1880, quando já existiam mais de 180 clubes republicanos no país. Faltava o empurrão final, dado pelos militares, que organizaram uma conspiração para proclamar a República em 20 de novembro de 1889.

Os conspiradores anteciparam a data, temerosos de que o governo pudesse organizar a defesa. No dia 14, correu o boato da prisão de alguns líderes republicanos, como Benjamin Constant e o marechal Deodoro. Este assumiu o comando das tropas e, no dia 15, ocupou o quartel-general no Rio de Janeiro. O imperador tentou conciliar formando novo Gabinete. Não tinha poder para mais nada. O poder estava nas mãos dos republicanos.

Questões propostas

1. Quais as principais fases do Segundo Reinado?
2. Quais eram as diferenças entre conservadores e liberais no Império? Dê exemplo da ação partidária durante as eleições.
3. Em que consistia o regime parlamentarista imperial?
4. Resuma a rebelião conhecida como Praieira.
5. Que fatores contribuíram para a expansão cafeeira?
6. Que país era o Paraguai antes da guerra contra a Tríplice Aliança que uniu Brasil, Argentina e Uruguai?
7. Como ficou o Paraguai depois da guerra?
8. Que fatores dificultaram e quais facilitaram a industrialização no Império?
9. Que fatores levaram à abolição da escravatura? Como se recompôs a estrutura baseada no trabalho escravo?
10. Que foi a questão religiosa? E a militar?

Capítulo 76

Imperialismo: difusão e transformação do capitalismo industrial

De 1760 a 1830, a Revolução Industrial ficou limitada à Inglaterra, a *oficina do mundo*. Para manter a exclusividade, era proibido exportar máquinas e técnicas. Mas a produção de equipamentos industriais superaria logo as possibilidades de consumo interno e não seria possível conter os interesses dos fabricantes. Além disso, as nações passaram a identificar o poderio de um país com seu desenvolvimento industrial. E o processo se difundiu pela Europa, Ásia e América.

A tecnologia industrial avançou, a população cresceu, os movimentos imigratórios se intensificaram. No fim do século XIX, sobreveio a primeira Grande Depressão (1873-1896), que fortaleceu as empresas pela centralização e concentração do capital. Iniciou-se aí nova fase do capitalismo, a *fase monopolista* ou *financeira*, que se desdobrou na exportação de capitais e no processo de colonização da África e da Ásia.

1. A Revolução Industrial se irradia

Em ritmo vertiginoso, como na Alemanha, ou retardado por razões políticas, como na França, o impacto da Revolução Industrial inglesa atingiu todas as partes do mundo.

Bélgica — Primeiro país da Europa a industrializar-se no século XIX. Dois ingleses criaram uma fábrica de tecidos em Liège já em 1807. Foi rápido o desenvolvimento, facilitado pela existência de carvão e ferro, pelo investimento de capitais ingleses e pela proximidade do mercado europeu.

Alemanha — Em ritmo acelerado a partir de 1870, a industrialização alemã se beneficiou da unificação nacional, da decidida proteção estatal, da atuação do capital bancário e do crescimento demográfico. A peculiaridade aqui está no casamento entre indústria e bancos, bem

como no uso de técnicas que permitiram alto grau de racionalização.

A Alemanha já era grande produtora de carvão desde 1848. A siderurgia avançou, estimulada pelo desenvolvimento ferroviário. Na década de 1880, a indústria têxtil ameaçava superar a inglesa, devido à adoção de fibras sintéticas e novos corantes; destaque-se aqui a expansão da indústria química, ligada à pesquisa científica. No fim do século, graças a Werner Siemens, a indústria elétrica tomou grande impulso. Em 1914, a Alemanha iria produzir 35% da energia elétrica mundial, seguida por Estados Unidos (29%) e Inglaterra (16%).

França — A Revolução Francesa retardou o desenvolvimento econômico do país. A consolidação da pequena indústria e a tradição de produzir artigos de luxo dificultaram a grande concentração industrial. É difícil falar em Revolução Industrial francesa. Não houve arranque acelerado, mas lenta transformação das técnicas de produção e das estruturas industriais.

O processo se acelera a partir de 1848, com a adoção de medidas protecionistas, ou seja, impediu-se a importação de produtos industriais e estimulou-se a exportação. Assim mesmo, havia entraves ao avanço: houve retração demográfica no século XIX, com baixo índice de natalidade e lenta regressão na mortalidade; a estrutura agrária preservava a pequena propriedade, o que limitava o progresso tecnológico; faltava carvão e seu preço era o mais alto do mundo; os recursos iam para empréstimos públicos e investimentos no estrangeiro, em vez de ir para o setor produtivo.

A expansão industrial foi freada ainda pela prática do autofinanciamento, ou seja, o reinvestimento dos lucros na própria empresa, que preservava seu caráter familiar, limitado.

Itália — A unificação política e aduaneira impulsionou a industrialização, que arrancou no decênio de 1880-1890. O Estado reservou a produção de ferro e aço para a indústria nacional, favorecendo a criação da siderurgia moderna. A falta de carvão, ao elevar os custos, reduzia a competitividade no exterior. Protegida pelo Estado, a siderurgia se concentrava no norte e sua produção não era suficiente para o mercado interno, o que exigia importações. A indústria mecâni-

ca cresceu mais depressa, especialmente as de construção naval e ferroviária, máquinas têxteis e ligadas à eletrificação (motores, turbinas). A partir de 1905, a indústria automobilística de Turim conseguiu excelentes resultados.

Também protegida, a indústria têxtil era a única com capacidade de conquistar mercados externos. A falta de carvão estimulou a produção de energia elétrica. O problema mais grave estava na total concentração do processo de crescimento no norte, enquanto o sul permanecia agrário e atrasado.

Império Austro-Húngaro — Sua característica era a enorme mistura de povos e minorias nacionais. O desenvolvimento industrial se acelerou mais na ex-Tchecoslováquia (atuais Eslováquia e República Tcheca), sobretudo nos setores têxtil, de extração de carvão e siderurgia. Destacou-se a Skoda, famosa produtora de armas, material ferroviário, máquinas agrícolas, etc.

Suécia — Deu-se aqui um caso típico de rápido desenvolvimento ligado a pesados investimentos estrangeiros, principalmente alemães; o mecanismo se explica pelas relações entre grandes bancos suecos e alemães. Mais tarde, viriam os bancos franceses. A Suécia chegou a ter a dívida externa mais alta do mundo.

Na década de 1870, teve início a construção ferroviária. A partir dos anos de 1890, os alemães se voltaram para as minas de ferro, fundições e forjas. O aço de alta qualidade era exportado. Os franceses investiram mais em energia elétrica. Também tiveram importância a indústria madeireira e a química, como a de explosivos, controlada pelo grupo Nobel.

Rússia — A arrancada do último país da Europa a industrializar-se deu-se entre 1890 e 1900, com taxa de crescimento industrial de 8% ao ano, jamais igualada pelo Ocidente. Motivos: participação do Estado, investimentos externos e presença de técnicos estrangeiros. A abolição da servidão em 1861 não mudou muito a estrutura agrária, baseada no *mir*, comunidade agrícola de culturas coletivas. A produtividade não cresceu, nem o poder aquisitivo dos agricultores; e não houve êxodo rural que fornecesse mão-de-obra excedente às indústrias.

O Estado exerceu papel importante. A com-

pressão do consumo dos camponeses gerou excedentes de produtos agrícolas exportáveis, cujos rendimentos eram transformados em investimentos. Em 1913, metade do capital investido era estrangeira, com maior participação da França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica e Estados Unidos. As indústrias de mineração tinham 91% de capital estrangeiro; as químicas, 50%; as metalúrgicas, 42%; a madeireira, 37%; e a têxtil, 28%.

Formaram-se gigantescos conglomerados, como o Cartel Prodamera, que controlava trinta siderúrgicas e metalúrgicas, com capital francês. Explorava-se carvão da rica bacia do Donetz. A produção de máquinas era ainda reduzida. A descoberta de petróleo no Cáucaso deu origem a grande exploração, dominada pelos Rothschild de Paris. Controlada por ingleses e alemães, a indústria têxtil respondia por um terço da produção russa.

Estados Unidos — Primeiro país a industrializar-se fora da Europa, a partir de 1843, em resultado da conquista do oeste e dos enormes recursos daí advindos; alguns autores preferem como marco a Segunda Revolução Americana, a Guerra de Secessão entre 1860 e 1865, momento em que a classe capitalista do norte aumentou sua fortuna financiando o governo federal, fornecendo provisões aos exércitos e desenvolvendo a indústria ligada às necessidades do conflito. O resultado foi a consolidação do capitalismo industrial, representado politicamente pelos republicanos. Não foi por acaso que, enquanto a abolição da escravidão destruía a economia sulista, o protecionismo alfandegário, a legislação bancária, a construção de estradas de ferro e a legislação trabalhista garantiam a supremacia do norte e de sua economia industrial.

Depois da guerra, o país tinha território unificado, rede de transportes em expansão, população crescente, poucas diferenças sociais. Isso permitia a produção para o consumo de massa, o que facilitava a racionalização da economia. O país dependia de seu próprio mercado, pois exportava apenas 10% do que produzia — a Inglaterra, por exemplo, exportava 52%. Daí o caráter fortemente protecionista da industrialização americana. O dinamismo do país atraiu capitais europeus, que se voltaram para setores estratégicos, como ferrovias. A descoberta de ouro na Califórnia acelerou ainda mais a economia.

Em 1890, algodão, trigo, carne e petróleo contribuíam com 75% da exportação. O beneficiamento de produtos agrícolas foi a primeira grande indústria; as siderúrgicas e indústrias mecânicas superaram o setor agrícola apenas no início do século XX. Sua característica era a formação de enormes empresas, que produziam ferro, carvão, produtos siderúrgicos e ferroviários.

Em 1913, os americanos assumiram a liderança na produção de ferro, carvão, aço, cobre, chumbo, zinco e alumínio. A indústria mecânica avançou, sobretudo a automobilística, com métodos racionais desenvolvidos pela Ford. A indústria têxtil deslocou-se para o sul. A elétrica, estimulada pelas investigações científicas que resultaram na fundação da *Edison Electric Company*, criaram filiais em vários países, como Itália e Alemanha.

Japão — Na Ásia, foi o país que mais depressa implantou sua Revolução Industrial. Até meados do século XIX, o Japão vivia fechado, com sua sociedade dominada por uma aristocracia feudal que explorava a massa de camponeses. Desde 1192, o imperador tinha poder simbólico; quem o exercia era o *xogum*, supremo comandante militar. A economia monetária vinha se acentuando desde o século XVIII e a pressão dos Estados Unidos forçou em 1852 a abertura dos portos aos estrangeiros, atendendo a interesses de expansão da indústria americana. O ponto de partida para as grandes transformações foi o ano de 1868, com a *Revolução Meiji* (Luzes). Com apoio estrangeiro, o imperador tomou o poder do *xogum* e passou a incorporar a tecnologia ocidental, para modernizar o Japão.

A Revolução Meiji aboliu o feudalismo, com finalidade nem tanto de melhorar a vida servil dos camponeses mas de torná-los mais produtivos. A fortuna dos grandes comerciantes e proprietários aumentou, em prejuízo dos aposentados e pequenos lavradores. A criação de um exército de trabalhadores, devido ao crescimento populacional, permitiu uma política de preços baixos, o *dumping*, favorável à competição no mercado externo.

Um aspecto importante foi a acumulação de capital nacional, decorrente da forte atuação do Estado, que concedeu patentes e exclusividades e integrou os investimentos. Depois de desenvolver

as indústrias, o Estado as transferia a particulares em condições vantajosas de pagamento. Formaram-se assim grandes concentrações industriais, *zaibatsu*, pois 40% de todos os depósitos bancários, 60% da indústria têxtil, 60% da indústria militar, a maior parte da energia elétrica, a indústria de papel e a de construção naval eram controlados por apenas quatro famílias: Sumitomo, Mitsubishi, Yasuda e Mitsui. A indústria pesada avançou devagar pela falta de carvão e ferro. Os recursos hidrelétricos foram explorados a partir de 1891. No início do século XX, a siderurgia deu um salto, criando a base para a expansão da indústria naval.

O Estado, assentado na burguesia mercantil e na classe dos proprietários, tinha apoio dos militares, que pretendiam construir o *Grande Japão*. O pequeno mercado interno impôs a busca de mercados externos e uma política agressiva, iniciada com a guerra contra a China (1894-1895), que proporcionou enorme indenização ao Japão. O mesmo aconteceu após a guerra contra a Rússia (1904-1905). A I Guerra Mundial (1914-1918) abriu espaços no mercado asiático, imediatamente ocupados pelo Japão.

2. A estrutura industrial muda

As mudanças na estrutura da produção industrial foram tão aceleradas a partir de 1870, que se pode falar de uma *Segunda Revolução Industrial*. É a época em que se usam novas formas de energia: eletricidade, petróleo; de grandes inventos: motor a explosão, telégrafo, corantes sintéticos; e de intensa concentração industrial. A grande diferença em relação à primeira fase da Revolução Industrial era o estreito relacionamento entre *ciência* e *técnica*, entre laboratório e fábrica. A aplicação da ciência se impunha pela necessidade de reduzir custos, com vistas à produção em massa. O capitalismo de concorrência foi o grande propulsor dos avanços técnicos.

Novas fontes de energia foram substituindo o vapor. Já se conhecia a eletricidade por experiências em laboratório: Volta, em 1800, e Faraday, em 1831. O uso industrial dependia da redução do custo e, acima de tudo, da transmissão a distância. O invento da *lâmpada incandescente* por Edison em 1879 provocou uma revolução no sistema de iluminação.

Já se usava o *petróleo* em iluminação desde 1853. Em 1859, Rockefeller havia instalado a primeira refinaria em Cleveland. Com a invenção do motor de combustão interna pelo alemão Daimler em 1883, ampliou-se o uso do petróleo.

A primeira fase da Revolução Industrial tinha se concentrado na produção de bens de consumo, especialmente têxteis de algodão; na segunda fase, tudo passou a girar em torno da indústria pesada. A produção de *aço* estimulou a corrida armamentista, aumentando a tensão militar e política. Novas invenções permitiram aproveitar minerais mais pobres em ferro e ricos em fósforo. A produção de aço superou a de ferro e seu preço baixou. O descobrimento dos processos eletrolíticos estimulou a produção de alumínio.

Na indústria química, houve grande avanço com a obtenção de métodos mais baratos para produzir *soda cáustica* e *ácido sulfúrico*, importantes para vulcanizar a borracha e fabricar papel e explosivos. Os *corantes sintéticos*, a partir do carvão, tiveram impacto sobre a indústria têxtil e reduziram bastante a produção de corantes naturais, como o anil.

O desenvolvimento dos meios de transporte representou uma revolução à parte. A maioria dos países que se industrializavam elegeu as *ferrovias* como o maior investimento. Elas empregavam 2 milhões de pessoas em todo o mundo em 1860. No final dessa década, somente os Estados Unidos tinham 93 000 quilômetros de trilhos; a Europa, 104 000, cabendo 22 000 à Inglaterra, 20 000 à Alemanha e 18 000 à França. A construção exigiu a mobilização de capitais, através de bancos e companhias por ações, e teve efeito multiplicador, pois aqueceu a produção de ferro, cimento, dormentes, locomotivas, vagões. O barateamento do transporte facilitou a ida dos trabalhadores para as vilas e cidades. Contribuiu, assim, para a urbanização e o êxodo rural. As nações aumentaram seu poderio militar, pois podiam deslocar mais depressa suas tropas. Ninguém poderia imaginar tal mudança quando Stephenson construiu a primeira linha em 1825, de Stockton a Darlington, na Inglaterra.

Depois que Fulton inventou o *barco a vapor* em 1808, também a navegação marítima se transformou. As ligações transoceânicas ganharam impulso em 1838, com a invenção da *hélice*. Os clíperes, movidos a vela, perderam lugar para os novos barcos, que cruzavam o Atlântico na

linha Europa-Estados Unidos em apenas dezessete dias.

3. A Grande Depressão

A primeira grande crise do capitalismo, a *Grande Depressão*, começou por volta de 1873 e só terminou em 1896. O ciclo da crise é marcado pelas seguintes fases:

- *expansão*: aumenta a produção, diminui o desemprego, crescem salários e lucros, ampliam-se as instalações e os empresários têm atitude otimista;

- *recessão*: a empresa não usa toda a sua capacidade produtiva, o que aumenta os custos e provoca a alta da taxa de juros; os empresários temem investir em excesso;

- *contração*: caem os investimentos, os empregados da indústria de bens de capital (indústria pesada) são demitidos, diminui o poder aquisitivo da população, os bancos reduzem os empréstimos, os empresários tomam todo cuidado com o custo da produção, têm postura pessimista;

- *revitalização*: os preços baixam demais, estimulando alguns a comprar; os estoques se esgotam logo; os preços tendem a subir; os industriais recuperam a confiança e retomam o investimento em instalações.

A crise de 1873-1896 tem explicação estrutural. A organização dos trabalhadores, isto é, o aparecimento dos *sindicatos nacionais*, resultou em aumento real de salários entre 1860 e 1874. Por isso, os empresários preferiram investir em tecnologia, para aumentar a produção com menos trabalhadores. De um lado, produção e lucros se mantiveram; de outro, declinou a massa global de salários pagos, determinando a recessão do mercado consumidor. Os capitais disponíveis não poderiam ser investidos na Europa, pois a produção aumentaria e os preços cairiam. Teriam de ser aplicados fora, através de empréstimos com juros elevados ou na construção de ferrovias.

A crise eliminou as empresas mais fracas. As fortes tiveram de racionalizar a produção: o capitalismo entrou em nova fase, a fase *monopolista*. Sua característica é o *imperialismo*, cujo desdobramento mais visível foi a expansão colonialista do século XIX, assunto do próximo capítulo. O imperialismo, por sua vez, caracteriza-se por:

- forte concentração dos capitais, criando os *monopólios*;

- *fusão* do capital bancário com o capital industrial;

- *exportação de capitais*, que supera a exportação de mercadorias;

- surgimento de *monopólios internacionais* que partilham o mundo entre si.

O monopólio assumiu formas variadas e sofisticadas no sistema capitalista:

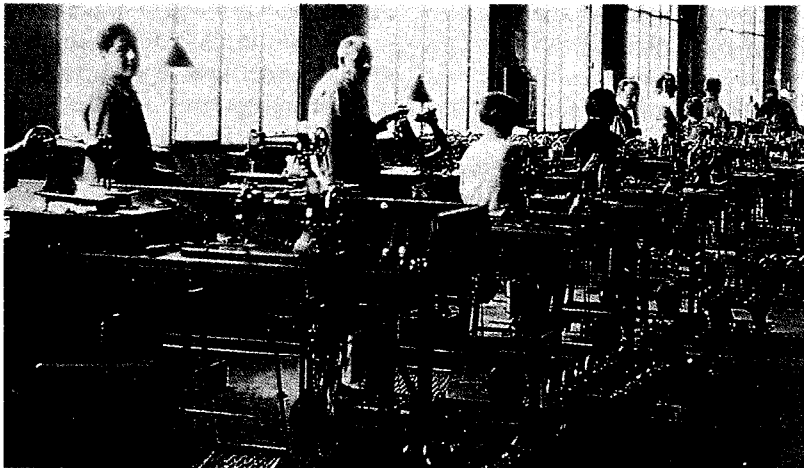
Truste — um grupo econômico domina várias unidades produtivas; nos trustes horizontais, reúnem-se vários tipos de empresa que fabricam o mesmo produto; nos verticais, uma empresa domina unidades produtivas estratégicas — por exemplo, da mineração do ferro e carvão à fabricação de locomotivas, passando pela siderurgia;

Cartel — empresas poderosas, conservando sua autonomia, combinam repartir o mercado e ditam os preços dos produtos que fabricam;

Holding — uma empresa central, geralmente uma financeira, detém o controle das ações de várias outras empresas.

Questões propostas

1. Sintetize em uma ou duas frases como foi que se industrializaram: a) Bélgica; b) Alemanha; c) França; d) Itália; e) Rússia; f) Estados Unidos; g) Japão.
2. Numerosas transformações marcam a nova fase da industrialização, identificada como Segunda Revolução Industrial. Comente: grandes inventos, energia, aço, petróleo, indústria química, transporte, agricultura.
3. Quais as fases do ciclo das crises características do capitalismo, conhecidas como *depressões*?
4. De que resultou a Grande Depressão de 1873-1896?
5. O que a Grande Depressão provocou? Defina: truste, cartel e holding.



Usina francesa de fabricação de máquinas de costura no final do século XIX.

Capítulo 77

Imperialismo: o novo colonialismo partilha África e Ásia

A colonização portuguesa e espanhola do século XVI havia se limitado à América. Com raras exceções, as terras africanas e asiáticas não foram ocupadas. Ali, os europeus limitaram-se ao comércio, principalmente o de especiarias. Por isso, no século XIX, havia grandes extensões de terras desconhecidas nos dois continentes, que Portugal e Espanha não tinham condições de explorar. Começou então nova corrida colonial de outras potências européias, sobretudo as que haviam passado por uma transformação industrial, como Inglaterra, Bélgica, França, Alemanha e Itália.

1. As razões neocolonialistas

No século XVI, o objetivo colonialista era encontrar metais preciosos e mercados abastecedores de produtos tropicais e consumidores de manufaturas européias. O interesse concentrou-se na América.

São mais complexos os fatores que explicam o renascimento colonialista do século XIX: claro que havia, sobretudo, interesses econômicos; mas a eles se juntaram outros, sociais, políticos e até religiosos e culturais.

Nessa época, vários países europeus passavam pela Revolução Industrial. Precisavam encontrar fontes de matéria-prima (carvão, ferro, petróleo) e de produtos alimentícios que faltavam em suas terras. Também precisavam de mercados consumidores para seus excedentes industriais, além de novas regiões para investir os capitais disponíveis — construindo ferrovias ou explorando minas, por exemplo.

Tal mecanismo era indispensável para aliviar a Europa dos capitais excedentes. Se eles fossem investidos na Europa, agravariam a Grande Depressão e intensificariam a tendência dos países europeus industrializados de adotar medidas protecionistas, fechando seus mercados e tornando a situação ainda mais difícil. Some-se a tudo isso o

crescimento acelerado da população européia, necessitada de novas terras para estabelecer-se.

No plano político, cada Estado europeu estava preocupado em aumentar seus contingentes militares, para fortalecer sua posição entre as demais potências. Possuindo colônias, dispunham de mais recursos e mais homens para seus exércitos. Tal era a *política de prestígio*, característica da França, que buscava compensar as perdas na Europa, especialmente a Alsácia-Lorena, para os alemães. Ter colônias significava ter portos de escala e abastecimento de carvão para os navios mercantes e militares distribuídos pelo planeta.

Já os missionários se encaixavam nos fatores religiosos e culturais. Eles desejavam converter africanos e asiáticos. Havia gente que considerava mesmo dever dos europeus difundir sua civilização entre povos que julgavam primitivos e atrasados. Tratava-se mais de pretexto para justificar a colonização. Uma meta dos evangelizadores era o combate à escravidão. Dentre eles, destacaram-se Robert Moffat e Livingstone. Suas ações, em suma, resultaram na preparação do terreno para o avanço do imperialismo no mundo afro-asiático.

Também teve importância o movimento intelectual e científico. As associações geográficas chegaram a reunir 30 000 sócios, 9 000 somente na França. Famosos exploradores abriram caminho da mesma forma que os missionários: Savorgnan de Brazza, Morton, Stanley, Karl Petersoon, Nachtigal. É importante notar o desenvolvimento de ideologias racistas que, partindo das teorias de Darwin, afirmavam a superioridade da raça branca.

2. A partilha da África

Em 1830, a França invadiu a África e iniciou a conquista da Argélia, completada em 1857. Dez anos mais tarde, Leopoldo II da Bélgica deu novo impulso ao colonialismo ao reunir em Bruxelas, a capital, um congresso de presidentes de sociedades geográficas, para difundir a civilização ocidental — dizia o rei; mas os interesses eram econômicos. Dali resultaram a Associação Internacional Africana e o Grupo de Estudos do Alto Congo, que iniciaram a exploração e a conquista do Congo. Leopoldo era um dos principais contribuintes das entidades, financiadas por capitais particulares.

Outros países europeus se lançaram à aventura africana. A *França*, depois da Argélia, rapidamente conquistou Tunísia, África Ocidental Francesa, África Equatorial Francesa, Costa Francesa dos Somalis e Madagascar. A *Inglaterra* dominou Egito, Sudão Anglo-Egípcio, África Oriental Inglesa, Rodésia, União Sul-Africana, Nigéria, Costa do Ouro e Serra Leoa. A *Alemanha* tomou Camarões, Sudoeste Africano e África Oriental Alemã. A *Itália* conquistou Eritreia, Somália Italiana e o litoral da Líbia. Porções reduzidas couberam aos antigos colonizadores: a *Espanha* ficou com Marrocos Espanhol, Rio de Ouro e Guiné Espanhola; *Portugal*, com Moçambique, Angola e Guiné Portuguesa.

O ponto de partida para a corrida foi a Conferência de Berlim (1884-85), proposta por Bismarck e Jules Ferry. Seu objetivo principal foi legalizar a posse do Congo por Leopoldo II.

3. A Europa ocupa tudo

Os investimentos em ferrovias abriram o mercado asiático para os produtos ocidentais e, no século XIX, finalmente os países do Ocidente passaram do simples comércio praticado nos portos à política de zonas de influência. Promoveram então uma verdadeira partilha do Oriente.

A Rússia era o país mais interessado em expandir-se para o oriente. Depois da ferrovia Moscou-Vladivostok, ela se chocou com a Inglaterra na Ásia Central e com o Japão na Mandchúria.

Em 1763, os ingleses haviam tomado a Índia aos franceses e encarregado uma companhia de explorá-la. Em 1858, revoltaram-se os *cipaios*, nativos que serviam nos exércitos coloniais. A Índia foi então integrada ao Império Britânico. Na China, a *Guerra do Ópio* (1840-42) permitiu a conquista de Hong-Kong, Xangai e Nanquim. Uma associação secreta, a Sociedade dos Boxers, reagiu à invasão, promovendo atentados contra os estrangeiros; tinha apoio do governo chinês. As potências européias organizaram uma expedição conjunta, o que provocou a *Guerra dos Boxers*. Depois dela, as potências ocidentais dominaram a China inteira.

Os japoneses ocuparam a Coreia; os alemães, a Península de Shantung; os franceses, a Indochina. Os Estados Unidos estabeleceram um protetorado no Havaí e ocuparam Pearl Harbour. Em 1898,

anexaram Havaí, Guam, Ilhas Marianas e Filipinas. Na América, ocuparam Porto Rico e, após guerra contra a Espanha, estabeleceram um protetorado em Cuba.

Em 1914, 60% das terras e 65% da população do mundo dependiam da Europa. Suas potências tinham anexado 90% da África, 99% da Oceania e 56% da Ásia.

4. A administração neocolonialista

Nas áreas de dominação francesa, havia dois tipos básicos de ligação com a metrópole:

1. *Colônia*, ficava sob supervisão direta do Ministério das Colônias, com administração de um governador-geral, responsável por toda a atividade colonial;
2. *Protetorado*, bastante autônomo, administrado por gente da região, com supervisão de um representante da metrópole.

Entre os ingleses, havia mais variedade administrativa:

1. *Colônia da Coroa*, dependia diretamente do Escritório Colonial da metrópole;
2. *Colônia com certo grau de autonomia*, tinha Parlamento eleito;
3. *Domínio*, praticamente independente, exceto no tocante às relações estrangeiras e à defesa.

A administração colonial dos outros países era semelhante à dos franceses e ingleses.

5. Política de espoliação

Foram os ingleses que organizaram melhor o sistema de exploração colonial. A extensão do império lhes proporcionou extraordinária variedade de recursos, humanos e materiais. A política econômica liberal, que vigorou na Inglaterra a partir de 1850, estendeu-se às colônias.

Já a política francesa tarifária (de aumento dos impostos) variava de acordo com a colônia e com o tipo de produtos que ela gerava e consumia.

A ocupação das colônias criou sérios problemas administrativos, pois os colonos vindos da metrópole queriam terras, o que só seria possível se eles as tomassem dos habitantes do país. Foi o que fizeram. Os europeus confiscaram as terras diretamente ou usaram regiões em disponibilidade ou, ainda, forçaram tribos nômades a fixar-se em territórios específicos. Para encorajar a colonização, a metrópole concedeu a exploração das terras a particulares ou a grandes companhias que tivessem condições de realizar grandes empreendimentos, de rendimento elevado.

Para evitar toda concorrência, a metrópole só permitia indústria extrativa, mineral e vegetal. Mesmo assim, a indústria colonial progrediu, impulsionada pela abundância de matéria-prima e mão-de-obra.

A colonização, na medida em que representou a ocidentalização do mundo, destruiu estruturas tradicionais, que muitas vezes não se recompuseram, e nada construiu em seu lugar. Na Índia, o artesanato desapareceu. No Congo, os belgas obrigaram as populações nativas a executar trabalhos forçados e a pagar impostos. Na Argélia, a fim de liberar mão-de-obra, os franceses destruí-

ram a propriedade coletiva do solo e o trabalho comunitário, o que levou muitas pessoas à fome e à indigência.

Questões propostas

1. Portugal e Espanha participaram da nova corrida colonial do século XIX? Comente.
2. Explique a diferença fundamental entre o colonialismo europeu do século XVI e o do século XIX.
3. Que tipo de política adotaram os países ocidentais para ocupar África e Ásia? Comente país por país a escalada da ocupação sistemática.
4. Que tipo de administração colonial, seguida por outros países, adotaram França e Inglaterra?
5. Que tipo de política econômica as metrópoles adotaram em relação às colônias? Comente: ocupação das terras; indústria.



Franceses e alemães se encontram no interior do Congo para "definir fronteiras".

Capítulo 78

Imperialismo: a supremacia inglesa na Era Vitoriana

A indiscutível supremacia da Inglaterra na Europa do século XIX atingiu seu apogeu entre 1850 e 1875. O país, que havia iniciado sua Revolução Industrial mais de cem anos antes, colocou-se quase um século na frente dos demais Estados europeus. Somente na segunda metade do século XIX foi que França, Itália e Alemanha começaram a avançar, mas não o suficiente para abalar a hegemonia inglesa.

A Inglaterra enviava homens, capitais, carvão, tecidos e máquinas para o mundo inteiro. A supremacia naval completava a supremacia econômica. As camadas médias prosperavam, e seu papel político ganhava importância. Londres era a maior cidade do mundo, e o Parlamentarismo, um regime político estável, maleável para que as reformas se antecipassem às necessidades sociais. Assim, a Inglaterra evitou as agitações que assolaram a Europa dos fins do século XVIII ao século XIX.

A união de desenvolvimento econômico com progresso social e estabilidade política criou condições para a formação de um vasto império colonial na América, África e Ásia.

A dinastia Hannover, surgida no início do século XVIII, teve na rainha Vitória (1837-1901) o grande símbolo da virtude e da perseverança inglesas. Ela governou o país durante o período de supremacia britânica, por isso mesmo chamado de *Era Vitoriana*.

1. A evolução econômica

Depois de 1815, quando terminaram as guerras com a França, a agricultura inglesa entrou em crise. A paz trouxe a queda de preços dos cereais; os pequenos proprietários tiveram de vender suas terras. A concentração de propriedades deu origem a uma agricultura intensiva, dotada de moderna tecnologia. Os grandes proprietários, controlando o poder político, fize-

ram aprovar leis para impedir a importação e manter altos os preços no país: as *Leis dos Cereais* (*Corn Laws*).

O crescimento da indústria e da importância dos industriais mudou tal situação. Com cereais caros, eles tinham de pagar salários mais altos, o que diminuía seus lucros. Portanto, defendiam a livre importação de cereais. A campanha pela extinção das *Corn Laws* começou por iniciativa de Cobden, industrial que pregava o livre-cambismo, ou liberdade de troca, como forma de baratear os alimentos e matérias-primas industriais, bem como de abrir mercados para os produtos industrializados ingleses. Entre 1848 e 1852, todas as leis restritivas foram abolidas, inclusive os *Atos de Navegação*, baixados no século XVII.

A Inglaterra consolidou então sua hegemonia comercial em todo o mundo. Controlava 80% da construção de navios de ferro. Sua frota mercante representava 60% da tonelagem mundial. Somados, o comércio francês e o alemão representavam menos de 80% do comércio inglês, em 1870. A Inglaterra comprava alimentos e matérias-primas e exportava para todos os continentes produtos industrializados e capitais.

A concentração industrial do norte e oeste, perto das bacias carboníferas e dos grandes portos, fez nascer a *Inglaterra Negra* — em oposição à *Inglaterra Verde* do sul e sudoeste, dominada pela agropecuária. Em 1870, o país produzia dois terços do carvão mundial. A indústria metalúrgica concentrava-se em Birmingham e Sheffield. A expansão estava ligada ao desenvolvimento da indústria ferroviária e a novos métodos de obtenção de aço.

A partir de 1890, começaram a surgir grandes concentrações industriais, como forma de conter a concorrência: reuniam siderúrgicas, empresas de mineração e de construção naval. Londres era o primeiro mercado mundial de lã; Leeds e Bradford processavam a matéria-prima importada. Cresceu a indústria têxtil do algodão. Seu centro era Manchester, que recebia fibra da América e exportava tecido, sobretudo para o Extremo Oriente. Em 1850, essa exportação representava metade da exportação inglesa global.

A abundância de carvão impediu o desenvolvimento hidrelétrico. A química também estava em atraso, porque a Inglaterra recebia da Alemanha quase todo o corante de que precisava.

2. Problemas sociais

Um traço marcante foi o acelerado crescimento demográfico. Havia 11 milhões de ingleses no início do século XIX; em 1870, eles eram 26 milhões, graças à queda da mortalidade, consequência do progresso da medicina e da melhoria de condições de higiene, junto com o aumento da natalidade. O êxodo rural superlotou as cidades, que em 1870 concentravam 70% da população. Londres tinha mais de 3 milhões de habitantes.

Surgiram problemas. O excesso de mão-de-obra comprimiu os salários. Os trabalhadores viviam em subúrbios miseráveis. Cresceu a tensão social, e as leis se tornaram mais severas. A classe trabalhadora reagiu de diferentes formas. Primeiro, houve tentativas de greves gerais, que falharam porque os operários não tinham condições de sustentar-se durante as paralisações. Os *sindicatos* trataram de constituir-se como organizações defensoras dos interesses de classe.

Entre 1870 e 1880, os sindicatos conseguiram para os operários igualdade perante a lei, direito de greve, regulamentação do horário de trabalho e a responsabilidade patronal em caso de acidente de trabalho. Outra solução para a questão social foi a *emigração*. A Inglaterra tornou-se o grande celeiro de emigrantes do século XIX.

No topo da sociedade, continuava a dominar a aristocracia fundiária, uma classe fechada mas receptiva à chegada dos ricos burgueses, industriais ou comerciais. Desta fusão, resultava uma elite poderosa, diferenciada do ponto de vista econômico, não do nascimento.

3. A trajetória política

A partir de 1850, conservadores e liberais se alternaram no poder. Depois do governo do liberal Palmerston, preocupado com questões externas, os dois grandes líderes políticos foram: Gladstone, liberal, pacifista, religioso, e Disraeli, conservador, defensor da monarquia democrática e da expansão do império.

Em 1867, Disraeli adotou uma lei eleitoral que beneficiou a Inglaterra industrial, ou seja, os setores novos da sociedade.

A questão da Irlanda

Dominada pela Inglaterra fazia séculos, a Irlanda

da jamais se havia deixado subjugar completamente. De língua céltica e religião católica (exceto no Ulster, ao nordeste), opunha-se aos ingleses que exploravam seus pequenos proprietários e lhes tomavam as terras, em caso de atraso no pagamento de tributos. A situação se agravou na Grande Fome (1846-47), quando a Irlanda perdeu 3 milhões de habitantes, mortos ou emigrados. Um grupo de tendências radicais dominou então o país.

Pela *Associação Católica*, O'Connell foi eleito em 1829 para o Parlamento, como representante da Irlanda. Com apoio de Gladstone, ele defendeu um governo autônomo para a Irlanda, sem resultado. Sobrevieram atentados, que o governo britânico reprimiu duramente. A sociedade secreta dos *Fenianos*, com apoio de emigrados nos Estados Unidos, tentou sublevar o país em 1867. A questão continuaria pelo século XX afora, mesmo depois que a Irlanda conseguiu independência parcial.

4. O Império Britânico

Os ingleses se expandiram por meios pacíficos ou belicosos. No início do século XX, o Império Britânico tinha 400 milhões de habitantes, em 35 milhões de km² de terras na América, Ásia, Oceania e África.

Tornou-se importante controlar os mares. Superior a qualquer outra marinha europeia, a inglesa dominava posições estratégicas no Mediterrâneo, Atlântico, Índico, no sul da África e nas rotas Índia-China e Mediterrâneo-Índia.

Depois de 1815, os ingleses se haviam apossado da Índia, Egito, Sudão, Nigéria, quase todo o sul africano; conquistaram e colonizaram a Austrália e a Nova Zelândia; impuseram sua tutela à Birmânia, Beluchistão, Mesopotâmia e Palestina.

Os domínios

As formas de ocupação variavam, mas havia essencialmente dois tipos de colônia: as de *comércio*, nos trópicos; e as de *povoamento*, nas regiões temperadas. Os traços mais gerais do colonialismo inglês foram:

- *liberalismo econômico*, em substituição ao monopólio;
- a *abolição do tráfico* de escravos, em 1807;
- a *abolição da escravidão*, em 1833;

• a *autonomia* considerável nas colônias em que predominava a população branca, como no Canadá.

As unidades autônomas eram chamadas *domínios*. Entre eles e a metrópole as relações acabaram sendo de igual para igual, pois, com o tempo, o Império se transformaria em federação de Estados livres, ligados apenas por interesses econômicos: a *Commonwealth*, ou Comunidade das Nações.

Nas colônias de exploração comercial, o regime variava. Algumas eram administradas diretamente pelo Estado inglês e outras, confiadas a companhias que detinham algum monopólio.

A Índia é um exemplo característico da colonização britânica. A conquista deu-se entre 1798 e 1849. Os ingleses respeitaram os costumes locais e construíram ferrovias. Em 1857, com a revolta dos cipayos, os soldados indígenas, seguiram-se dezoito meses de combates e represálias sangrentos. Para evitar novos problemas, a Inglaterra reorganizou o país. A Companhia das Índias perdeu seus privilégios. E funcionários designados pelo governo britânico passaram a administrar a Índia.

século XIX ficou conhecido como Era Vitoriana? Resuma o que foi o período.

2. O que marcou o fim da supremacia dos grandes proprietários rurais ingleses?
3. Resuma em números o poderio econômico inglês resultante do fim das leis protecionistas dos cereais, quanto a: frota mercante; produção de carvão; indústria têxtil.
4. Resuma os problemas sociais que a intensa industrialização provocou na Inglaterra do século XIX.
5. Defina o papel dos sindicatos: o que eles conseguiram?
6. Resuma a questão da Irlanda.
7. A Inglaterra usou meios pacíficos para conquistar seu império? Que tamanho tinha ele no início do século XX? Como se manifestava seu poderio nos mares do mundo?
8. Quais eram os dois tipos básicos de colônias inglesas? Quais as características gerais do tratamento político e econômico que os ingleses lhes dispensavam?

Questões propostas

1. Por que o apogeu da supremacia inglesa do



A rainha Vitória em família.

Capítulo 79

A ciência e a cultura no século XIX

Do ponto de vista científico e cultural, as características dominantes no século XIX avançaram pelo século XX. Houve progressos enormes em todos os campos da ciência e numerosas invenções na física e na química. A difusão de suas aplicações revolucionou indústria e comércio, transformando as condições de vida.

Com o triunfo do maquinismo, a renovação dos instrumentos de produção, a reformulação dos métodos e a concentração empresarial, abriu-se nova era para a humanidade: a era da civilização científica.

1. O progresso científico

A organização mais eficiente do trabalho acelerou o progresso científico. Antes, os pesquisadores eram em geral amadores. A Revolução Francesa criou museus e escolas politécnicas, com ensino de Ciências. A aplicação dos conhecimentos estimulou novos inventos, que levaram a novas pesquisas e descobertas.

Durante a Revolução e o Império surgiram na França matemáticos ilustres, como Lagrange, Monge e Laplace. Na Física, os resultados mais significativos ocorreram no campo da óptica, da teoria do calor e da eletricidade. Fresnel demonstrou que a luz é uma vibração que se propaga por ondas. Carnot, estudando o rendimento das máquinas a vapor, estabeleceu os princípios fundamentais da termodinâmica em 1824.

Em 1800, o italiano Volta inventou a pilha elétrica, geradora de corrente contínua. Ampère estabeleceu os princípios que tornaram possível o desenvolvimento técnico da eletricidade: ele formulou as leis do eletromagnetismo, demonstrando a existência de certa identidade entre os fenômenos elétricos e magnéticos, e construiu o eletroímã.

O inglês Faraday descobriu as correntes de indução, fontes de inúmeras aplicações práticas. Em 1889, o alemão Hertz mostrou que as oscilações elétricas propagavam-se no espaço atra-

vés de ondas, como a luz. O francês Becquerel descobriu, em 1896, os fenômenos radiativos: a propriedade de certos corpos de emitir radiações. Em 1900, Pierre Curie e sua mulher Marie, poloneses radicados na França, isolaram o mais poderoso corpo radiativo: o rádio.

Químicos e naturalistas aprofundaram o conhecimento sobre a matéria e a vida. Descobriram numerosos elementos químicos, como potássio, sódio, bromo; agruparam as substâncias de acordo com suas propriedades e classificaram-nas em sais, ácidos e óxidos, com enorme utilidade para a metalurgia. A criação da química orgânica enriqueceu a química mineral. Gay-Lussac, grande representante da escola francesa, descobriu o iodo. Os trabalhos de Berthelot derrubaram as barreiras entre química mineral e orgânica, trazendo soluções ao problema da síntese orgânica.

Em 1833, o alemão Gauss inventou o telégrafo elétrico; o americano Morse criou o aparelho transmissor em 1835. No fim da década, a partir dos trabalhos de Daguerre, surgiu a fotografia.

Em Paris, o Museu de História Natural tornou-se centro de pesquisadores ilustres, como Cuvier, fundador da paleontologia, e Lamarck, estudioso da influência do meio nas modificações dos seres vivos. Em 1859, o inglês Darwin publicou *Origem das Espécies*, dando início à teoria evolucionista.

Claude Bernard afirmava que os fenômenos biológicos obedeciam às mesmas leis que regiam os corpos inanimados. Para demonstrar tal teoria, usou o método experimental, até ali exclusivo para fenômenos físicos. Pasteur descobriu que a fermentação e as doenças infecciosas resultavam da ação de seres vivos, micróbios e bactérias. Isolou-os e cultivou-os artificialmente. Isto permitiu a fabricação de vacinas, importantes na prevenção de doenças infecciosas.

As ciências humanas avançaram, destacadamente a Geografia e a História. Michelet, Guizot e Thierry procuraram recriar uma imagem viva do passado; Alexis de Tocqueville salientou a importância dos aspectos econômicos e sociais na compreensão da História. Com Fustel de Coulanges, a História adquiriu rigor minucioso: ele estudou a Gália, os capetíngios e os carolíngios.

Com Vidal de la Blache, a Geografia adquire novas dimensões. No campo da Psicologia, os franceses Janet e Dumas estudaram os automatismos. O estudo de doenças mentais, especialmente

o de Charcot, levaram Freud à exploração do inconsciente e à criação da psicanálise.

A partir de Auguste Comte, pai do positivismo, a sociologia procurou determinar as leis que regem os fenômenos sociais, mostrar sua influência sobre a mentalidade individual e as representações coletivas, transformando a consciência moral em imperativo dos grupos sociais — negando o sentido universal dos valores morais. Representantes desta escola foram Durkheim, autor de *O Suicídio* (1897), e Lévy-Bruhl.

No fim do século, o racionalismo estreito bateu em retirada. O francês Bergson contribuiu para tanto, com sua tese de 1889, que procurava forças vivas do pensamento, por oposição às construções artificiais da inteligência. O alemão Nietzsche exaltou a superioridade dos valores vitais em face da ciência e da razão. O americano William James desenvolveu o pragmatismo, empirismo radical segundo o qual uma verdade é uma ação que tem êxito.

2. As tendências literárias

O Romantismo surgiu como reação a um Classicismo acadêmico e ao intelectualismo do século XVIII. Enfatizava o sentimento e o indivíduo. Surgiu na Inglaterra, com Wordsworth, Byron, Shelley, e na Alemanha, com Goethe, Schiller e Heine; por volta de 1820 atingiu a França, onde teve precursores como Rousseau, Chateaubriand e Madame de Staël.

Na poesia, destacaram-se os franceses Lamartine, Victor Hugo, Musset e Vigny; no romance, Stendhal, Balzac e Dumas; no teatro, Dumas, Musset e Victor Hugo, autor de *Hernani* (1830). O Romantismo entrou em declínio a partir de 1850. Na poesia, triunfou a doutrina da *arte pela arte*, ou poesia dos parnasianos, como Leconte de Lisle, hostil à exaltação dos sentimentos íntimos. Mais tarde, Baudelaire anunciaria o Simbolismo. No romance, firmava-se a corrente realista de Flaubert na França, Dickens na Inglaterra, Tolstói e Dostoiévski na Rússia.

A partir de 1875, a literatura apresenta duas tendências marcantes. Sob influência do *Naturalismo*, o romance acentua a relação entre indivíduo e seu meio; torna-se um instrumento nas mãos daqueles que pretendem estimular a reflexão sobre as condições de sua época.

O Naturalismo punha em evidência as preocupações sociais do Realismo. A meta do Naturalismo era o realismo levado ao limite extremo. O romance tornava-se o processo verbal da vida, ganhava conotação pessimista, identificava-se com as tendências socialistas. Daí seu aspecto engajado, como nos textos de Zola. Seguem a mesma linha Verga na Itália; Blasco Ibañez na Espanha; Thomas Mann na Alemanha; Thomas Hardy na Inglaterra; Máximo Górkki na Rússia.

3. A arquitetura

Na França, permaneciam traços da arte barroca, dominante durante o Império. O uso de ferro (Pavilhão da Indústria de 1878, Torre Eiffel de 1889) não deu origem a um estilo verdadeiramente novo. Os ingleses buscavam uma arte nacional, com estilo próprio, daí a importância do tijolo à vista, que recuperava o estilo Tudor.

No Salão dos Artistas Decoradores de Paris, em 1901, surgiria um esforço para a criação de uma arte decorativa aplicável a todas as outras, da fachada do prédio aos móveis. Inspirava-se na natureza, em especial na flora, e empregava a linha curva, apropriada ao uso do ferro.

Uma revolução resultou da invenção do *concreto armado* por Joseph Monnier, em 1848. Depois de tentativas de definição de formas mais racionais no Teatro dos Campos Elísios, na França, foi na América que a mistura encontrou singular aplicação. O elevado preço dos terrenos e a concentração urbana impuseram a construção de edifícios elevados — o primeiro surgiu em Chicago, entre 1884 e 1887. Os arquitetos alemães definiram formas originais e o *estilo de Munique* se impôs na exposição de Colônia, em 1914.

4. A pintura

A pintura apresentou tendências notáveis. Ela se firmou como oposição ao Academismo, iniciado no final do século XVI com os bolonheses Carracci. Segundo esse movimento, os artistas deveriam inspirar-se na mitologia grega e nas histórias da Bíblia, reproduzindo a vida, a natureza e o homem. Procuravam imitar os renascentistas na composição (Rafael), na cor (Ticiano) e na técnica do claro-escuro (Da Vinci).

A pintura do século XIX também se opunha ao Neoclassicismo, que dominou a Europa em meados do século XVIII e que tinha muitos pontos em comum com o estilo das academias, o Academismo. Os neoclássicos tinham paixão pela Antiguidade; afirmavam a existência de uma forma bela, ideal, absoluta e eterna, que se encontrava sobretudo entre os escultores gregos. O exemplo da tendência na Inglaterra foi Ingres, que pintou *Édipo Explica o Enigma da Esfinge*. Na França, temos Louis David, pintor oficial do Império Napoleônico, autor de *A Morte de Marat*. A pintura francesa do século XIX seguiu sua escola. Mas, aos poucos, a arte abandonou os temas clássicos e voltou-se para o cotidiano, mais próximo dos anseios políticos e sociais do povo.

O Romantismo logo dominou a pintura, como oposição ao Neoclassicismo. Dava à cor maior expressão que ao desenho. Pregava a liberdade e orientava-se mais pelo sentimento que pela razão. Surgiram então grandes paisagistas, como Delacroix e Corot.

Gross, autor de *Os Pestilentos de Jafa*, desviou-se dos ensinamentos neoclássicos de Louis David: deu às figuras maior movimento e cores mais expressivas. Mas foi Delacroix o grande pintor romântico. Sua obra mais famosa é *A Liberdade Guiando o Povo*, em que se retrata com um fuzil nas mãos em defesa da liberdade, na revolta parisiense de 1830.

Na segunda metade do século surge o Realismo. Os neoclássicos haviam se preocupado com o desenho, e os românticos, com a cor. Os realistas agora centravam a atenção no equilíbrio entre cor e desenho, entre emoção e inteligência. Abandonaram temas históricos e concentraram-se em cenas diárias, inspirados pelas idéias políticas dominantes. Afirmavam que ser realista não era ser exato, mas verdadeiro. Destacou-se Gustave Courbet, que, recusado pelo júri da Exposição Universal, expôs em plena rua, em Paris. Marc Chagall, nascido na Rússia, foi um pioneiro do Realismo.

Ao Realismo sucedeu um movimento chamado Impressionismo. Um dos principais precursores do Impressionismo foi Édouard Manet. Em 1863, Manet enviou ao Salão dos Artistas Franceses a tela *Almoço na Relva*, que foi recusada pelo júri. O imperador Napoleão III determinou então que fosse organizada uma exposição paralela, chamada Salão dos Recusados. A tela de Manet

causou grande escândalo, mas marcou uma nova tendência na pintura. O jornalista Louis Leroy, vendo *Impressões do Sol Nascente*, de Monet, acusou a ele e a seu grupo de só fazerem borrões. E os chamou ironicamente de *impressionistas*.

Essa nova tendência, o Impressionismo, destacava o efeito da luz solar sobre os objetos; os pintores impressionistas procuravam registrar em suas telas as constantes alterações que essa luz provoca nas cores da natureza. Em abril de 1874, foi inaugurada a primeira exposição de obras impressionistas. Entre os expositores estavam Renoir, Degas, Pissarro, Cézanne, Sisley, Monet e Morisot. O público reagiu negativamente diante dessas obras.

Em 1886, eles passaram a ter seu próprio salão. Em oposição aos artistas que pintavam em ateliês, os impressionistas saíam ao ar livre, em busca do sol e das mudanças de luminosidade na natureza. A arte da caricatura evoluiu com esse movimento; floresceu com Toulouse-Lautrec, autor de cartazes para teatro.

Em 1905, surgiu o Expressionismo, reação contra o Academismo e o Impressionismo, sob influência do holandês Van Gogh e do alemão Edvard Munch. Eles deformavam as imagens, buscando o drama interior do homem, a verdade por meio da emoção. Os expressionistas viviam o drama de cada ser humano e da sociedade: miséria, infância infeliz, vícios, injustiças, angústias. Van Gogh tratou o tema magistralmente, como se pode ver no auto-retrato com a orelha cortada.

O Fovismo surgiu no mesmo ano de 1905. No Salão de Paris, Henri Matisse e outros fizeram uma exposição, na qual havia uma estátua do florentino Donatello. Um crítico francês disse que o mestre italiano estava entre *fauves* (feras), referindo-se às cores fortes e puras, sem mediações, dos jovens pintores. O movimento revelava influências de Van Gogh e Gauguin, já falecidos. Os fovistas abandonaram as regras tradicionais acadêmicas, o desenho detalhado, o claro-escuro; usavam as cores de forma *selvagem*, realçando os contornos com traços negros.

Gauguin ficou entre o Expressionismo e o Fovismo. Levou vida tumultuada e morreu na miséria no Taiti. Achava importante recriar a natureza dando a cada imagem um valor simbólico, que podia ser alterado e deformado. Usava cores fortes combinadas a técnica simples.

O Cubismo surgiu em 1908. Desde 1906, Pablo Picasso e Georges Braque vinham dando novas formas à representação do corpo, procurando reduzi-lo a seus elementos geométricos básicos. Seus quadros resultavam de partes de objetos variados da natureza, num jogo de linhas e planos. Diz-se que a tela de Picasso *As Senhoritas de Avignon* (1907, Paris) foi a primeira obra cubista; outros dão a primazia a Braque, pela exposição de 1908 sobre temática paisagística.

O mesmo crítico que batizou o Fovismo chamou de *cubos* as paisagens de Braque. O movimento teve forte influência sobre a produção industrial e abriu caminho para o Futurismo. Picasso, um dos maiores pintores de todos os tempos, produziu a principal obra do Cubismo: *Guernica*, nome da cidade bombardeada pelos alemães a pedido do ditador espanhol Francisco Franco. O desespero da população foi representado em preto, branco e cinza, numa tela de 8 x 3,5 metros. Um documento de dor da Humanidade.

As bases do Futurismo foram lançadas num manifesto assinado pelo escritor italiano Filippo Marinetti. Exigia a destruição do passado e a glorificação do futuro. Seus temas eram multidões, fábricas, arsenais, pontes, locomotivas, aviões, motores. Na pintura, tal como no cinema, as imagens aparecem dinamizadas pela repetição, como o célebre *Cão*, de Bala. Os futuristas queriam transmitir situações tensas, em constante mutação, em oposição aos cubistas.

Em 1910, surge o Abstracionismo, resultado da evolução da pintura de Kandinsky, inicialmente fovista e acadêmico. Para ele, um quadro retratava um estado de espírito, não era a mera representação de objetos. A força das cores expressaria o sentimento. Formas e cores eram seus ritmos e sons. O abstracionismo de Kandinsky era sensível, mais ligado aos sentimentos, enquanto o de Mondrian era geométrico, matemático.

5. A escultura

Auguste Rodin paira como grande nome da escultura. Com *O Beijo*, *Os Burgueses de Calais* e sobretudo *O Pensador*, influenciou decisivamente a evolução da escultura francesa e mundial. Preocupava-se com a miséria humana, a grandeza heróica da Humanidade, seus sonhos.

6. A música

A escola romântica alemã dominou a música. Na primeira geração, destacam-se Schubert e Beethoven; na segunda, Schumann, Mendelssohn, Chopin e Berlioz; na terceira, Liszt e Wagner; Brahms representou o retorno ao Classicismo.

Os italianos Verdi e Puccini produziram óperas imortais. Fauré, Debussy e Ravel brilharam na França e marcam uma renovação. Na Rússia, Rimsky-Korsakov seguiu uma linha desligada de influências ocidentais, enquanto Tchaikovsky permaneceu ligado à música clássica. O austríaco Schönberg trouxe à tona a música atonal.

A musicalidade e a nostalgia dos negros americanos deu origem a uma música nova, destinada a fazer sucesso em todo o mundo contemporâneo: o *jazz*. Sua origem se localiza nas canções de trabalho, *work-songs*; nos cantos religiosos, *spirituals* e *gospel-songs*; e nos *blues*, cantos melancólicos não-religiosos. A primeira banda surgiu em Nova Orleans em 1912. O jazz penetrou em Chicago em 1914 e em Nova York em 1917.

7. O cinema

A partir de 1882, as experiências com movimentação de imagens fotográficas prepararam o advento do cinema. Os irmãos franceses Lumière e o americano Thomas Edison realizaram as primeiras projeções cinematográficas. Os Lumière projetaram o primeiro material filmado, em 1895.

Das cenas reais, passou-se à filmagem de temas sentimentais e históricos com atores, em minúsculos estúdios. Em 1912, surgiu a sincronização entre a película e o fonógrafo, antecipando o cinema falado. A futura *sétima arte* se expandiria nos Estados Unidos. *O Nascimento de uma Nação*, de Griffith, criador das técnicas de montagem, foi um marco na história do cinema como forma de arte e entretenimento. Rapidamente, Hollywood se tornou a *fábrica de sonhos*, geradora de celebridades populares em todo o mundo. Mary Pickford, Theda Bara, Charles Chaplin e Rodolfo Valentino, eis apenas alguns dos grandes nomes do cinema em seus primórdios.

Questões propostas

1. Dentre os progressos científicos do século XIX, destaque os feitos de: Fresnel, Carnot, Ampère, Faraday e Hertz.
2. Nas ciências naturais, destaque o papel de: Lamarck, Claude Bernard, Pasteur, Becquerel, Pierre e Marie Curie.
3. Que importância tem Darwin para as ciências humanas? E Freud?
4. Resuma literatura e arquitetura no século XIX.
5. Qual a tendência que preponderou na pintura do século XIX?
6. Resuma as outras tendências da pintura no período: Realismo, Impressionismo, Expressionismo, Fovismo, Cubismo, Futurismo e Abstracionismo.
7. Resuma a escultura do século XIX.
8. Que escola dominou a música no período oitocentista? Quais os principais compositores? Que tipo de música surgiu nos Estados Unidos?
9. Que nova arte emergiu do século XIX? Resuma o surgimento e os primeiros passos.



Balzac,
de Auguste Rodin.



Impressão, o sol nascente,
de Claude Monet



Paisagem com viaduto,
de Paul Cézanne.

Capítulo 80

O Brasil republicano: a organização do Novo Regime (1889-1894)

No fim do século XIX, Europa e Estados Unidos fervilhavam de novidades em todos os campos. No Brasil, a campanha republicana atiçava os ânimos e colocava em evidência a figura do marechal Deodoro da Fonseca.

Grande amigo do Imperador, Deodoro levantara dúvidas sobre suas reais intenções ao tomar o Quartel-General em 15 de novembro de 1889. Ele pretendia acabar com a Monarquia ou apenas forçar a mudança do Ministério? Parece que o marechal foi, até certo ponto, envolvido pelos acontecimentos. Diante dos fatos, os republicanos, como os militares Benjamin Constant e Sólton Sampaio Ribeiro, teriam no velho e doente chefe a única alternativa para evitar uma revolução, anunciada nas aclamações de civis e militares concentrados no Campo de Santana, no Rio de Janeiro.

O fato é que, enquanto os franceses comemoravam a recém-inaugurada Torre Eiffel, o *Diário Oficial* brasileiro informava, em 16 de novembro de 1889, que estava proclamada a República e havia um Governo Provisório. Salvo pequenos incidentes, não houve reação alguma, nem mesmo grandes manifestações populares de apoio. O povo ficou alheio. O movimento republicano resultara principalmente da ação de grandes proprietários, interessados em ocupar o poder por meio do novo regime. O Exército serviu como força capaz de derrubar a Monarquia, o que foi facilitado pela insatisfação militar diante do governo.

1. O Governo Provisório

Presidido por Deodoro, o Governo Provisório passou a organizar o novo regime. Governou por decretos-lei (atos legislativos do Poder Executivo) até que fosse promulgada a nova Constituição, pois a de 1824 não valia mais. Ainda no dia 16, o governo banuiu a família imperial, que deixou o país na madrugada do dia seguinte. O Brasil

revogaria o ato em 1921, quando os restos mortais do imperador e da imperatriz foram trasladados para a catedral de Petrópolis.

Estas foram as principais medidas tomadas pelo Governo Provisório:

- escolheu a República Federativa como regime político;
- transformou as províncias em Estados;
- dissolveu as Assembléias Provinciais e Câmaras Municipais e nomeou governadores para os Estados e intendentess para os municípios;
- instituiu a bandeira republicana, que permanece até hoje;
- ofereceu cidadania brasileira aos estrangeiros aqui residentes: a *grande naturalização*;
- convocou a Assembléia Constituinte;
- declarou a separação entre Igreja e Estado, instituiu o casamento civil e a secularização dos cemitérios;
- reformou o Código Penal.

A República começou com turbulências. As correntes republicanas passaram a manifestar suas divergências, que explodiram no Congresso Constituinte. Formou-se um forte grupo de oposição ao autoritário marechal Deodoro, que renunciou.

O Congresso Constituinte, resultado da primeira eleição republicana, instalou-se um ano depois da Proclamação da República: em 15 de novembro de 1890. Tinha por objetivo apreciar o projeto de Constituição elaborado por uma comissão especial, nomeada em dezembro de 1889 pelo Governo Provisório.

2. A Constituição de 1891

A primeira Constituição da República foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Estabeleceu como forma de governo o *regime representativo*: o povo exerceria o poder indiretamente, por representantes eleitos em pleito direto por todos os cidadãos do sexo masculino e maiores de 21 anos. O presidente da República seria eleito por voto direto para um mandato de quatro anos.

A Constituição confirmou os Estados e previu, em seu artigo 3º, a transferência da capital para o Planalto Central. Estabeleceu claramente o princípio da Federação, pois a União só poderia intervir nos Estados para manter a ordem, a forma republicana de governo e o cumprimento das leis ou para reprimir invasão estrangeira.

Além dos brasileiros natos e seus filhos, seria considerado brasileiro o estrangeiro que:

- dentro de seis meses não manifestasse desejo de conservar a nacionalidade de origem;
- atendessem às seguintes condições: possuir bens imóveis no país; ter cônjuge brasileiro; ter filho brasileiro.

Os Estados seriam praticamente autônomos: cabia-lhes elaborar suas próprias leis, desde que não entrassem em conflito com as estabelecidas pela Constituição federal; podiam decretar impostos sobre exportações, imóveis, indústrias, profissões e transmissão de propriedades. À União caberiam impostos sobre importações e taxas de correios e telégrafos federais.

A administração pública ficou estruturada em três poderes:

1. **Executivo**, exercido pelo presidente da República, pelo vice-presidente e pelos ministros; nos Estados, o titular do poder era o presidente de Estado, como se chamava o governador na época;

2. **Legislativo**, exercido pelo Congresso Nacional, formado por duas Casas, a Câmara Alta ou Senado e a Câmara Baixa ou Câmara dos Deputados, com titulares eleitos por voto direto; as Assembleias Legislativas exerceriam tal poder no plano estadual;

3. **Judiciário**, cujo principal órgão era o Supremo Tribunal Federal, secundado por juízes e tribunais federais nas diferentes regiões brasileiras; nos Estados, tal poder seria exercido pelos tribunais e juízes estaduais.

3. Dois governos militares

Durante o Império, as províncias não podiam sequer escolher seu governo e dependiam em tudo do poder central. Agora, o regime federativo atribuía muitos poderes aos governos estaduais. Essa autonomia, aliada à diversidade político-econômica entre os Estados, provocou lutas de grupos partidários, cada qual querendo alcançar maior projeção regional e nacional.

O autoritário Deodoro, primeiro presidente, enfrentou dificuldades. Havia a crise econômico-financeira decorrente do *Encilhamento*: fase de

grande especulação na Bolsa em consequência das facilidades de crédito, da liberdade dos bancos e das emissões exageradas de moeda, medidas com as quais o novo regime pensava estimular a economia.

Resultado: desvalorização da moeda e uma jogatina desenfreada em torno de empresas, muitas delas fantasmas, criadas no papel para atrair a aplicação de fortunas e pequenas economias, perdidas a seguir com as falências que sobrevieram. O que restou foi a desorganização econômica, com efeitos negativos durante várias administrações.

Achando que os parlamentares queriam tirá-lo do governo, Deodoro tentou dissolver o Congresso e proclamar estado de sítio, sem ter poderes constitucionais para tanto. Quase todos os governadores apoiaram o golpe, mas parte das Forças Armadas se opôs, e Deodoro renunciou em 23 de novembro de 1891.

A Constituição era ambígua em relação à renúncia do presidente. Dizia no artigo 42:

“Se, no caso de vaga por qualquer causa, da presidência ou vice-presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição.”

O marechal Floriano Peixoto, vice-presidente, deveria então convocar novas eleições. Mas, baseando-se no artigo 1º das disposições transitórias, assumiu o cargo vago. O artigo estabelecia que presidente e vice do primeiro período republicano seriam eleitos pelo Congresso; e afirmava no parágrafo 2º:

“O presidente e o vice-presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a presidência e a vice-presidência durante o primeiro período presidencial.”

Treze generais exigiram a convocação de eleições presidenciais; civis e outros militares queriam a volta de Deodoro. A uns e outros Floriano puniu: reformou os generais e desterrou civis e outros militares para as fronteiras da Amazônia.

Floriano enfrentou várias revoltas, como a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada em 1893. Ao derrotar as tropas federalistas e as da Armada, os governistas cometeram atrocidades, como fuzilamentos sumários, especialmente em Santa Catarina.

Questões propostas

1. Qual foi a participação popular no processo de Proclamação da República? Que dúvida pairou sobre as intenções do marechal Deodoro da Fonseca?
2. Depois de banir a família imperial, quais foram as primeiras medidas do Governo Provisório, o primeiro da República?
3. Por que a República começou intranquila?
4. Quais as principais medidas estabelecidas pela primeira Constituição da República em 1891?
5. Que foi o Encilhamento?
6. Por que o primeiro presidente não completou o mandato?
7. Em que condições o vice de Deodoro assumiu o lugar vago com a renúncia? Qual foi a reação de civis e militares?



Um número imenso de navios ficou ancorado em frente às praças da Harmonia e Municipal, Rio de Janeiro, à espera dos acontecimentos durante a Revolta da Armada, em 1893.

Capítulo 81

O Brasil republicano: a república do café-com-leite (1894-1919)

No início da República, ocorre uma substituição de grupos dominantes: cai a antiga oligarquia açucareira, sobe a nova oligarquia do café.

O novo grupo se consolidou no poder pelo fortalecimento das oligarquias estaduais — pelo *coronelismo*. Os coronéis controlavam os eleitores, garantindo ao candidato situacionista sempre uma maioria de 90% dos votos. Daí se passou à *política dos governadores*: eles começaram a apoiar e a influenciar a política nacional, em troca de benefícios prestados pelos governos federais. Esta política transformou-se rapidamente na *política do café-com-leite*, pela qual se revezavam na presidência da República políticos de São Paulo e Minas Gerais. A expressão tem uma explicação simples: São Paulo, maior produtor de café do país; Minas, maior produtor de leite.

1. Evolução político-administrativa

Os partidos políticos tiveram pouca expressão durante a Primeira República, talvez pelo fortalecimento das oligarquias.

O Partido Republicano, o PR, fundado em 1870, nunca chegou a ter expressão nacional. Criaram-se partidos republicanos estaduais, com a reaglutinação dos grupos políticos do Império — liberais, conservadores e republicanos. Destacaram-se, pela amplitude da atuação, o *Partido Republicano Paulista* (PRP) e o *Partido Republicano Mineiro* (PRM). Eles se organizaram mais em torno de líderes, em geral coronéis, do que de idéias ou programas. Representavam eficientes máquinas político-eleitorais, através das quais os coronéis e as oligarquias controlavam o poder.

Intelectuais e operários fundaram o Partido Comunista em 1922, posto na ilegalidade desde o princípio. Só em 1926 começou a ser colocado em xeque o exclusivismo dos partidos republicanos, quando dissidentes do PRP fundaram o Partido Democrático de São Paulo.

Oito presidentes governaram o país entre 1894 e 1919. Vamos observar as principais características de cada um desses períodos governamentais.

Prudente de Moraes (1894/1898)

O fazendeiro paulista Prudente José de Moraes Barros, primeiro presidente civil, procurou atingir dois objetivos. O primeiro: recuperar a economia, que ainda sofria as consequências do Encilhamento, pela revalorização da agricultura e das boas relações com o capitalismo internacional, que, como sempre, aproveitou para nos “ajudar” com seus empréstimos. O segundo: pacificar o Sul, o que em parte conseguiu, anistiando os revoltosos da Revolução Federalista.

Mas teve de enfrentar a Guerra de Canudos, como veremos adiante.

Campos Sales (1898/1902)

Outro fazendeiro paulista. Manuel Ferraz de Campos Sales saiu vaiado, por causa de uma política econômica prejudicial à população. Junto com o ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, ele acreditava que os problemas econômicos do país estavam na moeda desvalorizada. Procurou valorizá-la e, ao mesmo tempo, renegociou a dívida externa mediante acordo chamado *funding-loan*, pelo qual os credores concederam novos prazos de pagamento. Campos Sales aceitou as pesadas exigências dos banqueiros, vendo nelas a única maneira de sanear a moeda.

Campos Sales acreditava que a política era privilégio das elites, gente com tradição, dinheiro e posses. Formulou sua política com base nas elites estaduais. Foi esta a *política dos governadores*, que consistia numa troca de favores entre governos estaduais e governo federal: eles apoiavam o presidente, o presidente lhes concedia o que pediam. Uma democracia sem povo, contra os trabalhadores e as classes médias.

Rodrigues Alves (1902/1906)

Francisco de Paula Rodrigues Alves: mais um fazendeiro de café paulista, mas considerado

progressista. Entregou a economia como a recebeu: estabilizada. Modernizou o Rio de Janeiro: alargou praças, construiu avenidas, melhorou o porto; erradicou quase completamente a febre amarela. Comprou o Acre. Não faltava dinheiro, pois seu governo coincidiu com o apogeu do ciclo da borracha.

Osvaldo Cruz, diretor da Saúde Pública do Rio de Janeiro, havia jurado acabar com a febre, a peste bubônica e a varíola. O jovem médico contrariou a maioria ao perseguir os mosquitos da febre amarela. O povo, influenciado pela oposição e mal-informado, impedia a ação dos mata-mosquitos.

Com a varíola, a briga tornou-se séria. O governo decretou a vacina obrigatória; seus adversários alegaram que ele não podia obrigar ninguém a vacinar-se e, mais, que a vacinação de mulheres era um despudor. O povo passou a agredir os vacinadores e o Rio se transformou em campo de batalha. De 12 a 15 de novembro de 1904, os populares tomaram conta da cidade; apedrejaram, saquearam, espancaram policiais e outras autoridades, invadiram quartéis, construíram barricadas e incendiaram bondes. Os líderes eram homens do povo: Pata Preta, João Capoeira, Beijo de Prata, Manduca. Comícios, passeatas, bandeiras vermelhas dos anarquistas, tudo ao embalo de dois hinos: a *Marselhesa*, da Revolução Francesa, e a *Internacional*, dos socialistas.

No meio do caos, os oposicionistas tentaram sublevar os militares para derrubar Rodrigues Alves. Não conseguiram. A polícia começou a agir. Centenas de pessoas foram desterradas para o Acre. Milhares confinadas nas cadeias. Anarquistas estrangeiros foram expulsos do país. O historiador Joel Rufino dos Santos, em sua *História do Brasil*, observa que, é claro, o povo não tinha enlouquecido, nem a revolta se devia simplesmente à vacina obrigatória. E relaciona as razões da “estranha rebelião”:

- a insuportável *carestia*, por causa da política econômica de Campos Sales;
- o *desemprego*, em razão da crise comercial e da política antiindustrial do governo, que levou muitas fábricas a fechar as portas;
- a *falta de democracia*, conseqüência da política dos governadores: a oposição só podia manifestar-se nesses momentos de violência;
- a *modernização* do Rio, que trouxe a demo-

lição de cortiços e desabrigou milhares de pessoas humildes;

- a *campanha antivariólica*, imposta com violência e sem esclarecimento do povo.

Afonso Pena (1906/1909)

O mineiro Afonso Augusto Moreira Pena assumiu com o apoio de fazendeiros e exportadores de café. Tinha sonhos de industrialização, mas depressa os esqueceu e empenhou-se na valorização do café, comprando o produto e retendo-o para forçar a alta de preços, como vamos ver mais adiante.

Outras iniciativas importantes: ligações ferroviárias São Paulo–Rio Grande do Sul e Rio–Espírito Santo; estímulo à imigração; fundação do Instituto Soroterápico de Manguinhos, depois Instituto Osvaldo Cruz.

Afonso Pena morreu antes de terminar seu mandato.

Nilo Peçanha (1909/1910)

Nilo Procópio Peçanha, vice que assumiu com a morte de Afonso Pena, criou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), cuja direção entregou ao então coronel Cândido Rondon. Presidiu acirrada campanha eleitoral, que opôs Rui Barbosa ao marechal Hermes da Fonseca. Venceu o militar, mais entrosado com os interesses dos cafeicultores, embora Rui tivesse conquistado o eleitorado urbano, desejoso de reformas.

Contra o coronelismo, ninguém podia.

Hermes da Fonseca (1910/1914)

Apesar do apoio das oligarquias estaduais e de grupos militares, Hermes Rodrigues da Fonseca teve um governo tumultuado. Foi insultado e ridicularizado pelo anedotário popular, que o tomava como oposto a Rui, “o homem mais inteligente do Brasil”. Enfrentou a revolta dos marinheiros contra castigos físicos e a Guerra do Contestado, que veremos ainda neste capítulo.

A instabilidade política e a decadência da borracha da Amazônia provocaram a retração dos capitais estrangeiros.

Venceslau Brás (1914/1918)

Venceslau Brás Pereira Gomes governou durante a I Guerra Mundial, que trouxe a queda de importações e, como consequência, um pequeno surto industrial.

Houve brigas pelo poder em vários Estados, que chegaram a ter dois governos, como aconteceu no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Piauí. A Guerra do Contestado continuou. Venceslau enfrentou ainda greves em todo o Sul, a seca arrasadora de 1915 e a gripe espanhola, consequência da guerra, que matou 18 000 pessoas só na capital federal.

Delfim Moreira (1918/1919)

Rodrigues Alves, eleito mais uma vez, adoeceu e morreu antes da posse. O vice, Delfim Moreira, governou até a realização de novas eleições. Venceu Epitácio Pessoa, senador da Paraíba que as oligarquias do Sul apoiaram com todo o seu peso contra Rui Barbosa, de novo derrotado.

2. O poder dos coronéis

Apesar da Proclamação da República, a democracia representativa era uma farsa. O povo não escolhia ninguém. Quem mandava eram os coronéis.

Coronel, no Império, era um título concedido pela Guarda Nacional. Com o tempo, mas sobretudo após a mudança de regime e o fim da Guarda, *coronel* passou a significar latifundiário, o grande proprietário rural, que dominava a política e a economia do município ou da região. Em geral ele resolvia as disputas pela força das armas. Vencia quem tivesse mais jagunços, mais armas e mais disposição para a briga.

A maior parte da terra se dividia em grandes propriedades, os latifúndios. Colonos, meeiros e posseiros não tinham terras. Dependiam do coronel para tudo: plantar, ir ao médico e até aprender a ler e escrever. O coronel tinha com a população de sua área um compromisso total, em todos os planos:

- *econômico*: a sobrevivência dependia da boa vontade do coronel, que mandava em tudo;
- *social*: o coronel chefiava a grande família,

formada por toda a população dependente dele; era protetor, juiz, compadre, padrinho, organizador das festas, conselheiro.

- *político*: dono da área, o coronel controlava os votos de seus protegidos, que iam para quem ele mandasse; eram os *votos de cabresto* ou *de curral*.

O coronel controlava médicos, advogados, professores, tabeliães, padres. Os grupos formados pelos principais coronéis regionais e por suas famílias constituíam as oligarquias estaduais, que dominavam os governos dos Estados. No Ceará, por exemplo, durante anos dominou a família Acioli. Em certa ocasião, sendo Nogueira Acioli presidente do Estado e José Acioli secretário do Interior, contavam-se dezenas de parentes deles em cargos de destaque – desde deputados, senadores e comandantes militares até funcionários dos Correios, da Higiene Pública ou da Inspeção Veterinária.

Essas oligarquias trocavam favores com o governo federal, por sua vez nas mãos de alguma oligarquia estadual. Nove dos onze presidentes eleitos até 1930 representavam São Paulo ou Minas Gerais.

Em troca de votos para a oligarquia dominante no Estado, o coronel local conseguia dinheiro para realizar obras no município. Em troca de votos para a oligarquia que dominava o governo federal, as oligarquias estaduais recebiam dinheiro para obras no Estado. Era um sistema de compromisso. *Democracia* não passava de uma palavra falada pelos “doutores”.

A lei eleitoral sempre estimulou o voto secreto. Entre 1896 e 1916, o eleitor podia optar pelo voto a descoberto. De um ou de outro jeito, a fraude era a regra geral. Os jornais publicavam as cédulas, para cada eleitor recortar a de seu candidato. Mas o comum era a cédula ser entregue já fechada aos eleitores, que os cabos eleitorais acompanhavam até a boca da urna. Entre as fraudes mais comuns, podemos destacar:

- correligionários votavam mais de uma vez, usando títulos de pessoas ausentes ou mortas, com conivência das mesas, já que o título não continha a foto do eleitor;

- mesários rasuravam as atas, escritas a bico-de-pena, raspando-as com canivete ou lixa;

- o bico-de-pena novamente: assinaturas falsificadas, o que se percebia quando eram encontrados erros ou grafias diferentes (é inadmissível que a pessoa escreva errado seu próprio nome) ou

quando se encontravam grupos de assinaturas nitidamente traçadas pelo mesmo punho;

- livros novos a cada eleição (os livros deveriam ser usados até que se esgotassem suas páginas); isto permitia o “esguicho”, modalidade do bico-de-pena: conhecidos os números parciais de um distrito eleitoral, trocava-se o livro para que, numa conta de chegar, a nova ata contivesse o número de votos corretos.

Por toda parte, muitos candidatos ganharam eleições *a bico-de-pena*, longe dos olhares dos fiscais e dos eleitores.

3. *Misticismo e revolta*

Enquanto as oligarquias se mantinham no poder graças a eleições fraudadas, onde estava o povo? A maioria vivia em estado de extrema pobreza, sem terra e sem garantias de vida.

No Nordeste, a situação era pior; calamidades naturais agravavam a miséria decorrente da estrutura latifundiária. A seca dos dois setes (1877-1879) matou 300 000 nordestinos. Muitos se uniam para saquear e assaltar, formando bandos de cangaceiros, assunto de um de nossos próximos capítulos. Outros se reuniam em torno de um beato, um homem santo, para esquecer os males deste mundo ou mesmo lutar contra as autoridades, que aplicavam “a lei do diabo”. Embora tivessem apoio episódico de coronéis, uns e outros foram massacrados pelas oligarquias e pelas forças do governo.

Na Bahia, Antônio Conselheiro; no Ceará, padre Cícero; no Sul, o monge José Maria. Três líderes de movimentos que misturaram misticismo, revolta e política.

Houve revolta urbana também: a rebelião contra a chibata e os castigos físicos na Marinha, comandada pelo marinheiro João Cândido, o Almirante Negro.

A Guerra de Canudos

“Em 1896, há de rebanhos mil correr da praia para o sertão; então o sertão virará praia e a praia virará sertão.”

A profecia de Antônio Conselheiro foi colhida por um então jovem repórter: Euclides da Cunha. Seu testemunho sobre a Guerra de Canudos está

em *Os Sertões*, obra fundamental da literatura brasileira.

O cearense Antônio Vicente Mendes Maciel, Antônio Conselheiro, cedo conheceu a dureza da vida. Sua família foi perseguida por latifundiários, perdeu o pai ainda jovem, teve de abandonar os estudos eclesiásticos, fracassou como pequeno comerciante, a mulher o abandonou.

Em fins da década de 1860 foi para o norte da Bahia e começou a pregar. Reuniu em torno de si um número crescente de fiéis, muitos deles expulsos de suas terras pelos coronéis. Em 1893, dá-se o primeiro choque com a polícia: Antônio queimou os editais de cobrança de impostos municipais, determinada pelo governo federal.

Perseguidos, ele e seus seguidores se refugiaram em Canudos. De 1893 a 1897, 30 000 sertanejos, liderados por Conselheiro, viveram em comunidade, plantando e criando rebanhos.

No sertão nordestino da época, centenas de milhares de pessoas buscavam trabalho em vão. As fazendas empregavam pouca gente e, quando precisavam de reforço, iam às feiras de trabalhadores e escolhiam os mais fortes. Pagavam baixos salários. Canudos passou a ser o paraíso. Rebanhos, pastagens e colheitas pertenciam a todos. Não havia patrões nem empregados, ricos nem pobres. As feiras de trabalhadores desapareciam; iam todos para junto de Conselheiro.

A destruição de Canudos tornou-se ponto de honra para as oligarquias e o governo federal: além de idéias religiosas, Conselheiro pregava mensagens políticas. Ele atacava o governo republicano por ter separado Igreja de Estado e ter instituído o casamento civil; queria a volta da Monarquia. Ainda por cima, os milhares de seguidores lhe obedeciam cegamente, inclusive na hora de votar.

Foram necessárias quatro expedições militares para derrotar Canudos. A primeira, com cem homens comandados por um tenente, foi vencida em violento corpo-a-corpo. A imprensa baiana noticiava: os sertanejos são bárbaros; Conselheiro, monarquista. Na verdade, ele estava contra a República porque a culpava pela miséria do povo.

A segunda expedição, com 250 homens comandados por um major, partiu triunfante e voltou arrasada: perdeu mais de cem soldados.

Prudente de Moraes, indignado, encarregou de uma expedição definitiva, com forças federais, o

coronel Moreira César — famoso por crueldades praticadas contra os federalistas em Santa Catarina.

Escondidos nas grutas, nas pedras, nos arbustos, buscando o corpo-a-corpo, os sertanejos transformaram a batalha num salve-se-quem-puder. Os poderosos canhões lá ficaram, ao lado do corpo de Moreira César.

Para o governo federal, era vergonhoso. Mobilizou então 7 000 homens, com três generais no comando e o ministro da Guerra em pessoa dirigindo as operações. Preparou-se a opinião pública: o Exército ia salvar a República. Em 24 de setembro de 1897, Canudos estava cercada. Foram dez dias de lutas, homem a homem. Estas são palavras de Euclides da Cunha sobre o fim de Canudos, em 5 de outubro:

“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados”.

O coronel padre Cícero

Os coronéis entendiam a religiosidade popular. Depois de Conselheiro, passaram a preferir os beatos e milagreiros a seu lado, e não contra si. Surgiu então o padre milagreiro Cícero Romão Batista, Padim Ciço, envolvido pelos coronéis.

O padre havia chegado a Juazeiro, Ceará, no fim da década de 1880. Começou prestando serviços religiosos de graça. A fama se espalhou pelo sertão ao correr a notícia de que uma hóstia se havia transformado em sangue, quando o padre a colocou na boca de uma beata. Milhares de romeiros passaram a procurá-lo em busca de solução para suas desgraças. Os coronéis logo trataram de pôr padre Cícero sob controle.

Em 1911, eleito prefeito de Juazeiro, o padre assinou o *Pacto dos Coronéis*: dezessete chefes políticos da região se comprometeram a sustentar a oligarquia Acioli no governo estadual. Padre Cícero tornou-se chefe político e homem de pos- ses. Morreu excomungado pela Igreja em 1934. Mas através do século milhares de fiéis continua-

riam a peregrinar até Juazeiro, em busca da bênção e da proteção do *padrinho*.

A Guerra do Contestado

Quinze anos depois da morte de Conselheiro, começou no Sul do país uma guerra que tinha semelhanças com a de Canudos. Ocorreu numa região de limites duvidosos, com territórios contestados por Paraná e Santa Catarina, daí o nome: Guerra do Contestado. Envolveu cerca de 20 000 sertanejos e durou quatro anos, de 1912 a 1916, com combates quase ininterruptos.

O problema de terras era grave na região. Os coronéis pressionavam os agregados a sair das fazendas e estabelecer-se por conta própria, mas quase não havia terras públicas. Além disso, havia a ferrovia São Paulo–Rio Grande do Sul. A construção tinha sido concedida ao empresário americano Percival Farquhar, em meio a denúncias de corrupção. O capitalista, dono da Brazil Railway Company, estivera envolvido em atrocidades na construção da famosa Madeira–Mamoré, na Amazônia. Vários fatos viriam então somar-se para aumentar a revolta da população local:

- a companhia construtora, por interferência dos coronéis, conseguiu do governo a propriedade de uma faixa de 30 quilômetros de cada lado da estrada; a população da área foi expulsa;

- os operários, que chegaram a 8 000, recrutados entre desempregados e desocupados dos grandes centros, ficaram abandonados à própria sorte quando acabou a construção;

- uma subsidiária da Brazil Railway comprou 180 000 hectares no território contestado, expulsou os moradores e implantou a maior madeireira da América Latina, voltada apenas para a exportação.

A revolta causada se aliou à religiosidade do povo, e os numerosos *monges* da região exploraram a situação com fins religiosos e políticos. Ao contrário de Canudos, não havia uma personalidade mística central. O monge José Maria foi apenas um dos muitos da época e morreu logo no começo do conflito. Mas o messianismo tinha tradição na região. Os *monges* não eram ligados à Igreja. Eram beatos e profetas populares.

José Maria era contra a República, a “lei do diabo”, porque nela via a razão dos males por que passavam. Era a favor do Reino Milenarista, que muitos identificavam com a Monarquia, mas que

não passava de um mundo em que vigoraria a lei de Deus, com terra para todos, paz, prosperidade e justiça.

Mas, para justificar a guerra, os coronéis e o governo federal acusaram o monge de monarquista. As tropas agora dispunham até de pequenos aviões de reconhecimento, contra combatentes armados de facões, foices e outras armas rudimentares. Em quatro anos, morreram milhares de pessoas, inclusive crianças, mulheres e velhos; e os sertanejos do Contestado foram derrotados.

A Revolta da Chibata

Os castigos corporais na Marinha, abolidos com a Proclamação da República, haviam voltado um ano depois. Faltas leves eram punidas com prisão e ferro na solitária, a pão e água. Faltas graves, com 25 chibatadas. A revolta explodiu em 22 de novembro de 1910. Os marinheiros assumiram o controle sobre importantes navios da Marinha de Guerra. Mataram alguns oficiais que resistiram ao movimento e passaram a exigir o fim dos castigos e de outros aspectos aviltantes de sua condição, ameaçando bombardear o Rio de Janeiro, sede do governo.

Pressionado, Hermes da Fonseca cedeu: aboliu os castigos e concedeu anistia aos revoltosos. Eles depuseram as armas e entregaram os navios aos oficiais, em 26 de novembro. Dois dias depois, sentiram na carne que tipo de anistia tinham recebido: o marechal Hermes baixou decreto excluindo-os da Marinha por indisciplina. Em 4 de dezembro, foram presos 22 marinheiros. No dia 9, o governo decretou estado de sítio, prendeu mais uma centena e expulsou outros.

Muitos morreram. Dezesseis, de sede, calor e sufocamento em cela subterrânea da Ilha das Cobras; nove, fuzilados durante viagem que conduzia 105 desterrados para a Amazônia. O chefe da revolta, João Cândido, sobreviveu à Ilha das Cobras e foi internado como louco no Hospital dos Alienados. Todos foram absolvidos em novembro de 1912.

4. A economia dependente se expande

O período compreendido entre o fim do século XIX e início do XX marca o auge da economia

voltada para a exportação de matéria-prima e gêneros tropicais. Muitos fatores contribuíram para a expansão dessa economia dependente. Dentre os *fatores externos* estão:

- desenvolvimento do comércio internacional;
- aumento da população, sobretudo americana, e melhoria de seu nível de vida: cresceu o consumo de alimentos;
- industrialização e desenvolvimento dos transportes.

Dentre os *fatores internos*, temos:

- solução do problema da mão-de-obra: fim da escravidão e afluxo de imigrantes;
- novos estímulos à prosperidade trazidos pela República;
- interesses estrangeiros, que ocuparam setores fundamentais da nossa economia, em particular o cafeeiro.

A expansão da economia exportadora de gêneros tropicais logo trouxe conseqüências:

- decadência da produção de gêneros para consumo interno; a importação de alimentos chegou a representar 30% da importação total;
- endividamento externo, resultante de modo especial de empréstimos públicos; a dívida externa, de 30 milhões de libras na Proclamação da República, beirou os 90 milhões em 1910 e passou de 250 milhões em 1930;
- a crise do café e da borracha, entre outras, levou o país a um desastre econômico sem precedentes.

Atividades do setor primário

Os principais produtos brasileiros do período se espalhavam pelo país, independentes entre si: café, borracha, cacau e açúcar. Em comum, tinham a característica de produtos de exportação, portanto dependentes do exterior, na expansão como na decadência.

Café

O mais importante produto brasileiro teve a decisiva contribuição do braço imigrante para chegar a representar 70% de nosso comércio internacional. São Paulo, por muito tempo o maior produtor de café do país, de 1889 a 1930 recebeu mais de 2 milhões de imigrantes.

A produção e a valorização do preço resulta-

vam de política deliberada do governo, que representava os interesses dos fazendeiros. Reclamações, estudos e propostas começaram a aparecer desde 1895, quando uma superprodução fez o preço despencar. A solução surgiria em 26 e 27 de fevereiro de 1906: os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais firmaram o *Convênio de Taubaté* (cidade paulista). A primeira intervenção estatal para valorizar um produto, em benefício de uma classe, resultou nas seguintes medidas:

- garantia de preços mínimos para os produtores;
- criação de dificuldades para a exportação de café inferior ao tipo 7, que deveria ser consumido no país;
- organização de serviço permanente de propaganda do café;
- impostos elevados para dificultar a ampliação das áreas de cultivo;
- compra e retenção, pelo governo, das sobras de exportação.

Para financiar tais medidas, o governo poderia obter créditos no exterior, até o limite de 15 milhões de libras esterlinas.

Até 1910, o governo tirou do mercado 8 milhões e meio de sacas, o que valorizou o café. Consequência: cresceu a produção e, com a retração dos mercados por causa da I Guerra Mundial (1914-1918), sobreveio nova crise. A geada queimou os cafezais paulistas em 1918 e a redução da safra restabeleceu o equilíbrio. Em 1921, tornou a crescer a produção, e os preços caíram.

Em 1924, criou-se o Instituto Brasileiro do Café, na pretensão de resolver o problema definitivamente, já que ele poderia reter a produção sem limites de quantidade. Assim, de crise em crise, a economia brasileira seguiria dependendo do café e dos mercados internacionais.

Borracha

Enquanto o café se expandia, surgiu o segundo produto mais importante na pauta de exportação brasileira. Os índios já usavam a borracha, produzida do látex extraído da seringueira, para fazer calçados, bolas, utensílios. A indústria a descobriu em 1770, quando fabricou as primeiras borrachas para apagar lápis. A partir de 1890, com o aumento da produção de automóveis, a matéria-prima dos pneus (pneumáticos) ganhou importân-

cia. A produção do Brasil, dono da maior reserva de seringueiras do mundo, passou de 31 toneladas em 1827 para a média anual de 34 000 toneladas entre 1901 e 1910, chegando ao máximo em 1912: 42 000 toneladas, ou quase 40% da exportação total do país.

Essa explosão trouxe à Amazônia luxo e riqueza para os seringalistas e doenças e miséria para os seringueiros. A população, de 476 000 habitantes em 1890, subiu para 1 100 000 em 1906. Em 1912, veio a derrocada, rápida e avassaladora.

A forma de exploração da borracha explica sua decadência: avançou em etapas, do Pará ao Acre. Ali se deu um episódio que merece ser mencionado. O Acre pertencia à Bolívia desde 1777. Em 1903, brasileiros chefiados por Plácido de Castro venceram tropas bolivianas enviadas contra eles e proclamaram a independência do Acre. A gravidade da situação tinha um componente especial: a Bolívia havia arrendado a exploração da borracha na região para a empresa americana Bolivian Syndicate. Rodrigues Alves mandou o Exército ocupar a região e propôs um tratado à Bolívia. O Barão do Rio Branco conduziu as negociações. Pelo *Tratado de Petrópolis*, a Bolivian Syndicate recebeu 110 000 libras esterlinas; a Bolívia, 2 milhões, mais a ferrovia Madeira-Mamoré, tudo pago pelo Brasil. E assim, o Acre tornou-se brasileiro.

A exploração da borracha, tal como se dá até hoje, era rudimentar. No meio da floresta, extrai-se da seringueira o látex, que se defuma e enrola, para ser entregue ao seringalista. O trabalhador recebe um salário magro e, ao fim de certo tempo, ele acumula dívidas no barracão e acaba preso ao patrão. A forma primitiva de exploração acarreta baixa produtividade a custo elevado.

Os ingleses, no fim do século XIX, levaram mudas de seringueiras para suas colônias de Ceilão e Cingapura. O resultado seria desastroso para nós. Já em 1919 o mundo produziria 423 000 toneladas de borracha; desse total, caberiam 382 000 ao Oriente e apenas 34 000 ao Brasil. E o que restou foi uma Amazônia arruinada.

Cacau

O cacau, também nativo da América e durante o período colonial a maior riqueza da Amazônia, fixou-se no sul da Bahia. Dali, chegou a sair mais de 90% da produção brasileira. Seguindo a regra

geral da dependência externa, a produção cresceu paralelamente ao desenvolvimento da indústria e ao aumento do consumo de chocolate na Europa e nos Estados Unidos.

A exportação tomou impulso a partir de 1880, mesma época do início do ciclo da borracha. Nesse ano, a exportação foi de 1 668 toneladas, quantia que dobrou no fim da década e cresceu em progressão quase geométrica, atingindo as 64 526 toneladas em 1925. Mas aconteceu com o cacau a mesma coisa que havia acontecido com a borracha. Os ingleses repetiram a receita, agora na Costa do Ouro, África, que tomou o primeiro lugar da produção mundial, com 40% do total. Assim, em 1935, enquanto a Costa do Ouro exportou 260 000 toneladas, restou ao Brasil um modesto segundo lugar, com apenas 100 000 toneladas.

Açúcar

Substituído nos mercados externos por concorrentes em melhores condições, o açúcar teve pouca expressão nesse período. A média anual exportada de 133 000 toneladas na década de 1891-1900 baixou a 62 000 em 1911-1920. O Nordeste tentou substituir o mercado externo pelo interno, vendendo para o Sul. Mas as crises do café levaram São Paulo a dedicar-se também à cana; e a produção paulista passou de 96 000 sacas de açúcar em 1894 para mais de 1 milhão em 1930. A situação das velhas regiões produtoras do Nordeste se agravou.

A produção começou a ser limitada a partir de 1933 e, depois, controlada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que passou a distribuir cotas de produção entre as regiões, além de controlar os preços.

A crise gerou a concentração da produção em grandes empresas; as modernas usinas substituíram os velhos engenhos. Os fornecedores de cana perderam importância, pois as usinas passaram a ter produção própria, e não raro se viram obrigados a vender suas terras ao novo senhor do açúcar, o usineiro.

Atividades industriais

O número de fábricas passou de pouco mais de 600 em 1889 para 3 258 em 1907. Cresceu cinco

vezes nos primeiros dezoito anos de República. Um terço das indústrias ficava no Distrito Federal; outro terço se dividia entre São Paulo e Rio Grande do Sul. O setor têxtil ocupava o primeiro lugar, seguido pelo alimentício.

Ainda na Primeira República, São Paulo se tornaria o maior centro industrial do país, com cerca de 40% da produção, graças a três fatores importantes:

- rendas da lavoura cafeeira;
- habilitação técnica do imigrante;
- abundância de energia hidráulica.

A primeira usina elétrica paulista, com capitais ingleses, belgas e franceses, começou a funcionar em 1901.

A I Guerra Mundial daria grande impulso à indústria. Dos 13 336 estabelecimentos existentes em 1920, nada menos que 5 936 haviam sido fundados durante o conflito. A *substituição de importações* é apontada como principal causa da explosão industrial, pois, com a guerra, muitos produtos pararam de chegar ao país.

Ao mesmo tempo, os países litigantes precisavam de mais e mais alimentos, estimulando nova indústria, a de carne congelada. O Brasil, que nem vendia carne antes da guerra, exportou 60 509 toneladas em 1918. A consequência direta foi que a indústria de alimentos passou para o primeiro lugar em 1920.

5. Movimento operário

Nas primeiras décadas da República, o movimento operário brasileiro refletia o que acontecia na Europa. O imigrante europeu divulgava as idéias de organização e, num primeiro momento, liderou as lutas dos trabalhadores. O movimento operário foi mais intenso em São Paulo e nos Estados do Sul, que concentraram o grosso da imigração e da industrialização.

Claro que, apesar da influência européia, o sindicalismo brasileiro tratou de adaptar-se a nossas condições. Os líderes logo perceberam que lutavam aqui por coisas que os europeus já haviam conquistado fazia muito tempo. As primeiras greves se voltaram contra os baixos salários, a excessiva jornada de trabalho (de até 16 horas), as péssimas condições de trabalho das mulheres e dos menores de idade. Havia comícios e passeatas na tentativa de atrair a simpatia da

população para as reivindicações. Ficaram famosas na São Paulo de 1910-1920 as marchas dos grevistas de bairros distantes, como Ipiranga ou Mooca, rumo ao Largo da Concórdia, no Brás, ou à Praça da Sé, no centro. O movimento de 1917 teve um aspecto curioso: grevistas paulistas e cariocas procuravam convencer os soldados de que também eram povo e explorados. Eles tentavam repetir o que havia acontecido na Rússia, quando tropas tzaristas aderiram aos revolucionários de outubro de 1917.

Este ano foi mesmo especial para o movimento operário em todo o mundo: a Revolução Russa criava o primeiro país socialista da História. No Brasil, as greves se intensificaram. Pela primeira vez houve uma greve geral, em São Paulo. Participaram todas as categorias profissionais. O comércio fechou; os transportes pararam; o governo não conseguiu dominar o movimento pela força e chegou a abandonar a cidade. Os grevistas comandaram São Paulo durante um mês. A greve só terminou quando jornalistas e deputados serviram de intermediários e o governo prometeu atender às reivindicações sem punir os trabalhadores. A promessa não foi cumprida.

Em 1920, para 500 000 operários existentes no país, havia mil sindicatos, o que mostra o espírito de luta e de organização dos trabalhadores. A questão social sempre tinha sido considerada "questão de polícia": os governantes consideravam a greve não um direito, mas um crime contra a pátria. Os grevistas eram presos e, quando imigrantes, expulsos do país. A partir de 1907, quando saiu a primeira Lei de Expulsão do Estrangeiro, a luta operária se voltou também contra a deportação de seus líderes mais experientes.

Os anarquistas imigrados da Europa exerceram papel decisivo nesses movimentos. Lembremos que, já na revolta contra a vacina obrigatória em 1904, a bandeira deles tremulou nas manifestações. Um fato bastaria para dar idéia de sua intensa atuação para a organização dos trabalhadores: circularam 334 jornais anarquistas durante a República Velha. Período em que também veio do Velho Mundo um dos principais impactos sobre a economia do país: a I Guerra Mundial, gestada justamente enquanto a República brasileira lutava para se consolidar.

Questões propostas

1. Quais os principais fatos que caracterizaram a República do café-com-leite?
2. Quem era o *coronel*?
3. Que compromissos havia entre o coronel e seus seguidores?
4. O que eram e como se formavam as oligarquias estaduais?
5. Cite alguns exemplos de fraudes eleitorais na República Velha.
6. Resuma: Antônio Conselheiro e a Guerra de Canudos.
7. Resuma: padre Cícero e sua atuação.
8. Resuma: a Guerra do Contestado.
9. Que foi a Revolta da Chibata?
10. Quais foram as conseqüências da expansão da economia voltada para o mercado externo?
11. Explique a política de valorização do café e as sucessivas crises do setor.
12. Resuma o ciclo da borracha.
13. Quais as causas da decadência do cacau?
14. Como se comportou o açúcar na República do café-com-leite?
15. Quais os três fatores que contribuíram para transformar São Paulo no maior centro industrial do país?
16. Que papel teve a I Guerra Mundial no processo de industrialização brasileiro?
17. Quais os principais objetivos das lutas operárias durante a República do café-com-leite?

Capítulo 82

A Grande Guerra: as crises internacionais e a paz armada

No plano internacional, fortes rivalidades caracterizaram o período de 1871 a 1914. Rivalidades *políticas* (nacionalismo), *econômicas* (protecionismo alfandegário) e *imperialistas* (concorrência colonial) geraram uma corrida armamentista que pôs a paz mundial em perigo.

Bismarck, o unificador da Alemanha, procurou preservar sua obra. Opôs-se a toda política de expansão germânica fora da Europa, para não entrar em atrito com as demais potências e, assim, impedir que a França encontrasse aliados para sair do isolamento. Seu sistema de alianças reuniu, por tratados secretos, países rivais como Áustria e Rússia, aproveitando as rivalidades anglo-russas. Apesar da crise balcânica de 1875-1878, ele manteve a aliança da Áustria. Isolou a França com a Tríplice Aliança e um acordo com a Rússia.

O expansionismo europeu na África e Ásia agravou as tensões entre Rússia e Inglaterra e reacendeu a rivalidade entre França e Inglaterra.

Bismarck teve sucesso até 1885. Mas as tensões austro-russas lhe abalaram o sistema; e a aliança franco-russa de 1891-1893 o levou à ruína. Após a queda de Bismarck em 1890, seus sucessores não tiveram a mesma habilidade. Lançaram-se à corrida colonial, criaram atritos e condenaram o sistema de Bismarck definitivamente. Nesse quadro, as crises geradas pelo imperialismo tiveram papel vital.

1. Atritos na Europa

De 1871 a 1914, a Europa viveu em estado de vigilância permanente. Vários problemas ameaçavam a paz: a França não esquecia a derrota para a Alemanha em 1870, que lhe custara a Alsácia-Lorena; os constantes atritos entre países balcânicos punham em choque os interesses da Áustria e da Rússia; crescia a competição econômica entre Inglaterra e Alemanha; e as rivalidades já existentes aumentavam diante da política

de conquistas territoriais, trazida pelo rápido desenvolvimento industrial.

A hegemonia européia dependia da força militar de cada país; o resultado das rivalidades foi uma corrida armamentista. Cresceram os contingentes militares e aperfeiçoaram-se os armamentos. O orçamento das nações se tornou deficitário, criando crises que aumentavam o risco de guerra.

Houve tentativas de preservar a paz: duas conferências em Haia, Holanda, em 1898 e 1907, tentaram limitar o armamento e resolver as questões pelo arbitramento. O único resultado positivo foi a criação da *Corte Permanente de Arbitramento*, que as nações em conflito chamariam quando quisessem.

2. O sistema de Bismarck

Até 1890, Bismarck conseguiu isolar a França do resto da Europa, agrupando em torno da Alemanha potências de interesses até opostos, a pretexto de lutar contra o socialismo, o republicanismo e o anarquismo. Entre 1871 e 1875, chegou a intervir diretamente na política francesa, pela diplomacia; apoiou os republicanos contra os monarquistas, por razões táticas: ele considerava que os monarquistas seriam mais capazes de fazer alianças internacionais, pois a maioria das outras nações européias da época tinha regime monárquico.

O encontro dos imperadores da Áustria, Prússia e Rússia em Berlim, em 1872, preparou a Aliança. Em maio de 1873, foi assinada a *Convenção de São Petersburgo*: alemães e russos prometiam ajuda mútua em caso de agressão. E, apesar de seus interesses opostos, Rússia e Áustria assinaram a *Convenção de Schoenbrunn*: prometiam consultar-se caso alguma potência ameaçasse a paz européia. Guilherme I da Alemanha aprovou o acordo austro-russo e, assim, formou-se o “entendimento” dos três imperadores. Vítor Emanuel II, rei da Itália, visitou Berlim e Viena; ficou clara a afinidade da Itália com o grupo Áustria-Rússia-Alemanha.

A luta entre o Estado italiano e o papado pôs a opinião pública francesa (católica) contra a Alemanha, que apoiava a Itália e ameaçou a França de guerra. O equilíbrio europeu também sofria com as questões balcânicas, que analisaremos a seguir.

A Turquia dominava povos de outras origens e culturas, como os eslavos. Em 1875, os

búlgaros aproveitaram uma revolta nas províncias da Herzegovina e Bósnia, para reivindicar independência. A violenta repressão turca provocou a intervenção de outros Estados eslavos, como Sérvia e Montenegro, que declararam guerra à Turquia em 1876.

Bismarck queria evitar o choque entre Rússia e Áustria, mas sem intervir diretamente na questão. A França tinha graves problemas internos. A Inglaterra defendia a todo custo a integridade do Império Turco, no qual tinha interesses; achava que era esta a única forma de conter a expansão russa na Ásia ocidental. Áustria e Rússia, as duas potências diretamente envolvidas no caso, pois procuravam expandir-se nas regiões, concordaram com a intervenção russa na guerra.

Em 1877, os turcos foram derrotados. Pelo *Tratado de Santo Estéfano*, Sérvia, Montenegro e Romênia tiveram a independência reconhecida; a Bulgária ganhou autonomia; a Rússia recebeu de volta terras perdidas na Guerra da Criméia. Áustria e Inglaterra se opuseram ao tratado, que confirmava a influência russa nos Bálcãs, e convocaram o *Congresso de Berlim*, em que alguns pontos foram modificados, em favor destes dois países e prejuízo da Rússia. A Áustria assumiu o controle da Bósnia e Herzegovina, pretendidas pela Sérvia.

Bismarck tentou reorganizar, complicando, seu sistema de alianças: contrariando o imperador Guilherme I, em 1879 fez com a Áustria acordo secreto de apoio mútuo em caso de invasão russa; também dispensava a Áustria de guerrear a França, se esta atacasse a Alemanha. Tornou a procurar os russos, que sofriam pressão inglesa e eram contrários à política anticlericalista da França.

Em 1882, foi assinado o *Tratado da Tríplice Aliança*, reunindo Alemanha, Áustria e Itália, com validade de cinco anos. Se algum deles declarasse guerra a outro país, os outros dois ficariam neutros — era o objetivo fundamental de Bismarck: se a França atacasse a Itália, esta teria ajuda alemã e austríaca; se atacasse a Alemanha, só a Itália ajudaria Bismarck, a Áustria não; e se uma das aliadas fosse atacada por duas potências européias, então as outras duas aliadas viriam em auxílio.

3. Os choques imperialistas

Contribuíram para o conflito mundial que se avizinhava: as questões nacionais (França contra

Alemanha); os problemas de minorias nacionais, sobretudo a questão entre Áustria-Hungria e Turquia; e o progresso do parlamentarismo democrático e da opinião pública mobilizada para questões internacionais.

Mas as condições materiais pesaram decisivamente. O progresso da indústria pesada, as ferrovias, o desenvolvimento da frota mercantil, tudo isso era indispensável a uma potência populosa. Ela precisava escoar seus produtos industrializados e buscar fontes de matéria-prima e alimentos. Os governos foram chamados a intervir nesse imperialismo econômico e se decidiram pelas conquistas coloniais, pelo protecionismo alfandegário (que deu origem a uma guerra econômica), pela pressão sobre os países subdesenvolvidos para que pedissem empréstimos, que se tornavam investimentos lucrativos. A classe dominante, os grandes empresários, procurava identificar os interesses das empresas com os interesses nacionais e públicos; fazia mesmo uma campanha de mobilização nacional pela imprensa, em favor da presença do país em todas as partes do mundo.

Disso resultou a internacionalização do capital, que atraiu a oposição do nacionalismo econômico e resultou no abandono da política de livre-cambismo.

A busca desesperada por rotas e mercados mundiais intensificou a corrida por zonas de influência e por colônias.

A oposição entre as grandes potências dificultou a partilha dos mercados africanos e asiáticos. Os Estados Unidos se opuseram a qualquer intervenção européia na América; o Caribe se transformou em privilegiado palco para a ação do imperialismo americano. Ele intensificou rivalidades antigas e acendeu novas oposições. A Inglaterra tratou de garantir posições já conquistadas no mundo e se isolou de questões do continente europeu. A França, frustrada em suas pretensões continentais, a partir de 1881 lançou-se à expansão colonial e à agressiva exportação de capitais. A lentidão do crescimento de sua população impunha conquistas coloniais para ampliar a capacidade de recrutamento militar.

O desenvolvimento econômico desigual modelou a ação de cada país. A Rússia tentou recuperar o tempo perdido assimilando o capital estrangeiro e acelerando sua escalada na Ásia. A Itália superou suas frustrações ocupando posições na África.

A construção do canal de Suez, no Egito, acirrou a competição anglo-francesa.

O grande problema, contudo, era a ascensão da Alemanha, que exigia o controle de fontes de abastecimento, para alimentar uma população em crescimento acelerado, e de mercados consumidores, para dar vazão a uma produção industrial gigantesca. A concorrência com a Inglaterra tornou-se inevitável: na maior parte dos países europeus, as vendas alemãs superavam as britânicas.

A tudo isso juntava-se o arranque do Japão e dos Estados Unidos, que passavam a restringir o campo de ação das potências européias, exercendo papel cada vez mais decisivo nas competições territoriais, alianças e conferências internacionais.

4. A *Tríplice Entente*

A África se tornou palco de graves choques entre as potências imperialistas. Na região leste, onde não havia maiores oposições entre Inglaterra e Alemanha, a derrota italiana diante da Etiópia diluiu os problemas, pois as pretensões da Itália não eram bem vistas pelas potências industrializadas, especialmente pela França.

O episódio serviu para reaproximar França e Itália depois de 1896, ainda mais que os italianos relaxaram parte das medidas alfandegárias restritivas contra os franceses, adotadas desde 1881. Os dois países assinaram vários acordos: um comercial, outro definindo os interesses dos dois no Mediterrâneo, um terceiro de neutralidade em caso de ataque por parte de terceiros — o que constituía um golpe na Tríplice Aliança.

No oeste africano, França e Alemanha fixaram seus limites facilmente. Mas a oposição entre Inglaterra e França quanto a Nigéria e Madagascar elevou a tensão.

Três pontos geraram tensão na África: Alto Nilo, África do Sul e Marrocos:

- Alemanha, Itália e Bélgica concordaram com a liberdade de ação inglesa na região do Alto Nilo; os franceses a princípio se omitiram, mas em 1898 surgiu o incidente de Fashoda, cidade disputada por ingleses e franceses, o que quase os levou à guerra.

- Na África do Sul, a Alemanha pretendeu apoiar os bôeres, colonos holandeses revoltados contra a intromissão inglesa, porém recuou. Mas no plano econômico, os alemães já concorriam em

mercados tradicionalmente dominados pelos ingleses; e sua marinha começava a superar a inglesa. Tal pressão obrigou a Inglaterra a sair do isolamento e a se reaproximar da França. Vários acordos assinados em 1904 resolveram os principais problemas entre os dois e criou-se a *Entente Cordial* (entente: palavra francesa para acordo, entendimento). Pelos *Tratados de Liquidação*, concordava-se que a Inglaterra teria liberdade de ação no Egito, e a França, no Marrocos.

- No Marrocos, cresceu a rivalidade entre franceses e alemães, que não aceitaram o acordo franco-inglês. Em 1905 e 1911, cresceu a pressão alemã no Marrocos e explodiram incidentes em Tânger e Agadir.

Na Ásia, havia oposições entre Inglaterra e França por causa do Sião, atual Tailândia; entre Inglaterra e Rússia, no Pamir, no Tibete e na Pérsia, atual Irã. Com a mediação francesa, em 1907 russos e ingleses chegaram a um acordo sobre a Pérsia, dividida então em zonas de influência.

Essa política foi adotada em toda a Ásia oriental, especialmente na China, onde os Estados Unidos passaram a defender a *política de portas abertas*: todas as potências poderiam competir em todos os lugares.

Em 1900, todos se uniram para enfrentar a *Guerra dos Boxers*, radicais e nacionalistas chineses que queriam livrar seu país da dominação estrangeira.

As potências ocidentais tinham conseguido limitar a expansão japonesa em 1895, mas em 1904 o Japão entrou em guerra com a Rússia.

No limite, o imperialismo econômico expandiu-se para a Turquia. Em 1899, os alemães obtiveram a concessão para construir a ferrovia Berlim-Bagdá, que lhes abriria mercados até então controlados pelos ingleses e os aproximaria do Golfo Pérsico. Os franceses se sentiram ameaçados em sua influência financeira na região; ingleses e franceses, acionistas da ferrovia, retardaram a construção, retendo a liberação de seus investimentos.

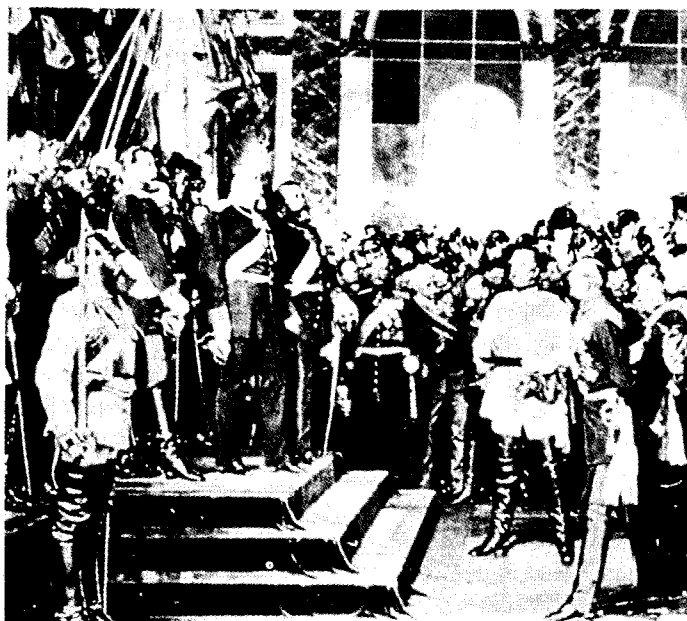
A aproximação França-Inglaterra e Inglaterra-Rússia possibilitou a formação da *Tríplice Entente*: ela pôs fim à hegemonia diplomática da Alemanha e restabeleceu o equilíbrio de forças na Europa.

Agora, a paz dependia de interesses conflitantes das várias potências, que transformavam problemas locais em questões internacionais.

Qualquer acidente, portanto, poderia detonar a guerra. Seria o caso dos incidentes coloniais no norte da África e do incidente balcânico, estopins do primeiro conflito mundial na História: a I Guerra Mundial.

Questões propostas

1. Qual era o objetivo de Bismarck, o unificador da Alemanha, no período de 1871 a 1890? Como atingia seus objetivos?
2. Por que os países europeus viveram em sobressaltos entre 1871 e 1914? Qual foi a consequência?
3. Como as potências tentaram manter a paz?
4. Que fatores agravaram as tensões, preparando caminho para a guerra mundial?
5. O que levou os governos a agir diretamente no imperialismo econômico? O que decidiram?
6. Como se comportaram as grandes potências, uma vez deflagrada a corrida imperialista em busca de colônias e zonas de influência?
7. Que foi a Entente Cordial?
8. O que aconteceu à China com a política de zonas de influência na Ásia?
9. O que foi a Tríplice Entente? Depois dela, do que dependeria a manutenção da paz ou a deflagração da guerra?



Guilherme I, rei da Prússia, é proclamado imperador na Galeria dos Espelhos do palácio de Versalhes, em 18 de janeiro de 1871, após a vitória da Prússia sobre a França na guerra Franco-Prussiana. À direita, em uniforme claro, aparece Bismarck.

Capítulo 83

A Grande Guerra: o conflito europeu e mundial

A crise balcânica de 1914 precipitou a guerra entre a *Tríplice Entente* (França, Inglaterra e Rússia) e a *Tríplice Aliança* (Alemanha, Áustria e Itália). A luta, que se imaginava rápida, alongou-se, numa guerra de trincheiras. Os inimigos concentraram-se na produção de armas e equipamentos; pela primeira vez, a população se mobilizou, daí o nome de *Grande Guerra*. Ela se generalizou, mas atingiu total intensidade na França. Os franceses rechaçaram os alemães por três vezes: no Marne em 1914; em Verdun em 1916; e no Marne em 1918.

A Entente possuía recursos coloniais amplos. Os Impérios da Aliança já davam sinais de fraqueza quando dois eventos mudaram o rumo dos acontecimentos: a Rússia saiu do conflito por causa da Revolução de 1917, e entraram os Estados Unidos. Em 11 de novembro de 1918, os alemães capitularam. A Grande Guerra abalou os fundamentos da civilização européia, pôs em risco sua hegemonia e abriu espaço para a entrada de novos personagens no cenário mundial.

1. As origens profundas

A Grande Guerra resultou dos atritos permanentes provocados pelo imperialismo das grandes potências, agrupadas em duas alianças antagônicas: o sistema diplomático alemão, que formou a Tríplice Aliança; e o sistema dos franceses, que deu na Tríplice Entente. Ressentimentos nacionalistas e rivalidades políticas e econômicas provocavam atritos permanentes:

1. *França x Alemanha* — Os franceses queriam recuperar a Alsácia-Lorena, que os alemães pretendiam incorporar para sempre.

2. *Inglaterra x Alemanha* — A concorrência comercial-industrial entre as duas potências se traduzia em intensa rivalidade naval.

3. *Alemanha x Rússia* — A rota Constantinopla-Mediterrâneo do imperialismo russo cruzava com a rota Berlim-Constantinopla-Bagdá do imperialismo alemão.

4. *Rússia x Áustria* — O pan-eslavismo russo apoiava os desejos de independência dos povos eslavos dominados pelo Império Austro-Húngaro: movimento iugoslavo pelo reagrupamento dos croatas e eslovenos em torno da Sérvia; partido tcheco de Masaryk pela formação da Tchecoslováquia.

2. Razões imediatas

A rede de alianças defensivas e ofensivas era como uma bomba armada para explodir ao primeiro esbarrão. O imperialismo gerava atritos nas colônias; o nacionalismo gerava atritos na Europa.

A questão marroquina

Quando Inglaterra e França aliaram-se em 1904, os alemães sentiram-se ameaçados e, para mostrar força, opuseram-se à supremacia francesa no Marrocos, ao norte da África, prevista pelo acordo anglo-francês. O imperador alemão Guilherme II desembarcou em Tânger, norte da África, ameaçando a França. Após conferência internacional em Algeiras, Espanha, em 1906, a supremacia francesa no Marrocos foi confirmada e a Alemanha recebeu terras no sudoeste africano.

Em 1911, novo incidente. Tropas francesas entram na cidade marroquina de Fez, para garantir europeus ameaçados por uma revolta local; os alemães enviam um navio para defender seus interesses; e só se evita o conflito com a cessão do Congo Francês aos alemães.

A questão balcânica

Em 1908, a Áustria anunciou a anexação dos territórios eslavos da Bósnia e Herzegovina, contrariando interesses sérvios e russos. O nacionalismo sérvio explodiu em 18 de junho de 1914.

Dois iugoslavos de nacionalidade austríaca, Prinzip e Tchabrinovitch, assassinaram o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, em Sarajevo, capital da Bósnia — uma província da Sérvia.

A Áustria decidiu eliminar o problema de vez, humilhando a Sérvia ou lhe declarando guerra. A Alemanha aprovou, para manter o poderio de sua principal aliada. Mas a Rússia não podia permitir a inferiorização do elo mais importante da política pan-eslava, a Sérvia. Poincaré, presidente da França, numa fala ambígua em São Petersburgo, pareceu garantir apoio ao imperador russo Nicolau II.

Os acontecimentos se precipitaram. A Áustria enviou ultimato à Sérvia, exigindo a desativação do movimento "iugoslavo" e a participação de austríacos na comissão de investigação do atentado. Aconselhada pela Rússia, a Sérvia não aceitou. Em 28 de julho de 1914, a Áustria declarou guerra à Sérvia. A Rússia mobilizou suas tropas. Contando com a neutralidade inglesa, os alemães apoiaram a Áustria e declararam guerra aos russos em 1º de agosto e, dois dias depois, aos franceses.

A Itália, alegando o caráter defensivo de seu tratado com os alemães, manteve-se neutra. A Inglaterra inclinava-se para uma mediação. Mas, em 4 de agosto, decidiu-se pela guerra contra a Alemanha, pois esta violou a neutralidade da Bélgica e a invadiu, para atacar a França.

O sistema de alianças havia transformado um problema local em guerra generalizada. Com o desenrolar do conflito, outras nações entraram na luta, inclusive o Brasil. Os contendores foram:

Aliança: Alemanha, Áustria-Hungria, Bulgária, Turquia;

Entente: Sérvia, Rússia, França, Bélgica, Império Britânico, Japão, Itália, Portugal, Romênia, Estados Unidos, Grécia e Brasil.

3. A frente ocidental

No começo, havia equilíbrio em número de habitantes e soldados. Diferentes eram os equipamentos e os recursos. A Entente não tinha canhão de longo alcance mas dominava os mares, graças

ao poderio naval inglês. As operações se dividiram em três fases:

Guerra de movimento (agosto-novembro de 1914) — Sob o comando de Von Moltke, os alemães aplicaram plano do general Graff Schlieffen, de 1900: pequenos contingentes no leste, contando com a lentidão do exército russo; lançar o grosso das tropas contra a França, passando pela Bélgica, evitando as fortificações da Lorena; voltar-se contra os russos rapidamente após a rendição francesa.

Com artilharia pesada e 78 divisões, os alemães passaram pela Bélgica, venceram os franceses na fronteira e rumaram para Paris. O governo francês se mudou para Bordeaux e, na *Batalha do Marne*, o general Joffre conteve os alemães, que recuaram.

Guerra de posições (novembro de 1914 a março de 1918) — Os movimentos em massa deram poucos resultados. Cada centímetro que se avançava no mapa custava longa preparação e milhares de vidas. A frente se imobilizou por três anos. Protegidos por arame farpado, os exércitos se enterraram nas trincheiras. Nomeado comandante supremo, o general Pétain pôs fim às sangrentas tentativas de quebrar a linha defensiva dos alemães.

Ofensivas de 1918 — Vários elementos modificaram as condições de combate: o uso de tanques a partir de 1916, com o que se pôde ultrapassar as trincheiras; a maior eficiência dos aviões de caça, bombardeio e observação; e a chegada dos americanos, com 1 200 000 homens em 1917, sob o comando do general Pershing.

A entrada dos Estados Unidos beneficiou os aliados da Entente, mas a saída da Rússia favoreceu a Alemanha. Com a Revolução Russa de 1917, de caráter socialista, a Rússia assinou a paz com a Alemanha em *Brest-Litovsk*, em 3 de março de 1918.

Aliviado na frente oriental, o novo chefe do Estado-Maior, Hindemburgo, estabeleceu uma linha fortificada para defender a Alemanha. Com as forças vindas da frente russa, os alemães romperam a linha dos Alpes, ao norte da Itália, e invadiram Veneza. Iniciaram a Batalha da França, com quatro ataques. Aviões e canhões *Bertha* de longo alcance bombardearam Paris.

Sob o comando do general Foch, os aliados contra-atacaram e venceram os alemães de novo sobre o rio Marne, perto de Paris. As forças reunidas em torno dos alemães entraram em colapso. Na Macedônia, a Bulgária depôs as armas. Na Síria, os ingleses obrigaram os turcos a capitular. Os austríacos, vencidos pelos italianos, abandonaram a luta.

Restavam os alemães. Os generais comunicaram sua posição ao *kaiser* Guilherme: sobre ele, o imperador, devia recair a culpa pela derrota, não sobre o exército, que devia ter sua imagem preservada; eram favoráveis à mudança no regime de governo, à queda do Império. Guilherme II formou um *gabinete parlamentar* sob liderança do chanceler Max de Bade, para tratar da paz com o presidente Wilson, dos Estados Unidos. Mas uma greve em Berlim e um atentado contra o imperador o obrigaram a abdicar e refugiar-se na Holanda.

Em 9 de novembro de 1918, a República foi proclamada em Berlim. No dia 11, representado por um conselho social-democrata, o governo alemão assinou o armistício; aceitou todas as condições impostas pelos aliados.

4. A dimensão européia

Na frente oriental, os alemães receberam apoio da Bulgária e da Turquia, movidas por solidariedade política contra a Rússia. A Turquia, dependente da Alemanha, declarou guerra à Rússia depois que esta foi derrotada na batalha de Tannenberg, em outubro de 1914, e fechou os estreitos para a isolar no Mar Negro. Os aliados tentaram romper o bloqueio, sem sucesso. A Bulgária também declarou guerra à Rússia e à Sérvia, depois de receber promessas territoriais dos alemães. Sérvia, Polônia e Lituânia foram conquistadas pelas tropas alemãs.

A Itália, da Tríplice Aliança, declarou-se neutra. A Áustria se recusava a ceder-lhe as províncias fronteiriças de língua italiana: Tirol, Trentino, Ístria e Trieste. Em 1915, os italianos assinaram com os ingleses o *Tratado de Londres*, pelo qual receberiam as províncias e outras terras, em troca de declarar guerra à Áustria e à Alemanha.

A Romênia declarou guerra à Áustria em agosto de 1916, com a promessa de receber a Transilvânia. Na Grécia, a expedição francesa enviada

para socorrer a Sérvia depôs o Rei Constantino; e o ministro Venizelos declarou guerra à Alemanha em junho de 1917.

Os escandinavos, suíços, holandeses e espanhóis desfrutaram as vantagens de permanecer na neutralidade.

5. A economia e os mares

Os contendores sofreram bruscas mudanças em suas economias, pois precisaram mobilizar todos os recursos disponíveis; o esforço exigia a concentração de poderes, o que levou à passagem do liberalismo ao dirigismo. Este se manifestou em vários aspectos:

- no controle monetário, pois o papel-moeda tornou-se inconvertível em ouro e ampliaram-se as emissões, aumentando a inflação;
- no controle do comércio exterior, da distribuição de matéria-prima e da própria produção;
- no controle da distribuição, através do estabelecimento de regras de racionamento e da fixação de preços.

A busca de controle dos recursos mundiais impunha o domínio dos mares. Após a *Batalha da Jutlândia* (futura Dinamarca), em maio de 1916, entre ingleses e alemães, a marinha alemã ficou isolada em seus portos. A Inglaterra pôde então impedir os neutros de abastecer o inimigo e manteve os recursos mundiais à disposição de seus aliados.

Inicialmente, os alemães se contentavam com o que havia na Europa. A ocupação da Polônia e Romênia se traduzia em petróleo; da Ucrânia, trigo e carvão; de Baku, Turquia, mais petróleo. Procuraram romper o bloqueio com mais submarinos: tinham 30 em 1914 e 154 em 1916. Em fevereiro de 1915, declararam que torpedeariam todos os navios mercantes em águas inglesas. Meses depois afundaram o inglês *Lusitânia*, matando 1 200 pessoas, entre elas 118 americanos.

Os navios mercantes continuaram a transportar armas americanas para os aliados e os alemães, em fevereiro de 1917, declararam guerra submarina generalizada, com torpedeamento sem advertência por quase todo o Mar do Norte. Afundaram 874 000 toneladas dos britânicos, cerca de 15% de sua frota mercantil.

6. Entram os americanos

Mantendo a neutralidade, o presidente Wilson esperava que o esgotamento dos combatentes levasse a uma mediação americana. Enquanto isso, os americanos ocupavam os mercados abandonados pelos europeus na América Latina.

A neutralidade ficou difícil, pois os aliados passaram a comprar mais dos Estados Unidos, que se dispuseram a uma política de *solidariedade econômica*. Aos poucos, estabeleceu-se também a *solidariedade financeira*: depois de pagar suas importações em ouro e em títulos, França e Inglaterra obtiveram dos bancos americanos grandes empréstimos, que quase bateram nos 2 milhões de dólares em 1916. Claro que os americanos ficaram estreitamente ligados aos clientes e devedores.

A guerra submarina alemã provocou protestos dos Estados Unidos. Ela ameaçava frear as exportações americanas, provocando excesso de produtos no mercado interno; e os banqueiros temiam perder o dinheiro investido em caso de derrota aliada.

Dois incidentes levaram o Congresso americano a apoiar a proposta de Wilson em favor dos aliados: a revelação de uma oferta alemã ao México de aliança contra os Estados Unidos e o torpedeamento do navio americano *Vigilantia*.

Em 6 de abril de 1917, os Estados Unidos declararam guerra à Alemanha.

7. Saldo: perdas e lucros

A Grande Guerra deixou grande número de vítimas e beneficiários; e provocou um deslocamento mundial da relação de forças e da riqueza, em prejuízo da Europa.

O *balanço demográfico* registrou 8 milhões de mortos, dos quais:

- 1 800 000 alemães (3 em cada 100 habitantes);
- 1 700 000 russos;
- 1 400 000 franceses;
- 744 000 britânicos;
- 700 000 italianos.

Além das mortes, 20 milhões de inválidos, o que significou para a Europa um inválido em cada dez trabalhadores.

O *balanço econômico* demonstrou um custo de guerra orçado em 30% da riqueza nacional da França e 22% da inglesa. O potencial industrial da

Europa sofreu redução de 40% e o agrícola, de 30%. Os bens nacionais no estrangeiro foram em grande parte liquidados. Os 63% do mercado mundial que a Europa detinha em 1913 caíram para 52% em 1922.

O *balanço financeiro* revelou crescimento da dívida exterior e da circulação monetária, que passou na França de 5,7 bilhões de francos em 1913 para 38,2 bilhões em 1920. O déficit da balança de pagamentos desvalorizou a moeda. Em janeiro de 1922, a libra perdeu 27% em relação ao dólar; o franco, 63%; e o marco, 98%.

Os Estados Unidos perderam 115 000 soldados: um morto para cada mil habitantes. Gastaram 36 bilhões de dólares, 50 vezes o orçamento de 1913. Mas saíram como a primeira potência mundial. Os ganhos em números:

	1913	1919
Exportações (em US\$)	2,4 bilhões	7,7 bilhões
Produção de carvão (em t)	515 milhões	615 milhões
Produção de petróleo (em t)	33 milhões	47 milhões
Renda nacional (em US\$)	33 bilhões	68 bilhões
Estoque de ouro (em US\$)	1,8 bilhão	4,5 bilhões

Outros países saíram ganhando com a Grande Guerra. A quantidade de ouro dobrou na Suíça, triplicou na Suécia e quadruplicou na Espanha. Na Ásia, o grande beneficiado foi o Japão, que ocupou o lugar da Inglaterra nos mercados do Pacífico e duplicou sua produção de aço e tecidos de algodão.

Os países não-industrializados também ganharam, seja por fornecer alimentos e matérias-primas, seja pela possibilidade que tiveram de desenvolver sua própria indústria. Foi o caso do Canadá e o do Brasil, como vimos no capítulo sobre a República do café-com-leite. Depois da guerra, a influência americana cresceria entre nós; saiu a libra e entrou o dólar como moeda-base para nossas referências cambiais. O número de empresas americanas cresceria vertiginosamente, enquanto os alemães, é claro, saíam perdendo. O governo brasileiro começou por encampar suas

empresas. Só se salvaram aquelas que, antecipadamente, haviam se associado a importantes personagens da vida política brasileira.

Questões propostas

1. Por que um problema local como a crise balcânica acabou em guerra de proporções mundiais?
2. Com que estão relacionadas as causas profundas para a Grande Guerra? Quais foram as causas imediatas, o “estopim”?
3. Como começou a luta e como as potências foram entrando nela? Como ficaram compostos os dois blocos beligerantes?
4. Como se desenvolveu a guerra na frente ocidental?
5. Quando começou a desenhar-se a vitória dos aliados? O que os generais alemães expuseram ao kaiser Guilherme? Quem assinou a paz?
6. Resuma: as dimensões econômicas e navais do conflito.
7. Resuma: a participação dos americanos na Grande Guerra.
8. O que precipitou a entrada dos americanos na luta?
9. Quem foram os grandes beneficiados pela Grande Guerra? Explique.

Cenas da Grande Guerra



Guarnição de uma metralhadora, em 1914.



Morteiro em ação na batalha de Ypres, em 1917.



Trincheira com soldados ingleses.



Soldado se prepara para lançar granada. A máscara contra gases era necessária devido ao intenso uso de substâncias químicas nos campos de batalha.

Capítulo 84

A Grande Guerra: os tratados do pós-guerra

Os alemães se renderam à proposta de paz apresentada pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson. Os vencedores da Grande Guerra de 1914-1918 se reuniram em Paris para estabelecer as regras. Não se tratava de um acordo com a Alemanha: a Alemanha não estava presente.

O tratado imposto aos alemães mutilava os catorze pontos da proposta de Wilson. Criava áreas de atrito, como a reparação de guerra. Tratados à parte regulamentaram a paz com os aliados dos alemães. Em geral, os tratados procuravam enfraquecer a Alemanha e seus aliados. Para garantir uma paz duradoura, as potências criaram em 1919 a *Sociedade das Nações*, com sede em Genebra, Suíça.

1. Tentativas de paz

O esgotamento geral e as seqüelas próprias da guerra encorajaram tentativas de paz a partir de 1917. O imperador da Áustria, Carlos I, propôs acordo em separado aos franceses, oferecendo-lhes a situação anterior à guerra. Sabendo que a Itália não aceitaria tratado algum que desconsiderasse seus interesses territoriais, a França deixou morrer a idéia. Assim como repudiou a aproximação alemã tentada pelo barão Lancken, pois viu na entrada dos Estados Unidos a possibilidade de fim da guerra. O papa Bento XV fez outra proposta, desta vez recusada pelos alemães, que se negaram a deixar a Bélgica.

Os chefes alemães, Hindemburgo e Ludendorff, perceberam que os inimigos possuíam reservas inesgotáveis, pelos impérios coloniais e pelo apoio americano. Resolveram aceitar um armistício, para preservar da derrota um exército sem esperança de vencer, mas ainda organizado, bem armado e nutrido.

Em setembro de 1918, com a derrota búlgara, o fim ficou próximo. Para conquistar os aliados, os chefes alemães pretendiam mudar o regime de governo na Alemanha, que passaria a ser um império de tipo parlamentar. O chanceler Max de

Bade, ligado à família real, enviou nota ao presidente Wilson, dizendo que a paz poderia ser estabelecida nos catorze pontos propostos pelos americanos. Wilson era idealista. Seu programa proclamava o princípio de uma paz sem anexações nem indenizações — a exemplo da paz assinada pela Rússia. Desconhecedor dos problemas europeus, ele seria mais mediador que vencedor; faria exigências mais suaves à Alemanha. O programa que o presidente americano havia submetido ao Congresso em janeiro de 1918 propunha, entre outras coisas:

- diplomacia aberta, sem tratados secretos;
- liberdade nos mares;
- redução das barreiras aduaneiras;
- desarmamento;
- esforço para preservar os interesses das populações colonizadas;
- criação da Sociedade das Nações, para manter em funcionamento o sistema mundial e preservar a paz; era o que Wilson chamava de *diplomacia nova*, oposta à tradicional, cínica e imperialista, responsável pela guerra.

Wilson norteou os pontos referentes a remanejamentos territoriais pelo princípio da *autodeterminação dos povos*. Assim, a Rússia teria o direito de escolher livremente o tipo de governo que quisesse; Bélgica, Polônia, Sérvia e Romênia recuperariam a independência; a França teria de volta a Alsácia-Lorena; as fronteiras italianas seriam fixadas de acordo com a linha da nacionalidade; os povos que faziam parte da Áustria-Hungria receberiam sua liberdade; as fronteiras dos Estados balcânicos seriam revistas; o Império Turco deixaria de dominar povos não-turcos; a Polônia seria reconstituída, com acesso ao mar.

2. A Conferência de Paris

A *Conferência de Paz* reuniu em Paris representantes de 25 nações aliadas, beligerantes ou não, quatro domínios britânicos e os Estados Unidos. China e Sião (depois Tailândia) haviam declarado guerra no fim do conflito; estavam incluídos entre os aliados. Os vencidos não participaram. A exceção foi o *Tratado de Lausanne*, que os aliados firmaram com a Turquia em 1923.

A assembléia geral era uma formalidade. Quem tomava as decisões eram as cinco grandes potências: Estados Unidos, Inglaterra, França, Japão e

Itália. O Japão tinha pouco interesse na Europa ocidental; a Itália, vendo que não teria seus interesses atendidos, pela oposição americana à expansão territorial, retirou-se. Restaram apenas três Estados discutindo os tratados: Estados Unidos, representados por seu presidente Woodrow Wilson; Inglaterra, representada pelo primeiro-ministro David Lloyd George; e França, representada por Georges Clemenceau.

As dezesseis comissões auxiliares, formadas por especialistas, reuniram-se pelo menos cem vezes cada. A conferência, iniciada em 12 de janeiro de 1919, continuou com os suplentes até 1921. Wilson, para garantir a aplicação de seus princípios e a fundação da Sociedade das Nações, relaxou quanto às anexações territoriais. Esperava resolver tais problemas a longo prazo. As decisões representaram os interesses das três principais potências. Havia um contraste entre o idealismo de Wilson, as exigências nacionalistas e defensivas de Clemenceau e os objetivos pouco claros, por vezes oportunistas, de Lloyd George.

- A França toda queria de volta a Alsácia-Lorena. Os partidos de extrema-direita, o Estado-Maior e o presidente Poincaré, obcecados pela segurança, queriam desmembrar a Alemanha e anexar a margem esquerda do Reno. Clemenceau se contentava com a criação de uma República Renana autônoma, com a ocupação militar do Reno e indenizações.

- A Inglaterra pretendia conservar uma Alemanha forte, unificada, como forma de conter o comunismo e equilibrar o poderio francês; queria também apoderar-se da frota e das colônias alemãs.

- Os Estados Unidos não queriam o desmembramento da Alemanha nem indenizações de guerra; Wilson pretendia confiar a guarda das colônias alemãs à tutela da Liga das Nações.

Os alemães reagiram violentamente ao tratado. Os ingleses tentaram amenizar as condições; os franceses propuseram a imposição à força. Wilson ficou como árbitro e apoiou a França, por considerar os alemães responsáveis pela guerra. Os alemães aceitaram o tratado como um *diktat*, ou seja, uma imposição à força.

3. O Tratado de Versalhes

O espírito de desforra dos franceses os levou a assinar o tratado na Sala dos Espelhos de Versalhes, a sala em que haviam passado a humilhação de ver proclamado o Império Alemão meio século antes, quando também perderam a Alsácia-Lorena (veja o capítulo 71). Agora, a Alemanha perdia um sétimo de seu território e um décimo da população, suas colônias e seus exércitos.

Cláusulas territoriais — A França recuperou a Alsácia-Lorena; e obteve a concessão de explorar por 15 anos as minas de carvão do Sarre, para compensar a exploração alemã da Alsácia-Lorena. Findo o prazo, um plebiscito decidiria se o Sarre voltaria à Alemanha, ficaria com a França ou sob a administração da Sociedade das Nações.

A Bélgica anexou dois cantões, Eupen e Malmédy.

Após plebiscito, o norte do Schleswig foi anexado à Dinamarca; o sul permaneceu com a Alemanha.

Posen passou para a Polônia, que ganhou um corredor polonês de 60 quilômetros de largura até o mar, separando a Prússia oriental da Alemanha. A alemã Dantzig passou a ser cidade livre e território independente, administrada pela Sociedade.

Na Alta Silésia, de população alemã e polonesa, houve conflito. Os poloneses acusaram os alemães de trazer vagões de compatriotas de outras regiões para votar num plebiscito. Os franceses intervieram, e o território foi repartido.

A Sociedade consentiu em que a Lituânia anexasse Memel, na Prússia oriental.

Áustria e Alemanha ficaram proibidas de formar um único país.

Wilson, apoiado por Lloyd George, se opôs à pretensão francesa de tropas aliadas ocuparem a região do Reno indefinidamente. Estados Unidos e Inglaterra se comprometeram, em contrapartida, a ajudar a França em caso de invasão alemã. O Senado americano não aprovou o tratado, a Inglaterra lavou as mãos e a França ficou sem garantias.

Sob o manto da Sociedade das Nações, os vencedores receberam as colônias alemãs: o Sudeste africano, Tanganica, partes dos Camarões e do Togo para a Inglaterra; para a França, o resto dos Camarões e do Togo, mais a restituição da parte do Congo cedida à Alemanha em 1911; o

resto do Sudeste africano para a União Sul Africana; Ruanda-Urundi, para a Bélgica. As ilhas do Pacífico ficaram para Austrália, Nova Zelândia e Japão, que recebeu Kiau-Tchéu em definitivo.

Cláusulas militares — A Alemanha seria desarmada; o exército, reduzido a 100 000 homens, recrutados voluntariamente. Não teria marinha de guerra, artilharia pesada, tanques nem aviões. Uma comissão fiscalizadora impediria a fabricação de material militar. A frota passaria aos aliados, mas a tripulação a afundou antes disso.

A margem esquerda do Reno seria ocupada e evacuada pelas tropas francesas a cada cinco anos; uma faixa de 50 quilômetros seria desmilitarizada na margem direita.

Cláusulas financeiras — A Alemanha, considerada responsável pela guerra, devia pagar reparações, que custariam desde a destruição de bens nacionais e privados até o pagamento de pensões a aposentados mutilados, viúvas e órfãos. Total: 132 bilhões de marcos-ouro (moedas que podiam ser trocadas por ouro). O primeiro pagamento venceria em 1º de maio de 1921. Os vencedores repartiriam tais reparações assim:

- França, 52%;
- Inglaterra, 22%;
- Itália, 10%;
- Bélgica, 8%;
- outros aliados, 8%.

Wilson não conseguiu impor seus pontos de vista. Aquela paz, que transferia os despojos dos vencidos para os vencedores, não era a paz de seus sonhos. Ele a considerava uma paz precária. O tempo mostraria que Wilson tinha razão.

4. Tratados complementares

Com as outras potências perdedoras, os aliados assinaram tratados complementares entre 1919 e 1920.

Áustria — Pelo Tratado de Saint-Germain, ela reconhecia a independência de Hungria, Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia. Trieste, sul do Tirol, Trentino e Península da Ístria passariam à Itália. A Áustria se tornou um pequeno Estado com um terço da população concentrada na capital, Viena.

Bulgária — Perdeu territórios anexados du-

rante a I Guerra Balcânica, segundo o Tratado de Neuilly. A Dobrudja ficou com a Romênia, a Macedônia ocidental com a Iugoslávia e a Trácia ocidental com a Grécia.

Hungria — Pelo Tratado de Trianon, perdeu a Eslováquia, passada para a recém-criada Tchecoslováquia. A Croácia passou para a Iugoslávia; a Transilvânia, para a Romênia.

Turquia — O Tratado de Sèvres estipulou que a Armênia seria independente e que a maior parte da Turquia européia passaria à Grécia. Os franceses controlariam a Síria; os ingleses, a Mesopotâmia e a Palestina.

Rebelião liderada por Mustafá Kemal pôs fim ao Império e proclamou a República; os turcos reconquistaram a Armênia e a porção dada à Grécia, o que obrigou a uma revisão do Tratado de Sèvres, em Lausanne (1923). Pelo novo tratado, a Turquia conservou os territórios reconquistados.

5. A Sociedade das Nações

O difícil era preservar a sonhada paz. O que poderia evitar o revanchismo de uma Alemanha toda mutilada? Ela ainda conservava 62 milhões de habitantes e uma concentração econômica poderosa no Rhur. Com o fim do Império Austro-Húngaro, a Alemanha era candidata a ocupar o vazio de poder na Europa central.

Com base nas propostas de Wilson, a *Sociedade das Nações* foi fundada em 28 de abril de 1919. A organização baseava-se em: Assembléia Geral, com assento para todos os Estados-membros; Conselho com treze membros, cinco deles permanentes (França, Estados Unidos, Inglaterra, Japão e Itália), que deveria reunir-se três vezes ao ano; Corte Internacional de Justiça com sede em Haia, Holanda; Escritório Internacional do Trabalho com sede em Genebra, Suíça. Havia um Secretário-Geral, com funções administrativas.

Tinha ação limitada. O Conselho serviria de árbitro nas questões internacionais. Em caso de fracasso, a Assembléia Geral poderia votar sanções contra a nação culpada (a decisão deveria ser unânime). As sanções seriam morais (admoestação), econômicas (bloqueio, embargo comercial) ou militares (intervenção).

Apesar de trazer esperanças, a Sociedade das Nações deu resultado nulo, pois não tinha forças militares para impor suas decisões. Os

Estados Unidos não confirmaram o Tratado de Versalhes. As potências que dominavam a Sociedade perpetuaram as desigualdades, em vez de corrigi-las.

Questões propostas

1. A que proposta os alemães se renderam para pôr fim à Grande Guerra? Por que os chefes alemães decidiram aceitar o armistício?
2. Todos os membros da Conferência de Paz de Paris participaram das decisões tomadas? Comente.
3. Quais os principais pontos da proposta de Wilson? Mas o que ele pretendia em essência?
4. Cite as principais mudanças no mapa europeu do pós-guerra.
5. Como se configurou a Sociedade das Nações? Ela funcionou?



Diversas pessoas tentam ver os representantes dos países envolvidos na Primeira Guerra Mundial, reunidos no Salão dos Espelhos do palácio de Versalhes, Paris, em 28 de junho de 1919. Daí surgiria o Tratado de Versalhes, com cláusulas humilhantes para a Alemanha. Destinado a garantir a paz, esse tratado continha, na verdade, as sementes da próxima guerra.

Capítulo 85

O período entreguerras: a Revolução Russa

A Revolução Russa de 1917 foi um dos acontecimentos mais importantes do século XX, se não o mais importante. Resultou da desagregação do regime czarista e da ação da oposição organizada, mas explodiu sob forma de revolta espontânea e imprevisível das massas exasperadas pela guerra e pela miséria.

A Grande Guerra ainda não havia chegado ao fim quando o Partido Bolchevista tomou o poder na Rússia e implantou, pela primeira vez na História, um regime socialista. Tal fato mudou radicalmente o rumo dos acontecimentos e definiu um novo perfil para o período que viria a seguir: o período entre guerras.

1. O velho regime russo

O czar (ou tzar) exercia poder absoluto. Na Rússia, vigorava a *autocracia czarista*. No imenso país de 22 milhões de quilômetros quadrados, viviam 170 milhões de habitantes, 85% deles no campo. A nobreza possuía quase metade das terras aráveis.

O arranque da industrialização a partir de 1890 havia feito crescer o número de proletários, concentrados em São Petersburgo, Odessa e Moscou. O capital estrangeiro representava mais da metade do total investido no parque produtivo e esgotava os poucos recursos do país. A massa proletária fermentava sua oposição ao regime czarista, sustentado pelas camadas privilegiadas da nobreza, burguesia industrial e mercantil, e pelas armas da guarda especial.

No campo reinava forte tensão social, apesar de reformas tentadas por Alexandre II, como a abolição da servidão em 1861. Os camponeses receberam terras insuficientes; as dívidas aumentavam por causa da baixa produtividade, resultante de técnicas atrasadas. Os impostos pesavam. O ambiente era portanto adequado à fermentação de idéias revolucionárias.

Os *narodniks* (populistas) pregavam no meio rural, sem êxito, pela fidelidade dos camponeses à

Igreja Ortodoxa, que apoiava a autocracia. Os *niilistas* (anarquistas) tiveram mais sucesso ao apelar para o anticzarismo e chamar atenção para as injustiças sociais. O movimento cresceu com o surgimento de sociedades secretas, como *Terra e Liberdade* e *Vontade do Povo*, que espalhavam panfletos, organizavam grupos de choque, sabotagens e atentados. Os processos contra os niilistas, que acabavam em pena de morte ou desterro, radicalizaram as posições.

Em 1881, Alexandre II foi assassinado.

Dois anos depois, surgiu em Genebra o primeiro grupo social-democrata, o *Emancipação do Trabalho*, organizado por Plekhanov, que tomou posição contra o terrorismo. Ele introduziria na Rússia as idéias de Marx e Engels. O regime czarista sistematizava a repressão. A *Ochrana*, polícia política, controlava o ensino secundário, as universidades, a imprensa e os tribunais. Capitalistas e latifundiários mantinham o domínio sobre os trabalhadores urbanos e rurais.

Com Nicolau II (1894-1917), a crise se agravou. Ele insistiu num governo centralizado, considerado de origem divina. Eclodiram revoltas na Finlândia, Polônia, Ucrânia e região do Báltico contra a *russificação*. As revoltas camponesas atingiram ponto crítico.

A polícia desarticulou o Partido Social-Democrata Russo, fundado em 1898, que voltou a organizar-se no exterior, de onde Vladimir Ilitch Ulianov, dito *Lênin*, difundia suas idéias nas páginas do jornal *Iskra*. Ligado a um grupo marxista clandestino, Lênin aprofundou seus estudos durante o desterro na Sibéria (1893-1900) e o exílio em Londres, Munique e Genebra (1900-1905).

O Partido Social-Democrata defendia a tese marxista de que a Rússia, país atrasado, precisava passar por uma revolução democrático-burguesa que desenvolvesse o capitalismo e criasse as condições para uma revolução do proletariado. O II Congresso do Partido, realizado em Bruxelas e Londres, discutiu a tese. Surgiram as tendências *bolchevique* (de *bolchenstvo*, maioria) e *menchevique* (de *menschenstvo*, minoria). Tinham posições bem opostas:

- os mencheviques achavam que se devia esperar o desenvolvimento do capitalismo para então começar a revolução, conduzida pela burguesia e apoiada pelos operários e camponeses;

- os bolcheviques, liderados por Lênin, defendiam a revolução imediata, com a implantação de

uma *ditadura do proletariado*, conduzida por um partido operário-camponês.

O bolchevique Lev Davidovitch Bronstein, dito *Trotsky*, afirmava que só uma revolução socialista tiraria a Rússia do atraso, tarefa que a burguesia não seria capaz de realizar.

De outro lado, havia o Partido Constitucional Democrata, dos *cadetes*, que representava a burguesia liberal; sua meta era a implantação de uma monarquia constitucional. A inesperada derrota na Guerra Russo-Japonesa em 1905, motivada pelo choque de interesses em relação à China, revelou as deficiências do Estado russo e pôs em marcha o processo revolucionário.

Os partidos mais organizados iniciaram manifestações, que os *cossacos* reprimiam duramente. Em São Petersburgo, o exército abriu fogo contra manifestantes que pretendiam entrevistar-se com o czar. Foi o *Domíngio Sangrento*, em 22 de janeiro de 1905, 9 de janeiro no calendário russo da época. A revolta se espalhou. Os marinheiros do encouraçado *Potemkin*, ancorado em Odessa, e a guarnição de Kronstadt se amotinaram.

Em Londres, os bolcheviques tomaram a decisão de aderir à revolução democrático-burguesa, para depois imprimir-lhe rumos socialistas com apoio das massas camponesas. Cresceu a pressão das greves e contestações; surgiram os conselhos de operários, os *soviets*.

O czar manobrou para ganhar tempo e permitiu a convocação de eleições para a *Duma* legislativa (Parlamento). Até 1917, a Rússia viveria um falso constitucionalismo. Reformas agrárias realizadas entre 1906 e 1910 tinham por objetivo criar uma classe média camponesa, os *kulaks*, que apoiasse o czar. A destruição das comunidades camponesas, porém, favoreceu os *kulaks* e criou um enorme proletariado rural que engrossou as fileiras dos socialistas.

O assassinato do ministro Stolypin em 1911 aguçou a repressão.

O governo se via impotente diante do crescimento da oposição. Na corte, um místico que se autodenominava "enviado de Deus", chamado *Rasputin*, exercia enorme influência sobre o czar e a czarina.

2. A revolução burguesa

Os efeitos da Grande Guerra desmascararam a

falsa ordem constitucional, revelando a crise da estrutura imperial: inflação corroendo salários; empresas nacionais falindo e cedendo lugar ao capital estrangeiro. A mobilização de 13 milhões de homens para os combates agravou o problema, ao retirá-los da mão-de-obra produtiva e obrigar a população a um esforço extra para vesti-los, equipá-los e alimentá-los.

O movimento grevista crescia desde 1912. Em 1916, havia 200 000 trabalhadores parados. O exército havia sofrido 3 milhões de baixas. Os soldados desertavam e engrossavam as fileiras da oposição.

No começo de 1917, a burguesia liberal, apoiada pela esquerda moderada, pressionava o governo, provocando manifestações de rua; uma greve geral parou São Petersburgo, então capital do país. Nicolau II não se preocupou, pois a guarnição militar da capital era poderosa. No dia 8 de março, o mau tempo parou os transportes novamente; a falta de carvão interrompeu o trabalho nas fábricas. As greves se generalizaram a seguir.

Os gritos "por pão e abaixo a guerra" se transformaram em "abaixo a autocracia". A polícia não conseguiu deter o movimento. Mobilizado, o exército se recusou a marchar contra o povo. No dia seguinte, 13 de março (ou 27 de fevereiro pelo calendário russo de então), sem apoio militar, o poder imperial desapareceu, o czar abdicou.

Constituíram-se dois poderes paralelos: a *Duma*, em que um Comitê Provisório, composto em sua maioria por cadetes, pretendia consolidar a monarquia constitucional; e os *Soviets*, conselhos de operários, soldados e camponeses, pró-república socialista.

O Comitê da Duma se transformou em Governo Provisório, presidido pelo príncipe Lvov, com o professor Milioukov no Ministério das Relações Exteriores e, na Justiça, Alexander Kerenski, líder do Partido Social-Revolucionário. Eles consideravam fundamental manter a Rússia no sistema mundial de alianças, o que significava continuar a guerra contra a Alemanha. Kerenski preparou uma ofensiva contra a Áustria, aliada alemã. Uma anistia geral permitiu a volta de líderes bolcheviques exilados.

O país, esgotado, não tinha condições de guerrear. A burguesia, além de não contar com o apoio da massa, não tinha condições de estimular a produção, nem de conter a carestia e as deserções. Por toda parte, os soviets, compostos por uma

maioria de mencheviques e socialistas-revolucionários, exerciam o poder de fato: distribuíam terras aos camponeses e condenavam a guerra.

Lênin passou a expor seu programa, as *Teses de Abril*: todo poder aos soviets; massificação da propaganda bolchevique; nacionalização dos bancos; controle das fábricas pelos operários; terra para os camponeses; paz.

O Governo Provisório tratou de reprimir novas manifestações e perseguir os bolcheviques, que já contavam 200 000 partidários em julho e haviam conquistado o apoio dos marinheiros do porto de Kronstadt.

O fracasso da ofensiva contra a Áustria deu oportunidade a uma manifestação em 17 de julho em Petrogrado (novo nome de São Petersburgo, que depois da morte de Lênin se chamaria Leningrado e, oito décadas mais tarde, voltaria a ter o nome primitivo). O chefe de governo, príncipe Lvov, caiu; subiu Kerenski. Perseguido, Lênin se refugiou na Finlândia. Trotski, presidente do soviete de Petrogrado, criou uma milícia popular, a *Guarda Vermelha*.

3. Outubro de 1917

Kerenski equilibrou-se no poder com apoio dos mencheviques, que acreditavam numa revolução gradual, mediante reformas.

Em setembro, tropas fiéis ao antigo regime, sob comando do general Kornilov, marcharam sobre Petrogrado. Kerenski pediu ajuda aos operários e até aos bolcheviques, o que mostrava sua fragilidade. E Lênin voltou ao país.

Trotski ia preparando a revolução socialista conforme os planos de Lênin: infiltrou bolcheviques nos soviets, para garantir maioria no Segundo Congresso Pan-Russo, dos Soviets, em novembro; recrutou os guardas vermelhos entre operários bolcheviques; assumiu o controle da guarnição militar de Petrogrado, instituindo um Comitê Militar Revolucionário.

Kerenski perdia terreno ao insistir na guerra, negar-se a distribuir terras e adiar as eleições para a futura Assembléia Constituinte. Lênin preparou o povo para uma revolução armada. Na noite de 6 de novembro (24 de outubro para os russos), os bolcheviques ocuparam pontos estratégicos de Petrogrado. O encouraçado *Aurora* bombardeou o Palácio de Inverno, sede do governo. Abandonado

pelas tropas, Kerenski fugiu. No dia seguinte, reuniu-se o Congresso Pan-Russo dos Soviets, com 390 bolcheviques entre seus 650 membros. Conforme a pregação de Lênin, foi dado *todo poder aos soviets* representantes dos trabalhadores urbanos e rurais e dos soldados. Eles designaram um *Conselho dos Comissários do Povo*, formado por bolcheviques, presidido por Lênin. Trotski ocupou o Comissariado das Relações Exteriores; Stálin, o das Nacionalidades.

O partido dos bolcheviques estava no poder mas só tinha 250 000 membros. Tratou de realizar logo mudanças estruturais. Vários decretos se sucederam: suprimiram a grande propriedade rural; atribuíram a gestão das terras aos comitês de camponeses; estatizaram as fábricas, que passaram ao controle dos operários; assinaram a paz com os alemães em Brest-Litovsk, para consolidar a revolução internamente.

As eleições para a Assembléia Constituinte, realizadas em dezembro de 1917, deram aos bolcheviques apenas 9 milhões dos 36 milhões de votos. Em janeiro de 1918, o Conselho dos Comissários do Povo, apoiado pelos guardas vermelhos, dissolveu a Assembléia.

4. A defesa da revolução

Lênin foi o artífice da Revolução Russa de 1917. Deixou textos em que expôs suas idéias. Em *Que Fazer* (1902), definiu a doutrina de um novo tipo de partido, que deveria promover a consciência de classe e dirigir o proletariado, baseado no princípio do centralismo democrático. Às vésperas da revolução (1915), escreveu *O Imperialismo, Estado Supremo do Capitalismo*. Demonstrava ali que a concorrência entre Estados capitalistas conduzia à expansão externa, à política imperialista, que conduzia à guerra, criando condições para a revolução e a implantação do socialismo. Em *Estado e Revolução* (1917), defendia que o poder deveria ser tomado pelo povo armado, impedindo a reação burguesa na transição do capitalismo ao socialismo e acelerando a passagem a uma sociedade sem classes — o *comunismo*.

O poder de Lênin se apoiava nos soviets, no Exército Vermelho, na polícia política, a *Tcheka*, e no Partido Bolchevique, transformado em Partido Comunista em 1918.

O novo regime enfrentou três anos de guerras

contra os *russo-brancos* (por oposição aos *russo-vermelhos*). Os inimigos eram adeptos do antigo regime, apoiados por países europeus temerosos de que o socialismo se espalhasse.

Comandadas por generais russos contra-revolucionários, tropas francesas desembarcaram em Odessa, tomaram a Criméia e o leste da Ucrânia; ingleses marchavam rumo a Petrogrado; japoneses, americanos e tchecoslovacos ocuparam a Sibéria; tropas francesas, alemãs e polonesas ocuparam o oeste da Ucrânia.

Os revolucionários executaram a família real em julho de 1918.

Os contra-revolucionários enfrentavam uma tarefa difícil. As potências invasoras desconfiavam umas das outras quanto aos interesses imperialistas de cada uma. Os camponeses russos atacaram os estrangeiros com medo de perder a terra em caso de vitória dos brancos. Trotski, comissário para a guerra, havia organizado o Exército Vermelho com mais de 3 milhões de homens. Em 1919, reuniu o *Komintern* (Terceira Internacional Comunista), com a finalidade de levar a revolução à casa dos inimigos. Em fevereiro de 1920, os invasores tinham deixado o país, menos os japoneses, que ainda ocupavam províncias marítimas da Sibéria.

Em perigo, Lênin tomou medidas radicais contra os interesses dos moderados e dos grandes proprietários de terras e fábricas. Foi a fase do *comunismo de guerra*. Um desastre para a economia: caiu a produção, pois os trabalhadores não estavam acostumados a gerir; veio a inflação; o comércio parou. O bloqueio capitalista agravava as dificuldades. As medidas econômicas tornaram-se drásticas. Indústrias de cinco a dez operários foram estatizadas; os camponeses deviam entregar as colheitas ao governo, salvo a parte destinada ao autoconsumo. A Tcheka, polícia política, quebrou a resistência dos camponeses que escondiam a colheita. A produção industrial de 1920 equivalia a 18% da produção de 1913; e a agrícola, a 30%. A fome sobreveio em 1921. Os marinheiros de Kronstadt se amotinaram e foram massacrados.

5. NEP: Nova Política Econômica

A revolução havia triunfado, mas restavam problemas: a má vontade da antiga classe dominante; a incompreensão dos camponeses, que não

queriam repartir a produção com o Estado; o desânimo dos trabalhadores e soldados diante das dificuldades. Lênin iniciou então, em março de 1921, a Nova Política Econômica (NEP). Continha traços do capitalismo; no Ocidente, pensou-se que a Rússia voltava atrás. Tratava-se de uma tática de Lênin: "*Um passo atrás, dois à frente*".

Ele dirigiu os investimentos para os setores fundamentais da economia (energia e matérias-primas básicas) organizou comerciantes e agricultores em cooperativas e suprimiu as requisições estatais sobre a produção agrícola. A NEP privatizou as empresas com menos de vinte trabalhadores, hierarquizou os salários e agrupou as fábricas estatais em trustes, com a obrigação de investir os lucros. Atraiu técnicos e capitais estrangeiros e retomou as relações econômicas com Inglaterra (1921) e Alemanha (1922).

A NEP foi um sucesso. Fez crescer a produção agrícola e industrial impulsionou o comércio. Os preços agrícolas caíram, enquanto o Estado mantinha altos os preços industriais, para aumentar a capacidade de investimento na indústria. Os camponeses tinham de reservar uma parte da colheita para comprar manufaturados. Alguns grupos se beneficiaram, o que contrariava o caráter socialista do Estado. Os kulaks enriqueceram, e também os negociantes, os *nepmen*.

Em 1924, já era evidente o sentido passageiro da NEP.

6. A União Soviética

Em janeiro de 1924, foi ratificada a Constituição do novo regime. As potências européias passaram a reconhecê-lo a partir do acordo celebrado com a Inglaterra em 1921. Impunha-se a regularização das instituições.

Províncias que se haviam separado durante a revolução se reintegraram. Em 1922, esses Estados, reunidos à Rússia soviética, haviam formado a *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*, a URSS.

A Constituição de 1924 ampliou a de 1918. Os soviets seriam a base do poder político: cada um escolheria certo número de representantes, que se reuniriam anualmente no Congresso dos Sovietes da União. Esse congresso possuía o poder supremo em tese, mas era composto por representantes numerosos demais para exercer o governo com

eficiência; por isso delegava o poder a um Comitê Central Executivo formado por duas Câmaras, a princípio com poder legislativo. Na verdade, o poder pertencia ao Conselho dos Comissários do Povo e ao *Presidium*, órgão permanente do Comitê Central do Partido Comunista.

O povo passou a integrar-se na política por meio dos sindicatos e do Partido Comunista, ambos de importância na educação política dos trabalhadores. Uma minoria ativa compunha o Partido: apenas 2% da população em 1927. Tinha organização semelhante à dos soviets: um congresso, um comitê central e um diretório político.

Morto Lênin em 1924, dois líderes passam a disputar o poder: Trotski, segundo homem da Revolução de Outubro, marxista intransigente, adepto da *revolução permanente*, isto é, da idéia de que a revolução mundial resultaria das revoluções em diferentes países e de que a Rússia deveria exportar a revolução para a Europa; e Josef Stálin, secretário-geral do Partido Comunista depois de 1922, defensor da tese da *revolução num só país* — a Rússia, no caso, onde ela deveria se consolidar; assegurada a independência russa pelo desenvolvimento da indústria pesada, a longo prazo o Exército Vermelho se tornaria insuperável, instrumento invencível para socializar o mundo.

A burocratização do Partido Comunista deu a Stálin o controle da máquina do poder. Com apoio dos presidentes dos soviets de Leningrado (Zinoviev) e de Moscou (Kamenev), ele obrigou Trotski a demitir-se do cargo de comissário da Guerra e a exilar-se na Turquia. Em 1940, vivendo no México, Trotski seria assassinado com um golpe de picador de gelo.

Em 1929, Stálin exercia o poder supremo na União Soviética. Entre 1935 e 1939, realizou expurgos, afastando aqueles que não seguiam suas diretrizes, inclusive ex-companheiros de Lênin.

As idéias de Stálin completaram o *marxismo-leninismo* com uma nova dimensão, o *stalinismo*. Ele articulou a teoria da edificação do socialismo num só país e defendeu a tese da revolução conduzida do alto, graças à iniciativa do Estado, com apoio da base proletária. Em *História do*

Partido Comunista na União Soviética (1938), apresentou uma simplificação do marxismo-leninismo. De origem camponesa, exaltou o patriotismo russo, segundo a idéia de que era preciso proteger a pátria-mãe socialista. Justificou ideologicamente o nacionalismo e defendeu com intransigência a supremacia da indústria pesada sobre a de bens de consumo.

Questões propostas

1. Resuma as condições políticas e sociais na Rússia antes da Revolução de 1917.
2. Como se dividiram em 1903 os sociais-democratas russos de orientação marxista?
3. Como estava representada a burguesia durante o processo que levou à revolução? O que pregava?
4. Que acontecimentos em 1905 podem ser citados como detonadores do processo que levou à Revolução de Outubro de 1917? Que foi o Domingo Sangrento?
5. Por que o czar abdicou?
6. Resuma o Governo Provisório, até a tomada do poder por Lênin.
7. Quais as primeiras mudanças estruturais da Revolução Russa?
8. Em que se baseava o poder de Lênin?
9. O que foi a fase do comunismo de guerra? O que acarretou?
10. O que foi a NEP?
11. Como se chamou o novo país e quando começou a ser reconhecido internacionalmente?
12. Qual o papel de Stálin?

Capítulo 86

O período entreguerras: o fascismo italiano e as ditaduras

O período entre guerras teve uma marca política: a tendência à radicalização. Regimes totalitários instalaram-se em vários países europeus. Na Itália, o *fascismo*; na Alemanha, o *nazismo*. As grandes exceções do período foram Estados Unidos, Inglaterra e França, onde dominaram democracias liberais.

As ditaduras fascistas representaram um fenómeno original. Seus adeptos repudiavam a luta de classes, o internacionalismo e o parlamentarismo liberal. Definiam-se como revolucionários; propunham uma solução nacional, autoritária e corporativa para problemas sócio-econômicos.

As frustrações decorrentes da Grande Guerra acentuaram o extremado nacionalismo dos fascistas. Seu anticomunismo intransigente colocava-os na dependência do grande capital: seu anticapitalismo não passava de fachada.

A crise da Itália no pós-guerra e a incapacidade do parlamentarismo e do liberalismo em conter o avanço comunista deu chance à ação dos fascistas, que tomaram o poder em 1922. Eles eliminaram a oposição e instalaram uma ditadura, um Estado totalitário, representado pela figura todo-poderosa do chefe, o *Duce*, que pretendia encarnar a vontade das massas, sustentado por um partido único.

Ditaduras fascistas formaram-se em outros países: Espanha, Portugal, Polónia, Iugoslávia. Cada regime tinha feições próprias, e o termo *fascista* aplica-se mal a regimes autoritários como os da Hungria, Romênia ou Turquia.

1. A Itália à direita

O nacionalismo ficou exaltado na Itália após a Grande Guerra, porque o país não havia conseguido obter possessões ambicionadas, como a Dalmácia, que permaneceu ligada à Iugoslávia. Havia perdido 700 000 pessoas; a região de Veneza estava devastada.

A situação piorou. Problemas como superpopulação e atraso econômico se agravaram. Emissão de moeda e empréstimos externos, para financiar os esforços militares e industriais, trouxeram o endividamento e a inflação. A crise abalou até os mais fortes. O desemprego atingiu níveis perigosos com a diminuição da emigração, controlada durante a guerra.

A crise social ganhava aspectos revolucionários. Depois de 1919, o número de greves cresceu e houve desordens, com pilhagens de lojas pelas massas esfomeadas. No ano seguinte, mais de 600 000 metalúrgicos do norte ocuparam fábricas e tentaram dirigi-las, mas falharam por falta de crédito bancário. Os camponeses se rebelavam por toda parte. Na Sicília e na planície do Rio Pó, invadiram terras desocupadas, como permitia uma lei de 1919. Eles também exigiam a divisão dos latifúndios. O milhão de grevistas de 1919 transformou-se em 2 milhões em 1920.

As forças políticas dominantes não conseguiam resolver a crise. A burguesia, apoiada por ex-combatentes e liderada pelo poeta Gabriele d'Annunzio, exigia renovação das classes dirigentes. Os católicos tinham força eleitoral; agiam no seio dos monarquistas e conservadores. Mas, em 1919, um padre siciliano fundou um partido popular recrutando seguidores entre camponeses e operários: Luigi Sturzo. Ele exigia reformas sociais.

Os *socialistas*, pouco numerosos antes de 1914, passaram a dominar a Confederação Geral dos Trabalhadores da Itália (CGLI), com mais de 2 milhões de filiados em 1920, e a Federação dos Trabalhadores da Terra.

Vitoriosos das eleições legislativas de 1919, os católicos populares e socialistas não conseguiram realizar as reformas necessárias.

O exemplo da Revolução Russa, a agitação da Alemanha e o alastramento da crise na Itália assustaram a burguesia liberal e conservadora. Ela se apoiou num grupo político reduzido, mas bem organizado e disposto a acabar com a ameaça revolucionária pela força: os *fascistas*. O Partido Fascista se converteria em porta-voz e aglutinador dos grupos heterogêneos de direita, que se opunham ao movimento democrático burguês, ao mesmo tempo que ofereciam garantias contra o *perigo bolchevista*.

2. Mussolini e o Partido

Benito Mussolini (1883-1945) nasceu na Romagna. O pai, ferreiro, era socialista. Crescendo em ambientes anarquistas e socialistas, Benito entrou para o Partido Socialista. Entre 1912 e 1914, redator do jornal *Avanti*, defendeu a neutralidade e o pacifismo. Então mudou de opinião: fundou o *Popolo d'Italia*, sustentado pela embaixada francesa, e passou a defender a entrada do país na guerra ao lado dos Aliados. O Partido Socialista o expulsou. Alistou-se no exército e foi gravemente ferido. Voltou a dirigir seu jornal em 1919; defendia o direito de trabalho para ex-combatentes e a necessidade de profundas reformas, realizadas por um regime ditatorial.

Em Milão, em março de 1919, Mussolini fundou o primeiro grupo do futuro Partido Fascista Italiano. Os seguidores tinham tendências variadas: nacionalistas extremados, anarco-sindicalistas e, sobretudo, ex-combatentes desocupados, apoiados e financiados por industriais. Foram fragorosamente derrotados nas eleições, as mesmas que deram vitória aos populares e socialistas. Mussolini então reorganizou o partido em moldes militares, com milícias e grupos civis armados, rigidamente disciplinados. Essas formações paramilitares eram formadas pelos *esquadristas*, vestidos em camisas negras, como símbolo de luto pela Itália, cegamente obedientes ao Duce.

Fascistas no poder

A anarquia reinante na Itália facilitou a chegada do fascismo ao poder. A partir de 1920, os camisas-negras passaram a organizar expedições punitivas contra sedes de organizações de esquerda ou até de sindicatos. Destruíram tudo, matavam líderes ou os obrigavam a tomar maciças doses de óleo de rícino. As autoridades, temerosas, faziam vista grossa. A ação arrasadora partiu de Trieste, na planície do Pó, e se estendeu a toda a Itália a partir de 1921.

A divisão da esquerda impediu uma reação comum. Proprietários rurais, comerciantes e industriais davam cada vez maior apoio aos fascistas. O Partido Fascista, fundado oficialmente em novembro de 1921, cresceu depressa, recrutando membros entre os milhares de desempregados. O

número de filiados passou de 200 000 em 1919 para 300 000 em 1921.

Em agosto de 1922, sindicatos anarquistas e socialistas convocaram greve geral para protestar contra os métodos fascistas. Mussolini ameaçou: se o governo não agisse, os fascistas “restabeleceriam a ordem”. Em outubro, eles deram uma demonstração de força ao obrigar a CGLI a cancelar uma greve geral. O caminho para o poder se escancarava.

No Congresso do Partido Fascista, realizado em Nápoles em 24 de outubro de 1922, Mussolini anunciou a *Marcha Sobre Roma* para o dia 26. Impotente, o rei Vítor Emanuel III convidou o Duce para formar um Ministério que desenvolvesse uma política interna liberal e uma externa nacionalista. Os camisas-negras desfilaram pelas ruas de Roma sem resistência alguma.

O governo manteve as aparências de monarquia parlamentarista, mas Mussolini detinha plenos poderes. Nas eleições de 1924, os fascistas tiveram 65% dos votos, usando métodos arbitrários, mas não impediram que os principais líderes rivais também chegassem ao Parlamento. Na primeira sessão parlamentar, o socialista Giacomo Matteotti denunciou as violências fascistas e sua influência sobre o resultado eleitoral, provocando consternação nacional. Matteotti foi assassinado em seguida; Mussolini assumiu a “responsabilidade histórica” pelo ato e anunciou a promulgação de leis excepcionais. O fascismo mostrava sua verdadeira face.

O poder era o Duce

Mussolini se definia como reacionário, anti-parlamentarista, antidemocrático, antiliberal e anti-socialista. A doutrina fascista tinha aspectos originais. Seus princípios básicos:

- Estado totalitário assentado sobre a força da massa, encarnada na mística do chefe;
- existência do indivíduo apenas como fração do Estado, em cuja grandeza devia encontrar sua própria exaltação;
- extinção da luta de classes sob o arbítrio do Estado, que promoveria a solidariedade entre patrões e empregados, visando a maior produtividade;
- busca da grandeza italiana, num constante apelo ao passado, com exaltação da importância da guerra na formação das pessoas;

● identificação entre Estado, chefe de Estado e Partido Fascista.

Com as leis de 1925, o Duce concentrou poderes de chefe de Estado. Após sofrer um atentado em 1926, fechou os jornais de oposição, dissolveu os demais partidos e perseguiu seus líderes. Restaurou a pena de morte e criou tribunais especiais, compostos por membros da milícia fascista. Os dirigentes oposicionistas, exilados em Paris, formaram uma frente antifascista. Um dos fundadores do Partido Comunista, Gramsci, foi processado e, mais tarde, preso.

O Duce exercia o poder e acumulava numerosas funções ministeriais. Escolhia todos os funcionários entre membros do Partido Fascista. A partir de 1928, o Grande Conselho Fascista designava os candidatos a deputado, submetidos a uma consulta à população. As formações paramilitares tornaram-se oficiais; seus 300 000 homens em 1925 chegaram a 750 000 em 1930. Em 1939, os fascistas suprimiram a Câmara dos Deputados, substituída por membros do Grande Conselho.

Entre 1927 e 1934, o regime condenou mais de 5 000 pessoas, algumas à pena de morte, outras à prisão perpétua. Milhares de pessoas foram deportadas. Essa tarefa ficou por conta da polícia política, a OVRA.

Para sustentar o regime, era fundamental mobilizar a juventude, para eliminar o espírito crítico e criar uma “alma nacional”. Os jovens deviam pertencer mais ao Estado que à família. Usavam uniforme e se dedicavam a exercícios militares, tendo por lema: *Crer, obedecer, combater*.

As realizações

Um acordo com o papa Pio XI resolveu a *Questão Romana*, pendente desde a unificação. O Tratado de Latrão, de 1929, deu ao papa soberania sobre a Cidade do Vaticano e indenização pela perda dos antigos Estados da Igreja; reconheceu o catolicismo como religião oficial; o casamento religioso tinha o mesmo valor do casamento civil; as escolas passariam a ensinar religião. Os católicos apoiaram Mussolini, mas ele manteve a interdição sobre o Partido Popular e sobre as editoras católicas.

Em 1927, para tentar resolver as questões trabalhistas, surgiu a *Carta do Trabalho*. Para cada profissão haveria dois sindicatos, um dos

patrões e outro dos empregados. Greves foram proibidas. O Estado passava a ser o juiz dos conflitos trabalhistas. Os sindicatos se transformaram, então, em elemento de cooperação entre classes. A legislação era avançada: garantia férias pagas, previdência social e formação profissional. Os sindicatos se encarregavam de diminuir o ímpeto revolucionário da classe operária, organizando formas de lazer fora do trabalho. A forma corporativa era mais uma fachada, que preservava a estrutura tradicional do capitalismo italiano.

O crescimento da população, estimulado pelo regime, ampliou os problemas econômicos. O governo tratou de edificar muitas obras públicas, como estradas, aquedutos, estações ferroviárias, sempre no estilo grandioso ao gosto do fascismo.

Em 1925, teve início um esforço para aumentar a produção de trigo, tornando o país auto-suficiente num produto que pesava bastante na balança comercial. Para isso contribuíram a recuperação de terras incultas e o combate à malária.

A industrialização teve impulso a partir de 1927, com a estabilização da lira, a moeda nacional. Cresceram os setores elétrico, naval e aeronáutico; o de automóveis, em 1938, passou a ser o sexto no mundo. Isto impulsionou também a siderurgia e a indústria mecânica. O arranque industrial agravou a divisão sócio-econômica entre o norte desenvolvido e o sul atrasado.

Com a crise mundial de 1929 (veja o capítulo 88), a economia italiana sofreu; bancos faliram e o desemprego aumentou. A alternativa seria uma guerra. Em 1935, o general Badoglio atacou a Etiópia, ao norte da África, e tomou a capital Adis-Abeba. Mas as sanções econômicas determinadas pela Sociedade das Nações fez a Itália recuar e buscar apoio alemão.

3. O autoritarismo se espalha

Os regimes autoritários e ditatoriais se espalharam no período entre guerras.

Turquia — Em 1923, o sultão foi eliminado. Mustafá Kemal, proclamador da República, instaurou uma ditadura disfarçada: reelegeu-se até 1938. Com idéias progressistas e nacionalistas, modernizou o país, eliminando as bases religiosas islâmicas e transformando-o em Estado laico, pró-ocidental. Eliminou até os nomes de origem mu-

çulmana; ele mesmo passou a chamar-se *Ataturk*: pai de todos os turcos.

Europa central e balcânica — O recuo dos russos e o deslocamento do Império Austro-Húngaro criou um vazio político. A maior parte dos países adotou regimes republicanos e parlamentares, mas permaneceram estruturas arcaicas. Regimes fortes se instalaram na Hungria, Polônia, Iugoslávia, Grécia, Bulgária, Lituânia, Estônia e Letônia. Na Romênia, a ditadura ameaçou instalar-se várias vezes. Na Áustria, Dollfuss instaurou em 1933 uma ditadura fascista. Só a Tchecoslováquia manteve um regime democrático e liberal, sob a direção de Masaryk.

Espanha — Em 1923, o general Primo de Rivera tomou o poder, substituindo o governo constitucional e reconhecendo o rei Afonso XIII. Rivera nada fez para resolver as questões sociais; foi um pálido imitador de Mussolini. Em 1936, uma Frente Popular de esquerda elegeu Manuel Azaña presidente. O governo radicalizou; iniciou uma reforma agrária e atacou a Igreja. Francisco Franco, representando setores mais conservadores, liderou um movimento militar de oposição ao governo e a sublevação, iniciada em 18 de julho no Marrocos Espanhol, difundiu-se por todo o país.

A Guerra Civil Espanhola, uma das mais violentas do século XX, deixou 1 milhão de mortos. Brigadas internacionais participaram, ao lado dos republicanos; Hitler e Mussolini apoiaram Franco, bombardeando até a população civil, como aconteceu em Guernica. A União Soviética deu pequeno apoio aos republicanos. Franco venceu em 1939 e instaurou o regime autoritário.

Portugal — Às voltas com a crise do pós-guerra nos setores financeiro e agrícola, o governo liberal não soube o que fazer e instigou os partidos de direita, estimulados pelos exemplos italiano e espanhol. Em 1926, o general Gomes da Costa deu um golpe, a que se seguiu uma fase instável, até que, em 1929, se instalou na presidência da República o general Carmona. Ele chamou para orientar a economia Oliveira Salazar, que rejeitava o liberalismo, o socialismo e a democracia; Salazar se apoiou no nacionalismo, no cristianismo, na unidade familiar e nas s. Seu regime tomou corpo em 1932 e consolidou-se em 1933.

Questões propostas

1. Que tendência se verificou em alguns países da Europa, no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial?
2. Quais os principais fatores que estiveram na base do surgimento do fascismo?
3. Que força se firmou no cenário político italiano?
4. Como surgiu, neste cenário, o movimento fascista?
5. Quem assumiu a liderança do partido fascista?
6. Quais os principais aspectos da doutrina fascista?
7. Em que outros países se estabeleceram governos totalitários?

Capítulo 87

O período entreguerras: as democracias liberais

Na Grande Guerra, os países democráticos venceram as monarquias, consideradas conservadoras e autoritárias. Os novos países (Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia) e os vencidos (Alemanha, Áustria) adotaram a República, com constituições liberais e democráticas. Mas a crise geral provocou a *crise da democracia* e propiciou o surgimento de regimes autoritários e totalitários.

Em 1939, às vésperas da II Guerra Mundial, apenas Estados Unidos, países escandinavos, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Suíça, França e Grã-Bretanha conservavam o regime democrático, assim mesmo quase todos enfrentando contestações e tentativas de substituí-lo pela ditadura. As democracias européias estavam mal armadas e cheias de problemas. A Grande Guerra tinha posto fim à hegemonia européia e projetado a supremacia americana. Nos Estados Unidos, a democracia liberal se consolidava, enquanto o país prosperava.

1. Grã-Bretanha

Desemprego crônico

A Grã-Bretanha tinha perdido 744 000 homens na Grande Guerra, 6% da população masculina. Em todo o Império Britânico, 950 000 mortos. A nação perdeu 32% de sua riqueza.

A indústria sofria a concorrência de outras potências surgidas durante a guerra e a retração do comércio europeu. Havia muito desemprego. Greves se sucediam, pressionando o governo a intervir na economia.

O *Partido Liberal*, que vinha liderando a vida política, cedeu lugar ao *Partido Trabalhista*, surgido em 1906. O primeiro gabinete trabalhista se formou em 1924, chefiado por Ramsay MacDonald, que dependia dos liberais para vencer os conservadores. Por isso, nenhuma reforma importante foi conseguida. Os ingleses apenas reconheceram o novo governo da União Soviética e prepararam a política de cooperação econômica com França e Alemanha (Tratado de Locarno).

Esse primeiro gabinete trabalhista durou apenas dez meses.

Os conservadores voltaram ao poder ainda em 1924 e, diante da aparente prosperidade do período, Stanley Baldwin tomou medidas superficiais. O padrão-ouro foi restaurado em 1925, isto é, o papel-moeda em circulação voltou a ter garantia em ouro no Banco da Inglaterra. Continuou alto o número de desempregados — nunca menos de 1 milhão. Os participantes da Grande Guerra tratavam de defender suas economias desvalorizando suas moedas, para tornar seus produtos mais baratos no comércio internacional: a situação da indústria inglesa piorava com isto.

O Império Britânico se dissolvia. Os Estados-membros se tornavam independentes. Na Irlanda, organizou-se o Estado Livre da Irlanda do Sul, como domínio britânico; o Ulster, protestante, continuou ligado à Inglaterra.

O trabalhista MacDonald voltou ao poder, ainda dependendo dos liberais, em 1929, ano da crise mundial iniciada com a quebra da Bolsa de Nova York. As exportações britânicas despencaram e o desemprego disparou: 3 milhões de pessoas sem trabalho.

Os preços dos produtos industriais baixaram; pesadas tarifas alfandegárias taxaram o comércio.

Os conservadores voltaram ao poder, de 1931 a 1945, embora aparentemente houvesse uma coligação de partidos.

A Conferência de Ottawa, em 1932, reuniu os países da Commonwealth. Eles decidiram dinamizar o comércio dentro da Comunidade Britânica, com a adoção de tarifas protecionistas. Deu resultado. A economia se recuperou, o desemprego voltou à cifra de 1 milhão de pessoas.

Não houve mudanças radicais na economia, portanto. Os conservadores, que voltaram ao governo em 1936, procuraram seguir equilibrando receita e despesa. Do ponto de vista social, os problemas econômicos geraram oposições ao sistema político vigente, mas a democracia liberal inglesa seguiu firme.

2. França

A Frente Popular

A França saiu da Grande Guerra arruinada: 10% do território, devastados; 30% da riqueza,

destruídos; 14% dos homens, mortos (1,4 milhão).

Confiando nas indenizações impostas aos alemães pelo Tratado de Versalhes, o governo financiou a reconstrução emitindo apólices. Em 1921, a inflação provocada pela emissão, somada ao custo da guerra, elevava o déficit do orçamento a 294 bilhões de francos — 32 bilhões em 1914.

A crise fez voltar ao poder Raymond Poincaré. O eleitorado o havia repudiado após uma desastrosa ocupação do Vale do Ruhr, na Alemanha, a fim de forçar o pagamento das indenizações. Poincaré combateu a inflação, aumentou os impostos e cortou despesas. O franco se recuperou. E, em 1929, a França pôde enfrentar a crise mundial, durante a qual o número de fascistas e comunistas aumentou. Em 1934, os fascistas tentaram um golpe. Os esquerdistas formaram a Frente Popular e ganharam as eleições, levando ao poder o primeiro-ministro socialista Léon Blum, em 4 de junho de 1936.

Blum favoreceu os trabalhadores com reformas de efeitos contraditórios, pois os capitalistas, prejudicados, não colaboraram com o governo e passaram a remeter recursos para o exterior. Em 1937, os níveis de produção da indústria caíram a níveis inferiores aos da crise de 1929. O governo não resistiu.

Apesar da reconstrução, os problemas fundamentais continuavam. Os efeitos morais e materiais da guerra não desapareceram. As lutas de classes se agravaram. A burguesia não aceitava reformas sociais e econômicas para tirar o país da crítica situação.

3. Estados Unidos

Crescimento e isolamento

A guerra enriqueceu os Estados Unidos, principais fornecedores de matérias-primas, manufaturas e alimentos aos aliados europeus. Mas havia problemas internos. Os capitalistas estavam insatisfeitos com os impostos sobre a indústria de guerra; o custo de vida descontentava a classe média e o grosso da população; o presidente Wilson sofria críticas.

Entre 1920 e 1921, a indústria paralisou por causa de uma retração das exportações, em conse-

quência da recuperação européia e da diminuição dos empréstimos norte-americanos à Europa, o que lhe diminuiu o poder de compra.

As eleições presidenciais de 1920 apresentavam duas tendências: os republicanos pregavam a *volta à normalidade*, ou seja, ao isolamento em relação à política européia; os democratas de Wilson percebiam que isto seria impossível, pelos interesses econômicos do país na Europa. O republicano Warren Harding venceu com maioria de 7 milhões de votos. Sua vitória estava ligada aos interesses dos grandes empresários. Por isso, ele se absteria de qualquer intervenção na economia.

O governo impôs restrições à imigração européia, para não concorrer com a mão-de-obra do país e para evitar a entrada de idéias comunistas. Conteve as greves. Os sindicatos patronais criaram uma polícia particular e corpos organizados de fura-greves.

Os republicanos se mantiveram no poder. Harding morreu em 1923 e o substituto, Calvin Coolidge, se reelegeu em 1924. Em 1928, o secretário de Estado Herbert Hoover se elegeu. Era um período de prosperidade.

Depois da guerra, as relações entre Estados Unidos e o resto do mundo mudaram bastante. Os europeus deviam-lhes 15 bilhões de dólares. A ligação se tornara indissolúvel, pois das importações do Velho Mundo dependia o progresso norte-americano.

A ameaça do Japão no Oriente levou os Estados Unidos a convocar em 1922 a Conferência de Washington, em que as ambições japonesas levaram um golpe. O poderio americano caminhava rumo ao Pacífico.

Na América Latina, os americanos abandonaram a *política do dólar* (empréstimos a governos leais); entrou em ação a *política de intervenção*, caracterizada na proposição de Roosevelt de 1904, segundo a qual os americanos arrogavam-se o direito de intervir onde quer que os interesses americanos fossem ameaçados.

Em relação à Europa, vigorava a política republicana ao gosto da opinião pública; os Estados Unidos apenas enviavam observadores às conferências européias. O problema desta relação estava no plano econômico. Depois de 1921, o governo americano não concedeu mais empréstimos à Europa, mas o capital privado continuou a fluir para lá, com estímulo oficial.

O Departamento de Estado desaconselhou o empréstimo a países que não houvessem pago dívidas anteriores.

Em 1923, a crise monetária da Alemanha punha em perigo os investimentos, e o Departamento de Estado sugeriu aos investidores privados que ajudassem a Comissão de Reparação Alemã. Por esse motivo, foram organizados o *Plano Dawes* (1924) e o *Plano Young* (1929). Os dois marcam a volta dos Estados Unidos às questões europeias, mas apenas no âmbito da economia.

Questões propostas

1. Do ponto de vista político, o que houve com os regimes após a Grande Guerra?
2. Como se comportaram as grandes democracias liberais? Resuma: a Grã-Bretanha.
3. Resuma: a França.
4. Resuma: os Estados Unidos.

Cenas da prosperidade americana



Construindo um arranha-céu em Nova York.



Passando o dia na praia, nas proximidades de Boston.

Capítulo 88

O período entreguerras: o crack de 1929 e o New Deal

No fim da Grande Guerra, os Estados Unidos assumiram a hegemonia econômica mundial; passaram de devedores a credores no mercado internacional, pois fizeram grandes empréstimos a outros países, vencedores ou vencidos. Ajudaram a reconstruir a Europa, ao mesmo tempo que exportavam bastante para os europeus. E atingiram alto grau de desenvolvimento, pois souberam combinar a vazão de excedentes da produção com a vazão de capitais ociosos.

O crescimento trouxe euforia social, o que dificultava a visão crítica dos perigos da elevada taxa de crescimento. O resultado foi o *crack*: a quebra. A crise, iniciada em 1929, alastrou-se pelo mundo, por causa da interdependência entre a economia americana e muitos outros países, sobretudo quem recebia empréstimos dos Estados Unidos.

Dentro do país, as repercussões foram tão intensas que exigiram profundas mudanças. O capitalismo liberal entrou em crise e o governo assumiu importante papel na organização da vida econômica, inaugurando uma fase dirigista. O Partido Republicano perdeu as eleições para os democratas, que elegeram presidente Franklin Roosevelt. A ele coube restaurar a economia do país, com o Novo Plano: *New Deal*.

1. A grande prosperidade

O perfil dominante no pós-guerra se definia por violentas flutuações de conjuntura, acompanhadas por variações na taxa de crescimento econômico. Claro que a União Soviética era uma exceção, pois se desenvolveu fora da economia mundial global, pelas características peculiares de seu regime.

A instabilidade monetária causava insegurança nas transações comerciais e arruinava a poupança. As alterações no capitalismo liberal, atingido em sua credibilidade, e a progressiva

intervenção do Estado levavam ao dirigismo e, no limite, à planificação.

Podemos dividir o pós-guerra em três movimentos gerais:

1919-1924/28 — Os europeus liquidam os vestígios da guerra e voltam ao normal, ou seja, às condições vigentes em 1914.

1924/28-1933 — Surto de prosperidade, que traz em seu bojo as sementes da crise detonada em 1929.

1931/33-1939 — Os governos se empenham no esforço coletivo para superar a crise e desenvolvem práticas intervencionistas jamais usadas.

O consumo explodia, alimentado por diversas razões:

- aumento real de salários, resultante dos ganhos de produtividade ou da tentativa, por parte dos empresários, de dinamizar o mercado, como fez Henry Ford;
- eliminação do espírito de poupança, gerada pela crise monetária;
- ampliação dos seguros sociais, que estimulavam o gasto em bens de consumo e serviços;
- ampliação do crédito para o consumo, responsável por 15% das vendas no mercado em geral e por 60% no mercado de automóveis;
- baixa de preços agrícolas, igualmente permitindo o deslocamento do poder aquisitivo para o consumo de produtos industriais e serviços;
- atuação crescente da publicidade, que criava novas necessidades para os consumidores.

O exemplo da moderna civilização ocidental passou a ser o modo de vida americano: o *american way of life*. Altos edifícios, automóveis, residências em série, aparelhos domésticos. As diferenças sociais diminuía: o crédito permitia a todos comprar carro ou casa. Rádio, cinema e a indústrias do lazer se desenvolveram.

A produção americana crescia depressa graças ao progresso técnico, decorrente do uso mais racional da mão-de-obra, e graças ao processo de concentração industrial, que aumentava a capacidade das empresas pelo uso mais racional de seus recursos. Investimentos maciços também ampliavam a produção, permitindo a redução de preços. Igualmente cresciam os investimentos no exte-

rior: 17 bilhões de dólares em 1929, no Canadá, na Europa e na América Latina.

Em 1929, os Estados Unidos concentravam 44,8% da produção industrial do mundo. As sociedades financeiras constituídas para a formação de conglomerados, as *holdings*, se expandiram: a General Motors produzia 35% dos automóveis; a United States Steel, 32% do aço; a Kodak, 75% dos produtos fotográficos. Apenas 200 *holdings* controlavam 38% do capital das empresas americanas.

Ao mesmo tempo, desenvolveram-se acordos internacionais que permitiram o surgimento das *multinacionais*.

Em alguns setores, o crescimento foi espantoso. A produção industrial quase dobrou entre 1921 e 1929 (cresceu 90%). Em 1928, os Estados Unidos produziram 600 000 automóveis, três de cada quatro fabricados em todo o mundo, o equivalente a metade de seu PNB (Produto Nacional Bruto).

Enquanto os preços agrícolas caíam no período, os preços industriais se mantinham; o poder aquisitivo dos consumidores americanos subiu 35%.

2. Razões imediatas

A crise de 1929 foi provocada, sobretudo, pela insistência americana em manter o mesmo ritmo de produção do período da guerra, quando abastecia os contendores de gêneros, manufaturas e combustível. Findo o conflito, os europeus recomçaram a produção. As exportações caíram e o mercado americano ficou abarrotado. A solução seria reduzir a produção em certos setores, o que provocaria crise econômica e social; a curto prazo, indústria, agricultura e mineração teriam de diminuir o movimento de seus negócios, com baixa nos lucros e aumento de desemprego.

O governo, essencialmente liberal, não poderia pensar em intervir na produção. Nem os empresários, preocupados com interesses imediatos, concordariam com tal solução. Ninguém pressentia o perigo que se aproximava. Todos confiavam que o progresso e a estabilidade do país absorveriam qualquer crise.

Para enfrentar a crise de superprodução, usou-se um esquema: capitais excedentes foram emprestados a outros países, para que pudessem comprar dos Estados Unidos. Esses países com-

pravam máquinas e acessórios, para reequipar suas indústrias. Outra parte foi investida nos Estados Unidos, sob forma de crédito de consumo, para estimular o mercado interno. O excedente agrícola foi armazenado, para evitar uma baixa demasiada nos preços dos produtos. Muitos fazendeiros tiveram de hipotecar propriedades para pagar o custo da armazenagem. Os estoques se acumularam.

O poder de compra dos agricultores baixou. O dos assalariados não aumentou mais que 18% entre 1920 e 1929.

Os ganhos de produtividade, porém, tinham aumentado os lucros dos capitalistas, permitindo ampliar em 60% a capacidade produtiva nacional. Esta prosperidade havia atraído os investimentos vindos das mais variadas camadas sociais. O americano se habituou a comprar ações mediante a tomada de empréstimos bancários, para revendê-las com lucro. Uma verdadeira especulação. O valor das ações das empresas subiu de 27 bilhões de dólares em 1925 para 87 bilhões em 1929. Era artificial: nada justificava que o valor real das empresas tivesse sido multiplicado por 3,5 em quatro anos.

A estrutura bancária era formada por 24 000 estabelecimentos pequenos, que tomavam empréstimos do governo a curto prazo e a juros de 5% ao mês, repassando o dinheiro ao cliente a 12% e 15%. Eles contribuía para ampliar o processo especulativo.

3. Razões estruturais

A crise tinha raízes mais profundas. Elas penetravam na própria natureza do capitalismo monopolista americano, pois a distribuição da riqueza na sociedade era desequilibrada: salários e preços tendiam a ficar estáveis, aumentando o lucro das empresas pelo crescimento da produtividade.

Em 1929, 5% dos americanos concentravam 35% da riqueza. De 1919 a 1929, os mais ricos (1%) aumentaram sua participação no bolo em 15%.

Na indústria do aço, trabalhava-se doze horas por dia; em certas indústrias, sete dias por semana. Tais disparidades explicam por que, entre 1922 e 1929, o setor de bens de produção (indústria pesada) cresceu 70%; o de bens de consumo não-

duráveis (roupas, sapatos) cresceu 35% e o de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos e outros) cresceu 50%.

Nesse tipo de economia, a concentração de rendimentos conserva a potencialidade de investimento, mas o problema é que depois de certo tempo não há mais onde investir. A margem de lucro se reduz. O processo de acumulação fica estagnado. No capitalismo monopolista, os preços tendem a permanecer mais estáveis, dado o maior controle do mercado. Na crise, opta-se pela paralisação parcial do parque produtivo e dos equipamentos, o que gera desemprego; mas se conserva a margem de lucro, que se retrai ligeiramente apenas nos momentos mais agudos da crise. Os salários, porém, se reduzem acentuadamente na indústria, determinando contração do mercado e redução dos investimentos e das oportunidades de lucro, o que leva as empresas monopolistas a defender com mais força os seus domínios. Claro que o setor mais atingido pela diminuição dos investimentos é a indústria pesada.

4. A quinta-feira negra

Na segunda metade de 1929, vários fatores agravaram a situação econômica dos Estados Unidos, nos planos externo e interno.

Plano externo — Os capitais privados investidos no exterior, com garantia do próprio governo, foram retirados; o governo tinha decidido suspender as garantias, devido ao conturbado panorama europeu.

A conseqüência imediata foi a diminuição das exportações americanas. Para isto também contribuiu a volta da França e da Inglaterra ao comércio internacional.

Plano interno — A simples informação de que os estoques de cereais se acumulavam fazia baixar os preços. Os fazendeiros começaram a falir. As fazendas passaram aos bancos.

A produção industrial excedeu o consumo. As indústrias diminuíram o ritmo e geraram massas de desempregados. Formou-se o ciclo vicioso: quanto mais produtos sobravam, menos se produzia; quanto menos as fábricas trabalhavam, mais desempregados havia; mais desempregados, menos consumo. E a situação geral piorando.

A crise se refletia na *Bolsa de Valores de Nova York*, onde se negociavam as ações das grandes companhias. A maioria delas tinha capital aberto, ou seja, suas ações estavam nas mãos de muitas pessoas. A crítica situação dessas companhias fez baixar tanto o valor real como o valor especulativo das ações. Acionistas alarmados procuraram vender tudo, achando mais seguro ficar com dinheiro na mão. Acontece que havia muito mais gente querendo vender do que gente querendo comprar. O preço das ações despencou. Era o “efeito bola-de-neve”.

O dia 24 de outubro de 1929 foi a *quinta-feira negra*. A tendência à baixa atingiu proporções de catástrofe.

Tentando conter a crise e aproveitar-se do *crack*, um grupo de banqueiros comprou imensa quantidade desses papéis a preços baixíssimos, freando a vertiginosa baixa. No começo de 1930, eles tentaram vender as ações a preços vantajosos, em vão. O valor delas era nulo. Já não havia compradores.

As repercussões da crise se prolongaram até 1933. A quebra da Bolsa arruinou os especuladores, reteve as vendas a crédito e impossibilitou os que receberam financiamentos de pagar suas dívidas. Em três anos:

- faliram 4 000 bancos;
- os preços dos produtos industriais caíram 27% e 85 000 empresas faliram;
- o valor da produção nacional desceu à metade do nível anterior à crise;
- os preços agrícolas despencaram, os agricultores perderam suas terras hipotecadas aos bancos, a produção parou;
- os salários baixaram em 20%;
- o número de desempregados chegou a 14 milhões.

5. Repercussões mundiais

Só em 1929, os americanos haviam emprestado 7 bilhões e 400 milhões de dólares a vários países. A soma reverteu em importações de produtos americanos. Com a crise, os capitais foram repatriados; as importações dos países estrangeiros se reduziram a 32% do que tinham sido.

A elevação das tarifas alfandegárias nos Estados Unidos, a fim de garantir o mercado interno para sua indústria, colaborou para a queda das

importações de produtos americanos: sem vender para os Estados Unidos, os países estrangeiros não podiam aumentar suas compras.

As importações americanas, de 4 bilhões e 300 milhões de dólares em 1929, baixaram para 1 bilhão e 300 milhões em 1933.

Na Europa, a retirada brusca de capitais americanos provocou a imediata falência do banco austríaco Kreditanstalt e dos Rothschild, na França, que arrastaram consigo os alemães Danatbank e Dresdner Bank. Indústrias ligadas a esses bancos rodaram junto. A produção industrial alemã caiu em 39%. A percentagem correspondia à queda da produção mundial, enquanto o comércio internacional se reduziu em 25%.

Entre 1929 e 1933, o número de desempregados no mundo variou entre 25 e 30 milhões. Na Inglaterra, onde a exportação caiu 70%, havia 2,7 milhões de desempregados em 1931. A França, que havia recebido poucos investimentos estrangeiros, conseguiu equilibrar-se, mas a desvalorização da moeda inglesa afetou sua economia, pois tinha reservas monetárias em libras.

Os países novos sofreram rude golpe, pois os industrializados passaram a comprar menos matéria-prima e produtos alimentícios: de Cuba, açúcar; do Sudeste Asiático, borracha; da Austrália, lã.

No plano político, as consequências também foram sentidas por toda parte. O desemprego repercutia socialmente e manifestações contra os governos se sucediam. Movimentos políticos pregavam soluções radicais e encontravam apoio dos descontentes. Cresceram os partidos socialistas, que pregavam a propriedade coletiva dos bens de produção. Contra eles surgiram os partidos fascistas, antiliberais e antidemocráticos, defendendo governos autoritários para reprimir as agitações.

Em resumo, só um país escapou à crise: a União Soviética. O impacto sobre o Brasil, nós vamos analisar mais detidamente no capítulo 90.

6. A atitude americana

Quando a crise estourou, o republicano Hoover adotou atitude passiva, seguindo as regras clássicas do capitalismo liberal, pelas quais os próprios empresários devem fixar limites da produção, salários e preços. O governo havia tomado apenas medidas superficiais:

- elevação dos direitos alfandegários;
- redução da taxa de desconto bancário;
- criação de um centro de apoio às empresas em dificuldade e de outro para a compra de parte da produção agrícola.

Não faltava quem pensasse que a crise resultava de um longo período de prosperidade e que outro viria naturalmente, sem necessidade de intervenção do Estado. Mas os anos passaram. Viu-se então que os empresários e o governo republicano que os representava não seriam capazes de debelar a crise. Desempregados e falidos em geral passaram a exigir reformas mais profundas. Era preciso abandonar o *capitalismo liberal*, limitando o poder dos capitalistas e aumentando a renda dos consumidores, através do *dirigismo econômico* e da intervenção do Estado na economia de forma mais enérgica.

Essa conjugação de fatores destruiu a hegemonia republicana e abriu caminho para a eleição de um democrata, Franklin Delano Roosevelt. Hábil político, até os adversários o consideravam a *última chance* dos Estados Unidos. Os republicanos apresentaram Herbert Hoover à reeleição. Hoover recebeu 16 milhões de votos. Roosevelt, 23 milhões.

7. Um novo plano

O democrata Roosevelt formou uma equipe de assessores entre as pessoas mais capacitadas do país e de diferentes tendências políticas: liberais democratas, reformadores mais audaciosos influenciados pelas idéias do economista inglês J. M. Keynes. Eles elaboraram um plano com características novas, o *New Deal*.

Medidas financeiras — Para frear as falências bancárias, o governo autorizou o FRS (Federal Reserve System) a conceder aos bancos créditos ilimitados para desconto dos títulos neles depositados, esperando-se como decorrência uma alta da inflação. Em 1933, o país abandonou o lastro-ouro, que voltou em 1934, com uma desvalorização do dólar em 41%.

Para controlar o sistema de crédito, criou-se um órgão governamental que deveria fiscalizar os empréstimos federais a instituições públicas ou particulares, expandindo ou diminuindo o crédito no país segundo as necessidades. Os investidores

tiveram garantias totais. Criou-se um fundo para resguardar os depósitos populares nos bancos.

O governo criou um banco só para financiar as exportações, com a faculdade de conceder crédito a países estrangeiros. Aos fazendeiros endividados concedeu-se uma linha de crédito para que retomassem a atividade nas terras anteriormente hipotecadas. Também se concedeu empréstimo para levantar hipotecas sobre residências.

Combate ao desemprego — Em maio de 1933, o governo concedeu subsídios aos Estados para cobrir um seguro-desemprego. Os operários receberam aumento de salários, o que melhorou sua participação no mercado interno.

Fixaram-se salários mínimos e horários máximos das jornadas de trabalho. Aboliu-se o trabalho de crianças. Pela primeira vez, os Estados Unidos legalizaram os sindicatos, que ficaram encarregados de negociar contratos coletivos de trabalho.

Ampliou-se o sistema de previdência social, passando a ser responsabilidade do governo o bem-estar do trabalhador em caso de invalidez, velhice e desemprego (*Social Security Act*, 1935). Para financiar tais despesas, foram criadas taxas especiais sobre a bebida e sobre os rendimentos das empresas não distribuídos sob forma de dividendos.

Em novembro de 1933, o governo lançou um programa de grandes obras para absorver os desempregados: estradas, casas, sistemas de irrigação, barragens hidrelétricas.

Agricultura, indústria e comércio exterior

— Para elevar os preços agrícolas, os agricultores foram estimulados a abandonar 30% das áreas cultivadas, recebendo uma indenização do Estado. Ao mesmo tempo, buscou-se estabilizar os preços, para evitar as fortes flutuações que levavam ao aumento descontrolado da produção em setores onde já havia excedente — como produtos agrícolas, petróleo, carvão; tais preços foram fixados pelo governo. O Estado passou a controlar mais de perto os serviços de eletricidade; empresas que prestavam serviços caros pararam de funcionar e outras foram criadas.

A meta do New Deal era sobretudo organizar o mercado interno, mas o governo não negligenciou a busca de saídas externas para a produção. Países que concordaram com o critério de reciprocidade receberam abatimento de 50% nos direitos

de alfândega nos Estados Unidos.

Os resultados vieram logo:

- entre 1933 e 1937, o número de desempregados baixou de 14 milhões para 7,5 milhões;
- os preços subiram 31%;
- a produção industrial cresceu 64%;
- a renda nacional cresceu 70%;
- as exportações cresceram 30%;
- o número de filiados a sindicatos passou de 2 milhões para 10 milhões entre 1932 e 1941.

No plano político, ficaram garantidas as responsabilidades econômicas e sociais do governo federal, em prejuízo dos Estados ou empresas.

Do outro lado do Atlântico, porém, a crise, com todas as suas funestas consequências, fazia do Velho Continente não um campo para experimentos que levassem ao progresso com democracia, mas um barril de pólvora prestes a explodir novamente.

Questões propostas

1. Cite as principais características do desenvolvimento econômico no pós-guerra.
2. Que quadro econômico tínhamos nos Estados Unidos nos anos anteriores à crise detonada em 1929?
3. Qual foi a principal causa da crise de 1929? Por que o governo e os empresários americanos não adotaram a solução mais lógica para evitar a quebra geral? Que solução teria sido esta?
4. Resuma o esquema adotado para enfrentar a crise de superprodução.
5. Quais eram as raízes profundas da crise?
6. Que fatores, externos e internos, no segundo semestre de 1929, agravaram a situação americana até detonar a crise com a quebra da Bolsa de Nova York?
7. Que consequência política trouxe a crise para os Estados Unidos?
8. O que foi o New Deal? Comente.

Capítulo 89

O período entreguerras: o nazismo – da República de Weimar ao III Reich

A derrota na Grande Guerra e a queda do Império deixaram a Alemanha à beira da guerra civil. O governo social-democrata não poderia impedir a revolução bolchevique sem apelar ao exército. Setores políticos moderados dominaram a República, proclamada em Weimar. Apesar da recuperação econômico-financeira a partir de 1923, o futuro era incerto, diante da miséria, da pressão de militares e da agitação dos nacionalistas — entre os quais se destacava o *Partido Nacional-Socialista* de Adolf Hitler.

A crise mundial aguçou as tendências comunistas e as nacionalistas. Monarquistas conservadores e empresários se articularam. Pensavam usar Hitler em proveito próprio. Isto facilitou sua ascensão ao cargo de chanceler em 1933. Em seguida, Hitler impôs a ditadura. O regime ganhou logo apoio dos anticomunistas, antidemocráticos e antiliberais.

O nazismo ou nacional-socialismo introduzia nova concepção do mundo: racista e anti-semita, concebia os alemães como raça superior, que se expressaria num Estado totalitário, guiado por um chefe infalível. O regime se apoiava num partido único, usava grupos de assalto compostos por fanáticos e uma polícia implacável. O país se nazificou. O regime eliminou todos os inimigos, políticos, ideológicos ou raciais.

Praticando uma autarquia econômica, teoricamente anticapitalista, os nazistas conseguiram, em vigoroso esforço, recuperar o país e consolidar o novo sistema político.

1. A Alemanha de 1918

Desde a unificação em 1871, aristocratas prussianos passaram a constituir as classes dirigentes alemãs. Grandes proprietários, conservadores, protestantes, tinham se beneficiado com a alta de preços dos cereais no fim do século XIX.

Eram os *junkers*. A eles se somavam os grandes empresários, favorecidos especialmente pela política de conquista de novos mercados mundiais, desenvolvida por Guilherme II. A elite militar, adepta do pangermanismo, dependia de uma sólida base industrial. A economia de guerra havia estabelecido laços entre Estado e grande indústria.

Apesar das mortes e perdas territoriais da guerra, a população ainda era grande: 58 milhões de habitantes, 70% nas cidades. A massa trabalhadora urbana e camponesa representava mais de metade da população ativa. O socialismo ganhou rapidamente o proletariado urbano, integrado nos sindicatos ligados ao Partido Social-Democrata.

Em 1917, socialistas radicais se desligaram do conjunto, liderados por Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo. As idéias bolcheviques passaram a ecoar fortemente no seio do proletariado, sensível a teses revolucionárias.

2. O levante bolchevista

Proclamada a República em 9 de novembro de 1918, um comitê provisório de *comissários do povo*, do Partido Social-Democrata, tomou o poder sob a presidência de Friedrich Ebert. Seus esforços se voltavam para a manutenção da unidade do país e o desenvolvimento de uma legislação social avançada.

Sob o impacto da Revolução Russa, multiplicavam-se por toda parte os conselhos de trabalhadores, soldados e marinheiros. Tendências separatistas pipocavam pelo país. Os social-democratas no poder, moderados, haviam concedido o direito de voto e a jornada de trabalho de 8 horas e prometiam a socialização das empresas, mas não estavam dispostos a aplicar um programa socialista. Queriam uma república constitucional e liberal.

O apoio militar tornou-se indispensável para preservar a ordem. A reaproximação com o exército reavivou o mito de sua invencibilidade e da traição dos revolucionários; governo e exército estavam decididos a destruir os bolchevistas.

Em dezembro de 1918, Liebknecht e Rosa Luxemburgo lideraram um levante de socialistas bolchevistas, os *espartaquistas*. Eles tomaram Berlim, com ajuda de soldados e marinheiros amotinados. Com apoio de Hindenburg, que

liberou tropas vindas da frente de batalha, Ebert dominou a insurreição. Liebknecht e Rosa foram assassinados. Os militares então eliminaram focos bolchevistas em outras cidades.

3. A Constituição de Weimar

A crise social apressou a convocação de uma Assembléia Constituinte em janeiro de 1919, eleita por voto universal. A extrema esquerda perdeu posição, mas os sociais-democratas não conseguiram maioria. Eleito presidente, Ebert teve de fazer uma composição partidária para governar.

A Constituição criou uma República federalista, liberal, democrática, parlamentarista, com dezessete Estados. Por voto direto, os eleitores escolheriam um presidente a cada sete anos. Ele indicaria um chanceler para exercer o governo: aplicar as leis, submetê-las a aprovação popular, dissolver o Parlamento e adotar medidas excepcionais em caso de crise. O *Reichstag* (Assembléia) seria composto por deputados eleitos por voto universal; o *Reichsrat* (Assembléia do Reino), por representantes dos Estados.

As principais tendências políticas eram:

- *Partido Nacional*, dos grandes proprietários;
- *Partido Democrata e Partido Populista*, da grande burguesia capitalista;
- *Partido de Centro Católico*, dos pequenos proprietários do sul e oeste;
- *Partido Social-Democrata*, dos operários marxistas e sindicalizados.

4. Dificuldades e crises

As dificuldades econômicas ampliaram as tensões políticas. Na guerra, sem poder aumentar os impostos sobre os ganhos de capital, o governo equilibrava as finanças emitindo dinheiro. O marco se desvalorizou: um dólar comprava 4 marcos em 1914; 84 em 1920; 186 no início de 1922; em julho, 401; em janeiro de 1923, o dólar já comprava 7 260 marcos.

A indústria se beneficiou, pois as mercadorias ficaram mais baratas e competiam facilmente no mercado internacional. Para se protegerem, os grandes capitalistas se uniram em cartéis; acomodaram-se à situação, lucrando muito e fazendo

altos investimentos em equipamentos, máquinas e novas fábricas.

Em 1923 a situação se complicou. Os franceses ocuparam o Ruhr, região industrial, para garantir o pagamento de indenizações estipuladas no Tratado de Versalhes. As emissões cresceram desordenadamente. O dólar passou a valer 260 000 marcos em julho; 13 milhões em setembro; 4 bilhões e 200 milhões em novembro. A confusão instalou-se. O salário variava no curso do dia. Um carrinho de mão cheio de marcos comprava um maço de cigarros. Nas cervejarias, o freguês pedia vários copos de uma vez, pois na próxima rodada o preço poderia ter aumentado. Os camponeses se recusavam a aceitar papel-moeda, fazendo ressurgir o sistema de troca.

Eclodiram greves e insurreições. Um grupo do recentemente lançado Partido Nacional-Socialista, liderado por Hitler e apoiado pelo general Ludendorff, tentou um golpe fracassado em Munique. Pretendiam fazer uma revolução, acusando os capitalistas e os judeus de conspirar contra a República.

5. Uma fase estável

Entre 1924 e 1929, a República de Weimar passou por uma fase estável, graças a alguns fatores:

- *no plano político*, a habilidade do ministro das Relações Exteriores, Stresemann, que diminuiu as dívidas de guerra; a admissão dos alemães na Sociedade das Nações; a evacuação antecipada da Renânia (1930); a entrada de créditos americanos.
- *no plano econômico*, a habilidade de Schacht, criador do *rentenmark*, a nova moeda: 1 *rentenmark* = 4,2 dólares = 4,2 bilhões de marcos-papel. Recursos ingleses e americanos, com a garantia do patrimônio da indústria alemã, sustentaram a nova moeda.

A indústria se recuperou; os fracos faliram e deu-se um processo de concentração, com avanço tecnológico que abriu as portas do mercado internacional às empresas alemãs. Uma só empresa empregava 160 000 operários e detinha 25% da produção de carvão e 40% da de aço. Um só conglomerado detinha 80% da produção química.

Ao substituir Ebert, morto em 1925, o monarquista Hindenburg trouxe o apoio da aristocracia e do exército para a República. Ele pretendia uma

restauração imperial. Eleito com 15 milhões de votos contra 14 milhões do adversário, imprimiu sentido conservador ao governo. As radicalizações perderam força. Basta dizer que o partido de Hitler, que conseguira 2 milhões de votos em 1924, não chegou a 1 milhão em 1928.

6. 1929: agitação política

A crise de 1929 pegou a Alemanha em cheio. Sem os créditos americanos, não podia continuar pagando indenizações de guerra. Superindustrializada, não encontrava mercado para seus produtos nem podia pagar mais as matérias-primas. As grandes corporações continuaram firmes. Sofriam os pequenos e médios, que empregavam metade dos trabalhadores. O resultado foi o desemprego em massa: 1 milhão de pessoas em 1929; 3 milhões em 1930; mais de 6 milhões em 1931. A classe média ficou arruinada. Os agricultores deviam mais que o valor de suas terras e se organizavam para impedir a tomada delas pelos credores.

A crise deu força aos anti-semitas, que identificavam os judeus com o dinheiro, a usura e o capitalismo internacional. Foi um golpe fatal nos sentimentos republicanos, liberais e democráticos.

Os comunistas ganhavam cada vez mais votos e se dispunham a formar uma *frente vermelha* contra os fascistas. A extrema direita nacionalista estava dividida, mas subia o prestígio do Partido Nacional-Socialista.

6. Hitler e o nazismo

Adolf Hitler nasceu em 1888 em Braunau, Áustria, filho de um empregado de alfândega. Aos 21 anos, mudou-se para Viena e tentou sem sucesso entrar na Academia de Belas-Artes para estudar pintura e arquitetura.

Vivia de expedientes, como pintar cartões postais. Perambulava pelos bares, lia jornais e livros, pernoitava em asilos. Autodidata, assimilava mal as leituras. Desprezava judeus, marxistas e as massas, todos incapazes, segundo ele, do *sentimento nacional* — idéias apreendidas da pequena burguesia vienense.

Em 1913, com 25 anos, mudou-se para Munique. Lutou na Grande Guerra com bravura. Ferido

duas vezes, foi condecorado com a Cruz de Ferro. No hospital, remoía a derrota, que atribuía não à eficiência do inimigo, mas à traição de grupos políticos radicais dentro da própria Alemanha. Voltou a Munique e passou a trabalhar na sessão de imprensa e propaganda do Quarto Comando das Forças Armadas, a *Reichswerth*.

Em setembro de 1919, Hitler aderiu a um grupo pomposamente chamado de *Partido Trabalhista Alemão*, fundado por um mecânico ferroviário. Seu programa falava em bem-estar do povo, igualdade perante o Estado, anulação dos tratados de paz, exclusão dos judeus da comunidade.

Hitler pôs sua capacidade oratória a serviço do grupo e contribuiu para a mudança de nome para Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães — *Nazi* (abreviado do alemão *Nationalsozialist*). O símbolo era a bandeira vermelha com a cruz gamada. Possuíam um jornalzinho. O capitão Roehm incorporou uma organização paramilitar, as SA (Seções de Assalto), encarregadas de perturbar as reuniões dos adversários. O confuso programa denunciava judeus, marxistas e estrangeiros; prometia trabalho e a supressão das regras ditadas em Versalhes.

Em 1921, aos 33 anos de idade, Hitler tornou-se chefe do partido, que tinha apenas 3 000 filiados.

Depois de fracassar na tentativa de golpe em Munique (1923), Hitler foi condenado a cinco anos de prisão. Cumpriu oito meses, que aproveitou para escrever a primeira parte de seu livro *Mein Kampf* ("Minha Luta").

Inspirando-se no fascismo e no bolchevismo, reorganizou seu partido, dando-lhe mais eficiência e disciplina, dotando-o de estruturas administrativas e hierárquicas regionais, de um jornal e de formações paramilitares: além das SA, as SS, brigadas de segurança. Organizou a *juventude hitlerista* e atraiu sindicatos, associações de médicos, professores, juristas, funcionários e outros profissionais.

Fundamentos e ideologia

A ideologia nazista incorporou velhos princípios, com significado novo. Subsídios importantes foram fornecidos por escritores e pensadores: o *anti-semitismo*, de teorias racistas de Gobineau, Chamberlain e Wagner; o *panger-*

manismo, de Wagner; o *neopaganismo*, de Rosenberg; o *Estado forte* e a *regeneração nacional*, de Spengler; a idéia do *Terceiro Reich*, de Van der Bruck; o *nacionalismo exaltado*, de Jüger e Von Solomon. O programa do Partido Trabalhista (1920) e os textos de Hitler sintetizam sua proposta ideológica:

1. **racismo**, ponto fundamental do nazismo. O povo alemão pertenceria a uma raça ariana superior. Sua missão seria dominar o mundo sem se contaminar por raças ou elementos “inferiores”: franco-maçonaria, liberalismo, marxismo, Igreja Católica e os judeus, cujo espírito liberal e crítico os transformava no principal elemento de dissolução da “pureza da raça”.
2. **totalitarismo**, desdobramento do racismo. O indivíduo pertenceria ao Estado: seria um instrumento da comunidade racial. Assim, o Estado não poderia ser liberal nem parlamentar, pois não poderia dividir-se em função de interesses pessoais. Como o fascismo, o nazismo era antiparlamentar, antiliberal e antidemocrático. Da mesma forma, deveria ter um único chefe, o *Führer*. Ele simbolizaria a Alemanha e teria toda a responsabilidade das decisões, embora pudesse submetê-las a plebiscitos. Esses princípios podiam ser resumidos assim: um povo (*Volk*), um império (*Reich*) e um chefe (*Führer*).
3. **antimarxismo e anticapitalismo**, desdobramentos dos princípios fundamentais também. O marxismo era produto do pensamento judaico (Karl Marx), que propunha a luta de classes; o capitalismo seria danoso ao agravar as desigualdades e atentar contra a unidade do Estado. Hitler passou a distinguir o capital nacional, útil à comunidade, do capital internacional, impregnado de judaísmo.
4. **unipartidarismo**, decorrência do conjunto. Hitler pregava que a nova ordem seria atingida nos quadros de um Estado totalitário, fundado sobre o fanatismo nacional e o fervor racista; vanguarda seria o Partido Nacional-Socialista, partido único, hierarquizado e dirigido segundo o princípio da chefia absoluta. O chefe supremo era ele, que tinha como suplente Rudolf Hess,

substituído após 1941 por Martin Bormann. As forças paramilitares das *Waffen SS*, comandadas por Himmler, chegaram a ter 500 000 homens; eram tropas de elite, ligadas ao exército. Himmler assumiu o controle da polícia política, a *Gestapo*.

5. **nacionalismo reivindicativo**, para o nazismo, era preciso destruir as “humilhações” do Tratado de Versalhes e integrar as comunidades germânicas da Europa (Áustria, Sudetos, Dantzig). Em suma, conquistar para a Alemanha, na Polônia e na Ucrânia, um *espaço vital*, o que implicava ajustar contas primeiro com os franceses, aliados dos eslavos.

O partido único controlava toda a população, pela fiscalização das informações e da propaganda, conduzida por um ministro especialista nisso: Goebbels. Ele supervisionava imprensa, literatura, cinema, rádio — este, a grande arma na comunicação com as massas.

Tiveram grande importância o lazer dos jovens e dos trabalhadores e a educação da juventude nazista, uma elite fanatizada, obrigada a trabalhar a partir de 1935.

A tomada do poder

Com a crise de 1929, os nazistas passaram a fazer proclamações, gigantescas paradas e desfiles das SA e SS. Hitler surgia como o campeão da luta contra o bolchevismo. Empresas capitalistas passaram a dar-lhe apoio financeiro a partir de 1932. Reunindo descontentes de todo lado, especialmente na classe média e no campo, o partido saltou dos 400 000 membros em 1928 para 1,5 milhão em 1930; e dos 2,3% de votos para 18,3%. Fez 107 deputados, contra 77 comunistas.

Em 1932, Hindenburg encarregou o católico Brüning de combater o comunismo. A violência nazista o obrigou a dissolver as SA e as SS. A crise o obrigou também a tomar medidas socializantes: controle do mercado, socialização de bancos. O velho marechal Hindenburg foi reeleito com 19 milhões de votos, mas Hitler obteve 13 milhões.

Brüning projetou colonizar as grandes propriedades e os latifundiários pressionaram Hindenburg. O chanceler Von Papen dissolveu o Parlamento e convocou eleições. Os nazistas

tiveram 37,3% dos votos e fizeram 230 deputados, graças ao maciço apoio da burguesia, proletarizada pela crise. Hindenburg recusou-se a fazer de Hitler chanceler e, convocadas novas eleições, permaneceu a vantagem dos nazistas.

O novo chanceler, general Von Schleiter, queria quebrar a força de nazistas e comunistas organizando uma ditadura corporativa no modelo italiano; pretendia fazer reformas sociais com o apoio dos sindicatos. Mas o que conseguiu foi atrair a ira dos grandes capitalistas. Von Papen, ligado a eles, aproximou-se de Hitler; propôs a ele diminuir a agressão verbal contra os capitalistas. E Hitler foi nomeado chanceler em 30 de janeiro de 1933.

O empresariado e os conservadores monarquistas achavam que iam manobrá-lo. Os comunistas poderiam ter evitado a chegada de Hitler ao poder caso tivessem apoiado o centro, dando-lhe maioria no Parlamento. Mas também achavam que Hitler cairia logo.

Terror e ditadura

Em apenas 23 meses, numa sucessão de golpes de força, ilegalidades e assassinatos, Hitler implantaria sua ditadura pessoal. Com autorização de Hindenburg, dissolveu o Parlamento e encarregou Goering de preparar as novas eleições. Este chamou as SA e SS, sob o pretexto de que as tropas regulares eram insuficientes para garantir a ordem.

A campanha eleitoral foi um terror. Reuniões invadidas, jornais depredados, líderes rivais assassinados. Em 27 de fevereiro de 1933, os nazistas incendiaram o Parlamento e culpavam os comunistas, que foram presos junto com socialistas e liberais. Restabeleceu-se a pena de morte e suspenderam-se as garantias individuais e civis.

A alegada conspiração comunista fez com que os nazistas tivessem 44% dos votos; os 81 comunistas eleitos foram excluídos do Parlamento e os nazistas ficaram em maioria absoluta. Em 23 de março, Hitler obteve o voto de plenos poderes, com apoio dos católicos, que acreditavam numa concordata, como havia acontecido na Itália de Mussolini.

Hitler começou a aplicar o programa nazista. Suspendeu os partidos políticos, menos o nazista, extinguiu os sindicatos, diminuiu os privilégios

dos Estados em favor do poder central e tomou medidas anti-semitas.

A principal oposição surgiu dentro do próprio partido: Roehm, chefe das SA, aproximou-se do general Von Schleiter e planejou um golpe, com apoio de 3 milhões de homens de sua força paramilitar, constituída basicamente de desempregados. Em 30 de junho de 1934, centenas de oponentes foram massacrados, entre eles Schleiter; adeptos de Roehm foram metralhados de surpresa numa reunião. Foi a *Noite dos Longos Punhais*. Em toda a Alemanha, 3 000 assassinatos. Muitos outros foram juntar-se a comunistas e judeus nos campos de concentração, recém-abertos, como Dachau e Buchenwald. Os generais, que viam na SA uma perigosa concorrente, felicitaram Hitler.

O regime definiu as relações com a Igreja. Concordata assinada com o papa Pio XI impunha aos bispos o dever de prestar juramento ao chanceler. O papa protestou, não contra a ditadura, mas contra o paganismo nazista. A tentativa de unificar a Igreja Luterana em torno do dr. Müller, bispo do Reich, provocou a reação de mais de 500 pastores, remetidos imediatamente para os campos de concentração.

Hindenburg morreu no fim de 1934. Hitler acumulou as funções de chanceler e presidente. Todos os funcionários e oficiais das forças armadas deveriam prestar-lhe juramento pessoal de fidelidade.

O Reich do Führer

Chamou-se *III Reich* porque havia o *I Reich* (o Sacro Império Romano Germânico que Oton I fundou em 962 e durou até 1806); e o *II Reich*, nascido em 1871 sob Guilherme I, com a unificação alemã.

Hitler suprimiu o Estado federalista. Os Estados receberam chefes por ele indicados. Dissolveu a Assembléia do Reino. O país adotou a bandeira do Partido Nazista, com a suástica. Os membros do partido ocuparam todos os cargos da administração e a vida política reduziu-se a manifestações anuais do nazismo — os congressos realizados em Nuremberg. O Parlamento, todo nazista, reunia-se conforme a vontade de Hitler de ser aclamado.

Os judeus, duramente perseguidos, foram excluídos de administração, ensino, jornalismo, atividades artísticas e literárias. Passaram à condição

de súditos; perderam os direitos civis, o acesso a lugares públicos; casamento de “ariano” com judeu passou a ser punido como crime de *profanação racial*. A partir de 1938, a violência cresceu: espancamentos, destruição de sinagogas e casas, uso de sinais identificadores e proibição de deixar o país. Mesmo assim, Einstein, Thomas Mann e muitos outros conseguiram fugir.

Milhares de obras foram excluídas dos museus ou destruídas, como *arte degenerada*: abstracionismo, impressionismo, cubismo.

O Estado intervinha moderadamente na economia. Procurava controlar o mundo do trabalho e orientar a produção sem alterar basicamente a estrutura capitalista. Integrou as atividades de modo a harmonizar a produção. O Estado fixava a jornada de trabalho, os salários e os lucros, mas também velava pela formação profissional e pelo lazer. Suprimiu as liberdades sindicais e o direito de greve.

No campo, o Estado nacional-socialista criou o *Erbhof*, domínio familiar de menos de 125 acres (menos de 21 alqueires), inalienável, indivisível e transmissível a um só herdeiro.

Realizou-se uma frente de trabalhadores, operários e camponeses e uma frente de patrões, em estilo corporativo, tudo supervisionado pelo Führer. As grandes empresas foram protegidas; impôs-se a formação de cartéis e acelerou-se a concentração industrial.

O novo Reich buscou o desenvolvimento com base em planos quadrienais. No Primeiro Plano, iniciado em 1933, realizaram-se obras públicas para absorver desempregados: aeroportos, estradas, ferrovias, tudo com finalidade estratégica. O desemprego desapareceu em 1937. Mas o grande trunfo estava no desenvolvimento secreto da indústria bélica, que provocou a retomada industrial.

A falta de recursos monetários levou Schacht, ministro da Economia de 1934 a 1937, a obrigar o pagamento de importações com produtos da indústria alemã. Isto correspondia às necessidades dos países da Europa central, exportadores de produtos primários.

O Segundo Plano quadrienal, a partir de 1936, agora sob a direção do marechal Goering, tinha por finalidade libertar a Alemanha de matérias-primas importadas. Retomou-se a exploração de minérios, avançou-se na pesquisa têxtil e na produção de borracha, carburantes e petróleo.

Em 1939, a indústria alemã é a segunda do

mundo. Mas faltam minérios para a siderurgia. A agricultura fornece 75% do que o país precisa. A indústria bélica exige mais e mais matéria-prima. A indústria de bens de consumo ficou prejudicada, tal como o comércio exterior, reduzido à metade.

Havia limites para essa *autarquia* — essa auto-suficiência econômica. A acumulação de estoques levaria necessariamente à tese expansionista, à busca do *espaço vital*, sobretudo na Europa central. Essa necessidade vinha a calhar para a propaganda nazista em torno da questão nacional.

O mundo ainda se refazia da I Guerra Mundial e já marchava para outra. Mas antes de mergulhar nesse novo conflito, vamos ver como o Brasil passou pelo turbulento período entreguerras.

Questões propostas

1. Como se compunham as forças políticas e sociais no início da República de Weimar?
2. Como foi o primeiro levante armado contra a República?
3. Que tipo de Estado criou a Constituição da República de Weimar?
4. Que impacto causou à Alemanha a crise de 1929?
5. Resuma: quem era Hitler? Como construiu seu partido?
6. Resuma: a ideologia nazista.
7. Hitler chegou ao poder pela força? Comente a diferença das motivações que levaram conservadores e comunistas a facilitar a chegada dele ao poder.
8. Resuma a escalada de violência utilizada pelo nazismo para impor-se no poder.
9. Como o nazismo organizou as atividades econômicas na cidade e no campo? As metas eram buscadas por quais meios? Comente e detalhe.

Capítulo 90

O período entreguerras: as dificuldades brasileiras e a Revolução de 1930

Terminada a I Guerra Mundial, em 1918, o Brasil se viu inserido num mundo bastante mudado. No Ocidente, os Estados Unidos passavam à liderança como nação mais poderosa. No Oriente, a Revolução Russa tentava edificar a primeira sociedade socialista da História. O mundo passaria a depender das relações entre as duas novas grandes potências.

No Brasil, passou-se a exigir a adaptação aos novos tempos. Parcelas da população até então excluídas começaram a pressionar para influir nos destinos do país. Intensificaram-se os movimentos operários, em geral reprimidos à força. A burguesia urbana, nascida com a industrialização, e setores jovens das forças armadas passaram a combater a situação vigente, configurada no coronelismo e na política do café-com-leite. Pregavam uma revolução. Junte-se a isto o agravamento da crise econômica em fins da década de 1920 e teremos pronto o cenário para as várias revoltas do período, que culminaria com a queda de um presidente e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930.

1. O crack e o café

A crise da década de 1920 atingiu a economia brasileira em seus dois pilares básicos, a indústria e o café. O principal sustentáculo dessa economia era o café; e Minas Gerais e São Paulo, os maiores produtores, detinham o poder político. Seria, logicamente, o governo federal o maior interessado numa política de valorização do café. Essa política, iniciada no Convênio de Taubaté em 1906, baseava-se na retenção de estoques e no financiamento para a produção, o que exigia constantes emissões de moeda e empréstimos do exterior, sobrecarregando a economia nacional.

Em 1926, o Brasil sozinho produzia 3 de cada 5 sacas do café que o mundo bebia. Por isso podia

regular o mercado e controlar os preços, vendendo mais, ou menos. Mas não tinha condições de reter estoques por muito tempo; também dependia do mercado externo. Daí a crise. O número de sacas empilhadas passou de 7,3 milhões em 1927 para 27,5 milhões em 1930.

Já em 1924, tentando ajudar as oligarquias cafejeiras, o governo havia financiado até 50% das safras retidas. As manobras especulativas costumavam beneficiar os banqueiros e demais interesses internacionais, que controlavam compra e venda. Os altos preços estimulavam a produção e a superprodução, que trazia o acúmulo de estoques, o que dava uma aparência de prosperidade da lavoura mas escondia o progressivo endividamento e a dependência externa.

Com o crack da Bolsa de Nova York em 1929, veio a derrocada:

- os Estados Unidos diminuíram as importações, e o preço do café caiu em mais de 30%;
- o crédito externo foi suspenso;
- as dívidas tiveram de ser liquidadas.

O governo queimou milhões de sacas, na inútil tentativa de manter os preços. Era a ruína mundial, e brasileira. Nas vésperas da quebra de 1929, o café representava 72,5% das exportações nacionais. A crise se refletia nas indústrias afins, como as de sacos de anagem e fazendas produtoras de gêneros de primeira necessidade.

Entre 1920 e 1929, a indústria passou por transformações: as grandes se reforçaram e as pequenas desapareceram, o que caracterizou um processo de concentração. Com a revalorização da moeda (1925-26), manufaturados estrangeiros invadiram nosso mercado, trazendo problemas à indústria nacional. Mais sólidas eram as subsidiárias de grandes empresas estrangeiras, aqui instaladas havia algum tempo, não só para escapar a tarifas alfandegárias como para aproveitar a mão-de-obra mais barata.

2. Instabilidade política

Três presidentes enfrentaram revoltas militares e civis na década de 1920. Um deles, Washington Luís, não terminou o mandato. A instabilidade política marcou aqueles anos.

Eleito com apoio das oligarquias sulistas, o paraibano Epitácio da Silva Pessoa (1919/1922) deu atenção ao Nordeste, onde construiu 205 açudes, 220 poços e 500 quilômetros de ferrovias.

Mas continuaram os problemas, como aqueles provocados pelas secas. Os últimos meses de seu governo foram agitados, com a eleição do sucessor Artur Bernardes, contra a oposição de setores militares e civis.

O governo de Artur da Silva Bernardes (1922/1926) transcorreu todo sob estado de sítio, em meio a agitações e revoltas, que o levaram a afirmar no fim do mandato:

“Como presidente da República, eu fui apenas um chefe de polícia”.

Bernardes convenceu o Congresso a reformar a Constituição de 1891, fortalecendo o Executivo, limitando o *habeas-corpus* e facilitando a expulsão de estrangeiros considerados perigosos. O alvo eram os trabalhadores imigrantes que organizavam o meio operário em busca de melhores salários e melhores condições de trabalho.

As revoltas dos tenentes

Na década de 1920, ocorreu a segunda *questão militar*. A primeira tinha levado à Proclamação da República. Tal como aquela, a segunda constou de atos de indisciplina, seguidos de punições que geravam novas indisciplinas. Levou à Revolução de 1930.

Este choque entre poder civil e poder militar se chamou *tenentismo*, pois a revolta partia dos cadetes, tenentes e capitães. O descontentamento da oficialidade jovem se devia a vários fatores, como:

- o Exército se encontrava abandonado, sem material, e o governo só lhe atribuía missões humilhantes, como depor governadores que não se enquadravam na política dominante;

- os jovens sofriam influência das idéias industrialistas e nacionalistas que se desenvolveram no país, principalmente depois da I Guerra Mundial.

Os *tenentes* queriam moralizar a vida política brasileira, pôr um fim à corrupção eleitoral. Queriam deixar de ser jagunços das oligarquias. Tinham idéias progressistas e ao mesmo tempo conservadoras: pregavam o voto secreto e a reforma do ensino, mas achavam que os “mais capazes” deviam dirigir o povo, “despreparado e inculto”.

Os Dezoito do Forte

A primeira revolta tenentista ocorreu depois da

eleição de 1922, em que saiu vencedor, como sempre, o candidato da situação, Bernardes. Durante a campanha, o jornal carioca *Correio da Manhã* recebeu algumas cartas ofensivas ao Exército e ao marechal Hermes. Traziam a assinatura de Artur Bernardes. O Clube Militar decidiu impedir a posse dele. Os tenentes planejaram derrubar Epitácio Pessoa. No dia 5 de julho de 1922, eles tomariam os quartéis e exigiriam a renúncia. No dia marcado, só a Escola Militar e o Forte de Copacabana se levantaram. Cercados, os revoltosos se entregaram. Mas dezoito tenentes do Forte decidiram enfrentar o governo oligárquico e saíram caminhando pela praia. Foram atacados. Apenas dois sobreviveram: Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Só mais tarde seria descoberto que as tais cartas ofensivas de Bernardes não passavam de uma falsificação.

Segunda revolta

Em outro 5 de julho, em 1924, os tenentes pegaram em armas novamente contra o governo. Os revoltosos, entre eles Eduardo Gomes e Juarez Távora, comandados pelo general Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital paulista por 23 dias e conseguiram contagiar outros Estados, onde surgiram motins: Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Amazonas e Sergipe. O Exército legalista bombardeou os quartéis sublevados e os tenentes se retiraram para Foz do Iguaçu (Paraná) onde se uniram a oficiais gaúchos, formando a *Coluna Prestes*.

Terceira revolta

A coluna guerrilheira que ficaria conhecida como Coluna Prestes saiu de Alegrete (Rio Grande do Sul). Com o reforço dos oficiais paulistas, percorreu 25 000 quilômetros de território brasileiro e travou mais de cem combates durante dois anos e meio, comandada pelo então capitão Luís Carlos Prestes. Formada por um núcleo fixo de 300 militares, chegou a reunir mais de 1 500 guerrilheiros. Os governos de Bernardes e Washington Luís não venceram a Coluna, mesmo com ajuda do cangaço Lampião. Mas os guerrilheiros também não venceram as tropas oficiais e se retiraram para a Bolívia. Foi o maior esforço militar já feito no Brasil para tentar derrubar um governo.

3. Antes que o povo faça...

“Governar é construir estradas.” Eis o lema sob o qual Washington Luís Pereira de Souza governou (1926/1930). Ele também se preocupou em reformar as finanças. Mas a situação não estava boa. Havia descontentamento geral; jovens oficiais, alguns exilados em razão de levantes anteriores, apontavam a corrupção como principal problema do regime e se dispunham a combatê-la.

Ao paulista Washington Luís, naturalmente deveria suceder um mineiro. Mas ele se inclinou para Júlio Prestes, presidente de São Paulo, o que ofendeu os mineiros. Antônio Carlos, presidente de Minas, junto com João Pessoa, presidente da Paraíba, apoiaram a candidatura do presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. Contando com a *máquina* e a fraude, Júlio Prestes saiu-se vencedor. É de Antônio Carlos a frase famosa:

“Façamos a revolução, antes que o povo a faça”.

Ela expressava uma realidade e explica a Revolução de 1930. Foi um movimento de parte da oligarquia brasileira, insatisfeita com o domínio dos poderosos do café, com apoio de setores sociais, cansados da velha e corrupta república tal como os tenentes e as classes médias urbanas. Esta parcela da oligarquia que se revoltava queria acabar com o domínio da oligarquia cafeeira mineiro-paulista ou, ao menos, compor-se com ela. Ao mesmo tempo pretendia impedir que o poder lhe fugisse das mãos, tomado pelos tenentes ou outro grupo revolucionário, como os operários.

O poder permaneceria nas mãos de novos grupos oligárquicos, mas diferentes forças se uniram contra o governo dos cafeicultores. Além de grupos situacionistas mineiros, gaúchos e paraibanos, oposicionistas de outros Estados, como o Partido Democrático de São Paulo, reuniram-se e formaram a Aliança Liberal, para disputar as eleições.

A Aliança recebeu forte apoio nos centros urbanos e Estados nordestinos. Os tenentes também apoiaram a chapa aliancista, com Getúlio e João Pessoa. A exceção foi Prestes, que rompeu com o tenentismo em 1930 e se aproximou do Partido Comunista, do qual seria secretário-geral por meio século. Diante de mais uma vitória situacionista “a bico-de-pena”, os tenentes se empenharam em organizar a revolução e convenceram o candidato derrotado a aceitar a liderança do movimento.

Em 26 de julho de 1930, o presidente da Paraíba e candidato a vice de Getúlio, João Pessoa, tombou assassinado, vítima de crime passionai. O crime precipitou a revolução armada contra Washington Luís, que estourou em 3 de outubro e saiu vitoriosa em três semanas. Em 24 de outubro, aconselhado pelo cardeal do Rio de Janeiro, Washington Luís entregou o poder a uma junta militar.

Getúlio Dornelles Vargas assumiu o poder provisoriamente, em 3 de novembro, como Delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do Povo. Consolidou-se no poder e dominaria a cena política brasileira durante 24 anos, até o suicídio em 1954, quando ocupava a chefia do governo pela segunda vez.

4. Provisório mas nem tanto

O novo governo pretendeu dar ênfase a problemas sociais e urbanos e à industrialização, como deixou claro ao criar os ministérios do Trabalho, da Educação e da Indústria e Comércio. Dissolveu o Congresso Nacional e as Assembléias estaduais. Para os Estados, nomeou interventores, delegados do presidente da República, que governariam até que uma nova Constituição estabelecesse outras regras.

Mas o governo provisório não parecia tão provisório assim. Getúlio demorava a convocar a Assembléia Constituinte para dar novo ordenamento jurídico à vida nacional. Além disso, passada a euforia inicial, manifestaram-se as divergências entre os diversos grupos vitoriosos.

O descontentamento pela demora na constitucionalização era mais notório em São Paulo; ali também crescia a revolta dos fazendeiros do café, ansiosos por reconquistar a influência perdida. Em 9 de julho de 1932, estourou a *Revolução Constitucionalista*, comandada por Dias Lopes, com ajuda do general Euclides de Figueiredo. Em setenta dias de luta, as forças legalistas sufocaram a revolta. Alguns líderes foram presos e outros, exilados. Mesmo derrotados, os revolucionários conseguiram parte dos objetivos, pois Getúlio convocou eleições para a Assembléia Constituinte.

Apesar da mobilização da opinião pública, com propaganda em rádio e jornais e comícios, a *revolução paulista* não teve a unanimidade apregoada pelos protagonistas. Havia divergências dentro do próprio Partido Democrático, uma das

principais forças do movimento. Um de seus dirigentes, Marrey Júnior, disse que o povo foi enganado, pois se sabia que São Paulo ficaria sozinho e “não tinha armas nem munições para lutar sozinho”. Também ex-combatentes, no primeiro aniversário do levante, denunciaram “os oportunistas da guerra que mandavam avançar e manter posições insustentáveis”, bem como os privilégios dos guerreiros “vistosos” da retaguarda, enquanto eles eram postos na linha de frente por “promovedores de revoluções com o intuito de reconquista do poder perdido”.

5. A Constituição de 1934

Eleita em 3 de maio de 1933, com 250 deputados e 50 representantes de classe, a Assembléia Constituinte tomou posse em 10 de novembro, para estudar o anteprojeto elaborado por comissão que o governo nomeara. A terceira Constituição brasileira e segunda da República foi promulgada em 16 de julho de 1934. Da Carta de 1891, manteve:

- a federação;
- eleições diretas para presidente, exceto Getúlio Vargas, eleito pela Assembléia para exercer o cargo até 3 de maio de 1938;
- mandato presidencial de quatro anos.

As novas disposições introduzidas foram as seguintes:

- extinção do cargo de vice-presidente; o presidente da Câmara assumiria em caso de impedimento do presidente;
- limitação das garantias do *habeas-corpus* e criação do mandado de segurança;
- instituição da Justiça do Trabalho, salário mínimo, jornada de oito horas, repouso semanal obrigatório, férias remuneradas, indenização por dispensa sem justa causa etc.

As conquistas dos trabalhadores funcionariam, ao mesmo tempo, como freio para suas lutas, como vamos ver adiante. Depois de aprovada a Constituição, foi elaborado um Código Eleitoral, que regulamentou a votação secreta e estendeu o direito de voto a homens e mulheres com mais de 18 anos. Antes só votavam homens maiores de 21 anos.

Em novembro de 1935, os comunistas, agrupados em torno da *Aliança Nacional Libertadora* (ANL), iniciaram um levante no Rio Grande do Norte, com desdobramentos em Pernambuco e

Rio de Janeiro. Vencidos, seus líderes foram presos, entre eles Luís Carlos Prestes. Este passaria dez anos confinado numa solitária e submetido a tratamento tão desumano pela ditadura que o advogado Sobral Pinto chegou a invocar a lei de proteção aos animais em favor de seu cliente. A repressão aos comunistas daria a Getúlio a oportunidade de dar um golpe e entrar em nova fase, o Estado Novo, como veremos no fim do capítulo.

6. Situação econômica

A crise do café continuaria durante o novo período. O governo queimou milhões de sacas para tentar equilibrar oferta e procura, diante da superprodução. A crescente concorrência de outros produtores contribuiu para diminuir a importância do café. Uma concorrência irreversível ao longo do século: logo após o fim da I Guerra Mundial, os concorrentes exportavam 5 milhões de sacas anuais, cinco vezes menos que o Brasil; no período 1967-68, eles exportariam 33 milhões de sacas, o dobro dos 16 milhões e 300 mil sacas brasileiras.

Para compensar a estagnação do café, a política oficial estimulou a produção de frutas — laranja, abacaxi, banana. Mas só o *algodão* alcançou alguma importância; a exportação chegou a 323 529 toneladas em 1939 e declinaria nos cinco anos seguintes, durante a II Guerra Mundial, já que os maiores compradores eram potências inimigas, Alemanha e Japão.

Vários fatores impulsionaram a produção industrial:

- *diminuição das importações*, fruto da desvalorização da moeda ocorrida a partir da crise de 1929: entre 1926-30, importamos 5,4 milhões de toneladas anuais e entre 1931-35, a média caiu para 3,8 milhões;
- *II Guerra Mundial*, que trouxe também a diminuição das importações;
- atendimento ao *mercado externo*, especialmente a países vizinhos, na mesma dificuldade para importar de fornecedores tradicionais; em 1943, os produtos têxteis ocupariam o segundo lugar em nossa pauta de exportações, com participação de 13%, logo abaixo do café;
- construção da *Companhia Siderúrgica Nacional*, em Volta Redonda, que entraria em funcionamento em 1946, marco inicial da siderurgia pesada no país e fator mais importante para o

desenvolvimento da indústria nacional, até então dependente do exterior para obter matérias-primas e equipamentos.

7. Banditismo social

Julho de 1940. Corisco, o Diabo Loiro, herdeiro e vingador de Lampião, prefere morrer a entregar-se. Sua companheira Dadá, ferida, perderia uma perna. Dez anos depois da *revolução modernizadora* de Vargas, desaparecia o último chefe do cangaço. Era o fim de uma época, mas não o fim de todos os seus símbolos, pois permaneceria inalterada a concentração das terras nas mãos de poucas famílias, acarretando a miséria e as injustiças que levavam os jovens ao banditismo.

O ciclo do cangaço ou do banditismo social durou setenta anos no Brasil (de 1870 a 1940) e foi típico do Nordeste. *O bandido social* é geralmente membro da sociedade rural e encarado como proscrito ou criminoso pelo Estado e pelos grandes proprietários. Mas sua gente o trata como herói, seja porque o considerem um *justiceiro*, um *vingador*, ou porque ele “rouba dos ricos”.

Os conflitos eram frequentes no sertão nordestino e se estendiam por gerações. As fazendas de gado não possuíam cercas, apenas fronteiras naturais, imprecisas. O gado, apenas identificado por marcas a ferro, invadia pastos alheios ou era roubado por vizinhos ou assaltantes. A lei da herança também provocava conflitos. Morto o proprietário, o filho mais velho herdava as terras e vinham as disputas entre parentes, que muitas vezes arrastavam cidades ou regiões inteiras em lutas que atravessavam anos.

Os grandes proprietários procuravam conquistar o direito de figurar como autoridades do governo em suas áreas, o que também gerava divisões: todos queriam ser coronéis.

Cada coronel formava bandos armados para a defesa ou a imposição de suas decisões. Além de parentes, as milícias privadas abrangiam o *jagunço*, um guarda-costas do coronel, e o *cabra* ou *cangaceiro manso*, morador comum que, em troca do trabalho na terra e de proteção, se comprometia a defender o proprietário em todas as ocasiões.

A palavra cangaço viria de *canga*, peça de madeira que prende os bois ao carro ou arado; exprime portanto o fato de a pessoa estar submetida ao senhor.

No fim do século XIX, com o aumento da produção algodoeira, mudou a economia do sertão. A terra se valorizou, a vida ficou mais difícil para o pobre. A seca agravou a situação. Muitos se organizaram em bandos para assaltar e conseguir alimentos. Outros grupos surgiram para combater desmandos ou injustiças ou resistir ao alistamento militar obrigatório, como ocorreu durante a Guerra do Paraguai.

Os cangaceiros surgem nesse quadro, independentes dos proprietários rurais. Alguns coronéis tinham interesse em manter contato com tais bandos, para evitar ataques e pela precisão de algum *serviço*. Eram os *coiteiros*, que escondiam e protegiam os cangaceiros; muitas vezes davam-lhes alimento e munição.

Os bandidos mais famosos surgiram durante a seca de 1877-79, que matou de fome 300 000 nordestinos e mais de 600 000 cabeças de gado. João Calangro foi o primeiro. Depois veio Jesuíno Brilhante, que roubava alimentos e distribuía à população. Supõe-se que tenha sido assassinado pela polícia paraibana. A poesia popular o celebrou:

*Já mataram Jesuíno
Acabou-se o valentão!
Morreu no campo de honra
Sem se entregar à prisão.*

Na passagem do século surge Antônio Silvino, o “governador do sertão”. Também distribuía saques aos pobres. Foi preso em 1914 por uma *volante* — a tropa de policiais que combatia os cangaceiros no sertão. Condenado a trinta anos de prisão, foi indultado por Vargas depois de 28 anos. Morreria em 1944 aos 79 anos de idade, em Campina Grande (Paraíba).

Lampião, rei do cangaço

Virgulino Ferreira da Silva, o *Lampião*, chefiou o principal bando de cangaceiros do Nordeste, entre 1920 e 1938. Nasceu numa família de lavradores e criadores por volta de 1900, em Serra Talhada (Pernambuco).

O cangaço o atraiu depois que sua família entrou em conflito com outra, ligada à oligarquia. A polícia matou-lhe o pai em 1919. Virgulino encarregou um irmão de cuidar dos outros cinco

menores e disse: “*Perdemos tudo, não perdemos? Agora, é matar até morrer*”. Com dois irmãos mais velhos, passou a percorrer os Estados nordestinos, fazendo justiça com as próprias mãos.

Torturado, o comerciante Pedro Cândido revelou à polícia o esconderijo de Lampião, em junho de 1938. Agindo de surpresa, a tropa massacrou o pequeno grupo de onze cangaceiros: Lampião, Maria Bonita, Enedina, Luís Pedro, Caixa de Fósforo, Elétrico, Mergulhão, Sexta-Feira, Diferente, Cajarana e mais um, o “Desconhecido”. Todos foram decapitados. As cabeças, mumificadas, seriam expostas no Museu Nina Rodrigues (Bahia) até serem enterradas anos mais tarde.

Meio século depois de morto, Lampião seria “absolvido” pelo povo de Serra Talhada; em plebiscito, a população foi convidada a responder: Lampião, herói ou bandido? 79% dos votantes responderam *herói*. E decidiram pela construção de um memorial, com museu, biblioteca, estátua e *xaxódromo* para atividades culturais ligadas ao cangaço e a outros temas nordestinos.

8. O sindicalismo controlado

O governo que tomou o poder em 1930 fez concessões aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, exerceu sobre eles forte controle. Em março de 1931, foi assinada a *Lei de Sindicalização*, com objetivos bem claros:

- transformar o sindicato em colaborador do Estado;

- disciplinar o trabalho, considerado mero fator de produção;

- evitar a luta de classes usando o sindicato como pára-choque entre capital e trabalho.

O governo promulgou muitas leis trabalhistas, o que culminou na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. Ela teve por base a Carta do Trabalho do governo fascista italiano. Um de seus principais aspectos consiste no controle da atividade dos sindicatos, que perderam sua autonomia e ficaram presos a uma série de normas:

- cinco sindicatos podem formar uma federação, estadual ou interestadual; três federações podem formar uma confederação (nacional);

- não pode haver ligação entre categorias; por exemplo, o sindicato, federação ou confederação de metalúrgicos não pode organizar-se junto com os congêneres dos ferroviários;

- os sindicatos se tornaram assistencialistas: dão apenas assistência jurídica, médica, odontológica, etc.;

- só o Ministério do Trabalho pode reconhecer oficialmente um sindicato;

- são proibidas atividades políticas dentro do sindicato;

- os sindicatos não podem filiar-se a organizações sindicais internacionais;

- funcionários públicos não têm direito a filiar-se;

- o Ministério do Trabalho também controla as verbas sindicais: cada trabalhador contribui anualmente com o valor de um dia de trabalho, a Contribuição Sindical, que é redistribuída aos sindicatos (60%), federações (15%), confederações (5%) e à Conta Especial Emprego e Salário (20%);

- os sindicatos devem obedecer a uma série de exigências para realizar uma greve;

- o governo, através do Ministério do Trabalho, pode intervir no sindicato quando achar conveniente.

9. O Estado Novo

A repressão ao movimento comunista de 1935 reforçou o autoritarismo de Vargas. Com apoio de amplos setores do Exército e das classes dominantes e, em parte, inspirado no nazi-fascismo, ele passou a conspirar para se perpetuar no poder.

A situação internacional favorecia a solução autoritária. Fascismo e nazismo, na época, pareciam a muita gente regimes “dinâmicos”, melhores que as democracias “decadentes”. A desumanidade daqueles sistemas, os métodos violentos que seus líderes usavam para chegar ao poder e manter-se nele, a implacabilidade contra os inimigos políticos, o expansionismo, o controle absoluto sobre a vontade dos cidadãos, tudo isso só seria percebido quando eclodisse a II Guerra Mundial, que estudaremos no próximo capítulo.

Quando se aproximou o fim do mandato de Vargas, ele e os setores que o apoiavam trataram de encontrar um meio de suspender as eleições marcadas para 3 de janeiro de 1938. Enquanto José Américo de Almeida, Armando de Salles Oliveira e Plínio Salgado se preparavam para a campanha eleitoral, Getúlio articulava o golpe que lhe daria poderes ditatoriais.

Tal como haviam feito os nazistas na Alemanha, os seguidores de Vargas usaram como pretexto a ação dos comunistas — embora estivessem eles quase todos presos. Chegou-se a elaborar um plano falso, o *Plano Cohen*, que previa uma revolução comunista e o assassinato de centenas de políticos brasileiros. Getúlio decretou estado de guerra, que lhe permitia prender qualquer pessoa sem ordem judicial, e procurou apoio das Forças Armadas e dos governadores. Diante do fantasma do comunismo, foi fácil conseguir a união geral, apesar da posição de alguns, como o governador paulista Armando de Salles Oliveira, que julgavam possível afastar o comunismo sem cancelar as eleições.

Getúlio tinha tanta certeza do sucesso do golpe, que seu ministro da Justiça, Francisco Campos, já redigia em segredo a nova Carta. Com apoio militar, o golpe veio em 10 de novembro de 1937, sem resistências. Às dez da manhã, Getúlio, já ditador, instaurou o *Estado Novo* e apresentou aos ministros a nova Constituição, a *polaca*, pois se baseava na Constituição da Polônia. Ela concentrou todos os poderes nas mãos do presidente, “autoridade suprema do Estado, que coordena os órgãos representativos de graus superiores, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional e superintende a administração do país”. As principais modificações introduzidas foram as seguintes:

- o presidente podia dissolver o Congresso e expedir decretos-leis;
- os partidos foram extintos;
- aboliu-se a liberdade de imprensa e instituiu-se a censura prévia;
- interventores passaram a governar os Estados;
- instituiu-se a pena de morte;
- o mandato presidencial foi prorrogado “até a realização de um plebiscito”, que jamais aconteceria.

Para censurar a imprensa, orientar a opinião pública e fazer a propaganda do regime, foi criado o DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda.

A centralização se estendeu à economia, com a criação de uma série de *institutos centrais*, para planejar e controlar a produção nacional: Instituto do Pinho, do Sal, do Açúcar e do Alcool, do Cacaú.

Para facilitar a defesa e estimular o povoamento e desenvolvimento do país, criaram-se os territórios de Fernando de Noronha, Amapá, Rio Branco (depois Roraima), Guaporé (depois Rondônia), Ponta Porã e Iguazu.

Para combater os comunistas, Vargas usou os integralistas, filiados ao fascismo e ao nazismo. Alguns integralistas, entre eles o jovem oficial Olímpio Mourão Filho, haviam ajudado a forjar o Plano Cohen. Mas, após o golpe, liderados por Plínio Salgado, eles se tornaram incômodos ao poder; Getúlio os deixou de lado e extinguiu também seu partido, a Ação Integralista Brasileira. Inconformados, eles tentaram um golpe em 11 de maio de 1938. Dominados, acabaram na cadeia; seu chefe foi exilado. Mas o modelo de regime que eles queriam copiar chegava ao auge na Europa do entreguerras. A paz mundial não passava de uma trégua. Desta vez, o Brasil se envolveria mais do que simplesmente fornecendo víveres. O conflito que se avizinhava seria verdadeiramente mundial.

Questões propostas

1. O que caracteriza o mundo depois do fim da I Guerra Mundial?
2. Resuma a crise do café no período entre guerras.
3. Qual era a situação da indústria?
4. O que queriam os tenentes? Resuma suas principais revoltas.
5. Como foi rompida a política do café-com-leite?
6. Que foi a Revolução Constitucionalista de São Paulo?
7. O que manteve e o que mudou a Constituição de 1934?
8. Que fatores impulsionaram a indústria na segunda metade do governo de Vargas?
9. Que condições tornaram possível o surgimento do cangaço?
10. Como Getúlio armou seu golpe? Quais as principais mudanças trazidas pela Constituição do Estado Novo?

Capítulo 91

Contradições do mundo contemporâneo: a II Guerra Mundial

O conflito de 1939 a 1945 foi, este sim, uma verdadeira guerra mundial. Todos os continentes se envolveram, dada a existência de quatro *fronts*: Europa ocidental, Europa oriental, norte da África e Pacífico. Ficaram neutros apenas alguns países europeus e latino-americanos. As operações no Pacífico tiveram a mesma importância que as da Europa. A Inglaterra, por sua condição de ilha, foi o único país europeu que os alemães não ocuparam.

Os Estados Unidos garantiram a vitória dos aliados, por sua enorme produção industrial e participação militar; no Pacífico, guerrearam praticamente sozinhos contra os japoneses.

A União Soviética teve papel decisivo ao quebrar a espinha dorsal do exército nazista na Batalha de Stalingrado.

As novas tecnologias bélicas, como os bombardeios maciços, associadas à política de extermínio adotada pelos nazistas em campos de concentração e à decisão americana de inaugurar a arrasadora bomba atômica, fizeram dos civis as grandes vítimas. Os militares, mais bem nutridos e protegidos, podiam fazer retiradas estratégicas quando se viam diante de uma situação adversa.

1. As razões do conflito

O intervalo entreguerras não passou de uma trégua. A Grande Guerra apenas preparou a II Guerra Mundial. As nações vencedoras haviam adotado comportamento revanchista, especialmente a França em relação à Alemanha. Os vencidos, desgastados, sobrecarregados pelas indenizações e reparações devidas, não venciam seus problemas econômicos e sociais. Na Itália e Alemanha, o descontentamento fez surgir partidos totalitários, o fascismo e o nazismo, o que culminou na implantação de Estados militaristas e expansionistas, com forte apelo nacionalista.

Os tratados de paz impostos pelos vencedores só foram obedecidos enquanto a França mantinha a supremacia militar na Europa, garantida pelo desarmamento obrigatório dos vencidos. Com o rearmamento alemão, a revisão dos tratados teria de levar a novo conflito. A Sociedade das Nações, criada para resolver os conflitos, não atingiu seus objetivos. Faltou-lhe força militar para garantir a imposição de suas decisões. Faltou sobretudo apoio dos Estados Unidos. Ela se restringiu a garantir a paz imposta aos vencidos. A partir de 1932, sua ação ficaria mais difícil, por causa da crise de 1929.

Definem-se assim dois períodos bem demarcados nas relações internacionais: a fase de execução e consolidação das disposições constantes dos tratados e a fase do desmoronamento das decisões, por iniciativa da Alemanha.

No processo histórico, fica difícil encontrar um único responsável pela nova guerra. Mas foi decisiva a vontade de hegemonia de Hitler, de construir uma *nova ordem* conforme os princípios do nazismo, o que deu à guerra a dimensão de uma cruzada pela *nova civilização*. Dentro da crise mundial, as aspirações imperialistas desempenharam papel significativo. O governo nacional-socialista alemão, como executor da política econômica e nacionalista exigida pela poderosa classe industrial, preparou a guerra. O grande capital alemão exigia a participação na exploração do mundo colonial, com suas reservas de matérias-primas, pois a Grande Guerra havia distribuído as colônias entre os vencedores — Inglaterra, França, Holanda, Bélgica, Japão, Itália e Estados Unidos. Em segundo lugar, era preciso conquistar os mercados vizinhos da Europa central e controlar outras fontes de matéria-prima, fossem o petróleo da Romênia e do Cáucaso, o carvão e ferro da Silésia ou o trigo da Ucrânia.

As circunstâncias internacionais favoreceram a busca de tais metas: o mundo havia ficado pequeno para o enorme desenvolvimento industrial e as grandes potências competiam para obter mão-de-obra e matéria-prima mais baratas, bem como mercados para escoar sua produção e investir capital. A política das potências capitalistas em relação à União Soviética, ao impor-lhe um *cordão sanitário*, a fim de conter o avanço comunista sobre a Europa, também abriu espaço para a ação nazista.

2. As crises de 1930 a 1938

A partir de 1930, a situação internacional entrou em nova fase de tensão. Acabou o otimismo europeu, que vinha crescendo desde 1925. A quebra de 1929 acentuou os nacionalismos, voltou a inquietação. Os países europeus se dividiam em grupos mais ou menos afins:

- isolada, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;
- as democracias liberais, Inglaterra e França, junto com Estados Unidos;
- os Estados nazi-fascistas, Itália e Alemanha.

A aproximação dos grupos dependia dos interesses de momento. A situação começou a piorar com o expansionismo de alguns Estados. No Oriente, o Japão iniciou a conquista da Manchúria, no leste chinês, em setembro de 1931. Ali colocou um imperador títere. E passou a penetrar na China, governada por Chang-Kai-chek. A Sociedade das Nações protestou, mas o Japão se retirou da entidade.

Em 1935, desrespeitando o Tratado de Versalhes, a Alemanha reiniciou declaradamente sua produção de armamentos e restabeleceu o serviço militar obrigatório. Em 1936, ocupou militarmente a Renânia e ampliou para dois anos o serviço militar.

Hitler se aproveitava das questões internacionais para aumentar seu sistema de alianças. Aproximou-se da Itália; deu-lhe ajuda econômica durante o embargo aplicado pela Sociedade das Nações e efetivado por França e Inglaterra, como punição por ter invadido a Etiópia. Junto com Mussolini, apoiou Francisco Franco na Guerra Civil espanhola de 1936-39. Aproveitou para testar seus tanques e aviões. Assinou com o Japão o *Pacto Anti-Komintern*, em novembro de 1936, a fim de conter a União Soviética e a ação da Internacional Comunista. Hungria, Itália e Espanha aderiram.

Ao mesmo tempo, Mussolini proclamava o *Eixo Roma-Berlim*, manifestação de solidariedade que o *Duce* lembraria durante visita do *Führer* a Roma em 1938.

3. A escalada nazista

Estavam evidentes os objetivos expansionistas de Hitler. Em 1937, o *Protocolo Hossbach*

revelava seus planos secretos de guerra, que visavam dar à Alemanha o *espaço vital*.

Na França, o desejo de manter a paz a todo custo levava a esquerda a aceitar as violações dos tratados, enquanto a direita admirava Hitler. A saída era apegar-se à Inglaterra, com uma política de apaziguamento que favorecia a expansão nazista. A União Soviética estava isolada. Os Estados Unidos, neutros. A Europa estava à mercê das ambições de Hitler. Ele podia agir à vontade.

Seu plano de expansão se organizava segundo etapas bem calculadas. No Ministério das Relações Exteriores, pôs o dócil Von Ribbentrop. No Alto Comando das Forças Armadas, o general Von Keitel. Destituíu Schacht do Banco do Reich e assumiu o controle ilimitado das finanças do Império.

Em 1938, o *Führer* anexou a Áustria, com a justificativa de que eram ambos povos germânicos. Antes da anexação (*Anschluss*) os nazistas assassinaram o chanceler austríaco Dollfuss, para dar motivo ao novo chanceler Seyss-Inquart de convocar tropas alemãs e unir os dois países, com a confirmação popular mediante plebiscito.

A seguir, Hitler exigiu a região dos Sudetos, na Tchecoslováquia, onde havia minorias germânicas. Os tchecos tinham um tratado de defesa com França e União Soviética e convocaram suas tropas. O ministro britânico Chamberlain, que considerava justas as pretensões de Hitler do ponto de vista histórico, fez duas visitas à Alemanha, sem êxito. Mussolini resolveu o impasse em setembro de 1938, reunindo na *Conferência de Munique* as quatro potências: França, Inglaterra, Alemanha e Itália. Ingleses e franceses cederam ao *apaziguamento* e permitiram a Hitler anexar os Sudetos.

Em março de 1939, Hitler desmembrou o resto da Tchecoslováquia; incorporou Boêmia e Moldávia como protetorados e proclamou a Eslováquia independente. O potencial bélico alemão cresceu bastante com a integração da indústria tcheca. Mussolini aproveitou e conquistou a Albânia. Os dois Estados totalitários consagraram sua aliança em maio de 1939, com o *Pacto de Aço*.

Com a questão polonesa, Hitler deu o último passo rumo à guerra. Em 28 de abril de 1939, exigiu da Polônia a devolução do corredor de Dantzig (futura Gdansk) e o direito de construir uma estrada ligando Alemanha e Prússia oriental. França e Inglaterra haviam abandonado a política

de apaziguamento. A Polônia sentiu-se encorajada a repelir a imposição alemã. Hitler contemporizou só até garantir a neutralidade soviética, conseguida com o *Pacto Germânico-Soviético* de não-agressão em 23 de agosto.

Na semana seguinte, em 1º de setembro, invadiu a Polônia, que tentou uma inútil resistência diante da guerra-relâmpago alemã, a *blitzkrieg*. A Inglaterra, aliada da Polônia, declarou guerra à Alemanha; a França, aliada da Inglaterra, também. A Itália se declarou não-beligerante e assim ficaria até 1940. A União Soviética dominou a Polônia oriental; e invadiu a Finlândia. Cumpria tratado assinado com a Alemanha em 28 de setembro, pelo qual recebeu o controle sobre Finlândia, Letônia, Estônia e Bessarábia; a Alemanha ficou com a Lituânia; a Polônia foi dividida em duas zonas de influência.

4. A ofensiva do Eixo

Em três semanas, a maior parte da Polônia estava conquistada. A Alemanha criou ali um governo-geral e passou a perseguir os judeus.

A mobilização de forças no leste imobilizou a frente germânica na fronteira francesa até maio de 1940. Enquanto isso, Hitler tentava dissuadir Inglaterra e França de continuar na luta. As duas tramavam minar os mares da Noruega para impedir o abastecimento de aço sueco aos alemães, através de Narvik. Sob o pretexto de garantir esse abastecimento, os alemães invadiram a Dinamarca em 9 de abril e a seguir a Noruega, onde estabeleceram um governo títere. O rei norueguês se refugiou em Londres.

A partir de 10 de maio de 1940, Hitler começou a ofensiva contra a França, revivendo o *Plano Schlieffen*, usado na I Guerra Mundial, evitando a linha defensiva francesa, a *Linha Maginot*; aqui, os Aliados esperavam conter os alemães por uns três anos, prazo em que desenvolveriam sua indústria bélica e em que poderiam contar com a entrada dos americanos no conflito. Os alemães, tal como na guerra de 1914-18, invadiram a Bélgica e a Holanda, para envolver os Aliados, que combatiam ao norte e foram obrigados a retirar-se para o porto francês de Adunquerque. A queda da resistência belga tornou crítica a situação: 270 000 ingleses e 100 000 franceses aguardavam a retirada em barcos in-

gleses, protegidos pela frota aliada, bombardeados pela aviação alemã. O material bélico deste exército caiu todo nas mãos do inimigo, que aprisionou 40 000 franceses. O episódio ficou conhecido como a *Retirada de Dunquerque*.

No sul, os alemães venceram a resistência francesa, obrigando o governo a fugir para Tours, depois para Bordeaux. Nessa época, Mussolini declarou guerra a ingleses e franceses.

A situação da França se agravava. Restava a alternativa de acordo com os alemães. Paul Reynaud, presidente do Conselho de Ministros, pretendia uma retirada para a Argélia, onde a esquadra intacta e outras divisões coloniais resistiriam com apoio inglês e americano. O marechal Pétain, herói da I Guerra, argumentava que não se podia abandonar o exército que ficaria na França; melhor seria um governo na própria França ocupada, a fim de proteger os cidadãos. Para os ingleses, seria péssimo, pois ficariam sozinhos — eles chegaram a propor uma união perpétua entre França e Inglaterra.

Em 17 de junho, o general De Gaulle, subsecretário da defesa nacional no governo de Reynaud, chegou à Inglaterra representando o governo da resistência francesa no exílio; pela Rádio BBC de Londres, esse governo estimulava os franceses a resistir. A propaganda nazista e o marechal Pétain chamavam De Gaulle e seus partidários de traidores.

Reynaud desistiu e Pétain foi encarregado de negociar o armistício com alemães e italianos. As condições eram duras para os franceses: redução do exército a apenas 100 000 homens; ocupação de uma região pelos alemães; a frota voltaria desarmada aos portos franceses; o sul ficaria sob controle francês, com capital em Vichy. A título de manutenção das tropas de ocupação, a França pagaria 400 milhões de francos por dia. O marechal Pétain conseguiu poderes ditatoriais e formou um governo autoritário.

Os ingleses não podiam permitir que a frota francesa caísse nas mãos de Hitler; os navios, somados à esquadra italiana e alemã, dariam à Alemanha condições de invadir a Inglaterra, até ali resguardada pelo canal da Mancha e por sua armada. Os ingleses aprisionaram a frota francesa e tentaram conduzi-la à Inglaterra. Encontrando resistência dos franceses, bombardearam e inutilizaram parte de sua esquadra, o que determinou a ruptura entre a Inglaterra e a França de Pétain.

A resistência inglesa dependia do abastecimento de víveres, matérias-primas e equipamentos, vindos sobretudo dos Estados Unidos. Os alemães passaram a atacar os comboios ingleses com seus couraçados, submarinos e aviões. Entre 1940 e 1941, os ingleses perderam mais de 9 milhões de toneladas, apesar do radar, do sonar e da ajuda americana.

A partir de 15 de setembro de 1940, intensificou-se a Batalha da Inglaterra. Durante oito semanas, os bombardeiros alemães despejaram sobre Londres, portos e aeroportos ingleses, 20 000 toneladas de bombas. Em outubro, passaram a atacar à noite, por causa do número elevado de aviões abatidos: a *RAF* (Royal Air Force, Força Aérea Real) tinha conseguido evitar a destruição de seu país.

No Mediterrâneo a situação também estava difícil para os Aliados: a Inglaterra conseguira algumas vitórias sobre a Itália, mas a aviação alemã obrigava-a a dar uma grande volta para abastecer suas forças no Egito e na Líbia. No norte da África, italianos e alemães comandados pelo general Rommel ameaçavam o domínio inglês no Egito.

No leste, os soviéticos conquistaram os países bálticos: Letônia, Estônia e Lituânia. Políticos pró-comunistas ganharam as eleições e pediram anexação à União Soviética, o que aconteceu em 1940. Os soviéticos tomaram depois a Romênia e a Bessarábia. Até então, a União Soviética havia anexado territórios com 23 milhões de habitantes, dos quais 13 milhões na Polônia.

Hitler voltou-se para o leste. Fez desmembramentos na Romênia em favor da Bulgária e da Hungria; mandou tropas à Finlândia, o que desagradou os soviéticos.

Em setembro de 1940, formou-se o *Eixo*: foi assinado o pacto Berlim-Roma-Tóquio. Cada país se comprometia a ajudar o outro em caso de ataque por potência ainda não envolvida no conflito. O pacto se dirigia aos Estados Unidos. Hitler forçou outros países a fazer parte do pacto: Hungria e Romênia entraram em 1940; a Bulgária, contra a vontade dos soviéticos, em 1941. A Iugoslávia se negou. Hitler aproveitou-se da derrota dos italianos ao tentar invadir a Grécia e atacou ao mesmo tempo Iugoslávia e Grécia, ocupando-as.

O plano alemão de vencer a Inglaterra pela tomada do canal de Suez, passando pela Espanha e norte da África, falhou porque o ditador espanhol

Francisco Franco não permitiu a passagem de tropas germânicas por seu território.

Hitler voltou-se novamente para o leste. Propôs aos russos a partilha do mundo em zonas de influência: eles receberiam o Irã e o golfo Pérsico e fariam parte do Eixo. Os russos aceitaram, mas queriam também a Bulgária e o controle dos estreitos que dão entrada ao Mar Negro. Hitler recusou.

Em 22 de junho de 1941, o exército alemão iniciou a invasão da União Soviética.

5. Guerra total (1942-1945)

O presidente Roosevelt ia pouco a pouco convencendo o povo americano de que a América não podia continuar neutra. Em fins de 1941, dirigiu a economia para a produção de guerra: aviões, navios e carros de combate. A mobilização atingiu 8,8 milhões de homens. Os americanos forneceram aos ingleses vários equipamentos e criaram um sistema de empréstimos para pagamento depois da guerra.

Em outubro de 1941, Roosevelt encontrou-se com Churchill a bordo do *Augusta*. Eles combinaram que, se os americanos entrassem na guerra, centrariam esforços contra os alemães.

Os japoneses precipitaram a entrada dos Estados Unidos na guerra, ao bombardear a base naval de Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941. As relações entre os dois países estavam tensas havia tempos. O Japão tinha ocupado posições no Sudeste Asiático antes pertencentes à França, com o que pretendia apoiar a ocupação da China, iniciada em 1931. Os Estados Unidos responderam com um bloqueio econômico, cortando o fornecimento de produtos estratégicos ao Japão; depois congelaram os saldos bancários japoneses nos Estados Unidos.

O general Tojo, partidário da guerra contra os Estados Unidos, tomou a iniciativa, imaginando que de um só golpe, profundo, aniquilaria as forças americanas no Pacífico. Em 11 de dezembro, Alemanha e Itália declararam guerra aos Estados Unidos, de acordo com o pacto do Eixo. O Japão, entretanto, não declarou guerra à União Soviética, mantendo-se fiel ao pacto de não-agressão firmado com os russos.

Em todos os países ocupados pelos nazifascistas, organizava-se a resistência. Associa-

ções clandestinas, nacionalistas, procuravam paralisar o inimigo por sabotagem e ataques de surpresa. Esses movimentos foram importantes na França, Iugoslávia, Polônia e Grécia.

A ofensiva alemã sobre a União Soviética foi fulminante. No fim de 1941, o exército soviético havia perdido um terço dos homens. Mas os alemães não tinham previsto o *general Inverno*. Os soviéticos, acostumados ao gelado inverno de seu país, organizaram a contra-ofensiva em 1942. Transferiram para o interior, para além dos Montes Urais, as indústrias pesadas voltadas para a produção bélica. Ao mesmo tempo, recebiam equipamentos americanos através do Irã.

Fustigados pelo frio, os alemães foram contidos em Stalingrado em 1942. A feroz resistência russa obrigou um exército inteiro a render-se. A *Batalha de Stalingrado* pôs fim ao mito da invencibilidade alemã. O contra-ataque soviético continuou até 1944 e conquistou diversos países-satélites da Alemanha: Romênia, Hungria, Bulgária, Finlândia, um a um foram pedindo a paz.

No Atlântico, os Aliados começaram a virar o jogo por uma maior eficácia contra a guerra submarina alemã; e no ar também, graças ao aumento da produção americana. A Alemanha passou a sofrer bombardeios intensos: em 1943, 120 000 toneladas de bombas; em 1944, 650 000; em 1945, 500 000 (em 1940, os alemães haviam jogado 37 000 toneladas de bombas sobre a Inglaterra). Os recursos industriais alemães começaram a sofrer sérios danos.

No norte africano, o *Afrika Korps* de Rommel havia empurrado os ingleses até o Egito. Em 1942, o general inglês Montgomery iniciou a ofensiva contra os alemães; ao mesmo tempo, chegavam os Aliados. As colônias francesas da África foram obrigadas a entrar na guerra, contra a vontade do *governo colaboracionista* de Vichy. Até maio de 1943, os Aliados tinham varrido os alemães e italianos da Tunísia.

Os Aliados então invadiram a Itália, pela Sicília. A resistência foi pequena. O *Grande Conselho Fascista* afastou Mussolini e entregou o poder ao general Badoglio. A seguir, Mussolini foi preso. Os italianos assinaram um armistício e os alemães invadiram Roma, pondo em fuga o rei e Badoglio. Mussolini, dominado pelos alemães, proclamou a República Social Italiana. Em abril de 1945, tropas da resistência capturariam Mussolini e o executariam. Os Aliados reconquis-

taram Roma e avançaram até o norte, onde os alemães ainda conservavam o vale do Rio Pó.

Após metódica preparação, os Aliados abriram nova frente contra os alemães na França, desembarcando na Normandia e na Provença, pelo Mediterrâneo. A maior concentração já vista de navios de guerra transportou tropas e equipamentos de portos ingleses, pelo canal da Mancha, e rumou a Caen. Os alemães esperavam em Pas-de-Calais, para onde haviam deslocado suas forças.

A aviação aliada bombardeou pontos estratégicos e a resistência francesa fez o trabalho de sabotagem para impedir a reação alemã. No dia 6 de junho de 1944 começou o desembarque. O célebre *Dia D*. Os Aliados avançaram até libertar a França.

A Alemanha estava envolvida por todos os lados. Na frente ocidental, os Aliados, especialmente americanos e ingleses, penetravam pelo norte, centro e sul, cruzando o Reno rumo a Berlim. Na frente oriental, poderosamente armados, os russos abateram as divisões alemãs e cercaram Berlim.

Um contra-ataque alemão em Ardenas (França) fracassou. Hitler se refugiou em Berlim em seu *bunker*. Himmler, sem consultá-lo, ofereceu uma paz parcial aos Aliados, não-aceita. Goering pediu para assumir a direção do Reich. Em 29 de abril, Hitler escreveu seu testamento político. Expulsou Goering e Himmler do partido e nomeou o almirante Doenitz presidente do Reich e Goebbels, chanceler. No dia seguinte, suicidou-se junto com sua mulher, Eva Braun, e Goebbels.

A capitulação final e incondicional da Alemanha veio em 7 de maio de 1945, formalizada pelo general Jodl e pelo almirante Von Freideburg. No dia seguinte, deu-se a segunda capitulação, firmada pelo marechal Keitel perante o marechal soviético Zukov, no quartel-general deste, em Berlim. O que sobrava do III Reich foi destruído em 23 de maio, com a deposição do governo de Doenitz.

6. O Pacífico e a era atômica

O pacto anti-Komintern, a aliança japonesa com o Eixo e, depois, o pacto de não-agressão com a União Soviética, favoreceram a ação japonesa na Ásia e no Pacífico. Depois de formar em

Nanquim um governo chinês favorável a si, o Japão chegou a bloquear a rota da Birmânia e a ocupar o norte da Indochina. A China de Chang Kai-chek ficou isolada e a expansão japonesa se orientou no sentido da Malásia e da Indonésia, ricas em matérias-primas. Os americanos então romperam os acordos comerciais, bloqueando o fornecimento de petróleo ao Japão, a fim de lhe debilitar a indústria e congelou seus créditos nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Índias Holandesas. Mas a tentativa americana de tirar o Japão da China fracassou.

Depois de Pearl Harbor, a ofensiva dos japoneses generalizou-se, em três direções: Ilhas Filipinas e Índias Holandesas, o que os conduziria a fontes de matérias-primas estratégicas; para oeste, ocupando Hong Kong, Cingapura e Birmânia, em direção à Índia, onde seriam bloqueados; e a leste, ocupando vasto espaço na Oceania, a ilha de Guam, Nova Guiné, ilhas Salomão e Aleutas.

A conquista não levou mais que seis meses, graças a ataques combinados e de surpresa do exército, armada e aviação. Em 1942, os japoneses controlavam 450 milhões de habitantes, 95% da produção mundial de borracha e 70% da de arroz e estanho. Controlava poços de petróleo e jazidas de bauxita e cromo suficientes para suas necessidades.

Em 1942, os Estados Unidos iniciaram a contra-ofensiva. Em maio, detiveram a expansão japonesa rumo ao sul, na *Batalha do Mar de Coral*. Em 1943, a iniciativa passou aos americanos, liderados pelo general MacArthur, símbolo da resistência no Pacífico. Em vão a força aérea japonesa tentou destruir a frota americana. No Pacífico central, avançavam as forças do almirante Nimitz, que se reuniram às de MacArthur em outubro de 1944. Em 1945, tropas americanas, britânicas e chinesas reabriram a rota da Birmânia e reconquistaram também as Filipinas; destruíram três exércitos japoneses. Em 19 de fevereiro, ocorre o primeiro desembarque americano em solo japonês: Iwojima.

Os americanos apertaram o cerco, bombardeando cidades industriais. Os japoneses insistiam na luta, com marinha e aviação destruídas. Os Aliados ainda sofriam perdas graças apenas aos

pilotos suicidas, os *kamikazes*, que se atiravam com avião e tudo sobre os encouraçados. A guerra poderia prolongar-se. Com esta justificativa, os Estados Unidos lançaram sobre cidades japonesas um tipo de arma até então desconhecida, de poder destrutivo que a humanidade jamais havia sonhado: a bomba atômica. A primeira, sobre Hiroxima, em 6 de agosto de 1945, matou 100 000 pessoas e feriu outro tanto; dois dias depois, mais 200 000 vítimas em Nagasaki.

Em 2 de setembro de 1945, a bordo do encouraçado *Missouri*, os japoneses se renderam ao general MacArthur. Acabava a II Guerra Mundial. E começava uma nova era: a era atômica.

Questões propostas

1. Resuma os fatores que criaram condições para a eclosão da II Guerra Mundial.
2. Destaque os três blocos em que a Europa se via dividida a partir de 1930, polarizando as tensões políticas internacionais.
3. O que se denominou de Eixo?
4. Resuma a escalada de Hitler de 1938 até provocar, em 1939, a declaração de guerra da Inglaterra e da França.
5. Que passos tomou Hitler até voltar-se para o leste e atacar a União Soviética? Como se comportaram França e Inglaterra?
6. Com base em que se pode afirmar que a derrocada da Alemanha começou quando resolveu atacar a União Soviética?
7. O que precipitou a entrada dos americanos na guerra?
8. Resuma a reviravolta que levou os alemães à derrota. O que aconteceu a Hitler?
9. Resuma: a guerra no Pacífico.

Capítulo 92

Contradições do mundo contemporâneo: a reconstrução da Europa, a ONU e a guerra fria

Em 1945, a Europa exibia as marcas da destruição. Os Aliados haviam batido as ditaduras, mas o mundo se encontrava mais dividido que nunca: o antagonismo entre os vencedores se manifestou ainda em cima das ruínas que o conflito acabava de deixar. A II Guerra Mundial, mais que a primeira, havia alterado radicalmente a correlação de forças no mundo. Alguns países estavam mais pobres, desorganizados, com graves problemas sociais.

Os grandes vencedores, no fundo, haviam sido Estados Unidos e União Soviética. Emergiam como superpotências. Em torno das duas, passaria a girar toda a política internacional, numa relação bipolar. Para conciliar os interesses em jogo, os Aliados fizeram acordos sumários, em defesa de suas *zonas de influência*. Uma espécie de partilha do mundo. Não provocou conflitos diretos entre as grandes potências, mas aumentou a tensão mundial. Tratava-se de uma *guerra fria*.

Para solucionar os problemas internacionais, fundou-se, logo depois da guerra, a *Organização das Nações Unidas* (ONU), que colecionaria sucessos e fracassos.

À Europa ocidental restava a tentativa de recuperar-se pela integração econômica.

1. Ganhadores e perdedores

A característica marcante da mais terrível guerra que a humanidade conheceu foi a extraordinária movimentação das ofensivas: avanços arrasadores de alemães e japoneses no início; e dos Aliados, no fim. Outra característica: foi uma guerra de máquinas. Tanques, aviões, navios, canhões, submarinos, colunas motorizadas. A produção industrial foi vital para o êxito nas batalhas. A Alemanha saiu na frente na fabricação de armas

e teve vantagem inicial. França e Inglaterra começaram com atraso. Só em 1941 a produção da Inglaterra atingiu nível à altura do inimigo; e a União Soviética se igualou também à Alemanha.

Os Estados Unidos, no auge da produção, em 1943-44, produziam um navio por dia e um avião a cada cinco minutos. Em seis anos de guerra, fabricaram 87 000 tanques; 296 000 aviões; 2,43 milhões de caminhões; e 53 milhões de toneladas navais.

A II Guerra Mundial custou 413,25 bilhões de libras, contra 75,07 bilhões da I Guerra Mundial. Os cinco principais aliados dividiram assim os 168,25 milhões de libras que gastaram:

- Estados Unidos, 84,5;
- União Soviética, 48;
- Grã-Bretanha, 28;
- Canadá, 4;
- França, 3,75.

As potências do Eixo gastaram 105,5 milhões de libras:

- Alemanha, 68;
- Itália, 23,5;
- Japão, 14.

Nove países dividiram os lucros de 2,27 bilhões de libras em reservas de ouro. Os seis principais *ganhadores* foram (em milhões de libras):

- Estados Unidos, 1 422;
- Argentina, 230;
- África do Sul, 173,5;
- Suíça, 160,2;
- Romênia, 88;
- Brasil, 80,5.

Os *perdedores* de reservas de ouro foram (em milhões de libras):

- Grã-Bretanha, 5;
- Noruega, 5;
- Tchecoslováquia, 5,5;
- Itália, 25;
- Canadá, 46,25;
- Japão, 62,5;
- Holanda, 182;
- França, 335.

É difícil calcular as perdas humanas. Algumas fontes chegam a falar em 50 milhões de mortos. O número mínimo chegaria a 37,6 milhões. Os doze países mais sacrificados foram:

- União Soviética, 20 milhões;
- Polônia, 4,32 milhões;
- Alemanha, 4,2 milhões;
- China, 2,2 milhões;
- Iugoslávia, 1,7 milhão;
- Japão, 1,2 milhão;
- França, 600 000;
- Romênia, 460 000;
- Hungria, 420 000;
- Itália, 410 000;
- Estados Unidos, 406 000;
- Grã-Bretanha, 388 000.

Morreram, proporcionalmente, mais civis que militares. A guerra mecanizada, de movimentos rápidos, fez mais prisioneiros que mortos entre os militares, enquanto os bombardeios aéreos dizimaram populações inteiras. Além disso, houve os campos de concentração, com o extermínio de membros da resistência, comunistas, liberais e 5,9 milhões de judeus: um dos maiores genocídios da humanidade. Eles foram vítimas da paranóia anti-semita de Hitler e dos ideólogos nazistas, que os responsabilizavam pelo caos em que a Alemanha vivia depois da Grande Guerra e dos tratados de paz.

O grande teórico do anti-semitismo foi Alfred Rosenberg; Josef Goebbels, ministro da Propaganda, o maior divulgador. As leis contra os judeus cresceram à medida que os nazistas se aproximavam do poder. Com a guerra, eles passaram ao extermínio, de acordo com planos científicos. Os cálculos oficiais, entre 5 e 6 milhões de mortos, não incluem aqueles que morreram nos guetos, de fome e de doenças. O nazismo eliminou dois em cada três judeus da Europa, por ódio racista ou simplesmente para diminuir o número de bocas a alimentar. No campo de Auschwitz, em apenas três dias, assassinaram e cremaram 22 000 judeus. Dachau, Treblinka e Buchenwald são outros nomes de campos de concentração que lembram o horror do regime nazista.

Entre os que saíram ganhando com a guerra, pode-se citar a Argentina, a quem a Inglaterra, obrigada a liquidar seus débitos no exterior, pagou 126 milhões de libras, cedendo sua parte nas sociedades de estradas de ferro e de construção hidrelétrica. Até à Índia, sua antiga colônia, os ingleses ficaram devendo. Um exemplo de enriquecimento provocado pela guerra é o Canadá. Produziu 16 000 aviões e 3 milhões de toneladas

de navios, para ajudar os ingleses. Em poucos anos, instalou sua indústria de alumínio e implantou indústrias para usar níquel e cromo; dobrou sua produção de aço.

Os maiores beneficiados, os Estados Unidos, dobraram sua produção industrial entre 1939 e 1945. A aeronáutica passou a liderar a indústria americana. Os setores têxtil e químico se livraram da concorrência européia. Os americanos gastaram 300 milhões de dólares e sua produção industrial cresceu 75%; a produção de trigo, 25%. No fim da guerra, estavam com superávit na balança comercial de 11 bilhões de dólares e concentravam 80% das reservas mundiais de ouro.

2. A Europa se reorganiza

Depois da guerra, seguiu-se grave crise moral, a sensação de vazio e a falta de orientação. Uma atmosfera de desespero dominava a Europa, sobretudo os países vencidos. O cinema neo-realista italiano traduziu essa angústia, a imobilidade de um mundo sem esperança, em filmes célebres, como *Roma, Cidade Aberta*, de Roberto Rossellini, e *Ladrões de Bicicletas*, de Vittorio de Sica.

As negociações entre os Aliados para regularizar a situação mundial começaram antes do fim do conflito. Em 1941, quando se encontraram a bordo do navio *Augusta*, Churchill e Roosevelt haviam elaborado a *Carta do Atlântico*, em que declaravam seu desinteresse por ampliações territoriais e defendiam o princípio da autodeterminação dos povos, o que lembrava o texto de Woodrow Wilson nos *Catorze Pontos*, de 1918.

Os destinos da Europa foram regulados no decurso de três conferências entre Estados Unidos, União Soviética e Inglaterra, os *três grandes*:

1. A Alemanha se enfraquecia no fim de 1943. Chantageando com a possibilidade de uma paz em separado com ela, Stálin tinha trunfos poderosos para impor seus pontos de vista. Na *Conferência de Teerã* (28-29 de novembro de 1943), Roosevelt, Stálin e Churchill definiram a fronteira da Polônia em relação à União Soviética, garantiram a esta a anexação dos países bálticos e projetaram a divisão da Alemanha em vários Estados.
2. Os contatos entre os Aliados se multiplicaram.

Vendo próxima a derrota alemã, os três grandes se reuniram de novo na *Conferência de Yalta* (4-11 de fevereiro de 1945). Stálin se beneficiou do rápido avanço soviético. Os três anunciaram princípios gerais, como a autodeterminação dos países e a democratização, sem definir qual democracia. Privada de governo, a Alemanha seria dividida em zonas de ocupação, bem como a Áustria; o Ocidente admitiu a instalação do governo socialista de Tito na Iugoslávia; a Polônia perdia regiões conquistadas à Rússia em 1921 e recebia compensações em direção ao Rio Oder; os soviéticos se comprometiam a guerrear o Japão em troca de Port-Arthur, sul das ilhas Sakhalinas e ilhas Kurilas.

3. Finda a guerra, parecia muito alto o preço pago aos soviéticos. Em clima de tensão, reuniu-se a *Conferência de Potsdam* (de 17 de julho a 2 de agosto de 1945), agora com Truman, Stálin e Churchill. Os soviéticos haviam ocupado a maior parte da Europa central; não queriam que o Ocidente se envolvesse na reorganização política da região. O Ocidente não queria que a União Soviética se intrometesse nas questões mediterrâneas e africanas. A Alemanha foi dividida em zonas de influência, dadas a americanos, soviéticos, ingleses e franceses. Berlim, a capital, que ficava no setor soviético, foi igualmente dividida em quatro partes. Os vencedores impuseram aos alemães uma reparação de guerra de 20 bilhões de dólares: 50% para a URSS, 14% para a Grã-Bretanha, 12,5% para os Estados Unidos e 10% para a França. A indústria bélica alemã foi amputada, a produção de aço limitada e certas fábricas desmontadas em favor dos Aliados. Os principais chefes alemães seriam julgados, para desnazificar o país.

Durante 218 dias, a partir de novembro de 1945, dirigido por quatro juízes, um de cada nação aliada, o *Tribunal de Nuremberg* julgou 199 homens. Havia líderes e comandantes militares, como Doenitz, Keitel, Jodl, Raeder; membros do Partido Nazista, como Rosenberg, Streicher, Ribbentrop, Schirach, Hess e a grande estrela, Goering; funcionários públicos, como Schacht, Von Papen, Speer; responsáveis por extermínios em massa e organização de trabalhos forçados, como Sauckel, Kaltenbrunner e o carneiro dos judeus de Cracóvia, Hans Frank.

Três foram inocentados: Hans Fritzsche, propagandista de rádio; Von Papen, chanceler que facilitou a ascensão de Hitler; e Schacht, o gênio das finanças. Onze foram condenados à morte, inclusive Goering, que se matou na prisão tomando uma cápsula de cianeto. Os corpos foram cremados; as cinzas, jogadas num rio. Os demais sofreram penas diversas.

Muitos criminosos nazistas fugiram para países latino-americanos. Um comando israelense capturou o carrasco Adolf Eichman na Argentina e o levou para Israel, onde o condenaram à morte em 1961. Franz Stangl, chefe dos campos de concentração de Sobibor e Treblinka, foi encontrado trabalhando numa fábrica da Volkswagen, em São Paulo, e extraditado para a Alemanha em 1967. O médico Josef Mengele, carrasco apelidado de *Anjo da Morte*, parece ter vivido no Paraguai e em São Paulo, entre a década de 1960 e até 1979, ano de sua morte, comprovada em 1985. Era apontado como responsável pela morte de 400 000 pessoas, entre as quais 150 000 crianças, que submetia a experiências monstruosas.

Os vencedores assinaram tratados em separado com os Aliados da Alemanha. Mas o novo mapa político da Europa resultou não de negociações, e sim da situação estabelecida pelo conflito. O continente ficou claramente rachado em duas partes, que correspondiam ao limite do avanço de tropas sobre a Alemanha. Em princípio, no Ocidente dominavam democracias liberais, com as exceções das ditaduras em Portugal e Espanha; no lado soviético, preponderavam democracias populares socialistas, mas havia repúblicas liberais como a Tchecoslováquia.

A Itália cedeu a Istria e a ilha de Rhodes à Grécia, que também recuperou a Trácia da Bulgária. A Romênia cedeu a Dobruja para a Bulgária e a Transilvânia para a Hungria. Hungria e Bulgária voltaram então às suas fronteiras de 1920. A Finlândia cedeu a Carélia à URSS. O tratado com a Áustria só saiu em 1955: ela voltou às fronteiras de 1919 e ficou proibida de integrar-se à Alemanha.

O Japão assinou o Tratado de São Francisco com os Estados Unidos e seus aliados, menos URSS, e perdeu a maioria das regiões conquistadas. O imperador Hiroito conservou seu papel religioso, mas os americanos impuseram o fim do autoritarismo. Os grandes cartéis (*zaibatsus*) foram desmantelados até 1947. A indústria pesada

sofreu restrições. O estoque de matérias-primas foi distribuído aos vizinhos espoliados pelo Japão, como China e Filipinas, o que resultou numa queda de 80% da produção.

Depois de 1947, os americanos reviram as imposições, de modo a tornar o Japão uma barreira ao avanço do comunismo na Ásia. Até 1950, o país receberia ajuda financeira de 2,5 bilhões de dólares, além de matérias-primas.

3. Surge a ONU

A Sociedade das Nações não impediu a II Guerra Mundial, mas continuou viva a esperança de que um organismo internacional, com força militar, passasse a evitar conflitos pela mediação de todos os países do mundo. Numa reunião em Washington, em 1942, compareceram representantes de 26 nações unidas, daí o nome de Organização das Nações Unidas, a ONU. Diplomatas americanos, ingleses, soviéticos e chineses elaboraram o primeiro projeto da entidade, incentivados por Roosevelt. Representantes de 50 Estados discutiram amplamente o projeto em 1945 em San Francisco, Estados Unidos.

A primeira sessão da ONU, realizada em Londres em janeiro e fevereiro de 1946, criou as principais divisões dessa organização e elegeu o primeiro secretário-geral, Trygve Lie, ministro das Relações Exteriores da Noruega. A sede oficial passou a ser Nova York.

A ONU compreende seis órgãos principais:

1. *Conselho de Segurança*, composto por cinco membros permanentes com direito a veto (China, Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha e França) e dez indicados pela Assembleia Geral para um período de dois anos. É o órgão mais importante, pois lhe cabe o principal objetivo: a paz. O Conselho pode propor acordos ou decidir-se pela intervenção armada.
2. *Assembleia Geral*, na qual cada um tem direito a um voto. Discute assuntos relacionados com a segurança e o bem-estar da humanidade. O presidente é eleito anualmente.
3. *Conselho de Tutela*, que protege povos sem governo próprio. Composto por membros dos territórios administrados pela ONU, do Conse-

lho de Segurança e outros, eleitos pela Assembleia Geral.

4. *Secretariado*, de caráter administrativo fundamental. Seu chefe é o secretário-geral, eleito pelo Conselho de Segurança e aprovado pela Assembleia Geral, para um prazo de cinco anos com direito a reeleição.
5. *Corte Internacional de Justiça*, composta por quinze juízes que se tornam independentes depois de eleitos pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia Geral. Estabelece princípios de direito universais e resolve conflitos legais.
6. *Conselho Econômico e Social*, departamento executivo para assuntos não-políticos. A principal finalidade é promover o bem-estar econômico e social das populações. A Assembleia Geral elege seus 54 membros. Atua através de comitês: *Comissão dos Direitos Humanos*, que redigiu em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos; *Comissão dos Estatutos da Mulher*, que busca a igualdade de direitos entre os sexos; *Comissão para o Desenvolvimento Social*, que previne crimes, assiste menores e reeduca marginais; *Comissão de Entorpecentes*, que controla o comércio de drogas perigosas; *Comissão Populacional*, que avalia o crescimento da população mundial; *Comissão de Estatística*, que reúne dados para o estudo da situação mundial. Há comissões para cada região do planeta e órgãos de assistência à infância, como o *Unicef*.

Importantes agências especializadas também integram a ONU, como: *Unesco*, para a Educação, Ciência e Cultura; *FAO*, para Alimentação e Agricultura; *OMS*, para a Saúde; *OIT*, para o Trabalho; *GATT*, Acordo Geral de Tarifas e Comércio; *IAEA*, para Energia Atômica; *AID*, para o Desenvolvimento; *BIRD*, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento; *IFC*, Corporação Financeira Internacional; e *FMI*, Fundo Monetário Internacional.

4. A guerra fria

Para compreender a ação da ONU, é preciso lembrar que, com o fim da II Guerra, o equilíbrio

de forças internacionais passou a depender de uma política de blocos rivais, encabeçados por duas grandes potências, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Estados Unidos da América.

Mal acabou o conflito, os aliados se tornaram inimigos. Os ocidentais buscavam conter a expansão soviética, tentando ganhar posições no centro europeu e nos Bálcãs, para isolar a URSS e seus *satélites*.

Quando o presidente americano Harry Truman lançou bombas atômicas sobre um Japão vencido, tinha acima de tudo finalidade política: exibir aos comunistas poderio militar e preservar a hegemonia dos Estados Unidos. Era inevitável que a URSS se preocupasse com sua segurança e intensificasse a intervenção em assuntos internos de países com posição estratégica.

No início, a guerra fria também se chamava *Doutrina Truman*, pois seus princípios foram estabelecidos durante o governo Truman, anunciados pelo secretário de Estado, general Marshall, e idealizados pelo subsecretário Dean Acheson. A doutrina dava sinais de que os EUA se preparavam para assumir a liderança do capitalismo, em defesa deste sistema; mostrava a confiança dos americanos em seu poderio militar; e dava à opinião pública uma satisfação: a URSS estava sendo contida.

A finalidade básica era impedir novos conflitos entre países capitalistas, garantindo a supremacia americana em termos mundiais. Estava implícito um comprometimento político e militar com os países capitalistas, que resultaria na formação da OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte, composta por EUA, Canadá, Europa ocidental, Grécia e Turquia.

O resultado da doutrina: as fronteiras européias tornaram-se rígidas e os EUA passaram a intervir cada vez mais em questões internacionais.

5. A Guerra da Coreia

Um dos conflitos típicos da guerra fria foi a Guerra da Coreia.

Durante a II Guerra Mundial, a Coreia estava ocupada pelo Japão. Derrotado na guerra, o Japão se retirou. O Partido Comunista da Coreia, apoiado pela URSS e por comunistas chineses, estabeleceu-se ao norte. Ao mesmo tempo, forças políticas alinhadas com os EUA formaram um governo

no sul. Diante disso, em 1948 foi formalizada uma divisão do país em dois, a República Democrática Popular da Coreia (ou Coreia do Norte), com capital em Pyongyang, e a República da Coreia (ou Coreia do Sul), com capital em Seul.

Em 1950, os comunistas do norte avaliaram que tinham condições de unificar o país pela força e invadiram o sul. A ONU condenou a agressão e, com sua aprovação e em seu nome, os Estados Unidos foram em socorro de seu aliado, forçando os comunistas a recuar até a fronteira com a China. Desta vez foram os chineses, que desde 1949 eram governados pelo Partido Comunista, que entraram na luta a favor de seus amigos do norte. A ofensiva da China foi extremamente rápida, conseguindo ocupar todo o país, inclusive a capital Seul.

Uma nova ofensiva dos americanos, agora bem mais articulados e organizados, forçou norte-coreanos e chineses a recuar até o paralelo 38, que já era o limite divisório dos dois países.

Essa divisão tornou-se permanente com a trégua assinada em 1953, pondo fim à guerra. No início da década de 90, intensificaram-se as negociações entre as duas Coreias, visando unificar o país, a exemplo do que ocorreu com as duas Alemanhas.

6. A ONU em ação

A ONU teve sucesso parcial em seus dois objetivos principais: promover a paz e o progresso. Evitou guerras e protegeu novos Estados surgidos com a descolonização na África e na Ásia. Mas as grandes potências sempre atrapalharam sua ação; com poder de veto, impediam toda medida com a qual não concordassem. EUA e aliados procuravam fortalecer a Assembléia, onde tinham maioria de votos. A URSS procurava fortalecer o Conselho, usando o direito de veto sistematicamente. Em questões coloniais, as duas sempre se uniam como campeãs das forças anticolonialistas: procuravam ocupar os espaços deixados pelos europeus.

A composição da Assembléia mudou bastante com a entrada maciça de afro-asiáticos na ONU. Ameaçados pelos países pobres, os EUA trataram de fortalecer o Conselho.

Um momento crítico para a ONU foi a crise da Alemanha, entre 1948 e 1949. EUA, Inglaterra e França decidiram reunir as zonas ocupadas por

eles, criar uma Assembléia Constituinte e formar um Conselho de Segurança Aliado, para desmilitarizar toda a área. A URSS se opôs e passou a impedir a ligação do lado ocidental de Berlim com o lado oriental, sob seu controle. Formou-se um *corredor aéreo* para abastecer Berlim Ocidental.

7. A Europa se reconstrói

Devastada, com a economia caótica, os impérios coloniais consumidos, sem víveres, dinheiro, combustível e matéria-prima, a Europa enfrentava cada vez mais manifestações de contestação ao sistema capitalista. Percebendo que estavam intimamente ligados aos europeus, os americanos saíram do isolamento, em defesa de seus interesses.

Em 5 de junho de 1947, o general Marshall, chefe do estado-maior do exército americano na II Guerra, discursando na Universidade de Harvard, reafirmou: os Estados Unidos precisavam colaborar firmemente na recuperação da Europa. Lançava assim o *Plano Marshall*, assinado em abril de 1948 por Harry Truman, quando aprovou a Lei de Ajuda ao Exterior, no valor de 17 bilhões de dólares, concedidos até 1952.

Os mais beneficiados foram (em milhões de dólares):

- Inglaterra, 3 176;
- França, 2 706;
- Itália, 1 474;
- Alemanha, 1 389.

A injeção de recursos beneficiou a Europa mas, sobretudo, aos EUA, que mantiveram o ritmo de suas exportações e consolidaram sua posição no Velho Continente. Primeiro, o plano privilegiou o fornecimento de alimentos, rações e fertilizantes, para aumentar a produtividade agrícola. Depois, matérias-primas e produtos semi-industrializados, maquinaria, veículos e combustíveis.

Os credores compravam dos Estados Unidos 70% dos bens, entre os quais a quase totalidade dos veículos e máquinas, beneficiando intensamente a economia americana. Em dois anos, a produtividade aumentou 25% em todos os países, ultrapassando os níveis de 1938. Em 1952, o ritmo começou a declinar.

Por essa época, a ratificação da OTAN transferiu a ênfase da segurança econômica para a mili-

tar; estava completada a fase de instalação dos capitais americanos na Europa. A recuperação possibilitava às próprias nações garantir sua defesa, o que contribuía para a segurança do sistema dos americanos. Mas não significava para a Europa a recuperação do prestígio; com sua política, os Estados Unidos visavam garantir a exportação de seus excedentes e concretizar a hegemonia econômica sobre a Europa.

A França se recuperou, pois além do Plano Marshall elaborou o seu, o *Plano Monnet*, que pretendia disciplinar os investimentos e sanear a moeda. A Inglaterra, à custa de sacrifícios e disciplina, também se recuperou, mas perdeu a importância. A Itália atacou prioritariamente o atraso do sul e a carência de energia e também logo superou os problemas produzidos pela guerra.

8. A Europa se integra

O Plano Marshall facilitou a integração econômica da Europa. Em 1948, foi criada a Benelux, união alfandegária entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1950, surge a União Européia de Pagamentos, para facilitar o comércio entre os membros da OECE — Organização Européia de Cooperação Econômica. Mais um ano e nasce a Comunidade Européia do Carvão e do Aço — CECA, formada pelo interesse da França e da Alemanha em explorar racionalmente seus recursos. O sucesso desses organismos estimulou a criação da Euratom, Comunidade Atômica Européia; e do mais importante dos organismos, a CEE, Comunidade Econômica Européia, ou *Mercado Comum Europeu* (MCE).

Instituído em 1957, o MCE abrangia Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo. Em 1973, entraram Dinamarca, Grã-Bretanha e Irlanda; em 1981, Grécia; em 1986, Portugal e Espanha. O MCE atingiu em 1968 um de seus principais objetivos: a eliminação de alfândegas entre os países-membros. Na década seguinte, surgiram dificuldades, gradativamente superadas. Foram proveitosos:

- Convenção de Laomé, acordo com 46 países da África em 1975;
- acordo comercial com Argélia, Marrocos e Tunísia;
- acordos têxteis com Índia, Paquistão, Japão e Hong Kong.

Mas os acordos com Israel indispueram o MCE com os árabes.

O ritmo da integração se acelerou em 1979 com a criação de um Parlamento Europeu e de uma Corte de Justiça. A criação da moeda do Sistema Monetário Europeu revelava-se alternativa estável para as flutuações do dólar. Caminhava-se para a criação de um único e grande mercado de 320 milhões de consumidores.

9. As últimas décadas

Extraordinário desenvolvimento industrial, problemas sociais no campo, guinada dos socialistas para o centro: eis algumas tendências observadas na Europa ocidental nas últimas décadas do século XX.

1. *Tendências econômicas* — Nos anos de 1960, já era evidente a recuperação européia. Reinava euforia, salvo nas camadas médias, um tanto inquietas. A renda crescia e a Europa enriquecida ocupava lugar privilegiado entre os cinco continentes.

O crescimento das reservas de ouro, sinal de bom desempenho na balança comercial, ampliou os investimentos, em benefício da agricultura. Países como Alemanha, Suíça e Inglaterra completavam suas necessidades alimentares comprando produtos da Holanda, França ou Dinamarca.

Pode-se considerar extraordinário o surto industrial. A Alemanha equilibrou sua balança comercial: um caso excepcional de crescimento. Mesmo na desfavorecida Itália, sem recursos em matérias-primas, floresceu a indústria pesada; mais de 60% de seus recursos econômicos derivam da atividade industrial.

Em alguns setores, a Europa ocidental cresceu mais que as duas superpotências, sem ter as mesmas condições econômicas. A Alemanha, por exemplo, manteve taxas de 8,5% de crescimento anual, mais que a URSS. Na indústria pesada, o ritmo não acompanhou o dos países socialistas, mas na indústria leve os avanços foram grandes.

Claro que houve disparidades regionais. Na década de 1960, um suíço tinha renda *per capita* cinco vezes maior que um português; Alemanha, Inglaterra, França e Bélgica sozi-

nhas forneciam 96% do carvão europeu ocidental e usavam 64% da energia elétrica disponível.

2. *Tendências sociais* — O crescimento não eliminou o desemprego. Tornou-se grave o problema dos trabalhadores agrícolas, com sobra de mão-de-obra nalguns países e falta noutros. A mecanização faz diminuir a necessidade de trabalhadores rurais. Na França, a situação é séria. A existência de pequenas propriedades obriga o produtor a uma forma de vida limitada. Aumentar o tamanho das terras significaria privar do trabalho um bom número de agricultores.

Outro fenômeno marcante é o superdimensionamento do setor de serviços (setor terciário), não diretamente ligado à agricultura ou indústria. São comerciantes, bancários, empregados em transportes ou serviços públicos. Eles representam 25% da população empregada na Inglaterra, Bélgica, Holanda e Suíça.

3. *Tendências políticas* — O progresso do pós-guerra absorveu trabalhadores na indústria e os acomodou politicamente em países como Alemanha e Inglaterra. Mas as camadas médias, particularmente pequenos comerciantes e camponeses independentes, sentiram-se ameaçados. Surgiu um antagonismo em relação aos industriários e um movimento de defesa da classe média.

Os países da Europa oriental dominados pelos alemães se libertaram sob o signo da democracia socialista e, na época, esse tipo de regime ganhou enorme prestígio. Dez anos depois, porém, era para a direita que tendia a Europa ocidental. Isto explica o domínio de conservadores na Alemanha, como Konrad Adenauer e Ludwig Erhard, do Partido Democrata-Cristão. O conservadorismo decorria da inquietação da classe média.

Já os socialistas iam perdendo combatividade, à medida que seus adeptos se integravam, enquanto o medo ao comunismo limitava as reivindicações mais extremadas. A tendência dominante, pois, foi o socialismo aproximar-se do centro, contribuindo para a preponderância da maioria indiferenciada, de orientação mais conservadora.

Em Portugal ocorreu um dos movimentos políticos mais importantes dos últimos tempos:

a queda do regime salazarista. Implantado em 1932, foi destruído pela *Revolução dos Cravos* em 1974. A agonia do regime começou na década de 1960, com a emancipação das colônias africanas. As guerras coloniais exauriram a economia de Portugal; a inflação subiu; o país ficou endividado. Salazar sofreu um colapso cardíaco em 1968 e passou o governo ao ex-ministro de Ultramar Marcelo Caetano, efetivado com a morte do ditador em 1970. A liquidação do regime veio de dentro do exército, sob a liderança dos capitães, saudados pelo povo com entusiasmo.

Em 1975, todos os territórios africanos sob domínio português tinham alcançado a independência. Em março, o general Spínola tentou um golpe de direita. A economia quase parou, com a tomada de terras, ocupação de empresas, estatização de bancos, a fuga de empresários. Em novembro, nova tentativa de golpe, de esquerda. Os militares esquerdistas foram afastados e o país se orientou pelo Partido Socialista liderado por Mário Soares. A partir de 1982, reabriram-se as possibilidades para a iniciativa privada; diversas empresas foram desestatizadas.

Na Espanha, o regime franquista, estabelecido em 1939 com o fim da Guerra Civil, deu sinais de desgaste com as manifestações da oposição entre 1966 e 1968, por meio do movimento estudantil e de greves operárias. Morto Francisco Franco em 1975, o poder passou ao sucessor por ele indicado, o príncipe Juan Carlos de Bourbon, coroado rei da Espanha. Em 1977, todos os partidos foram legalizados. Os comunistas venceram as eleições sindicais e o Partido Comunista abandonou três das principais teses de Lênin: a ditadura do proletariado, a idéia de revolução mundial e o centralismo democrático. Em 1981, a democracia espanhola sofreu um abalo com a tentativa de golpe do coronel Tejero Molina. Vários oficiais envolvidos no ato foram condenados.

Depois da extraordinária vitória do Partido Socialista-Operário Espanhol (PSOE) em 1982, seu líder Filipe González foi escolhido primeiro-ministro, e a Espanha entrou para o grupo de países europeus governados por socialistas, como o Portugal de Mário Soares e a França de François Mitterrand. Um problema continuaria

insolúvel: o movimento separatista basco, que se manifesta por atentados mortais, apesar da pré-autonomia concedida ao País Basco em 1978.

Integrados ao Mercado Comum Europeu, Portugal e Espanha rumariam para o fim do século XX com excelentes perspectivas de prosperidade. A inversão da corrente migratória, com a ida de milhares de brasileiros ou descendentes de portugueses do Brasil para Portugal confirma a situação. E Portugal se transforma em alternativa para a aproximação do Brasil com o MCE.

O período que vai da guerra ao fim do século XX seria trilhado pelo Brasil através de um caminho ainda mais recheado de obstáculos do que aquele percorrido pela Europa Ocidental.

Questões propostas

1. Resuma: o balanço da II Guerra Mundial.
2. O que aconteceu com as pessoas no fim da guerra? Que forma artística traduziu isto? Dê exemplos.
3. Resuma as três conferências em que os *três grandes* trataram da reordenação mundial, ainda antes do fim da guerra: Teerã, Yalta e Potsdam. O que aconteceu com os criminosos de guerra nazistas?
4. O que os tratados do pós-guerra, em síntese, fizeram com a Europa? O que estabeleceu o Tratado de São Francisco? Por que ele foi revisto logo a seguir?
5. Como surgiu a ONU? Quais os seus dois órgãos mais importantes?
6. O que foi a guerra fria? Comente.
7. O que foi o Plano Marshall? O que ele teve a ver com a integração econômica européia?
8. Resuma: o panorama social, político e econômico da Europa ocidental na década de 1960.
9. Que rumo tomaram Portugal e Espanha?

Capítulo 93

Contradições do mundo contemporâneo: o Brasil, da redemocratização às reformas de base

Os militares que ajudaram a derrubar Getúlio Vargas não ficariam satisfeitos com os governos que viriam a seguir, muito menos com o caminho tomado pela redemocratização. No governo de João Goulart, o processo tomaria as feições de reformas de base, com a nacionalização das refinarias de petróleo e uma tímida reforma agrária. Os militares se insurgiriam, com apoio da classe média, da classe dominante (proprietários rurais e industriais) e do capital internacional.

No período que vai de 1945 a 1964, houve indefinição de rumos, além de tentativas diversas de realizar a democracia, expressa na Constituição de 1946. Ela não é apenas política mas também econômica e social. Requer, junto com a participação política, a diminuição das desigualdades sociais e econômicas, o que exigiria mudanças profundas para uma mais justa distribuição da terra e da renda. Com isso, as classes dominantes jamais concordariam.

1. O fim do Estado Novo

Até a década de 1940, as simpatias de Vargas e de muitos membros de sua equipe se dirigiam ao bloco fascista europeu, autoritário como o modelo político brasileiro. A tendência se fortaleceu quando a II Guerra Mundial começou, devido ao sucesso inicial das forças do Eixo.

Getúlio demorou a decidir-se em relação à guerra. A opinião pública então passou a pressionar o governo em favor dos Aliados; os Estados Unidos também: entraram no conflito em 1941 e queriam instalar uma base aérea no litoral do Rio Grande do Norte. Vargas queria construir uma usina siderúrgica. Tinha chegado a oportunidade. Em troca da concessão para a base aérea e do

apoio brasileiro aos Aliados, os Estados Unidos financiariam a siderúrgica de Volta Redonda.

O afundamento de cinco navios brasileiros, supostamente por submarinos alemães, reforçou a decisão, em 1942. O povo foi às ruas protestar. Vargas, pressionado, rompeu relações com os países do Eixo e declarou guerra à Alemanha e à Itália, em 22 de agosto. Em meados de 1944, partiu a *Força Expedicionária Brasileira* (FEB), que se incorporou ao exército americano e combateu no norte da Itália. O Brasil perdeu 2 000 soldados e 37 navios.

Havia uma contradição na participação brasileira: enquanto a FEB lutava na Europa contra regimes totalitários e ao lado de países democráticos, no Brasil havia um regime ditatorial. O alinhamento do Brasil com os Aliados contribuiu decisivamente para o fim do Estado Novo.

As manifestações pelo fim da ditadura e a favor de eleições começaram antes mesmo de terminar a guerra. Vargas, correndo contra o relógio, fez uma reforma constitucional em fevereiro de 1945: regulamentou o alistamento e as eleições para a presidência da República, os governos estaduais, o Congresso Nacional e as assembleias legislativas. A seguir, anistiou os presos políticos, o que favoreceu o debate público e a organização de partidos. O quadro partidário ficou assim constituído:

- **UDN**, União Democrática Nacional (centro-direita, conservador);
- **PSD**, Partido Social Democrático (centro);
- **PTB**, Partido Trabalhista Brasileiro (centro-esquerda);
- **PSP**, Partido Social Progressista (centro-direita);
- **PCB**, Partido Comunista Brasileiro (esquerda);
- **PRP**, Partido de Representação Popular (direita).

Vargas conseguiu apoio de setores trabalhistas e dos próprios comunistas, graças às medidas tomadas em benefício dos trabalhadores e à sua política nacionalista (criação do Conselho Nacional do Petróleo, Companhia Vale do Rio Doce etc.). Grupos se organizaram em defesa dele. O movimento ficou conhecido como *queremismo*: “*Queremos Getúlio!*”, era a palavra de ordem.

Setores da classe dominante, do capital internacional e das Forças Armadas, no entanto, não queriam mais Getúlio: ele não representava mais seus interesses e por isso retiraram o apoio que

vinham dando ao Estado Novo. Aproveitando o pretexto da nomeação de Benjamin Vargas, irmão do presidente, para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal, em 29 de outubro de 1945, os chefes militares obrigaram Getúlio a deixar o governo.

A presidência foi entregue ao ministro José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. Getúlio retirou-se para sua estância em São Borja (Rio Grande do Sul). Nas eleições, realizadas em 2 de dezembro de 1945, elegeu-se presidente o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra no governo de Getúlio e por ele apoiado discretamente.

2. Uma Constituição liberal

A quinta Constituição brasileira, quarta da República, promulgada em 18 de setembro de 1946, resultou do trabalho da Assembléia Constituinte eleita em 2 de dezembro de 1945. Seguindo a tendência liberal que venceu o nazifascismo, deu grande autonomia aos Estados; restabeleceu a república federativa e democrática, formada por cinco territórios e vinte Estados, cada um com sua Constituição e governo eleito pelo voto popular. Instituiu eleições diretas e secretas em todos os níveis. Seus princípios mais importantes eram os seguintes:

- igualdade de todos perante a lei;
- liberdade de manifestação de pensamento; censura apenas para espetáculos e diversões públicas;
- inviolabilidade do sigilo de correspondência;
- liberdade de consciência e de crença religiosa;
- liberdade de associação;
- proibição de partido ou associação cujo programa contrariasse o regime democrático;
- inviolabilidade do domicílio;
- prisão só em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente;
- garantia de ampla defesa do acusado.

Pouco rico, muito miserável

Uma das mais importantes realizações econômicas do período 1945-1964 foi o desenvolvimento da *indústria de base*, a partir de 1946, quando começou a funcionar a Companhia Siderúrgica

Nacional de Volta Redonda (Estado do Rio). O Brasil passou a produzir chapa de ferro, folha-de-flandres e chapa de aço, necessárias para o funcionamento de outras indústrias, que se expandiram: fábricas de ferramentas, pregos, parafusos, utensílios de cozinha, latas, motores, automóveis, aviões, navios.

No fim da década de 1950, começamos a fabricar automóveis, caminhões e ônibus; na década seguinte, tratores. A indústria de automóveis estimulou o desenvolvimento de fábricas afins, produtoras de assentos, faróis, faroletes, pára-brisas, pára-choques e outras.

O aumento do número de veículos de passeio e a discreta produção de tratores indicam a orientação da indústria automobilística: busca atender às aspirações de ascensão social das classes médias urbanas, mais do que aperfeiçoar as técnicas agrícolas e aumentar a produtividade no campo. Isto em parte acontece porque os trabalhadores rurais, em sua maioria, não são proprietários das terras que cultivam. Eles muitas vezes nem têm condições de se vestir ou se alimentar, quanto mais de modernizar suas atividades. A atuação governamental nesse terreno foi mínima, o que contribuiu para concentrar a propriedade da terra em poucas mãos.

A indústria de base exigiu a construção de *usinas hidrelétricas* mais potentes. O setor tomou impulso com a instalação da usina de Paulo Afonso no Rio São Francisco (Bahia) em 1955. Seguiram-se Furnas, em Três Marias (Minas Gerais); e outras em vários Estados. A mais recente é a gigantesca Itaipu, na divisa do Brasil com o Paraguai. Aqui também o objetivo foi satisfazer às necessidades da grande indústria, inclusive multinacional, que recebe energia a baixo custo.

Com a criação da *Petrobrás* (Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima) no segundo governo de Vargas, estabeleceu-se o monopólio estatal sobre a exploração do petróleo. Isto estimulou o desenvolvimento da *indústria de derivados do petróleo*, como fábricas de asfalto, fertilizantes, borracha sintética, ceras, tintas, matérias plásticas.

Cresceram ainda outros setores industriais: fábricas de rádios, televisores, geladeiras, eletrodomésticos em geral, ladrilhos, louças, vidros, papel, conservas e muitas outras.

O progresso industrial que se seguiu ao fim da II Guerra Mundial limitou-se ao Sudeste. Nas outras regiões continuaram predominando as

atividades econômicas tradicionais. A consequência foi o aumento das correntes migratórias, principalmente do Nordeste para o Sudeste e do campo para a cidade. Compare:

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
1950	36%	64%
1960	45%	55%
1970	56%	44%
1980	66%	34%

Os bens produzidos pelas indústrias ficaram acessíveis apenas a uma pequena parcela de brasileiros, aqueles que conseguiram superar os níveis mínimos de subsistência. Continuou marginalizada, política e economicamente, a maior parte da população, constituída de trabalhadores que recebem salário-mínimo ou menos, de subempregados ou desempregados. A renda produzida pelos brasileiros ainda não se transformou em hospitais, escolas, casas e centros de promoção humana. Em 1980, 7 milhões de crianças de 7 a 14 anos não freqüentavam escola, apesar da obrigatoriedade constitucional, e metade dos municípios brasileiros (quase 2 000 deles) continuava sem médico residente.

3. Um tiro no coração

Em dezembro de 1945, três candidatos concorreram à presidência da República: o general Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo PSD e PTB, partidos ligados a Getúlio; o brigadeiro Eduardo Gomes, apoiado pela UDN; e o engenheiro Yedo Fiúza, pelo PCB. Venceu Dutra.

Apesar de ter apressado o fim do Estado Novo, Dutra o sustentou militarmente, como ministro da Guerra de Getúlio por nove anos. Fez um governo conservador e sem iniciativas (1946/1951). Os políticos da época, desacostumados à liberdade, perdiam-se em debates que a nada levavam.

Dutra rompeu com a URSS e tornou ilegal o Partido Comunista. Cassou seus parlamentares e pôs fim ao segundo período, de menos de dois anos, em que o PCB teve existência legal desde sua fundação em 1922.

Getúlio havia exercido uma política populista e paternalista. O povo tinha dele a imagem de *paizão* amigo. Este fator, aliado ao imobilismo do

governo Dutra, trouxe Getúlio de volta ao poder “nos braços do povo”, agora eleito pelo voto. O monopólio estatal da exploração do petróleo e a expansão da siderúrgica de Volta Redonda foram as marcas de seu governo (1951/1954).

O país enfrentava dificuldades: carestia, livre importação de artigos supérfluos, diminuição das divisas, greves. Getúlio dava uma resposta considerada populista: aumentos salariais. Acusado de pretender instalar uma república sindicalista, passou a sofrer forte oposição da UDN.

Em 5 de agosto de 1954, um expoente dessa oposição, o udenista Carlos Lacerda, sofreu um atentado em que morreu seu guarda-costas Rubens Vaz, major da Aeronáutica. As Forças Armadas se alarmaram. Oficiais da Aeronáutica responsabilizaram membros da guarda presidencial pelo atentado. Diante das pressões militares para que renunciasse, Getúlio preferiu o suicídio com um tiro no coração, na manhã de 24 de agosto de 1954. Era o fim trágico de um quarto de século de domínio getulista sobre os destinos do país. Em sua carta-testamento, Getúlio condenou “grupos internacionais” aliados a “grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho”. As últimas palavras da carta emocionaram até os adversários políticos:

“Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”

4. Rumo às reformas e ao golpe

O vice de Getúlio, Café Filho, garantiu as eleições de outubro de 1955, apesar da pressão de militares pelo adiamento. Unidos, PSD e PTB lançaram Juscelino Kubitschek (PSD), ex-governador de Minas Gerais, tendo como vice o ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart, o *Jango* (PTB). Eles venceram o general Juarez Távora e Milton Campos (UDN).

Doente, Café Filho se afastou após as eleições e deu lugar ao presidente da Câmara, Carlos Luz. Descontentes com a vitória de Juscelino, a UDN e setores da Marinha e Aeronáutica tentaram um golpe. O ministro da Guerra, general Teixeira Lott, antecipou-se aos golpistas: depôs Carlos Luz, que governou apenas dois dias, e deu posse na presidência ao vice-presidente do Sena-

do, Nereu Ramos. Estava garantida a posse dos eleitos, Juscelino e Jango.

Os golpistas não descansaram no governo Juscelino (1956/1961). Setores da Aeronáutica tentaram vários golpes, como as revoltas de Jacareacanga, em fevereiro de 1956, e de Aragarças, em dezembro de 1959. Juscelino anistiou todos os envolvidos. Imprimiu à administração um novo ritmo, moderno e dinâmico. Buscou o desenvolvimento a qualquer preço: o preço de uma inflação galopante, descontrolada até hoje. Prometendo fazer o país progredir *50 anos em 5*, baseou seu governo no trinômio *estradas, energia e transportes*; e sobretudo na construção da nova capital, *Brasília*, aspiração já expressa na Constituição de 1891.

Juscelino tomou medidas desenvolvimentistas:

- ofereceu garantias e facilidades às empresas estrangeiras que instalassem fábricas de automóveis, caminhões e tratores;
- construiu hidrelétricas;
- abriu rodovias, como a Belém-Brasília, que uniram regiões até então isoladas entre si;
- expandiu as indústrias do aço e da construção naval.

Eram estas as prioridades do *Plano de Metas*, considerado o primeiro plano global de desenvolvimento da economia brasileira. O Plano de Metas pretendia oferecer melhores condições de infraestrutura para o setor secundário — a indústria de transformação — e estabelecer as metas a atingir até 1960 nos setores considerados prioritários: energia, transportes, alimentação e indústria de base.

Em 21 de abril de 1960, aniversário da morte de Tiradentes (1792) e véspera do aniversário da chegada dos portugueses ao Brasil (1500), Juscelino inaugurou sua obra máxima, Brasília. A nova capital resultou do trabalho de milhares de brasileiros, em sua maioria nordestinos, os *candangos*. Planejada pelos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, até o fim do século XX não conseguiria realizar um dos objetivos principais de sua construção: a integração da Amazônia, que ocupa 60% do território brasileiro.

Em 31 de janeiro de 1961, Juscelino entregou a faixa presidencial a Jânio Quadros, que passou a praticar política ambígua: independente no plano externo e subserviente aos conservadores no plano interno. Sofrendo forte oposição no Congresso, frustrou as esperanças moralizadoras de 6 milhões

de eleitores — o maior número de votos conseguidos por um candidato à presidência até então. Renunciou em 25 de agosto de 1961, antes de completar sete meses de governo.

O vice de Jânio, João Goulart, viajava pelo exterior, e o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, assumiu a presidência interinamente. Os militares entenderam que Jango seria prejudicial à segurança nacional, por supostas ligações com os comunistas. Tentaram “rasgar” a Constituição, mas esbarraram em forte reação, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde civis e militares se uniram em defesa da legalidade, sob a liderança do governador gaúcho Leonel Brizola. Os ministros militares aceitaram uma solução: Jango poderia exercer a presidência, desde que adotasse o regime parlamentarista, o que se fez mediante Ato Adicional à Constituição de 1946.

No *parlamentarismo*, o primeiro-ministro é chefe de governo e o presidente é chefe de Estado, função mais decorativa, que inclui comparecer a recepções, receber outros chefes de Estado etc.

No *presidencialismo*, o presidente é chefe de Estado e chefe de governo, dispõe de maiores poderes e goza de certa independência em relação ao Legislativo. Jango tomou medidas que, em parte, o levariam a perder o poder:

- convocou plebiscito em que, por ampla maioria, em 6 de janeiro de 1963, recuperou os poderes de presidente previstos na Constituição de 1946;
- em dezembro de 1963, estabeleceu o monopólio estatal sobre importação de petróleo e derivados;
- em janeiro de 1964, regulamentou a remessa de lucros ao exterior;
- em 13 de março, durante comício no Rio de Janeiro, assinou decretos que nacionalizavam as refinarias de petróleo e desapropriavam, para fins de reforma agrária, propriedades com mais de 100 hectares, numa faixa de 10 quilômetros ao longo de rodovias e ferrovias federais.

Eram as *reformas de base*; elas incluíam o voto do analfabeto e a reforma universitária, que assegurava a liberdade de ensino.

5. O povo em cena

No final do período que estudamos aqui, o povo acabaria entendendo que fome e miséria não são calamidades naturais e inevitáveis em certas áreas do Nordeste e outras regiões brasi-

leiras. Os partidos políticos brigavam entre si, como sempre, para conservar ou conquistar o poder. A novidade era a intervenção das organizações populares — de estudantes, camponeses, operários e outros, mobilizados pelas reformas de base.

Os universitários atuavam dentro e fora das escolas, através de suas organizações: Centros Acadêmicos, União Estadual, União Nacional dos Estudantes (UNE). Nas escolas, procuravam criar um ensino mais próximo do povo. Nas ruas, participavam da luta geral pela superação de uma ordem social injusta. Faziam campanhas de alfabetização usando o método Paulo Freire, capaz de alfabetizar um adulto em 40 horas. Freire criou a *pedagogia do oprimido*, pela qual o analfabeto aprende a ler ao mesmo tempo que discute sua situação, usando palavras ligadas à sua realidade, que tenham a ver com o seu cotidiano, com seus problemas.

Jovens *católicos* também se organizaram para melhorar a situação precária do povo. Difundiram-se organizações como a JEC (Juventude Estudantil Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), JOC (Juventude Operária Católica), JAC (Juventude Agrária Católica) e outras. Os *comunistas*, igualmente, desenvolviam intenso trabalho de organização e mobilização popular, apesar de ter seu partido na ilegalidade. No campo e nas cidades, intensificou-se o *movimento sindical*. Multiplicaram-se os sindicatos rurais: em julho de 1963, havia 300; em março de 1964, 1 500. No Nordeste nasceram as *Ligas Camponesas*, lideradas por Francisco Julião.

O que deu força às lutas sindicais, além da organização das bases, foi a unificação dos movimentos dos trabalhadores, com a gradativa criação de entidades regionais e nacionais:

- 1945: Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT);
- 1960: Pacto de Unidade e Ação (PUA), com mais de cem organizações;
- 1962: Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e Federação de Trabalhadores Rurais (Fetape), em Pernambuco;
- 1963: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Tais organizações coroavam longo processo de luta iniciado no Estado Novo, ao preço de muitas vidas. Na *greve dos 200 000*, realizada em 1963 em Pernambuco com apoio do então gover-

nador Miguel Arraes, conseguiu-se um aumento salarial de 80%.

A mobilização popular provocou reações. Nos setores conservadores da sociedade, surgiram grupos que denunciavam a “subversão em marcha” no Brasil, tais como: Frente Patriótica Civil-Militar; Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes); Sociedade Brasileira para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP); Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad).

Empresários brasileiros e multinacionais financiavam tais entidades. O Ibad arrecadou soma astronômica, distribuída entre 250 candidatos às eleições de 1962, para eleger parlamentares hostis a Jango e favoráveis ao capital estrangeiro; elegeu 120 parlamentares. Entre as 152 empresas multinacionais que contribuíram estavam a Texaco, Esso, Shell, Coca-Cola e IBM.

6. Fim de época: 1º de abril

No plebiscito de janeiro de 1963, 74% dos eleitores haviam apoiado Jango; um ano depois, as classes médias urbanas pediam abertamente sua deposição e chefes militares conspiravam para isto.

O presidente perdia apoio popular devido, em parte, à propaganda do segmento mais conservador da Igreja Católica e de organizações reacionárias: eles convenceram a classe média de que Jango queria impor uma república sindicalista, confiscar propriedades, abolir a religião etc. As dificuldades econômicas também ajudaram a derubar Jango: inflação de 73% em 1963. Resumidamente, podemos dizer que as causas estruturais do golpe militar foram as seguintes:

- a década de 1960 foi marcada por forte redução de investimentos, o que gerou desemprego e desabastecimento; a inflação corroía salários e desequilibrava pequenas e médias empresas;
- no governo Goulart, a crise do Estado populista atingiu o limite; a radicalização ideológica da *política de massas* acabou mais desestabilizando do que apoiando o Estado;
- amedrontada com a radicalização e ameaçada em seus interesses econômicos, a burguesia, com apoio das camadas médias conservadoras, voltou-se contra o governo e as instituições;
- a conspiração interna recebeu apoio dos Estados Unidos, com recursos financeiros, pres-

sões político-diplomáticas e atuação de agentes e agitadores, tudo em nome dos imperativos da *guerra fria*.

Em 13 de março de 1964, as organizações populares deram demonstração de força, realizando no Rio gigantesco comício pelas reformas de base. Seis dias depois os antijanguistas responderam com a também gigantesca *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, levando às ruas de São Paulo meio milhão de pessoas.

Em 26 de março, a gota d'água que esgotou a paciência dos militares: marinheiros e fuzileiros navais realizaram no Rio uma reunião desautorizada pelo ministro da Marinha, o que tocou num ponto sensível das Forças Armadas, a disciplina. O chefe do movimento, cabo José Anselmo, se tornaria depois um agente provocador pago pela polícia. Os participantes foram presos e, soltos em seguida, saíram em passeata triunfal.

O desrespeito ostensivo à hierarquia dividiu ainda mais o enfraquecido esquema militar do presidente. Em 30 de março, tropas mineiras começaram a deslocar-se rumo ao Rio. Na noite de 31, o governador de Minas, Magalhães Pinto, lançou manifesto rompendo com Jango e acusando-o de fomentar a indisciplina nas Forças Armadas, de tentar realizar reformas sacrificando a normalidade constitucional e de acolher planos subversivos que pretendiam tyrannizar o povo. Outros comandantes e os governadores de São Paulo, Adhemar de Barros (PSP), e da então Guanabara, Carlos Lacerda (UDN), aderiram aos conspiradores.

Em 1º de abril, Jango viajou para o Rio Grande do Sul, onde Leonel Brizola, agora deputado federal, pretendia organizar a resistência

junto com organizações populares. À noite, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência, contra a Constituição, pois Jango se encontrava em território nacional, e deu posse ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzili. Jango estava deposto. No dia 4, alegando que queria evitar derramamento de sangue, exilou-se no Uruguai.

Questões propostas

1. Como Getúlio engajou o Brasil ao lado dos aliados na II Guerra Mundial? Como terminou sua ditadura? Comente.
2. Cite alguns princípios importantes da Constituição de 1946.
3. O que caracteriza o desenvolvimento econômico do período que vai do pós-guerra a 1964? Que consequência trouxe?
4. Comente o grande aumento da produção brasileira de automóveis em oposição à discreta produção de tratores.
5. O que caracteriza o governo Dutra?
6. Resuma o segundo governo Vargas.
7. Resuma o governo de Juscelino.
8. Como foram o governo e a queda de João Goulart?

Capítulo 94

Contradições do mundo contemporâneo: o Brasil na ditadura militar

Os militares passaram a controlar a vida política brasileira logo nos primeiros dias de abril de 1964. Tinham chegado ao poder para, entre outras coisas, “salvar a democracia”, mas acabariam com ela e no poder ficariam por duas décadas.

A organização do *sistema* que implantariam e a sustentação do regime se deviam bastante à atuação de uma entidade criada em agosto de 1949, nos moldes de congêneres dos Estados Unidos e da França dos anos de 1930: a *Escola Superior de Guerra* (ESG). Centro de estudos “político-militares”, tornou-se importante núcleo de irradiação ideológica, reunindo intelectuais conservadores militares e civis. Destacavam-se os generais Golbery do Couto e Silva, Castelo Branco e Cordeiro de Farias e os professores Glycon de Paiva, Garrido Torres e Mário Henrique Simonsen.

1. Primeiras medidas

As *tendências conciliadoras* dos parlamentares não agradavam aos ministros do governo provisório, brigadeiro Correia de Mello, da Aeronáutica, almirante Augusto Rademaker, da Marinha, e general Costa e Silva, do Exército. Em 9 de abril de 1964, com a autoridade que a si atribuíram de Supremo Comando Revolucionário, publicaram um Ato Institucional, que estabelecia eleições indiretas para presidente da República; dava aos comandantes o poder de decretar estado de sítio, suspender as garantias constitucionais e suprimir direitos políticos por até dez anos.

Em 11 de abril, o Congresso elegeu presidente o marechal Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército e coordenador da conspiração contra Jango. As primeiras medidas anularam atos do governo anterior e reprimiram prováveis opositores:

- revogação da nacionalização das refinarias de petróleo;
- revogação da desapropriação de terras;
- cassação e suspensão de direitos políticos de 378 pessoas, entre elas: três ex-presidentes, Juscelino, Jânio e Jango; seis governadores; 55 membros do Congresso Nacional;
- demissão de 10 000 funcionários públicos;
- instauração de 5 000 investigações contra 40 000 pessoas.

Castelo também romperia relações diplomáticas com Cuba. Em sua equipe de governo, havia antigos liberais da UDN e do PSD, além de ideólogos conservadores ligados à Escola Superior de Guerra.

2. Objetivos econômicos

Os principais objetivos econômicos dos governos que se seguiram a 1964 foram:

- fazer o país se desenvolver;
- controlar a inflação, sobretudo através da contenção do crédito e dos salários;
- diminuir as diferenças regionais;
- diminuir o déficit da balança de pagamentos;
- incentivar as exportações;
- atrair capitais estrangeiros, oferecendo possibilidades de bons lucros e de estabilidade política.

Os objetivos, constantes do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) elaborado durante o governo Castelo Branco (1964-1967), foram perseguidos durante os governos militares seguintes: Costa e Silva (1967-1969), Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985).

Os militares fizeram o país crescer mais, incentivaram as exportações e atraíram capitais estrangeiros. Mas não diminuíram o déficit da balança de pagamentos, não diminuíram as diferenças regionais nem controlaram a inflação, que chegou a 223% em 1984.

O *milagre econômico* foi inegável. Em 16 anos, o Brasil saltou do 50º para o 10º lugar na lista de nações com maior PIB (Produto Interno Bruto). Concentrou mais de um quarto do desenvolvimento industrial do chamado Terceiro Mundo. Subiu o nível técnico da produção. Além de tudo, cresceram acima da taxa de crescimento da população: o número de matrículas escolares; o de leitos em hospitais; de médicos; de casas com água, luz e

esgoto. E aumentou a proporção de lares com eletrodomésticos e automóveis.

O estímulo à exportação deu resultado. Em 1964, exportamos 9,7% de nossa produção; em 1976, 22,5%. Mas aconteceram fenômenos curiosos. Com o feijão, por exemplo, base da alimentação do brasileiro. Em 1964, produzimos 1,9 milhão de toneladas, contra 300 000 toneladas de soja. Em 1980, produzimos 15,1 milhões de toneladas de soja, contra 1,9 milhão de toneladas de feijão. Ou seja, o alimento mais popular do país ficou na mesma, enquanto a soja, estimulada pelo mercado externo e pelos incentivos do governo, cresceu 5 000%.

No período áureo da ditadura militar, entre 1968 e 1973, a economia brasileira cresceu 11% ao ano. O “milagre” resultou de vários fatores:

- arrocho de salários, permitindo maior poupança aos capitalistas para investir;
- situação internacional vantajosa: preços altos na venda de produtos brasileiros e baixos na compra de alguns estrangeiros, como petróleo;
- grandes investimentos estatais;
- taxas de juros internacionais baixas;
- grande endividamento externo, público e particular;
- participação das multinacionais.

A crise

A economia capitalista, vale recordar, se desenvolve em ciclos: à expansão sucede a recessão. Quanto maior a expansão, maior a recessão. Os países centrais administram suas economias de modo a evitar crescimento acelerado, para impedir recessão brusca e violenta. Os ciclos tornam-se mais suaves. Os países dependentes não conseguem controlar seus ciclos pois, além de sua situação interna, sofrem as consequências da crise do resto do mundo. Assim, por volta de 1974, começou uma crise mundial, com o aumento do preço do petróleo e outros produtos, como trigo e fertilizantes; e o déficit da nossa balança comercial, entre 1974 e 1977, chegou a 10 bilhões de dólares.

No Brasil, a crise foi duplamente grave, porque:

- o “milagre” feito com financiamento externo, que acarretou enorme dívida, não desenvolveu o mercado interno; concentrou-se em grandes

obras, muitas delas desnecessárias (usinas nucleares por exemplo), e na produção de bens duráveis inacessíveis ao grosso da população (aparelhos eletrônicos, automóveis);

- com a crise mundial, os juros subiram e o Brasil passou a receber pelas exportações menos do que pagava por elas.

Entre 1970 e 1980, cresceu a concentração de renda: os ricos ficaram mais ricos; os pobres, mais pobres. Os 5% mais ricos aumentaram sua participação de 30,3% para 34,7% na renda urbana; e de 23,7% para 44,2% na renda rural. Os 50% mais pobres diminuíram sua participação de 16% para 13,1% na renda urbana; e de 22,4% para 14,9% na renda rural.

A concentração impediu a maior parte da população de usufruir do “milagre” e o governo justificava com a famosa tirada de que era preciso “fazer o bolo crescer para depois repartir”. O bolo cresceu mas jamais foi repartido. A crise tornou a situação do povo dramática: desemprego jamais visto, salário real despencando. Em 1984, de cada três brasileiros, dois passavam fome; e 1 000 crianças de até 1 ano morriam de fome diariamente. Em vésperas do golpe militar de 1964, havia 27 milhões de desnutridos no país, ou 38% da população; em 1984, o número chegou a 84 milhões, ou 65% da população.

3. O papel das multinacionais

A economia brasileira sempre esteve voltada para o mercado externo: pau-brasil, açúcar, ouro, café, borracha, cacau, minério de ferro, soja... Esse comércio se caracteriza pela exportação de produtos não-industrializados e importação de bens manufaturados, a preços superiores aos daqueles. Até o fim do período colonial, isto era inevitável, pois os portugueses impediam a industrialização. Mas, após a Independência, o país continuou exportando matéria-prima e importando bens industrializados, cada vez mais caros. Isto é, o Brasil continuou em situação de *dependência econômica*.

A presença de empresas estrangeiras acrescentou outro elemento a essa dependência: elas passaram a ocupar espaços na produção e no comércio dos produtos. O interesse das empresas multinacionais em países do Terceiro Mundo se explica por três fatores:

- abrir ou consolidar mercados;
- ter acesso fácil a matérias-primas e a recursos naturais;
- obter mão-de-obra barata.

Para as multinacionais, o Brasil era um sonho dourado, pois possuía os três fatores. No fim da II Guerra Mundial, já havia 42 subsidiárias de empresas americanas no Brasil; 28 resultaram da compra pura e simples de empresas brasileiras.

Juscelino facilita

A guinada pró-capital estrangeiro começou após a morte de Getúlio. O vice, Café Filho, aprovou a Resolução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que permitiu às multinacionais importar máquinas, mesmo obsoletas, sem pagar taxa. Era apenas o ensaio para o que aconteceria no governo de Juscelino Kubitschek.

A partir de 1955, abriram-se as portas ao capital estrangeiro. Juscelino ofereceu um pacote de estímulos. Isentou as *múltis*, durante um período de carência, de impostos para importação de máquinas; forneceu créditos federais, facilidades de infra-estrutura e outras vantagens. Nos cinco anos do governo Juscelino, os investimentos estrangeiros somaram 120 milhões de dólares por ano, cinco vezes mais do que o investido anteriormente. A produção de máquinas cresceu 125%; a de equipamentos elétricos, 300%; o Produto Interno Bruto, 7% ao ano. Qual o preço pago?

No fim do governo JK, como a imprensa o chamava, os grupos multinacionais já dominavam: 100% da indústria automobilística; 90% da de vidro; 86% da farmacêutica; 80% da de borracha; 60% da de máquinas e autopeças; detinham 31% da produção industrial e 8,5% do Produto Nacional Bruto (PNB).

1964: mais concessões

Durante o governo João Goulart, o capital estrangeiro tomou alguns sustos. Por exemplo, a encampação de subsidiárias da companhia telefônica ITT e da empresa de eletricidade American & Foreign Power, por iniciativa do então governador gaúcho Leonel Brizola. Mas o que mais preocupava era a regulamentação da remessa de

lucros para o exterior. Para impedir esta reforma de base, as múltis se aliaram ao bloco vitorioso em abril de 1964.

O regime militar iria além da liberação da remessa de lucros: criaria condições para que esses lucros aumentassem. Seriam eliminadas as garantias de emprego, para reduzir os gastos com mão-de-obra; o Estado se modernizaria, para se tornar um patrocinador do crescimento do grande capital; reformas fiscais facilitariam a transferência das riquezas do bolso dos trabalhadores para o financiamento de grandes projetos. Nada disso seria possível sem repressão ao meio operário.

O resultado é fácil de verificar. Em 1978, entre as 500 maiores empresas privadas do país, 169 eram estrangeiras:

- 71 americanas;
- 22 alemãs;
- 11 holandesas;
- 11 italianas;
- 9 inglesas; etc.

As múltis detinham 50% do valor total de vendas. Em termos de faturamento, das dez maiores empresas, apenas duas eram brasileiras. Veja o quadro:

EMPRESAS QUE MAIS FATURAM

NO BRASIL — 1979

Em bilhões de cruzeiros

Empresa	Nacionalidade	Faturamento
Petrobrás	Brasil	225,2
Esso	EUA	57,1
Shell	Inglaterra	48,8
Volkswagen	Alemanha	47,4
Atlantic	EUA	37,1
Texaco	EUA	36,8
Ford	EUA	31,8
M.-Benz	Alemanha	30,8
General Motors	EUA	29,7
Petróleo Ipiranga	Brasil	26,3

Dois aspectos marcam a invasão das múltis:

- Elas levam mais dólares do que trazem; estudo da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre multinacionais, que analisou onze delas de 1965 a 1975, mostrou que não houve exceção e que o exemplo extremo era o da Volkswagen: somando tudo quanto ela havia aplicado no país até 1975, inclusive lucro gerado internamente, e subtraindo o enviado para fora, o que sobrava era um rombo de 159,6 milhões de dólares.

● Elas desenvolvem seus projetos com incentivos fiscais, isto é, com dinheiro do povo brasileiro; isto se deu especialmente na compra de terras e no desenvolvimento de projetos agropecuários.

As múltiplas, depois de dominar a indústria, partiram para a conquista do interior. Grandes projetos se desenvolveram, principalmente na Amazônia e no Nordeste. Um episódio ilustra a colaboração oficial. Em 1975, o ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, reunido com empresários estrangeiros em Salzburg (Áustria), ouviu queixas contra a lei brasileira que regulamenta a venda de terras a estrangeiros: um item restringe a 10% da área do município a quantidade que eles podem comprar. O ministro deu aos capitalistas internacionais um conselho: "Basta pegar dois municípios vizinhos e comprar dez por cento de um e dez por cento de outro".

4. Poder jamais visto

O projeto que os militares tinham em mente não poderia sustentar-se, caso não tivessem poderes excepcionais nas mãos. Eles apelaram para a *legitimidade revolucionária* e se atribuíram tais poderes, mediante *Atos Institucionais* (AIs). Vamos resumir os dispositivos mais importantes:

AI-1 (9-4-1964) — Eleição indireta do presidente; autorização ao Executivo para, durante 60 dias, cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos; suspensão das garantias constitucionais por seis meses.

AI-2 (27-10-1965) — Mais poderes ao presidente quanto à apresentação de projetos de lei; Justiça Militar passa a julgar civis incurso em crimes contra a segurança nacional; eleições indiretas para os futuros presidentes; autorização para cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos; extinção dos partidos políticos e autorização para a organização de apenas dois: Arena (Aliança Renovadora Nacional, pró-regime militar) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro, de oposição consentida).

AI-3 (5-2-1966) — Eleições indiretas para governadores de Estados; nomeação de prefeitos de capitais pelos governadores.

AI-5 (13-12-1968) — Autorização ao presidente da República para: decretar o recesso do Congresso, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais; intervir nos Estados, municípios e territórios; cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos; decretar estado de sítio; decretar o confisco de bens.

O general Costa e Silva, ao baixar o AI-5, pôs o Congresso em recesso. Este só seria convocado novamente para aprovar a indicação do general Médici para a Presidência, em outubro de 1969. O pretexto para decretar o AI-5 e fechar o Congresso foi a negativa deste para o Executivo processar o deputado Márcio Moreira Alves, acusado de ofender as Forças Armadas em discurso. Os poderes discricionários de que a ditadura passaria a dispor com o AI-5 não tinham limites. O vice-presidente, Pedro Aleixo, um civil, declarou então que, com o AI-5 em vigência, o que ele temia não era tanto os chefes militares, mas o guarda da esquina.

Era uma profecia do que estava por vir.

AI-12 (31-8-1969) — Autorização aos ministros militares para assumir o governo em lugar do vice-presidente, Pedro Aleixo, quando Costa e Silva adoeceu gravemente.

Em 24 de janeiro de 1967 foi promulgada nova Constituição. Em 1969, a junta militar introduziu a *Emenda Constitucional nº 1*, concentrando mais poderes ainda nas mãos do Executivo. Contra esta Constituição, modificada por emendas posteriores, amplos setores da sociedade se manifestariam a partir do fim da década de 1970, exigindo uma nova Carta, elaborada por uma Assembléia Constituinte.

A Emenda Constitucional de 1969 concedia poderes extraordinários ao presidente. Só a ele caberia a iniciativa de leis que dispusessem sobre:

- matéria financeira;
- criação de cargos, funções ou empregos públicos ou o aumento de vencimentos ou da despesa pública;
- fixação ou modificação dos efetivos das Forças Armadas;
- organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoais da administração do Distrito Federal, bem como sobre organização judiciária, administrativa e matéria judiciária dos territórios;

- servidores públicos da União, seu regime jurídico, provimento de cargos públicos, estabilidade e aposentadoria de funcionários civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

- concessão de anistia relativa a crimes políticos, ouvido o Conselho de Segurança Nacional.

Também de acordo com o *artigo 81* da Constituição caberia apenas ao presidente:

- exercer a direção superior da administração federal, com o auxílio dos ministros;

- sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

- vetar projetos de lei;

- exercer o comando das Forças Armadas;

- determinar medidas de emergência e decretar estado de sítio e estado de emergência;

- decretar e executar a intervenção federal.

Ficaram, pois, bastante limitadas as atribuições e iniciativas do Poder Legislativo, especialmente em seu campo de atuação, que é o de discutir, elaborar e aprovar leis de interesse coletivo. Em 1980, por exemplo, o Legislativo aprovou 90% de projetos emanados do Executivo. Também ficou prejudicada a independência do Poder Judiciário, pois a Constituição de 1969 restringiu as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos dos juízes.

5. Cassação, censura, tortura

Os governos militares resumiram seus grandes objetivos em duas palavras: *segurança e desenvolvimento*. Tais metas são contestadas, pois o desenvolvimento beneficiou a poucos e promoveu-se a segurança para o Estado, à custa da insegurança da população. “*O país vai bem, o povo é que vai mal*”, sintetizaria um dos próprios generais-presidentes, Garrastazu Médici. De fato, os 10% mais ricos do país, que se apropriavam de 45,4% da renda nacional em 1960, passariam a apropriar-se de 54% em 1976. As consequências do aguçamento das desigualdades ficariam bem visíveis nas grandes cidades, assoladas pela violência, coalhadas de favelas, com crianças abandonadas pelas ruas, ao lado de majestosos edifícios-sedes de multinacionais e bairros opulentos, com suas mansões cercadas de grades e protegidas por seguranças particulares.

Tal como no Irã, na Coreia do Sul, na Indonésia

e em outros países, também no Brasil o “milagre econômico” promovido em associação com multinacionais se deu em condições de autoritarismo e dura repressão política a toda oposição. As publicações foram censuradas, as contestações armadas reprimidas com tortura e execuções; políticos, cassados. Perto de 5 000 pessoas perderam os direitos políticos, entre militares, professores, governadores, prefeitos, deputados federais, juízes, servidores públicos, três ex-presidentes. Cerca de 150 militantes “desapareceram” e 180 foram mortos. Pelo menos em São Paulo, grandes empresas financiaram a montagem do aparelho repressivo, que incluía câmaras de tortura.

As ações do regime militar se pautavam pela *doutrina da segurança nacional*, desenvolvida a partir da guerra fria; ela atribui ao Estado, como principal função, a defesa da “ordem democrática” contra a “guerra revolucionária, subversiva”, promovida pelo “movimento comunista internacional”. Para cumprir a tarefa, o Estado se apóia nas Forças Armadas, encarregadas tanto da difusão ideológica quanto da repressão. O confronto entre *mundo livre* e comunismo seria agora travado dentro da sociedade: de um lado, a *subversão* das greves, passeatas, luta armada etc.; de outro, as *forças da ordem*, o governo e seus partidários. Em nome da segurança nacional valeria tudo, e a ditadura declarou guerra às forças populares e a todas as formas de resistência democrática.

Nessa guerra, o Estado militar tem poderosos aliados. Amedrontadas com a luta de classes e seduzidas pela promessa de segurança e desenvolvimento, a burguesia e boa parte da classe média aderem ou se acomodam ao regime autoritário. A classe média quer a ordem da segurança individual e do controle de conflitos sociais; o empresariado nacional e estrangeiro quer retomar o crescimento em condições favoráveis (abertura da economia para o exterior, acesso a subsídios e crédito público, arrocho salarial, controle sindical).

A partir da *Lei de Segurança Nacional* de 1969, várias vezes reformulada, todo cidadão passava a ser responsável pela segurança nacional. Ou seja, responsável pela segurança do Estado militar e, assim, privado dos direitos da cidadania. A Lei nº 6 620, de 17 de dezembro de 1978, atribuiu à Justiça Militar o julgamento dos crimes contra a segurança nacional, com base no Código de Processo Penal Militar. Ela descreveu nada menos de quarenta tipos de crimes, como estes:

Art. 14 — Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas.

Art. 19 — Ofender publicamente, por palavras ou escrito, chefe de governo de nação estrangeira.

Art. 33 — Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo.

Art. 37 — Cessarem funcionários públicos, coletivamente, no todo ou em parte, os serviços a seu cargo.

Art. 42 — Fazer propaganda subversiva.

O artigo 50 dava ao ministro da Justiça poder para apreender livro, revista, boletim, panfleto, filme, fotografia ou gravação de qualquer espécie. Contra os estudantes se abateu o *Decreto 477*, de fevereiro de 1969, que proibia atividades políticas nas escolas; a diretoria poderia suspender os infratores. Até 1968, os operários ainda se manifestaram. Criaram em 1967 o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA) e realizaram grandes greves em Osasco (SP) e Contagem (MG). Mas com o AI-5, baixado numa sexta-feira 13, em dezembro de 1968, começou a grande noite dos trabalhadores. Até 1974, o movimento sindical se desenvolveria na clandestinidade.

Artes e imprensa sofreram rigorosa censura. Em muitos jornais, os censores trabalhavam em plena redação; liam tudo e tudo olhavam. Cortavam textos e riscavam fotos que julgavam inconvenientes. Alguns jornais resolveram mostrar aos leitores que estavam sob censura: o paulista *Jornal da Tarde* publicava receitas culinárias no lugar da foto ou texto que o censor cortava; *O Estado de S. Paulo* publicava poemas de Camões.

Nas artes, a censura começou no dia seguinte ao golpe militar: a peça *Os Pequenos Burgueses*, de Máximo Gorki, foi proibida e só voltou ao cartaz três meses depois, com a exclusão da *Internacional*, hino comunista.

A repressão em geral e a censura em particular foram mais violentas entre 1969 e 1974, no gover-

no Médici. Entre outros, foram proibidos os filmes estrangeiros *Último Tango em Paris*; *Queimada*; *Sacco e Vanzetti*; *Mimi, o Metalúrgico*; e os nacionais *Toda Nudez Será Castigada* e *Terra em Transe*. O governo militar apreendeu 100 filmes brasileiros em 1970.

O campeão dos censurados no teatro foi Plínio Marcos — *Navalha na Carne*; *Dois Perdidos numa Noite Suja*. Foram proibidas até peças premiadas por órgãos do governo, como *Rasga Coração*, de Oduvaldo Viana Filho; e *Aprendiz de Feiticeiro*, peça infantil de Maria Clara Machado.

A Lei de Segurança Nacional enquadrava vários compositores por desrespeito à censura. Em 1976, foram vetadas 292 composições. Chico Buarque, Taiguara e Luiz Gonzaga Júnior foram os mais proibidos. A música *Pra Não Dizer que não Falei das Flores (Caminhando)*, de Geraldo Vandré, ficou célebre e passou a ser cantada quando havia manifestações públicas.

A censura proibiu, entre outros, livros de Lênin, Che Guevara, Mao Tse-tung. *História do Surrealismo* foi proibido só porque um artigo se chamava “Revolução na Poesia”, e a palavra *revolução* estava proibida. O artista Volpini foi condenado a um ano de prisão porque seu quadro *Penhor da Igualdade* usava uma fotografia em que aparecia, num muro, a inscrição “Viva a Guerrilha do Pará”.

A preocupação com a segurança se expressou também na criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que montou uma rede com milhares de agentes secretos e informantes, infiltrados em órgãos públicos, empresas, sindicatos, escolas, bares, edifícios. Com tanta preocupação com a segurança, a *insegurança* tornou-se companheira de todas as horas: um colega de trabalho, estudante, vizinho, qualquer um poderia ser um espião do SNI.

Organizações paramilitares completavam o serviço de contenção dos movimentos populares. Entre esses grupos, havia um, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), cujos integrantes andavam armados de maneira ostensiva.

6. A resistência

A nação não aceitou passivamente o regime instaurado em 1964. Amplos setores da população — políticos, trabalhadores, estudantes, artistas, organizações da sociedade civil — se opuse-

ram à ditadura militar e lutaram contra a repressão e pela volta ao processo democrático. Os episódios lembrados a seguir ilustram uma parte dessa resistência.

No Rio de Janeiro, em 1968, em protesto contra o regime e contra a morte do estudante Edson Luís pela polícia, 100 000 pessoas saíram às ruas em passeata: a *passeata dos cem mil*. Em São Paulo, a polícia prendeu 900 estudantes, de todas as partes do país, reunidos para um congresso da UNE.

Os religiosos dominicanos estiveram na primeira linha da resistência da Igreja Católica. Vários foram presos e torturados. Um deles, o frei Tito, suicidou-se na França, após sua libertação em troca de um embaixador seqüestrado pela guerrilha urbana. Tito sucumbiu aos traumas provocados por terríveis sessões de tortura, praticadas pela polícia e pelo Exército em São Paulo.

Muitos brasileiros, jovens em sua maioria, viram no AI5 o fechamento dos meios de resistência pacíficos e se lançaram à luta armada. A partir de 1968, surgiram várias organizações, resultantes de divisões do Partido Comunista. Entre outras, podemos citar:

- Var-Palmares, Vanguarda Armada Revolucionária Palmares;

- VPR, Vanguarda Popular Revolucionária;
- Colina, Comando de Libertação Nacional;
- MR-8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (data da morte de Che Guevara na Bolívia em 1967).

Essas organizações tinham como líderes militantes de esquerda, como o ex-deputado federal comunista Carlos Marighella, ou militares, como o capitão Carlos Lamarca, que fugiu de um quartel do Exército em Osasco (São Paulo), com um caminhão carregado de armas. Tentaram a guerrilha urbana. Seqüestravam diplomatas estrangeiros e os trocavam por presos políticos, que o governo baniu e enviava ao exterior. Para conseguir fundos, assaltavam bancos. A tática se revelou ineficiente e não ganhou o apoio da população. A repressão policial-militar dizimou todos os grupos, que a propaganda do regime chamava de *terroristas*.

A oposição armada tentou também a guerrilha rural. Dois episódios merecem destaque:

1. O foco guerrilheiro, com não mais de uma

dezena de combatentes, liderado por Lamarca no Vale do Ribeira, São Paulo. Conseguiram furar o cerco de milhares de soldados e escapar.

2. A guerrilha do Araguaia, entre Goiás, Pará e Maranhão, entre 1969 e 1974, com cerca de 70 revolucionários. Para combatê-los, foram arregimentados 20 000 militares, numa operação que usou pára-quedistas e exigiu até a construção de estradas. Quase todos os guerrilheiros foram mortos.

O líder mais conhecido da guerrilha do Araguaia foi Osvaldo Orlando da Costa, mineiro nascido em 1938 e morto em 1974, no sul do Pará. O general Hugo Abreu, um dos militares que combateram a guerrilha, considerou-a “o mais importante movimento armado já ocorrido no Brasil rural”.

Questões propostas

1. Quais foram as primeiras medidas do regime militar instaurado em 1964? Que entidade contribuiu para sua instituição? Comente-a.
2. Quais eram os objetivos econômicos do regime militar?
3. O que foi o “milagre brasileiro”? A que se deveu?
4. Por que a crise se mostrou tão grave no Brasil?
5. Comente o resultado da crise e do “milagre” para a maioria da população brasileira, partindo do fenômeno da concentração de renda entre 1970 e 1980.
6. O que leva as multinacionais a instalar-se em países do Terceiro Mundo? Como o governo de Juscelino Kubitschek as tratou? Como elas se saíram durante esse governo?
7. Quais os dois aspectos característicos da atuação das multinacionais no Brasil?
8. Com que instrumentos os militares fizeram a

escalada rumo à concentração de poderes quase que ilimitados em suas mãos? Comente o mais discricionário desses instrumentos.

multinacionais? O que aconteceu no caso do Brasil?

9. O que era a doutrina da segurança nacional?

11. O que era o SNI? Como atuava?

10. Que conseqüências traz o crescimento econômico promovido em associação com as

12. Faça uma síntese sobre os movimentos armados de contestação à ditadura militar, na cidade e no campo.



Rio de Janeiro, 2 de abril de 1964.

Tropas militares ocupam as ruas da cidade, consolidando o golpe desencadeado dois dias antes, que derrubou o governo de João Goulart.



Contra o regime de ditadura implantado pelos militares em 1964 ergueram-se amplos setores da sociedade, sobretudo estudantes, intelectuais e artistas.

Na foto, da esquerda para a direita: Tônia Carrero, Eva Wilma, Odete Lara, Norma Benguell e Cacilda Becker.

Capítulo 95

Contradições do mundo contemporâneo: Brasil, idas e vindas da abertura

Em março de 1974, no início de seu governo, o general Ernesto Geisel apresentou a proposta de um “gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático”. Dez anos depois, os gigantescos comícios por eleições diretas para presidente da República tornavam clara a intenção do povo brasileiro de voltar a tomar conta de seu próprio destino.

O cauteloso projeto de anistia política se acelerou com a mobilização da opinião pública e, antes do fim da década de 1970, os exilados estavam de volta ao país. Os tribunais reduziram as penas impostas no auge da ditadura e os “criminosos políticos” saíram das prisões. A Lei de Segurança Nacional caducou e a Justiça já ignorava alguns dispositivos antes mesmo de sua reformulação, em 1984.

Sindicatos mais combativos ainda sofriam intervenções nos últimos tempos do regime militar, mas muitos empresários já negociavam com os líderes afastados e deixavam à margem os interventores governistas.

Claro que não foi um processo contínuo. Houve idas e vindas para que o projeto de abertura cumprisse sua finalidade — garantir a permanência do poder nas mãos daqueles que o detinham. A mobilização da sociedade, a maturidade e a vivência do povo brasileiro, suas lutas, tudo isso assegurou a continuidade da abertura, apesar de alguns retrocessos e dos *casuísmos* — as alterações das regras do jogo com o jogo em pleno andamento.

1. Começo promissor

A *distensão lenta e segura* enfrentou o primeiro teste nas eleições parlamentares de 1974. Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) debateram

livremente na tevê. A Arena procurava defender as realizações do governo; o MDB insistia na incapacidade do autoritarismo em resolver os problemas do povo.

Resultado: para o Senado, o MDB conquistou 15 milhões de votos e fez 16 senadores; a Arena, com 12 milhões, elegeu apenas cinco.

Em outubro de 1975, porém, um crime brutal desnudou o que se passava nos *porões da ditadura* e marcou uma nova fase de luta por democracia e pelo controle sobre os atos dos governantes. Investigando a suposta reorganização do Partido Comunista, em São Paulo, agentes do II Exército procuraram o jornalista Vladimir Herzog na TV Cultura e, como ele não estivesse, receberam de um diretor a promessa de que ele se apresentaria na manhã seguinte, espontaneamente.

Um dia depois, a notícia-bomba: Vladimir estava morto. A desculpa do Exército não resistia ao menor exame: Vladimir teria se enforcado com o cinto do macacão que os prisioneiros usavam. Na cela não existiam lugares altos onde prender o cinto e, para conseguir matar-se, o jornalista teria se ajoelhado no chão. Todos sabiam o que havia acontecido. Vladimir tinha sido assassinado sob torturas.

O cinismo das autoridades tinha passado dos limites. Apesar da repressão policial, um culto ecumênico em memória de Herzog levou uma multidão à catedral da Sé, no centro de São Paulo. Pela primeira vez em muitos anos, a sociedade civil se manifestava abertamente. Os assassinos ficaram impunes, mas a mobilização popular daria frutos anos mais tarde, quando a Justiça reconheceu a responsabilidade da União pelo que ocorrera nas dependências do II Exército. O governo estava pela primeira vez na condição de réu.

Em janeiro de 1976, mal o país se recompunha do choque, a história se repetia, desta vez com um jovem operário, Manuel Fiel Filho. Agora, a desculpa beirava a insanidade: ele teria se enforcado com uma meia. Geisel não tinha escolha. Se acobertasse mais este assassinato, seu projeto de abertura perderia toda a credibilidade. Deslocou-se até São Paulo e demitiu o comandante do II Exército, general Ednardo d'Ávila Melo.

Era o primeiro golpe contra o aparato repressivo montado a partir do final da década de 1960.

2. O “pacote de abril”

Abril de 1977. O governo precisava do apoio de dois terços dos congressistas para aprovar emenda constitucional que propunha a reforma do Poder Judiciário. O MDB a desaprovava, pois não havia participado de sua elaboração e não tinha condições de modificá-la. Usando os poderes que o AI 5 lhe dava, Geisel fechou o Congresso e editou uma série de medidas, conhecidas como o *pacote de abril*.

Geisel primeiro reformou o Poder Judiciário, através da *Emenda nº 7*, de 13 de abril. No dia seguinte, atingiu seu verdadeiro alvo, a classe política, principalmente a oposição. Em 1978 haveria eleições: indiretas para presidente, ou seja, o Colégio Eleitoral apenas consagraria o nome indicado pelo general Geisel; e diretas para governos estaduais e para o Legislativo. Dois terços do Senado seriam renovados. Esperava-se que o MDB repetisse 1974 e esmagasse a Arena.

Para evitar o massacre da Arena e a perda de maioria no Senado, Geisel determinou que um terço dos senadores seria escolhido em eleições indiretas, ou seja, seriam “indicados”. O controle do Senado se manteria nas mãos do governo graças aos senadores que o povo apelidou de *biônicos*, em alusão a um personagem de seriado da televisão, um ser artificial, mistura de gente com máquina.

O *pacote de abril* também manteve a escolha indireta de governadores em 1978, adiando por quatro anos a derrota do partido governista nos Estados. Geisel estendeu o mandato presidencial de cinco para seis anos e assinou a *Lei Falcão*, elaborada pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão: ela limitava a propaganda eleitoral no rádio e televisão à veiculação do nome, número e breve currículo dos candidatos.

3. Salvaguardas para Figueiredo

Uma preocupação de Geisel era *fazer* o sucessor, escolhido entre os generais de Exército, os de quatro estrelas. Mas o ministro do Exército, Sílvio Frota, da chamada *linha dura*, queria ser o novo presidente. Ele se identificava com as posições mais conservadoras: por exemplo, opôs-se ao reconhecimento do governo de Angola, recém-independente de Portugal. Geisel decidiu

demitir-lo, mas ele resistiu e tentou reunir os comandantes de Exércitos em Brasília. Os assessores do presidente conseguiram levá-los do aeroporto diretamente ao Palácio do Planalto. Geisel pôs as cartas na mesa: ou ele ou Frota. Os generais ficaram com Geisel e, ao pretendente, restou amargar na reserva sua frustração.

A abertura trouxe outro resultado concreto: o gradativo desaparecimento da censura, problema herdado de Médici. Geisel liberou primeiro os grandes jornais. Os oposicionistas mais ferrenhos tiveram de esperar quase até o fim do governo. A *Tribuna da Imprensa* (Rio) e os semanários *Movimento* e *O São Paulo* (da arquidiocese paulista) só foram liberados em junho de 1978.

A extinção do AI 5, símbolo do arbítrio, coroou a abertura. A Emenda Constitucional nº 11, aprovada em 13 de outubro de 1978 para vigorar a partir de 1º de janeiro seguinte, revogou os Atos Institucionais, exceto seus efeitos; isto é, o que estava feito, estava feito, mesmo que tivesse sido contra os direitos dos cidadãos.

Geisel preocupou-se, porém, em não deixar o sucessor sem mecanismos de defesa do Estado, caso tivesse a autoridade contestada. Instituiu as *salvaguardas constitucionais*, para substituir os AIs. Eram medidas que limitavam certos direitos, como o de reunião, e permitiam à polícia invadir residências, prender sem ordem judicial etc.

O Executivo pode decidir sozinho quando aplicar as salvaguardas constitucionais; apenas é obrigado a comunicar ao Legislativo. Só no caso de estado de sítio, a Constituição determina que seja submetido ao Congresso, o que supõe que o decreto deva ser aprovado pelo Legislativo.

4. Campanha da anistia

O general João Batista Figueiredo assumiu em 15 de março de 1979 prometendo “fazer deste país uma democracia”. O primeiro passo foi a Lei da Anistia, aprovada em 28 de agosto de 1979. Não se tratava de concessão do governo, mas resultado de ampla campanha popular, iniciada nos primeiros dias após o golpe militar de 1964. A reivindicação ressurgiria numerosas vezes, por projetos de parlamentares e de manifestações de políticos e intelectuais.

Em 1972, o MDB incluiu em seu programa a *anistia ampla e total*. Em 1974, Terezinha Zerbini,

mulher de um dos generais cassados em 1964, fundou o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA). Um manifesto colheu 20 000 assinaturas. Em agosto de 1974, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou moção de anistia aos presos políticos. O movimento se intensificou com a adesão de personalidades, como o advogado Sobral Pinto, o cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, o general Juarez Távora e outros.

A primeira manifestação ocorreu em Porto Alegre em abril de 1977. No mesmo ano, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), reivindicou a reintegração dos cientistas cassados; e realizou-se em São Paulo o I Encontro Nacional pela Anistia.

Em 1978, foi fundado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Uma greve de fome de 84 presos políticos, a Conferência Internacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita no Brasil, realizada na Itália, e a divulgação da Carta de Princípios da Anistia reforçaram o movimento.

Pressionado pela política de direitos humanos do presidente americano Jimmy Carter, pelas greves do ABC paulista e pelas manifestações populares, o governo Figueiredo enviou ao Congresso projeto propondo anistia parcial. O povo pedia *anistia ampla, geral e irrestrita*. Uma passeata reuniu 20 000 pessoas em 14 de agosto de 1979, no Rio, na maior manifestação pública desde 1968.

Em 28 de agosto, com as galerias do Congresso lotadas, aprovou-se o projeto: era a anistia *geral*, pois abrangia todos os episódios ocorridos até aquele ano, mas não *irrestrita*, pois ficaram de fora os condenados por terrorismo e havia algumas condições para sua aplicação: os funcionários públicos, por exemplo, só seriam reintegrados depois que comissões especiais examinassem caso a caso. Além disso, ao anistiar os crimes conexos, a lei anistiou os torturadores e autores de fraudes eleitorais.

Numerosos exilados voltaram ao país e reintegraram-se na vida política nacional.

5. O movimento sindical

A partir de 1978, centenas de milhares de trabalhadores, da cidade e do campo, passaram a dar novo impulso às atividades sindicais. Houve greves no ABC paulista, no Rio, em Minas, na

zona canavieira de Pernambuco e Rio Grande do Norte, Bahia e outros Estados. Muitas conseguiram vitórias importantes.

O resultado foi que os trabalhadores começaram a preocupar-se em coordenar suas entidades. Em 1981, realizou-se a Conferência das Classes Trabalhadoras (Conclat), com mais de 5 000 delegados, mais de mil deles vindos do campo. Eles elegeram os membros da comissão Pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores) e, a seguir, criaram organismos intersindicais em todos os Estados.

Em agosto de 1983, deu-se o primeiro grande Congresso das Classes Trabalhadoras, com a fundação da CUT. Em novembro, congresso discordante da CUT criou a Conclat — Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora.

6. Uma bomba no colo

Em 1979, três meses depois da anistia, o governo acabou com o bipartidarismo e dissolveu os dois partidos existentes. Não queria perder a maioria dos governos estaduais e a maioria do Congresso nas eleições de 1982. Esperava que a criação de novos partidos dividisse a oposição. Um novo quadro se formou:

- o MDB tentou manter-se inteiro e seus líderes criaram o **PMDB**, Partido do Movimento Democrático Brasileiro;

- a Arena também procurou manter-se, transformando-se em **PDS**, Partido Democrático Social;

- sindicalistas, intelectuais e estudantes formaram a partir de São Paulo o **PT**, Partido dos Trabalhadores;

- os trabalhistas brigaram entre si pela tradicional sigla do **PTB**, Partido Trabalhista Brasileiro, fundado por inspiração de Getúlio Vargas, seu primeiro presidente de honra; a Justiça Eleitoral decidiu entregá-la ao grupo de Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio;

- o grupo trabalhista de Leonel Brizola se conformou em fundar novo partido, o **PDT**, Partido Democrático Trabalhista;

- conservadores do MDB e ex-arenistas fundaram o **PP**, Partido Popular, de vida curta, pois não teve condições legais de concorrer em 1982 e se incorporou ao PMDB e, alguns membros, ao PDS.

A abertura não prosseguiria sem novos tropeços, contudo. Entre 1980 e 1981, ocorreram

incêndios em bancas de jornais que vendiam publicações de oposição, além de outros atentados. Os indícios apontavam para grupos de direita, insatisfeitos com a abertura política, mas a polícia nada descobria. Dois fatos merecem destaque, pela gravidade:

1. Uma bomba, enviada por carta à sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio, explodiu e matou a secretária Lyda Monteiro da Silva. Outra, que explodiu na Câmara Municipal do Rio, mutilou o funcionário José Ribamar de Freitas.

2. Na véspera de 1º de maio de 1981, milhares de pessoas se reuniram para um show de comemoração do Dia do Trabalho no Riocentro (Rio de Janeiro). De repente, um estrondo. Uma bomba havia explodido no colo do sargento Guilherme Pereira Rosário, que estava dentro de um carro no estacionamento. A explosão o matou e feriu o capitão Wilson Luís Chaves Machado, que estaria ao volante. Os dois pertenciam ao serviço secreto do I Exército. Tudo indicava que iriam praticar um atentado e que a bomba explodiu antes, por acidente. Os superiores sabiam? Como o governo iria reagir ao fato?

O governo prometeu esclarecer tudo rapidamente. Mas o primeiro presidente do IPM (Inquérito Policial Militar), coronel Luís Antônio de Prado Ribeiro, foi afastado porque estava muito determinado a chegar à verdade; o substituto, coronel Job Sant'Ana, chegou a fantástica conclusão: um terrorista havia posto a bomba no colo do sargento. Esta conclusão, segundo observadores, levou o próprio articulador político do governo, general Golbery, a deixar o cargo de ministro do Gabinete Civil.

7. As oposições vencem

Depois de dezoito anos, o povo voltou a escolher os governadores. Em 15 de novembro de 1982, houve eleições também para prefeito, vereador, deputado estadual, deputado federal e senador. Mas os analfabetos ainda não tinham direito a voto; nem eleitores de capitais e municípios considerados *áreas de segurança nacional*.

O governo tinha tomado várias outras medidas para dificultar ao máximo a vitória das oposições:

- proibição de coligações: todos os partidos deveriam lançar candidatos para todos os cargos;
- vinculação total de votos: o eleitor tinha de votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos;

- proibição do voto de legenda: não se poderia votar apenas no partido, mas nos candidatos;

- cédula eleitoral sem o nome do partido;

- manutenção da Lei Falcão: os candidatos não podiam falar por rádio ou televisão; apenas se podia mostrar a foto e dar o nome e o currículo de cada um.

Mesmo com todas as limitações, o voto consagrou as oposições, vitoriosas nos Estados mais populosos e mais desenvolvidos. O PMDB elegeu os governadores de São Paulo, Paraná, Minas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará e Goiás. O PDT conquistou o Rio de Janeiro. Ao PDS, couberam o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e o Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

O PDS ficou em minoria na Câmara: 235 deputados federais, contra 244 da oposição (PMDB 200; PDT 23; PTB 13; PT 8). Para o Senado se elegeram 25 representantes: PDS 15; PMDB 9; PDT 1.

Ao repudiar o autoritarismo, o povo criou nova correlação de forças, que repercutiria no Legislativo. O dia 21 de setembro de 1983 constituiu uma data especial: pela primeira vez desde 1968, o Congresso rejeitou decreto-lei do Executivo, que modificava a lei salarial, anulando conquistas dos trabalhadores.

O Executivo não perdeu tempo. Enviou decreto-lei que limitava a 80% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) todos os reajustes salariais. O Congresso votou contra de novo. O PDS pressionou para adiar a votação, alegando que, somando Câmara e Senado, as oposições não tinham *quorum* para votar. O presidente do Congresso, senador Nilo Coelho, pronunciou então uma frase que entrou para a História: "*Eu não sou presidente do Congresso do PDS, sou presidente do Congresso do Brasil*".

O governo não desistiu. Enviou novo decreto-lei, permitindo reajustes escalonados, mas com média girando em torno de 80% do INPC. Para evitar pressão popular sobre o Congresso, o Exe-

cutivo decretou estado de emergência no Distrito Federal e impediu reuniões e a entrada de ônibus com manifestantes em Brasília. O executor das medidas, general Newton Cruz, chegou a interditar a sede da Ordem dos Advogados local, fato inédito nos 53 anos de existência da OAB.

Na incerteza de aprovar o novo decreto-lei, o governo ofereceu ao PTB alguns cargos de pouca importância em troca de apoio. O PTB, contra seu próprio programa, aceitou. Mesmo assim, um petebista votou contra, correndo o risco de ser expulso do partido e perder o mandato. Desta forma, o governo conseguiu aprovar o decreto do arrocho salarial.

8. A campanha Diretas-já

Nos últimos meses de 1983, intensificou-se a campanha pelas eleições diretas para presidente. Os detentores do poder classificaram a campanha como perturbadora da ordem e contra a Constituição, que previa a eleição do presidente pelo Colégio Eleitoral. Mas a legitimidade do Colégio foi contestada. Graças à nomeação dos senadores *biônicos* e à inclusão de seis deputados estaduais de cada Estado da federação, dos 686 eleitores do Colégio a oposição tinha apenas 325 votos, contra 361 do PDS; e a oposição tinha recebido, em 1982, 23 milhões de votos, contra apenas 17 milhões do PDS.

A campanha das Diretas-já chegou ao auge em abril de 1984, quando se daria a votação da *Emenda Dante de Oliveira*, que restabelecia as eleições diretas para presidente. O povo saía às ruas vestido de amarelo, a cor da campanha. Os comícios cresciam: 300 000 pessoas na Praça da Sé (São Paulo), em 25 de janeiro; 400 000 em Belo Horizonte; 60 000 em Belém; 1 milhão no Rio de Janeiro; mais de 1 milhão no Anhangabaú (São Paulo) em 16 de abril. Os organizadores do movimento convocaram *panelaços* e *buzinaços*. O país inteiro foi tomado pelas manifestações, alegres e ordeiras, pelas reuniões e comícios que terminavam sempre com o Hino Nacional cantado pelos presentes, de mãos dadas para o alto, em clima de emoção cívica. Pesquisas mostravam que 90% dos brasileiros queriam votar para presidente.

Mas o grupo do poder queria continuar usufruindo dos privilégios de vinte anos de ditadura.

Para tanto, usou de todos os meios. Um deles foi a emenda propondo diretas em 1988, que o governo enviou ao Congresso às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira. Com isso, esperava que deputados do PDS favoráveis às diretas deixassem de apoiar as Diretas-já.

Outro meio, mais violento, foi a decretação de medidas de emergência novamente para o Distrito Federal, com o mesmo executor, o general Newton Cruz. Ninguém entrava nem saía de Brasília sem passar pela revista de suas tropas. O governo passou a censurar e controlar as comunicações com o resto do país. Proibiu toda informação sobre o andamento da votação da emenda das diretas. O general Cruz, montado num cavalo branco, foi comparado a Mussolini pelo colega presidente, general Figueiredo. Pessoalmente, comandou a repressão às manifestações populares. Chegou a investir de chicote em punho contra motoristas que teimavam em buzinar a favor das Diretas-já.

Em clima de terror, Brasília amanheceu o 25 de abril de 1984, dia da votação. Em todos os Estados, armaram-se esquemas para fugir à censura e informar a população. Em São Paulo, havia um telefone ligado entre a Praça da Sé e Brasília. Do plenário do Congresso, o vice-governador Orestes Quércia transmitia, para milhares de pessoas reunidas na praça, o voto de cada parlamentar. A cada voto, contra ou a favor, o povo viajava ou aplaudia.

Finda a votação, a emenda das Diretas-já conseguiu 298 votos, 22 a menos que o necessário para ser aprovada. A frustração tomou conta da nação. Os nomes dos deputados que votaram contra (65) ou que não compareceram à votação (116) foram publicados pelos jornais e estampados pelas praças do país, expostos ao repúdio público.

9. A transição conciliadora

Abalado pela recessão e pela avassaladora mobilização popular das Diretas-já, o regime autoritário ficou fraco, mas não derrotado. A ditadura ainda tentava manter o controle do processo político, isto é, da *transição* para o regime democrático.

No final do governo Figueiredo, a transição se afunilava numa questão: a sucessão. Com a dita-

dura em agonia, a situação ficou confusa. O governo e aliados, os comandos militares, a maioria conservadora do PDS, pretendiam fazer mais um sucessor dentro das regras vigentes: eleição indireta pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985. Mas o bloco governista estava dividido. Na convenção do PDS, o candidato de Figueiredo, o coronel Mário Andreazza, perdeu para o ex-governador paulista Paulo Maluf, que os dissidentes liberais do partido não aceitavam.

O PDS se desmantelou. O vice-presidente Aureliano Chaves, os senadores Marco Maciel (PE) e Jorge Bornhausen (SC) e o próprio presidente do partido, o senador José Sarney (MA), abandonaram o barco; formaram a Frente Liberal e começaram a negociar com as oposições. Estas também estavam longe de formar um conjunto homogêneo. Setores à esquerda (PT, PDT, partidos comunistas e parte do PMDB) intensificavam a luta pelas diretas, enquanto setores moderados do PMDB já procuravam alternativas aceitáveis pelo regime.

Logo depois da derrota da emenda Dante de Oliveira, os moderados do PMDB lançaram Tancredo Neves, governador de Minas, candidato à presidência no Colégio Eleitoral, com apoio dos liberais dissidentes do PDS, que indicaram José Sarney como vice. Nascia a Aliança Democrática: PMDB + PFL (o recém-formado Partido da Frente Liberal).

No desenrolar da campanha, desapareceram as bases de sustentação de Paulo Maluf, sob a acusação de estar subornando eleitores do Colégio Eleitoral. Dos nove governadores do Nordeste, apenas um, o da Paraíba, o apoiou. Maluf usou vários expedientes para reverter a situação: desde manobras para tornar obrigatório o voto dos pedessistas no candidato do partido, até acusações de que a vitória da oposição resultaria em perseguições aos militares.

Apesar de tudo, a chapa da Aliança Democrática foi eleita em 15 de janeiro de 1985, derrotando a chapa oficial por 480 votos a 180. Depois de 21 anos de ditadura militar, o país voltava a ter um presidente civil.

“Venho em nome da conciliação”, disse Tancredo Neves ao saudar a vitória da *transição moderada e conciliadora*, sem confronto nem rupturas. Comprometendo-se com as mudanças,

Tancredo obteve apoio à esquerda e à direita, acenando com a conciliação nacional. Esse pacto conservador possibilitou o fim do regime militar de 1964. O povo saudou com esperança e entusiasmo o nascimento da Nova República, sob o signo da moderação. Mas uma tragédia radical espreitava.

Questões propostas

1. Como podemos explicar os avanços e recuos do processo de abertura do regime militar instaurado em 1964?
2. Como foram as eleições de 1974?
3. Resuma os episódios Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho.
4. Qual o pretexto usado para *opacote de abril*? O que era esta medida? O que eram os senadores *biônicos*?
5. Por que Geisel demitiu seu ministro do Exército?
6. Com que anunciados propósitos o general Figueiredo assumiu a presidência da República? Qual foi seu primeiro passo?
7. Resuma o que foi o movimento sindical na abertura.
8. Por que o governo extinguiu o bipartidarismo e acabou com MDB e Arena em 1979? Que novo quadro partidário surgiria?
9. Que leitura se pode fazer da decisão popular nas eleições de 1982? Dê um exemplo e mostre como reagiu o Executivo.
10. O que fez o governo para barrar as Diretas-já?
11. Resuma o processo que, no final do governo Figueiredo, levou o país a ter o primeiro presidente civil depois de 21 anos de ditadura militar.

Capítulo 96

A descolonização afro-asiática e a emergência do Terceiro Mundo

A II Guerra Mundial trouxe numerosas transformações em todo o cenário mundial: a crise das economias européias, a ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética, a disputa pela supremacia internacional entre essas duas potências, o conflito entre socialismo e capitalismo.

Mas uma das marcas mais significativas da nova situação internacional foi o surgimento de numerosas nações novas, como resultado do processo de descolonização — libertação das colônias da Ásia e da África das metrópoles colonialistas européias.

Na Ásia, as novas nações, todas elas muito atrasadas economicamente, se caracterizavam por um grande crescimento populacional. Exemplo disso são os dois países mais populosos do mundo: a Índia, que escolheu o caminho do capitalismo; e a China, que em 1949 fez sua revolução socialista liderada por Mao Tse-tung e implantou um governo comunista.

Como a Índia, a maior parte dos novos países asiáticos optou por não se alinhar nem ao lado da União Soviética nem ao lado dos Estados Unidos e seu bloco capitalista. As exceções foram o Vietnã, que se aproximou da China, e o Paquistão, a Tailândia e as Filipinas, que se ligaram aos Estados Unidos.

Na África, um processo de colonização iniciado no século XV englobou praticamente todo o continente. Na segunda metade do século XX, teve início um movimento de descolonização bastante rápido. De forma geral, após sua independência, os países africanos distanciaram-se das duas grandes potências — Estados Unidos e União Soviética —, passando a exercer, graças a seu grande número, influência crescente na ONU. Um desses momentos foi a admissão da República Popular da China como membro das Nações Unidas, em 1971, decidida basicamente pelo voto das nações africanas.

1. Ásia

A independência da Índia

A independência da Índia representou um dos momentos mais importantes de todo o processo de descolonização. A Índia era dominada pelos ingleses desde o século XVIII. Mas no final do século XIX, mais precisamente em 1885, teve início um movimento nacionalista, isto é, de oposição ao domínio britânico. Este movimento era encabeçado por alguns intelectuais cuja educação tinha sido favorecida pelos próprios ingleses.

A oposição nacionalista nada conseguiu até a Primeira Guerra Mundial. Finda esta guerra, no entanto, a Inglaterra estava muito enfraquecida economicamente e encontrava dificuldades para manter seu império colonial. As pressões para a independência cresciam cada vez mais.

Havia dois grandes grupos religiosos, e ao mesmo tempo políticos. Os hindus, que constituíam a maioria, e os muçulmanos, em menor número. Cada um desses grupos religiosos passou a formar organizações políticas próprias para lutar pela independência.

O principal grupo nacionalista era o *Partido do Congresso*, cujas origens remontavam ao movimento iniciado em 1885. O Partido do Congresso reunia partidários hindus. A partir da década de 20, uma figura carismática e de extraordinária liderança passou a destacar-se no seio do Partido do Congresso: Mohandas *Gandhi*.

Gandhi era um advogado que tinha estudado em Londres e iniciado sua militância política na África do Sul, onde viveu alguns anos e onde defendeu indianos vítimas de segregação racial. Tornou-se conhecido como o *Mahatma*, que significa "a grande alma", devido à inteligência e à coragem que demonstrou na luta contra os dominadores ingleses.

Gandhi concentrou sua luta sobretudo para que hindus e muçulmanos unissem suas forças para conseguirem juntos derrotar o inimigo colonialista. O grande líder reunia imensas massas de adeptos, que seguiam sua filosofia de *não-violência* e desobediência civil.

Um dos momentos culminantes do movimento pacifista de Gandhi ocorreu em 1930, quando fez com 79 seguidores a *Marcha do Sal*, de 400 quilômetros. Gandhi incentivava os indianos a não comprarem produtos britânicos, entre eles o

sal. No final da marcha, deu o exemplo produzindo ele mesmo um pouco de sal com água do mar, infringindo a lei britânica que proibia possuir o produto não comprado do governo. Acabou preso. Na ocasião, declarou:

"A honra da Índia foi simbolizada por um punhado de sal na mão de um homem da não-violência. O punho que contém o sal pode ser cortado, mas não largará o sal".

A coragem de Gandhi levou o físico Albert Einstein a defini-lo assim:

"As gerações futuras dificilmente acreditarão que um homem como ele já andou, em carne e osso, sobre a Terra".

Os grupos muçulmanos, por sua vez, se reuniam sob a bandeira da *Liga Muçulmana*, liderada por Mohamed Ali Jinnah. Eram constantes os choques entre os adeptos de Jinnah e os hindus. Os ingleses insuflavam as rivalidades entre os dois grupos, pois a divisão dos indianos retardaria o processo de independência.

Perante um movimento tão grande, tornava-se cada vez mais difícil aos ingleses manter o domínio colonial sobre a Índia. A situação da Inglaterra enfraqueceu-se mais ainda com as perdas sofridas na II Guerra Mundial. Mas ao mesmo tempo que a independência parecia cada vez mais próxima, mais cresciam as divergências entre os dois grupos religiosos. Os muçulmanos defendiam um país só para eles, separado dos hindus. Gandhi defendia ardorosamente a união de todo o subcontinente indiano num único Estado.

Diante de uma situação extremamente explosiva, a Inglaterra concedeu a independência à Índia. Era o dia 15 de agosto de 1947. Mas os fatos não ocorreram segundo os desejos de Gandhi, pois o país ficou dividido em dois: Índia e Paquistão. A Índia, com maioria hindu, ficou no centro e o Paquistão, com maioria muçulmana, ficou a leste e a oeste da Índia, formando o Paquistão Oriental e o Paquistão Ocidental, separados por mais de 1 700 quilômetros. A divisão foi seguida por deslocamentos de população e confrontos entre hindus e muçulmanos. Durante esses deslocamentos, conflitos sangrentos explodiram entre os dois grupos. Milhares de pessoas morreram; cidades e vilas foram destruídas. A violência culminou com o assassinato do próprio Gandhi por um extremista hindu, em 1948.

A ilha do Ceilão formou um terceiro Estado, budista, hoje chamado Sri Lanka.

Em 1971, o Paquistão Oriental separou-se do Paquistão Ocidental, com o apoio da Índia, passando a chamar-se Bangladesh.

Depois da independência, a Índia passou a fazer parte da Comunidade Britânica. Seu primeiro governante foi Jawaharlal Nehru, um dos líderes do grupo de países chamados não-alinhados. Através de planos quinquenais, procurou tirar o país de seu atraso secular, encontrando muita dificuldade para superar os tabus religiosos profundamente enraizados.

Nas décadas de 60 e 70, a Índia foi governada por Indira Gandhi, filha de Nehru. Mas os conflitos entre etnias e grupos religiosos continuaram acirrados. Em 1984, Indira Gandhi acabou assassinada por um membro de sua guarda pessoal, de origem *sikh*. E em 1991, o filho de Indira, Rajiv Gandhi, também foi assassinado.

Atualmente, a Índia tem quase um bilhão de habitantes, metade dos quais vive na mais absoluta miséria.

Outros países

Vários outros países asiáticos foram conquistando a independência no pós-guerra:

Sri Lanka (1948) — O antigo Ceilão passou a integrar a Comunidade Britânica.

Birmânia (1948) — Fora ocupada pelo Japão durante a II Guerra.

Laos (1949) — Dentro da União Francesa, adotou a monarquia como forma de governo. Nacionalistas comunistas fundaram o movimento *Pathet Lao*, que teve autorização para ocupar duas províncias no norte. Houve choques que envolveram americanos, russos e vietnamitas. Em 1975, a monarquia foi abolida e estabeleceu-se a República Popular do Laos, com o líder do Pathet Lao na presidência.

Camboja (1954) — Surgiu da desintegração do império colonial francês da Indochina. Protetorado desde 1863, constituiu-se em país neutro sob a monarquia do príncipe Norodom Sihanuk. Em 1970, o general Lon Nol, apoiado pelos EUA, depôs o príncipe. A ditadura sangrenta de Nol acabou em 1975, quando o grupo comunista

Khmer Vermelho tomou o poder. O poder ficou dividido entre Sihanuk e o revolucionário Pol Pot, ultracomunista; Pot aprisionou o príncipe e ensanguentou o país com massacres que reduziram a população à metade de seus 8 milhões de habitantes: um genocídio. O filme *Os Gritos do Silêncio*, de Roland Joffé, retratou a tragédia do Camboja, sem solução à vista. Vamos analisar essa tragédia com mais detalhes no capítulo referente à Ásia contemporânea.

Federação da Malásia (1957) — Formada por vários Estados, inclusive pela própria Malásia.

Tailândia — Antigo Sião; deixou de ser monarquia em 1932, quando um golpe implantou um regime militar. Apoiada pelos EUA, tornou-se sede da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (Otase). Golpes e contragolpes sucedem-se no país, cada vez mais pressionado pelos comunistas que agem no Laos e no Camboja.

Indonésia — A Indonésia é formada por uma série muito grande de ilhas, alcançando uma extensão de cerca de 5 000 quilômetros.

Foram os portugueses, no século XVI, os primeiros europeus a chegar a essas ilhas. Mas foram logo depois suplantados pelos holandeses, com sua Companhia Holandesa das Índias Orientais. Os holandeses desenvolveram na região um sistema de exploração agrícola em larga escala — as *plantations*. Abriram também estradas e construíram portos.

A dominação holandesa não sofreu praticamente nenhuma resistência nos primeiros séculos de colonização.

As primeiras escolas e os primeiros hospitais foram construídos apenas na segunda metade do século XIX.

Assim como em diversas outras regiões da Ásia, a resistência contra os colonizadores partiu inicialmente da burguesia. Comerciantes nativos passaram a reivindicar liberdade de comércio e a criticar o monopólio mantido pelos holandeses na comercialização de produtos locais e importados.

Mas a resistência não era expressiva e a criação de algumas assembleias de representantes, com limitada participação no governo, abafava qualquer oposição mais forte.

O ano de 1927 constituiu um marco na luta pela independência da Indonésia. Naquele ano foi fundado o Partido Nacionalista Indonésio. Sua força, no entanto, demorou para se manifestar. Os 200 000 holandeses dominavam com mão de ferro a política e a economia do país. A Indonésia era então uma das mais sólidas colônias européias da Ásia. As primeiras manifestações organizadas de resistência — lideradas pelo engenheiro Ahmed Sukarno — foram duramente reprimidas.

Com o início da II Guerra Mundial, o país foi invadido e ocupado pelos japoneses. Terminada a guerra e expulsos os invasores, Sukarno aproveitou o momento para, à frente de um grande movimento popular, proclamar a independência e assumir o poder como presidente, em 17 de agosto de 1945.

A Holanda ainda fez uma tentativa de reocupar a antiga colônia, mas foi violentamente criticada pela opinião pública internacional. Diante disso, cedeu às pressões, sobretudo de ingleses e americanos, e a independência foi finalmente reconhecida em 1949.

A principal dificuldade enfrentada por Sukarno foi unir as numerosas comunidades espalhadas pelos milhares de ilhas. Três grandes forças se opunham: o Partido Nacionalista, o Partido Muçulmano e o Partido Comunista. Em 1959, diante de uma situação interna de desordem, Sukarno suspendeu a Constituição e instituiu um governo centralizado e autoritário. Com o crescimento da força dos comunistas, que ameaçavam tomar o poder, os militares deram um golpe de Estado em 1965 e destituíram Sukarno. Assumiu como ditador o general Suharto, cujo ato inicial de governo foi desencadear feroz repressão aos comunistas, deixando um saldo de cerca de 300 000 mortos.

Indochina — Indochina é o nome que se dava à região da Ásia hoje ocupada pelo Vietnã, Laos e Camboja.

Ao lado da Índia, a Indochina foi a região da Ásia onde os europeus tiveram uma presença mais intensa. As próprias características da região favoreciam essa presença. Diversas cadeias montanhosas formam, entre elas, vales por onde correm grandes rios. Ali é que se concentravam as populações, que viviam basicamente da agricultura e da pesca.

Uma grande parte dessa região foi ocupada pelos franceses a partir de 1859. Sua dominação se consolidou basicamente sobre a região ocupada hoje pelo Vietnã e Camboja. Na época, a corrida pelo domínio colonial por parte das metrópoles européias estava no auge. Elas procuravam matérias-primas para alimentar seus mercados, sobretudo produtos agrícolas tropicais e minérios.

Esse tipo de exploração em nada contribuía para a industrialização da região; a população local permanecia na miséria. A urbanização também era lenta. Diante disso, é lógico que a resistência à dominação colonial fosse praticamente nula. Ela só começou a se manifestar no início do século XX, com o surgimento de uma pequena burguesia local. A crise mundial de 1929 foi decisiva: camponeses e trabalhadores urbanos passaram a se agitar, comandados por líderes comunistas. Um desses líderes, que havia estudado na França, fundou em 1931 o Partido Comunista da Indochina. Seu nome: Ho Chi Minh.

Com a II Guerra Mundial, a região foi ocupada pelo Japão. Terminada a guerra, o clima era francamente favorável à independência. Livres do domínio japonês, os comunistas do Vietnã tomaram o poder no norte do país, criando em 1945 a República Democrática do Vietnã. Mas a França interveio novamente, tentando recuperar o controle da região. Recomeçou então a guerra entre vietnamitas do norte e franceses.

Os Estados Unidos passaram a apoiar a França, pois queriam evitar a expansão do comunismo na região. (Além do forte movimento liderado por Ho Chi Minh, a China caiu sob domínio comunista também, em 1949.) Foi criado então um Estado no sul do Vietnã, governado por vietnamitas ligados aos Estados Unidos.

No norte, o exército formado pelos franceses sofria um cerco cada vez mais intenso por parte dos combatentes de Ho Chi Minh. Finalmente, em 1954, com a queda da base de Dien Bien Phu, os franceses acabaram derrotados. Mas não era a vitória de todo o povo do Vietnã. A Conferência Internacional de Genebra decidiu pela divisão do Vietnã em dois países, no paralelo 17. Foram previstas eleições para 1956, as quais definiriam a unificação do país. Estas eleições não foram permitidas pelos Estados

Unidos, pois as pesquisas indicavam com certeza que os comunistas sairiam vencedores.

Como resposta, os comunistas passaram a fazer oposição armada ao governo do sul, fato que deu origem à intervenção dos Estados Unidos e à *Guerra do Vietnã*.

2. África

A ocupação da África pelos europeus teve início na Antiguidade. Os romanos realizaram inúmeras incursões na faixa norte do continente africano em busca de produtos. As famosas guerras púnicas, contra Cartago, deram início à dominação romana sobre aquela importante região. Os próprios bárbaros chegaram a se estabelecer em alguns pontos do norte africano.

Depois de um longo período em que as atividades comerciais praticamente desapareceram na Europa (Idade Média), foram os portugueses, no século XV, que voltaram a se interessar pela África. Progressivamente, passaram a ocupar pontos cada vez mais ao sul do litoral africano, até o contorno do cabo da Boa Esperança e a viagem de Vasco da Gama, em 1498.

Os portugueses abriram as portas e outras nações européias, nos séculos seguintes, foram ocupando mais e mais áreas do interior africano. França, Inglaterra e Bélgica, além de Portugal, foram as principais potências colonialistas da África. Essa invasão culminou, na segunda metade do século XIX, com uma verdadeira corrida pela posse de domínios naquele continente, processo esse que recebeu o nome de *Partilha da África*.

As reações dos povos colonizados não começaram senão no início do século XX. Isso se explica em grande parte pelo fato de a dominação colonial ter desestruturado profundamente as sociedades africanas negras. Ao mesmo tempo que esses povos viam sua organização social sendo totalmente modificada pelos europeus, não lhes eram oferecidas condições para assimilar uma nova cultura. Praticamente não se construíam escolas, hospitais, indústrias. O objetivo primordial da ocupação era a extração de minérios e outros produtos naturais, além do desenvolvimento de uma agricultura voltada exclusivamente para a exportação.

Uma pequena elite local, formada por elementos escolhidos e às vezes educados na Europa,

servia na verdade para reforçar a presença do europeu. Além disso, as fronteiras estabelecidas pelas potências colonizadoras na África Negra não levaram em conta as diferenças tribais. Em muitos casos acabaram sendo reunidas, dentro de um mesmo país, tribos tradicionalmente inimigas. A tremenda exploração econômica também nada fez no sentido de promover a integração racial; ao contrário, a segregação racial agravou-se.

As principais lutas

Como vimos acima, somente no início do século XX é que começaram as primeiras manifestações anticolonialistas na África. Mas foram expressões extremamente fracas, facilmente reprimidas pelas metrópoles.

Uma luta mais intensa pela independência passou a ocorrer após a II Guerra Mundial. De maneira geral, foi uma luta pacífica e a independência se deu por meio de negociações, sobretudo nas colônias inglesas.

Houve dois casos, no entanto, em que a independência foi conseguida somente pela guerra: o caso da Argélia e o do Congo Belga, hoje Zaire.

A Guerra da Argélia (1954-1962) – A Argélia é um país desértico. Apenas 20% do seu território não pertence ao deserto do Saara, que se estende para o sul. A parte verde, na orla do Mediterrâneo, concentra a maioria da população. Ao longo dos séculos, fenícios, cartagineses, romanos e bárbaros vândalos ocuparam a região. Com a expansão do islamismo, a partir do século VIII, a Argélia tornou-se um país muçulmano.

Durante mil anos a região ficou fora das ambições colonialistas. Mas na metade do século XIX, a França viu na Argélia uma oportunidade de exploração econômica e a ocupou. Por cem anos, a dominação francesa foi tranqüila. Mais de um milhão de franceses ou de seus descendentes (chamados de “pés-negros”) viviam na Argélia no final da II Guerra Mundial. Foi no final desse conflito que a situação na Argélia começou a mudar.

O desejo de independência, expresso de forma cada vez mais intensa pelos argelinos, passou a se chocar com a categórica negativa da França em atendê-lo. A evolução dessa situação levou a um processo dramático e sangrento — a *Guerra*

da Argélia —, mas que resultou na independência do país.

Em novembro de 1954, diante da recusa do governo francês em negociar, o principal movimento nacionalista, a Frente de Libertação Nacional, desencadeou uma insurreição geral, acompanhada de sabotagens e atos terroristas. Mais de 400 000 soldados franceses tentavam sufocar o movimento. Assassinatos e tortura eram usados em larga escala pelos franceses. A opinião pública da França começou a voltar-se contra o governo.

Em 1958 a situação era extremamente grave. Internamente, a França passava por um processo político delicado. Grande parte dos franceses passou a apelar ao general De Gaulle, herói da resistência contra a ocupação nazista na II Guerra Mundial, que assumisse o governo, o que de fato aconteceu. De Gaulle tratou imediatamente de negociar a independência da Argélia. Mas os franceses argelinos não queriam deixar o país. Mesmo contra a vontade deles, De Gaulle reconheceu a independência da colônia. Quatro generais franceses sediados na Argélia deram um golpe e tomaram o poder. Após demoradas e difíceis negociações entre o governo francês, os líderes da Frente de Libertação Nacional e os franceses da colônia, a independência foi finalmente concedida, em março de 1962. Nos meses seguintes, mais de um milhão de franceses deixaram o país.

O poder foi assumido pela Frente de Libertação Nacional, cujo líder máximo era Ben Bella.

A Guerra do Congo (1960-1967) – O conflito de que se vai tratar neste item se refere ao atual Zaire, um dos países mais extensos da África, situado ao norte de Angola, na parte centro-ocidental do continente. O nome Zaire foi dado recentemente. A região era denominada Reino do Congo desde a época em que os portugueses desembarcaram no seu litoral, no século XV. Incluía também a atual Angola e era local de busca e captura de escravos bantos.

A ocupação européia iniciou-se em meados do século XIX, quando o explorador inglês Henry Stanley percorreu grande parte do curso do rio Congo. Stanley prestava serviços ao rei da Bélgica. Graças aos conhecimentos fornecidos pelo inglês, os belgas puderam iniciar a penetração no território, facilitada pela navegabilidade do grande rio. As atividades desenvolvidas pelos belgas eram em grande parte comerciais.

No processo de partilha da África, graças a uma determinação da Conferência de Berlim de 1885, o Congo tornou-se uma possessão pessoal do rei Leopoldo II, da Bélgica. A exploração do território continuou sem maiores problemas até meados do século XX. Na década de 50, um líder nacionalista começou a se impor: Patrice Lumumba. Formado em Moscou, Lumumba tornou-se extremamente popular e seu movimento pela independência do país foi crescendo continuamente. Em 1960, de maneira totalmente inesperada, os belgas decidiram retirar-se. Sem preparação prévia para assumir o governo, a liderança nativa teve dificuldades para organizar-se. Lumumba assumiu como primeiro-ministro e Joseph Kasavubu, como presidente. Muitos europeus deixaram o país.

Um mês depois da independência, no entanto, uma rebelião explodiu na província de Katanga. O movimento rebelde era comandado por Moïse Tshombe, apoiado e financiado por empresas ocidentais, assustadas com a tendência nacionalista e socialista de Lumumba. Tentando conciliar, Kasavubu afastou Lumumba do governo. Ao procurar apoio popular para voltar ao governo, Lumumba foi seqüestrado e entregue aos rebeldes de Katanga, onde foi assassinado. É um dos principais símbolos da luta anticolonialista africana.

A ONU então enviou tropas para evitar uma guerra civil. Em 1964 as tropas se retiraram, pois a região estava pacificada. Mas de surpresa Tshombe, que tinha fugido, voltou e tentou assumir o governo. Contava com o apoio de governos ocidentais. Uma rebelião de partidários de Lumumba foi rapidamente esmagada, com muito derramamento de sangue. Em julho de 1965, um novo personagem interveio: o general Joseph Mobutu, que deu um golpe de Estado pró-ocidental e implantou uma ditadura que permanece até hoje.

Em 1971 o nome do país foi mudado para Zaire.

As várias Áfricas

De modo geral, ao sul do Saara a luta pela independência deu-se de forma pacífica. Houve violência, sempre causada pela intransigência das metrópoles, no ex-Congo Belga, como acabamos de ver, em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Namíbia, entre outros.

África inglesa – Um dos primeiros países africanos a ganhar sua independência foi o **Egito**. Ocupado pelos ingleses desde 1882, o país declarou sua independência em 1922, adotando o regime monárquico. A monarquia foi derrubada em 1952 por um grupo de jovens oficiais do exército, liderados por Gamal Abdel Nasser.

Em 1957, a Inglaterra concedeu independência a **Gana**, depois do movimento pacífico conduzido por Kwame Nkrumah, primeiro presidente, deposto em 1966 por um golpe militar. Em 1972, novo golpe conduz ao poder o coronel Acheampong, representante do Conselho de Renovação Nacional.

A Federação da Nigéria, formada em 1954, congregou tribos e regiões distintas. Em 1961, **Camarões do Sul** separou-se e a **Nigéria** se tornaria uma república, com dificuldades até 1965. Em 1967, a região oriental se proclamou a **República de Biafra** e seguiu-se violenta guerra civil.

Serra Leoa e Gâmbia conseguiram a independência em 1961 e 1965, sem crises graves. Mas no **Quênia**, a revolta da tribo Mau-Mau contra os ingleses provocou sangrenta guerra, com milhares de mortos. A independência veio em 1963. No centro-sul do continente, os ingleses conseguiram defender seus interesses até 1963; seguiu-se então a independência da Rodésia do Norte, como **Zâmbia**, e da Niassalândia, como **Malawi**. Tanganica, independente em 1961, uniu-se a Zanzibar e deu origem à **Tanzânia** em 1964. Em **Uganda**, independente em 1963, a antiga aristocracia de Buganda conservou seus privilégios, o que provocou conflito interno em 1966.

África francesa – Os franceses haviam desenvolvido uma política de assimilação dos nativos, visando criar nas colônias uma elite afrancesada, com os privilégios de cidadãos franceses, e uma massa de explorados. A ajuda prestada pelas colônias durante a II Guerra levou o general De Gaulle a assumir posição favorável a elas. A *Confederação de Brazzaville*, em 1944, reuniu governadores coloniais e insistiu na concessão de maior representatividade às colônias no Parlamento francês; mas afirmou a restrição à evolução fora do império francês e negou o estabelecimento de governo autônomo. Em 1946, a França teve de ceder. A Constituição francesa deu às colônias direito de representatividade, criando assembleias locais eleitas por um colégio eleitoral duplo, for-

mado de colonos franceses e políticos locais. Mas a França não conseguiu manter suas colônias.

África portuguesa – O império colonial português foi o último a desintegrar-se na África. Na década de 1960, os movimentos separatistas eclodiram em três colônias: Angola, Guiné e Moçambique.

Em Angola, destacaram-se o MPLA de Agostinho Neto, a Unita de Jonas Savimbi, e a FNLA de Holden Roberto. Na Guiné, organizou-se o PAIGC de Amílcar Cabral. Em Moçambique, surgiu a Frelimo de Eduardo Mondlane.

Liquidado o Estado salazarista em 1974, inaugurou-se nova política em relação às colônias. Portugal buscou acordos para a emancipação. Em 1974, ficou independente a **Guiné-Bissau**. No ano seguinte, **Moçambique**. A deterioração das relações entre Portugal e **Angola** deixou a antiga colônia entregue à luta entre grupos rivais, que terminou com a vitória de Agostinho Neto, do MPLA, apoiado por forças cubanas. Portugal ganhou um problema: o dos *retornados*, os colonos portugueses fugidos de Angola, de volta à pátria.

Com a independência de **Cabo Verde**, **São Tomé e Príncipe**, na África, e de **Timor**, na Ásia, teve fim o que restava do império colonial português. Timor acabou ocupada pela Indonésia.

3. O Terceiro Mundo

Foi o surgimento desses numerosos países afro-asiáticos que, após a II Guerra, deu origem ao grupo de nações neutras, sem alinhamento com o bloco socialista ou o capitalista: o Terceiro Mundo. Tais nações, reunidas em abril de 1955 em *Bandung*, Indonésia, afirmaram o desejo de compartilhar assuntos internacionais e se recusaram a participar da divisão do mundo em dois sistemas sociais antagônicos.

Bandung representou o início de estreita cooperação dos neutros com os países afro-asiáticos na luta contra o colonialismo. Condenaram a segregação racial, proclamaram o direito de cada povo seguir seu próprio destino, propuseram o desarmamento e a proibição de armas nucleares

e afirmaram a necessidade de solucionar os conflitos por vias pacíficas.

Em 1956, o presidente iugoslavo, Tito, o ministro indiano, Nehru, e o presidente egípcio, Nasser, confirmaram Bandung. A ação tornou-se mais eficiente na ONU, na qual os países do Terceiro Mundo passaram a ser maioria e a contrabalançar a hegemonia das grandes potências.

Em 1979, em *Cuba*, a reunião dos não-alinhados terminou em impasse, pois a anfitriã propôs que os países da organização se considerassem aliados naturais da URSS.

Hoje, a expressão *Terceiro Mundo* costuma designar todos os países não desenvolvidos.

Questões propostas

1. Compare: descolonização das Américas no século XVIII e descolonização afro-asiática no século XX.
2. Por que a independência da Índia representou um dos momentos mais significativos do processo de descolonização?
3. Quem encabeçou o movimento de independência da Índia a partir da década de 20? O que distinguia sua causa?
4. Qual foi o principal resultado do processo de independência do subcontinente indiano?
5. Quem liderou o processo de independência da Indonésia e qual foi seu desfecho?
6. Que figura se destacou no processo de independência da Indochina? Qual foi o resultado desse processo?
7. Quais foram os dois movimentos de independência que resultaram em guerra civil na África?
8. Como emergiu o Terceiro Mundo? Que consequência trouxe para a composição de forças mundiais? O que significa hoje a expressão Terceiro Mundo?

Capítulo 97

O bloco capitalista

Terminada a II Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidaram sua posição de líder absoluto do mundo capitalista. Os principais países da Europa, por sua vez, ao mesmo tempo que superavam as dificuldades do pós-guerra, conseguindo retomar suas atividades econômicas, enveredavam na busca da unificação de suas economias.

1. Os Estados Unidos

A preponderância dos Estados Unidos em quase todo o mundo teve início após a I Guerra Mundial. A II Guerra acentuou essa tendência. Sua hegemonia manifestou-se principalmente no campo econômico, onde chegaram a ocupar o primeiro lugar na produção de vários produtos agrícolas, minerais e industriais. Seu comércio estendeu-se praticamente a todas as nações do mundo.

Seus capitais afluíram para grande número de países, onde foram investidos nas mais diferentes atividades lucrativas: na exploração de minérios e petróleo, nas indústrias de base e de transformação, nas atividades comerciais, atraindo para os Estados Unidos enormes somas sob a forma de remessa de lucros. O regime político americano é liberal e democrático, preservando a liberdade individual, a liberdade de expressão e a liberdade religiosa, considerados como valores fundamentais do ser humano. Com base no princípio do sufrágio universal, exercitado em eleições livres e periódicas, prevalece o direito a um mínimo de bem-estar social. Dentre as questões pendentes, permanece o problema racial, das drogas, da criminalidade e da disputa comercial com o Japão.

O capitalismo americano

Fundado sobre o princípio da livre empresa, desde 1880 o capitalismo americano sofreu profundas transformações. O sistema de concorrência entre as empresas foi substituído por poderosos

monopólios, inaugurando a era do capitalismo monopolista, representado pelas corporações tentaculares com seus edifícios-sede majestosos, que corporificam o próprio êxito econômico.

O resultado foi a formação de fortunas fantásticas, como a dos Rockefeller, Morgan, Carnegie, Ford, etc., geralmente acumuladas a partir da ruína de pequenas empresas, sendo que as leis antitruste quase nada ou nada conseguiram fazer para deter o processo de concentração de capital. As grandes corporações continuaram a crescer, como a General Motors, a U. S. Steel e a General Electric. Na década de 60, apenas 35 trustes detinham 45% da riqueza industrial da nação; apenas oito grandes trustes detinham 60% do capital ativo de 26 indústrias essenciais norte-americanas. Porém, se o poder econômico pertence a poucos grupos, a propriedade desses grupos está dividida entre milhões de acionistas, que dão às empresas uma certa base popular.

A economia americana depois da II Guerra

Em 1945, quando já se vislumbrava o fim da II Guerra Mundial, os governantes norte-americanos prepararam-se para enfrentar os problemas que seriam criados pela desmobilização dos exércitos, que traria de volta cerca de oito milhões de soldados, para os quais seria necessário encontrar emprego. Onde iriam trabalhar? Além disso, as indústrias teriam de voltar a um ritmo normal de trabalho, reduzindo o número de empregos disponíveis, situação esta ainda agravada pela concorrência do trabalho feminino. Do ponto de vista técnico, restava também o problema de readaptar, para a fabricação de produtos de consumo normais, muitas indústrias voltadas para a produção de produtos bélicos.

Mas a repetição da crise de 1929 não ocorreu. Cresceu a procura de bens de consumo, principalmente de automóveis, comprados com o dinheiro economizado durante a guerra, quando havia poucos produtos para comprar. Ao aumento da procura interna veio somar-se o crescimento do mercado externo, pois os países arrasados pela guerra, financiados pelo Plano Marshall, passaram a comprar grandes quantidades de produtos e equipamentos para reorganizarem suas indústrias. Assim, a prosperidade americana,

nessa época, chegou a tal ponto que não tinha paralelo na História.

A sociedade de consumo americana

A criação de um poderoso mercado consumidor nos Estados Unidos fez com que a produção dependesse cada vez mais da ampliação do poder aquisitivo do povo norte-americano, estimulando-se o aumento dos salários e o consumo de bens supérfluos. Por volta de 1950, 75% das famílias norte-americanas possuíam automóvel, telefone e aparelho de televisão; 90% possuíam rádio e geladeira.

Nesse contexto, a propaganda adquiriu um papel importantíssimo. O gosto dos consumidores foi estudado a fundo e o lançamento de novos produtos passou a exigir ampla pesquisa de mercado. A televisão, por sua vez, passou a desempenhar papel decisivo na formação do gosto dos consumidores.

Com o desenvolvimento da chamada *sociedade de consumo*, a estrutura da sociedade capitalista tornou-se mais complexa. Já não é possível decompô-la apenas em proprietários dos meios de produção e assalariados. As grandes corporações acabaram por criar uma camada social identificada com os interesses da empresa, recebendo altos salários. São os administradores do capital, que, por sua vez, constituem uma camada social com grande capacidade de consumo, pois os seus rendimentos variam em função do lucro da empresa e não dos salários.

As repercussões sociais do progresso econômico

O nível de renda média da população norte-americana se elevou muito. As grandes fortunas continuaram aumentando, o grupo de pessoas de renda média cresceu, a pobreza diminuiu, sem chegar a desaparecer.

Contudo, o crescimento da taxa de inflação provocou a alta dos preços, tornando mais difícil a situação dos trabalhadores.

O declínio do poder aquisitivo dos salários levou os sindicatos a uma atuação agressiva, ocorrendo, apenas em 1946, 5 mil greves que envolveram 4,5 milhões de trabalhadores. Para

enfrentar essa situação, o Congresso aprovou a *Lei Taft-Hartley*, de 1947, que diminuía sensivelmente o poder dos sindicatos. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico estimulou a produção em massa e a disponibilidade de bens tornou a sociedade mais homogênea. Acreditava-se na existência de uma sociedade aberta, dotada de infinitas possibilidades de ascensão econômica. Tal idéia escondia, contudo, a existência real de milhões de norte-americanos pobres — tanto brancos quanto negros —, que de forma alguma partilhavam da prosperidade dos cidadãos brancos de classe média. A questão racial permanecia insolúvel: a segregação mantida nas escolas e a sua abolição não se fariam de modo pacífico, explodindo em violentos conflitos.

A estrutura social norte-americana

O sistema capitalista nos Estados Unidos garante à maioria da população um nível de vida elevado, comparativamente a outras partes do mundo. Grande número de americanos, porém, vive na miséria, especialmente entre a população negra. Os negros representam 10% da população, concentrados nos estados do sul e nas grandes cidades do norte e oeste, onde vêm à busca de trabalho e de melhores oportunidades. Sofrem uma dupla segregação: racial e social. São sempre relegados a empregos inferiores e os primeiros a serem despedidos em períodos de recessão. A administração federal luta contra a segregação com o apoio da Corte Suprema, mas encontra forte resistência no sul, sobretudo nos meios mais modestos. A grande novidade na questão é a tomada de consciência pelos negros de sua situação. Eles têm exigido igualdade racial através de manifestações não violentas e disciplinadas, como a “Marcha de Washington”, de 1963. Alguns grupos buscam refúgio na religião muçulmana.

Na verdade, os negros formam uma grande parcela da sociedade americana, destituída de direitos civis verdadeiros. Eles são os “esquecidos da prosperidade”. Sua renda corresponde em média a 58% da renda dos brancos. À desigualdade econômica juntam-se velhos preconceitos racistas, amenizados durante a guerra, mas posteriormente retomados com força. O resultado foram as violentas explosões raciais de 1965 na Califór-

nia. A luta enérgica da legislação federal contra a discriminação racial conduziu nos anos 70 a uma certa distensão nas relações entre negros e brancos. Permanecem, contudo, imensos guetos negros nas grandes cidades, como o Harlem de Nova York, que reúne 1 milhão de pessoas em condições de subsistência abaixo da média condizente com a decantada prosperidade americana.

Nos anos 60 intensificou-se a crítica à sociedade de consumo nos Estados Unidos, insistindo os críticos na necessidade de atentar para a qualidade dos produtos e não apenas para a quantidade. Uma forma de contestação foi o movimento *hippie*, caracterizado pela formação de pequenas comunidades, onde as necessidades se reduziam a um nível muito abaixo dos padrões da sociedade de consumo, restringindo-se o trabalho ao mínimo necessário para garantir a sobrevivência, se possível através do artesanato. Outras formas de contestação surgiram, como a literatura e o cinema *underground* (marginal), ou o marxismo, muito pouco familiar aos americanos. A contestação originava-se sobretudo dos estudantes universitários, particularmente da Universidade de Berkeley, na Califórnia, durante esses movimentos de protesto até 1974. As razões dessa onda contestatória são difíceis de analisar: conflito de gerações, decepção diante da sociedade de consumo, inquietação diante do futuro, reflexos da Guerra do Vietnã...

A contestação estudantil estava em refluxo no ano de 1970; se os movimentos contestatórios continuavam, se os intelectuais insistiam em suas pregações críticas, tudo isso não se traduzia em votos para os candidatos que, eventualmente, pretendiam representar essas minorias.

A evolução política dos Estados Unidos

Os Estados Unidos possuem a mais antiga Constituição escrita em vigor (1787). O Poder Legislativo é formado pelo *Senado* (cem membros, dois por Estado, eleitos por seis anos, com renovação de um terço do total a cada dois anos) e pela *Câmara dos Deputados* (435 membros, com mandato de dois anos). O *Poder Judiciário* é representado pela Corte Suprema (nove juízes vitalícios), que vela pela constitucionalidade das leis, interpreta a Constituição e tem grande influência na evolução do Direito. O *Poder Executi-*

vo é exercido pelo presidente, eleito por quatro anos, e que nomeia os secretários (ministros) de Estado. A força dessa democracia liberal está no grande equilíbrio entre os poderes.

Os partidos políticos americanos não têm uma verdadeira base ideológica, pois resultam da coalação de interesses muitas vezes díspares. O *Partido Republicano* agrupa os empresários, os fazendeiros do meio-oeste, a alta classe média. O *Partido Democrata* integra elementos mais populares, tais como profissionais liberais, intelectuais, professores, estudantes, operários dos grandes centros industriais, trabalhadores agrícolas do oeste, minorias étnicas não inteiramente integradas (italianos, irlandeses), negros, católicos, judeus, bem como populações das regiões mais conservadoras e racistas do sul.

A política interna a partir de 1945

Dada a enorme importância adquirida pelos Estados Unidos em todo o mundo, torna-se muito difícil separar completamente a evolução de sua política interna dos problemas externos. O presidente **Harry Truman** (democrata, 1945-1953) desenvolveu a política do *Fair Deal* (Acordo Justo), pela qual manteve o controle do Estado sobre o capital, aumentou a participação dos trabalhadores na renda nacional e permitiu o avanço do sindicalismo, apesar da Lei Taft-Hartley de 1947, que regulamentava o direito de greve.

As tensões da guerra fria começaram a afetar a política interna dos Estados Unidos, dando margem ao surgimento de movimentos anticomunistas. A caça aos comunistas, ou pretensos comunistas, criou uma era de horror no país; foi conduzida pelo senador MacCarthy, líder de um movimento de tendências fascistas que ficou conhecido como *macarthismo*. Exatamente nesse contexto transcorreu a eleição presidencial de 1952, vencida por **Dwight Eisenhower** (republicano, 1953-1961). A guerra fria estava no seu auge. Um dos episódios mais típicos dessa fase foi a Guerra da Coreia (1950-1953) (veja página 314). O grande problema de Eisenhower, porém, era a questão racial. Entre 1957 e 1960, o Congresso foi levado a aprovar duas leis relativas aos *direitos civis*. O movimento negro ganhou intensidade. Suas armas eram, em geral, pacíficas: marchas de protesto e boicotes organizados. O

movimento adquiriu um caráter mais violento com a migração dos negros em direção às cidades do nordeste e do meio-oeste, onde o excesso de população e o imenso contingente de desempregados transformavam os bairros negros em verdadeiros guetos.

Apesar da conduta insatisfatória em relação aos problemas internos, Eisenhower conseguiu reeleger-se em 1956.

O lançamento do *Sputnik*, primeiro satélite artificial (4 de outubro de 1957), feito pela União Soviética, seguido do vôo espacial do major Yuri Gagarin (1961), levou os Estados Unidos a fazerem enormes investimentos na corrida espacial que então se iniciava. O lançamento dos satélites norte-americanos *Vanguard* e *Explorer*, em 1958, agravaram terrivelmente o déficit orçamentário, um dos maiores da história dos Estados Unidos, e desmoralizaram o governo republicano. Isso deu margem ao crescimento da campanha política dos democratas, que tinham agora um jovem dinâmico e capaz de atrair a atenção do eleitorado pelo seu enorme carisma: **John Kennedy** (democrata, 1961-1963).

A campanha eleitoral de Kennedy foi um marco na história norte-americana. Uma de suas características mais marcantes foi o emprego sistemático da televisão, que influiu decisivamente no resultado das eleições. Chegava ao fim a típica campanha presidencial feita até então à base de comícios nas cidades localizadas nos principais entroncamentos ferroviários. Foram intensamente utilizadas técnicas de pesquisa de opinião pública, para orientar o candidato a propósito dos temas que mais sensibilizavam a população.

O programa de Kennedy prometia aos norte-americanos uma "nova fronteira". Entretanto, sua luta contra a pobreza e a segregação racial, a opção pelos menos favorecidos da sociedade encontraram viva oposição no Congresso, que vislumbrava nesse programa um "socialismo nascente".

Numa decisão infeliz, Kennedy resolveu, em 1961, apoiar refugiados cubanos que, organizados e treinados pela CIA, tentaram desembarcar na baía dos Porcos, em Cuba, com a finalidade de pôr fim ao regime socialista de Fidel Castro. Cuba recebeu imediatamente apoio soviético, através da construção de bases para lançamento de mísseis. Kennedy mandou bloquear a ilha e quase levou o mundo à guerra, não fosse o recuo soviético ao desmontar as bases. Kennedy também

ampliou o envolvimento norte-americano no Vietnã, fornecendo material bélico aos sul-vietnamitas e mantendo no Vietnã do Sul "observadores ou conselheiros" (sobre a Guerra do Vietnã, veja página 372).

No dia 22 de novembro de 1963, quando desfilava em carro aberto pela cidade de Dallas, no Texas, Kennedy foi morto com dois tiros, aparentemente disparados por Lee Harvey Oswald. Este foi preso e entregue à polícia, sendo igualmente assassinado em condições espetaculares, diante das câmeras de televisão, por Jack Ruby, quando era transferido para outra prisão. Até hoje paira um manto de mistério sobre o assassinato de Kennedy, ainda não devidamente elucidado.

Para completar o mandato de Kennedy assumiu o vice-presidente **Lyndon Johnson** (democrata, 1963-1968), que foi reeleito em 1964. Com ele ampliou-se a participação americana na Guerra do Vietnã. Entretanto, os gastos em dinheiro e a morte de soldados americanos tornavam a guerra impopular nos Estados Unidos. Internamente, Johnson conseguiu implementar muitas das leis de caráter social de Kennedy. Seu programa, que garantia assistência médica a pessoas idosas e sem recursos, bem como maiores oportunidades educacionais, foi aprovado pelo Congresso e obteve pleno êxito. O mesmo não se pode dizer da questão racial, ainda efervescente. A violência social chegou ao limite extremo em 1968, quando foram assassinados, sucessivamente, o líder do movimento pacífico negro, Martin Luther King, e o senador Robert Kennedy, irmão de John e candidato democrata às eleições presidenciais.

Como consequência, os movimentos negros substituíram o pacifismo pela violência, surgindo várias facções radicais, como, por exemplo, a dos *Black Panthers* (Panteras Negras). Novos líderes se destacaram, entre eles Malcom X e Stokley Carmichael. No movimento denominado *Black Power* (Poder Negro), a violência era considerada uma tática aceita como necessária e indispensável.

O desgaste de Johnson devido à Guerra do Vietnã, que se tornara extremamente impopular, permitiu a vitória de **Richard Nixon** (republicano, 1968-1974), duas vezes vice-presidente na chapa de Eisenhower e candidato derrotado por Kennedy. Ao ser eleito, sua principal promessa ao povo americano era pôr fim ao conflito do Vietnã.

Em 1972, num gesto espetacular e cuidadosamente preparado por seu secretário de Estado,

Henry Kissinger, Nixon visitou a China. Foi em seguida à União Soviética, procurando alcançar um equilíbrio das forças estratégicas norte-americanas e soviéticas, com mútuo respeito pelas zonas de influência. Na sua visita a Moscou em 1972, assinou o acordo SALT (Tratado de Limitação de Armas Estratégicas), o qual determinava o congelamento dos armamentos nucleares, ao mesmo tempo que definia o relacionamento entre as duas Alemanhas.

O ano de 1972, porém, também foi o ano do *escândalo de Watergate*, quando ficou comprovado que o presidente Nixon estava envolvido no episódio de espionagem, por parte do Partido Republicano, na sede do Partido Democrata, localizada no edifício Watergate, em Washington. Em decorrência, no ano de 1974 Nixon decidiu renunciar a seu mandato, sendo substituído pelo vice-presidente, **Gerald Ford** (republicano, 1974-1976).

O prestígio eleitoral dos republicanos estava sensivelmente abalado. Isso explica a fácil vitória de **Jimmy Carter** (democrata, 1976-1980), cuja plataforma política se assentava no princípio de respeito absoluto aos direitos humanos, o que levou à retirada da ajuda militar americana a países como a Argentina, o Uruguai e a Etiópia. Uma séria crise internacional ocorreu em 1980, quando a embaixada americana em Teerã foi tomada por guerrilheiros muçulmanos, e os americanos foram feitos reféns; os Estados Unidos adotaram sanções contra o Irã.

Candidato à reeleição, Carter foi derrotado por **Ronald Reagan** (republicano, 1980-1988). No seu primeiro período presidencial, que se encerrou em 1984, Reagan conduziu a economia do país com muito êxito. A fácil reeleição de Reagan em 1984 foi, em grande parte, resultado do desempenho da economia americana sob uma administração republicana. A inflação em 1983 atingira apenas 3,8%, a menor em uma década; o PNB crescera 7,5%, índice muito superior aos 5,7% previstos; em julho de 1984 o dólar alcançava alta recorde em relação às moedas fortes européias.

Graças à aprovação popular obtida pela política econômica de Ronald Reagan, o candidato republicano **George Bush** venceu as eleições presidenciais de 1988. Na Guerra do Golfo (veja página 371), Bush recuperou o prestígio militar americano. Mas a situação econômica piorou durante seu governo, afetando praticamente toda

a população. Por causa disso, Bush não conseguiu se reeleger presidente em 1992, perdendo as eleições para seu adversário, **Bill Clinton**, do Partido Democrata.

A política externa

Em linhas gerais, as relações internacionais até meados dos anos 80 foram marcadas pela forte competição entre o bloco capitalista e o bloco socialista, representados pelas duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética. Foram marcadas também pelo choque entre as nações ricas e as nações pobres, as desenvolvidas e as subdesenvolvidas, as antigas metrópoles coloniais e as colônias recentemente independentes.

A proliferação das armas atômicas, a multiplicação dos arsenais, a difusão do conhecimento da fissão nuclear por numerosos países e mesmo o surgimento de novas forças no cenário político mundial conduziram ao agravamento das tensões. Dentro do próprio bloco socialista, a China passou a disputar a liderança com a União Soviética.

Nas relações dos EUA com a URSS, pode-se dizer que em 1953 a guerra fria entrou em fase de relaxamento, tendo início a política de *coexistência pacífica* entre os dois países. A partir de 1960, porém, o relacionamento americano-soviético voltou a ficar tenso. Nesse ano foi abatido sobre território soviético o avião de reconhecimento U-2. No ano seguinte teve início a construção de um muro em toda a extensão da cidade de Berlim, separando o lado ocidental do oriental.

A esses incidentes internacionais veio somar-se o bloqueio norte-americano a Cuba, para obrigar o desmantelamento das bases de mísseis instaladas pelos soviéticos naquele país. O mundo viveu momentos de aflição e esteve às portas de uma III Guerra Mundial. Paralelamente, ocorriam cisões no interior dos dois blocos: os chineses rompiam com os soviéticos e a França retirava-se da OTAN, após romper com os americanos.

Em meio a essas crises, as duas superpotências decidiram adotar, a partir de 1965, uma política de *distensão* (*détente*) nas relações internacionais, cuja finalidade era preservar o equilíbrio entre os blocos rivais e as respectivas hegemonias dentro de cada bloco. As manobras de aproximação tiveram início com os tratados para impedir a

proliferação das armas nucleares, o que garantia a preponderância de cada uma das superpotências nucleares sobre uma parcela do globo terrestre. Essa política foi estimulada pelo secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger.

O degelo nas relações internacionais, interrompido em 1980 com a invasão do Afeganistão pela URSS e a decisão de Reagan de instalar mísseis de médio alcance na Europa, foi retomado a partir de 1985, quando Gorbachov assumiu o poder na União Soviética. Iniciou-se então o processo de aproximação entre os dois blocos, que culminaria com o fim da guerra fria. Esse fato ficou patente na tomada de posição da URSS diante da queda dos regimes comunistas na Europa oriental e, sobretudo, em sua aprovação às sanções da ONU contra o Iraque na Guerra do Golfo.

A economia americana nos anos 90

A partir da década de 80, a economia americana passou a enfrentar a concorrência da economia européia e, sobretudo, da economia japonesa. As grandes empresas do Japão, graças a uma política de estímulo do governo, passaram a exportar maciçamente para os Estados Unidos. Os preços baixos dos produtos japoneses, sobretudo automóveis, televisores, rádios, aparelhos de som e outros artigos eletrônicos, favoreciam as vendas, que cresciam continuamente. Ao mesmo tempo, muitas empresas do Japão passaram a construir fábricas nos Estados Unidos. Diante disso, diversos setores da economia americana sofreram sério abalo diante do concorrente japonês. Um dos setores mais afetados foi o da indústria automobilística. Os carros japoneses chegaram a representar 23% do mercado americano.

Os Estados Unidos levaram alguns anos para reverter esse quadro. Mas entraram na década de 90 numa posição altamente favorável. A indústria automobilística voltou a ocupar o espaço perdido. Outros setores conheceram uma vigorosa retomada de suas atividades.

A principal característica da economia americana atualmente é seu elevado estágio de desenvolvimento. Um exemplo disso é que praticamente 100% da produção de *software* do mundo está nos Estados Unidos, onde grandes empresas dominam o setor. A fabricação de computadores hoje é predominantemente americana. Também

as áreas de telecomunicações, de produtos de multimídia, as chamadas *inforvias* (gigantescas redes de comunicação por cabos de fibras óticas), a produção de *chips* para computadores estão sediadas nos Estados Unidos.

2. Europa ocidental: a busca da união

Com o fim da II Guerra Mundial, a Europa ocidental perdeu a posição proeminente de antes da guerra. Os principais países estavam esgotados e arruinados. Ao mesmo tempo, os países da Europa oriental alinhavam-se com a União Soviética, afastando-se dos países da Europa ocidental. Passavam a fazer parte do bloco socialista.

Os primeiros anos após a guerra foram dedicados à reconstrução. Os Estados Unidos estavam preocupados com o perigo do avanço do comunismo e da influência da União Soviética. Por isso, organizaram um gigantesco plano — o **Plano Marshall** — destinado a financiar a reconstrução da Europa, em especial da Alemanha Ocidental.

Através do Plano Marshall, os Estados Unidos investiram cerca de 13 bilhões de dólares na recuperação da Europa ocidental. Os resultados apareceram em pouco tempo. A atividade econômica foi se reestruturando rapidamente. As cidades foram sendo reconstruídas. Estradas, ferrovias, rodovias e portos voltaram a funcionar.

Mas não bastava a recuperação econômica. Os governos dos principais países da Europa ocidental estavam preocupados em garantir a paz, ou seja, em evitar novos conflitos capazes de causar destruição e morte. Assim, o caminho a seguir deveria ser o da união. Começava a se formar a idéia de união dos países da Europa.

Com este objetivo, foi criado em 1949 o **Conselho da Europa**. Tinha como finalidades preservar a liberdade e a democracia e garantir o respeito às leis internacionais. A união da Europa era então vista tanto como meio de evitar novas guerras como de escapar da dominação das superpotências — Estados Unidos e União Soviética.

Uma nova iniciativa foi tomada em 1950 pela França e Alemanha. Seus respectivos governos firmaram um acordo em torno das indústrias do carvão e do aço, vitais para a economia dos dois países. Era a Comunidade Européia do Carvão e do Aço. Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo se juntaram à França e à Alemanha nesta associação.

Um novo e importantíssimo passo foi dado com a criação da **Comunidade Econômica Européia** (CEE), em 1957. Seus fundadores eram os mesmos da Comunidade do Carvão e do Aço. A Inglaterra foi inicialmente vetada pelo presidente da França, Charles de Gaulle. Mas em 1973 sua admissão se concretizou, junto com a da Dinamarca e Irlanda. No final da década de 80 a Comunidade tinha doze membros, graças ao ingresso de Portugal, Espanha e Grécia.

A CEE se ocupou inicialmente em desenvolver políticas comuns na agricultura, no comércio e na imigração. Progressivamente, foi eliminando as barreiras alfandegárias entre os países membros. As últimas dessas barreiras foram extintas em 1968. Chamada usualmente de Mercado Comum Europeu (MCE), a Comunidade tornou-se, assim, antes de tudo uma união aduaneira, ou seja, um espaço de livre circulação de mercadorias e de pessoas, em que a cédula de identidade passou a substituir o passaporte.

Mas foi no terreno da agricultura que mais se fizeram sentir os resultados da política implantada pela CEE. Três pontos sustentavam a política agrícola comum:

- preços iguais dos produtos agrícolas de todos os países membros;
- proteção aos agricultores da Comunidade contra a concorrência de produtos externos;
- garantia de uma renda mínima aos agricultores, mediante a criação de um fundo financiado pelos países membros.

Os preços dos alimentos se estabilizaram e a produção cresceu. O nível de renda dos agricultores subiu substancialmente a partir da década de 60. Mas essa política teve também aspectos negativos: por um lado, sobrecarregou o orçamento da Comunidade; por outro, ocasionou um excesso de grãos e de carne.

Em 1992, pelo Tratado de Maastricht, a Comunidade Econômica Européia passou a designar-se **União Européia**.

Tratava-se de um passo a mais na direção de uma Europa unida, formando um mercado único, com moeda única e um sistema financeiro e bancário único. Novas medidas passarão progressivamente a entrar em vigor, unificando também sistemas de defesa, de combate ao crime, leis trabalhistas, etc. No início de 1995 foi liberada a circulação de cidadãos franceses, alemães, belgas e holandeses entre suas respectivas fronteiras,

sem necessidade de apresentar nenhuma identificação. E novos membros foram admitidos a partir de janeiro de 1995: Áustria, Finlândia e Suécia.

Por outro lado, com o fim do bloco soviético, diversos países da Europa oriental passaram a pleitear ingresso na União Européia.

Um problema que permanece é o da unidade monetária. Uma moeda única foi criada: o ECU (European Currency Unit). Sua adoção deverá efetivar-se até 1999. Mas enormes dificuldades estão previstas, tornando incerta a moeda única. A principal dificuldade é representada pela existência de moedas fortes e moedas fracas no seio da União, bem como de pressões inflacionárias em diversos países.

Desde a unificação da Alemanha, em 1990, a União Européia representa um mercado de 340 milhões de pessoas, o que a torna maior que os Estados Unidos.

Questões propostas

1. Em que campo se manifestou a hegemonia dos EUA após a I Guerra Mundial?
2. Que traços apresentou o capitalismo americano a partir de 1880?
3. Cite alguns elementos que evidenciam o elevado grau de bem-estar da sociedade americana a partir da década de 50.
4. Caracterize a estrutura da sociedade norte-americana.
5. O que foi e onde surgiu o movimento *hippie*?
6. Depois de 1945, qual foi o candidato a presidente cuja campanha se distinguiu das anteriores?
7. Em que se distinguiu a presidência de Richard Nixon?
8. O que caracteriza a economia americana nos anos 90?
9. Quando foi criada e o que era a Comunidade Econômica Européia?
10. Qual foi o passo seguinte à Comunidade Econômica Européia?

Capítulo 98

O bloco socialista

A história da Europa oriental e do mundo foi totalmente transformada pelo aparecimento do marxismo, especialmente pela sua aplicação prática na Rússia, depois da revolução de 1917 (veja capítulo 85). Até o fim da II Guerra Mundial o socialismo limitou-se a um só país. Depois de 1945, porém, com a derrota da Alemanha, quase todos os países da Europa oriental, libertados pelos russos, adotaram o sistema socialista.

1. União Soviética

A estrutura econômica do socialismo soviético

Um dos pilares essenciais do sistema socialista soviético era a organização da economia. Sua finalidade era a transformação das condições de produção, a promoção do desenvolvimento econômico, industrial e agrícola, através de uma série de planos sistematicamente elaborados. O objetivo básico dessa planificação era harmonizar a expansão da produção das diversas regiões da União Soviética, através da criação de complexos industriais que utilizassem os recursos locais, permitindo reduzir os custos dos transportes e promovendo o deslocamento do centro de gravidade da economia do país para o leste.

Os planos — Procurando alcançar esses objetivos, a União Soviética tinha órgãos especializados, como o *Gosplan*, que elaborava os **planos** do país em períodos de cinco e sete anos. Tais planos indicavam, entre outras coisas, quais os produtos cuja fabricação devia ser incentivada e quais as regiões do país que deviam merecer preferência para o investimento do dinheiro público, de acordo com uma escala de prioridades. O centralismo das decisões na comissão do *Gosplan* foi intensamente criticado, por seu formalismo burocrático, sua ignorância em relação às possibilidades locais e ainda pela demora excessiva na tomada de decisões para a solução de questões simples. Esse estado de

coisas forçou a descentralização das decisões após o ano de 1957 em favor dos 106 *sovnarkhozes*, ou conselhos econômicos regionais, organizados em cinco regiões econômicas que geriam a economia regional e preparavam os planos.

Após 1958 decidiu-se que os estudantes, depois de passarem oito anos na escola, deveriam prestar dois anos de trabalho nas fábricas ou nas propriedades rurais, antes de ingressarem na universidade.

A produção agrícola — A agricultura soviética foi organizada com base em duas estruturas principais:

- **fazendas cooperativas** ou *kolkhozes*. Nos *kolkhozes* a terra era trabalhada coletivamente por todos os camponeses; a administração era feita por um conselho que dirigia a produção, a qual se destinava ao mercado, controlado pelo Estado. Mas existiam pequenas faixas de terra dentro dos *kolkhozes* nas quais cada um dos camponeses podia plantar alguns produtos e criar um certo número de animais. Esses produtos podiam ser vendidos livremente no mercado.

- **fazendas coletivas** ou *sovkhozes*. Os *sovkhozes* eram explorados diretamente pelo Estado; funcionavam sob a direção de agrônomos especializados, restringindo-se em geral à produção de uns poucos alimentos em grande escala. Eram estabelecimentos modelares, onde se aplicavam as técnicas mais evoluídas, freqüentemente de caráter experimental; correspondiam a apenas 10% da área de terra cultivada, ficando os demais 90% para os *kolkhozes*.

A importância das unidades exploradas diretamente pelo Estado foi crescendo progressivamente nas regiões agrícolas novas e virgens, destinadas à produção de trigo.

A produção industrial — A produção industrial era totalmente controlada pelo Estado. Apenas algumas atividades artesanais, como a produção de móveis, permaneciam em poder de particulares — desde que tivessem menos de dez operários.

Havia duas formas básicas de organização das empresas industriais: os *trustes* e os *combinados*.

- **trustes**: representavam a concentração de estabelecimentos no mesmo tipo de produção, às vezes em escala nacional, como no caso da produção de ouro. Na maior parte dos casos, entretanto, tinham caráter regional.

● **combinados**: consistiam na reunião de empresas complementares sob a mesma direção. Podiam agrupar duas regiões diferentes, mas complementares, como os combinados que integravam duas regiões distantes, uma produtora de ferro e a outra de carvão.

Os trabalhadores eram remunerados com um salário fixo e fortemente hierarquizado, aumentado pelos prêmios de rendimento, com a finalidade de estimular a produção.

O comércio — Este era totalmente controlado pelo Estado. Realizava-se com base em contratos estabelecidos por longo prazo e principalmente no âmbito dos países socialistas. No comércio interno, o setor estatizado era representado pelas lojas do Estado, onde se realizava o comércio varejista. Havia também um pequeno setor de comércio autônomo, representado pelos membros das granjas coletivas ou pelos camponeses que vendiam individualmente seus produtos.

A **moeda** e o **crédito** estavam sob o controle do Estado, que, assim, dominava todos os setores econômicos e financeiros. Existia um banco central, o *Gosbank*, que dispunha dos capitais que circulavam no setor industrial, comercial e agrícola e que também emitia papel-moeda.

A expansão da economia soviética

Os dois primeiros *planos quinquenais* (1928-1932 e 1933-1937), aplicados por Stálin, tiveram resultado notável. Completou-se a coletivização da agricultura, e a indústria pesada, a energética e a de maquinaria receberam um grande impulso. No *segundo plano* diminuiu-se sensivelmente a importação de máquinas, diversificando-se a produção interna.

O *terceiro plano quinquenal* (1938-1944) sofreu uma interrupção em 1941 por causa da entrada da União Soviética na II Guerra Mundial, o que canalizou os esforços para a indústria bélica. Ao mesmo tempo, por questões de segurança, a indústria foi deslocada para o leste do país, longe das linhas de combate.

O *quarto plano* (1946-1950) destinava-se à recuperação da economia, profundamente abalada pela guerra. Para tanto, a indústria recebeu 36% dos investimentos estatais, a agricultura, 12,9% e as indústrias de bens de consumo, 5%. Os

maiores recursos seriam investidos na produção de combustível e energia elétrica, seguindo-se o setor metalúrgico e a reconstrução viária.

A melhoria da produtividade agrícola foi sensível, a tal ponto que, em 1948, foram suspensos os talões de racionamento de gêneros alimentícios. Nos demais planos que se seguiram (de 1951 a 1970), continuou-se a enfatizar o setor industrial, o desenvolvimento tecnológico e o aumento de produtividade do trabalho.

A grande dificuldade da economia soviética era a agricultura, que em vários momentos obrigou o país a importar cereais dos Estados Unidos e do Canadá.

De qualquer modo, o crescimento econômico permitiu a melhoria das condições de vida da população, tendo havido, até mesmo, redução da jornada de trabalho para 6 e 7 horas diárias. Apesar do desvio de enormes somas para a indústria bélica, a União Soviética atingiu um ponto decisivo, no qual foi obrigada a desenvolver a indústria de bens de consumo — tais como geladeiras e televisores — para dar vazão à sua capacidade produtiva.

De fato, a partir de 1959, a atividade econômica passou a dar grande ênfase à produção de bens de consumo. Por essa razão, os objetivos do plano de sete anos, de 1959 a 1965, centrado na indústria pesada, foram modificados, dando-se atenção especial à construção de habitações e à indústria têxtil e alimentícia.

A evolução política da União Soviética

Após a morte de Lênin, Josef Stálin assumiu com mão de ferro o poder supremo na União Soviética. E inaugurou uma nova fase do regime, cada vez mais centralizado. A partir de 1937, as decisões passaram a ser tomadas cada vez menos a partir de reuniões coletivas, pois foram sendo monopolizadas por Stálin, que gradualmente concentrou em suas mãos muitos poderes, apoiado por Lavrenti Béria, que dominava os órgãos de segurança.

Entretanto, com a morte de Stálin em 1953, reavivou-se todo o sistema dos *soviets* (comissões para a tomada de decisões coletivas) e foram retomadas as atividades sindicais. Houve um retorno ao esquema político constituído na época de Lênin, baseado em comissões e decisões tomadas sempre em caráter coletivo.

Muitos perseguidos políticos pelo stalinismo foram reabilitados, enquanto partidários de Stálin eram sumariamente afastados, iniciando-se assim um período chamado de *desestalinização*.

O XX Congresso — Em fevereiro de 1956 realizou-se o XX Congresso do Partido Comunista. Nikita Kruchov era então secretário-geral do Partido e, como tal, autoridade máxima da União Soviética. Nesse Congresso, Kruchov condenou duramente o regime implantado por Stálin, baseado numa política de terror e extremo autoritarismo. Condenou também o culto à personalidade, ou seja, o culto a chefes todo-poderosos como Stálin. O XX Congresso foi um dos acontecimentos mais importantes da União Soviética, pois marcou o fim da era stalinista e o início de uma abertura interna, bem como a retomada do diálogo com os países ocidentais, em particular os Estados Unidos.

Em 1963, as dificuldades climáticas provocaram uma queda na produção agrícola. Para modernizar a agricultura e torná-la mais eficiente, Kruchov dividiu as organizações do Partido em rurais e industriais. Isso, porém, tornou a economia soviética mais desorganizada e vulnerável. O Partido Comunista opôs-se a essa divisão, o que, por sua vez, resultou, em 1964, na queda de Kruchov e na ascensão de novos dirigentes: *Leonid Brejnev* assumiu o cargo de secretário-geral do Partido Comunista e *Alexei Kossiguin*, o de primeiro-ministro.

O governo Brejnev — Gradativamente, Leonid Brejnev foi reunindo em suas mãos os poderes dos demais membros, firmando-se como chefe único do Estado soviético.

Sob seu longo governo (1964-1982), a União Soviética consolidou-se como segunda potência econômica mundial. A indústria alcançou grande desenvolvimento: o país transformou-se no maior produtor mundial de aço, petróleo, gás natural, tratores e caminhões. Outros setores de grande desenvolvimento foram o da indústria de armamentos, com a produção de avançados sistemas de mísseis e aviões de caça, e o da pesquisa espacial, com a construção de complexas estações orbitais.

Mas havia setores em que a indústria soviética ia ficando visivelmente para trás, como o da informática, das telecomunicações, automobilístico, de bens de consumo doméstico, etc.

No esporte, na educação e nas artes, a União Soviética impunha-se ao mundo sempre em posição de grande destaque.

Ao mesmo tempo, no entanto, o governo de Brejnev se caracterizou por uma orientação autoritária e, até certo ponto, por um retorno a alguns parâmetros stalinistas.

No plano externo, o período de Brejnev se distinguiu por uma acentuada distensão com os Estados Unidos, com os quais foram assinados alguns importantes acordos de limitação e corte de arsenais nucleares.

SÍNTESE

O poder na União Soviética desde a revolução de 1917

Lênin (1917-1924) — Em 8 de novembro de 1917, o Partido Bolchevique encabeçou a insurreição de operários, camponeses e soldados que derrubou o governo provisório de Alexander Kerenski, sediado em Petrogrado, e criou o Estado soviético. Lênin, líder incontestado do Partido Bolchevique, foi eleito em 10 de novembro pela Assembléia dos Conselhos (soviets) chefe do governo dos “comissários do povo”. Permaneceu à frente da liderança política do Estado e do governo até sua morte, em 1924.

Stálin (1924-1953) — Com a morte de Lênin, iniciou-se uma luta aberta pelo poder dentro do partido. Josef Stálin, secretário-geral, derrotou seu principal inimigo, Leon Trotski, líder da oposição de esquerda, expulso em 1927 da URSS e assassinado onze anos depois no México. Stálin, que na década de 30 mandou fuzilar Zinoviev, Kamenev e Bukharin (entre outros dirigentes bolcheviques), impôs sua ditadura sobre o partido e liderou o expurgo e o assassinato em massa de seus opositores. Morreu em 1953.

Kruchov (1956-1964) — Após a morte de Stálin, o Partido Comunista e o Estado soviético passaram a ser dirigidos pela *troika* composta por Nikita Kruchov, Viacheslav Molotov e Georgi Malenkov. Kruchov, a pretexto de combater os “crimes de Stálin” — denunciados por ele no XX Congresso do PCUS, em 1956, quando passou a exercer a liderança de fato —, golpeou e afastou

Molotov e Malenkov, colaboradores do falecido ditador. Kruchov foi deposto em 1964.

Brejnev (1964-1982) — Kruchov deposto, Leonid Brejnev foi nomeado secretário-geral do Partido Comunista, Alexei Kossiguin, primeiro-ministro da União Soviética e Nikolai Podgorny, presidente. O texto da nova Constituição foi aprovado em maio e divulgado em junho de 1977. Brejnev passou então a acumular os cargos de secretário-geral do PCUS e de presidente da URSS. Morreu em novembro de 1982.

Andropov (1982-1984) — Yuri Andropov, ex-chefe da KGB (polícia política soviética), assumiu o poder em dezembro de 1982, acumulando os cargos de seu antecessor Brejnev. Em sua gestão, lançou uma luta contra a corrupção, conduzindo à prisão antigos amigos de Brejnev, e iniciou um processo de reformas econômicas. Morreu pouco mais de um ano depois, em fevereiro de 1984, sendo substituído por Konstantin Tchernenko, que derrotou, entre outros candidatos, o líder recém-designado Mikhail Gorbachov.

Tchernenko (1984-1985) — Em 14 de fevereiro de 1984, quando se realizavam os funerais de Andropov, sabia-se que Konstantin Tchernenko (já com saúde débil na ocasião) seria o seu sucessor. Desde o início de sua gestão, ficou patente que o novo líder — antes tido como aliado de Brejnev — manteria um governo de compromisso, baseado num frágil equilíbrio político e marcado pelo continuísmo em relação à política interna e externa de Andropov. Quando Tchernenko morreu, treze meses depois, a sucessão já estava definida em favor de Gorbachov.

Gorbachov (1985-1991) — Em abril de 1985 Mikhail Gorbachov foi confirmado no cargo que pertencera a Tchernenko. Desde que assumiu o governo, passou a tomar medidas liberalizantes visando alterar profundamente a economia, a política e o panorama cultural soviético, rompendo com a rigidez que caracterizava a vida da sociedade soviética. O programa de reformas introduzido por Gorbachov acabou levando às mudanças que, no final da década de 80, resultaram no fim da experiência socialista tanto na União Soviética quanto nos países socialistas da Europa oriental. Mas a principal consequência das reformas de Gorbachov foi a própria desintegração da União Soviética, em 1991, com a separação das 15 repúblicas que a constituíam. (Adaptado de: *Folha de S.Paulo*, 22-3-1985)

2. Europa oriental

O socialismo na Europa oriental (1945-1985)

Nos anos que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial, a União Soviética dedicou-se à tarefa de estimular ou promover a formação de *democracias populares* conforme o modelo soviético, nos países sob sua área de influência militar na Europa oriental. Com o apoio soviético, os partidos comunistas apressaram-se a tomar o poder, sucedendo-se os golpes políticos em vários países. O resultado foi a mudança do regime político desses países, de capitalista liberal para socialista. Assim, à União Soviética vieram somar-se a Bulgária, a Romênia, a Polônia, a Hungria, a Alemanha Oriental, a Tchecoslováquia e a Albânia. O socialismo não apresentou, porém, as mesmas características em cada um desses países.

Iugoslávia — Este país socialista foi o exemplo marcante de diferenciação em relação à orientação soviética. O país foi libertado da dominação germânica pelos *partisans* liderados pelo marechal Tito, sem a participação do exército soviético. Depois de sérias discordâncias em relação à maneira de conduzir a socialização da economia, em 1948 os comunistas iugoslavos romperam com a União Soviética. Apesar de preservar o socialismo, a Iugoslávia desligou-se do bloco soviético, procurando construir seu próprio modelo socialista.

Hungria — Na Hungria, os comunistas tomaram o poder em 1949 com o apoio das tropas soviéticas. Mas em 1956 eclodiu uma violenta revolta popular, iniciada em Budapeste e que se difundiu pelo resto do país; um governo provisório retirou a Hungria do bloco soviético. Um contragoverno, instituído por Janos Kadar, pediu auxílio à União Soviética, cujos tanques e tropas esmagaram a revolução e provocaram a fuga para o Ocidente de mais de 200 000 húngaros, seguindo-se a execução dos revolucionários mais importantes.

Tchecoslováquia — Também aqui os comunistas tomaram o poder com apoio soviético. Em 1968, o secretário-geral do Partido Comu-

nista Tcheco, Alexander Dubcek, deu início a um avançado programa de reformas, de caráter liberalizante, numa linha diferente do da União Soviética. Temendo que a Tchecoslováquia abandonasse o caminho do socialismo, a União Soviética invadiu o país. Dubcek foi afastado e em seu lugar foi colocado um governante alinhado com Moscou. A tentativa de liberalizar o regime — chamada de Primavera de Praga — terminou sufocada pelos tanques soviéticos. Para protestar contra a intervenção, um estudante, Jan Palach, incendiou seu corpo na praça Venceslau, centro de Praga. Seu martírio tornou-se símbolo do ideal de liberdade dos tchecos.

Polônia — O caminho, inicialmente, foi igual ao dos outros países do Leste europeu. Ocupada pelos soviéticos ao fim da II Guerra Mundial, seguiu um caminho próprio. Sob a liderança do chefe comunista Wladyslaw Gomulka. Ao contrário dos outros países, na Polônia passaram a conviver três partidos: o Comunista, o Camponês Democrata e o Católico. A Igreja católica conservou uma importante influência no país, já que a Polônia é um país extremamente católico. Mas surgiram conflitos entre o regime e o cardeal Wysinski, preso em 1953 e posto em liberdade só em 1956. Um importante setor privado continuou existindo na agricultura e na indústria. Depois de 30 anos de socialização, a pequena propriedade camponesa cobria 85% da superfície cultivada do país, contra os 7,5% organizados em cooperativas coletivas. Ao lado de 6 milhões de operários do Estado, havia 800 mil artesãos independentes. Mantendo sua aliança com a União Soviética, Gomulka buscou fórmulas próprias de conservar a paz e de expandir a economia, realizando acordos comerciais com os Estados Unidos em 1960.

Alemanha Oriental — Após a II Guerra Mundial, a Alemanha foi ocupada pelas quatro potências vencedoras: União Soviética, Estados Unidos, Inglaterra e França. A parte ocupada pela União Soviética tornou-se comunista, formando um país separado: a República Democrática Alemã ou simplesmente Alemanha Oriental. A capital do país, Berlim, viu-se dividida em duas partes.

Graças à infra-estrutura existente e ao eleva-

do padrão dos engenheiros e técnicos alemães, o país se desenvolveu bastante. Entre os países socialistas da Europa oriental, foi o que conheceu maior desenvolvimento econômico. Mesmo assim, nunca alcançou o padrão do restante da Europa, muito menos da outra parte da Alemanha.

A Alemanha Oriental foi um dos pontos de maior tensão durante o período da guerra fria. Em 1961, muitos alemães orientais estavam fugindo para o lado ocidental. Para conter a fuga, os comunistas construíram um alto muro — o *Muro de Berlim* —, exatamente na divisa entre as duas partes da cidade. Esse muro tornou-se com o tempo um dos símbolos da divisão entre o mundo comunista e o mundo capitalista.

A integração econômica e política dos países socialistas

O Comecon — Em oposição ao Plano Marshall (ao qual a União Soviética e os países sob sua influência não quiseram aderir), em janeiro de 1949 foi organizado o *Comecon* (Conselho para Assistência Econômica Mútua), liderado pela União Soviética e composto por oito países socialistas europeus, sem a participação da Iugoslávia. O Comecon foi criado com o objetivo de assegurar a distribuição de matérias-primas entre seus membros; favorecia a especialização econômica das nações participantes, criando economias nacionais complementares, de modo a reduzir a dependência do bloco em relação a terceiros.

O Pacto de Varsóvia — A criação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), pacto de assistência militar liderado pelos Estados Unidos e composto por vários países europeus, além da formação da Comunidade Econômica Européia (hoje União Européia), que favorecia o rearmamento da Alemanha Ocidental, levou o governo soviético, em 1955, a criar o *Pacto de Varsóvia*. Diversamente da OTAN, esse pacto agrupava as forças militares dos países socialistas sob o comando único dos soviéticos, autorizando as tropas da URSS a estacionarem nos territórios das nações membros do pacto. Os soviéticos forneceriam o essencial do armamento. Bases de lançamento de mísseis foram instaladas em países

como a Polônia, a Tchecoslováquia e a Hungria. Esse procedimento facilitava a ação soviética para corrigir possíveis desvios de seus aliados, no plano de suas políticas internas, em relação ao sistema socialista preconizado pela União Soviética.

A crise do socialismo na Europa

O socialismo e os países de regime socialista sofreram uma brutal transformação nos anos 80, culminando em 1989 com uma verdadeira revolução, que varreu a opção socialista como forma de governo da quase totalidade dos países do centro-europeu.

Na União Soviética — Se os anos de socialismo foram capazes de transformar o país na segunda potência mundial, também criaram uma nova classe social privilegiada, uma nova elite composta por generais, oficiais superiores, altos funcionários do Partido, membros dos sovietes, diretores de fábricas, professores, escritores, artistas, compositores e cineastas. Essa elite tinha numerosos privilégios: clínicas, lojas, serviços, salas especiais de embarque em estações e aeroportos, canais privilegiados para receber os produtos escassos no mercado. Dessa forma, essa casta privilegiada não sentia as dificuldades da população comum, vivendo distante dela. Era a chamada *nomenklatura*, um grupo profissional que se transformou numa casta social, fechando-se cada vez mais através dos casamentos dentro do próprio grupo.

A necessidade de mudanças era cada vez mais visível e mais sentida por toda a população. Além do opressivo clima de fechamento político, representado pelo monopólio do poder pelo Partido Comunista, a economia não conseguia atender às necessidades de bens de consumo.

Com a morte de Tchernenko, em 1985, assumiu o governo da União Soviética um novo dirigente: Mikhail Gorbachov.

Desde o início de seu governo, Gorbachov passou a anunciar a intenção de promover uma reestruturação geral da sociedade. Sua palavra de ordem era *perestroika*, que quer dizer justamente reestruturação. Pretendia desencadear também um processo de liberalização acelerado conhecido como *glasnost* (transparência). A *glasnost* se traduziu em maior liberdade de expressão das artes, da imprensa e da cultura em geral.

Esse processo foi aprofundado através de uma série de medidas que visavam modernizar a economia e reorganizar a administração e a vida política do país. A *perestroika* refletiu-se também no plano externo, com a busca de uma aproximação com os Estados Unidos para diminuir o número de armas nucleares e limitar a produção de novos equipamentos de guerra.

Acumulando os cargos de secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (desde 1985) e de presidente do Soviete Supremo (desde 1988), Gorbachov enfrentou numerosos problemas internos, sendo um dos mais graves a rebelião das repúblicas federadas e a queda do prestígio do Partido Comunista. Em 1990, o Congresso de Deputados do Povo aboliu o monopólio do Partido Comunista, abrindo espaço para o pluripartidarismo. O Partido Comunista passou a sofrer a concorrência da União Democrática e do Partido Liberal Democrático. Bóris Ieltsin, destacado líder comunista e ex-prefeito de Moscou, maior adversário de Gorbachov e filiado à União Democrática, foi eleito em 1990 presidente da Rússia, a maior das repúblicas que compunham a URSS.

A questão da soberania das repúblicas que formavam a URSS ameaçava colocar por terra o movimento de abertura da União Soviética. Lituânia, Estônia e Letônia encabeçavam o movimento de independência. A repressão a esses movimentos acirrou mais ainda os ânimos. Ficava cada vez mais difícil para Gorbachov manter a unidade da gigantesca federação soviética.

O objetivo de Gorbachov não era desmantelar a unidade da União Soviética. Ele queria uma reforma por dentro. Para ele seria possível promover reformas capazes de mudar a estrutura do país sem alterar completamente sua forma de organização. Sua idéia era promover lentamente a passagem da economia soviética de sua estrutura totalmente estatizada para uma forma mista, em que poderiam conviver setores estatais e setores privados. Mas de todos os aspectos da reforma, talvez o mais importante para Gorbachov fosse o da união da federação soviética.

O golpe — As mudanças implantadas na União Soviética por Gorbachov vinham descontentando alguns políticos e militares da "linha dura". No dia 19 de agosto de 1991, a agência *Tass* anunciou que, por motivo de saúde, Gorbachov estava incapacita-

do para continuar a exercer suas funções. Um comitê estatal assumiu o poder e decretou estado de emergência em várias regiões, por seis meses. Mas a "linha dura" não contava com a reação popular ao golpe. Assim que os tanques saíram às ruas, foram barrados pela população. O próprio Ieltsin foi para a rua, subiu em um tanque e leu uma declaração exigindo o retorno à ordem constitucional. Durante todo o dia a tentativa dos tanques de chegar ao Parlamento russo foi impedida pela ação de populares. Diante desses fatos, os golpistas começaram a se sentir perdidos e acabaram presos.

Com o fracasso do golpe, Gorbachov, que estava preso em sua casa de praia na Criméia, desembarcou em Moscou na madrugada do dia 22 de agosto. No dia seguinte, numa sessão pública do Parlamento russo, ficou claro o confronto entre os dois presidentes. Gorbachov teve de demitir todos os ministros por terem sido coniventes com o golpe. Teve também de confirmar todos os decretos assinados por Ieltsin durante a tentativa de golpe. A tensão aumentou quando Ieltsin assinou de surpresa um decreto colocando na ilegalidade o Partido Comunista Russo. No dia 29, o Soviete Supremo deu o golpe final no Partido Comunista Soviético, proibindo, por tempo indeterminado, suas atividades em todo o território nacional.

O fracasso do golpe de Estado veio acelerar a desintegração da União Soviética. As repúblicas, temerosas de outras tentativas golpistas, puseram em ação o processo separatista. As três repúblicas bálticas — Estônia, Letônia e Lituânia — anunciaram logo sua separação. A seguir foi a vez das outras, uma por uma, declararem sua autonomia. Gorbachov lutou o quanto pôde para a manutenção da União Soviética. Mas no dia 8 de dezembro, reunidos em Brest, os presidentes da Rússia, da Ucrânia e da Bielorrússia assinaram um documento em que formalizavam a CEI — Comunidade de Estados Independentes — em substituição à União Soviética. Gorbachov reagiu à criação da CEI, mas foi inútil. Outras repúblicas começaram a aderir a ela. Vendo que a dissolução total da União era inevitável, Gorbachov reuniu-se com Ieltsin e marcaram o dia para a substituição da União Soviética pela Comunidade: o último dia do ano de 1991.

No dia 25 de dezembro, Gorbachov renunciou à Presidência da União Soviética. Depois de seu discurso, passou a Ieltsin uma pasta preta com os

códigos de disparo de mísseis estratégicos. A União Soviética deixava assim de existir. Seu lugar na ONU passava a ser ocupado pela Rússia.

As mudanças em outros países

Uma das mais importantes consequências da crise do socialismo e das transformações na União Soviética foi o surgimento de condições para as mudanças nos países socialistas do Leste europeu, os chamados países-satélites da URSS.

A **Polônia** foi um dos países em que as mudanças ocorreram mais cedo e mais rapidamente. Ainda no início da década de 80 começaram manifestações entre os operários dos grandes estaleiros da cidade de Gdansk. Conduzidos por um operário com expressiva liderança — Lech Walesa —, conseguiram vitórias significativas, como a permissão para organizar um sindicato independente, o *Solidariedade*. O movimento do *Solidariedade* foi crescendo cada vez mais até que se tornou impossível para o governo sustentar-se sem a participação das novas lideranças na política polonesa. Autorizado a participar das eleições de 1989, o *Solidariedade* venceu as eleições parlamentares e, pela primeira vez, um país socialista deixava de ser governado pelo Partido Comunista.

A liberalização política e econômica se completou em 1990, com a eleição de Lech Walesa para a Presidência da República.

As mudanças na **Alemanha Oriental** também foram dramáticas. Com os ares da renovação, na década de 80, numerosos alemães orientais deixavam seu país e entravam na Alemanha Ocidental passando pelos países vizinhos. Não podendo mais suportar a pressão por mudanças, o governo decidiu derrubar a barreira que dividia o povo alemão — o Muro de Berlim. Era o dia 9 de novembro de 1989, data que ficou na história do país. Mas a onda de reformas não parou aí. A reunificação das duas Alemanhas foi o passo seguinte, concretizado em 3 de novembro de 1990, conduzido pelo chanceler da Alemanha Ocidental, Helmut Kohl.

Hungria, Romênia, Bulgária e Tchecoslováquia seguiram o mesmo caminho: fim do regime de partido único, abertura da economia para a iniciativa privada e o capital externo, liberdade de expressão. Na Tchecoslováquia renasceu o nacionalismo, que resultou numa divisão pacífica do

país em duas repúblicas separadas: a República Tcheca e a Eslováquia. Na Romênia, fatos sangrentos marcaram a derrubada da ditadura comunista, chefiada por Nicolae Ceausescu. Tendo ordenado uma repressão violenta contra manifestantes, estes conseguiram a adesão do exército e prenderam o ditador e sua mulher, que foram julgados, condenados à morte e executados na noite de Natal de 1989.

Situação diferente ocorreu com a **Iugoslávia**. Formada por seis repúblicas desde o final da II Guerra Mundial, manteve-se unida graças à forte

liderança de Josef Broz Tito. Mas havia profundas diferenças entre uma república e outra. Antes de morrer, Tito organizou um sistema de rodízio na condução do país: uma república de cada vez indicaria o dirigente máximo da federação. Esta situação não foi aceita pela Sérvia em 1991, quando a Croácia indicaria o presidente. Então a Eslovênia e a Croácia se declararam independentes.

No ano seguinte a Bósnia-Herzegovina e a Macedônia fizeram o mesmo. Permaneceram na federação a Sérvia e Montenegro. Diante disso, os

Quem é quem na guerra da ex-Iugoslávia

Nações são movidas por antigos ódios e pelo temor de serem governadas pelo inimigo

Estes são os grupos em conflito na ex-Iugoslávia e seus objetivos:

● **Sérvios croatas** — Os sérvios controlam um extenso território no sul da Croácia, um pedaço de terra no sul da capital, Zagreb, e um trecho no extremo leste, ao longo do rio Danúbio e da fronteira sérvia. Eles se rebelaram em 1991, dizendo temer que a Croácia independente repetiria o massacre de sérvios durante o regime fantoche controlado pelos nazistas durante a II Guerra Mundial.

● **Governo croata** — A Croácia perdeu um terço de seu território para os rebeldes sérvios em 1991, a Krajina, quando a república declarou sua independência da antiga Iugoslávia. E quer esse território de volta. No início do ano, expulsou as tropas da ONU de seu território. Mas depois cedeu, sob pressão do Ocidente. No dia 1º de maio, lançou uma ofensiva de surpresa e retomou a área mais vulnerável sob controle dos sérvios na Krajina, a Eslavônia.

● **Sérvios bósnios** — Eles controlam cerca de dois terços da Bósnia, depois de três anos de guerra. Foram isolados pela comunidade internacional e pela Sérvia, por rejeitar um plano de paz. Seu líder político, Radovan Karadzic, e seu comandante militar, general Ratko Mladic, foram acusados por um tribunal da ONU de genocídio e crimes contra a humanidade. Agora que perderam o apoio declarado de Milosevic, o objetivo da liderança dos bósnios sérvios é de conseguir manter o máximo de território da Bósnia, com a idéia de formar a "Grande Sérvia" no futuro.

● **Governo bósnio** — O governo da Bósnia é controlado pelos muçulmanos, mas também representa os sérvios e os croatas que permaneceram fiéis ao ideal de uma sociedade multiétnica. Seu objetivo é retomar o máximo possível de território dos sérvios. Seu exército está melhorando e, apesar do embargo internacional, tem conseguido comprar armamento. Tem logrado aos poucos retomar pequenos pedaços de território, mas não parece forte o suficiente para infligir grandes derrotas aos separatistas. No ano passado, o governo, de forma relutante, aceitou um plano internacional que lhe daria, em companhia dos aliados croatas, 51% da Bósnia, ficando 49% para os sérvios.

● **Iugoslávia** — Duas repúblicas, Sérvia e Montenegro, sobraram das seis que compunham a antiga Federação Iugoslava. Sanções econômicas foram impostas há três anos pelo apoio da Iugoslávia aos rebeldes sérvios na Bósnia e na Croácia. Milosevic está tentando conseguir o levantamento das sanções contra a Sérvia. A comunidade internacional pede que ele reconheça a Bósnia e a Croácia, abandonando o sonho de uma "Grande Sérvia".

● **Croatas bósnios** — Concentrados no centro e no ocidente da Bósnia, os croatas lutaram contra o governo da Bósnia um ano, antes de concordar em formar uma federação, em março de 1994. Desde essa época, têm lutado ao lado dos muçulmanos contra os sérvios. Mas a federação está longe de ser estável e os croatas parecem mais preocupados em manter o controle sobre o território onde eram maioria antes da guerra.

(Extraído de: *O Estado de S. Paulo*, 06/08/95)

sérvios que moram na Bósnia se rebelaram contra o novo governo do país, formado predominantemente por muçulmanos. Iniciou-se uma guerra civil de características extremamente cruéis. Cerca de 250 mil mortos já tinham sido contabilizados até meados de 1995.

3. China

O socialismo na China: a Revolução Chinesa

No decurso do século XIX a China sofreu duramente a exploração econômica por parte das nações européias e dos Estados Unidos. A reação a esta situação demorou, mas aconteceu com o surgimento, em 1905, do *Kuomintang* (Partido Popular Nacional), organizado pelo médico Sun Yat-sen. O novo partido pretendia transformar a China através de uma revolução econômica e social.

Em 1912, sob a liderança de Sun Yat-sen, foi proclamada a República. A partir de 1917 o comunismo passou a fazer um grande número de adeptos entre os jovens, com o apoio da União Soviética, que pretendia formar na China um grande partido. E de fato, em 1922 era fundado o Partido Comunista Chinês. Entre seus fundadores estava um jovem chamado Mao Tse-tung. O futuro da China estaria nas mãos deste homem.

Com a morte de Sun Yat-sen, em 1925, seu substituto, o general Chiang Kai-shek, assumiu a liderança do *Kuomintang*. Mas como o recém-fundado Partido Comunista Chinês estava crescendo enormemente, passando a representar uma ameaça ao seu governo, Chiang Kai-shek voltou-se contra os comunistas, seus antigos aliados, e mandou massacrá-los. Milhares deles foram mortos, sobretudo em Shangai. Os acontecimentos relativos ao massacre de Shangai, em 1927, são magistralmente descritos no romance *A condição humana*, do grande escritor francês André Malraux.

A partir daí Chiang Kai-shek declarou guerra sem tréguas aos comunistas, que foram obrigados a fugir para o norte do país. Sob a liderança de Mao Tse-tung, cerca de 300 mil soldados, além de mulheres, crianças, camponeses, empreenderam a chamada Longa Marcha, um avanço de 10 000 km em direção à província de Shensi.

Em 1937, aproveitando a situação de conflito interno, o Japão invadiu a China. Na verdade, já em 1931 os japoneses haviam ocupado a Manchúria, aproveitando-se exatamente das divisões internas existentes no país.

Japão, o inimigo comum — Diante do inimigo comum, os comunistas e o *Kuomintang* se uniram, devendo os comunistas participar do governo que se organizaria em Nanquim.

A guerra contra o Japão foi decisiva para a formação do Exército Popular de Libertação, pois os comunistas recrutavam seus soldados entre os camponeses, os quais, em meio às operações militares, ajudavam os agricultores em sua tarefa; não precisavam, assim, viver à custa dos camponeses. Ao contrário, o exército do *Kuomintang*, organizado com base em tropas profissionais, dependia da exploração dos trabalhadores. Por essa razão, o exército comunista tornou-se extremamente popular.

Ao terminar a II Guerra Mundial, o Japão estava derrotado e retirou-se da China. Chiang Kai-shek deu-se conta então do crescimento das forças comunistas e preparou-se para exterminá-las. Contava com um exército oito vezes maior e excelente material militar americano. Suas tropas eram, porém, mal preparadas e não contavam com o apoio da população. Os conselheiros americanos pressentiram que não haveria chance de vitória sem a realização de uma reforma agrária. Mas Chiang, apoiado pelas classes mais ricas da China, os grandes proprietários, os comerciantes e os banqueiros, temia uma mudança tão profunda.

A vitória comunista — Os comunistas, pelo contrário, ligavam-se aos camponeses. Nas regiões por eles ocupadas ocorriam revoltas. Mao ordenou então a distribuição das terras de antigos grandes proprietários, enquanto os pequenos proprietários deixavam de sofrer os confiscos costumeiros da produção. Mesmo não sendo muito profunda, essa mudança provocou o aumento do número de camponeses alistados no Exército Vermelho. Em fins de 1947 seu poderio equivalia ao das forças de Chiang.

Pressentindo que seu aliado seria incapaz de reverter a situação, os americanos o abandonaram, permitindo o avanço rápido dos comunistas liderados por Mao. Em 1949 Chiang procura refúgio na ilha de Formosa, de onde pretendia

retornar ao continente. Mas a 1^ª de outubro de 1949, com o país inteiramente dominado pelo Exército Vermelho, foi proclamada a *República Popular da China*.

A transformação política, social e econômica da China

As diretrizes que Mao impôs à China, depois da tomada do poder, já estavam previstas em seu texto *Sobre a Nova Democracia*, de 1940. As tarefas iniciais para a construção do Estado socialista na China envolviam a derrota dos grandes proprietários e o combate ao imperialismo.

A *Nova Democracia*, estabelecida pela Constituição de 1954, criava uma hierarquia de *assembléias* locais e o *Congresso Nacional do Povo*. A esse congresso, eleito por quatro anos, cabia a eleição do presidente da República; era ele também que delegava o poder ao *Conselho Governamental Popular*, constituído pelos ministros.

O poder, na realidade, apesar do pluralismo aparente dos partidos políticos, pertencia exclusivamente ao Partido Comunista, que mobilizava o interesse popular com muita habilidade, realizando enormes manifestações em Pequim. As minorias étnicas e religiosas gozavam de uma relativa autonomia. As relações entre Pequim e a Igreja católica foram totalmente rompidas, com a prisão e a expulsão de padres, até a criação, em 1958, de um bispado separado de Roma.

No plano social, o novo governo dedicou-se à eliminação da antiga classe social dominante, considerada "parasita", ocorrendo numerosas execuções em 1951. Os elementos que não foram executados foram submetidos a humilhações, privados do direito de voto e obrigados a passarem por um processo de "reeducação". O comunismo chinês libertou as mulheres da sua antiga dominação, estabelecendo a igualdade entre os sexos, a liberdade de casamento, o acesso às mais altas funções públicas, o que representava para a China uma enorme revolução nos costumes milenares. O governo civil, por longo tempo hostil à limitação da natalidade, defrontou-se com o grave problema da explosão demográfica, forçando a tomada de decisões de controle populacional.

A nova economia — No plano econômico, a fase entre 1949 e 1952 foi marcada pela reconstrução

e estabilização da economia. Nesse período coexistiam empresas estatais, empresas mistas, empresas privadas, pequenos produtores e as grandes cooperativas dirigidas pelo Estado.

A reforma agrária foi instituída em 1949, tendo início a expropriação dos grandes latifúndios. Assim, de um total de 107 milhões de hectares cultivados, 47 milhões foram confiscados e distribuídos entre 70 milhões de famílias. Mais tarde, em 1953, esses pequenos proprietários foram agrupados em *cooperativas agrícolas*, tendo perdido a propriedade individual da terra e passado à condição de assalariados. Já em 1958, nova modificação foi introduzida, surgindo as *comunas populares*, que resultavam da fusão das cooperativas. Os anos que se seguiram (de 1958 a 1962) foram de crise. A queda brutal da produção levou os dirigentes chineses à centralização do sistema de comunas, obtendo-se daí melhores resultados.

Em 1958 todas as indústrias foram nacionalizadas, passando para o controle do Estado ou das cooperativas. Nessa fase inicial, o desenvolvimento da indústria contou com o apoio técnico e financeiro da União Soviética. A partir de 1960, porém, por razões de ordem política, sobretudo distanciamento ideológico entre China e União Soviética, essa ajuda terminou.

A evolução política — A evolução política da China, durante e após a revolução, foi guiada pelas idéias de Mao Tse-tung. As idéias políticas contidas no seu *Livro Vermelho* dominaram o pensamento socialista chinês na fase de implantação da revolução. Para Mao, a revolução não termina com a tomada do poder. Ela é permanente. É preciso manter a chama da luta ideológica sempre acesa.

Mas o fracasso de um pretensioso plano econômico baseado nessas idéias, idealizado por Mao em 1958 e denominado de *Grande Salto para a Frente*, fez surgirem divisões no interior da liderança do Partido Comunista. Fortaleceram-se os opositores de Mao, principalmente o presidente da República, Liu Shao-chi, que passou a orientar a economia chinesa novamente segundo os modelos soviéticos.

Mao e seus partidários revidaram desencadeando, em 1966, a *Grande Revolução Cultural Proletária*, movimento de mobilização de massas, sobretudo estudantes. Sua finalidade era combater a política econômica pragmática baseada

em incentivos materiais e individuais. Pretendia também promover uma depuração dos quadros existentes, com o aproveitamento principalmente dos jovens. Formaram-se batalhões de “guardas vermelhos”, recrutados entre estudantes e camponeses. Os chamados direitistas, como Liu Shao-chi, foram depostos. Depois de muitos excessos, Mao decidiu interromper a Revolução Cultural, antes que ela fosse longe demais. Isto provocou o descontentamento de líderes mais radicais como Lin Piao, ministro da Defesa. Ele tentou um golpe, mas foi descoberto e teve de fugir, ocasião em que seu avião caiu na Mongólia.

Deng Xiaoping — A luta pelo poder, na China, foi renovada em 1976, com a morte de Mao Tse-tung e de Chu En-lai. Destacou-se então o chamado “Grupo Radical”, liderado pela mulher de Mao, Jiang Qing, contra os partidários de Deng Xiaoping e Hua Guofeng, considerados direitistas. O grupo radical foi derrotado e da crise emergiu como figura máxima Deng Xiaoping.

Com a ascensão de Deng Xiaoping, uma nova fase na vida da China se iniciava. Deng percebeu que o país estava perdendo a corrida pela modernização e decidiu mudar os rumos da economia. Passou a incentivar a iniciativa privada e a permitir a entrada de empresas e de capitais estrangeiros. Essas medidas acarretaram mudanças enormes no país. Empresas do mundo inteiro, sobretudo do Japão e dos Estados Unidos, passaram a investir bilhões de dólares no país. O aspecto das grandes cidades começou a mudar. Surgiram imensos prédios modernos, hotéis, fábricas, portos. Em 1995 a China já ocupava no cenário mundial um papel de grande destaque, aparecendo como um dos gigantes econômicos e mercado privilegiado dos grandes investidores.

A abertura econômica promovida pelo governo chinês trouxe como consequência também um grande movimento popular que exigia liberdades democráticas. Em maio de 1989, milhões de pessoas saíram às ruas exigindo liberdade de manifestação e o fim da corrupção e dos privilégios dos altos funcionários. O movimento recebeu o nome de Primavera de Pequim. Recusando-se a fazer qualquer mudança, o governo reprimiu com extrema violência o movimento: em junho, tropas fortemente armadas e tanques avançaram sobre a multidão reunida na praça da Paz Celestial, em Pequim, matando muitas pessoas. Os conserva-

dores venceram. Perderam os reformistas. A abertura política que varria a Europa foi rejeitada e o PC chinês recusava-se a abrir mão do poder.

4. Cuba

A Revolução Cubana

Na década de 50, Cuba era governada por Fulgêncio Batista, um típico ditador latino-americano, apoiado pelo Exército, pelas burocracias sindicais e pelos Estados Unidos. O regime de Batista caracterizava-se pela corrupção e pela repressão às oposições, que haviam sido colocadas na ilegalidade. A economia baseava-se na plantação de cana-de-açúcar, praticamente controlada pelos Estados Unidos. A população vivia na pobreza.

Em 26 de julho de 1953, o advogado Fidel Castro, que se formara politicamente no movimento estudantil, comandou um ataque ao Quartel de Moncada, importante depósito de armas. A idéia de Fidel era ocupar o quartel e a partir daí derrubar o governo. O fracasso foi total. Castro acabou preso. Anistiado em 1955, exilou-se no México.

Sierra Maestra — Nesse país, Fidel Castro organizou um grupo de oitenta homens para invadir Cuba e tomar o poder. Foi auxiliado neste empreendimento pelo médico argentino Ernesto Che Guevara. Em 1956, Fidel e seus homens, no barco Granma, desembarcaram num ponto a leste da ilha. Mas tinham sido detectados. Dos oitenta, apenas cerca de vinte conseguiram escapar, refugiando-se nas montanhas da Sierra Maestra. Lá, Fidel conseguiu organizar um movimento guerrilheiro que começou a crescer rapidamente, graças ao apoio dos camponeses. Em 1958 a luta já se desenvolvia abertamente nas cidades. A ditadura de Batista dava sinais evidentes de colapso. Nesse mesmo ano, os Estados Unidos suspenderam o apoio militar a Batista, convencidos de que Fidel Castro era mais conveniente a seus interesses. Em 1º de janeiro de 1959, após vitórias decisivas dos revolucionários, Fulgêncio Batista fugiu.

Embora não fosse socialista declarado até o triunfo da revolução, Fidel Castro e os principais dirigentes do novo governo implantaram um regime socialista no país. Mas não fundaram um novo

partido. Ingressaram no Partido Comunista de Cuba, que foi reorganizado a partir de antigos membros do próprio partido e de elementos da ala radical do grupo de Fidel. Essa posição política causou forte reação do governo americano.

Várias transformações estruturais foram realizadas pelos revolucionários. As empresas petrolíferas americanas que se recusaram a refinar petróleo para Cuba foram nacionalizadas. Em revidé, os norte-americanos suspenderam a compra de açúcar cubano, criando uma situação econômica difícil e forçando Cuba a procurar os soviéticos para a compra do produto e, ao mesmo tempo, para o fornecimento das armas de que os cubanos necessitavam para consolidar sua revolução.

Numerosos decretos nacionalizaram as grandes empresas existentes no país em todos os setores de atividades, com ou sem indenização. A lei de reforma agrária atacou os latifúndios, distribuindo as terras aos camponeses.

A crise dos mísseis — Cuba tornou-se um dos pontos nevralgicos da guerra fria. Em 1961, numa tentativa de desestabilizar o regime cubano, a CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos) organizou e equipou exilados cubanos nos Estados Unidos para desembarcarem em Cuba. Os invasores foram derrotados. A União Soviética passou a partir daí a apoiar Cuba com maior decisão, instalando bases de mísseis em Cuba, o que provocou forte reação dos Estados Unidos. Estes decretaram o bloqueio à ilha e exigiram da União Soviética a imediata retirada dos mísseis. A tensão entre os Estados Unidos e a União Soviética atingiu níveis perigosos. Havia a ameaça de uma guerra nuclear. Mas depois de uma série de negociações, os soviéticos acabaram retirando os mísseis de Cuba. Com o afastamento completo de Cuba em relação aos Estados Unidos e sua vinculação cada vez maior com a União Soviética, os Estados Unidos passaram a promover completo bloqueio econômico contra Cuba, que se viu completamente isolada, não podendo comercializar com praticamente nenhum país ocidental.

O Estado assumiu a responsabilidade pela educação, tornando o ensino gratuito em todos os níveis e obrigatório até o 6º grau, e incluiu nessa gratuidade a alimentação do educando e todo o material escolar. Como Cuba ficou praticamente sem médicos no decurso da revolução de 1959, fez-se grande esforço para recuperar essa cate-

ria profissional, criando-se também a medicina preventiva e estabelecendo-se o completo controle do Estado sobre a indústria de medicamentos. Do ponto de vista da educação, da saúde e da redução da mortalidade infantil, os resultados foram excelentes.

Princípio de abertura — Em 1975 Cuba começou a sair de seu isolamento, restabelecendo relações diplomáticas com alguns países, entre os quais a Espanha e a Colômbia. O próprio governo norte-americano, sem restaurar as relações comerciais diretas, permitiu que empresas americanas no exterior exportassem seus produtos para Cuba. Em 1977, o presidente Jimmy Carter suspendeu a proibição de cidadãos americanos viajarem para Cuba. Desde então, numerosos países latino-americanos seguiram o exemplo, reatando relações com Cuba, entre eles o Brasil.

Reagindo às pressões para liberalizar seu regime, Castro reafirmou os princípios do marxismo-leninismo e a primazia do PC cubano, afastando a hipótese de *glasnost* ou *perestroika*. Admitiu apenas uma “retificação”, um plano de reformas concretas, criando um clima favorável ao pensamento e ao debate. Isso não impediu, contudo, os movimentos de protesto dos dissidentes, duramente reprimidos.

O calcanhar-de-aquiles de Cuba é a economia. Duramente atingido pelo retração dos preços internacionais do açúcar, o país dependia totalmente dos acordos preferenciais com os soviéticos para garantir sua sobrevivência mínima. Em 1990 os acordos foram renovados, mas Cuba foi avisada de que a partir de 1991 seu açúcar não mais seria pago a preços especiais. A abertura para a entrada de capitais estrangeiros, sobretudo espanhóis, para o desenvolvimento do turismo, é um dos caminhos que estão sendo seguidos.

A partir de 1995, o governo de Fidel Castro começou a pôr em prática uma série de medidas visando melhorar a situação econômica. Entre essas medidas, a autorização para a criação de empresas privadas e a posse de moeda estrangeira.

Questões propostas

1. O que caracterizava a economia soviética na sua etapa inicial?

2. Como era organizada a agricultura soviética?
3. Quais eram as duas formas básicas de organização das empresas?
4. Qual era o ponto mais fraco da economia soviética?
5. Em que tipo de produto estava concentrada a produção industrial nos primeiros tempos do regime soviético?
6. O que caracterizava o comportamento de Stálin como dirigente político e governante?
7. O que representou o XX Congresso do Partido Comunista na história política da União Soviética?
8. Quais eram os dois organismos, no âmbito do bloco socialista europeu, destinados a integrar seus membros?
9. A partir de que momento e com que dirigente se iniciaram as reformas que provocaram profundas mudanças na União Soviética?
10. O que eram a *perestroika* e a *glasnost*?
11. Em que momento ocorreu o fim da União Soviética e quais foram os dois personagens centrais do acontecimento?
12. Em que ano foi proclamada e quem proclamou a República chinesa?
13. Que acontecimentos marcaram a implantação e o avanço do comunismo na China e quem foi seu agente principal?
14. Qual tem sido o papel de Deng Xiaoping na China contemporânea e quais as principais reformas por ele introduzidas?
15. As mudanças na economia da China foram acompanhadas por mudanças políticas?
16. Faça, num parágrafo, um apanhado do processo revolucionário cubano.

Capítulo 99

O Oriente Médio

1. Árabes x judeus

“Com cerca de 230 milhões de habitantes no início dos anos 90 e quase 7,2 milhões de quilômetros quadrados, o Oriente Médio corresponde ao nordeste da África e à parte ocidental da Ásia, entrando pela Europa (na Turquia européia). Engloba, portanto, a Turquia, Chipre, o Egito e os países do Levante, da península Arábica e do golfo Pérsico.

Estendendo-se por três continentes, o Oriente Médio pertence tanto ao mundo árabe quanto ao mundo muçulmano. Mas é bom lembrar que, apesar de ficar no coração do Islã e abrigar as três cidades santas dessa religião (Meca, Medina e Jerusalém), representa apenas uma parte do mundo muçulmano, que vai da África Negra à Indonésia e reúne cerca de 850 milhões de pessoas. Da mesma forma, embora a maioria dos habitantes seja árabe, em alguns países da região, como o Irã e a Turquia, a população não é árabe, mas indo-européia ou turco-mongólica. Por fim, boa parte do mundo árabe se encontra não no Oriente Médio, mas na África oriental (Somália e Djibuti) e setentrional (Marrocos, Argélia, Líbia, Tunísia).

O clima desértico e semidesértico marca essa parte do mundo. A aridez é agravada por temperaturas que no verão ultrapassam os quarenta graus, e os desertos cobrem a maior parte do Egito (incluindo o Sinai) e da península Arábica, assim como o sul da Síria e os planaltos do Lut e do Kavir, no Irã. Ralas estepes se estendem sobre a Ásia Menor (parte asiática da Turquia), os planaltos iranianos e o norte da Síria. As únicas regiões que escapam à aridez são o vale do Nilo, as planícies do litoral da Turquia e do Levante, a Mesopotâmia (no Iraque), as proximidades do Cáucaso e algumas partes do sul da península Arábica. Em vista dessas condições geográficas, a posse da água e das terras cultiváveis foi sempre decisiva na história da região.

No Oriente Médio, países menores que o estado de Sergipe, como Israel e o Kuwait, convivem com outros muito extensos, capazes de abrigar populações consideráveis, como o Egito ou o Irã. Além de a ocupação humana ser muito descontí-

nua, existem grandes diferenças econômicas entre as ricas nações produtoras de petróleo (Arábia Saudita, Omã, Barein, Kuwait, Catar, Emirados Árabes Unidos) e os países quase desprovidos de matérias-primas ou sujeitos à pressão demográfica (Egito, Jordânia, Síria, Turquia).

Um dos fatores que fazem do Oriente Médio uma zona de grande instabilidade é a divisão política arbitrária, que criou um mosaico de Estados cujas fronteiras são, na maior parte das vezes, artificiais — em larga medida resultantes do desmantelamento do Império Otomano, após a I Guerra Mundial (1914-1918). Por consequência, existem várias tensões não resolvidas, entre as quais o problema de dois povos dispersos, que lutam para fundar uma pátria independente: os palestinos (cinco milhões de pessoas) e os curdos (cerca de vinte milhões).

A política da região é marcada por muitos antagonismos territoriais, políticos e religiosos. Buscando superar parte desses antagonismos, há o velho sonho do pan-arabismo, ou seja, a união de todos os povos árabes. Esse é o principal objetivo da Liga Árabe, fundada em 1945. Os enormes obstáculos a essa unidade ficaram bem mais evidentes depois de 1948, com o surgimento do Estado de Israel. Com cerca de cinco milhões de habitantes, dos quais quase quatro milhões são judeus, Israel conta com o apoio dos Estados Unidos e da comunidade judaica internacional.”

(Extraído de: *Guerra e Paz no Oriente Médio*, de Michel Treignier. São Paulo, Ática, 1994, p. 5-6. Série História em Movimento.)

Vimos em capítulos anteriores que a região da Palestina foi ocupada na Antiguidade pelo povo hebreu (também denominado povo judeu). Em 63 a.C. a região foi conquistada pelos romanos. No ano de 66 da nossa era, os judeus se rebelaram contra os dominadores, mas foram duramente reprimidos. Milhares de judeus foram mortos, outros foram vendidos como escravos. Outros ainda fugiram ou foram expulsos da região. Os judeus ficaram sem pátria. Foi a chamada *diáspora*.

Com a diáspora, muitos judeus se fixaram em regiões próximas da antiga Palestina. Outros se fixaram em terras mais distantes, sobretudo países da Europa. Após a colonização da América, judeus passaram a se dirigir para os

Estados Unidos, a Argentina, o Brasil. Também se fixaram na África do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

Durante os 1 800 anos seguintes, a região da Palestina foi sendo ocupada por moradores árabes, sobretudo palestinos, considerados "primos" dos judeus, já que palestinos e judeus são de origem semita.

Um "lar" para os judeus — Foi no final do século XIX, exatamente em 1897, que ressurgiu a idéia de criar novamente um "lar", uma pátria, para os judeus. Quem lançou essa idéia foi um judeu austríaco chamado Theodor Herzl. O movimento iniciado por Herzl recebeu o nome de *sionismo* ou movimento sionista. O objetivo do movimento sionista era conseguir uma pátria para os judeus espalhados pelo mundo.

Naquela época a Palestina era dominada pela Turquia. Na I Guerra Mundial, a Turquia aliou-se à Alemanha, contra a Inglaterra e a França, portanto. Terminada a guerra, os turcos foram expulsos e substituídos pelos ingleses, que passaram a controlar a Palestina sob o sistema de mandato (espécie de colônia provisória, até que a região alcançasse a independência).

Os ingleses estavam com um grave problema pela frente: tinham prometido a independência aos árabes em troca do apoio para expulsar os turcos; e tinham prometido aos judeus apoio na criação de um Estado judeu justamente onde ficava a Palestina. O apoio britânico aos sionistas tinha sido feito por Arthur Balfour, ministro inglês do Exterior.

Sentindo-se confiantes com a declaração de Balfour, muitos judeus começaram a emigrar para a Palestina. Compravam terras e se estabeleciam em núcleos cada vez mais numerosos. Na década de 30, com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, os judeus alemães passaram a ser perseguidos. Muitos deles fugiram e um grande número foi para a Palestina. Em 1936, os judeus já constituíam 34% da população.

Começam os conflitos — Os árabes, por sua vez, ficavam cada vez mais temerosos de perder suas terras com a chegada em massa de estrangeiros. Ocorriam ataques a colonos judeus. Em 1936 estourou a primeira revolta árabe. Bases e instalações inglesas foram atacadas; judeus foram assassinados. A Inglaterra reagiu com vio-

lência, esmagando a rebelião; em seguida armou 14 000 colonos judeus para que pudessem defender suas colônias.

Com o agravamento da situação, em 1939 a Inglaterra anunciou que suspenderia a imigração de judeus dentro de cinco anos. Isso causou revolta entre a comunidade sionista, que se sentiu traída. Mas o ressentimento contra os ingleses diminuiu com o início da II Guerra Mundial, pois a Inglaterra era contra os nazistas alemães.

Durante a II Guerra e sobretudo depois dela, o afluxo de judeus para a Palestina se intensificou enormemente. Num espaço tão reduzido e oferecendo condições de sobrevivência extremamente duras — grande parte da região é desértica —, tanto judeus quanto árabes perceberam que teriam de lutar uns contra os outros para sobreviver. Logo estavam se emboscando e se matando.

A Inglaterra tentou de novo conter a imigração, mas a reação dos judeus foi violenta, chegando alguns grupos terroristas, como o Irgun, a destruir instalações inglesas. Em 1946, por exemplo, o quartel-general dos ingleses, instalado no hotel Rei Davi, em Jerusalém, foi dinamitado pelo Irgun, morrendo em consequência 91 pessoas.

Apesar disso, o movimento sionista conseguia muita simpatia e apoio internacional, em grande parte devido às perseguições sofridas pelos judeus durante a II Guerra. Os Estados Unidos passaram a pressionar a Inglaterra para liberar a imigração. Judeus americanos ajudavam com grandes somas de dinheiro as famílias dos sobreviventes dos campos de concentração.

O plano de partição da ONU — O movimento de apoio à criação de um Estado judeu chegou à recém-fundada Organização das Nações Unidas. Era no âmbito da ONU que poderia ser decidida a questão. O presidente americano Harry Truman pressionou e a ONU estabeleceu um plano de *partição da Palestina* em duas metades, uma para os palestinos e outra para os judeus.

Enquanto isso, os ingleses tentavam manter a paz entre os dois lados, mas nada conseguiam. Eram atacados tanto pelos árabes quanto pelos sionistas. Como sua situação era insustentável, em 1948 decidiram simplesmente retirar-se. Imediatamente, o líder sionista Davi Ben Gurion proclamou a criação do Estado de Israel, assumindo como primeiro-ministro e formando um gover-

no. O novo Estado foi atacado pelos exércitos do Egito e da Jordânia. Os árabes queriam eliminar o novo inimigo. Mas não conseguiram. Israel tinha poucos soldados, mas armamentos mais modernos e sobretudo superior preparo militar e moral. Em 1949 foi firmada uma trégua. Além de ganharem a primeira guerra contra os árabes, os israelenses se apoderaram de um território bem maior do que o que havia sido estabelecido pela ONU.

Palestinos: um milhão sem teto — A pior consequência da guerra entre Israel e os árabes foi o deslocamento forçado de cerca de um milhão de árabes palestinos. Muitos deles fugiram de suas casas para não serem atingidos pelo fogo cruzado entre os exércitos árabes e o exército judeu. Terminada a guerra, Israel levantou cercas de arame farpado em torno de seu território. Os fugitivos foram impedidos de voltar. Muitos palestinos que não haviam fugido foram simplesmente expulsos de suas casas e propriedades pelos colonos judeus. Os palestinos sem teto passaram a morar em acampamentos improvisados no Egito, na Jordânia e no Líbano. O ódio que se formou a partir de então deu origem a mais guerras e a ações de terror e sangue que duram até hoje.

O Egito no cenário de guerra e paz — Como vimos no capítulo 96, o Egito era colônia da Inglaterra, tornando-se independente na década de 20. Mas a Inglaterra continuou controlando a política do país até a década de 40, quando se retirou, deixando apenas tropas no canal de Suez. Em 1952 um grupo de oficiais nacionalistas do exército egípcio derrubou a monarquia e implantou a república. Em 1956, o líder desses oficiais, *Gamal Abdel Nasser*, tornou-se presidente do Egito. Nasser tinha indiscutível liderança no mundo árabe. E o Egito passou a dar abrigo a palestinos que desejavam preparar-se para atacar Israel em ações rápidas e isoladas. Esses guerrilheiros palestinos eram chamados *fedayins*. Seu objetivo era reconquistar as terras tomadas por Israel.

As posições nacionalistas, antiimperialistas e anti-sionistas do Egito despertaram forte reação nos países ocidentais. A tensão atingiu o auge em julho de 1956, quando Nasser nacionalizou o canal de Suez, isto é, assumiu a posse do canal. Até então o canal pertencia a uma companhia franco-britânica. Inglaterra, França e Israel arma-

ram uma operação visando derrubar o presidente egípcio.

Israel invadiu o Egito; a Inglaterra e a França atacaram a zona do canal. Os egípcios afundaram navios no canal, obstruindo a passagem de qualquer embarcação. Nos países árabes simpatizantes do Egito, oleodutos que conduziam petróleo aos países ocidentais foram explodidos, cortando o fornecimento de óleo. Diante desse quadro, sobretudo diante da ameaça de falta de petróleo, a reação internacional foi violentíssima, obrigando os agressores a recuar. A ONU organizou uma força militar (integrada inclusive por soldados brasileiros) para garantir a paz na zona limítrofe entre Israel e Egito.

A firme reação de Nasser perante a agressão externa transformou-o em herói. Tornou-se líder não só dos egípcios, mas de todos os árabes. Nasceu daí uma aliança entre o Egito, a Síria e a Jordânia. Israel era a grande ameaça. Tornava-se necessário preparar forças militares poderosas, capazes de enfrentar com vantagem o poderio militar judeu. Enquanto Israel obtinha ajuda financeira e armas dos Estados Unidos, o Egito e a Síria armavam-se com fornecimentos vindos da União Soviética. A partir da Guerra de Suez, o Egito e a Síria concentraram grande parte dos esforços e dos recursos de que dispunham na preparação de uma guerra total e final contra Israel. Havia uma confiança total na vitória: Israel seria derrotado e deveria ceder seu território aos palestinos.

A Guerra dos Seis Dias — Israel conhecia em detalhes os preparativos dos árabes. Os militares israelenses sabiam que mais dia menos dia teriam de enfrentar uma nova guerra. Portanto, todo o esforço em treinamento militar e em armamentos para evitar uma derrota era pouco. Tratava-se de uma situação de vencer ou desaparecer.

Em junho de 1967, no auge da exaltação árabe, Israel decidiu tomar a iniciativa do ataque. Atacando antes, teria a vantagem de sair na frente e surpreender o inimigo, deixando-o na defensiva. Na madrugada de 5 de junho de 1967, levadas sucessivas de aviões de caça israelenses atacaram maciçamente as bases onde estavam estacionados os aviões egípcios. Praticamente toda a aviação egípcia foi posta fora de combate. Ao mesmo tempo, Israel avançava com uma gigantesca formação de tanques sobre a península do Sinai, em

direção ao canal de Suez. Nos dias seguintes, Israel avançou contra a Jordânia, apoderando-se da cidade de Jerusalém e da margem ocidental do rio Jordão; contra a Síria, os soldados israelenses conseguiram significativa vitória ao tomar as colinas de Golã.

A chamada *Guerra dos Seis Dias* (durou exatamente seis dias) representou um golpe terrível nas pretensões árabes. Mostrou que eles não estavam preparados para enfrentar um inimigo pequeno em território e população, mas extremamente preparado do ponto de vista militar. Israel aumentou significativamente seu território: anexou a península do Sinai, parte da cidade de Jerusalém, a margem ocidental do rio Jordão e as colinas de Golã.

A ONU reagiu a essa política expansionista de Israel, votando a *Resolução 242*, que exigia a imediata retirada de Israel dos territórios ocupados na guerra. Israel não obedeceu à resolução da ONU.

Arafat assume a liderança da OLP — Numerosos guerrilheiros palestinos lutaram ao lado dos egípcios, dos jordanianos e dos sírios na Guerra de Suez e na Guerra dos Seis Dias. A derrota na guerra de 1967 deixou-os em situação ainda pior do que aquela em que se encontravam. O número de sem teto nos campos de refugiados aumentou.

Algumas lideranças palestinas decidiram então dedicar-se a lutar contra Israel com suas próprias forças. Os palestinos já tinham uma organização política que os representava: a **Organização para a Libertação da Palestina — OLP**. Fora fundada em 1964, com o objetivo de reconquistar as terras usurpadas pelos judeus. Sob a liderança de um engenheiro chamado *Yasser Arafat*, em 1969 a OLP decidiu redirecionar sua linha de ação. Passou a montar campos de treinamento militar para jovens palestinos e criou seu braço armado: a *Al Fatah*.

Ações terroristas desencadeadas por militantes palestinos começaram a fazer parte do cotidiano de Israel. Algumas delas: ataque a bomba contra um avião israelense no aeroporto de Atenas, em 1968; seqüestro e destruição de três aviões de passageiros de empresas ocidentais no deserto da Jordânia, em 1970; seqüestro e assassinato de 11 atletas israelenses que participavam da Olimpíada de Munique, na Alemanha, em

1972. Alguns grupos terroristas de outros países passaram a apoiar com ações armadas o movimento palestino. Um membro do Exército Vermelho, formado por ativistas japoneses, matou diversas pessoas no aeroporto israelense de Lod. O terrorista internacional de origem venezuelana Carlos, "o Chacal", seqüestrou em Genebra toda a cúpula da OPEP — Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

Guerrilheiros palestinos começaram também a se infiltrar na fronteira de Israel, atacando em ações isoladas com o objetivo de atingir determinado alvo, como um soldado, um colono, um quartel. Normalmente os atacantes acabavam mortos pelo vigilante exército israelense, mas as baixas no lado judeu eram elevadas em consequência dessas ações. Qualquer suspeita de concentração de guerrilheiros palestinos desencadeava ataques rápidos e violentos por parte das forças israelenses. Os alvos eram geralmente os campos palestinos da Jordânia e do Líbano.

"Setembro Negro" — A presença palestina nesses países passou a afetar a vida da população local, nem sempre inteiramente solidária com a política do terrorismo adotada pelo grupo de Arafat. O rei da Jordânia, principalmente, pressionava a liderança palestina para que controlasse o radicalismo de seus militantes. Como isso não surtiu efeito, em setembro de 1970 o exército jordaniano tentou impor pela força sua ordem nos acampamentos palestinos, que funcionavam praticamente como um Estado independente. Os guerrilheiros palestinos reagiram, mas sofreram severas baixas. Morreram milhares de pessoas, inclusive não guerrilheiros. O episódio ficou conhecido como "Setembro Negro". Praticamente todos os palestinos da Jordânia emigraram para o Líbano.

Yom Kippur — A Guerra dos Seis Dias afetou profundamente os países árabes inimigos de Israel. Estava claro que não bastava muita retórica para ganhar uma guerra. Os exércitos árabes encontravam-se numa situação de bastante atraso em relação ao exército israelense, sobretudo no campo do treinamento. Os soldados israelenses provinham em sua maioria de camadas sociais instruídas. Muitos possuíam formação superior. Assimilavam com rapidez o uso de armamentos sofisticados. Seus engenheiros conhe-

ciam em profundidade os mecanismos de funcionamento de tanques e blindados, o que era absolutamente necessário num cenário de guerra dominado pela areia. Os pilotos israelenses provaram que eram os melhores do mundo.

O Egito e a Síria fizeram nova aliança e trataram de comprar novas armas da União Soviética. Procuraram também modernizar em todos os sentidos suas forças armadas. Apesar do golpe representado pela derrota de 1967, Nasser continuou à frente do povo egípcio. Mas um ataque cardíaco o matou em 1970. Sucedeu-o o vice-presidente da República, Anwar Sadat.

Em outubro de 1973, num movimento de surpresa, o Egito e a Síria atacaram Israel. As forças egípcias conseguiram cruzar o canal de Suez e tomar de assalto as fortificações — “linha Bar-Lev” — israelenses erguidas ao longo do canal. Em seguida, avançaram profundamente dentro da península do Sinai. A Síria, por sua vez, recuperou as colinas de Golã.

Pela primeira vez Israel foi tomado de surpresa. Era o dia do Yom Kippur, festa judaica, e a maioria dos soldados estava de licença. Apesar disso, os israelenses passaram rapidamente da defensiva para a ofensiva. Avançaram maciçamente tanto contra os egípcios quanto contra os sírios. Depois de três semanas, haviam recuperado as posições perdidas. Nesse momento as superpotências entraram em ação para suspender as hostilidades. Como os Estados Unidos armavam Israel e a União Soviética armava a Síria e o Egito, o destino da guerra passava necessariamente pelas duas superpotências. Havia o receio de um conflito de proporções maiores. Um cessar-fogo foi conseguido, com cada lado mantendo as posições conquistadas. Israel perdeu 2 800 soldados; cerca de 8 000 foram feridos. Proporcionalmente à população do país, eram baixas pesadas.

Rumo à paz — O estado de guerra permanente contra o inimigo vizinho representava um peso enorme para o Egito. Como a maior parte do orçamento era destinada à compra de armas cada vez mais caras e sofisticadas, pouco sobrava para os investimentos em setores vitais do país. O povo egípcio continuava na miséria.

Em 1977, Anwar Sadat mudou radicalmente sua política. Afastou-se da União Soviética e aproximou-se dos Estados Unidos, visando

atrair capitais para seu país. E com o objetivo de concentrar os esforços do governo no desenvolvimento econômico, Sadat queria paz com Israel.

Do lado israelense, também havia uma disposição para negociar. A guerra estava pesando cada vez mais no orçamento. O desenvolvimento podia ficar comprometido. Um movimento interno, chamado “Paz agora”, pressionava pelo fim das hostilidades com os árabes. A situação econômica se agravava. Havia greves.

O presidente Jimmy Carter, dos Estados Unidos, patrocinou o processo de conversações entre Egito e Israel que culminaram com a assinatura dos Acordos de Camp David, em 1978. Acordos finais foram assinados no ano seguinte. Eles previam a devolução da península do Sinai ao Egito, em troca do reconhecimento, por parte do Egito, do Estado de Israel e do fim das hostilidades.

Sadat foi considerado traidor por muitos árabes. Em 1981 foi assassinado por soldados durante um desfile militar.

As pedras da Intifada — Expulsos de sua terra, desalojados da Jordânia e do Líbano (ver item 2. *Complicações no Líbano*) e abandonados pelos antigos aliados, os palestinos rumavam cada vez mais pelos caminhos do desespero. Ações terroristas contra alvos israelenses e contra alvos ligados a países aliados dos Estados Unidos começaram a se multiplicar. A cada uma delas, Israel revidava com força redobrada. Geralmente o número de mortos entre os palestinos era muito maior do que entre os israelenses. Tornava-se extremamente perigoso aos soldados israelenses controlar as regiões ocupadas, sobretudo a Faixa de Gaza. Ali a revolta palestina explodiu em 1987. Era uma forma de resistência que envolvia sobretudo crianças e jovens. Eles atiravam pedras contra os israelenses, que geralmente reagiam a bala. A revolta da Faixa de Gaza, que se estendeu também à Cisjordânia ocupada, recebeu o nome de *Intifada* e constitui um marco na resistência palestina.

Novos passos rumo à paz — A década de 90 se iniciou com as grandes reformas do mundo socialista. Em diversos pontos do planeta as negociações passavam a substituir antigos conflitos armados. Assim, negociações secretas, intermediadas por diplomatas da Noruega, se ini-

ciaram entre representantes da OLP e do governo israelense. E foi com surpresa que em 1993 o mundo tomou conhecimento dos primeiros acordos entre as duas partes. Os acordos previam a autonomia gradual dos territórios palestinos ocupados. Em maio de 1994 foi assinado o *Acordo sobre a Faixa de Gaza e a área de Jericó*, oficializando o processo de desocupação dessas duas áreas pelo exército de Israel.

Em agosto de 1995, Israel e a OLP assinaram outro acordo parcial prevendo a transferência total da Cisjordânia para os palestinos.

No mesmo momento (2º semestre de 95), Israel negociava também com a Síria a devolução da área das colinas de Golã.

2. Complicações no Líbano

Vimos que boa parte da comunidade palestina se concentrava no Líbano. Essa comunidade aumentou muito depois do Setembro Negro, quando maciços contingentes de refugiados saíram da Jordânia e foram engrossar a população palestina do Líbano.

Os palestinos do Líbano formavam quase que um Estado independente. O governo libanês pouco interferia na vida deles. Nos acampamentos os guerrilheiros palestinos se exercitavam para ações armadas contra Israel. Em pequenos grupos, partiam para ataques contra alvos em território israelense.

A população cristã do Líbano não via com bons olhos a presença de palestinos no país. A população muçulmana não palestina, por sua vez, ao demonstrar solidariedade aos estrangeiros, entrava em choque com os cristãos. Além dessa, outras desavenças contribuíram para o início de uma guerra civil entre milícias cristãs e milícias muçulmanas. Embora se mantivessem afastados da luta, os palestinos acabaram entrando na guerra ao lado das forças muçulmanas de esquerda. Em 1976 a Síria interveio, com o objetivo de controlar o Líbano.

Em 1982, Israel viu que a oportunidade era boa para atacar os palestinos. Invadiu o Líbano numa operação militar de grandes proporções. Os guerrilheiros palestinos foram duramente atingidos, tendo de abandonar o Líbano. A maioria se dirigiu para a Tunísia. O governo israelense queria impor ao Líbano um governo cristão ami-

go, capaz de manter os palestinos sob controle. Não conseguiu, pois a guerra civil continuou encarniçada.

Em 1985 a Síria, depois de subjugar as facções em luta, conseguiu estabelecer um governo unificado. Mas a paz só foi restabelecida totalmente em 1991. O Líbano continua sob forte influência, quase controle, da Síria.

3. Turbulências no Irã

Até 1979, o Irã era governado por uma antiquíssima dinastia, cujo titular era então o xá Reza Pahlevi. O Irã é riquíssimo em petróleo. O xá queria utilizar o dinheiro das exportações de petróleo para transformar a economia do país, tornando-o moderno e avançado, nos moldes das economias ocidentais. Seu governo autoritário e pró-ocidental veio despertando o ódio da população, de maioria muçulmana. Os líderes religiosos estavam quase todos presos ou exilados. Um deles exercia fortíssima influência sobre as massas do país. Era o aiatolá *Ruhollah Khomeini*, exilado em Paris. De lá, instigava os fiéis contra a tirania do monarca. O ódio das massas radicais explodiu em 1979 num movimento que obrigou o xá a fugir do país. Khomeini voltou e assumiu a liderança política e espiritual do Irã. A vida da sociedade iraniana mudou, voltando aos rígidos hábitos prescritos pela religião muçulmana.

As novas posições políticas do Irã repercutiram também no Iraque, arquiinimigo do Irã. Em 1980, aproveitando-se de uma aparente situação de instabilidade interna do país vizinho, o Iraque invadiu o Irã. Seu objetivo era apropriar-se da região de Chatt-el-Arab, com saída para o golfo Pérsico e ricos campos petrolíferos. O Irã reagiu e conseguiu conter o exército iraquiano. A guerra só terminou em 1988, com um saldo estimado de mais de 500 000 mortos.

4. Novas aventuras do Iraque

Em 1990, o Iraque invadiu e ocupou o Kuwait, alegando que este pequeno país seria, por razões históricas, parte integrante do Iraque. O Iraque tinha sido armado pelos Estados Unidos. Agora, porém, sob a liderança de Saddam Hussein, o Iraque tomava posições anti-Israel e anti-americana-

nas. A invasão do Kuwait, riquíssimo em petróleo, ameaçava o fornecimento de petróleo aos países ocidentais. A ONU, pressionada sobretudo pelos Estados Unidos, ordenou ao Iraque que se retirasse do país vizinho. Como isso não aconteceu, em janeiro de 1991, uma força militar encabeçada pelos Estados Unidos, mas sancionada pela ONU, atacou o Iraque. Em pouco dias o exército do Iraque estava derrotado e o Kuwait libertado.

5. A “arma” do petróleo

“Foi na crise de 1956, com o fechamento do canal de Suez, que o petróleo se transformou em arma estratégica dos árabes. A exploração das jazidas se encontrava então nas mãos das grandes companhias ocidentais, como a Standard Oil, a Shell e a British Petroleum. Elas destinavam uma parte dos lucros aos países produtores (que a consideravam pequena demais) e cobravam um preço baixo pelo produto.

Com a fundação da Opep (1960), os países produtores passaram a exigir uma parcela maior dos lucros. Enquanto isso, o Ocidente consumia quantidades cada vez maiores de petróleo, que continuou barato durante toda a década de 60: cerca de dois dólares o barril (159 litros).

A Opep foi conseguindo novas adesões e em 1973 já representava 55% da produção mundial de petróleo. A partir de 1970, por iniciativa da Líbia, da Argélia e do Irã, os países produtores retomaram a idéia de nacionalização, abandonada desde o fracasso de Mossadegh. Os acordos de Teerã e de Trípoli (1971) ratificaram uma elevação do preço do petróleo bruto, e o de Riad (1972) trouxe o aumento na participação dos países produtores nos lucros.

No fim de 1973, a quadruplicação do preço do barril provocou a primeira *crise do petróleo*, um sério golpe nos países consumidores. Mas a elevação dos preços era uma faca de dois gumes. A Opep ficou impopular no Ocidente, que a responsabilizava por todas as dificuldades desse período, embora os novos preços apenas cobrissem a defasagem acumulada nos anos 60. Ela só poderia conservar seu poder enquanto os países membros se mantivessem solidários, e isso não aconteceu:

a Arábia Saudita, pró-ocidental, opunha-se aos “duros” da organização, liderados pela Líbia. Por fim, embora os países produtores nacionalizassem as jazidas, continuaram dependentes das grandes companhias ocidentais para a prospecção, o transporte e a comercialização.

Depois da segunda crise do petróleo (1979-80), veio o contrachoque. As políticas de economia de energia implementadas pelos países ocidentais e a chegada de novos produtores ao mercado provocaram uma estabilização e depois uma queda do preço: 25 dólares o barril em 1985, 15 no ano seguinte. A Opep (cuja participação na produção mundial de petróleo caiu em 1988 para apenas 34%) passou a enfrentar sérios conflitos internos. Para manter os preços, a única solução foi impor cotas máximas de produção aos países membros, mas essas cotas não foram respeitadas. Só depois do fim da Guerra Irã-Iraque em 1988, os preços se estabilizaram entre quinze e vinte dólares o barril. Ao contrário da expectativa geral, a Guerra do Golfo (1991) não produziu um aumento duradouro dos preços.”

(Extraído de: *Guerra e Paz no Oriente Médio*, de Michel Treignier. São Paulo, Ática, 1994, p. 40. Série História em Movimento.)

Questões propostas

1. O que foi a diáspora?
2. O que era a idéia de um “lar” para os judeus e quem lançou a proposta?
3. O que foi a partição da Palestina? Em que ano foi proposto este plano?
4. Quantas guerras ocorreram entre árabes e judeus em torno da ocupação da Palestina? Quais foram?
5. O que representaram os acordos de 1993 entre Israel e a OLP?
6. O que representou a revolução iraniana de 1979?
7. Por que ocorreu a Guerra do Golfo?

Capítulo 100

A Ásia contemporânea

Nas décadas de 80 e 90, verificaram-se grandes transformações em diversos países asiáticos. Nas Filipinas foi derrubada uma ditadura que durava décadas. A China iniciou uma verdadeira reviravolta em sua economia. O Japão firmou-se como a segunda potência econômica mundial. E os chamados “tigres asiáticos” representaram um fenômeno novo no cenário econômico mundial. Finalmente, o Vietnã saiu das sombras do pós-guerra, iniciou reformas políticas e econômicas e reatou relações diplomáticas com os Estados Unidos.

1. Vietnã: da guerra às reformas

No capítulo 96 estudamos o processo de independência da Indochina, ampla região do Sudeste Asiático que englobava, na época dos impérios coloniais, o território que hoje corresponde ao Vietnã, ao Laos e ao Camboja. Vimos que o Vietnã, após libertar-se da dominação japonesa, teve de expulsar também os franceses (1954). E pelo acordo de Genebra, o país acabou dividido em duas partes: o norte comunista e o sul capitalista. Estavam previstas eleições para 1956, ocasião em que o Vietnã passaria a constituir novamente um único país.

Vimos também que estas eleições não foram permitidas pelos Estados Unidos, pois os comunistas iriam com certeza vencer o pleito.

Frustrados com esse desfecho, em 1960 os comunistas do sul fundaram uma organização política denominada *Frente Nacional de Libertação (FNL)*. A FNL reunia e representava as forças de oposição ao governo pró-ocidental de Saigon. A Frente criou seu próprio exército, formado por guerrilheiros recrutados sobretudo entre os camponeses. O exército guerrilheiro da FNL era denominado *vietcongue*.

Devido à fraqueza do governo sul-vietnamita em enfrentar os comunistas, os Estados Unidos passaram a fornecer ajuda militar ao Vietnã do Sul. Inicialmente, essa ajuda consistia sobretudo em treinamento e armamentos. Os militares americanos — denominados conselheiros — não se

envolviam em combates. Com o passar do tempo, porém, vendo que os soldados sul-vietnamitas não conseguiam enfrentar os guerrilheiros do vietcongue sozinhos, soldados americanos foram sendo engajados nas frentes de luta. Deu-se a isso o nome de *escalada americana no Vietnã*.

O início da escalada — A presença americana no Vietnã, na verdade, iniciou-se logo após a saída dos franceses. Era a época do auge da guerra fria. Os Estados Unidos estavam dominados por uma verdadeira paranóia dos comunistas. O medo de que o Vietnã do Sul caísse nas mãos dos comunistas fez com que o governo americano se engajasse na sustentação daquele país. Por isso, o início da ajuda americana ocorreu já em 1956, com o cancelamento das eleições.

Outro passo importante na escalada verificou-se em 1961. O presidente americano era John Kennedy. Nesse momento, o confronto das forças sul-vietnamitas com os guerrilheiros do vietcongue era generalizado. Ao mesmo tempo, o Vietnã do Norte, comunista, começava a enviar aos seus aliados do Sul ajuda na forma de armamentos, munição, alimentos e mesmo reforços humanos, isto é, soldados que passavam a formar batalhões e a participar de combates.

Assim, no final de 1961, o presidente John Kennedy anunciou ao país o aumento significativo da ajuda militar ao Vietnã do Sul. Este reforço, no entanto, demorou para surtir efeito: no final de 1962, o vietcongue dominava grandes áreas do território sul-vietnamita. Fazia parte da ação militar americana o bombardeio das áreas dominadas ou nas quais se supunha que estavam escondidos guerrilheiros inimigos. Além de bombas, eram utilizados produtos químicos que desfolhavam a vegetação, o que passava a dificultar o esconderijo dos guerrilheiros. Um dos produtos utilizados era o temível *napalm*, bomba incendiária de fósforo que grudava na pele das vítimas, causando queimaduras irreparáveis.

O Norte também avança — A escalada da guerra dava-se de lado a lado. Na medida em que os americanos aumentavam seus efetivos, os comunistas também intensificavam sua participação na guerra. O Vietnã do Norte criou um sistema amplo e eficiente de abastecimento, através de caminhos os mais diversos, cruzando florestas, vales e montanhas. Tornou-se famosa a *Trilha Ho*

Chi Minh, caminho que ia do Norte para o Sul passando pelos vizinhos Laos e Camboja. Por ela transitavam soldados e toneladas de suprimentos, a maior parte transportada em bicicletas ou lombo de animais.

Unidades regulares do exército norte-vietnamita participavam do confronto no Sul. Tanques e outras armas pesadas eram empregadas.

A partir de 1965 a guerra passou a alcançar dimensões mais amplas com o início do bombardeio do próprio território norte-vietnamita. Cerca de 200 000 americanos já se encontravam no teatro da guerra.

A resistência — Pela primeira vez, os americanos percebiam que lutavam contra um inimigo diferente. Era sobretudo um inimigo que não viam e que surgia de repente, alvejando um soldado que se isolava ou um pequeno batalhão exposto. Armadilhas de todos os tipos surpreendiam o combatente nos caminhos da selva e nos arrozais. Os soldados partiam com pavor para o combate, muitos drogados.

Diante de tão obstinada resistência, cada vez mais soldados americanos eram necessários. Já eram cerca de 500 000 por volta de 1968.

A ofensiva do Tet — No final de 1967, os americanos estavam bastante otimistas, pois parecia que estavam na ofensiva e começando a dobrar o inimigo. Mas houve uma surpresa. Durante as festas de Ano Novo vietnamita — festas do Tet —, 80 000 guerrilheiros e soldados comunistas atacaram em todas as frentes. Em Saigon, a própria embaixada americana foi tomada. Foi uma tremenda demonstração de força do inimigo.

No campo de batalha os americanos conseguiram recuperar-se. Mas passavam a enfrentar outro inimigo: a opinião pública interna.

Body bags — *Body bag* era o nome do saco de plástico preto no qual era colocado o corpo do soldado morto. Com a escalada da guerra, um número cada vez maior de famílias americanas via chegar à porta de casa o carro trazendo o corpo do filho morto. Diariamente, cenas horripilantes apareciam na televisão. Uma das mais chocantes mostrava uma menina nua com o corpo todo queimado pelo napalm. Outra mostrava o *Massacre de My Lai*: todos os habitantes da aldeia de My Lai foram executados por um pelotão americano.

Além da terrível resistência do inimigo, foi a opinião pública americana que levou o governo de Lyndon Johnson a procurar uma saída negociada. Os americanos não suportavam mais aquela guerra num pequeno país distante, cara e desastrosa. Em maio de 1968 começaram em Paris negociações entre o representante do Vietnã do Norte, Le Duc Tho, e o representante americano, Henry Kissinger.

Em novembro de 1968, Richard Nixon foi eleito presidente dos Estados Unidos. Em meados de 69, anunciava que as tropas americanas começariam a deixar o Vietnã. O ano de 1970 conheceu o auge dos protestos, que se generalizavam também no mundo inteiro. Milhares de jovens americanos fugiam do país para não irem à guerra.

A idéia do governo americano era sair do Vietnã e deixar a responsabilidade da guerra aos próprios vietnamitas, que seriam intensamente treinados e providos de armas adequadas. Graças a esse plano, aos poucos os soldados americanos foram sendo repatriados.

Vitória comunista — As conversações de paz de Paris avançaram lentamente, mas trouxeram resultados concretos em 1973. No dia 27 de janeiro era assinado um acordo de cessar-fogo. Todos os soldados americanos deixavam as zonas de combate, que agora envolviam apenas soldados sul-vietnamitas contra guerrilheiros vietcongues e soldados do Vietnã do Norte.

As forças sul-vietnamitas não conseguiram conter a avalanche comunista. No dia 30 de abril de 1975, forças combinadas de vietcongues e de norte-vietnamitas tomavam Saigon. O país foi finalmente unificado, com capital em Hanói. O herói do povo vietnamita — *Ho Chi Minh* —, falecido em 1969, dava seu nome a Saigon.

O Vietnã hoje — O recomeço da vida no Vietnã foi extremamente difícil. Tanto o Norte quanto o Sul estavam arrasados. Havia falta de alimentos. Milhares de sul-vietnamitas fugiram do país em barcos — eram os *boat people*.

Com as mudanças no mundo socialista na década de 80, também o Vietnã mudou sua Constituição, abrindo a economia à iniciativa privada e ao capital estrangeiro. O Japão foi um dos primeiros países a investir na economia vietnamita.

As mudanças culminaram no dia 5 de agosto de 1995 com o restabelecimento de relações diplomáticas entre o Vietnã e os Estados Unidos.

2. Japão: da era Meiji à sociedade pós-industrial

É impossível entender o Japão de hoje sem recuar para sua história a partir do final do século XVIII.

A partir de 1750, o Japão vinha adotando uma política deliberada de fechamento em relação ao Ocidente. Foram cem anos de reclusão quase total. Então, em julho de 1853, três navios de guerra americanos, comandados por *Matthew Perry*, forçaram a entrada no porto de Tóquio. Perry levava uma carta ao governo japonês, solicitando a assinatura de um tratado de comércio entre os dois países.

O tratado foi assinado no ano seguinte. Acor- dos similares foram feitos nos anos posteriores com a Inglaterra, a Rússia e a Holanda. A visita de Perry tornou-se histórica pela importância decisiva que teve na mudança da história do Japão. A partir daquele momento, o Japão nunca mais seria o mesmo. Começava sua abertura para a influência do Ocidente, que se aprofundaria cada vez mais.

Naquela época, o Japão era governado por Shoguns da família Tokugawa. O Shogun era o chefe militar do imperador e exercia um cargo como de primeiro-ministro. Em 1868 terminou o sistema de shogunato, sendo restaurado o poder do imperador. Assumiu então um soberano da dinastia Meiji. Este processo recebeu o nome de *restauração Meiji*. O Japão começava a mudar radicalmente.

A indústria pesada foi implantada, ao mesmo tempo que era construída uma ampla rede de estradas de ferro. Telefones e telégrafos começaram a aparecer em empresas e residências. O comércio com o Ocidente se intensificou rapidamente.

A influência ocidental fez-se sentir em praticamente todos os aspectos da sociedade japonesa, sobretudo na educação e na organização das instituições. Em 1889 foi promulgada uma nova Constituição, fortemente influenciada pela Constituição da Alemanha. O país passava a ser uma monarquia constitucional. A figura do imperador ocupava posição central. O monarca era considerado figura divina.

O Japão passou a organizar também um novo e poderoso exército, além de uma poderosa marinha de guerra, inteiramente dentro dos moldes das

forças armadas ocidentais. Com esse instrumental de guerra, o Japão passou a adotar uma política agressiva e expansionista.

Guerra com a Rússia — As poderosas forças armadas japonesas logo mostraram sua elevada eficiência. Disputas com a vizinha Rússia em torno da Manchúria, da Coreia e das ilhas Sacalinas se transformaram em conflito armado em 1904. A guerra durou dois anos e os japoneses conseguiram derrotar a Rússia. Estava com isso confirmada a supremacia japonesa sobre o leste asiático. Em 1910, o Japão anexou a Coreia.

Com a eclosão da I Guerra Mundial, o Japão aliou-se à Inglaterra contra a Alemanha. Aproveitou para apoderar-se de possessões alemãs na região. Graças à guerra, o comércio exterior japonês deu enorme salto. Também a indústria conheceu extraordinário crescimento no período de 1914-18.

Nos anos subseqüentes, tanto interna quanto externamente, a condução do país se caracterizou por tendências mais democráticas. Pequenas reformas foram introduzidas na legislação eleitoral e trabalhista. Foi adotada uma linha menos agressiva nas relações internacionais. As forças armadas passaram a contar com menos recursos.

A escalada militar — A prosperidade proporcionada pela I Guerra Mundial beneficiou principalmente os poderosos grupos econômicos e uma pequena minoria de funcionários administrativos. A situação da maioria da população era difícil. Na década de 20 ocorreram greves e choques violentos com a polícia. Havia escassez de arroz e seu preço subiu muito.

Foi nesse cenário que militares direitistas e de linha dura entraram na cena política. Os militares achavam que os políticos civis eram fracos e corruptos. Sem autorização do governo, um grupo de oficiais ocupou a Manchúria, rica província da China, em 1931. O passo seguinte foi a tomada do governo, que passou a ser inteiramente ocupado ou controlado por militares. Assim, de 1932 até 1945, o Japão esteve nas mãos de militares radicais e expansionistas.

A penetração japonesa na China ocorreu sem muita resistência. Em 1937, porém, um exército chinês atacou as forças japonesas de ocupação. Com o advento da II Guerra Mundial, os japoneses foram batidos e deixaram a China. O mesmo

ocorreu com a ocupação da Indochina e outras regiões do Sudeste Asiático.

Na II Guerra Mundial — O Japão entrou na II Guerra Mundial em dezembro de 1941, com o ataque-surpresa desfechado contra a base americana de Pearl Harbor, no Havaí. No começo, os japoneses conseguiram grandes vitórias. Mas a situação virou a partir de 1942, quando os americanos passaram à ofensiva depois da grande vitória naval de Midway. E com o lançamento de bombas atômicas sobre Hiroxima e Nagasaki, em agosto de 1945, o Japão se rendeu.

A ocupação americana — Provavelmente, a derrota na guerra e a posterior ocupação americana tenham sido uma bênção para o Japão. Graças a essas circunstâncias, o país passou por transformações profundas nas instituições políticas, na economia e na organização social.

A ocupação americana era comandada pelo general Douglas MacArthur. Sob sua direção, uma nova Constituição foi elaborada, garantindo amplas liberdades democráticas. O imperador deixou de ser considerado figura divina, passando a ter um cargo meramente simbólico. As mulheres ganharam direito de voto, de ter propriedade e de divórcio. Os grandes conglomerados econômicos — *zaibatsu* —, que monopolizavam setores inteiros da economia, foram quebrados. Uma reforma agrária radical acabou com as grandes propriedades de terra, que foram divididas em lotes e distribuídas a milhões de proprietários. Trabalhadas de maneira intensiva, essas pequenas propriedades tornaram-se altamente produtivas.

Logo após o término da guerra, havia falta de empregos, de casas e de comida. A ocupação americana se encerrou em 1952. A Guerra da Coreia, de 1950 a 1953, veio favorecer o Japão, pois o país pôde exportar grandes quantidades de produtos.

A arrancada econômica — A grande arrancada econômica, que elevou o Japão à condição de segunda potência econômica mundial, ocorreu a partir de 1954. Desta data até 1972, o Produto Nacional Bruto cresceu a uma taxa de 10% ao ano. Já existia uma sólida base industrial, mas que a guerra havia destruído em boa parte. Mesmo assim, foi sobre ela que se edificou o moderno edifício tecnológico, graças sobretudo à maciça

importação de tecnologia e de máquinas. Um sistema de planificação central orientou o governo na priorização dos investimentos. No início da década de 70 o Japão era o maior construtor de navios e maior fabricante de carros. Era também um dos maiores produtores de aço (sem dispor de matérias-primas, todas importadas).

No setor de equipamentos eletrônicos, começava a fase de produção e exportação maciças de televisores, rádios, videocassetes, aparelhos de som, etc. Os produtos "made in Japan" começavam a invadir praticamente todos os países do mundo. Geralmente esses produtos eram preferidos por causa de sua elevada qualidade e preço baixo. O mundo da comunicação era também invadido pelo nome dos gigantes empresariais japoneses: Sony, Mitsubishi, Honda e muitos outros.

A entrada maciça de produtos japoneses nos Estados Unidos, sobretudo automóveis, passou a criar atritos entre os dois países. A década de 80 e os primeiros anos da década de 90 foram especialmente delicados quanto a este aspecto. Os Estados Unidos têm pressionado o Japão para que importe mais produtos americanos. Negociações difíceis vêm sendo levadas a cabo pelos dois países, com progressos lentos.

A década de 90 vem caracterizando a economia japonesa como uma economia de ponta. São japoneses os maiores bancos do mundo. Pesados investimentos, pelos gigantes da indústria, são vertidos em fábricas nos Estados Unidos, na Europa e, sobretudo, nos países do Sudeste Asiático, como China, Tailândia, Indonésia, Malásia, Cingapura e outros. Empresas do Japão participam hoje de avançados projetos de pesquisa científica e exploração espacial.

A sociedade japonesa é uma das mais igualitárias do mundo. A renda *per capita* do Japão se iguala à dos países mais desenvolvidos do Ocidente, ao lado da Suíça, Suécia, Alemanha e Estados Unidos. Em 1995, a expectativa de vida dos japoneses era a mais alta do mundo: 76 anos para os homens e 82 anos para as mulheres.

3. China: da vitória comunista à abertura econômica

Com a vitória comunista e a implantação da República Popular, em 1949, a China se fechou quase que totalmente a influências externas. O

objetivo da nova direção era construir um modelo de socialismo adaptado à realidade do país, ainda basicamente agrário.

A direção do país estava basicamente nas mãos de três homens: Mao Tse-tung, dirigente máximo; Chu En-lai, primeiro-ministro e executivo número um do governo; e Lin Piao, comandante do Exército Vermelho.

Até 1972, a linha política implantada com a Revolução foi seguida de maneira bastante rígida. Na política predominava a linha definida pelo Partido Comunista. Na economia, a planificação centralizada e desenvolvida por meio dos planos quinquenais. Nas relações internacionais, fechamento quase total. O Ocidente praticamente ignorava o que ocorria na China. Em 1972, o presidente Nixon, dos Estados Unidos, fez uma visita oficial à China, sendo recebido pelo presidente Mao Tse-tung.

A visita de Nixon representou uma verdadeira reviravolta na vida política chinesa. Começava a abertura para o Ocidente. Após a morte de Mao Tse-tung, em 1976, a luta pelo poder consumiu diversos anos, definindo-se finalmente no início da década de 80, com a retomada do poder por Deng Xiaoping, um político pragmático e repudiado pela ala esquerda do Partido Comunista. Deng Xiaoping havia sido expurgado durante a Revolução Cultural.

Profundas reformas na economia foram introduzidas a partir da volta de Deng. A propriedade privada no campo foi permitida. Investimentos estrangeiros passaram a ser incentivados. Entre 1978 e 1988 verificou-se vigorosa retomada da atividade econômica, com crescimento médio anual de 10%.

As frenéticas e radicais mudanças na economia, a qual passou de um sistema essencialmente estatal e rigidamente centralizado para um sistema de livre mercado, não foram acompanhadas por iguais mudanças na política e nas instituições. Em 1989, milhões de estudantes se mobilizaram para pedir reformas, mas foram duramente reprimidos no episódio que ficou conhecido como "primavera de Pequim".

Esses acontecimentos não interromperam o processo de abertura econômica. Milhares de empresas se formaram a partir de iniciativas de empresários locais. Mas foram os investimentos externos que continuaram acelerando o desenvolvimento econômico. A partir do início da década

de 90, a China passou a exportar volumes gigantescos de bens de consumo, como calçados, têxteis, artigos de confecção, quinquilharias de plástico, etc. Tudo a preços extremamente baixos. Tais preços são possíveis graças ao baixíssimo custo da mão-de-obra chinesa.

A prosperidade se concentra sobretudo nas cidades. Estas passam por profundas transformações, graças à construção de prédios residenciais, de escritórios, hotéis. A China chega ao final do século XX como um dos principais pólos de desenvolvimento econômico do planeta.

Mas com a prosperidade econômica, de cunho competitivo e capitalista, aparece o outro lado da moeda: corrupção, prostituição, tráfico de drogas, contrabando. Mesmo assim, a via de desenvolvimento capitalista parece ser a opção preferida pelos chineses.

4. Filipinas: o fim de uma ditadura

Localizadas no Sudeste Asiático, as Filipinas são um país formado basicamente por ilhas, com uma população de 67 milhões de habitantes. Foi colonizado por espanhóis, daí seu nome, bem como a denominação de suas principais cidades. O nome das pessoas também é geralmente expresso em espanhol. Mas o inglês é uma das línguas mais utilizadas, pois o país foi cedido pela Espanha aos Estados Unidos em 1898. No início da II Guerra Mundial, o Japão invadiu as Filipinas, como tinha feito com praticamente todos os outros países da região. O país foi libertado com a ajuda de tropas americanas e se tornou independente em 1946.

De 1972 até 1986, o país foi governado por um ditador que se tornou mundialmente conhecido pela corrupção, pela repressão política e pela influência que sua mulher exercia sobre ele: Ferdinand Marcos.

Em 1983, um fato abalou a ditadura. O principal líder da oposição — Benigno Aquino —, que estava exilado, decidiu retornar ao país. Ao descer no aeroporto de Manila, a capital, foi assassinado a mando de elementos ligados ao ditador. O fato teve enorme repercussão no mundo inteiro. Nas Filipinas, grandes multidões saíram às ruas pedindo democracia.

Diante de tantas pressões, em 1986 o governo finalmente organizou eleições. A viúva de Benigno Aquino, *Coraçon Aquino*, apresentou-se como

candidata. Mas o resultado deu a vitória ao governo. Era evidente que houve fraude. Novas manifestações surgiram em todo o país. Desta vez, Marcos e sua mulher, Imelda, não contavam mais com o apoio do governo americano. E decidiram fugir do país. Corazón Aquino foi empossada como presidente. Sua vitória inaugurava uma nova fase na vida política das Filipinas. Nas eleições de 1992 foi eleito Fidel Ramos, que era chefe das Forças Armadas.

Questões propostas

1. O que era a Indochina?
2. Qual era a antiga metrópole colonialista do Vietnã?
3. O que aconteceu com o Vietnã após a saída dos franceses, em 1954?
4. Como ocorreu a entrada dos americanos no Vietnã?
5. Em que momento se iniciou a escalada militar americana?
6. Como se desenvolveu a guerra a partir da maciça escalada americana?
7. Que fator foi decisivo na virada da guerra?
8. Como terminou a guerra?
9. O que foi a restauração Meiji?
10. Qual foi a principal consequência da restauração Meiji?
11. Em que momento ocorreu a Guerra Russo-Japonesa?
12. Quem passou a ter força preponderante na política do Japão a partir de 1930?
13. Quais foram as consequências do militarismo japonês?
14. Que benefícios trouxe a ocupação americana do Japão?
15. Caracterize o cenário da China na década de 90.



Corazón Aquino passou a liderar a política das Filipinas após a queda do ditador Ferdinand Marcos, em 1986. Governou o país como presidente até 1992.

Capítulo 101

A África contemporânea

A descolonização da maioria dos países africanos deu-se nas décadas de 50 e 60. As últimas colônias a se libertarem da dominação da metrópole foram as de Portugal: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Essas colônias tornaram-se independentes somente na década de 70.

A independência representava um passo extremamente importante para os povos africanos. Era a esperança de dias melhores em termos de educação, moradia, saúde, trabalho, etc. Mas na maioria dos países a situação pouco mudou. O colonialismo, na verdade, em diversos países transformou-se em neocolonialismo, ou seja, a dominação política direta mudou para uma dominação indireta, através do controle das riquezas do país por empresas ou grupos econômicos pertencentes às antigas metrópoles. Em outros países, a situação interna tornou-se até pior do que era antes, devido a guerras e conflitos internos.

1. A guerra de Biafra

Um dos eventos mais dramáticos e pungentes da África contemporânea foi a guerra de Biafra. As fotos de soldados e civis mortos, inclusive mulheres e crianças, chocavam o mundo inteiro. Corpos apodrecendo insepultos apareciam diariamente na televisão e nas páginas de revistas e jornais. A causa da guerra de Biafra foi um choque entre dois grupos étnicos da Nigéria.

Esse país tornou-se independente em 1960. Foi formado pela reunião do povo ibo com o povo hausa. Os ibos provinham da província de Biafra, a leste do país, e formavam a elite da Nigéria. De maneira geral tinham os melhores empregos e os melhores salários.

Em 1966, num golpe de Estado, um grupo de oficiais do exército da etnia ibo tomou o poder. Mas num contragolpe, o novo governo foi derrubado e os ibos passaram a ser caçados e massacrados no país inteiro. Os que escaparam fugiram para a sua província de origem e se declararam independen-

tes. A província de Biafra era rica em petróleo. O governo central não iria aceitar a separação de uma das mais ricas províncias do país.

A consequência foi uma guerra civil que durou de 1967 até 1970. Morreram cerca de um milhão de pessoas, a maioria ibos. Biafra rendeu-se e foi reincorporada à Nigéria.

Nos anos subseqüentes, a Nigéria tem sido governada basicamente por governos militares. A corrupção domina a administração pública. O petróleo constitui a grande riqueza do país, o mais populoso da África (120 milhões de habitantes em 1995).

2. África do Sul: ascensão e queda do apartheid

Os primeiros europeus a atingir o território da atual África do Sul foram os portugueses. Como você já aprendeu estudando História do Brasil, em 1488, uma esquadra comandada por Bartolomeu Dias contornou o cabo da Boa Esperança. Mas os primeiros colonizadores foram holandeses, que lá se estabeleceram a partir de 1652.

Os ingleses também incursionaram pela região, chegando a controlar o território no início do século XIX. Em 1814, o Congresso de Viena, que formalizou a partilha da África, entregou esta parte à Inglaterra. Maciça imigração de ingleses ocorreu a partir de 1820.

A Guerra dos Bôeres — Formaram-se então duas colônias, uma de holandeses e outra de ingleses. A descoberta de diamantes e ouro, a partir do final do século XIX, provocou uma corrida rumo ao interior. Houve choques entre ingleses e os descendentes de holandeses, chamados *bôeres*. O conflito transformou-se em verdadeira guerra — *Guerra dos Bôeres* ou *Guerra da África do Sul* —, que durou de 1899 a 1902. Os ingleses saíram vitoriosos.

Em 1910 surgiu a União Sul-Africana, independente e encabeçada por líderes locais. A Constituição do novo país previa direitos iguais para brancos e não-brancos. Mas o governo que assumiu em 1924 mudou a Constituição, iniciando a política segregacionista que iria marcar a África do Sul até a década de 90. Essa política visava manter a população negra ségre-

gada em reservas, ou seja, o mais separada possível da população branca. Com essa diretriz, os brancos sul-africanos pretendiam que a África do Sul permanecesse como um país exclusivamente branco.

O apartheid — Um novo passo nessa direção foi dado em 1948, com a introdução do sistema de *apartheid*, que estabelecia separação radical e total entre brancos e negros. Para reforçar politicamente esse odioso sistema, o governo passou a criar territórios especiais para a população negra, chamados *bantustões*. Os bantustões recebiam do governo sul-africano estatuto de países independentes. A partir do momento em que um bantustão era criado, o governo caçava a cidadania sul-africana dos negros que iriam residir no novo “país”. A “independência” não passava de um truque dos brancos para livrarem-se da população negra. Os bantustões eram formados com as piores terras do país. Nenhum país do mundo chegou a reconhecer a independência dos bantustões, pois era evidente a má-fé que existia por trás da iniciativa do governo sul-africano.

O revoltante regime do *apartheid* suscitou críticas no mundo inteiro. Internamente, duas organizações de oposição se formaram na década de 50: o Congresso Nacional Africano (CNA) e o Congresso Pan-Africano (CPA). O Congresso Nacional Africano foi fundado por Albert Luthuli, chefe do povo zulu. Luthuli propunha a oposição não-violenta ao regime. Era seguidor de Gandhi, o guia e líder da independência da Índia, que tinha vivido na África do Sul na década de 20. Em 1960, Luthuli recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Como continuasse seus protestos, foi preso e confinado numa longínqua fazenda, onde morreu em 1967.

Uma das leis mais odiosas do *apartheid* era a Lei do Passe. Por essa lei, cada cidadão negro portava uma espécie de passaporte, ou cartão de identificação, que devia ser levado sempre consigo. A qualquer momento, a polícia podia exigir o cartão. Milhares de negros acabavam presos todos os anos por serem abordados pela polícia sem o cartão.

O massacre de Sharpeville — Em 1960, uma gigantesca manifestação foi organizada pelos líderes negros para protestar contra a Lei do Passe.

Na cidade de Sharpeville, centenas de milhares de pessoas se concentraram diante da chefia de polícia. A orientação da liderança negra era que todos os cidadãos negros devolvessem o cartão de identificação em sinal de repúdio ao sistema de discriminação. A polícia atirou contra a multidão, matando 69 negros. O incidente ficou conhecido como o *Massacre de Sharpeville* e constituiu um dos momentos mais significativos da luta dos negros contra o *apartheid*. Devido à impotência diante de uma polícia extremamente violenta, bem como diante da total recusa do governo branco em fazer qualquer concessão, muitos negros decidiram partir para a luta armada contra o regime racista.

O boicote externo — Logo após as primeiras ações armadas, o governo reagiu banindo o Congresso Nacional Africano e todas as outras organizações negras. Seus líderes tiveram de fugir para o exterior. Os que não conseguiram esconder-se foram presos. Um dos principais líderes negros era *Nelson Mandela*. Ele foi preso em 1962 e condenado à prisão perpétua.

No âmbito internacional, a África do Sul sofria amplo boicote econômico e cultural. A maioria dos países se recusava a enviar atletas para participar de competições esportivas no país do *apartheid*. Atletas sul-africanos não eram aceitos em jogos olímpicos e outras competições. Somente Israel mantinha cooperação com o governo sul-africano, envolvendo sobretudo o fornecimento de armas.

O boom econômico — Nas décadas de 60 e 70 a África do Sul conheceu um grande crescimento econômico. Suas ricas minas de ouro e de diamantes (as maiores do mundo) foram responsáveis por parte deste crescimento. Mas muitas empresas estrangeiras também participaram deste *boom*, furando o bloqueio econômico e investindo em fábricas e empreendimentos financeiros. No final da década de 70, a população branca da África do Sul usufruía de um padrão de vida semelhante ao dos mais desenvolvidos países do mundo. O crescimento econômico beneficiou em parte a população negra. Como havia carência de mão-de-obra especializada, os brancos passaram a treinar negros para trabalhar nas fábricas e nas minas. Os salários subiram.

Soweto — Mas os benefícios do crescimento atingiram apenas uma parcela da população negra. A grande maioria estava totalmente marginalizada. A tensão voltava a crescer e explodiu em 1976 na cidade de Soweto. Esta era uma espécie de cidade-dormitório para os negros que trabalhavam em Johannesburg. Fica a uma hora de Johannesburg. Um milhão de negros morava em Soweto. Nenhum negro de Soweto podia morar em Johannesburg, devido à Lei do Passe.

Uma lei de 1976 obrigava as escolas negras a ensinar pelo menos 50% do conteúdo curricular em *afrikaans*, a língua dos brancos. Em Soweto, houve manifestações generalizadas contra a determinação. Como sempre, a polícia interveio atirando. Resultado: 25 estudantes mortos e cerca de 200 feridos. O levante de Soweto funcionou como um rastilho de pólvora. Milhões de negros protestaram contra o massacre no país inteiro. Outros 500 negros morreram e milhares ficaram feridos. Numerosos líderes foram presos. Uma das principais vozes negras era a do jornalista *Steve Biko*. Em 1977 Biko foi preso e torturado até a morte. O fato teve ampla repercussão internacional e foi um dos fatores que determinaram o início das reformas do regime político da África do Sul. Outro importante líder negro foi o bispo anglicano *Desmond Tutu*; ao mesmo tempo que fazia severas críticas ao regime do *apartheid*, Tutu defendia a resistência pacífica. Em 1984 recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

Finalmente, as reformas — Em 1978 assumiu como primeiro-ministro o político Pieter Botha. Foi ele que arquitetou as primeiras, ainda tímidas, medidas visando afrouxar o regime do *apartheid*, objeto da condenação de todos os países do mundo. Em 1979 o governo legalizou os sindicatos negros. Seguiram-se novas medidas em 1984 (criação de um parlamento para negros e indianos) e 1985 (abolição da proibição de casamentos mistos).

Mas essas medidas não agradavam nem aos brancos, que achavam que Botha estava indo longe demais, nem aos negros, que não confiavam em reformas vindas dos brancos. Por isso, o início da década de 80 foi extremamente violento. Os elementos mais radicais do Congresso Nacional Africano passaram a atacar alvos do governo com bombas e outras armas. O ano de 1985 foi um dos mais violentos da história do *apartheid*: revoltas

violentas, tiroteios, incêndios e mortes ocorreram no país inteiro.

O impulso maior para acelerar as reformas foi dado pelos próprios brancos. Eles estavam sentindo que seu país não poderia continuar como verdadeiro pária da comunidade internacional. Por outro lado, o boicote promovido pela maioria dos países, que se acentuou a partir de 1984 com a campanha desenvolvida pelo bispo Desmond Tutu, começava a se fazer sentir concretamente e a afetar a atividade econômica.

A pressão internacional se intensificava cada vez mais, concentrando-se sobretudo na figura de Nelson Mandela, cuja libertação era exigida em todas as partes do mundo.

O desmantelamento do *apartheid* — Reformas mais efetivas começaram então a ocorrer. Seu arquiteto, agora, era o novo presidente, Frederick De Klerk. Ele estava efetivamente disposto a mudar as leis do país. Já no ano seguinte à sua posse, isto é, em 1990, Nelson Mandela saiu da prisão, tornando-se uma das figuras mais populares e respeitadas do mundo. O partido de Mandela, o Congresso Nacional Africano, foi reconhecido como organização legal.

Ainda em 1990, outras leis segregacionistas foram abolidas, como a da proibição de os negros freqüentarem certos locais públicos. No ano seguinte foram extintas praticamente todas as leis restantes que sustentavam o *apartheid*.

Embora pressionado por uma minoria de brancos de extrema direita, De Klerk organizou em 1992 um plebiscito só para a população branca, com o objetivo de consultá-la sobre as reformas. O resultado confirmou a política do presidente: 69% dos votantes manifestaram-se a favor das reformas. Era o apoio de que o presidente precisava. No mesmo ano, o Congresso Nacional Africano abandonou a luta armada.

O passo seguinte foi a organização de eleições multirraciais, isto é, nas quais brancos e negros votassem em igualdade de condições. O ano de 1993 foi praticamente todo dedicado a isso. As eleições foram marcadas para abril de 1994. Em outubro de 1993, graças aos seus esforços para conseguir uma solução negociada e pacífica para a situação de seu país, Nelson Mandela e Frederick De Klerk receberam o Prêmio Nobel da Paz. Nas eleições de 1994, brancos e negros se misturaram

nas filas para votar. Mandela foi eleito presidente da República. Terminavam 350 anos de dominação de uma minoria branca sobre uma esmagadora maioria negra.

De uma população de 40,8 milhões de habitantes (1994), 70% são negros, 18% são brancos, 9% são mestiços e 3% são asiáticos. A renda *per capita*, em 1992, era de 2 670 dólares, muito mal distribuída, já que a população branca tem um nível de vida igual ao dos países mais desenvolvidos, enquanto os negros igualam-se aos mais pobres do mundo.

3. Argélia: ressurgem com força as organizações islâmicas

Após a independência, em 1962, a Frente de Libertação Nacional passou a constituir a força política dominante na Argélia. Seu líder máximo, *Ahmed Ben-Bella*, assumiu como primeiro presidente da República.

Ben-Bella governou apenas três anos. Desentendimentos em torno da condução da política argelina culminaram num golpe de Estado contra o presidente. O chefe golpista foi o coronel *Houari Boumedienne*, que substituiu Ben-Bella. O novo presidente manteve a política de busca do socialismo e de apoio aos movimentos de libertação de países do Terceiro Mundo. Em 1971, nacionalizou os campos petrolíferos franceses de petróleo e gás natural.

Boumedienne morreu em 1979, sendo substituído por Chadli Benjedid. No início dos anos 80, o governo argelino passou a introduzir mudanças na economia. O objetivo era abrir a economia para atrair investimentos estrangeiros. Mas o alto nível de desemprego, a inflação também em alta e a corrupção na administração pública desencadearam ondas de protestos em 1988. O governo tentou contornar a situação promovendo reformas políticas. O socialismo deixou de constituir compromisso do partido governista. Uma nova Constituição foi promulgada, prevendo o pluripartidarismo. Surgiram imediatamente partidos islâmicos, dos quais a Frente Islâmica de Salvação foi o mais importante. A FIS era um partido formado por religiosos muçulmanos que queriam transformar a Argélia num país essencialmente islâmico, com

sua vida baseada no *Corão*, o livro sagrado do islamismo. A FIS passou a combater a influência ocidental na vida do país.

As primeiras eleições locais dentro do novo sistema ocorreram em 1990. A FIS obteve ampla maioria.

A abertura política foi ampliada, sendo anistiados muitos presos políticos. Ben-Bella voltou do exílio. Mas a força política que mais cresceu foi a da FIS. Sua influência sobre a sociedade argelina foi aumentando de tal maneira que começou a entrar em choque com a direção do país, ainda em mãos da FLN.

Novas eleições parlamentares estavam marcadas para 1992, mas não se realizaram. O governo previa esmagadora vitória da FIS e cancelou o pleito. Os militares deram um golpe de Estado e assumiram o poder. A FIS foi posta na ilegalidade. Milhares de partidários da FIS foram presos.

Os militantes islâmicos passaram a reagir com atentados de todos os tipos contra os militares e até contra os estrangeiros. O próprio presidente da República foi assassinado. O clima era de guerra civil. Desde o golpe até meados de 1995, milhares de pessoas haviam sido assassinadas, entre elas professores universitários, escritores e jornalistas. Todos os estrangeiros foram avisados para saírem do país, ameaçados de morte pelo Grupo Islâmico Armado, dissidência armada do FIS.

Em agosto de 1995, o governo anunciou a realização de novas eleições, convidando os partidos a inscreverem seus candidatos. A data para o pleito seria 16 de novembro de 1995.

4. As ex-colônias portuguesas

Como foi dito no início deste capítulo, as colônias que Portugal mantinha na África foram as últimas a tornarem-se independentes.

Angola: guerras sem fim — Angola foi formada por colonizadores portugueses que chegaram à região em 1583. Até o final da II Guerra Mundial não houve resistência à dominação colonial. Só depois da II Guerra é que se formaram os primeiros movimentos de libertação. Surgiram o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União dos Povos do Norte de Angola (UPA). Os movimentos foram duramen-

te reprimidos por Portugal e seus líderes passaram a viver no exílio.

Na década de 60 a UPA fundiu-se a outro grupo, dando origem à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), comandada por Holden Roberto. Era apoiada pela CIA. Uma cisão dentro da FNLA deu origem a outro grupo: a Unita, sob a liderança de Jonas Savimbi; tinha apoio da China. O MPLA passou a ser comandado por Agostinho Neto e tinha o apoio da União Soviética.

A queda da ditadura de Salazar, em Portugal, em 1974, deu início às primeiras negociações entre os movimentos de libertação e o novo governo português. A independência veio logo no ano seguinte. Como o MPLA era o movimento hegemônico, concentrado basicamente na capital, coube a ele formar um governo, sob a presidência de Agostinho Neto. Os conflitos com os outros movimentos não demoraram. Mas a FNLA abandonou a luta, restando apenas a Unita, que era apoiada pela África do Sul. Cuba socorreu o governo angolano com cerca de 30 000 soldados durante certo tempo. Agostinho Neto morreu em 1979, sendo substituído por José Eduardo dos Santos.

No final da década de 80 foi adotada uma nova Constituição. O governo afastou-se da linha marxista e passou a implantar medidas para transformar a economia centralizada em economia de mercado.

A guerra civil teve um pequeno intervalo em 1991, quando se realizaram eleições, que foram vencidas pelo MPLA. A Unita contestou o resultado e a guerra prosseguiu. Novas negociações foram iniciadas em 1994, culminando com uma trégua supervisionada pela ONU. Em 1995 a Unita aceitou depor as armas e integrar-se ao governo. Jonas Savimbi passou a ocupar uma vice-presidência.

A guerra civil deixou a economia de Angola devastada. Calcula-se em mais de 500 000 o número de mortos.

Moçambique — Também em Moçambique o domínio português não foi contestado até o início da década de 60. Em 1962 um grupo de nacionalistas moçambicanos fundou a *Frelimo* — *Frente*

de Libertação de Moçambique. Seus líderes viviam no exílio, pois a repressão era violenta.

Com a queda da ditadura salazarista, Moçambique obteve sua independência. O líder da Frelimo, *Samora Machel*, assumiu a Presidência do país. O socialismo foi adotado como linha oficial do governo.

O novo governo não tinha inimigos internos. Em compensação, passou a sofrer o ataque da Resistência Nacional de Moçambique — Renamo, a partir da vizinha Rodésia, hoje Zimbábue. Quando um governo negro assumiu no Zimbábue, a Renamo transferiu-se para a África do Sul, de onde atacava o interior de Moçambique. Machel morreu em um desastre aéreo em 1986, sendo substituído por Joaquim Chissano.

A situação de Moçambique alterou-se com as mudanças na África do Sul. A Frelimo e a Renamo passaram a negociar. Em 1993, o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, exigia o controle de boa parte do país e se recusava a colocar suas tropas sob o comando do exército.

Apesar dos acordos entre os grupos em conflito, a situação de Moçambique era gravíssima, pois anos seguidos de guerra e de seca causaram a morte de milhões de pessoas, deixando o país arrasado.

Guiné-Bissau — O intelectual nacionalista Amílcar Cabral fundou, em 1956, o *PAIGC* — *Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde*. Passou à luta armada contra a presença portuguesa em 1962. Amílcar foi assassinado em 1973, assumindo em seu lugar Luís Cabral, seu irmão.

O PAIGC proclamou unilateralmente a independência em 1972, mas a paz só foi possível em 1974, com a retirada dos portugueses. O marxismo era a linha oficial do governo. Em 1980 Cabral foi deposto, causando também a separação entre Guiné-Bissau e Cabo Verde.

No início da década de 90 começaram as reformas políticas que levaram o país a abandonar o sistema de partido único e a economia centralizada. Eleições multipartidárias haviam sido marcadas para 1994.

Questões propostas

1. Em que consistiu a guerra de Biafra?
2. Qual era a origem dos colonizadores da atual África do Sul?
3. O que foi a *Guerra dos Bôeres*?
4. Em que momento se definiu o sistema de *apartheid*?
5. Que organização e que líder se destacaram na luta contra o *apartheid*?
6. O que foi o *Massacre de Sharpeville*?
7. Em que momento começaram as reformas?
8. Como culminaram as reformas?
9. O que tem caracterizado o cenário da Argélia a partir da década de 80?
10. O que foi a guerra civil em Angola?
11. Que problemas enfrentou o governo de Moçambique após a independência?

Capítulo 102

A América Latina

A América Latina corresponde à porção da América que foi colonizada por Portugal e Espanha. Os países dessa região conservam ainda numerosas características herdadas do período colonial.

Sua economia mantém-se dependente em relação aos centros capitalistas mais desenvolvidos, pois as tentativas de promover o desenvolvimento econômico sempre esbarraram em obstáculos de difícil transposição. Apesar dos progressos realizados a partir da II Guerra Mundial, a América Latina encontra-se ainda atrelada aos fluxos e refluxos da economia internacional, sobretudo do mercado financeiro. Diante disso, podemos destacar os seguintes aspectos como os mais característicos da América Latina:

- o subdesenvolvimento;
- o alto crescimento demográfico;
- imensas parcelas de sua população totalmente marginalizadas do mercado de consumo;
- profundas desigualdades sociais, tanto nos centros urbanos quanto no campo;
- dependência econômica: na verdade, é um dos traços do subdesenvolvimento; torna a economia de qualquer país extremamente vulnerável, pois qualquer crise nos países desenvolvidos ocasiona igual crise nos países subdesenvolvidos.

1. A luta pela industrialização

A crise de 1929 atingiu duramente os países da América Latina, afetando sobretudo o setor de exportações.

No campo da industrialização, porém, a crise de 1929 teve efeitos benéficos para a América Latina. Como a crise causou a falta de dinheiro para importar produtos industrializados, os países latino-americanos passaram a fabricá-los aqui. Surgiram então numerosas fábricas, sobretudo nos setores de máquinas e peças de reposição. As empresas de exportação, por sua vez, haviam ganho bastante dinheiro nos anos anteriores à crise. Esse dinheiro passou então a ser investido em fábricas.

Esse processo econômico recebeu o nome de *substituição de importações*.

A eclosão da II Guerra Mundial veio acelerar ainda mais esse processo: muitos fornecedores tradicionais da América Latina estavam agora com suas indústrias voltadas para as necessidades de guerra, produzindo equipamentos bélicos; com isso, suas necessidades de matérias-primas aumentaram muito. Consequentemente, graças à pequena concorrência dos produtos estrangeiros cada vez mais escassos e caros, as exportações latino-americanas cresceram e o mercado interno se expandiu.

Alguns países latino-americanos avançaram com firmeza rumo à industrialização, destacando-se o Chile, o México, a Argentina e o Brasil.

Os três grupos de industrialização na América Latina

Observando-se de maneira global a industrialização da América Latina, constatamos a existência de três grupos principais.

O **primeiro grupo**, constituído pela Argentina, Chile, México e Brasil, produz mais de 2/3 do produto interno da área. São países que tiveram seus processos de industrialização iniciados mais cedo e, com o passar do tempo, atingiram um maior grau de maturidade industrial.

O **segundo grupo** é constituído por países como o Peru e a Venezuela, que, na década de 60, apresentaram aumento significativo de suas exportações de matérias-primas, o que lhes permitiu dinamizar o setor industrial. Os países desse grupo diferem dos países do primeiro grupo pelo caráter tardio de sua industrialização, bem como pelo fato de essa industrialização, ocorrida por substituição de importações, ser realizada predominantemente por empresas estrangeiras. Por isso, a indústria de bens de consumo nesses países é dominada pelas empresas estrangeiras com maior intensidade do que nos países do primeiro grupo.

O **terceiro grupo** é formado por pequenas repúblicas centro-americanas ou andinas. Nos países desse grupo, 50% da produção industrial é constituída pelo ramo têxtil e alimentar. O pequeno mercado interno limita a capacidade de expansão.

Vimos acima que o primeiro esforço de industrialização da América Latina ficou conhecido como substituição de importações, que teve lugar após a crise de 29. Mas essa etapa não durou muito, tendo-se esgotado por volta da

década de 50. Para continuar o processo de industrialização, os países latino-americanos tiveram que iniciar a implantação da indústria pesada, isto é, aço, ferro, máquinas, exploração e refino de petróleo, petroquímica, etc. Embora esses países possuísem empresas produtoras de bens de consumo, eles dependiam totalmente do exterior em termos de maquinaria pesada. Além disso, para pagar essas importações, eles dependiam da exportação de matérias-primas e alimentos, o que causava constante desequilíbrio na balança de pagamentos.

2. As tentativas de integração da América Latina

No plano mais global das relações entre os países do continente, na década de 50 foi criada a *Alalc* (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), com a finalidade de incentivar o intercâmbio comercial na América Latina. Seus resultados foram muito pequenos, em função da natureza semelhante da economia dos diversos países latino-americanos.

Após a vitória da revolução socialista em Cuba, os norte-americanos passaram a dar maior atenção aos problemas da América Latina, temerosos de que o exemplo cubano fosse seguido por outros países do hemisfério. Vultosos empréstimos foram feitos pelo governo norte-americano aos governos dessa região. Além disso, procurou-se dinamizar o papel da *OEA* (Organização dos Estados Americanos), no sentido de transformá-la num instrumento de desenvolvimento econômico capaz de promover reformas urgentes nos países latino-americanos.

Essa idéia foi apresentada, pela primeira vez, pelo presidente brasileiro Juscelino Kubitschek e recebeu a denominação de *Operação Pan-Americana*. Tratava-se de uma alternativa à política norte-americana de neutralidade na região e foi posta em prática por John Kennedy, através da *Aliança para o Progresso*. A Aliança estabeleceu uma cota de ajuda de 2 bilhões de dólares anuais, por um período de dez anos. Tais investimentos seriam acompanhados por investimentos privados num montante quatro vezes superior àquele. Sua finalidade última era assegurar a hegemonia econômica e política dos Estados Unidos na

América Latina. Em 1963, porém, depois da morte de Kennedy, o plano começou a ser desativado, pois sua implantação exigia a duplicação dos recursos norte-americanos destinados à América Latina, e o governo americano optou por uma política de repressão radical aos movimentos revolucionários.

Diante do fracasso da *Alalc*, em 1980 alguns países latino-americanos fundaram a *Aladi* (Associação Latino-Americana de Integração). Integram a *Aladi*: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A *Aladi* previa a formação de áreas de comércio com tarifas reduzidas para certos produtos. Previa também a formação, no futuro, de um mercado comum sem barreiras alfandegárias. A *Aladi* também se mostrou ineficaz.

Em um âmbito mais restrito, em 1969 foi fundado o *Pacto Andino*. Formado por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, visava a integração econômica desses países. O *Pacto Andino* foi outra tentativa de integração regional que não apresentou resultados práticos.

O Mercosul

O Mercosul, Mercado Comum do Sul, parece ser a única tentativa de integração comercial a dar resultados práticos na América Latina. Esse acordo foi firmado em 1991 pelo Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Cria uma área de livre comércio entre os países signatários, ou seja, praticamente elimina as fronteiras alfandegárias entre eles. O objetivo do Mercosul é estabelecer uma política única de comércio exterior.

O Mercosul começou a funcionar em 1º de janeiro de 1995. A partir desta data, 7 650 itens comercializados entre esses países passaram a não mais pagar imposto ao transpor a fronteira entre um país e outro.

Eis alguns pontos estabelecidos pelo acordo:

- a TEC (Tarifa Externa Comum) é a referência básica das regras do Mercosul; ela estipula tarifas iguais para os produtos importados de países de fora do Mercosul.

- 900 itens do setor de bens de capital (máquinas e equipamentos) terão sua tarifa reduzida gradualmente até 2001, ocasião em que fica definida a Tarifa Externa Comum relativa a esses produtos;

- 200 itens de informática obedecem ao mesmo critério, devendo a alíquota chegar a zero;
- cada país tem direito a uma lista de exceções à TEC, isto é, pode importar certos produtos pelas tarifas vigentes na época do acordo;
- o setor automobilístico será negociado à parte.

Em 1995 o Mercosul compreendia uma população de 200 milhões de habitantes e somava um Produto Interno Bruto de 840 bilhões de dólares. De 1991 a 1995, o comércio entre os quatro parceiros praticamente triplicou, atingindo cerca de 12 bilhões de dólares. A previsão é que alcance cerca de 80 bilhões de dólares por volta do ano 2005.

Bolívia e Chile devem integrar também o Mercosul, estando seu ingresso previsto para 1996.

3. A evolução política da América Latina

A situação econômica favorável resultante da II Guerra Mundial criou condições para que se fizessem experiências no campo político na América Latina, ampliando-se a participação popular na vida política. Tal participação era praticamente inevitável com o surto industrial e o deslocamento das populações rurais em direção à cidade.

Foi nesse contexto que nasceu e se desenvolveu o *populismo* — movimento político caracterizado pela presença de um líder carismático, como Perón na Argentina e Vargas no Brasil. O programa político do populismo era indefinido e, em linhas gerais, se constituía numa tentativa de aproximar as várias classes sociais, enfatizando os interesses comuns existentes entre elas. Outra característica dos movimentos populistas era o nacionalismo, o sentimento de repúdio aos imperialismos, particularmente aos Estados Unidos.

Vários fatores contribuíram para o surgimento do populismo. Entre eles, podemos citar a incapacidade das camadas dominantes em criar um instrumental político que pudesse promover o desenvolvimento econômico; outro fator foi a inexistência de organismos sindicais eficientes entre os trabalhadores.

Os movimentos populistas fizeram suas primeiras manifestações na América Latina após

1935, começando a se esgotar por volta de 1950. No Brasil, o populismo foi afastado da cena política em 1964. Seus representantes mais famosos foram: Getúlio Vargas, no Brasil; Juan Domingo Perón, na Argentina; Carlos Ibañez del Campo, no Chile; e Gustavo Rojas Pinilla, na Colômbia.

As ditaduras militares

Ao fim do populismo seguiu-se um período dominado por regimes autoritários comandados por militares. Tais regimes resultaram da conjuntura econômica desfavorável que se seguiu a 1950, da desorganização dos movimentos populistas, que não conseguiam definir uma plataforma política eficiente, e das repercussões que a Revolução Cubana teve nos demais países latino-americanos.

De um modo geral, esses regimes autoritários foram apoiados por largas parcelas da classe média, que não pretendiam perder os privilégios adquiridos no período anterior a 1960. Essas camadas, que durante muito tempo foram defensoras da democracia constitucional e liberal, puseram-se ao lado do autoritarismo quando se viram ameaçadas pelo avanço das classes populares, principalmente depois do exemplo dado pela Revolução Cubana. O fato de a classe média ter-se colocado à sombra dos militares sem constituir o seu próprio projeto político deve-se à sua origem e formação, no contexto de uma economia de exportação. A classe média cresceu à sombra da oligarquia, dos latifundiários, dos concessionários das empresas de mineração. Apesar de terem peso político, esses latifundiários, comerciantes e concessionários das empresas de mineração não diferiam muito das oligarquias em termos de projeto político.

Com exceção do México, do Paraguai e de alguns países da América Central, os países da América Latina se caracterizaram por uma grande ebulição política depois de 1945. E foi exatamente nesses países que os regimes autoritários se tornaram mais fortes. Nos países onde aconteceram experiências políticas liberais-democráticas, a troca de governantes foi mais constante.

Nas décadas de 60 e 70, boa parte dos países latino-americanos era dominada por ditaduras militares. Nos anos 80, porém, enfraquecidos pela grave crise econômica que atingiu o continente,

todos os regimes ditatoriais foram derrotados e substituídos por governos democráticos ou de transição para a democracia.

A evolução política nos principais países

Uruguai — O Uruguai tinha acumulado enorme soma de divisas com as exportações de carne, lã e cereais durante a II Guerra Mundial. A sociedade uruguaia gozava de elevado nível de bem-estar. O país era denominado de “a Suíça sul-americana”. Mas o alto custo dos encargos sociais, especialmente das aposentadorias, bem como o declínio do preço das matérias-primas deram origem a uma grave crise econômica. Os setores menos favorecidos — camponeses assalariados e operários — eram as principais vítimas da situação.

Foi neste contexto que, em 1963, surgiu o movimento guerrilheiro de esquerda *Tupamaros*, que, sob o comando de Raúl Sendic, passou a atacar o governo em ações armadas nas cidades. A repressão para acabar com a guerrilha foi se intensificando mais e mais. O Uruguai tornou-se uma das ditaduras mais ferozes do mundo. Esta situação só terminou na década de 80, depois que os Tupamaros foram vencidos e os militares abandonaram a vida política. Em 1984 realizaram-se eleições diretas para a Presidência da República, sendo eleito o civil José María Sanguinetti.

Argentina — Também a Argentina gozava de excelente situação econômica desde a década de 30, graças às exportações de carne, lã e cereais. Na década de 40 assumiu o poder o coronel Juan Domingo Perón, que fundou o Partido Justicialista para colocar em prática suas idéias de justiça social. O movimento criado por Perón, denominado *peronismo*, perdura até hoje. O próprio Partido Justicialista mantém-se com muita força. Perón como presidente e sua mulher, Evita Perón, como ministra do Bem-Estar Social procuraram implantar na Argentina um sistema assistencialista que beneficiava as camadas menos favorecidas. Evita era venerada como uma santa. Morreu jovem, de câncer, e virou lenda. O peronismo era um populismo, isto é, um sistema que buscava sua força de sustentação nas massas populares.

Perón foi derrubado do governo em 1955 pelos militares. Mas estes não conseguiram dar estabilidade ao país. A situação era tão tensa que, no início da década de 70, os generais permitiram a convocação de eleições, sendo eleito o candidato peronista Héctor Cámpora. Este providenciou imediatamente o retorno de Perón. Cámpora renunciou à Presidência para permitir a eleição de Perón, que tinha sua mulher Isabel como vice. Mas o novo presidente, já muito idoso, faleceu em seguida, assumindo então a vice-presidente. A situação econômica era grave, com inflação muito alta. E veio novo golpe, desfechado pelos generais em 1976.

Os militares implantaram na Argentina um regime extremamente repressivo. Todo e qualquer elemento que fizesse oposição ao governo era preso e, geralmente, eliminado. Entidades de defesa dos Direitos Humanos afirmam que morreram cerca de 30 000 opositores. O número mais provável situa-se em torno de 10 000. Mas a situação interna era cada vez mais grave, devido à inflação e à oposição da maioria da população ao regime militar.

Em 1982, numa evidente tentativa de desviar a atenção da população das questões internas, o governo deflagrou uma guerra contra a Grã-Bretanha pela recuperação das ilhas Malvinas. Além da derrota, a guerra deixou milhares de mortos e mutilados e os militares desmoralizados. Em 1983 os militares promoveram eleições presidenciais, vencidas por Raúl Alfonsín.

Alfonsín recebeu um país falido e com a necessidade moral de punir os culpados pelos crimes cometidos durante o regime militar. Ao assumir o poder, o novo presidente deu início à apuração das responsabilidades por esses crimes. Vários militares foram presos, inclusive o ex-presidente, e submetidos a julgamento. Descontentes com essas providências, os militares tentaram por diversas vezes derrubar Alfonsín. Tais fatos, somados a uma grave crise econômica, fizeram com que o presidente renunciasse antes do término de seu mandato, passando o governo para Carlos Menen, peronista, vencedor das eleições, em junho de 1989.

As medidas econômicas implantadas pelo novo governo fizeram a inflação baixar, crian-

do condições para um novo período de certa estabilidade econômica e social, que perdurava em meados de 1995.

Chile — O Chile foi um dos únicos países do mundo a tentar uma experiência socialista por vias pacíficas. Em 1970, o candidato marxista Salvador Allende foi eleito por uma coligação de partidos de esquerda. As medidas que passou a tomar como presidente, nacionalizando diversas empresas estrangeiras, provocaram a reação das elites econômicas. Com o apoio dos Estados Unidos, os militares derrubaram Allende, que morreu no palácio presidencial De la Moneda. O general Augusto Pinochet, articulador do golpe, assumiu plenos poderes.

O governo de Pinochet caracterizou-se pela extrema violência com que reprimiu os adeptos de Allende e os opositores a seu regime. Ocorreram prisões, torturas e mortes. Nos meses que se seguiram ao golpe teriam morrido cerca de 10 000 pessoas.

No final da década de 80, a ditadura de Pinochet estava fortemente abalada pelo movimento de oposição popular. Num plebiscito realizado em 1988, a maioria dos eleitores disse “não” à permanência de Pinochet no poder. O governo marcou eleições para março de 1990. Os civis voltavam novamente ao governo.

México — No México ocorreu uma revolução de cunho popular antes mesmo da Revolução Russa de 1917. A Revolução Mexicana teve início em 1910 e se estendeu até mais ou menos 1920. Foi um longo processo de golpes, contra-golpes e muitas batalhas envolvendo grandes massas de camponeses liderados por figuras de grande carisma, como Pancho Villa e Emiliano Zapata.

A tentativa dos revolucionários de extirpar o velho sistema de propriedade da terra, concentrada nas mãos de poucas famílias, foi frustrada pela reação da burguesia, com apoio do vizinho do norte, os Estados Unidos. Zapata foi traído e assassinado em 1919. Pancho Villa retirou-se para o norte e também acabou assassinado.

As forças conservadoras que dominavam o país antes da revolução não voltaram ao poder. Mas a direção da política mexicana passou às

mãos de uma burguesia reformista que tentou institucionalizar a revolução, isto é, torná-la o único movimento político do país. Assim, o partido fundado com essa finalidade se chamou Partido Revolucionário Institucional (PRI), que governa o país até hoje.

Peru — O Peru passou por uma experiência política original. Em 1968, um grupo de militares nacionalistas, liderados pelo general Juan Velasco Alvarado, derrubou o presidente da República e implantou uma ditadura nacional-populista.

O objetivo dos militares peruanos era destruir o arcaico sistema de distribuição e posse da terra no país, dar acesso para um maior número de camponeses aos escassos recursos de água do Peru e enfraquecer o poder das empresas americanas que exploravam riquezas minerais, sobretudo petróleo. Alvarado promoveu ampla reforma agrária, nacionalizou empresas estrangeiras e procurou tornar os trabalhadores acionistas e gestores das empresas.

O projeto de Alvarado não foi muito longe. Em 1975 ele foi deposto por outro general. Os presidentes seguintes não conseguiram conter a inflação e a corrupção. Ao mesmo tempo, surgia no país um movimento guerrilheiro denominado *Sendero Luminoso*, de tendência maoísta (que segue os ensinamentos do líder chinês Mao Tse-tung). Agindo sobretudo no interior do país, o Sendero fez milhares de vítimas entre a população que apoiava o governo e entre os militares que tentavam exterminá-lo.

Foi em meio a essa crise que um candidato praticamente desconhecido venceu as eleições de 1990. Era o engenheiro-agrônomo de ascendência japonesa Alberto Fujimori. O novo presidente deu prioridade ao combate à inflação, à corrupção e ao Sendero. Para isso tomou medidas enérgicas, chegando a fechar o Congresso. Conseguiu baixar a inflação. A liderança da guerrilha foi aprisionada. Ao menos aparentemente, o presidente conseguiu moralizar a vida pública. Conseguiu inclusive alterar a Constituição peruana e reeleger-se para um segundo mandato em 1995.

Paraguai — O território paraguaio era ocupado pelos índios guaranis quando chegaram os

colonizadores espanhóis, em 1535. A região tornou-se, ao longo do século XVI, um dos mais importantes centros da colonização espanhola da América. No século XVII, padres jesuítas passaram a organizar missões para proteger os índios. As missões foram totalmente destruídas e os índios escravizados com a expulsão dos jesuítas, determinada pelo primeiro-ministro de Portugal, Marquês de Pombal, no final do século XVIII.

O Paraguai conseguiu sua independência da Espanha já em 1811. A partir de 1814, o país foi governado até 1840 por um ditador chamado José Gaspar Rodríguez Francia, que manteve o Paraguai totalmente isolado. Os governantes seguintes, da família Lopez, deram grande impulso econômico ao Paraguai. Mas um deles, Francisco Solano Lopez, quis ampliar o território do país e buscar uma saída para o mar. Entrou em conflito com o Brasil, a Argentina e o Uruguai, o que resultou na Guerra do Paraguai. A guerra causou grande destruição, deixando o país em situação de grande atraso.

Em 1932, nova guerra — a Guerra do Chaco —, contra a Bolívia, permitiu ao Paraguai aumentar seu território. Até 1954, o país foi governado por presidentes eleitos diretamente ou por ditadores que assumiram o poder através de golpe de Estado.

Um desses ditadores foi Alfredo Stroessner, que em 1954 era comandante do exército. Stroessner apoiou-se no Partido Colorado. Seu governo caracterizou-se por corrupção, repressão às oposições e tolerância ao contrabando. Em 1973, o Paraguai e o Brasil assinaram um acordo visando a construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

No final da década de 80 a oposição ao regime de Stroessner se intensificou muito. Em 1989 sua situação era insustentável. Num golpe de Estado, o comandante do exército, general Andrés Rodríguez, depôs o presidente, que se exilou no Brasil. Rodríguez elegeu-se presidente no mesmo ano, governando até 1993.

Em 1991, o Paraguai assinou o acordo que criou o Mercosul, junto com o Brasil, o Uruguai e a Argentina.

Em maio de 1993, realizaram-se novas eleições, saindo vitorioso o empresário Juan Carlos Wasmosy.

4. Guerrilha, marca da América Latina

Uma das marcas da vida latino-americana tem sido o surgimento de diversas organizações guerrilheiras. O primeiro exemplo foi o do México. A mais espetacular foi a guerrilha comandada por Fidel Castro e Che Guevara em Cuba. Seguiram-se focos na Bolívia, no Peru, na Guatemala, em El Salvador, na Colômbia, na Venezuela e na Nicarágua.

Na **Nicarágua**, uma formação guerrilheira bastante antiga (década de 60), chamada Frente Sandinista de Libertação Nacional, conseguiu amplo apoio popular na década de 70 combatendo e derrubando a ditadura de Anastácio Somoza. Depois de dez anos no governo, os sandinistas não conseguiram dar estabilidade ao país. A situação econômica era grave, com inflação alta e muito desemprego. Foram também duramente combatidos por elementos do antigo governo, apoiados pelos Estados Unidos. Finalmente, em eleições diretas em 1990, perderam o poder para a candidata da oposição Violeta Chamorro.

Na **Bolívia**, na década de 60, tornou-se mundialmente conhecido um foco guerrilheiro comandado por Ernesto Che Guevara, que tinha participado da Revolução Cubana. Guevara imaginava que na Bolívia estavam as condições ideais para repetir a revolução que dera certo em Cuba. Mas os camponeses bolivianos não aderiram ao movimento e Guevara acabou capturado por militares bolivianos assessorados por “rangers” americanos. Depois de alguns dias preso, Guevara foi executado. Tornou-se um dos grandes ídolos da juventude das décadas de 60 e 70.

Na **Colômbia** e na **Venezuela** ainda hoje atuam alguns grupos guerrilheiros. Na Colômbia é bastante ativo o Exército de Libertação Nacional – ELN. Fundado em 1965, inspira sua ideologia na figura e no pensamento do guerrilheiro argentino-cubano Ernesto Che Guevara. O ELN costuma atacar sobretudo empresas norte-americanas, destruindo instalações ou seqüestrando executivos dessas firmas. Outra organização guerrilheira, bem mais antiga, que também atua na Colômbia é a FARC – Forças Armadas Revolucionárias Colombianas. Na década de 60, muitos padres se integraram em movimentos revolucio-

nários na América Latina. Um desses padres foi **Camilo Torres**, que se juntou a um grupo guerrilheiro e morreu em combate.

5. Dívida externa, outra marca da América Latina

Uma das características da economia da América Latina é o crônico endividamento para com os bancos internacionais. Geralmente a dívida se origina de grandes empréstimos tomados pelo governo da maioria dos países para promover o desenvolvimento econômico. Como os juros são sempre altos, o montante da dívida vai aumentando em função dos juros que vão se somando continuamente ao principal.

Quase todos os países latino-americanos possuem elevada dívida externa. Mas no final de 1995, a maior dívida externa era a do México; em seguida vinha a do Brasil.

A dívida mexicana totalizava US\$ 165 bilhões. Ela cresceu basicamente em função da grave crise financeira ocorrida no país no final de 1994. Naquele momento, começou a sair do México mais dinheiro do que entrava. Tratava-se de dinheiro especulativo, ou seja, de dinheiro investido por instituições financeiras internacionais, que buscam sempre lucros rápidos, em países que pagam os melhores juros. Este era o caso do México. Como de repente o governo mexicano anunciou que estava sem condições de pagar compromissos da dívida externa, os investidores passaram a retirar rapidamente o dinheiro que tinham aplicado no país. E o México teve de buscar novos empréstimos, totalizando cerca de US\$ 40 bilhões. Com isso sua dívida subiu astronômicamente.

A dívida do Brasil era a segunda da América Latina no final de 1995. Totalizava US\$ 152 bilhões.

Na mesma época, a dívida da Argentina era a terceira: US\$ 92,5 bilhões.

SÍNTESE

A América Latina hoje

Além dos traços apontados no início do capítulo, que constituem características estruturais da América Latina, podem ser levantados alguns traços que são específicos do continente latino-americano na década de 90:

- **regimes democráticos:** todos os países contam com governo eleito por votação livre e direta; as ditaduras acabaram.
- **controle da inflação:** em meados de 1995, os países que há poucos anos enfrentavam inflação elevadíssima (Brasil, Argentina, Bolívia e Peru) haviam controlado o processo.
- **abertura da economia:** todos os países estão criando mecanismos que permitem maior liberdade de atuação de empresas estrangeiras no país.
- **privatizações:** a maioria dos países iniciou na década de 90 um processo de privatização das empresas estatais.
- **fluxo de capitais:** alguns países latino-americanos estão recebendo altos volumes de capitais especulativos (aplicados a curto prazo); esses capitais podem ser retirados de repente, causando problemas ao país, como ocorreu com o México no final de 1994.
- **formação de blocos:** o México passou a integrar o Nafta (ao lado dos Estados Unidos e Canadá); Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina criaram o Mercosul.
- **refluxo das esquerdas:** os partidos e movimentos de esquerda estão em claro refluxo.
- **atuação da Igreja católica:** a Igreja católica continua como uma das instituições mais atuantes junto às classes populares.

Questões propostas

1. Indique alguns aspectos característicos da América Latina.
2. O que foi o processo de industrialização chamado de substituição de importações?
3. Caracterize rapidamente os três grupos em que podem ser divididos os países latino-americanos quanto à sua industrialização.
4. Qual foi a primeira tentativa de integração da América Latina? Deu resultados?
5. Qual a iniciativa mais significativa de integração?
6. O que foi o populismo?
7. Que país fez uma experiência socialista por vias pacíficas na América Latina?



Juan Domingo Perón foi uma das figuras centrais da política argentina no século XX. Líder populista, inaugurou um estilo de governar chamado depois de *peronismo*. Governou a Argentina de 1946 a 1955 e por um breve período na década de 70 (de 1972 a 1974, quando morreu).

Capítulo 103

O Brasil de hoje: a Nova República

A chamada Nova República começou no dia 15 de março de 1985. Não podia haver início mais trágico. O presidente eleito Tancredo Neves, doente, não pôde tomar posse e morreria menos de 40 dias depois, no dia de Tiradentes: 21 de abril. O fato surpreendente agravou as dificuldades econômicas e políticas que o novo governo civil iria enfrentar, tendo à frente o vice de Tancredo, José Sarney.

Saudada com júbilo e esperança, apesar dos pesares, a Nova República passou a tomar medidas político-administrativas e institucionais, destinadas a substituir o regime militar por nova ordem legal. O Congresso aprovou a criação de uma comissão interpartidária para encaminhar o que se chamou de remoção do entulho autoritário. Isto é, eliminação de leis, decretos e elementos constitucionais mais expressivos do autoritarismo militar que se ia. Eram a busca pela redemocratização e a preparação de terreno para a futura Assembléia Constituinte. As principais medidas tomadas pela comissão:

- restabelecimento de eleição direta para presidente, prefeituras de capitais de Estados e municípios que a ditadura militar havia considerado "áreas de segurança nacional";

- extensão do direito de voto aos analfabetos;

- legalização dos partidos clandestinos e liberdade plena para a criação de novas agremiações políticas;

- extinção da fidelidade partidária, princípio que impedia os parlamentares de votar contra decisões partidárias, sob pena de perder o mandato;

- reabilitação de diretorias sindicais cassadas pelos militares.

Persistiam a *Lei de Segurança Nacional* e a *Lei de Greve*, mas respirava-se clima de maior liberdade e respeito pela cidadania. A sociedade alimentava esperança de reformas econômicas, sociais e políticas, mesmo reconhecendo as origens conservadoras do pacto político que fizera nascer a Nova República. A expectativa começou a esvaizar-se entre 1985 e 1986, com o agravamento da

crise e a lentidão na tomada de decisões fundamentais, especialmente a convocação da Assembléia Constituinte. O governo tentou deter a crise com o *Plano Cruzado*, um fracasso apesar da euforia inicial que causou, conforme vamos ver no próximo capítulo. O governo Sarney obteve do Congresso, em junho de 1985, a aprovação de emenda constitucional, que atribuía poderes constituintes ao futuro Congresso Nacional, a eleger-se em novembro de 1986. A solução nem de longe satisfazia as aspirações políticas da sociedade.

1. O Congresso Constituinte

Desde a década de 1970, as forças democráticas reivindicavam uma Assembléia Nacional Constituinte, como parte do programa de restauração do Estado de Direito — compreendido como o regime democrático e constitucional, em que as regras político-jurídicas estão estabelecidas legitimamente como expressão da vontade da maioria da sociedade. Só pela Constituinte, a sociedade poderia estabelecer a nova ordem democrática, objetivo final da transição brasileira.

Após intenso debate parlamentar, com ampla repercussão na imprensa, no movimento sindical, nos órgãos representativos do empresariado e dos trabalhadores, o Congresso aprovou o projeto do governo: em lugar da Assembléia Nacional Constituinte específica e exclusiva, um Congresso Constituinte, com parlamentares que continuariam a exercer seus mandatos normalmente após a aprovação da nova Carta. A solução representou a vitória das forças que sustentavam a transição conciliadora, mas também provocou grande insatisfação.

Para amplos setores democráticos mais à esquerda, ligados a lutas populares e articulados em torno do PT, PDT, partidos comunistas e parte do PMDB, a Assembléia Constituinte só seria soberana se funcionasse fora e acima do próprio Congresso. Incorporá-la ao Congresso iria condicionar seu funcionamento, reduzir-lhe a soberania e enfraquecê-la.

Para os que aprovaram o projeto do governo, quase todos do PMDB e PFL, o fundamental era instalar a Constituinte, mesmo incorporada ao Congresso eleito em 1986, e completar a transição com a nova Carta, mesmo aprovada por Assembléia não-exclusiva. Como na derrota das diretas em

1984, prevaleceram as forças políticas que davam sustentação à transição conciliadora. Também falou mais alto a tradição conservadora, pois as Constituintes anteriores em sua maioria foram eleitas e funcionaram como Congressos Constituintes.

O Congresso Constituinte compunha-se de 559 deputados federais e senadores, inclusive o terço do Senado não-renovado em novembro de 1986. Instalado em 1º de fevereiro de 1987, passou a discutir oito temas básicos:

- Soberania e Direitos do Homem;
- Organização do Estado;
- Sistema de Governo;
- Eleições;
- Sistema Tributário e Financeiro;
- Ordem Econômica;
- Ordem Social e Família;
- Educação e Cultura.

Os intensos debates envolveram de início o regimento, os procedimentos da Comissão de Sistematização e o direito de iniciativa popular, isto é, o direito de os cidadãos apresentarem propostas e emendas. Também foram intensas as pressões dos *lobbies*, os grupos organizados para representar setores e forçar a aprovação de decisões de acordo com seus interesses.

A Constituição de 1988

O Congresso Constituinte levou 607 dias para apresentar a nova Carta, promulgada em 5 de outubro de 1988. Extensa, com 245 artigos e mais 70 das Disposições Transitórias, espelhava fielmente a correlação de forças da sociedade brasileira no momento. O comentarista político Villas-Bôas Corrêa escreveria:

"O povo não esperava muito e, pelo visto, não acredita na presente Constituição que é mais sua do que nenhuma outra".

Com avanços, ao lado de posições conservadoras, a Constituição de 1988 reflete conflitos sociais ainda fortes, dentro do processo de modernização do país; e reflete o nível de organização dos agentes sociais. Há um progresso em questões político-institucionais, por exemplo em relação à defesa do regime democrático e aos direitos civis; mas não em questões econômicas e sociais, como a reforma agrária, que o texto constitucional praticamente impede.

O texto apresenta-se ambíguo em muitos pontos, o que se deve ao jogo de interesses muitas vezes cartorialistas, ou seja, interesses restritos ou reservas de mercado, através de privilégios concedidos pelo Estado; ou pelos interesses corporativistas. Outra fraqueza da Carta de 1988 está em que, para tornar-se efetiva na prática, depende ainda de uma demorada e complicada regulamentação pelo Congresso Nacional. A tentativa de revisão marcada para 1993 fracassou. Enquanto as leis complementares não puserem para funcionar plenamente a nova Constituição, sua eficácia como instrumento de modernização e democratização continuará reduzida.

2. Collor x Lula

No final de 1989, entre a euforia e a expectativa, o povo votou na primeira eleição direta para presidente da República desde 1960. Nem as graves dificuldades econômicas impediram a intensa mobilização dos partidos e do eleitorado. No primeiro turno, em 15 de novembro, apresentaram-se nada menos que 21 candidatos, representando 30 partidos e disputando o voto de mais de 82 milhões de eleitores.

Pela primeira vez, participavam os analfabetos e os jovens entre 16 e 18 anos. Metade dos eleitores não tinha o primeiro grau completo; 75% tinham renda inferior a dois salários mínimos; 90% não eram sindicalizados. Uma pesquisa mostrou que, pouco antes da eleição, 20% dos eleitores nem sequer conheciam o nome do então presidente, José Sarney.

Havia pobreza e ignorância entre os eleitores, mas não era muito melhor a realidade entre os partidos, pouco conhecidos e, em sua maioria, formados apenas para lançar candidatos com inexpressiva base política — portanto, com pouca representatividade e legitimidade. Além disso, as regras da campanha, especialmente propaganda gratuita de rádio e tv, continuavam as mesmas do período autoritário. Com isso, a interferência do poder econômico manteve-se forte e condicionou os resultados.

No segundo turno, em 17 de dezembro de 1989, apresentaram-se os vencedores do primeiro: Fernando Collor de Mello, originário de oligarquias tradicionais do Nordeste e apoiado por grandes grupos empresariais, e Luís Inácio Lula da

Silva, o *Lula*, candidato enraizado no movimento sindical e apoiado pelos setores mais progressistas. Lula era a maior novidade da eleição: pela primeira vez na história brasileira, um operário participava da disputa pela presidência da República com chances de vencer.

Os partidos mais à direita, como PDS, PFL e PTB, apoiaram Collor; Lula teve o apoio dos partidos mais à esquerda, como PDT, PSDB e PCB. As pesquisas mostravam Collor na frente quando começou a campanha para o segundo turno. Após um primeiro debate pela tevê, em que Lula se mostrou mais agressivo, Collor sentiu o adversário em seus calcanhares. Intensificou os ataques a Lula e chegou às ofensas pessoais. No segundo debate, Collor procurou identificar Lula com o comunismo, o passado, e o acusou de inculto. A TV Globo deu apoio ostensivo a Collor. Na semana das eleições, um fato exerceu influência decisiva, especialmente sobre a classe média paulista: ao anunciar a libertação do empresário Abílio Diniz, que havia sido seqüestrado, autoridades atribuíram o crime a elementos ligados ao PT. O resultado da votação foi este:

<i>Collor</i>	35 089 998	42,75%
<i>Lula</i>	31 076 364	37,86%
<i>Abstenção</i>	11 814 017	14,40%
<i>Branco</i>	986 446	1,20%
<i>Nulos</i>	3 107 893	3,79%

Não se contestou a vitória de Collor, obtida em campanha realizada segundo as regras vigentes. Mas era a vitória de um candidato de frágil base partidária: seu partido, o PRN (Partido da Reconstrução Nacional), não passava de um artifício eleitoral; nele se reuniram figuras conservadoras das mais conhecidas, que o jovem candidato alagoano garantia que iria combater. Ele convenceu os eleitores, especialmente os mais pobres, a apostar em suas promessas de moraliza-

ção da administração pública, de recuperação econômica e de modernização do país — esta última promessa, associada à própria juventude do candidato.

O novo governo tomou posse em 15 de março de 1990 num contexto de ambigüidade e preocupação. Com presidente eleito pelo voto e nova Constituição, encerrava-se a longa e penosa transição, e o Brasil voltava aos trilhos da democracia. Mas havia a inflação, a dívida externa, a má distribuição de renda, problemas de saúde e educação, problemas que se vinham agravando ao longo de toda uma década — desafios econômicos e sociais que pareciam ultrapassar a capacidade de ação do novo governo e de sua base político-partidária, fraca e conservadora.

Questões propostas

1. A que período da história brasileira contemporânea damos o nome de Nova República?
2. A Constituinte convocada em 1985 resultou em Assembleia Constituinte exclusiva, como pediam as oposições? De que tipo foi ela e o que representou?
3. Afirmou-se na época que a eleição e posse do novo presidente (1990) encerrava a transição brasileira. Justifique.
4. Qual foi a maior novidade na eleição presidencial de 1989?
5. Por que, mesmo vencendo as eleições com mais de 40% dos votos, Collor assumiu o governo num contexto de preocupação diante dos desafios que tinha pela frente?

Capítulo 104

O Brasil de hoje: a economia a partir da década de 1980

Apesar de declinante, o desempenho da economia brasileira nos últimos anos da década de 1970 ainda foi expressivo, se comparado com a década seguinte. Em 1976, a taxa de crescimento do PIB alcançou 10%; caiu para menos de 6% em 1978; e recuperou-se em 1980, quando atingiu quase 8%.

Pesados investimentos públicos do governo Geisel, apoiados em empréstimos externos, sustentaram tal crescimento. Além disso, a balança comercial também voltou a equilibrar-se, apesar dos choques do petróleo e dos juros internacionais, graças à recuperação das exportações, especialmente de produtos manufaturados e semimanufaturados.

1. O modelo se esvai

O ciclo de crescimento da década de 1970, porém, baseado em grandes investimentos públicos e privados financiados com crédito externo, estava no fim. Estava esgotado o modelo de desenvolvimento estabelecido no regime militar, sustentado na grande empresa estatal e no grande capital nacional e multinacional. O país entraria em fase bem diferente, marcada por dificuldades e pela necessidade de profundos ajustes na política econômica.

Houve várias e complexas razões para esta virada: novo choque do petróleo em 1979 fez dobrar os gastos com a importação desta matéria-prima; os juros cobrados pelos bancos internacionais subiam, complicando o balanço de pagamentos; a balança comercial, com a alta do petróleo e a depreciação de produtos brasileiros no exterior, voltava a acumular déficits entre 1978 e 1980. Com o agravamento das contas externas, os agentes financeiros internacionais foram fechando as torneiras de empréstimos ao Brasil.

O governo de Figueiredo (1979-1985) ainda tentou buscar fórmulas de manter o modelo de

crescimento do regime militar. Suas metas continuavam sendo basicamente as mesmas de planos anteriores: infra-estrutura industrial, transportes, comunicações, desenvolvimento tecnológico, incentivo às exportações. As dificuldades internas e externas se revelaram mais fortes. Os rumos tiveram de ser corrigidos rapidamente e o país começou a entrar em recessão.

A política recessiva

Sob o comando de Delfim Netto, o ministro do Planejamento, a equipe econômica de Figueiredo aplicou uma severa política recessiva ao país na primeira metade da década de 1980. Os principais instrumentos dessa política foram:

- redução das importações: o valor caiu de 22 para 13 bilhões de dólares entre 1980 e 1984; assegurou-se apenas a importação de insumos indispensáveis, como o petróleo;

- redução do consumo interno: a diminuição da atividade econômica levou à redução dos níveis de consumo, acelerada também pelo corte de investimentos públicos e por forte contenção de salários;

- estímulo às exportações: encorajadas especialmente pela política cambial, por subsídios e incentivos fiscais, as exportações subiram de 20 para mais de 26 bilhões de dólares entre 1982 e 1984.

Apesar das explicações quase sempre obscuras das autoridades, os objetivos da política recessiva estavam claros:

- externamente, procurava-se acertar o balanço de pagamentos com os superávits cada vez maiores do comércio exterior; assim, o último governo militar visava negociar em melhores condições novas linhas de financiamento externo, essencial à manutenção do crescimento;

- internamente, buscava-se controlar a inflação em alta através do arrocho salarial e da redução do consumo, o que também ajudaria a produzir excedentes para vender lá fora.

Em suma, uma política recessiva segundo a receita do FMI, o Fundo Monetário Internacional, entidade coordenadora dos interesses do capital financeiro internacional. A recessão então se abateu sobre o país.

A recessão alcançou alguns objetivos: crescimento dos superávits comerciais e das reservas,

renegociação de parte dos débitos externos e retomada momentânea do crescimento interno — entre 1984 e 1986 o PIB cresceu 6% ao ano. Mas os sacrifícios impostos à população foram pesados, principalmente sobre a camada mais pobre: desemprego, perdas salariais, diminuição de investimentos sociais básicos (moradia, saúde, educação, alimentação). Além disso, o descontrole da inflação ameaçava a retomada do crescimento, que mal se esboçava.

Era neste quadro de desafios que se iniciaria a Nova República. Como relançar solidamente o desenvolvimento econômico do país, diante da questão cada vez mais complicada da dívida externa e da escalada inflacionária interna?

2. Os planos dos anos 80

Em apenas cinco anos, entre 1986 e 1990, o país assistiu a sete planos econômicos e dezenas de ajustes, alterações e complementações nas políticas monetária, fiscal, salarial e cambial. Planos e medidas de todo tipo, com o mesmo objetivo sempre: a estabilização da economia por controle da inflação, renegociação da dívida externa e retomada do crescimento auto-sustentado.

Congelamentos, tablitas, fiscais da Sunab, prisões de empresários, intervenções no sistema bancário... o governo tentou tudo para domar o dragão inflacionário, impedir que se transformasse em hiperinflação — um dragão que entra em descontrole e faz a moeda perder todo valor. O esforço para retomar o crescimento foi grande, mas os resultados, pequenos. A inflação galopou ao longo da década.

Veja os principais planos, sua orientação teórica, os objetivos e pontos básicos.

Plano Cruzado (1986)

Programa considerado heterodoxo, isto é, combina medidas monetaristas tradicionais (juros altos, por exemplo) com medidas intervencionistas (congelamento de preços entre outras). O Cruzado combinou medidas de austeridade fiscal com a preocupação de elevar a renda real dos assalariados.

Principais medidas: mudança da moeda de

cruzeiro para cruzado; congelamento de preços e salários; extinção da correção monetária; criação do seguro-desemprego e do gatilho salarial: reajuste automático de salário quando a inflação mensal acumulada atinge um nível pré-estabelecido, que “dispara” o aumento de salário.

Dívida externa: depois de tentativas frustradas de chegar a algum acordo aceitável com os banqueiros internacionais, o governo decretou a moratória (fevereiro de 1987).

Resultados: durou pouco o entusiasmo com o congelamento de preços, fiscalizado por populares que se intitularam “fiscais do Sarney”; o programa de estabilização, apesar da intensa mobilização popular, fracassou; um ano depois, a inflação já ultrapassava de novo os 20% ao mês. Atribuiu-se o fracasso à incapacidade do governo de controlar o déficit público e ao excesso de consumo provocado pelo crescimento real de salários.

Lançado em 28 de fevereiro de 1986, ano de eleições, o Plano Cruzado seria mais tarde acusado de “estelionato eleitoral”: o partido do governo, PMDB, elegeu 22 dos 23 governadores e conseguiu folgada maioria no Congresso. As medidas do plano perderam eficácia após as eleições, a inflação voltou a subir (veja a tabela anterior). O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, demitiu-se e deu lugar a Luís Carlos Bresser Pereira.

Plano Bresser (1987)

Choque econômico menos heterodoxo, voltado mais para o saneamento das contas públicas que para a retomada do crescimento.

Principais medidas: congelamento de preços e salários; extinção do gatilho salarial; elevação das tarifas públicas; vigilância sobre os cartéis e oligopólios para controlar os preços.

Dívida externa: manutenção da moratória.

Resultados: o plano mostrou-se incapaz de conter a inflação, acarretou perdas salariais e

retaliação de credores e governos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos, contra a suspensão do pagamento da dívida.

Bresser, fracassando ao tentar debelar a crise, saiu do governo no fim de 1987 e deu lugar a Maílson da Nóbrega, que retomou o pagamento dos juros da dívida externa e as negociações com o FMI, interrompidos desde a gestão Funaro. Maílson dizia estar aplicando uma política econômica do feijão-com-arroz, que elevou a inflação a taxas altíssimas, agravou o desemprego e provocou descontentamento geral.

Plano Verão (1989)

Uma volta ao receituário conservador: combater a explosão inflacionária (29% em dezembro de 1988) pelo controle do déficit público e pela contração da demanda por meio da redução do salário real.

Principais medidas: substituição do *cruzado* pelo *cruzado novo*; nova fórmula para o reajuste dos salários; extinção da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) como instrumento da correção monetária; desvalorização cambial; anúncio de demissões no funcionalismo público e de privatização de empresas estatais.

Resultados: o ano terminou com forte recessão e a inflação passou dos 50% em dezembro.

Sarney havia lutado na Constituinte com unhas e dentes para conseguir cinco anos de mandato. Foi acusado de distribuir concessões de rádio e televisão aos constituintes, em troca do quinto ano, um ano desastroso para o país. Sua falta de autoridade tornou a administração uma terra-de-ninguém, onde cada grupo buscava benefícios para si e para os amigos. No último mês do governo, a inflação correspondente ao período de 15 de fevereiro a 15 de março de 1990 atingiu o recorde de 84,32%. Índice acumulado nos doze meses anteriores: 4 853,90%. Os assalariados saíram bastante prejudicados, mais ainda aqueles que recebiam mensalmente, pois o valor real do salário chegava a ser metade do valor nominal. O problema da dívida externa ficou adiado; nada se fez para amenizar os problemas sociais; multipli-

caram-se os escândalos financeiros; numa visão estreita de administração, polpudos recursos foram canalizados para o Estado natal do presidente, o Maranhão. A credibilidade do governo despencou e, nas eleições de 1989, todos os candidatos fizeram oposição a Sarney como meio de aumentar suas chances de vitória nas urnas.

Plano Collor (1990)

Anunciado um dia após a posse do novo governo (16-3-90), o programa tinha inspiração neoliberal — o neoliberalismo é a doutrina que defende a teoria clássica do funcionamento da economia segundo as leis de mercado, com um mínimo de intervenção estatal na regulamentação da atividade produtiva ou nos investimentos de interesse social. Collor ambicionava modernizar o Estado e estabelecer plenamente a economia de mercado no país, além de eliminar a inflação “com um só tiro”.

Principais medidas: confisco temporário de grande parte do dinheiro depositado nas contas correntes, cadernetas de poupança e outras aplicações financeiras; volta do *cruzeiro* como moeda nacional; congelamento de preços e salários; reformulação do cálculo mensal da inflação aplicado na correção de salários, aluguéis, aposentadorias etc.

Outras medidas: com objetivos de médio e longo prazo, o governo iniciou reforma administrativa, recompondo e reduzindo o Ministério, demitindo funcionários e vendendo imóveis; anunciou um programa de privatizações a ser financiado com títulos comprados pelos bancos e um programa de desregulamentação e liberalização da economia, reduzindo ao mínimo a intervenção do Estado na atividade econômica, eliminando as reservas de mercado (na informática, por exemplo) e facilitando as importações.

Resultados: medíocres, apesar da aparente engenhosidade do plano e de sua ambição. A reforma administrativa não avançou, a produção estancou e a inflação voltou a subir. Também nada se conseguiu nas negociações da dívida externa.

O governo tentou o *Plano Collor 2* em fins de janeiro de 1991, mas a apatia com que a população recebeu as novas medidas mostrou a perda de credibilidade dos choques e planos. Afinal, eles haviam aprofundado a recessão ao longo de boa parte da década anterior, com custo social altíssimo, sem conseguir domar o dragão inflacionário.

Fracassando igualmente, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, demitiu-se e deu lugar ao embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira. Marcílio procurou conduzir a economia por meio de medidas progressivas e não de choques ou congelamentos. A seriedade dele garantiu certo grau de confiança, mas a inflação não cedeu como se esperava. Além disso, Marcílio manteve a recessão, sobretudo industrial. O desemprego alcançava os maiores índices das últimas décadas. Os salários perdiam valor.

No início de 1992, graves denúncias de corrupção contra altos funcionários do governo surgiram na imprensa. O presidente exigiu a renúncia dos ministros e trocou todos, deixando apenas os da Economia e da Agricultura.

3. "Fora Collor!"

A situação se agravou em 1992, quando o próprio irmão do presidente, Pedro Collor, acusou Paulo César Farias, o PC, de estar exigindo altas somas em dólar de grandes empresários, em troca de favores do governo. PC comandava o esquema de corrupção, com a conivência do presidente, que recebia parte do dinheiro arrecadado.

Uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) instalada em maio de 1992, depois de investigar cheques, declarações de Imposto de Renda, notas fiscais e contas bancárias, e de ouvir muitas pessoas, descobriu como funcionava o esquema PC.

Para ganhar a concorrência de obras públicas ou obter favores do governo, os empresários pagavam comissões à EPC, empresa de Paulo César Farias, registradas como "serviços prestados". Contas-fantasmas movimentavam o dinheiro arrecadado e pagavam as despesas do presidente, de sua mãe, de sua mulher Rosane e da ex-mulher, Lilibeth Monteiro de Carvalho. A CPI estimou que, em dois anos, o esquema de corrupção movimentou cerca de 260 milhões de dólares. Em trinta meses, Fernando Collor chegou a receber 10,6

milhões, ou o incrível "salário" de 350 000 dólares por mês.

Partidos de oposição, entidades de trabalhadores e de profissionais liberais convocaram manifestações públicas, para pressionar a Câmara dos Deputados a autorizar o Senado a processar e julgar o presidente. Em 29 de setembro de 1992, a Câmara autorizou o processo e Collor foi afastado imediatamente do cargo. Três meses depois, vendo que o Senado o condenaria, Collor renunciou; mesmo assim, o Senado o condenou, por 78 votos contra apenas 3, à perda de mandato e suspensão de direitos políticos por oito anos.

No mesmo dia, 29 de dezembro de 1992, o Congresso deu posse ao vice Itamar Franco como presidente da República.

4. O Plano Real

O presidente Itamar Franco tentou estabilizar a economia com numerosas medidas, mas nada conseguiu. Diversos ministros se sucederam no comando da política econômica. Em maio de 93 assumiu o ministério da Fazenda o sociólogo paulista Fernando Henrique Cardoso, que vinha ocupando a pasta das Relações Exteriores.

Fernando Henrique Cardoso reuniu um grupo de economistas para implantar um novo plano, visando eliminar a inflação e estabilizar a economia. Inicialmente, foi montado o Programa de Ação Imediata, cujos resultados não tiveram nenhuma repercussão na economia. Já a segunda etapa do plano foi bem mais efetiva. Consistiu na criação da Unidade Real de Valor (URV), um indexador que passaria a corrigir diariamente preços, salários e serviços, como uma espécie de moeda. A URV foi implantada em 1º de março de 1994.

Finalmente, em 1º de julho de 1994 foi introduzida uma nova moeda, o *real*, com o valor de uma URV, também equiparada ao dólar. A antiga moeda, o cruzeiro real, desapareceu.

5. Eleições 94

Implantado o Plano Real, Fernando Henrique Cardoso renunciou ao cargo de ministro para candidatar-se a presidente da República nas eleições de 3 de outubro de 1994.

Nessas eleições concorreram, além de Fernando Henrique (PSDB), o presidente do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola (PDT), Orestes Quécia (PMDB), Esperidião Amin (PPR) e outros.

Embora o candidato do PT aparecesse inicialmente com grande vantagem sobre os outros candidatos, a implantação do Plano Real reverteu a situação e Fernando Henrique Cardoso em pouco tempo superou seu principal adversário nas pesquisas de intenção de voto.

Esta vantagem se manteve e Fernando Henrique Cardoso venceu as eleições no primeiro turno.

6. A década infeliz

No futuro, os anos de 1980 serão lembrados como medíocres, infelizes. O país ficou mais pobre. O PIB cresceu apenas 2% ao ano em média, o que mal acompanhou o crescimento da população. Em 1981, ele foi negativo, -1,5%. Recuperou-se em 1985, quando superou os 8%. E teve o pior resultado no fim da década, em 1990: -4,6%; inferior até ao difícil ano de 1983, com -4,4%.

O setor industrial, hoje responsável pela maior parte das exportações nacionais, que havia crescido 8% na década anterior, parou: não passou de 0,4%.

A brutal recessão foi acompanhada de altas taxas de desemprego, contração salarial e queda nas exportações — menos de um décimo do PIB, uma das mais baixas entre as economias de base industrial.

Para mostrar o fraco desempenho da economia brasileira, afogada em desequilíbrios estruturais, bastariam os indicadores macroeconômicos; os indicadores sociais vamos estudar melhor no capítulo seguinte. Os desequilíbrios estruturais dizem respeito ao funcionamento do setor público (orçamento, política monetária e fiscal, empresas estatais), do setor privado (investimentos, preços, mercados, subsídios, exportações, desenvolvimento tecnológico) e à distribuição da renda entre capital e trabalho. Em 1990, a participação do trabalho na renda nacional caiu para 32%, taxa baixíssima no mundo capitalista.

Entre o início dos anos de 1960 e 1985, na cidade de São Paulo, a mais industrializada do país, o assalariado teve de passar a trabalhar três vezes mais para comprar a mesma ração essencial mínima.

O fato é que fracassaram várias e sucessivas estratégias tentadas para enfrentar os desequilíbrios estruturais: planos ortodoxos (monetaristas, liberais, neoliberais) ou heterodoxos (mistura de receitas monetaristas com idéias populistas). Isto mostra que a crise brasileira é maior que os problemas da inflação ou da dívida externa. Ela não é apenas econômica, mas também social, política e institucional. É a crise de uma sociedade recém-saída do autoritarismo, que busca novo modelo de desenvolvimento, necessariamente mais aberto (maior participação na economia mundial), mais democrático (com redefinição das relações sociedade-Estado e da própria estrutura do Estado) e mais justo (com distribuição equitativa da riqueza).

Questões propostas

1. O que o governo brasileiro pretendeu com a política econômica recessiva executada entre 1981 e 1983?
2. Sintetize o agravamento dos problemas sociais provocado por um longo período de estagnação econômica, como o vivido pelo Brasil na década de 1980.
3. Por que o modelo econômico dos anos de 1970 se esgotou na década seguinte?
4. Os sucessivos planos de estabilização econômica entre 1986 e 1991 foram uma série de fracassos. Exponha os principais objetivos deles e as razões do insucesso.
5. Que condições poderiam favorecer a retomada do crescimento da economia brasileira?
6. Concretamente, o que acontece com um assalariado diante da política salarial vigente no país?

Capítulo 105

O Brasil de hoje: o desenvolvimento em questão

No mapeamento do sistema capitalista internacional feito pelo Banco Mundial em 1990, a economia brasileira ocupa o nono lugar, segundo o valor do PIB: 375 bilhões de dólares em 1989. Uma posição considerável, mesmo tendo caído do sétimo lugar, alardeado na época do milagre econômico na década de 1970. Mas segundo o critério de renda *per capita*, ou seja, distribuição do PIB pela população, o Brasil não passa do 45º lugar, atrás do Uruguai, Panamá, Gabão e outros países considerados atrasados da África, Ásia e América Latina.

O sonho do Brasil Grande do regime militar se esvaneceu, levado por uma década de estagnação. No início da década de 1990, a produção industrial mantinha-se nos níveis de 1979-80; as exportações estacionaram na casa dos 10% do PIB e as importações não chegaram sequer a 5% de seu valor. Estagnação, baixa produtividade e baixa competitividade.

A BAIXA EFICIÊNCIA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA — COMPARAÇÃO COM OUTRAS ECONOMIAS

Aumento da produtividade industrial (1980-1987)

Brasil	15,7%
Japão	70,5%
Bélgica	65,4%
Itália	58,9%
Inglaterra	48,1%
Holanda	44,7%
França	41,2%
Suécia	39,9%
EUA	34,2%

Fonte: Unicamp

Uma consequência da estagnação: 45 milhões de brasileiros com mais de 15 anos de idade sujeitos ao mercado informal de trabalho, sem garantias sociais, oscilando entre o desemprego e o subemprego.

Os indicadores sociais confirmam os econômicos. Eis alguns:

- *mortalidade infantil* entre as mais altas do mundo — 62ª segundo a OMS, Organização Mundial de Saúde;

- *analfabetismo* elevado para os padrões internacionais: um quinto da população acima dos 7 anos de idade;

- *alta evasão escolar* — apenas 15% da população adolescente, entre 15 e 19 anos, frequentam o 2º grau;

- apenas 60% dos empregados têm *carteira assinada*, proporção que fica menor entre as mulheres — apenas 45%;

- déficit de 8 milhões de *moradias* nas cidades, onde se concentram três quartos da população brasileira.

Tais indicadores se resumem a um só: *má distribuição de renda*. Dados do IBGE para o mesmo ano de 1989:

- 1% da população economicamente ativa com trabalho remunerado, cerca de 650 000 pessoas, concentrou 15,9% da renda nacional;

- os 10% mais pobres, cerca de 6,5 milhões de pessoas, ficaram com apenas 0,7% da renda;

- os 5% mais ricos aumentaram sua participação na renda do trabalho de 33% para 39% entre 1981 e 1989.

Alguma coisa deu errado mesmo no processo de desenvolvimento, sobretudo na década de 1980. O país ficou mais pobre e, o mais grave, os pobres ficaram ainda mais pobres. Em 1990, havia pessoas ganhando em um mês o que um trabalhador de salário mínimo levaria 25 anos para ganhar! O Brasil não conseguiu, por exemplo, oferecer emprego para atender ao crescimento da população. Como agravante, não conseguiu manter o valor real do salário mínimo, remuneração de um terço dos assalariados.

Já em meados da última década do século XX, tornou-se incontestável: esgotou-se definitivamente o modelo de desenvolvimento dos anos de 1960-70, voltado para a substituição de importações e financiado por crédito internacional barato. O país dispõe na atualidade de forte base industrial e capacidade tecnológica considerável, mas nosso desenvolvimento está travado pelo excessivo crescimento do Estado e de sua atuação na economia, pela excessiva concentração de renda em pouquíssimas mãos e pelo bloqueio do crédito externo. Outras questões

dependem do reencontro dos rumos para a retomada do crescimento econômico.

ção tão elitizada — outro sério entrave para o desenvolvimento.

1. Educação

Segundo estatísticas recentes do IBGE, a porcentagem de analfabetos sobre o total da população acima de 15 anos caiu de 56% para 17% entre 1940 e 1989. Cresceram os níveis de escolarização: o aumento do número de matrículas, principalmente no 2º grau e no ensino superior, superou o crescimento da população. A expansão da rede de ensino confirma isto: somente no nível universitário, de 1960 a 1990, o número de vagas oferecidas anualmente subiu de 50 000 para cerca de 450 000 em todo o país.

Apesar desses números, a situação da educação é terrível no Brasil, agravada pela estagnação dos anos 1980.

A crise é nítida: salas de aula sem condições, prédios em ruínas, alunos desmotivados e mal alimentados, professores despreparados e mal pagos, altas taxas de repetência e evasão escolar. Por trás desse sistema à beira da falência, temos: redução dos investimentos públicos, excesso de centralização e burocracia do Ministério da Educação, interferência de interesses políticos menores nas decisões administrativas e na aplicação dos recursos, ineficiência dos instrumentos de controle e avaliação dos programas em execução.

Herdamos boa parte dos problemas do recente período autoritário. A ditadura militar procurou ampliar o sistema escolar, mas à custa da qualidade do ensino. Reduziu as verbas para educação e degradou o ensino público — considerado excelente pelo Banco Mundial na década de 1960; subsidiou o ensino particular, que hoje domina grande parte do 2º grau e do ensino superior.

A Nova República pouco fez para recuperar a escola pública. O Brasil continua gastando pouco e mal em educação. O mais grave é que o melhor ensino de 1º e 2º graus hoje em dia é oferecido por escolas particulares, pagas e inacessíveis aos mais pobres. As melhores universidades são em geral as públicas, gratuitas, às quais os pobres não têm acesso porque não fizeram um bom 2º grau. Forma-se um círculo vicioso: a pobreza impede o acesso ao bom ensino, e a falta de boa educação gera mais pobreza.

Talvez o Brasil nunca tenha tido uma educa-

2. Ciência e tecnologia

O Brasil já esteve mais atrasado no campo da ciência e tecnologia. Produzimos computadores, aperfeiçoamos sementes, desenvolvemos supercondutores para o transporte de energia elétrica, entre outras conquistas nas áreas da microeletrônica, biotecnologia, energia nuclear, pesquisa de materiais sintéticos etc. São avanços compatíveis com o estágio de desenvolvimento já alcançado pelo país, mas comparativamente ainda significam pouco.

É verdade que as despesas públicas com o setor cresceram nas últimas duas décadas.

DESPESA COM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (% DO ORÇAMENTO DA UNIÃO)

1973	0,91
1974	1,03
1975	1,53
1976	1,83
1977	1,66
1978	2,18
1979	2,20
1980	2,11
1981	2,30
1982	3,64
1983	3,76

No período autoritário, os militares concentraram recursos em áreas estratégicas de interesse político-econômico, como a informática, protegida e estimulada pela *Lei de Informática* (1984), e a pesquisa nuclear, com o programa nuclear paralelo, desenvolvido secretamente por setores militares, fora do controle da Agência Internacional de Energia (AIE), por isso mesmo suspeito de querer chegar à bomba nuclear.

A atual meta brasileira é aumentar os gastos do país com ciência e tecnologia de 0,5% para 2% do PIB. Seria extraordinário, considerando-se que os países mais desenvolvidos investem cerca de 3% de seu PIB na área. Os obstáculos são grandes, porém. A política de cortes imposta pela crise impede o governo de aplicar mais. As empresas, diante da retração econômica, não têm estímulo para aplicar a longo prazo em pesquisa. Nem

mesmo a política de liberalização das importações, que praticamente suspendeu a reserva de mercado na informática, animou as multinacionais a transferir e desenvolver internamente novas tecnologias.

Há ainda o impasse, no governo e nos meios acadêmicos, sobre qual pesquisa deve receber mais verbas: a pesquisa básica (pesquisa científica, desenvolvida em universidades e institutos especializados) ou a pesquisa aplicada (busca de soluções tecnológicas para uso imediato). O governo que se encerraria em 1995 optou pela última hipótese, contra a opinião de boa parte dos professores e pesquisadores.

3. Meio ambiente

A degradação ambiental, mais que a inflação e a queda do PIB, foi o que reforçou no mundo a imagem do Brasil como país subdesenvolvido. Devastação não faltou nas últimas décadas. Além das queimadas gigantes na Amazônia e da morte lenta da Mata Atlântica, esgotos e resíduos industriais venenosos contaminam rios e litorais, comprometendo a saúde das populações urbana e rural. No campo, um problema a mais: a aplicação indiscriminada de agrotóxicos, muitos com produtos químicos já proibidos nos países de origem.

A agressão à natureza passou a ser considerada crime pela Constituição de 1988 (art. 225). Mas continuam o desmatamento, a poluição dos rios, a contaminação do solo e da atmosfera. Interesses econômicos poderosos, ação governamental fraca e ausência de cultura ecológica impedem um aproveitamento mais equilibrado dos recursos naturais.

Na década de 1970, os governos militares chegaram a tentar convencer a sociedade de que "poluição é preferível a miséria". Era a lógica do crescimento a qualquer preço para construir o Brasil-potência. A profunda crise dos anos 80 mostrou a falsidade do dilema: a poluição aumentou e a miséria também.

A história dos países industrializados encerra uma lição. Depois de mais de dois séculos de devastação ambiental, eles agora advertem para as consequências da agressão à natureza. Os subdesenvolvidos não podem repetir os mesmos erros. Devem começar por reconhecer que os recursos naturais acabam e que de sua utilização adequada

depende um aproveitamento eficaz: a saúde da natureza é a saúde da sociedade.

4. Democracia e desenvolvimento

Debruçando-nos sobre a história brasileira neste século, vemos que a partir de 1930 o país entrou e saiu várias vezes da ordem constitucional e democrática. Oscilou entre experiências democrático-populistas, como a de 1946-1964, e experiências autoritárias, como a do Estado Novo de Vargas (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985).

Apesar de termos observado picos de crescimento acelerado em períodos autoritários, a história brasileira recente permite que se afirme: a democracia é o caminho para o desenvolvimento. Os 21 anos de ditadura militar deixaram pesada herança: concentração de renda, concentração da propriedade da terra, aprofundamento dos desequilíbrios regionais, crescimento excessivo das atribuições do Estado (Poder Executivo) e das empresas estatais. Daí, o déficit público, as pressões inflacionárias, a ineficiência administrativa. A situação não se originou da democracia, mas do autoritarismo.

Acima de tudo, é necessário alimentar uma cultura política democrática. As elites dirigentes – políticos, empresários, intelectuais, profissionais liberais – devem convencer-se de que um país de massas subalternas, ignorantes e subnutridas não tem futuro algum; de que a desigualdade social extrema bloqueia o crescimento econômico auto-sustentado; de que as discriminações, disfarçadas ou não, contra grupos sociais (mulheres, crianças, negros, mulatos, índios e outros) comprometem a plena incorporação do conjunto da sociedade na construção de seu desenvolvimento.

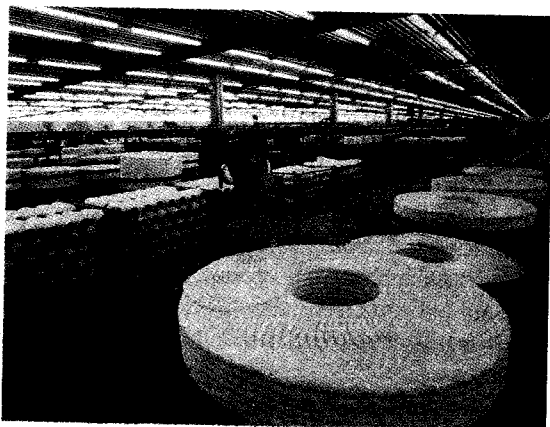
Depois de todas as experiências autoritárias recentes, a sociedade brasileira já compreendeu que o Estado não pode tudo, nem se deve esperar tudo dele. O desenvolvimento é função dos cidadãos, das forças sociais organizadas na luta por seus interesses e valores. A democracia não elimina o conflito social: legitima-o em suas leis e instituições para resolvê-lo a favor dos interesses das maiorias.

A democracia é o exercício político da cidadania, no sentido do desenvolvimento individual e coletivo, apesar de todos os seus riscos e

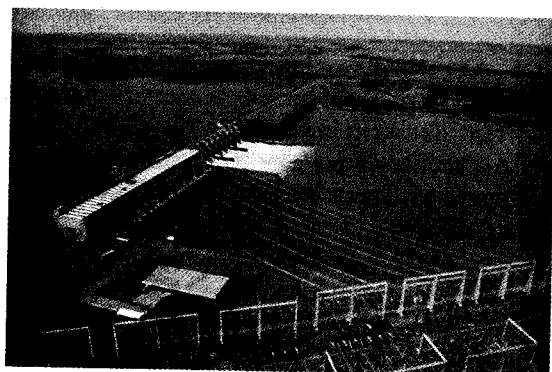
incertezas – ou, adaptando as palavras do estadista inglês Winston Churchill, *a democracia é o regime político mais imperfeito que existe, com exceção de todos os demais*.

Questões propostas

1. Nossa dívida cresceu bastante na década de 1980, embora o Brasil tenha recebido pouco dinheiro novo do exterior: por quê?
2. Explique a incongruência: o Brasil está em nono lugar no mundo capitalista quanto ao PIB e em 45º lugar em relação à renda *per capita*.
3. Que consequências tem para grande parte da população brasileira a deterioração do ensino público? Explique o círculo vicioso que se forma no setor educacional.
4. Apresente três razões para o atraso tecnológico do país.
5. Por que se afirma que o responsável pela degradação do meio ambiente é o nosso “capitalismo selvagem”?
6. Este capítulo expõe claramente que a democracia não é a receita, mas sim a condição para o desenvolvimento do país. Exponha seu pensamento sobre isto.



Indústria têxtil, construção de rodovias e de usinas hidrelétricas: três setores que conheceram grande avanço na recente história do Brasil.



Capítulo 106

O Brasil de hoje: a política externa e a nova realidade mundial

Durante o regime militar (1964-1985), o Brasil oscilou entre a política externa independente nacionalista e a interdependente, alinhada com os Estados Unidos. Mas nunca deixou de buscar novas frentes de relacionamento político-diplomático e comercial, especialmente na África, na Ásia e no Oriente Médio. Houve até períodos de acentuada inclinação para o Terceiro Mundo, como durante o governo Geisel (1974-1979), quando nossa diplomacia se aproximou bastante dos africanos e árabes. O Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola e Moçambique é um exemplo dessa postura.

1. Primeiro ou Terceiro?

A política externa de alinhamento não-automático com EUA e Ocidente se justificava pela necessidade de ajustamento constante dos interesses brasileiros a uma realidade internacional em transformação: enfraquecimento da guerra fria ao final da Guerra do Vietnã (1975); declínio econômico dos EUA em relação a Europa e Japão; choques do petróleo; etc. O Brasil se reservava o direito de conduzir suas relações internacionais dentro de um espírito que poderia ser chamado de "ecumênico". Isto é, sem abandonar a posição político-ideológica tradicional ao lado dos EUA, procurava abrir novas frentes de penetração político-econômica, inclusive com países não-alinhados ou do bloco socialista. Esta orientação determinou, por exemplo, a não-adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, a assinatura do acordo nuclear Brasil-Alemanha, o restabelecimento de relações com China e Cuba e o aumento de relações comerciais com países africanos, como Angola, e árabes, como o Iraque.

Menos alinhamento e mais independência correspondiam ao projeto do regime militar de fazer do Brasil uma potência emergente; e nessa condição, adequar suas parcerias e alianças polí-

tico-econômicas. Tal estratégia levou o país a explorar possibilidades de trocas comerciais e intercâmbio tecnológico, além de atrair investimentos, tanto em áreas específicas do mundo desenvolvido como em regiões promissoras do Terceiro Mundo. Assim, a diplomacia brasileira investiu forte nas relações tanto com alemães e japoneses quanto com árabes e latino-americanos. Esta orientação básica pouco se alteraria mesmo na Nova República.

Com a transição democrática, ocorreu até certo fortalecimento do terceiro-mundismo em nossa política externa. Era inevitável. Por suas origens, o regime militar estava intimamente ligado à hegemonia americana, mesmo quando o discurso oficial negava. Era natural, portanto, que a Nova República tratasse de desfazer essa imagem de atrelamento aos interesses americanos e reforçasse a política de solidariedade e aproximação com o Terceiro Mundo, em especial com a América Latina. O eixo da atividade diplomática do novo governo saído da transição fixou-se então no apoio à plena redemocratização do continente e à sua integração econômica.

Mas, veremos adiante, o esforço de integração e desenvolvimento esbarra em dificuldades e tem-se mostrado ineficaz. Tanto que o chefe de governo eleito em 1989, Fernando Collor, anunciou desde logo uma completa revisão da política externa, considerando-a terceiro-mundista demais para um país que deve almejar "sentar-se à mesa dos países do Primeiro Mundo".

2. A nova realidade

Rumo ao século XXI, a realidade mundial apresenta-se marcada por fatos e movimentos que sugerem mudanças importantes. Não se pode deixar de reconhecer o impacto de acontecimentos recentes e processos em curso:

- o colapso da experiência socialista no Leste europeu e a desarticulação do bloco soviético, construído após a II Guerra;

- a *glasnost* (abertura política, ou "transparência") e a *perestroika* (reestruturação político-administrativa), praticadas na ex-União Soviética a partir de meados da década de 1980, encerraram o ciclo stalinista, estimularam a democratização interna e criaram condições para a superação da guerra fria entre Leste e Oeste;

- os EUA mantêm-se no papel de superpotência e intervêm profundamente no Oriente Médio, tanto que promoveram a Guerra do Golfo (1991), para defender interesses econômicos, políticos e estratégicos;

- o mundo capitalista concentra a atividade econômica em três grandes blocos: o europeu, da Comunidade Econômica Européia (CEE); o asiático, liderado pelo Japão; e o norte-americano (EUA e Canadá);

- aumenta a distância entre países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, tendência que pode agravar-se com a consolidação dos blocos econômicos como grandes mercados quase auto-suficientes, de livre circulação de mercadorias e capitais.

As mudanças políticas ainda não se completaram e não permitem desenhar o perfil do futuro próximo: plena distensão internacional? fortalecimento dos processos democráticos? Mas as mudanças econômicas aparecem com mais clareza — e não favorecem os pobres. Os grandes blocos vão centralizar toda a dinâmica da economia mundial, com a integração de seus mercados e a livre movimentação de mão-de-obra, produtos e capitais. Em suma: vai diminuir o interesse por investimentos no Terceiro Mundo; além do pouco interesse, não vai sobrar dinheiro para isto.

É mais provável que os blocos dos ricos se comportem como grandes drenos da riqueza mundial. Assim, em vez de receber créditos e investimentos, os pobres continuariam a alimentar a prosperidade dos ricos, remetendo-lhes capital na forma de juros e dividendos e vendendo-lhes matérias-primas e manufaturados, barateados pelos baixos salários.

Esta é uma ameaça da nova realidade mundial para os subdesenvolvidos, do ponto de vista da geopolítica, isto é, das implicações dos movimentos econômicos, sociais e culturais sobre as relações políticas entre as nações. O subdesenvolvido Brasil escapará a essa ameaça?

A resposta é difícil e incerta. Primeiro, é preciso reconhecer que o Brasil e praticamente todo o Hemisfério Sul não participam desses movimentos de acomodação do sistema capitalista e do antigo bloco socialista soviético. Por isso, corremos o risco de entrar no próximo século em situação de completa marginalidade político-econômica. É preciso também reconhecer que, só se forem tratadas globalmente, poderão ser resolvi-

das as questões gerais do subdesenvolvimento: equilíbrio nas relações de troca entre ricos e pobres, investimentos e formas de pagamento, transferência de tecnologia, programas de apoio à saúde e educação etc. Noutras palavras, o destino do Terceiro Mundo está, em boa parte, condicionado às soluções dessas questões na nova ordem mundial.

O Brasil se apresenta diante do desafio em posição ao mesmo tempo favorável e desfavorável.

As condições negativas:

- perdas econômicas e desequilíbrio inflacionário da década de 1980;

- agravamento da questão da dívida externa;

- atraso tecnológico e baixa competitividade industrial;

- distribuição de renda muito desigual;

- empobrecimento de vastas camadas da população.

As condições positivas:

- o tamanho e a importância da economia brasileira (9º maior PIB do mundo capitalista);

- extensão e potencial do mercado brasileiro;

- base industrial e tecnológica já instalada;

- possibilidades de comércio complementar com outros importantes mercados, especialmente Leste europeu e Oriente Médio.

Cabe lembrar ainda: o Brasil conserva sua importância no contexto americano, que os EUA continuam a considerar fundamental para sua segurança nacional. A aliança interamericana é, assim, um caminho de acesso aos mercados e centros de decisão mundiais. Como país da América Latina, o Brasil dispõe também de boas possibilidades de atuação política e intercâmbio comercial no desenvolvimento e na integração econômica do continente.

3. A difícil integração

Os benefícios e as vantagens da integração latino-americana são tão grandes quanto as dificuldades para alcançá-la. Prova disto é que pouco se avançou até hoje, e o projeto já tem mais de trinta anos — considerando apenas os esforços recentes desde a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), em 1960.

Dificuldades antigas e atuais impedem o sonho de unidade latino-americana, ou pelo menos de uma aproximação política maior e de um intercâmbio comercial mais intenso. Desde a coloniza-

ção, já vimos, a dispersão e o caráter exportador da economia do continente favoreceram a integração dos mercados internos.

Da mesma forma, desde fins do século XIX, a atuação do capitalismo americano na América Latina teve caráter fortemente espoliativo e intervencionista, voltado para a dominação e não para a unificação do continente. Esta estratégia americana foi o que garantiu, em grande parte, os governos oligárquicos ou ditatoriais, que pelo século XX afora controlaram quase permanentemente os países latino-americanos.

As ditaduras fizeram mal à América Latina, especialmente as mais recentes, dos anos de 1960 em diante, apoiadas pelos Estados Unidos em nome do anticomunismo e da segurança interna do continente. Na maioria dos países, cresceram a pobreza, a evasão escolar, o subemprego e a degradação ambiental. A passagem dos militares pelo poder deixou a América Latina sem crédito internacional, sufocada pelo peso de dívidas externas e com a base industrial enfraquecida — o caso mais dramático é o da Argentina.

Foi sobre este pano de fundo que, durante a década de 1980, voltaram à cena os regimes democráticos. Os governos legítimos mal conseguem administrar a crise social e econômica herdada das ditaduras. Por vezes, ainda sofrem a ameaça de novos golpes militares (Argentina) ou do crime organizado (Colômbia).

A necessidade de preservar e fortalecer a ordem democrática e de robustecer a economia regional perante os grandes blocos mundiais levou a esforços cada vez maiores pela aproximação e integração das comunidades latino-americanas. A partir de 1985, o Brasil tomou várias medidas, especialmente no chamado Cone Sul: estabeleceu diversos acordos com Argentina e Uruguai, tanto de caráter político (apoio e solidariedade na defesa da legalidade democrática) quanto de caráter econômico (estímulo a comércio e investimentos).

Todos reconhecem a necessidade da integração econômica regional, mas ela ainda patina em problemas difíceis, como os desníveis de desenvolvimento industrial e modernização agrícola dos vários países, a falta de capitais e o atraso tecnológico. Além disso, as economias latino-americanas são pouco diversificadas, pouco complementares entre si; a maioria produz matérias-primas e alimentos. E ainda precisam exportar seus excedentes para gerar divisas em moedas fortes.

Para não se marginalizar completamente da

economia mundial, para superar seus níveis dramáticos de atraso e pobreza e para consolidar as instituições democráticas, a América Latina deve insistir na busca do desenvolvimento regional integrado. Para isso, deve criar organismos e fóruns mais representativos que a esvaziada Organização dos Estados Americanos (OEA) e mais ativos que a inoperante Aliança Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (Aladi). Organismos que elaborem e ponham em prática programas eficazes de interesse comum. Não resta outro caminho.

O Mercosul

O Brasil deu um passo importante na integração com seus vizinhos em março de 1991, com a criação do Mercado Comum do Sul — Mercosul. Reunindo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, este bloco contará com um mercado de 200 milhões de pessoas e um PIB conjunto de US\$420 bilhões. O tratado que criou o Mercosul previa sua implantação progressiva a partir de 1º de janeiro de 1995, com a eliminação das barreiras alfandegárias entre os quatro países.

Questões propostas

1. O regime militar de 1964 tinha íntima ligação com a hegemonia americana no continente, mas praticou uma política externa de abertura para o Terceiro Mundo na década de 1970. Por quê?
2. Com a Nova República, acentuou-se o caráter terceiro-mundista da política externa brasileira, privilegiando as relações com a América Latina. Justifique.
3. Com a economia mundial cada vez mais globalizada, o aço produzido em Cubatão (São Paulo) vai competir diretamente com o aço produzido no Japão, no México e em outros pólos siderúrgicos. O que este exemplo tem a ver com o Brasil, com seu projeto de desenvolvimento?
4. O que o Brasil pode vir a ganhar com a integração latino-americana?
5. Qual o caminho para a América Latina não se marginalizar de vez da economia mundial, superar a pobreza e consolidar a democracia?

Imagens do fim do século



Em 1994, uma guerra tribal entre hutus e tutsis, em Ruanda, África, ocasionou o êxodo de mais de 2 milhões de hutus para os países vizinhos, sobretudo o Zaire. Foi certamente o maior deslocamento de refugiados da História. Centenas de milhares morreram. “Este é o começo dos últimos dias. Isto é o Apocalipse”, observou um habitante do Zaire.



O ano de 1994 marcou também o importantíssimo acordo entre Israel e a Organização pela Libertação da Palestina (OLP), mediante o qual os palestinos ganharam o direito à autonomia na Faixa de Gaza e na cidade de Jericó.



Abril de 1994.

Nelson Mandela é eleito presidente da África do Sul nas primeiras eleições multirraciais da história do país, pondo fim a mais de 300 anos de domínio da minoria branca sobre a maioria negra.



Eleições 94. Fernando Henrique Cardoso (à esquerda), do PSDB, e Luís Inácio Lula da Silva (à direita), do PT, foram os dois principais candidatos às eleições presidenciais de 3 de outubro de 1994, previstas para dois turnos. Fernando Henrique venceu as eleições com larga margem de votos já no primeiro turno.